ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 202

Brasília - DF, quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 2
Atos do Poder Executivo 4
Presidência da República 62
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 65
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 65
Ministério da Cultura 67
Ministério da Defesa 71
Ministério da Educação 73
Ministério da Fazenda 74
Ministério da Justiça 95
Ministério da Saúde 102
Ministério das Cidades 105
Ministério das Comunicações 105
Ministério das Relações Exteriores 112
Ministério de Minas e Energia 112
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 118
Ministério do Esporte 126
Ministério do Meio Ambiente 126
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 127
Ministério do Trabalho e Previdência Social 127
Ministério do Turismo 132
Ministério dos Transportes 132
Conselho Nacional do Ministério Público 133
Ministério Público da União 134
Tribunal de Contas da União 136
Defensoria Pública da União 158
Poder Judiciário 160
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 160

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.127 (1)
ORIGEM : ADI - 5127 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS - CNPL
ADV.(A/S) : AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
ADV.(A/S) : TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB
ADV.(A/S) : HÉLIO STEFANI GHERARDI E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO E BAHIA
ADV.(A/S) : JOSÉ AGRIPINO DA SILVA OLIVEIRA
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FECONTESP
ADV.(A/S) : RICARDO BORDER E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o relatório e a sustentação oral, pelo *amicus curiae* Conselho Federal de Contabilidade, do Dr. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.286 (2)
ORIGEM : ADI - 5286 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o relatório e a sustentação oral, pela requerente, do Dr. Valter Bruno de Oliveira Gonzaga, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 07.10.2015.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que conhecia em parte da ação e, na parte conhecida, julgava parcialmente procedente o pedido formulado, nos termos de seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.287 (3)
ORIGEM : ADI - 5287 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : CIANE FELICIANO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES): JOÃO ALVES DA SILVA JÚNIOR E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o relatório e a sustentação oral, pela requerente, da Dra. Ciane Feliciano, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 07.10.2015.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que conhecia em parte da ação e, na parte conhecida, julgava procedente o pedido formulado, nos termos de seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.296 (4)
ORIGEM : ADI - 5296 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS - ANADEF
ADV.(A/S) : NAYARA QUEIROZ MAGALHAES E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE. : UNIÃO DOS ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS DO BRASIL - UNAFE
ADV.(A/S) : ANDRÉ LUÍS SANTOS MEIRA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
ADV.(A/S) : RENATO CAMPOS GALUPPO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL - SINPROFAZ
ADV.(A/S) : HUGO MENDES PLUTARCO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PUBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S) : TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA UNIÃO - ANAUNI
ADV.(A/S) : FÁBIO MEDINA OSÓRIO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE. : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: Após o voto da Ministra Rosa Weber (Relatora), que indeferia o pedido de medida cautelar, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Falaram: pela Advocacia-Geral da União, o Ministro Luís Inácio Lucena Adams; pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais - ANADEF, o Dr. Cláudio Pereira de Souza Neto; pelo *amicus curiae* Defensoria Pública da União, o Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova**,** Defensor Público-Geral Federal, e, pelo *amicus curiae* Associação Nacional de Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Pedro Lenza. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 339 (5)
ORIGEM : ADPF - 339 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : WILDSON DE ALMEIDA OLIVEIRA SOUSA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o relatório e a sustentação oral, pela requerente, do Dr. Valter Bruno de Oliveira Gonzaga, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 07.10.2015.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que julgava procedente a arguição, nos termos de seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, este participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections*, promovido pela *Atlantic Council*, nos Estados Unidos. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 08.10.2015.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.171, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º O § 1º do art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

§ 1º Inclui-se na atividade econômica referida no **caput** deste artigo, além da exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a exploração do turismo rural ancilar à exploração agroeconômica.
....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber
Nelson Barbosa
Henrique Eduardo Alves

LEI Nº 13.172, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.
....." (NR)

"Art. 2º .....
....."

III - instituição consignatária, a instituição autorizada a conceder empréstimo ou financiamento ou realizar operação com cartão de crédito ou de arrendamento mercantil mencionada no **caput** do art. 1º;

IV - mutuário, empregado que firma com instituição consignatária contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil regulado por esta Lei;
.....

VII - desconto, ato de descontar na folha de pagamento ou em momento anterior ao do crédito devido pelo empregador ao empregado como remuneração disponível ou verba rescisória o valor das prestações assumidas em operação de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil; e
.....

§ 2º .....

I - a soma dos descontos referidos no art. 1º não poderá exceder a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração disponível, conforme definido em regulamento, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

a) a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

b) a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito; e
....." (NR)

"Art. 3º .....
....."

§ 3º Cabe ao empregador informar, no demonstrativo de rendimentos do empregado, de forma discriminada, o valor do desconto mensal decorrente de cada operação de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil e os custos operacionais referidos no § 2º.
....." (NR)

"Art. 4º A concessão de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil será feita a critério da instituição consignatária, sendo os valores e as demais condições objeto de livre negociação entre ela e o mutuário, observadas as demais disposições desta Lei e seu regulamento.

§ 1º Poderá o empregador, com a anuência da entidade sindical representativa da maioria dos empregados, sem ônus para estes, firmar, com instituições consignatárias, acordo que defina condições gerais e demais critérios a serem observados nas operações de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil que venham a ser realizadas com seus empregados.

§ 2º Poderão as entidades e centrais sindicais, sem ônus para os empregados, firmar, com instituições consignatárias, acordo que defina condições gerais e demais critérios a serem observados nas operações de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil que venham a ser realizadas com seus representados.

§ 3º Na hipótese de ser firmado um dos acordos a que se referem os §§ 1º ou 2º e sendo observados e atendidos pelo empregado todos os requisitos e condições nele previstos, inclusive as regras de concessão de crédito, não poderá a instituição consignatária negar-se a celebrar a operação de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil.
....." (NR)

"Art. 5º .....

§ 1º O empregador, salvo disposição contratual em contrário, não será corresponsável pelo pagamento dos empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e arrendamentos mercantis concedidos aos seus empregados, mas responderá como devedor principal e solidário perante a instituição consignatária por valores a ela devidos em razão de contratações por ele confirmadas na forma desta Lei e de seu regulamento que deixarem, por sua falha ou culpa, de ser retidos ou repassados.

§ 2º Na hipótese de comprovação de que o pagamento mensal do empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil tenha sido descontado do mutuário e não tenha sido repassado pelo empregador, ou pela instituição financeira mantenedora, na forma do § 5º, à instituição consignatária, fica esta proibida de incluir o nome do mutuário em cadastro de inadimplentes.
....." (NR)

"Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.
.....

§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no **caput** não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.
....." (NR)

Art. 2º O art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 115. .....
.....

VI - pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do benefício, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

b) a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

....." (NR)

Art. 3º O art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 45. .....

§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

§ 2º O total de consignações facultativas de que trata o § 1º não excederá a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração mensal, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Nelson Barbosa
Miguel Rossetto

LEI Nº 13.173, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Rio 2016; altera as Leis nºs 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos em áreas urbanas, 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, e 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC); e revoga o art. 5º-A da Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os agentes de distribuição responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica nas áreas de concessão onde serão realizados os Jogos Rio 2016 são autorizados a executar os procedimentos necessários para garantir o fornecimento temporário de energia elétrica para o evento, em conformidade com os requisitos e prazos pactuados com o Comitê Olímpico Internacional (COI) pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.

§ 1º Os procedimentos de que trata o caput deste artigo compreendem a realização de obras, a prestação de serviços e o aluguel de máquinas, equipamentos e materiais necessários à implementação da infraestrutura de energia elétrica dos sítios olímpicos.

§ 2º A execução dos serviços e obras necessários para a garantia a que se refere o caput deste artigo não estará limitada ao ponto de entrega estabelecido pela regulamentação vigente e deverá contemplar todas as instalações, inclusive aquelas internas a unidades consumidoras.

Art. 2º Os recursos destinados para a execução dos procedimentos definidos no art. 1º desta Lei, oriundos de créditos consignados no orçamento geral da União, serão repassados nos termos do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e contabilizados separadamente.

§ 1º É vedado o uso dos recursos previstos no § 1º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no custeio dos procedimentos de que trata o art. 1º desta Lei.

§ 2º O repasse dos recursos de que trata o **caput** deste artigo é condicionado ao prévio aporte de recursos do orçamento geral da União na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) em valor, no mínimo, igual ao do repasse originalmente previsto.

§ 3º O repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) aos agentes de distribuição para a cobertura dos custos com a realização de obras no sistema de distribuição de energia elétrica para atendimento dos requisitos pactuados pela União com relação aos Jogos Rio 2016 deverá observar o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologará o orçamento e o cronograma de desembolsos e fiscalizará os agentes de distribuição, visando à adequada prestação dos serviços mencionados no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Deverão ser tornadas públicas, em sítio da rede mundial de computadores, com atualização bimestral, as seguintes informações relativas aos procedimentos de que trata o **caput** do art. 1º desta Lei, entre outras:

I - a identificação dos procedimentos e os respectivos custos, por entidade responsável pela execução;

II - os valores repassados aos agentes de distribuição, discriminados por seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - o orçamento e o cronograma de desembolsos;

IV - os parâmetros de desempenho a serem observados pelos agentes de distribuição; e

V - a data e o valor dos repasses feitos aos agentes de distribuição.

Art. 4º A Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A cooperação federativa de que trata o art. 1º, para fins desta Lei, compreende operações conjuntas, transferências de recursos e desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais, no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública e da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.

....." (NR)

"Art. 3º .....

.....

VII - as atividades relacionadas à segurança dos grandes eventos.

Parágrafo único. A cooperação federativa no âmbito da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos apenas ocorrerá para fins do cumprimento ao disposto no inciso VII deste artigo." (NR)

Art. 5º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

I - o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU);

II - o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); e

III - (VETADO).

§ 1º .....

.....

§ 2º (VETADO)." (NR)

"Art. 6º-A .....

.....

§ 3º .....

.....

II - forem vinculadas a intervenções financiadas por operações de crédito ao setor público, conforme hipóteses definidas no regulamento, e demandarem reassentamento, remanejamento ou substituição de unidades habitacionais;

III - forem destinadas ao atendimento, nos casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pela União, a famílias desabrigadas que perderam seu único imóvel; ou

.....

§ 10. Nos casos das operações previstas no inciso IV do § 3º deste artigo, é dispensado o atendimento aos dispositivos estabelecidos no art. 3º, e caberá ao poder público municipal ou estadual restituir integralmente os recursos aportados pelo FAR no ato da alienação do imóvel a beneficiário final cuja renda familiar mensal exceda o limite estabelecido no **caput** deste artigo.

§ 11. Serão disponibilizadas em sítio eletrônico informações relativas às operações previstas no inciso IV do § 3º deste artigo com a identificação do beneficiário final, os respectivos valores advindos da integralização de cotas do FAR e os valores restituídos ao FAR pelo poder público municipal ou estadual." (NR)

Art. 6º A Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º-A. Deverão ser concedidos, sem qualquer restrição quanto a nacionalidade, raça ou credo, vistos de entrada para espectadores que possuam ingressos ou confirmação de aquisição de ingressos válidos para qualquer evento dos Jogos Rio 2016 e que comprovem possuir meio de transporte para entrada e saída do território nacional, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

§ 1º O visto de entrada concedido nos termos **do caput** deste artigo terá validade restrita ao período compreendido entre 5 de julho e 18 de setembro de 2016, limitada a estada de seu detentor ao prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contado da data da primeira entrada em território nacional.

§ 2º Considera-se documentação suficiente para obtenção do visto de entrada definido no **caput** deste artigo ou para ingresso no território nacional o passaporte válido, ou documento de viagem equivalente, em conjunto com quaisquer instrumentos que demonstrem a vinculação de seu titular com os Jogos Rio 2016 e comprovem que ele possui meio de transporte para entrada e saída do território nacional.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo não constituirá óbice à denegação de visto e ao impedimento à entrada, nas hipóteses previstas nos arts. 7º e 26 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

§ 4º A concessão de vistos de entrada a que se refere o **caput** deste artigo terá caráter prioritário quando efetuada no exterior pelas missões diplomáticas, pelas repartições consulares de carreira, pelas repartições vice-consulares e, quando autorizados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, pelos consulados honorários.

§ 5º Os vistos de entrada concedidos nos termos do **caput** deste artigo poderão ser emitidos por meio eletrônico, na forma disciplinada pelo Poder Executivo."

"Art. 5º É facultada a cessão de uso de imóveis habitacionais de propriedade ou posse da União ou integrantes do patrimônio de fundos geridos por órgãos da administração federal direta ou indireta para atividades relacionadas à realização dos Jogos Rio 2016, na forma regulamentada pelo Poder Executivo." (NR)

Art. 7º O art. 4º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

.....

VII - ampla publicidade, em sítio eletrônico, de todas as fases e procedimentos do processo de licitação, assim como dos contratos, respeitado o art. 6º desta Lei.

....." (NR)

Art. 8º Revoga-se o art. 5º-A da Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Luiz Eduardo Barata Ferreira
Nelson Barbosa
George Hilton
Gilberto Kassab

LEI Nº 13.174, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 43. .....

.....

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

LEI Nº 13.175, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Acrescenta art. 2º-A à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A Na venda a varejo de produtos fracionados em pequenas quantidades, o comerciante deverá informar, na etiqueta contendo o preço ou junto aos itens expostos, além do preço do produto à vista, o preço correspondente a uma das seguintes unidades fundamentais de medida: capacidade, massa, volume, comprimento ou área, de acordo com a forma habitual de comercialização de cada tipo de produto.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à comercialização de medicamentos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

LEI Nº 13.176, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Acrescenta inciso IX ao art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O **caput** do art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

"Art. 964. .....

.....

IX - sobre os produtos do abate, o credor por animais."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.543, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015, que regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, no § 3º do art. 195 da Constituição e no art. 60 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

§ 7º .....

I - 1% (um por cento), entre 1º de março de 2015 e 30 de novembro de 2015;

II - 0,1% (um décimo por cento), entre 1º de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016;

III - 2% (dois por cento), entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017; e

IV - 3% (três por cento), entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Armando Monteiro

DECRETO Nº 8.544, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, que regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - Inovar-Auto e o Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, que aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 40 a art. 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e no art. 4º, **caput,** incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....

.....

§ 7º Poderão ser considerados, para efeito deste Decreto, e como valores de que tratam os incisos II e III do **caput**, os dispêndios realizados pelas empresas habilitadas ao Inovar-Auto para alcance de relação de consumo nos motores flex, entre etanol hidratado e gasolina, superior a setenta e cinco por cento, sem prejuízo da eficiência energética da gasolina nesses veículos, nos termos, limites e condições a serem definidos em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

§ 8º Excepcionalmente, na renovação da habilitação de que trata o inciso II do **caput** do art. 3º, realizada no ano de 2015, a empresa habilitada poderá solicitar a alteração dos compromissos assumidos entre aqueles estabelecidos nos incisos II a IV do **caput**.

§ 9º O disposto no § 8º aplica-se nos casos em que a empresa habilitada se comprometa a manter, até o final do Programa, os níveis previstos para o ano de 2013, relativamente ao requisito alterado." (NR)

"Art. 12. .....

.....

§ 14. O valor dos dispêndios referidos nos incisos III a VIII do **caput** que não puderem ser utilizados em função dos limites estabelecidos nos §§ 9º e 10, poderá ser utilizado nos meses subsequentes, sem prejuízo da observância dos referidos limites, observada a data limite de 31 de dezembro de 2017." (NR)

"Art. 13. .....

.....

§ 7º Excepcionalmente para o ano-calendário de 2014, o limite de que trata o § 2º poderá ser atingido por importações realizadas a qualquer momento durante o ano-calendário de 2015." (NR)

"Art. 14. .....

.....

§ 8º Em relação a produtos fabricados por encomenda de empresa habilitada ao Inovar-Auto nos termos dos incisos I ou III do **caput** do art. 2º, a empresa fabricante não poderá abater do correspondente IPI devido na saída do seu estabelecimento créditos presumidos relativos às aquisições de insumos estratégicos e ferramentaria." (NR)

"Art. 14-A. Na hipótese da fabricação por encomenda de que trata o § 8º do art. 14, a empresa encomendante poderá utilizar o valor do crédito presumido relativo ao dispêndio da empresa fabricante na aquisição de insumos estratégicos e de ferramentaria.

§ 1º A empresa fabricante deverá informar à empresa encomendante o valor do crédito presumido relativo ao dispêndio na aquisição de insumos estratégicos e de ferramentaria e promover o estorno deste valor nas memórias de cálculo e de utilização do crédito presumido de que trata o Anexo VII.

§ 2º A empresa encomendante deverá manter controle adequado dos valores de crédito presumido de que trata o § 1º nas memórias de cálculo e de utilização do crédito presumido de que trata o Anexo VII.

§ 3º A empresa encomendante poderá usufruir de redução da alíquota do IPI na saída do produto do seu estabelecimento mediante a utilização de créditos presumidos próprios, observado o limite estabelecido no Anexo VIII." (NR)

"Art. 22. .....

.....

VI - na saída do industrial para o encomendante, na hipótese de fabricação de veículos por encomenda, desde que ambas as empresas estejam habilitadas ao Inovar-Auto.

.....

§ 8º Excepcionalmente, o saldo da quota de que trata o inciso II do **caput** que não puder ser utilizado no ano-calendário de 2014, poderá ser utilizado ao longo do ano-calendário de 2015." (NR)

Art. 2º O Anexo II do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte item 14:

"14. Excepcionalmente, para a meta de que trata o item 2 deste Anexo, ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior poderá definir critérios, termos e condições para veículos destinados a segmentos específicos de mercado, dentre eles, veículos de alta performance, veículos com tração 4x4 e veículos picapes não derivadas de automóveis." (NR)

Art. 3º Fica alterada a redação da Nota Complementar ao Capítulo 87 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, na forma do Anexo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Armando Monteiro

ANEXO

Nota Complementar NC (87-5) da TIPI

NC (87-5) Ficam reduzidas aos percentuais indicados as alíquotas relativas aos veículos de fabricação nacional, de transmissão manual ou automática, com caixa de transferência, chassis independente da carroçaria, altura livre do solo mínima sob os eixos dianteiro e traseiro de 200 mm, altura livre do solo mínima entre eixos de 300 mm, ângulo de ataque mínimo de 35º, ângulo de saída mínimo de 24°, ângulo de rampa mínimo de 28°, de capacidade de emergebilidade a partir de 500 mm, peso bruto total combinado a partir de 3.000 kg, peso em ordem de marcha máximo de até 3.000 kg, concebidos para aplicação fora de estrada, classificados nos códigos 8703.32.10 e 8703.33.10.

ALÍQUOTA %	
Até 31/12/2017	A partir de 1º/1/2018
45	15

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da MGO Rodovias - Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Catalão, Estado de Goiás.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.054183/2015-13,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da MGO Rodovias - Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., os imóveis situados às margens da Rodovia BR-050/GO, localizados no Município de Catalão, Estado de Goiás, necessários à execução das obras de implantação de interseção no km 265+100m, cujas delimitações e coordenadas topográficas foram descritas na Deliberação nº 141/2015, da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2015.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Fica a MGO Rodovias - Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antônio Carlos Rodrigues

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Via 040 - Concessionária da BR-040 S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Cristalina, Estado de Goiás.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50510.017960/2015-11,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da Via 040 - Concessionária da BR-040 S.A., os imóveis situados às margens da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/GO, localizados no Município de Cristalina, Estado de Goiás, necessários à execução das obras de implantação de dispositivo em dois níveis no km 098+100m, cujas delimitações e coordenadas topográficas foram descritas na Deliberação nº 219/2015, da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2015.

Art. 2º Fica a Via 040 - Concessionária da BR-040 S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antônio Carlos Rodrigues

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, do Ministério Público da União, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 8.762.319.438,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a", inciso II, inciso IV, alínea "c", inciso VI, alíneas "a" e "b", inciso XVI, alínea "c", e inciso XXI, alínea "c", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, do Ministério Público da União, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 8.762.319.438,00 (oito bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões, trezentos e dezenove mil, quatrocentos e trinta e oito reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0565	**Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal**							**13.250.000**
		Atividades							
02 122	**0565 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**12.800.000**
02 122	0565 20TP 5664	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Em Brasília - DF	F	1	1	90	0	188	12.800.000
		Operações Especiais							
02 122	**0565 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**450.000**
02 122	0565 09HB 5664	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Em Brasília DF	F	1	0	91	0	188	450.000
TOTAL - FISCAL									**13.250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**13.250.000**

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**27.000.000**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**27.000.000**
09 272	0089 0181 5664	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Em Brasília - DF	S	1	1	90	0	100	27.000.000
	0568	**Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça**							**8.000.000**
		Atividades							
02 122	**0568 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.000.000**
02 122	0568 20TP 5664	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Em Brasília - DF	F	1	1	90	0	100	8.000.000
TOTAL - FISCAL									**8.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**27.000.000**
TOTAL - GERAL									**35.000.000**

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**7.200.000**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**7.200.000**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	7.200.000
	0566	**Prestação Jurisdicional Militar**							**8.000**
		Atividades							
02 331	**0566 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**8.000**
02 331	0566 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	8.000
TOTAL - FISCAL									**8.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**7.200.000**
TOTAL - GERAL									**7.208.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**476.752**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**476.752**
02 331	0570 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	476.752
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**27.953.700**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00H7**	**Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações**							**3.856.612**
28 846	0909 00H7 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	0	91	0	188	3.856.612
28 846	**0909 0C04**	**Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações**							**24.097.088**
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	1	90	0	188	24.097.088
TOTAL - FISCAL									**28.430.452**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**28.430.452**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**159.118**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**159.118**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 331	0570 2012 0012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre	F	3	1	90	0	100	159.118	159.118
TOTAL - FISCAL										**159.118**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**159.118**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**84.295**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**84.295**
02 331	0570 2012 0027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas	F	3	1	90	0	100	84.295
TOTAL - FISCAL									**84.295**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**84.295**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**198.388**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**198.388**
02 331	0570 2012 0013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas	F	3	1	90	0	100	198.388
TOTAL - FISCAL									**198.388**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**198.388**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**409.667**
		Atividades							
02 331	**0570 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**53.431**
02 331	0570 2010 0029	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	100	53.431
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**356.236**
02 331	0570 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	100	356.236
TOTAL - FISCAL									**409.667**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**409.667**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**416.283**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**416.283**
02 331	0570 2012 0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	F	3	1	90	0	100	416.283
TOTAL - FISCAL									**416.283**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**416.283**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**102.648**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**102.648**
02 331	0570 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	102.648
TOTAL - FISCAL									**102.648**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**102.648**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**182.384**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**182.384**
02 331	0570 2012 0032	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo	F	3	1	90	0	100	182.384
TOTAL - FISCAL									**182.384**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**182.384**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**263.057**
		Atividades							
02 331	**0570 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.183**
02 331	0570 2010 0052	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	100	1.183
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**261.874**
02 331	0570 2012 0052	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	100	261.874
TOTAL - FISCAL									**263.057**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**263.057**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**80.402**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**80.402**
02 331	0570 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	0	100	80.402
TOTAL - FISCAL									**80.402**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**80.402**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**174.059**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**174.059**
02 331	0570 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	100	174.059
TOTAL - FISCAL									**174.059**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**174.059**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**555.713**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**555.713**
02 331	0570 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	100	555.713
TOTAL - FISCAL									**555.713**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**555.713**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**135.121**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**135.121**
02 331	0570 2012 0015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	100	135.121
TOTAL - FISCAL									**135.121**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**135.121**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**36.688**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**36.688**
02 331	0570 2012 0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	100	36.688
TOTAL - FISCAL									**36.688**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**36.688**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**319.120**
		Atividades							
02 331	**0570 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**2.130**
02 331	0570 2010 0041	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	100	2.130
02 331	**0570 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
02 331	0570 2011 0041	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	100	10.000
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**306.990**
02 331	0570 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	100	306.990
TOTAL - FISCAL									**319.120**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**319.120**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**633.491**
		Atividades							
02 331	**0570 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**21.032**
02 331	0570 2011 0026	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	100	21.032
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**612.459**
02 331	0570 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	100	612.459
TOTAL - FISCAL									**633.491**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**633.491**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**125.694**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**125.694**
02 331	0570 2012 0022	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí	F	3	1	90	0	100	125.694
TOTAL - FISCAL									**125.694**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**125.694**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**671.793**
		Atividades							
02 331	**0570 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**45.000**
02 331	0570 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	45.000
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**626.793**
02 331	0570 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	626.793
TOTAL - FISCAL									**671.793**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**671.793**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**247.852**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**247.852**
02 331	0570 2012 0024	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	100	247.852
TOTAL - FISCAL									**247.852**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**247.852**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**301.993**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**301.993**
02 331	0570 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100	301.993
TOTAL - FISCAL									**301.993**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**301.993**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**92.777**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**92.777**
02 331	0570 2012 0011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia	F	3	1	90	0	100	92.777
TOTAL - FISCAL									**92.777**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**92.777**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**180.519**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**180.519**
02 331	0570 2012 0042	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina	F	3	1	90	0	100	180.519
TOTAL - FISCAL									**180.519**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**180.519**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**1.030.965**
		Atividades							
02 301	**0570 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**20.000**
02 301	0570 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							20.000
			S	3	1	90	0	188	20.000
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.010.965**
02 331	0570 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo							1.010.965
			F	3	1	90	0	100	1.010.965
TOTAL - FISCAL									**1.010.965**
TOTAL - SEGURIDADE									**20.000**
TOTAL - GERAL									**1.030.965**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**92.046**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**92.046**
02 331	0570 2012 0028	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe							92.046
			F	3	1	90	0	100	92.046
TOTAL - FISCAL									**92.046**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**92.046**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**109.019**
		Atividades							
02 301	**0570 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**26.445**
02 301	0570 2004 0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins							26.445
			S	3	1	90	0	188	26.445
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**82.574**
02 331	0570 2012 0017	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins							82.574
			F	3	1	90	0	100	82.574
TOTAL - FISCAL									**82.574**
TOTAL - SEGURIDADE									**26.445**
TOTAL - GERAL									**109.019**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**10.732**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.732**
02 331	0570 2012 0014	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima							10.732
			F	3	1	90	0	100	10.732
TOTAL - FISCAL									**10.732**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.732**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**30.003**
		Atividades							
02 331	**0570 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.003**
02 331	0570 2012 0016	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá							30.003
			F	3	1	90	0	100	30.003
TOTAL - FISCAL									**30.003**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**30.003**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**557.033.007**
		Atividades							
02 301	**0571 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**2.000.000**
02 301	0571 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.000.000
			S	3	1	90	0	100	2.000.000
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**256.064**
02 331	0571 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							256.064
			F	3	1	90	0	100	79.000
			F	3	1	90	0	127	177.064
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**858.990**
02 331	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							858.990
			F	3	1	90	0	100	417.000
			F	3	1	90	0	127	441.990
02 122	**0571 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**518.560.634**
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							518.560.634
			F	1	1	90	0	100	518.560.634
		Operações Especiais							
02 122	**0571 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**35.357.319**
02 122	0571 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							35.357.319
			F	1	0	91	0	100	35.357.319
TOTAL - FISCAL									**555.033.007**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.000.000**
TOTAL - GERAL									**557.033.007**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**3.469.149**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**363.785**
02 331	0571 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							363.785
			F	3	1	90	0	127	363.785
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**3.105.364**
02 331	0571 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							3.105.364
			F	3	1	90	0	127	3.105.364
TOTAL - FISCAL									**3.469.149**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.469.149**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**3.872.070**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**630.036**
02 331	0571 2010 0035	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo							630.036
			F	3	1	90	0	127	630.036
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**3.242.034**
02 331	0571 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo							3.242.034
			F	3	1	90	0	127	3.242.034
TOTAL - FISCAL									**3.872.070**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.872.070**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**2.943.768**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**522.074**
02 331	0571 2010 0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							522.074
			F	3	1	90	0	127	522.074
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**2.421.694**
02 331	0571 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							2.421.694
			F	3	1	90	0	127	2.421.694
TOTAL - FISCAL									**2.943.768**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.943.768**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**2.742.003**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**136.188**
02 331	0571 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul							136.188
			F	3	1	90	0	127	136.188
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**2.605.815**
02 331	0571 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul							2.605.815
			F	3	1	90	0	127	2.605.815
TOTAL - FISCAL									**2.742.003**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.742.003**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**1.232.555**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**130.487**
02 331	0571 2010 0029	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia							130.487
			F	3	1	90	0	127	130.487
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.102.068**
02 331	0571 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia							1.102.068
			F	3	1	90	0	127	1.102.068
TOTAL - FISCAL									**1.232.555**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.232.555**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**194.620**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**6.772**
02 331	0571 2010 0026	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco							6.772
			F	3	1	90	0	127	6.772
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**187.848**
02 331	0571 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco							187.848
			F	3	1	90	0	127	187.848
TOTAL - FISCAL									**194.620**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**194.620**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**690.473**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**151.968**
02 331	0571 2010 0023	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará							151.968
			F	3	1	90	0	127	151.968
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**538.505**
02 331	0571 2012 0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará							538.505
			F	3	1	90	0	127	538.505
TOTAL - FISCAL									**690.473**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**690.473**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**637.048**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**22.499**
02 331	0571 2010 6017	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							22.499
			F	3	1	90	0	127	22.499
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**614.549**
02 331	0571 2012 6017	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							614.549
			F	3	1	90	0	127	614.549
TOTAL - FISCAL									**637.048**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**637.048**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**1.691.336**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**152.879**
02 331	0571 2010 0041	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná							152.879
			F	3	1	90	0	127	152.879
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.538.457**
02 331	0571 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná							1.538.457
			F	3	1	90	0	127	1.538.457
TOTAL - FISCAL									**1.691.336**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.691.336**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**615.363**
		Atividades							
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**615.363**
02 331	0571 2012 6019	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							615.363
			F	3	1	90	0	127	615.363
TOTAL - FISCAL									**615.363**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**615.363**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**1.747.725**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**18.682**
02 331	0571 2010 0042	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina							18.682
			F	3	1	90	0	127	18.682

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**								**1.729.043**
02 331	0571 2012 0042	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina	F	3	1	90	0	127		1.729.043
TOTAL - FISCAL										**1.747.725**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**1.747.725**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**1.163.015**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**67.399**
02 331	0571 2010 0025	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	127	67.399
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.095.616**
02 331	0571 2012 0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	127	1.095.616
TOTAL - FISCAL									**1.163.015**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.163.015**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**836.910**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**56.138**
02 331	0571 2010 6020	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO	F	3	1	90	0	127	56.138
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**780.772**
02 331	0571 2012 6020	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO	F	3	1	90	0	100	237.854
			F	3	1	90	0	127	542.918
TOTAL - FISCAL									**836.910**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**836.910**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**2.536.617**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**560.810**
02 331	0571 2010 0035	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	100	560.810
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.975.807**
02 331	0571 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	100	1.975.807
TOTAL - FISCAL									**2.536.617**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.536.617**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**558.544**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**2.387**
02 331	0571 2010 0021	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão	F	3	1	90	0	100	2.387
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**556.157**
02 331	0571 2012 0021	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão	F	3	1	90	0	100	556.157
TOTAL - FISCAL									**558.544**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**558.544**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**59.526**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**59.526**
02 331	0571 2010 0032	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo	F	3	1	90	0	100	59.526
TOTAL - FISCAL									**59.526**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**59.526**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**1.406.473**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**175.847**
02 331	0571 2010 0052	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	100	175.847
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.230.626**
02 331	0571 2012 0052	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	100	1.230.626
TOTAL - FISCAL									**1.406.473**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.406.473**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**174.265**
		Atividades							
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**174.265**
02 331	0571 2012 0028	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe	F	3	1	90	0	100	174.265
TOTAL - FISCAL									**174.265**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**174.265**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**449.225**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**96.582**
02 331	0571 2010 0024	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	100	96.582
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**352.643**
02 331	0571 2012 0024	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	100	352.643
TOTAL - FISCAL									**449.225**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**449.225**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**225.587**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**54.835**
02 331	0571 2010 0022	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí	F	3	1	90	0	100	54.835

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**								**170.752**
02 331	0571 2012 0022	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí								170.752
			F	3	1	90	0	100		170.752
TOTAL - FISCAL										**225.587**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**225.587**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**547.669**
		Atividades							
02 331	**0571 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**98.871**
02 331	0571 2010 0051	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							98.871
			F	3	1	90	0	100	98.871
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**448.798**
02 331	0571 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							448.798
			F	3	1	90	0	100	448.798
TOTAL - FISCAL									**547.669**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**547.669**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**467.900**
		Atividades							
02 331	**0571 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**467.900**
02 331	0571 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul							467.900
			F	3	1	90	0	100	467.900
TOTAL - FISCAL									**467.900**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**467.900**

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	**Prestação Jurisdicional no Distrito Federal**							**2.029.729**
		Atividades							
02 301	**0567 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**815.925**
02 301	0567 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							815.925
			S	3	1	90	0	188	815.925
02 331	**0567 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
02 331	0567 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							100.000
			F	3	1	90	0	100	100.000
02 331	**0567 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**13.804**
02 331	0567 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							13.804
			F	3	1	90	0	100	13.804
02 331	**0567 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.100.000**
02 331	0567 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							1.100.000
			F	3	1	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									**1.213.804**
TOTAL - SEGURIDADE									**815.925**
TOTAL - GERAL									**2.029.729**

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	**Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário**							**90.000**
		Atividades							
02 331	**1389 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**85.000**
02 331	1389 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							85.000
			F	3	1	90	0	100	85.000
02 331	**1389 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**5.000**
02 331	1389 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							5.000
			F	3	1	90	0	100	5.000
TOTAL - FISCAL									**90.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**90.000**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**10.000**
		Operações Especiais							
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**10.000**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							10.000
			F	1	0	91	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									**10.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**21.279.790**
		Atividades							
04 331	**2101 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**60.000**
04 331	2101 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							60.000
			F	3	1	90	0	100	60.000
24 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**21.219.790**
24 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							21.219.790
			F	1	1	90	0	188	21.219.790
TOTAL - FISCAL									**21.279.790**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**21.279.790**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**936.589**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**936.589**
09 272	0089 0181 5664	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Em Brasília - DF							936.589
			S	1	1	90	0	188	936.589
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**936.589**
TOTAL - GERAL									**936.589**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**64.071.689**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**64.071.689**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							64.071.689
			S	1	1	90	0	188	64.071.689
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**69.477.573**
		Atividades							
20 331	**2105 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
20 331	2105 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
20 331	**2105 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
20 331	2105 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							30.000
			F	3	1	90	0	100	30.000
20 122	**2105 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**68.764.842**
20 122	2105 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							68.764.842
			F	1	1	90	0	188	68.764.842
		Operações Especiais							
20 331	**2105 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**662.731**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

20 331	2105 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional	F	3	1	90	0	100	662.731	662.731
TOTAL - FISCAL										**69.477.573**
TOTAL - SEGURIDADE										**64.071.689**
TOTAL - GERAL										**133.549.262**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**5.902.193**
		Operações Especiais							
28 846	**0901 0022**	**Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais**							**5.902.193**
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0	100	5.902.193
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**50.000**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**50.000**
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100	50.000
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**257.204.862**
		Atividades							
20 301	**2105 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**2.522.053**
20 301	2105 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	188	2.522.053
20 331	**2105 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
20 331	2105 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	50.000
20 331	**2105 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**2.100.000**
20 331	2105 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	434.193
			F	3	1	90	0	188	1.665.807
20 122	**2105 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**252.532.809**
20 122	2105 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	252.532.809
TOTAL - FISCAL									**260.585.002**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.572.053**
TOTAL - GERAL									**263.157.055**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**7.705.871**
		Operações Especiais							
28 846	**0901 0022**	**Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais**							**7.705.871**
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0	100	7.205.871
			F	3	1	90	0	100	500.000
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**42.914.482**
		Atividades							
20 331	**2105 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
20 331	2105 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	100.000
20 122	**2105 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**42.814.482**
20 122	2105 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	42.814.482
TOTAL - FISCAL									**50.620.353**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**50.620.353**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**29.752.491**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**29.752.491**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	29.752.491
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**15.577.666**
		Atividades							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**15.577.666**
19 122	2106 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	15.577.666
TOTAL - FISCAL									**15.577.666**
TOTAL - SEGURIDADE									**29.752.491**
TOTAL - GERAL									**45.330.157**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**6.505.872**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**6.505.872**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	6.505.872
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**1.156.933**
		Atividades							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.156.933**
19 122	2106 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	1.156.933
TOTAL - FISCAL									**1.156.933**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.505.872**
TOTAL - GERAL									**7.662.805**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**19.197.398**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**19.197.398**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	19.197.398
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**8.216**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**8.216**
09 274	0909 0536 0033	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	100	8.216
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**2.302.750**
		Atividades							
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.302.750**
19 122	2106 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	2.302.750
TOTAL - FISCAL									**2.302.750**
TOTAL - SEGURIDADE									**19.205.614**
TOTAL - GERAL									**21.508.364**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**90.000**
		Atividades							
19 331	**2106 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**90.000**
19 331	2106 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	90.000
TOTAL - FISCAL									**90.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**90.000**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**26.569.936**
		Atividades							
19 301	**2106 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**600.000**
19 301	2106 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	100	600.000
19 331	**2106 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
19 331	2106 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							20.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			F	3	1	90	0	100	20.000
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**25.949.936**
19 122	2106 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	25.949.936
TOTAL - FISCAL									**25.969.936**
TOTAL - SEGURIDADE									**600.000**
TOTAL - GERAL									**26.569.936**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**390.133**
		Atividades							
19 331	**2106 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
19 331	2106 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100	20.000
19 122	**2106 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**370.133**
19 122	2106 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	100	370.133
TOTAL - FISCAL									**390.133**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**390.133**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**221.401.266**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**221.401.266**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	221.401.266
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**62.434.443**
		Atividades							
04 331	**2110 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
04 331	2110 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	100.000
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**57.780.310**
04 122	2110 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	57.780.310
		Operações Especiais							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.554.133**
04 122	2110 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100	4.554.133
TOTAL - FISCAL									**62.434.443**
TOTAL - SEGURIDADE									**221.401.266**
TOTAL - GERAL									**283.835.709**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**45.416.372**
		Atividades							
04 331	**2110 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
04 331	2110 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	200.000
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**37.995.124**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	37.995.124
		Operações Especiais							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**7.221.248**
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	6.659.328
			F	1	0	91	0	188	561.920
TOTAL - FISCAL									**45.416.372**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**45.416.372**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**23.905.494**
		Atividades							
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.474.366**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	19.474.366
		Operações Especiais							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.431.128**
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	4.431.128
TOTAL - FISCAL									**23.905.494**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**23.905.494**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**71.400.904**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**71.400.904**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	71.400.904
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**38.310.085**
		Atividades							
04 331	**2110 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
04 331	2110 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	20.000
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**36.245.658**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	36.245.658
		Operações Especiais							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.044.427**
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	2.044.427
TOTAL - FISCAL									**38.310.085**
TOTAL - SEGURIDADE									**71.400.904**
TOTAL - GERAL									**109.710.989**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.563.701**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.563.701**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	2.563.701
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**2.407.577**
		Atividades							
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.407.577**
04 122	2110 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	2.407.577
TOTAL - FISCAL									**2.407.577**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.563.701**
TOTAL - GERAL									**4.971.278**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.988.419**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.988.419**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	3.988.419
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.988.419**
TOTAL - GERAL									**3.988.419**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**8.006.175**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**1.000.000**
12 301	2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							1.000.000
			S	3	1	90	0	112	1.000.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							300.000
			F	3	1	90	0	112	300.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							300.000
			F	3	1	90	0	112	300.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.000.000**
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							1.000.000
			F	3	1	90	0	112	1.000.000
12 122	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.106.175**
12 122	2109 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							5.106.175
			F	1	1	90	0	188	5.106.175
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**300.000**
12 331	2109 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal							300.000
			F	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**7.006.175**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.000.000**
TOTAL - GERAL									**8.006.175**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.418.547**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.418.547**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							1.418.547
			S	1	1	90	0	188	1.418.547
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**80.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**25.000**
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							25.000
			F	3	1	90	0	112	25.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**55.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							55.000
			F	3	1	90	0	112	55.000
TOTAL - FISCAL									**80.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.418.547**
TOTAL - GERAL									**1.498.547**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**787.801**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**787.801**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							787.801
			S	1	1	90	0	188	787.801
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**2.202.890**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**40.000**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							40.000
			S	3	1	90	0	112	40.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							50.000
			F	3	1	90	0	112	50.000
12 368	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.082.890**
12 368	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.082.890
			F	1	1	90	0	188	2.082.890
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**30.000**
12 331	2109 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro							30.000
			F	3	1	90	0	112	30.000
TOTAL - FISCAL									**2.162.890**
TOTAL - SEGURIDADE									**827.801**
TOTAL - GERAL									**2.990.691**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**10.195.317**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**10.195.317**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							10.195.317
			S	1	1	90	0	188	10.195.317
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**10.236.190**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							10.000
			F	3	1	90	0	112	10.000
12 368	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.355.793**
12 368	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							8.355.793
			F	1	1	90	0	188	8.355.793
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**70.000**
12 331	2109 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro							70.000
			F	3	1	90	0	112	70.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.800.397**
12 122	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							1.800.397
			F	1	0	91	0	188	1.800.397
TOTAL - FISCAL									**10.236.190**
TOTAL - SEGURIDADE									**10.195.317**
TOTAL - GERAL									**20.431.507**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**9.271.306**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.331.710**
12 364	2109 20TP 0020	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste							8.331.710
			F	1	1	90	0	188	8.331.710
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**939.596**
12 122	2109 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste							939.596
			F	1	0	91	0	188	939.596
TOTAL - FISCAL									**9.271.306**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.271.306**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**8.808.199**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**8.808.199**
09 272	0089 0181 0027	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas							8.808.199
			S	1	1	90	0	188	8.808.199
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**20.747.890**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2012 0027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas							20.000
			F	3	1	90	0	112	20.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**18.961.597**
12 364	2109 20TP 0027	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas							18.961.597
			F	1	1	90	0	188	18.961.597
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.766.293**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12 122	2109 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas	F	1	0	91	0	188	1.766.293
TOTAL - FISCAL									**20.747.890**
TOTAL - SEGURIDADE									**8.808.199**
TOTAL - GERAL									**29.556.089**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**26.237.620**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**26.237.620**
09 272	0089 0181 0029	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia	S	1	1	90	0	188	26.237.620
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**3.600**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**3.600**
09 274	0909 0536 0029	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado da Bahia	S	3	1	90	0	100	3.600
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**7.290.627**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.132.394**
12 364	2109 20TP 0029	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	0	188	7.132.394
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**80.000**
12 331	2109 00M1 0029	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	80.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**78.233**
12 122	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	188	78.233
TOTAL - FISCAL									**7.290.627**
TOTAL - SEGURIDADE									**26.241.220**
TOTAL - GERAL									**33.531.847**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**22.159.862**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**22.159.862**
09 272	0089 0181 0023	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	188	22.159.862
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**500**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**500**
09 274	0909 0536 0023	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Ceará	S	3	1	90	0	100	500
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**7.389.739**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0023	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	F	3	1	90	0	112	10.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.325.977**
12 364	2109 20TP 0023	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará	F	1	1	90	0	188	5.325.977
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**150.000**
12 331	2109 00M1 0023	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Ceará	F	3	1	90	0	112	150.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.903.762**
12 122	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	F	1	0	91	0	188	1.903.762
TOTAL - FISCAL									**7.389.739**
TOTAL - SEGURIDADE									**22.160.362**
TOTAL - GERAL									**29.550.101**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**15.522.709**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**15.522.709**
09 272	0089 0181 0032	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo	S	1	1	90	0	188	15.522.709
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**1.300**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**1.300**
09 274	0909 0536 0032	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	90	0	100	1.300
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**23.464.703**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**22.457.084**
12 364	2109 20TP 0032	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo	F	1	1	90	0	188	22.457.084
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**80.000**
12 331	2109 00M1 0032	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Espírito Santo	F	3	1	90	0	112	80.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**927.619**
12 122	2109 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo	F	1	0	91	0	188	927.619
TOTAL - FISCAL									**23.464.703**
TOTAL - SEGURIDADE									**15.524.009**
TOTAL - GERAL									**38.988.712**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**16.815.585**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**16.815.585**
09 272	0089 0181 0052	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás	S	1	1	90	0	188	16.815.585
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**600**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**600**
09 274	0909 0536 0052	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás	S	3	1	90	0	100	600
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**31.748.385**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**28.243.092**
12 364	2109 20TP 0052	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás	F	1	1	90	0	188	28.243.092
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.505.293**
12 122	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	188	3.505.293
TOTAL - FISCAL									**31.748.385**
TOTAL - SEGURIDADE									**16.816.185**
TOTAL - GERAL									**48.564.570**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**29.879.437**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**29.879.437**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	29.879.437
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**28.000**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**28.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

09 274	0909 0536 0033	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	100	28.000
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**34.083.311**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**36.000**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	36.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**28.462.155**
12 364	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	28.462.155
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**110.000**
12 331	2109 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	110.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.475.156**
12 122	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	188	5.475.156
TOTAL - FISCAL									**34.047.311**
TOTAL - SEGURIDADE									**29.943.437**
TOTAL - GERAL									**63.990.748**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**7.743.015**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**7.743.015**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	7.743.015
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**6.892.224**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**40.000**
12 331	2109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	40.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.315.815**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	5.315.815
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**50.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	50.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.486.409**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	1.486.409
TOTAL - FISCAL									**6.892.224**
TOTAL - SEGURIDADE									**7.743.015**
TOTAL - GERAL									**14.635.239**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**29.728.775**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**29.728.775**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	29.728.775
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**31.910.585**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**28.188.749**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	28.188.749
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.721.836**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	3.721.836
TOTAL - FISCAL									**31.910.585**
TOTAL - SEGURIDADE									**29.728.775**
TOTAL - GERAL									**61.639.360**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**15.964.831**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**15.964.831**
09 272	0089 0181 0015	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	188	15.964.831
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**10.291.279**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**160.000**
12 331	2109 2011 0015	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	112	160.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.977.551**
12 364	2109 20TP 0015	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	F	1	1	90	0	188	8.977.551
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0015	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.143.728**
12 122	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	F	1	0	91	0	188	1.143.728
TOTAL - FISCAL									**10.291.279**
TOTAL - SEGURIDADE									**15.964.831**
TOTAL - GERAL									**26.256.110**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**26.434.652**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**26.434.652**
09 272	0089 0181 0025	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	188	26.434.652
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**46.765.351**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**42.922.332**
12 364	2109 20TP 0025	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba	F	1	1	90	0	188	42.922.332
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.843.019**
12 122	2109 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	F	1	0	91	0	188	3.843.019
TOTAL - FISCAL									**46.765.351**
TOTAL - SEGURIDADE									**26.434.652**
TOTAL - GERAL									**73.200.003**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**27.737.132**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**27.737.132**
09 272	0089 0181 0041	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná	S	1	1	90	0	188	27.737.132
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**24.800**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**24.800**
09 274	0909 0536 0041	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Paraná	S	3	1	90	0	100	24.800
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**39.695.464**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**60.000**
12 331	2109 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	112	60.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**30.002.827**
12 364	2109 20TP 0041	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná	F	1	1	90	0	188	30.002.827

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		Operações Especiais								
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**								**9.632.637**
12 122	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	F	1	0	91	0	188		9.632.637
TOTAL - FISCAL										**39.695.464**
TOTAL - SEGURIDADE										**27.761.932**
TOTAL - GERAL										**67.457.396**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**22.347.212**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**22.347.212**
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	188	22.347.212
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**400**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**400**
09 274	0909 0536 0026	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Pernambuco	S	3	1	90	0	100	400
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**39.977.226**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**36.692.786**
12 364	2109 20TP 0026	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	0	188	36.692.786
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**160.000**
12 331	2109 00M1 0026	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	160.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.124.440**
12 122	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco	F	1	0	91	0	188	3.124.440
TOTAL - FISCAL									**39.977.226**
TOTAL - SEGURIDADE									**22.347.612**
TOTAL - GERAL									**62.324.838**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**28.454.079**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**28.454.079**
09 272	0089 0181 0024	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Norte	S	1	1	90	0	188	28.454.079
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**32.683.125**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**25.841.785**
12 364	2109 20TP 0024	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte	F	1	1	90	0	188	25.841.785
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.841.340**
12 122	2109 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte	F	1	0	91	0	188	6.841.340
TOTAL - FISCAL									**32.683.125**
TOTAL - SEGURIDADE									**28.454.079**
TOTAL - GERAL									**61.137.204**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**18.861.769**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**18.861.769**
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	18.861.769
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**47.488.105**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**2.000**
12 331	2109 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	2.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**37.373.374**
12 364	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	37.373.374
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**120.000**
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	120.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**9.992.731**
12 122	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	188	9.992.731
TOTAL - FISCAL									**47.488.105**
TOTAL - SEGURIDADE									**18.861.769**
TOTAL - GERAL									**66.349.874**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**39.845.357**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**39.845.357**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	39.845.357
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**86.235.572**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**600.000**
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	600.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**67.946.689**
12 364	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	67.946.689
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**17.688.883**
12 122	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	188	17.688.883
TOTAL - FISCAL									**86.235.572**
TOTAL - SEGURIDADE									**39.845.357**
TOTAL - GERAL									**126.080.929**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**30.600.941**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**30.600.941**
09 272	0089 0181 0042	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0	188	30.600.941
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**42.978.713**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2012 0042	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina	F	3	1	90	0	112	20.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**35.986.307**
12 364	2109 20TP 0042	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina	F	1	1	90	0	188	35.986.307
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**80.000**
12 331	2109 00M1 0042	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Santa Catarina	F	3	1	90	0	112	80.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**6.892.406**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 122	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	F	1	0	91	0	188	6.892.406
									6.892.406
TOTAL - FISCAL									**42.978.713**
TOTAL - SEGURIDADE									**30.600.941**
TOTAL - GERAL									**73.579.654**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**16.500.020**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**16.500.020**
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	16.500.020
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**19.983.209**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	30.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.688.681**
12 364	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	16.688.681
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**200.000**
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	200.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.064.528**
12 122	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	188	3.064.528
TOTAL - FISCAL									**19.983.209**
TOTAL - SEGURIDADE									**16.500.020**
TOTAL - GERAL									**36.483.229**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**6.159.920**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**6.159.920**
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	188	6.159.920
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**29.846.486**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2010 0026	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	30.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**25.083.145**
12 364	2109 20TP 0026	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	0	188	25.083.145
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.733.341**
12 122	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco	F	1	0	91	0	188	4.733.341
TOTAL - FISCAL									**29.846.486**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.159.920**
TOTAL - GERAL									**36.006.406**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**7.964.666**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**7.964.666**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	7.964.666
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**21.440.332**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**21.370.332**
12 364	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	21.370.332
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**70.000**
12 331	2109 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	70.000
TOTAL - FISCAL									**21.440.332**
TOTAL - SEGURIDADE									**7.964.666**
TOTAL - GERAL									**29.404.998**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**991.469**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**991.469**
09 272	0089 0181 0014	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima	S	1	1	90	0	188	991.469
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**7.691.000**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.805.376**
12 364	2109 20TP 0014	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima	F	1	1	90	0	188	6.805.376
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**40.000**
12 331	2109 00M1 0014	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Roraima	F	3	1	90	0	112	40.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**845.624**
12 122	2109 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima	F	1	0	91	0	188	845.624
TOTAL - FISCAL									**7.691.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**991.469**
TOTAL - GERAL									**8.682.469**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**210.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**90.000**
12 301	2109 2004 0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins	S	3	1	90	0	112	90.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**110.000**
12 331	2109 2012 0017	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins	F	3	1	90	0	112	110.000
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0017	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Tocantins	F	3	1	90	0	112	10.000
TOTAL - FISCAL									**120.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**90.000**
TOTAL - GERAL									**210.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**9.523.471**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**9.523.471**
09 272	0089 0181 0025	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	188	9.523.471
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**23.056.847**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.140.854**
12 364	2109 20TP 0025	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba	F	1	1	90	0	188	19.140.854
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**60.000**
12 331	2109 00M1 0025	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	112	60.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.855.993**
12 122	2109 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	F	1	0	91	0	188	3.855.993
TOTAL - FISCAL									**23.056.847**
TOTAL - SEGURIDADE									**9.523.471**
TOTAL - GERAL									**32.580.318**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.502.500**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.502.500**
09 272	0089 0181 0015	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	188	1.502.500
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**6.844.273**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2012 0015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	112	30.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.764.273**
12 364	2109 20TP 0015	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	F	1	1	90	0	188	6.764.273
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**50.000**
12 331	2109 00M1 0015	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**6.844.273**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.502.500**
TOTAL - GERAL									**8.346.773**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**5.827.627**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**5.827.627**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	5.827.627
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**500**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**500**
09 274	0909 0536 0031	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	100	500
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**4.699.502**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**200.000**
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	200.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	20.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.459.502**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	4.459.502
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
TOTAL - FISCAL									**4.499.502**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.028.127**
TOTAL - GERAL									**10.527.629**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**148.464**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**148.464**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	148.464
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**500**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**500**
09 274	0909 0536 0031	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	100	500
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**7.028.645**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	100.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.810.770**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	6.810.770
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**87.875**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	87.875
TOTAL - FISCAL									**7.028.645**
TOTAL - SEGURIDADE									**148.964**
TOTAL - GERAL									**7.177.609**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**5.082.854**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**5.082.854**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	5.082.854
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**11.938.842**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**92.857**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	92.857
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 331	2109 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	30.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	100.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**11.107.952**
12 363	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	11.107.952
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**598.033**
12 122	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	188	598.033
TOTAL - FISCAL									**11.845.985**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.175.711**
TOTAL - GERAL									**17.021.696**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**4.825.123**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**4.825.123**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	4.825.123
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**18.110.237**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**17.138.313**
12 363	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	17.138.313
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**951.924**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	112	951.924
TOTAL - FISCAL									**18.110.237**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.825.123**
TOTAL - GERAL									**22.935.360**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**6.858.749**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**6.858.749**
09 272	0089 0181 0041	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná	S	1	1	90	0	188	6.858.749
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**27.619.262**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**15.000**
12 331	2109 2010 0041	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	112	15.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**60.000**
12 331	2109 2011 0041	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	112	60.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**140.000**
12 331	2109 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	112	140.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**23.504.317**
12 364	2109 20TP 0041	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná	F	1	1	90	0	188	23.504.317
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**30.000**
12 331	2109 00M1 0041	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	112	30.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.869.945**
12 122	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	F	1	0	91	0	188	3.869.945
TOTAL - FISCAL									**27.619.262**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.858.749**
TOTAL - GERAL									**34.478.011**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.441.581**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.441.581**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	1.441.581
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**4.461.710**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**3.869.273**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	3.869.273
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**572.437**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	572.437
TOTAL - FISCAL									**4.461.710**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.441.581**
TOTAL - GERAL									**5.903.291**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.230.837**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.230.837**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	3.230.837
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**6.014.349**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.961.166**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	4.961.166
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.043.183**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	1.043.183
TOTAL - FISCAL									**6.014.349**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.230.837**
TOTAL - GERAL									**9.245.186**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**17.826.562**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**17.826.562**
09 272	0089 0181 0035	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo	S	1	1	90	0	188	17.826.562
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.540.889**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0035	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	10.000
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0035	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.520.889**
12 122	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0	188	1.520.889
TOTAL - FISCAL									**1.540.889**
TOTAL - SEGURIDADE									**17.826.562**
TOTAL - GERAL									**19.367.451**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**4.475.486**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**4.475.486**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	4.475.486
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**6.555.480**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**40.000**
12 331	2109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	40.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.508.875**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	4.508.875
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**40.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	40.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.956.605**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	1.956.605
TOTAL - FISCAL									**6.555.480**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.475.486**
TOTAL - GERAL									**11.030.966**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.033.072**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.033.072**
09 272	0089 0181 0024	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Norte	S	1	1	90	0	188	1.033.072
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**4.306.598**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.306.598**
12 364	2109 20TP 0024	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte	F	1	1	90	0	188	4.306.598
TOTAL - FISCAL									**4.306.598**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.033.072**
TOTAL - GERAL									**5.339.670**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**9.457.624**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	30.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	100.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.668.849**
12 364	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	7.668.849
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.638.775**
12 122	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	188	1.638.775
TOTAL - FISCAL									**9.457.624**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.457.624**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**7.293.153**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.258.180**
12 364	2109 20TP 0041	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná	F	1	1	90	0	188	6.258.180
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0041	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.024.973**
12 122	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	F	1	0	91	0	188	1.024.973
TOTAL - FISCAL									**7.293.153**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.293.153**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.799.642**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.799.642**
09 272	0089 0181 0011	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia	S	1	1	90	0	188	2.799.642
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**6.067.089**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.366.389**
12 364	2109 20TP 0011	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia	F	1	1	90	0	188	5.366.389

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		Operações Especiais								
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**								**700.700**
12 122	2109 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia	F	1	0	91	0	188		700.700
TOTAL - FISCAL										**6.067.089**
TOTAL - SEGURIDADE										**2.799.642**
TOTAL - GERAL										**8.866.731**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**4.295.364**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**4.295.364**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	4.295.364
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**12.388.678**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**80.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	80.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**10.790.552**
12 364	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	10.790.552
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.518.126**
12 122	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	188	1.518.126
TOTAL - FISCAL									**12.388.678**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.295.364**
TOTAL - GERAL									**16.684.042**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**7.590.682**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**7.590.682**
09 272	0089 0181 0013	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amazonas	S	1	1	90	0	188	7.590.682
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**367**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**367**
09 274	0909 0536 0013	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Amazonas	S	3	1	90	0	100	367
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**17.055.555**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**15.652.816**
12 364	2109 20TP 0013	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas	F	1	1	90	0	188	15.652.816
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**82.000**
12 331	2109 00M1 0013	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Amazonas	F	3	1	90	0	112	82.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.320.739**
12 122	2109 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas	F	1	0	91	0	188	1.320.739
TOTAL - FISCAL									**17.055.555**
TOTAL - SEGURIDADE									**7.591.049**
TOTAL - GERAL									**24.646.604**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**21.148.802**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**21.148.802**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	21.148.802
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**16.000.972**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.622.617**
12 364	2109 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	8.622.617
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**7.378.355**
12 122	2109 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	188	7.378.355
TOTAL - FISCAL									**16.000.972**
TOTAL - SEGURIDADE									**21.148.802**
TOTAL - GERAL									**37.149.774**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**11.459.823**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**11.459.823**
09 272	0089 0181 0021	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Maranhão	S	1	1	90	0	188	11.459.823
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**20.624.876**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2011 0021	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão	F	3	1	90	0	112	20.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**130.000**
12 331	2109 2012 0021	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão	F	3	1	90	0	112	130.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**18.745.858**
12 364	2109 20TP 0021	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão	F	1	1	90	0	188	18.745.858
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.729.018**
12 122	2109 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	F	1	0	91	0	188	1.729.018
TOTAL - FISCAL									**20.624.876**
TOTAL - SEGURIDADE									**11.459.823**
TOTAL - GERAL									**32.084.699**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**6.072.542**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**6.072.542**
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	6.072.542
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**9.683.147**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	30.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	10.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**9.643.147**
12 364	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	9.643.147
TOTAL - FISCAL									**9.683.147**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.072.542**
TOTAL - GERAL									**15.755.689**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**17.074.696**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**17.074.696**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	17.074.696
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**22.648.445**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**40.000**
12 331	2109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	40.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**18.848.886**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	18.848.886
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**50.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	50.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.709.559**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	3.709.559
TOTAL - FISCAL									**22.648.445**
TOTAL - SEGURIDADE									**17.074.696**
TOTAL - GERAL									**39.723.141**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**4.071.689**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**4.071.689**
09 272	0089 0181 0012	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Acre	S	1	1	90	0	188	4.071.689
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**5.780.782**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**110.000**
12 301	2109 2004 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre	S	3	1	90	0	112	110.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**40.000**
12 331	2109 2012 0012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre	F	3	1	90	0	112	40.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.630.782**
12 364	2109 20TP 0012	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Acre	F	1	1	90	0	188	5.630.782
TOTAL - FISCAL									**5.670.782**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.181.689**
TOTAL - GERAL									**9.852.471**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**14.084.660**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**14.084.660**
09 272	0089 0181 0051	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso	S	1	1	90	0	188	14.084.660
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**24.300**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**24.300**
09 274	0909 0536 0051	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Mato Grosso	S	3	1	90	0	100	24.300
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**15.668.153**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**10.000**
12 301	2109 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso	S	3	1	90	0	112	10.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**15.598.153**
12 364	2109 20TP 0051	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso	F	1	1	90	0	188	15.598.153
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**60.000**
12 331	2109 00M1 0051	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	0	112	60.000
TOTAL - FISCAL									**15.658.153**
TOTAL - SEGURIDADE									**14.118.960**
TOTAL - GERAL									**29.777.113**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**5.011.794**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**5.011.794**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	5.011.794
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**5.386.924**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.386.924**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	5.386.924
TOTAL - FISCAL									**5.386.924**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.011.794**
TOTAL - GERAL									**10.398.718**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**11.252.966**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**11.252.966**
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	11.252.966
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**74.700**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**74.700**
09 274	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	100	74.700
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**15.383.977**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**14.592.022**
12 364	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	14.592.022
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**781.955**
12 122	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	188	781.955
TOTAL - FISCAL									**15.383.977**
TOTAL - SEGURIDADE									**11.327.666**
TOTAL - GERAL									**26.711.643**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**6.107.695**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**6.107.695**
09 272	0089 0181 0022	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí	S	1	1	90	0	188	6.107.695
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**31.800**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**31.800**
09 274	0909 0536 0022	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Piauí							31.800

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		S	3	1	90	0	100		31.800
2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**								**19.981.021**
	Atividades								
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2012 0022	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí	F	3	1	90	0	112	10.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.921.021**
12 364	2109 20TP 0022	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí	F	1	1	90	0	188	19.921.021
	Operações Especiais								
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**50.000**
12 331	2109 00M1 0022	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Piauí	F	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**19.981.021**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.139.495**
TOTAL - GERAL									**26.120.516**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.679.276**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.679.276**
09 272	0089 0181 0035	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo	S	1	1	90	0	188	2.679.276
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**9.209.875**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**48.136**
12 331	2109 2010 0035	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	48.136
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	50.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.299.252**
12 364	2109 20TP 0035	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	0	188	7.299.252
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**30.000**
12 331	2109 00M1 0035	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	30.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.782.487**
12 122	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0	188	1.782.487
TOTAL - FISCAL									**9.209.875**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.679.276**
TOTAL - GERAL									**11.889.151**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**6.451.538**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**6.451.538**
09 272	0089 0181 0028	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Sergipe	S	1	1	90	0	188	6.451.538
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**22.531.966**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2011 0028	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe	F	3	1	90	0	112	30.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2012 0028	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe	F	3	1	90	0	112	20.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.933.137**
12 364	2109 20TP 0028	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe	F	1	1	90	0	188	19.933.137
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.548.829**
12 122	2109 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe	F	1	0	91	0	188	2.548.829
TOTAL - FISCAL									**22.531.966**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.451.538**
TOTAL - GERAL									**28.983.504**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**16.600.358**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**16.600.358**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	16.600.358
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**200**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**200**
09 274	0909 0536 0031	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	100	200
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**20.302.125**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**17.532.836**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	17.532.836
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**110.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	110.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.659.289**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	2.659.289
TOTAL - FISCAL									**20.302.125**
TOTAL - SEGURIDADE									**16.600.558**
TOTAL - GERAL									**36.902.683**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**9.462.367**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**9.462.367**
09 272	0089 0181 0054	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	1	1	90	0	188	9.462.367
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**300**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**300**
09 274	0909 0536 0054	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	90	0	100	300
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**23.121.815**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**21.290.562**
12 364	2109 20TP 0054	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	1	90	0	188	21.290.562
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**80.000**
12 331	2109 00M1 0054	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	112	80.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.751.253**
12 122	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	188	1.751.253
TOTAL - FISCAL									**23.121.815**
TOTAL - SEGURIDADE									**9.462.667**
TOTAL - GERAL									**32.584.482**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**378.186**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**378.186**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	378.186
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**6.695.680**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**11.000**
12 331	2109 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	11.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.424.401**
12 364	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	6.424.401
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**30.000**
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	30.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**230.279**
12 122	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	188	230.279
TOTAL - FISCAL									**6.695.680**
TOTAL - SEGURIDADE									**378.186**
TOTAL - GERAL									**7.073.866**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.683.864**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.683.864**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	1.683.864
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**12.324.081**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	30.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**10.113.523**
12 364	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	10.113.523
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**40.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	40.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.140.558**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	2.140.558
TOTAL - FISCAL									**12.294.081**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.713.864**
TOTAL - GERAL									**14.007.945**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**474.974**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**474.974**
09 272	0089 0181 0016	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amapá	S	1	1	90	0	188	474.974
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**7.309.817**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.425.085**
12 364	2109 20TP 0016	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá	F	1	1	90	0	188	6.425.085
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0016	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Amapá	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**874.732**
12 122	2109 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá	F	1	0	91	0	188	874.732
TOTAL - FISCAL									**7.309.817**
TOTAL - SEGURIDADE									**474.974**
TOTAL - GERAL									**7.784.791**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**147.755**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**147.755**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	147.755
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**147.755**
TOTAL - GERAL									**147.755**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.354.149**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.354.149**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	1.354.149
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.476.627**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.466.627**
12 364	2109 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	1.466.627
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	112	10.000
TOTAL - FISCAL									**1.476.627**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.354.149**
TOTAL - GERAL									**2.830.776**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.922.442**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.922.442**
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	188	2.922.442
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**185.608**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**185.608**
12 364	2109 20TP 0026	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	0	188	185.608
TOTAL - FISCAL									**185.608**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.922.442**
TOTAL - GERAL									**3.108.050**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**5.700**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**5.700**
09 274	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	100	5.700
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**60.840.983**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**120.000**
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	112	120.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**40.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 331	2109 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	112	40.000
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**60.680.983**
12 302	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	60.680.983
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**60.846.683**
TOTAL - GERAL									**60.846.683**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.223.902**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.223.902**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	2.223.902
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.223.902**
TOTAL - GERAL									**2.223.902**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**794.071**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**794.071**
09 272	0089 0181 0054	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	1	1	90	0	188	794.071
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**3.566.885**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	112	20.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.124.243**
12 364	2109 20TP 0054	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	1	90	0	188	2.124.243
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**17.000**
12 331	2109 00M1 0054	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	112	17.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.405.642**
12 122	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	188	1.405.642
TOTAL - FISCAL									**3.566.885**
TOTAL - SEGURIDADE									**794.071**
TOTAL - GERAL									**4.360.956**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**9.113.962**
		Atividades							
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.845.683**
12 364	2109 20TP 0029	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	0	188	7.845.683
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.268.279**
12 122	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	188	1.268.279
TOTAL - FISCAL									**9.113.962**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.113.962**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**14.930**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**14.930**
09 272	0089 0181 0035	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo	S	1	1	90	0	188	14.930
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**10.506.510**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0035	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2011 0035	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	20.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**60.000**
12 331	2109 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	60.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.787.918**
12 364	2109 20TP 0035	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	0	188	8.787.918
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.628.592**
12 122	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0	188	1.628.592
TOTAL - FISCAL									**10.506.510**
TOTAL - SEGURIDADE									**14.930**
TOTAL - GERAL									**10.521.440**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.408.480**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.408.480**
09 272	0089 0181 0027	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas	S	1	1	90	0	188	2.408.480
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.408.480**
TOTAL - GERAL									**2.408.480**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Valter Cantídio
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.896.803**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.896.803**
09 272	0089 0181 0023	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	188	1.896.803
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**2.605.370**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.605.370**
12 302	2109 20TP 0023	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	188	2.605.370
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.502.173**
TOTAL - GERAL									**4.502.173**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubrian
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.077.356**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.077.356**
09 272	0089 0181 0023	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	188	1.077.356
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.077.356**
TOTAL - GERAL									**1.077.356**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.667.828**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.667.828**
09 272	0089 0181 0032	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo	S	1	1	90	0	188	2.667.828
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**277.269**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**267.269**
12 302	2109 20TP 0032	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo	S	1	1	90	0	188	267.269
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0032	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	90	0	112	10.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.945.097**
TOTAL - GERAL									**2.945.097**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**3.203.578**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**3.203.578**
12 302	2109 20TP 0052	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás	S	1	1	90	0	188	3.203.578
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.203.578**
TOTAL - GERAL									**3.203.578**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**8.382.610**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.382.610**
12 302	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	8.382.610
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**8.382.610**
TOTAL - GERAL									**8.382.610**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**594.576**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**594.576**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	594.576
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**594.576**
TOTAL - GERAL									**594.576**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**5.057.990**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**5.057.990**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	5.057.990
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.190.752**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.190.752**
12 302	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	1.190.752
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.248.742**
TOTAL - GERAL									**6.248.742**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**214.811**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**214.811**
09 272	0089 0181 0015	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	188	214.811
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**2.751.133**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**70.000**
12 331	2109 2011 0015	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará	S	3	1	90	0	112	70.000
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.681.133**
12 302	2109 20TP 0015	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	188	2.681.133
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.965.944**
TOTAL - GERAL									**2.965.944**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26370 - Hospital Universitário Betina Ferro Souza

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.989**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.989**
09 272	0089 0181 0015	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	188	2.989
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**766.927**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**766.927**
12 302	2109 20TP 0015	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	188	766.927
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**769.916**
TOTAL - GERAL									**769.916**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**5.228.598**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**5.228.598**
09 272	0089 0181 0025	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	188	5.228.598
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.228.598**
TOTAL - GERAL									**5.228.598**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**5.482.480**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.482.480**
12 302	2109 20TP 0041	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná	S	1	1	90	0	188	5.482.480
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.482.480**
TOTAL - GERAL									**5.482.480**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**5.294.751**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**5.294.751**
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	188	5.294.751
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.294.751**
TOTAL - GERAL									**5.294.751**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**22.475.695**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**180.000**
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	180.000
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**22.295.695**
12 302	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	22.295.695
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**22.475.695**
TOTAL - GERAL									**22.475.695**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.293.343**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**925.292**
12 302	2109 20TP 0054	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	1	1	90	0	188	925.292
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**368.051**
12 122	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	1	0	91	0	188	368.051
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.293.343**
TOTAL - GERAL									**1.293.343**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.019.330**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.019.330**
09 272	0089 0181 0042	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0	188	3.019.330
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**9.761.496**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.263.870**
12 302	2109 20TP 0042	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0	188	8.263.870
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**30.000**
12 331	2109 00M1 0042	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	90	0	112	30.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.467.626**
12 122	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	S	1	0	91	0	188	1.467.626
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**12.780.826**
TOTAL - GERAL									**12.780.826**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.048.620**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.048.620**
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	2.048.620
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.048.620**
TOTAL - GERAL									**2.048.620**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**86.087**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**86.087**
09 272	0089 0181 0025	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	188	86.087
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**4.608.998**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.007.872**
12 302	2109 20TP 0025	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	188	4.007.872
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**601.126**
12 122	2109 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	S	1	0	91	0	188	601.126
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.695.085**
TOTAL - GERAL									**4.695.085**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.657.249**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.539.961**
12 302	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	1.539.961
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**117.288**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	S	1	0	91	0	100	117.288
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.657.249**
TOTAL - GERAL									**1.657.249**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**378.485**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**378.485**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	378.485
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**3.383.775**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**3.220.646**
12 302	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	3.220.646
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**163.129**
12 122	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	0	91	0	188	163.129
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.762.260**
TOTAL - GERAL									**3.762.260**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26392 - Hospital Getúlio Vargas

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**867.148**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**867.148**
09 272	0089 0181 0013	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amazonas	S	1	1	90	0	188	867.148

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**								**377.251**
		Atividades								
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**								**130.000**
12 301	2109 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas								130.000
			S	3	1	90	0	112		130.000
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**								**247.251**
12 302	2109 20TP 0013	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas								247.251
			S	1	1	90	0	188		247.251
TOTAL - FISCAL										**0**
TOTAL - SEGURIDADE										**1.244.399**
TOTAL - GERAL										**1.244.399**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Miguel Riet Junior

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**346.975**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**346.975**
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	346.975
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.758.514**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.758.514**
12 302	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	1.758.514
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.105.489**
TOTAL - GERAL									**2.105.489**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.675.800**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.675.800**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	3.675.800
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**7.407.550**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.928.797**
12 302	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	6.928.797
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**478.753**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	S	1	0	91	0	188	478.753
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**11.083.350**
TOTAL - GERAL									**11.083.350**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**416.971**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**416.971**
12 302	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	416.971
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**416.971**
TOTAL - GERAL									**416.971**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**37.748**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**37.748**
09 272	0089 0181 0022	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí	S	1	1	90	0	188	37.748
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**37.748**
TOTAL - GERAL									**37.748**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**60.000**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**60.000**
09 274	0909 0536 0054	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	90	0	100	60.000
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**2.401.258**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.401.258**
12 302	2109 20TP 0054	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	1	1	90	0	188	2.401.258
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.461.258**
TOTAL - GERAL									**2.461.258**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.318.302**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.318.302**
09 272	0089 0181 0027	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas	S	1	1	90	0	188	3.318.302
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**23.257.557**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**70.000**
12 301	2109 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	S	3	1	90	0	112	70.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0027	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**90.000**
12 331	2109 2012 0027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas	F	3	1	90	0	112	90.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**20.509.356**
12 363	2109 20TP 0027	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas	F	1	1	90	0	188	20.509.356
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**30.000**
12 331	2109 00M1 0027	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Alagoas	F	3	1	90	0	112	30.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.548.201**
12 122	2109 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas	F	1	0	91	0	188	2.548.201
TOTAL - FISCAL									**23.187.557**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.388.302**
TOTAL - GERAL									**26.575.859**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.270.170**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.270.170**
09 272	0089 0181 0013	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amazonas	S	1	1	90	0	188	2.270.170
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**20.196.999**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
12 301	2109 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas	S	3	1	90	0	112	30.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0013	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas							10.000
			F	3	1	90	0	112	10.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**17.809.233**
12 363	2109 20TP 0013	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas							17.809.233
			F	1	1	90	0	188	17.809.233
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.347.766**
12 122	2109 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas							2.347.766
			F	1	0	91	0	188	2.347.766
TOTAL - FISCAL									**20.166.999**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.300.170**
TOTAL - GERAL									**22.467.169**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**429.819**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**429.819**
09 272	0089 0181 0029	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia	S	1	1	90	0	188	429.819
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**12.597.519**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2011 0029	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	10.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**11.539.507**
12 363	2109 20TP 0029	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	0	188	11.539.507
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.048.012**
12 122	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	188	1.048.012
TOTAL - FISCAL									**12.597.519**
TOTAL - SEGURIDADE									**429.819**
TOTAL - GERAL									**13.027.338**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.777.735**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.777.735**
09 272	0089 0181 0023	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	188	1.777.735
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**300**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**300**
09 274	0909 0536 0023	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Ceará	S	3	1	90	0	100	300
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**42.212.967**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2011 0023	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	F	3	1	90	0	112	20.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**600.000**
12 331	2109 2012 0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	F	3	1	90	0	112	600.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**35.896.255**
12 363	2109 20TP 0023	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará	F	1	1	90	0	188	35.896.255
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.696.712**
12 122	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	F	1	0	91	0	188	5.696.712
TOTAL - FISCAL									**42.212.967**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.778.035**
TOTAL - GERAL									**43.991.002**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.618.701**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.618.701**
09 272	0089 0181 0032	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo	S	1	1	90	0	188	2.618.701
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**38.682.357**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0032	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0032	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo	F	3	1	90	0	112	50.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**34.017.152**
12 363	2109 20TP 0032	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo	F	1	1	90	0	188	34.017.152
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0032	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Espírito Santo	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.595.205**
12 122	2109 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo	F	1	0	91	0	188	4.595.205
TOTAL - FISCAL									**38.682.357**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.618.701**
TOTAL - GERAL									**41.301.058**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**442.730**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**442.730**
09 272	0089 0181 0052	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás	S	1	1	90	0	188	442.730
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**22.760.284**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**10.000**
12 301	2109 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	S	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0052	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
12 331	2109 2012 0052	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	112	250.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.704.620**
12 363	2109 20TP 0052	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás	F	1	1	90	0	188	19.704.620
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0052	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.775.664**
12 122	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	188	2.775.664
TOTAL - FISCAL									**22.750.284**
TOTAL - SEGURIDADE									**452.730**
TOTAL - GERAL									**23.203.014**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.968.936**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.968.936**
09 272	0089 0181 0021	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Maranhão	S	1	1	90	0	188	1.968.936
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**31.401.505**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
12 301	2109 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	S	3	1	90	0	112	30.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0021	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**92.000**
12 331	2109 2011 0021	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão	F	3	1	90	0	112	92.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**310.000**
12 331	2109 2012 0021	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão	F	3	1	90	0	112	310.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**27.171.200**
12 363	2109 20TP 0021	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão	F	1	1	90	0	188	27.171.200
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.788.305**
12 122	2109 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	F	1	0	91	0	188	3.788.305
TOTAL - FISCAL									**31.371.505**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.998.936**
TOTAL - GERAL									**33.370.441**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.586.813**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.586.813**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	2.586.813
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**20.356.895**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	10.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**17.727.202**
12 363	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	17.727.202
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**50.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	50.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.569.693**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	2.569.693
TOTAL - FISCAL									**20.356.895**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.586.813**
TOTAL - GERAL									**22.943.708**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**637.047**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**637.047**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	637.047
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**9.168.467**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	30.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.440.395**
12 363	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	7.440.395
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**20.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	20.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.678.072**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	1.678.072
TOTAL - FISCAL									**9.138.467**
TOTAL - SEGURIDADE									**667.047**
TOTAL - GERAL									**9.805.514**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.157.889**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.157.889**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	1.157.889
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**20.000**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**20.000**
09 274	0909 0536 0031	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	100	20.000
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**18.878.630**
		Atividades							
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.829.222**
12 363	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	16.829.222
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.049.408**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	2.049.408
TOTAL - FISCAL									**18.878.630**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.177.889**
TOTAL - GERAL									**20.056.519**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.500.480**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.500.480**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	1.500.480
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**18.601.151**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**175.000**
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	175.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	100.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.044.347**
12 363	2109 20TP 0031	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	188	16.044.347
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.281.804**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	2.281.804
TOTAL - FISCAL									**18.426.151**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.675.480**
TOTAL - GERAL									**20.101.631**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triangulo Mineiro
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**743.195**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**743.195**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	743.195
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.242.143**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**12.000**
12 331	2109 2010 0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	12.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**70.000**
12 331	2109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	70.000
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**60.000**
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	60.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.100.143**
12 122	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	188	1.100.143
TOTAL - FISCAL									**1.242.143**
TOTAL - SEGURIDADE									**743.195**
TOTAL - GERAL									**1.985.338**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.326.755**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.326.755**
09 272	0089 0181 0051	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso	S	1	1	90	0	188	3.326.755
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**18.191.686**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0051	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	0	112	10.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**18.151.686**
12 363	2109 20TP 0051	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso	F	1	1	90	0	188	18.151.686
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**30.000**
12 331	2109 00M1 0051	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	0	112	30.000
TOTAL - FISCAL									**18.191.686**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.326.755**
TOTAL - GERAL									**21.518.441**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**9.962.439**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0054	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2011 0054	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	112	20.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.241.335**
12 363	2109 20TP 0054	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	1	90	0	188	8.241.335
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0054	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.671.104**
12 122	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	188	1.671.104
TOTAL - FISCAL									**9.962.439**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.962.439**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.696.138**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.696.138**
09 272	0089 0181 0015	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	188	1.696.138
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**18.523.400**
		Atividades							
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.899.837**
12 363	2109 20TP 0015	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	F	1	1	90	0	188	16.899.837
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.623.563**
12 122	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	F	1	0	91	0	188	1.623.563
TOTAL - FISCAL									**18.523.400**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.696.138**
TOTAL - GERAL									**20.219.538**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.282.571**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.282.571**
09 272	0089 0181 0025	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	188	3.282.571
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**300**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**300**
09 274	0909 0536 0025	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado da Paraíba	S	3	1	90	0	100	300
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**38.254.912**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**25.000**
12 331	2109 2010 0025	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	112	25.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**500.000**
12 331	2109 2012 0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	112	500.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**33.624.934**
12 363	2109 20TP 0025	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba	F	1	1	90	0	188	33.624.934
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**60.000**
12 331	2109 00M1 0025	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	112	60.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.044.978**
12 122	2109 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	F	1	0	91	0	188	4.044.978
TOTAL - FISCAL									**38.254.912**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.282.871**
TOTAL - GERAL									**41.537.783**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**4.318.125**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**4.318.125**
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	188	4.318.125
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**34.911.045**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0026	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2011 0026	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	30.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	20.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**30.638.379**
12 363	2109 20TP 0026	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	0	188	30.638.379
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.212.666**
12 122	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco	F	1	0	91	0	188	4.212.666
TOTAL - FISCAL									**34.911.045**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.318.125**
TOTAL - GERAL									**39.229.170**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**282.103**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**282.103**
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	282.103
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**22.414.323**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**70.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	70.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.960.688**
12 363	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	19.960.688
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**40.000**
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	40.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.333.635**
12 122	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	188	2.333.635
TOTAL - FISCAL									**22.414.323**
TOTAL - SEGURIDADE									**282.103**
TOTAL - GERAL									**22.696.426**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**471**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**471**
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	471
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**20.354.099**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**25.000**
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	25.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	50.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**17.613.096**
12 363	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	17.613.096
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**20.000**
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	20.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.646.003**
12 122	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	188	2.646.003
TOTAL - FISCAL									**20.354.099**
TOTAL - SEGURIDADE									**471**
TOTAL - GERAL									**20.354.570**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**26.802**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**26.802**
09 272	0089 0181 0011	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia	S	1	1	90	0	188	26.802
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**8.147.987**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**130.000**
12 331	2109 2012 0011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia	F	3	1	90	0	112	130.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.480.781**
12 363	2109 20TP 0011	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia	F	1	1	90	0	188	7.480.781
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**537.206**
12 122	2109 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia	F	1	0	91	0	188	537.206
TOTAL - FISCAL									**8.147.987**
TOTAL - SEGURIDADE									**26.802**
TOTAL - GERAL									**8.174.789**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**969.997**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**969.997**
09 272	0089 0181 0042	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0	188	969.997
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**17.728.146**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2010 0042	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina	F	3	1	90	0	112	30.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**								**15.591.919**
12 363	2109 20TP 0042	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina	F	1	1	90	0	188		15.591.919
		Operações Especiais								
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**								**20.000**
12 331	2109 00M1 0042	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Santa Catarina	F	3	1	90	0	112		20.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**								**2.086.227**
12 122	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	F	1	0	91	0	188		2.086.227
TOTAL - FISCAL										**17.728.146**
TOTAL - SEGURIDADE										**969.997**
TOTAL - GERAL										**18.698.143**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.577.194**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.577.194**
09 272	0089 0181 0028	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Sergipe	S	1	1	90	0	188	1.577.194
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**10.241.653**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2011 0028	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe	F	3	1	90	0	112	50.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**8.666.613**
12 363	2109 20TP 0028	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe	F	1	1	90	0	188	8.666.613
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.525.040**
12 122	2109 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe	F	1	0	91	0	188	1.525.040
TOTAL - FISCAL									**10.241.653**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.577.194**
TOTAL - GERAL									**11.818.847**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**10.770.168**
		Atividades							
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**9.322.463**
12 363	2109 20TP 0017	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins	F	1	1	90	0	188	9.322.463
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.447.705**
12 122	2109 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins	F	1	0	91	0	188	1.447.705
TOTAL - FISCAL									**10.770.168**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.770.168**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**24.877**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**24.877**
09 272	0089 0181 0012	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Acre	S	1	1	90	0	188	24.877
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**4.466.382**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
12 301	2109 2004 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre	S	3	1	90	0	112	30.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2012 0012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre	F	3	1	90	0	112	150.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.047.536**
12 363	2109 20TP 0012	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Acre	F	1	1	90	0	188	4.047.536
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**238.846**
12 122	2109 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre	F	1	0	91	0	100	24.963
			F	1	0	91	0	112	213.883
TOTAL - FISCAL									**4.436.382**
TOTAL - SEGURIDADE									**54.877**
TOTAL - GERAL									**4.491.259**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.937.456**
		Atividades							
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.838.752**
12 363	2109 20TP 0016	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá	F	1	1	90	0	188	1.838.752
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**98.704**
12 122	2109 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá	F	1	0	91	0	100	98.704
TOTAL - FISCAL									**1.937.456**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.937.456**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.769.489**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.769.489**
09 272	0089 0181 0029	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia	S	1	1	90	0	188	1.769.489
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**8.640.228**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0029	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**70.000**
12 331	2109 2011 0029	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	70.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	200.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.636.312**
12 363	2109 20TP 0029	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	0	188	6.636.312
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**70.000**
12 331	2109 00M1 0029	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	70.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.653.916**
12 122	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	188	1.653.916
TOTAL - FISCAL									**8.640.228**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.769.489**
TOTAL - GERAL									**10.409.717**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**9.125.510**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	112	50.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.840.675**
12 363	2109 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	7.840.675
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**20.000**
12 331	2109 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	112	20.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.214.835**
12 122	2109 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	188	1.214.835
TOTAL - FISCAL									**9.125.510**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.125.510**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**296.992**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**296.992**
09 272	0089 0181 0052	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás	S	1	1	90	0	188	296.992
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**22.554.577**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**40.000**
12 331	2109 2012 0052	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	112	40.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.591.166**
12 363	2109 20TP 0052	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás	F	1	1	90	0	188	19.591.166
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**20.000**
12 331	2109 00M1 0052	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	112	20.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.903.411**
12 122	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	188	2.903.411
TOTAL - FISCAL									**22.554.577**
TOTAL - SEGURIDADE									**296.992**
TOTAL - GERAL									**22.851.569**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**446.183**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**446.183**
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	188	446.183
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**7.488.253**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2011 0026	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
12 331	2109 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	30.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.226.499**
12 363	2109 20TP 0026	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	0	188	6.226.499
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0026	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.171.754**
12 122	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco	F	1	0	91	0	188	1.171.754
TOTAL - FISCAL									**7.488.253**
TOTAL - SEGURIDADE									**446.183**
TOTAL - GERAL									**7.934.436**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.924.818**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.924.818**
09 272	0089 0181 0022	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí	S	1	1	90	0	188	1.924.818
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**17.853.819**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**52.000**
12 301	2109 2004 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí	S	3	1	90	0	112	52.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2012 0022	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí	F	3	1	90	0	112	20.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**15.297.994**
12 363	2109 20TP 0022	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí	F	1	1	90	0	188	15.297.994
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.483.825**
12 122	2109 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí	F	1	0	91	0	188	2.483.825
TOTAL - FISCAL									**17.801.819**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.976.818**
TOTAL - GERAL									**19.778.637**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**94.829**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**94.829**
09 272	0089 0181 0041	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná	S	1	1	90	0	188	94.829
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**22.544.273**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**160.000**
12 301	2109 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná	S	3	1	90	0	112	160.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2010 0041	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	112	20.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**70.000**
12 331	2109 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	112	70.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**19.322.933**
12 363	2109 20TP 0041	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná	F	1	1	90	0	188	19.322.933
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**30.000**
12 331	2109 00M1 0041	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	112	30.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.941.340**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 122	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	F	1	0	91	0	188	2.941.340
									2.941.340
TOTAL - FISCAL									**22.384.273**
TOTAL - SEGURIDADE									**254.829**
TOTAL - GERAL									**22.639.102**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.780.983**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.780.983**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	1.780.983
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**36.810.358**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**80.000**
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	80.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**31.905.850**
12 363	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	31.905.850
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.814.508**
12 122	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	188	4.814.508
TOTAL - FISCAL									**36.810.358**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.780.983**
TOTAL - GERAL									**38.591.341**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**4.117.206**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**4.117.206**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	4.117.206
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**24.980.638**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**730.000**
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	730.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**800.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	800.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**20.832.873**
12 363	2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	20.832.873
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.607.765**
12 122	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	188	2.607.765
TOTAL - FISCAL									**24.980.638**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.117.206**
TOTAL - GERAL									**29.097.844**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.537.402**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.537.402**
09 272	0089 0181 0024	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Norte	S	1	1	90	0	188	2.537.402
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**47.744.630**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**1.000.000**
12 301	2109 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	90	0	112	1.000.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0024	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.100.000**
12 331	2109 2011 0024	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	112	1.100.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**40.655.895**
12 363	2109 20TP 0024	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte	F	1	1	90	0	188	40.655.895
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**40.000**
12 331	2109 00M1 0024	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	112	40.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.938.735**
12 122	2109 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte	F	1	0	91	0	188	4.938.735
TOTAL - FISCAL									**46.744.630**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.537.402**
TOTAL - GERAL									**50.282.032**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.853.172**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.853.172**
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	2.853.172
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**25.691.110**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	10.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**22.954.803**
12 363	2109 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	22.954.803
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**20.000**
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	20.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.706.307**
12 122	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	188	2.706.307
TOTAL - FISCAL									**25.691.110**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.853.172**
TOTAL - GERAL									**28.544.282**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**341.630**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**341.630**
09 272	0089 0181 0014	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima	S	1	1	90	0	188	341.630
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**4.283.610**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**40.000**
12 301	2109 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima	S	3	1	90	0	112	40.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0014	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2012 0014	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima	F	3	1	90	0	112	10.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.147.088**
12 363	2109 20TP 0014	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima	F	1	1	90	0	188	4.147.088
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0014	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Roraima	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**66.522**
12 122	2109 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima	F	1	0	91	0	100	66.522
TOTAL - FISCAL									**4.243.610**
TOTAL - SEGURIDADE									**381.630**
TOTAL - GERAL									**4.625.240**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.992.892**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.992.892**
09 272	0089 0181 0042	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0	188	3.992.892
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**37.785.050**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**60.000**
12 331	2109 2012 0042	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina	F	3	1	90	0	112	60.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**32.831.288**
12 363	2109 20TP 0042	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina	F	1	1	90	0	188	32.831.288
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**50.000**
12 331	2109 00M1 0042	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Santa Catarina	F	3	1	90	0	112	50.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**4.793.762**
12 122	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	F	1	0	91	0	188	4.793.762
TOTAL - FISCAL									**37.735.050**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.042.892**
TOTAL - GERAL									**41.777.942**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**2.864.887**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**2.864.887**
09 272	0089 0181 0035	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo	S	1	1	90	0	188	2.864.887
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**41.902.731**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**10.000**
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0035	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	10.000
12 363	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**36.772.058**
12 363	2109 20TP 0035	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	0	188	36.772.058
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
12 331	2109 00M1 0035	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	10.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.100.673**
12 122	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0	188	5.100.673
TOTAL - FISCAL									**41.892.731**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.874.887**
TOTAL - GERAL									**44.767.618**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**5.684.766**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
12 331	2109 2011 0040	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Sul	F	3	1	90	0	112	20.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.644.766**
12 364	2109 20TP 0040	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Região Sul	F	1	1	90	0	188	5.644.766
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**20.000**
12 331	2109 00M1 0040	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Na Região Sul	F	3	1	90	0	112	20.000
TOTAL - FISCAL									**5.684.766**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.684.766**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**15.291**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**15.291**
09 272	0089 0181 0015	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	188	15.291
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**349.348**
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**20.000**
12 331	2109 00M1 0015	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	112	20.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**329.348**
12 122	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	F	1	0	91	0	188	329.348
TOTAL - FISCAL									**349.348**
TOTAL - SEGURIDADE									**15.291**
TOTAL - GERAL									**364.639**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.611**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.611**
09 272	0089 0181 0020	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste	S	1	1	90	0	188	1.611
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**5.624.746**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
12 301	2109 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste	S	3	1	90	0	112	30.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0020	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**40.000**
12 331	2109 2011 0020	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste	F	3	1	90	0	112	40.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**60.000**
12 331	2109 2012 0020	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Nordeste	F	3	1	90	0	112	60.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.319.013**
12 364	2109 20TP 0020	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste	F	1	1	90	0	188	5.319.013
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**165.733**
12 122	2109 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste	F	1	0	91	0	188	165.733
TOTAL - FISCAL									**5.594.746**
TOTAL - SEGURIDADE									**31.611**
TOTAL - GERAL									**5.626.357**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**137.237.060**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**220.000**
12 331	2109 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	112	220.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000.000**
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	112	10.000.000
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**127.017.060**
12 302	2109 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	S	1	1	90	0	188	127.017.060
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**137.237.060**
TOTAL - GERAL									**137.237.060**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**19.583.424**
		Atividades							
12 302	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**16.669.648**
12 302	2109 20TP 0035	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo	S	1	1	90	0	188	16.669.648
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**20.000**
12 331	2109 00M1 0035	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	112	20.000
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.893.776**
12 122	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	S	1	0	91	0	188	2.893.776
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**19.583.424**
TOTAL - GERAL									**19.583.424**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.508.236**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	112	100.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.408.236**
12 364	2109 20TP 0015	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	F	1	1	90	0	188	1.408.236
TOTAL - FISCAL									**1.508.236**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.508.236**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**4.183.701**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**20.000**
12 301	2109 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará	S	3	1	90	0	112	20.000
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0023	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**119.200**
12 331	2109 2012 0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	F	3	1	90	0	112	119.200
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.034.501**
12 364	2109 20TP 0023	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará	F	1	1	90	0	188	4.034.501
TOTAL - FISCAL									**4.163.701**
TOTAL - SEGURIDADE									**20.000**
TOTAL - GERAL									**4.183.701**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**2.001.083**
		Atividades							
12 331	**2109 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
12 331	2109 2010 0029	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	10.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2011 0029	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**500.000**
12 331	2109 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	500.000
12 364	**2109 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.269.401**
12 364	2109 20TP 0029	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	0	188	1.269.401
		Operações Especiais							
12 122	**2109 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**171.682**
12 122	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	188	171.682
TOTAL - FISCAL									**2.001.083**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.001.083**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.161.451**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.161.451**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	1.161.451
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.161.451**
TOTAL - GERAL									**1.161.451**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**5.557.616**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**5.557.616**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	5.557.616
	2121	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**							**1.070.455**
		Atividades							
22 122	**2121 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.070.455**
22 122	2121 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	1.070.455
TOTAL - FISCAL									**1.070.455**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.557.616**
TOTAL - GERAL									**6.628.071**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**5.982.259**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**5.982.259**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	5.982.259
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.982.259**
TOTAL - GERAL									**5.982.259**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**1.574.280**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**1.574.280**
09 272	0089 0181 0010	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Norte	S	1	1	90	0	188	1.574.280
	2121	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**							**2.065.689**
		Atividades							
22 122	**2121 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.065.689**
22 122	2121 20TP 0010	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Região Norte	F	1	1	90	0	188	2.065.689
TOTAL - FISCAL									**2.065.689**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.574.280**
TOTAL - GERAL									**3.639.969**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**13.682.813**
		Atividades							
14 331	**2112 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**40.000**
14 331	2112 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	40.000
14 331	**2112 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**30.000**
14 331	2112 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	30.000
06 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**13.612.813**
06 122	2112 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	13.612.813
TOTAL - FISCAL									**13.682.813**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**13.682.813**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**45.421**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**45.421**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	45.421
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**262.900**
		Atividades							
04 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**262.900**
04 122	2112 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	100	262.900
TOTAL - FISCAL									**262.900**
TOTAL - SEGURIDADE									**45.421**
TOTAL - GERAL									**308.321**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**95.554.322**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**95.554.322**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	95.554.322
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**62.766.408**
		Atividades							
06 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**59.130.022**
06 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	31.255.548
			F	1	1	90	0	188	27.874.474
		Operações Especiais							
06 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.636.386**
06 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	188	3.636.386
TOTAL - FISCAL									**62.766.408**
TOTAL - SEGURIDADE									**95.554.322**
TOTAL - GERAL									**158.320.730**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**47.960.443**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**47.960.443**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	151	9.980.900
			S	1	1	90	0	188	37.979.543
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**5.000**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**5.000**
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100	5.000
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**162.013.185**
		Atividades							
06 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**149.146.830**
06 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	149.146.830
		Operações Especiais							
06 122	**2112 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**12.866.355**
06 122	2112 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	188	12.866.355
TOTAL - FISCAL									**162.013.185**
TOTAL - SEGURIDADE									**47.965.443**
TOTAL - GERAL									**209.978.628**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**6.389.526**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**6.389.526**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	6.389.526
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**2.659.827**
		Atividades							
14 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.659.827**
14 122	2112 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	2.659.827
TOTAL - FISCAL									**2.659.827**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.389.526**
TOTAL - GERAL									**9.049.353**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**1.254.094**
		Atividades							
14 331	**2112 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
14 331	2112 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	10.000
14 122	**2112 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.244.094**
14 122	2112 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	1.244.094
TOTAL - FISCAL									**1.254.094**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.254.094**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**1.630.719**
		Atividades							
25 122	**2119 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.630.719**
25 122	2119 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	1.630.719
TOTAL - FISCAL									**1.630.719**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.630.719**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**24.619.140**
		Atividades							
22 301	**2119 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**1.100.000**
22 301	2119 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	188	1.100.000
22 331	**2119 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
22 331	2119 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	250.000
22 122	**2119 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**23.269.140**
22 122	2119 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	23.269.140
TOTAL - FISCAL									**23.519.140**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.100.000**
TOTAL - GERAL									**24.619.140**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.474.469**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.474.469**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	3.474.469
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**7.775.441**
		Atividades							
22 122	**2119 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.775.441**
22 122	2119 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	7.775.441
TOTAL - FISCAL									**7.775.441**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.474.469**
TOTAL - GERAL									**11.249.910**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**898.077**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**898.077**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	898.077
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**14.068.188**
		Atividades							
25 301	**2119 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**85.115**
25 301	2119 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	30.537
			S	3	1	90	0	188	54.578
25 331	**2119 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
25 331	2119 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	10.000
25 122	**2119 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**13.973.073**
25 122	2119 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	13.973.073
TOTAL - FISCAL									**13.983.073**
TOTAL - SEGURIDADE									**983.192**
TOTAL - GERAL									**14.966.265**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**120.000**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**120.000**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	120.000
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**6.671.851**
		Atividades							
25 122	**2119 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.422.178**
25 122	2119 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	6.422.178
		Operações Especiais							
25 122	**2119 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**249.673**
25 122	2119 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	188	249.673
TOTAL - FISCAL									**6.671.851**
TOTAL - SEGURIDADE									**120.000**
TOTAL - GERAL									**6.791.851**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**3.620.000**
		Atividades							
25 331	**2119 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
25 331	2119 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	20.000
25 122	**2119 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**3.600.000**
25 122	2119 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	188	3.600.000
TOTAL - FISCAL									**3.620.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.620.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**9.035.291**
		Atividades							
03 331	**0581 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.563.701**
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.563.701
03 331	**0581 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**61.590**
03 331	0581 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	61.590
03 331	**0581 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**7.410.000**
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	7.410.000
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**26.000.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 0C04**	**Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações**							**26.000.000**
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	1	90	0	188	26.000.000
TOTAL - FISCAL									**35.035.291**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**35.035.291**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**752.630**
		Atividades							
03 331	**0581 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**159.430**
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	159.430
03 331	**0581 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**593.200**
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	593.200
TOTAL - FISCAL									**752.630**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**752.630**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**2.220.000**
		Atividades							
03 331	**0581 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
03 331	0581 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	250.000
03 331	**0581 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
03 331	0581 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	20.000
03 331	**0581 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.950.000**
03 331	0581 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	1.950.000
TOTAL - FISCAL									**2.220.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.220.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**4.908.000**
		Atividades							
03 331	**0581 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.025.500**
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.025.500
03 331	**0581 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**3.882.500**
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	3.882.500
TOTAL - FISCAL									**4.908.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.908.000**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**11.809.039**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**11.809.039**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	11.809.039
	2118	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores**							**164.821.368**
		Atividades							
07 301	**2118 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**10.000.000**
07 301	2118 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	188	10.000.000
07 122	**2118 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**154.821.368**
07 122	2118 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	85.444.133
			F	1	1	90	0	188	69.377.235
TOTAL - FISCAL									**154.821.368**
TOTAL - SEGURIDADE									**21.809.039**
TOTAL - GERAL									**176.630.407**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**55.330**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**55.330**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	55.330
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**55.330**
TOTAL - GERAL									**55.330**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**15.719.569**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**15.719.569**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	169	15.719.569
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**36.077.455**
		Atividades							
10 331	**2115 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**70.000**
10 331	2115 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	6	151	70.000
10 122	**2115 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**36.007.455**
10 122	2115 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	6	151	36.007.455
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**51.797.024**
TOTAL - GERAL									**51.797.024**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**74.940.000**
		Atividades							
10 301	**2115 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**40.000**
10 301	2115 2004 5027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Município de Porto Alegre - RS	S	3	1	90	0	151	40.000
10 331	**2115 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**3.500.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10 331	2115 2012 5027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS	S	3	1	90	0	100	3.500.000
10 122	**2115 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**71.400.000**
10 122	2115 20TP 5027	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Município de Porto Alegre - RS	S	1	1	90	6	151	71.400.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**74.940.000**
TOTAL - GERAL									**74.940.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**30.000**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**30.000**
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**30.000**
TOTAL - GERAL									**30.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**6.430.004**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**6.430.004**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							6.430.004
			S	1	1	90	0	151	4.755.659
			S	1	1	90	0	169	1.674.345
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**7.100.516**
		Atividades							
10 122	**2115 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.100.516**
10 122	2115 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							7.100.516
			S	1	1	90	6	151	7.100.516
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**13.530.520**
TOTAL - GERAL									**13.530.520**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**46.525**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**46.525**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	151	46.525
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**5.476.713**
		Atividades							
10 122	**2115 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**5.467.613**
10 122	2115 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	S	1	1	90	0	151	5.467.613
		Operações Especiais							
10 331	**2115 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**9.100**
10 331	2115 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional	S	3	1	90	0	151	9.100
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.523.238**
TOTAL - GERAL									**5.523.238**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**253.561.443**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**253.561.443**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	151	253.561.443
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**238.242.532**
		Atividades							
10 122	**2115 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**235.133.306**
10 122	2115 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	6	151	235.133.306
		Operações Especiais							
10 122	**2115 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**3.109.226**
10 122	2115 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	S	1	0	91	6	151	3.109.226
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**491.803.975**
TOTAL - GERAL									**491.803.975**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**975.811**
		Atividades							
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**975.811**
26 122	2126 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	975.811
TOTAL - FISCAL									**975.811**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**975.811**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**11.845.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0901 0022**	**Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais**							**11.845.000**
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0	100	11.845.000
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**240.000**
		Atividades							
26 331	**2126 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**40.000**
26 331	2126 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	40.000
26 331	**2126 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
26 331	2126 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									**12.085.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.085.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**404.194**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**404.194**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	404.194
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**6.843.505**
		Atividades							
26 301	**2126 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
26 301	2126 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	188	30.000
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.813.505**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	6.813.505
TOTAL - FISCAL									**6.813.505**
TOTAL - SEGURIDADE									**434.194**
TOTAL - GERAL									**7.247.699**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**11.674.946**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**11.674.946**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	11.674.946

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**								**100.000**
		Operações Especiais								
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**								**100.000**
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100		100.000
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**								**15.632.768**
		Atividades								
26 122	**2126 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**								**15.512.768**
26 122	2126 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188		15.512.768
		Operações Especiais								
26 331	**2126 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**								**120.000**
26 331	2126 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional	F	3	1	90	0	100		120.000
TOTAL - FISCAL										**15.632.768**
TOTAL - SEGURIDADE										**11.774.946**
TOTAL - GERAL										**27.407.714**

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2117	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações**							**8.975.658**
		Atividades							
24 331	**2117 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**720.000**
24 331	2117 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	720.000
24 122	**2117 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.750.720**
24 122	2117 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	7.750.720
		Operações Especiais							
24 122	**2117 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**504.938**
24 122	2117 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	504.938
TOTAL - FISCAL									**8.975.658**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.975.658**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura**							**10.000**
		Atividades							
13 331	**2107 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
13 331	2107 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									**10.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura**							**25.000**
		Operações Especiais							
13 331	**2107 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**25.000**
13 331	2107 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	25.000
TOTAL - FISCAL									**25.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**25.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42203 - Fundação Cultural Palmares
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura**							**40.000**
		Atividades							
13 331	**2107 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
13 331	2107 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	10.000
13 331	**2107 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
13 331	2107 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	10.000
13 331	**2107 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
13 331	2107 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									**40.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura**							**10.000**
		Atividades							
13 331	**2107 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
13 331	2107 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									**10.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura**							**1.769.920**
		Atividades							
13 331	**2107 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
13 331	2107 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	10.000
13 122	**2107 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.759.920**
13 122	2107 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	100	1.759.920
TOTAL - FISCAL									**1.769.920**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.769.920**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura**							**377.862**
		Atividades							
13 331	**2107 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
13 331	2107 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	10.000
13 122	**2107 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**367.862**
13 122	2107 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	367.862
TOTAL - FISCAL									**377.862**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**377.862**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**377.435**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**377.435**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100	377.435
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**6.510.974**
		Atividades							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.510.974**
18 122	2124 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	6.510.974
TOTAL - FISCAL									**6.510.974**
TOTAL - SEGURIDADE									**377.435**
TOTAL - GERAL									**6.888.409**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**236.855**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**236.855**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	236.855
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**1.771.450**
		Atividades							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.771.450**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.771.450
TOTAL - FISCAL									**1.771.450**
TOTAL - SEGURIDADE									**236.855**
TOTAL - GERAL									**2.008.305**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**32.384.558**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**32.384.558**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	32.384.558
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**10.473.701**
		Atividades							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**10.473.701**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	10.473.701
TOTAL - FISCAL									**10.473.701**
TOTAL - SEGURIDADE									**32.384.558**
TOTAL - GERAL									**42.858.259**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**259.821**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**259.821**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100	259.821
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**4.625.469**
		Atividades							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.469.844**
18 122	2124 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	4.469.844
		Operações Especiais							
18 331	**2124 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**60.000**
18 331	2124 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	60.000
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**95.625**
18 122	2124 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100	95.625
TOTAL - FISCAL									**4.625.469**
TOTAL - SEGURIDADE									**259.821**
TOTAL - GERAL									**4.885.290**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**778.426**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**778.426**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	778.426
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**393.634**
		Atividades							
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**112.851**
18 122	2124 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	100	112.851
		Operações Especiais							
18 331	**2124 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**30.000**
18 331	2124 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	30.000
18 122	**2124 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**250.783**
18 122	2124 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0	100	250.783
TOTAL - FISCAL									**393.634**
TOTAL - SEGURIDADE									**778.426**
TOTAL - GERAL									**1.172.060**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**3.359.006**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**3.359.006**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	3.359.006
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**11.850.076**
		Atividades							
18 331	**2124 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
18 331	2124 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	10.000
18 122	**2124 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**11.830.076**
18 122	2124 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	11.830.076
		Operações Especiais							
18 331	**2124 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**10.000**
18 331	2124 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional	F	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									**11.850.076**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.359.006**
TOTAL - GERAL									**15.209.082**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**25.830.576**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**25.830.576**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	25.830.576
	2125	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**9.369.331**
		Atividades							
04 301	**2125 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**1.000.000**
04 301	2125 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	1.000.000
04 331	**2125 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**500.000**
04 331	2125 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	500.000
04 331	**2125 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**500.000**
04 331	2125 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	500.000
04 331	**2125 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.000.000**
04 331	2125 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.000.000
		Operações Especiais							
04 331	**2125 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**500.000**
04 331	2125 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional	F	3	1	90	0	100	500.000
09 274	**2125 0739**	**Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002**							**5.869.331**
09 274	2125 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional	S	1	1	90	0	188	5.869.331
TOTAL - FISCAL									**2.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**32.699.907**
TOTAL - GERAL									**35.199.907**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**55.089.878**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**55.089.878**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	55.089.878
	2125	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**10.000**
		Atividades							
04 331	**2125 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
04 331	2125 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									**10.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**55.089.878**
TOTAL - GERAL									**55.099.878**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2120	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário**							**60.000**
		Atividades							
21 331	**2120 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**60.000**
21 331	2120 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									**60.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**60.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**29.230.415**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**29.230.415**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	29.230.415
	2120	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário**							**18.756.505**
		Atividades							
21 122	**2120 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**18.756.505**
21 122	2120 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	18.756.505
TOTAL - FISCAL									**18.756.505**
TOTAL - SEGURIDADE									**29.230.415**
TOTAL - GERAL									**47.986.920**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**438.962**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**438.962**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	188	438.962
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**4.615.062**
		Atividades							
05 331	**2108 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
05 331	2108 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	10.000
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.605.062**
05 122	2108 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	188	4.605.062
TOTAL - FISCAL									**4.615.062**
TOTAL - SEGURIDADE									**438.962**
TOTAL - GERAL									**5.054.024**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**567.692.906**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0179**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas**							**523.492.716**
09 272	0089 0179 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas - Nacional	S	1	1	90	0	188	523.492.716
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**44.200.190**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	44.200.190
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**320.247.378**
		Atividades							
05 331	**2108 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
05 331	2108 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	200.000
05 331	**2108 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**120.000**
05 331	2108 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	120.000
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**32.708.918**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	32.708.918
05 122	**2108 2867**	**Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas**							**268.363.063**
05 122	2108 2867 0001	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	188	268.363.063
		Operações Especiais							
09 274	**2108 0739**	**Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002**							**18.390.556**
09 274	2108 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional	S	1	1	90	0	188	18.390.556
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**464.841**
05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	464.841
TOTAL - FISCAL									**301.856.822**
TOTAL - SEGURIDADE									**586.083.462**
TOTAL - GERAL									**887.940.284**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**179.393.997**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0179**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas**							**150.000.000**
09 272	0089 0179 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas - Nacional	S	1	1	90	0	188	150.000.000
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**29.393.997**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	188	29.393.997
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**331.951.708**
		Atividades							
05 331	**2108 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**70.000**
05 331	2108 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	70.000
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**28.567.328**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	28.567.328
05 122	**2108 2867**	**Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas**							**300.000.000**
05 122	2108 2867 0001	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	188	300.000.000
		Operações Especiais							
09 274	**2108 0739**	**Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002**							**3.314.380**
09 274	2108 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional	S	1	1	90	0	188	3.314.380
TOTAL - FISCAL									**328.637.328**
TOTAL - SEGURIDADE									**182.708.377**
TOTAL - GERAL									**511.345.705**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**77.636.449**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0179**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas**							**48.000.000**
09 272	0089 0179 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas - Nacional							48.000.000
			S	1	1	90	0	188	48.000.000
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**29.636.449**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							29.636.449
			S	1	1	90	0	188	29.636.449
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**147.401.785**
		Atividades							
05 331	**2108 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
05 331	2108 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							250.000
			F	3	1	90	0	100	250.000
05 331	**2108 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**2.350.000**
05 331	2108 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							2.350.000
			F	3	1	90	0	100	2.350.000
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**40.138.718**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							40.138.718
			F	1	1	90	0	100	40.138.718
05 122	**2108 2867**	**Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas**							**100.000.000**
05 122	2108 2867 0001	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional							100.000.000
			F	1	1	90	0	188	100.000.000
		Operações Especiais							
05 331	**2108 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**3.000.000**
05 331	2108 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							3.000.000
			F	3	1	90	0	100	3.000.000
09 274	**2108 0739**	**Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002**							**1.023.027**
09 274	2108 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							1.023.027
			S	1	1	90	0	188	1.023.027
05 122	**2108 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**640.040**
05 122	2108 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							640.040
			F	1	0	91	0	100	640.040
TOTAL - FISCAL									**146.378.758**
TOTAL - SEGURIDADE									**78.659.476**
TOTAL - GERAL									**225.038.234**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**10.000**
		Atividades							
05 331	**2108 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
05 331	2108 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							10.000
			F	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									**10.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**500**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**500**
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							500
			S	3	1	90	0	100	500
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**7.188.714**
		Atividades							
05 301	**2108 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**1.500.000**
05 301	2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.500.000
			S	3	1	90	0	188	1.500.000
05 331	**2108 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**950.000**
05 331	2108 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							950.000
			F	3	1	90	0	100	950.000
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.738.714**
05 122	2108 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							4.738.714
			F	1	1	90	0	100	4.738.714
TOTAL - FISCAL									**5.688.714**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.500.500**
TOTAL - GERAL									**7.189.214**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**14.711.170**
		Atividades							
05 331	**2108 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
05 331	2108 2010 0035	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo							200.000
			F	3	1	90	0	100	200.000
05 122	**2108 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**14.511.170**
05 122	2108 20TP 0035	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							14.511.170
			F	1	1	90	0	100	14.511.170
TOTAL - FISCAL									**14.711.170**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**14.711.170**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**213.023**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**213.023**
09 272	0089 0181 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							213.023
			S	1	1	90	0	188	213.023
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**213.023**
TOTAL - GERAL									**213.023**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**138.085**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**138.085**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							138.085
			S	1	1	90	0	188	138.085
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**4.491.702**
		Atividades							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**4.491.702**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							4.491.702
			F	1	1	90	0	188	4.491.702
TOTAL - FISCAL									**4.491.702**
TOTAL - SEGURIDADE									**138.085**
TOTAL - GERAL									**4.629.787**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**26.902.136**
		Atividades							
04 331	**2111 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
04 331	2111 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							300.000
			F	3	1	90	0	100	300.000
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**26.602.136**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							26.602.136
			F	1	1	90	0	100	24.602.136
			F	1	1	90	0	188	2.000.000
TOTAL - FISCAL									**26.902.136**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**26.902.136**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**49.917**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**49.917**
09 272	0089 0181 6000	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Amazônia Legal	S	1	1	90	0	100	49.917
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**1.203.575**
		Atividades							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.203.575**
04 122	2111 20TP 6000	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Amazônia Legal	F	1	1	90	0	100	1.203.575
TOTAL - FISCAL									**1.203.575**
TOTAL - SEGURIDADE									**49.917**
TOTAL - GERAL									**1.253.492**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**98.186**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**98.186**
09 272	0089 0181 0020	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste	S	1	1	90	0	188	98.186
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**2.012.499**
		Atividades							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.012.499**
04 122	2111 20TP 0020	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste	F	1	1	90	0	188	2.012.499
TOTAL - FISCAL									**2.012.499**
TOTAL - SEGURIDADE									**98.186**
TOTAL - GERAL									**2.110.685**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**10.785.549**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**10.785.549**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	10.785.549
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**290.814**
		Atividades							
04 122	**2111 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**290.814**
04 122	2111 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	290.814
TOTAL - FISCAL									**290.814**
TOTAL - SEGURIDADE									**10.785.549**
TOTAL - GERAL									**11.076.363**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**30.000**
		Atividades							
04 301	**2111 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
04 301	2111 2004 0050	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Centro-Oeste	S	3	1	90	0	188	30.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**30.000**
TOTAL - GERAL									**30.000**

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2128	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo**							**30.000**
		Atividades							
23 301	**2128 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
23 301	2128 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	188	30.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**30.000**
TOTAL - GERAL									**30.000**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2122	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**							**7.200.000**
		Atividades							
08 122	**2122 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**6.944.000**
08 122	2122 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	S	1	1	90	0	151	6.944.000
		Operações Especiais							
08 122	**2122 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**256.000**
08 122	2122 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	S	1	0	91	0	151	256.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**7.200.000**
TOTAL - GERAL									**7.200.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades**							**2.973.999**
		Atividades							
04 301	**2116 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**30.000**
04 301	2116 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	188	30.000
15 122	**2116 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.943.999**
15 122	2116 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	2.943.999
TOTAL - FISCAL									**2.943.999**
TOTAL - SEGURIDADE									**30.000**
TOTAL - GERAL									**2.973.999**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades**							**12.359.865**
		Atividades							
15 301	**2116 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**521.899**
15 301	2116 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	188	521.899
15 331	**2116 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**900.000**
15 331	2116 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100	900.000
15 122	**2116 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**10.937.966**
15 122	2116 20TP 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	188	10.937.966
TOTAL - FISCAL									**11.837.966**
TOTAL - SEGURIDADE									**521.899**
TOTAL - GERAL									**12.359.865**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**21.513.846**
		Operações Especiais							
28 846	**0901 0022**	**Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais**							**21.513.846**
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0	100	8.291.983
			F	3	1	90	0	100	13.221.863
	2116	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades**							**42.099.600**
		Atividades							
15 331	**2116 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
15 331	2116 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							200.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			F	3	1	90	0	100	200.000
15 331	**2116 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**500.000**
15 331	2116 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							500.000
			F	3	1	90	0	100	500.000
15 122	**2116 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**41.399.600**
15 122	2116 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							41.399.600
			F	1	1	90	0	100	399.600
			F	1	1	90	0	188	41.000.000
TOTAL - FISCAL									**63.613.446**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**63.613.446**

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62101 - Secretaria de Aviação Civil
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**1.358.430**
		Atividades							
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**1.358.430**
26 122	2101 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							1.358.430
			F	1	1	90	0	100	1.358.430
TOTAL - FISCAL									**1.358.430**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.358.430**

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62201 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**601.069**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**601.069**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							601.069
			S	1	1	90	0	188	601.069
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**9.421.772**
		Atividades							
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**7.123.252**
26 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							7.123.252
			F	1	1	90	0	100	7.123.252
		Operações Especiais							
26 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**2.298.520**
26 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							2.298.520
			F	1	0	91	0	100	2.298.520
TOTAL - FISCAL									**9.421.772**
TOTAL - SEGURIDADE									**601.069**
TOTAL - GERAL									**10.022.841**

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**58.112.035**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**46.603.993**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							46.603.993
			S	1	1	90	0	188	46.603.993
03 122	**0089 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**11.508.042**
03 122	0089 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							11.508.042
			F	1	0	91	0	100	11.508.042
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**96.439.012**
		Atividades							
03 331	**2101 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
03 331	2101 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							100.000
			F	3	1	90	0	100	100.000
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**96.339.012**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							96.339.012
			F	1	1	90	0	188	96.339.012
TOTAL - FISCAL									**107.947.054**
TOTAL - SEGURIDADE									**46.603.993**
TOTAL - GERAL									**154.551.047**

ÓRGÃO: 66000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 66101 - Controladoria-Geral da União
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**12.205.900**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**12.205.900**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							12.205.900
			S	1	1	90	0	188	12.205.900
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**24.892.665**
		Atividades							
04 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**24.785.245**
04 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							24.785.245
			F	1	1	90	0	188	24.785.245
		Operações Especiais							
04 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**107.420**
04 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							107.420
			F	1	0	91	0	188	107.420
TOTAL - FISCAL									**24.892.665**
TOTAL - SEGURIDADE									**12.205.900**
TOTAL - GERAL									**37.098.565**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68101 - Secretaria de Portos
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**2.404.213**
		Atividades							
26 331	**2101 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**10.000**
26 331	2101 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							10.000
			F	3	1	90	0	100	10.000
26 331	**2101 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**20.000**
26 331	2101 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**2.374.213**
26 122	2101 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							2.374.213
			F	1	1	90	0	100	2.374.213
TOTAL - FISCAL									**2.404.213**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.404.213**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**16.610**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**16.610**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							16.610
			S	1	1	90	0	188	16.610
	2101	**Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República**							**12.236.941**
		Atividades							
26 122	**2101 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**10.660.265**
26 122	2101 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							10.660.265
			F	1	1	90	0	100	10.660.265
		Operações Especiais							
26 122	**2101 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**1.576.676**
26 122	2101 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							1.576.676
			F	1	0	91	0	100	1.576.676
TOTAL - FISCAL									**12.236.941**
TOTAL - SEGURIDADE									**16.610**
TOTAL - GERAL									**12.253.551**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71901 - Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**41.902.485**
		Operações Especiais							
28 846	**0901 0022**	**Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais**							**41.902.485**
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							41.902.485
			F	1	1	90	0	100	41.902.485
TOTAL - FISCAL									**41.902.485**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**41.902.485**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**146.994.560**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0053**	**Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios**							**146.994.560**
09 272	0089 0053 0011	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Rondônia							31.494.548
			S	1	1	90	0	188	31.494.548
09 272	0089 0053 0012	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Acre							5.558.123
			S	1	1	90	0	100	5.558.123
09 272	0089 0053 0014	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Roraima							26.915.259
			S	1	1	90	0	188	26.915.259
09 272	0089 0053 0016	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Amapá							38.957.786
			S	1	1	90	0	100	38.957.786
09 272	0089 0053 0033	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Rio de Janeiro							44.068.844
			S	1	1	90	0	188	44.068.844
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**60.659.372**
		Atividades							
04 122	**2110 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**55.294.691**
04 122	2110 20TP 0011	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia							12.540.646
			F	1	1	90	0	188	12.540.646
04 122	2110 20TP 0014	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima							16.905.855
			F	1	1	90	0	100	16.905.855
04 122	2110 20TP 0016	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá							25.848.190
			F	1	1	90	0	100	25.848.190
		Operações Especiais							
04 122	**2110 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**5.364.681**
04 122	2110 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima							2.187.525
			F	1	0	91	0	100	2.187.525
04 122	2110 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							3.177.156
			F	1	0	91	0	100	3.177.156
TOTAL - FISCAL									**60.659.372**
TOTAL - SEGURIDADE									**146.994.560**
TOTAL - GERAL									**207.653.932**

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	**Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica**							**317.408.047**
		Operações Especiais							
28 845	**0903 00FM**	**Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal**							**26.664.711**
28 845	0903 00FM 0053	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							26.664.711
			S	3	1	90	0	100	26.664.711
28 845	**0903 00NS**	**Pessoal Inativo e Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal**							**290.743.336**
28 845	0903 00NS 0053	Pessoal Inativo e Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							290.743.336
			S	1	1	90	0	100	290.743.336
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**317.408.047**
TOTAL - GERAL									**317.408.047**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**6.968.062**
		Atividades							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**6.968.062**
02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional							6.968.062
			F	4	2	90	0	100	6.968.062
TOTAL - FISCAL									**6.968.062**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.968.062**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**28.880.895**
		Atividades							
02 131	**0571 2549**	**Comunicação e Divulgação Institucional**							**6.663.660**
02 131	0571 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional							6.663.660
			F	4	2	90	0	100	6.663.660
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**22.217.235**
02 122	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							22.217.235
			F	3	2	90	0	127	22.217.235
TOTAL - FISCAL									**28.880.895**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**28.880.895**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**70.000**
		Atividades							
20 331	**2105 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**70.000**
20 331	2105 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							70.000
			F	3	1	90	0	100	70.000
TOTAL - FISCAL									**70.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**70.000**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**100.000**
		Atividades							
20 331	**2105 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
20 331	2105 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							100.000
			F	3	1	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**500.000**
		Atividades							
19 331	**2106 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**500.000**
19 331	2106 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							500.000
			F	3	1	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**							**1.000.000**
		Atividades							
19 331	**2106 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.000.000**
19 331	2106 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**250.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	250.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**300.000**
12 301	2109 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	S	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**500.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**400.000**
12 331	2109 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	112	400.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**150.000**
12 301	2109 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará	S	3	1	90	0	112	150.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2011 0023	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	F	3	1	90	0	112	150.000
TOTAL - FISCAL									**150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**400.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**150.000**
12 301	2109 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	S	3	1	90	0	112	150.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
12 331	2109 2012 0052	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	112	250.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.350.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**950.000**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	950.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**400.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	400.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**950.000**
TOTAL - GERAL									**1.350.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**950.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**900.000**
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	900.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**900.000**
TOTAL - GERAL									**950.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**400.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**300.000**
12 301	2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará	S	3	1	90	0	112	300.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**650.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**150.000**
12 301	2109 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba	S	3	1	90	0	112	150.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2011 0025	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	112	100.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**400.000**
12 331	2109 2012 0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	112	400.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**650.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**150.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**150.000**
12 301	2109 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná	S	3	1	90	0	112	150.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**200.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**200.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**600.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**200.000**
12 301	2109 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	90	0	112	200.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**350.000**
12 331	2109 2012 0024	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	112	350.000
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**50.000**
12 331	2109 00M1 0024	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**200.000**
TOTAL - GERAL									**600.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**750.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**350.000**
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	112	350.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**400.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	400.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**350.000**
TOTAL - GERAL									**750.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**450.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**300.000**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	300.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	150.000
TOTAL - FISCAL									**150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**450.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**200.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**200.000**
12 301	2109 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**200.000**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**400.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**150.000**
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	112	150.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	250.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**600.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**250.000**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	250.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	150.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**350.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**250.000**
TOTAL - GERAL									**600.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**350.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
12 331	2109 2012 0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	112	250.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**350.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná	S	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**200.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**200.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**750.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**350.000**
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	112	350.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**400.000**
12 331	2109 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	112	400.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**350.000**
TOTAL - GERAL									**750.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0024	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**200.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**700.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2011 0013	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas	F	3	1	90	0	112	200.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**500.000**
12 331	2109 2012 0013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas	F	3	1	90	0	112	500.000
TOTAL - FISCAL									**700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**700.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**500.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**350.000**
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	112	350.000
		Operações Especiais							
12 331	**2109 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**50.000**
12 331	2109 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**100.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	S	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**550.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**200.000**
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	200.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**350.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	350.000
TOTAL - FISCAL									**350.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**200.000**
TOTAL - GERAL									**550.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**700.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**350.000**
12 331	2109 2011 0051	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	0	112	350.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**350.000**
12 331	2109 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	0	112	350.000
TOTAL - FISCAL									**700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**700.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**450.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	200.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**450.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**150.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	112	150.000
TOTAL - FISCAL									**150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**150.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**150.000**
12 301	2109 2004 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe	S	3	1	90	0	112	150.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**850.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**400.000**
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	400.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**450.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	112	450.000
TOTAL - FISCAL									**450.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**400.000**
TOTAL - GERAL									**850.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 331	2109 2012 0016	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá	F	3	1	90	0	112	50.000
									50.000
TOTAL - FISCAL									**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**100.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	112	100.000
									100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	112	50.000
									50.000
TOTAL - FISCAL									**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	112	50.000
									50.000
TOTAL - FISCAL									**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**8.000.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)**							**8.000.000**
28 846	0901 0005 0043	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	100	8.000.000
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**350.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**350.000**
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	112	350.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**8.350.000**
TOTAL - GERAL									**8.350.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**150.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	112	150.000
									150.000
TOTAL - FISCAL									**150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**400.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**200.000**
12 301	2109 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	S	3	1	90	0	112	200.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas	S	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**400.000**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**350.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
12 331	2109 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	S	3	1	90	0	112	250.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**350.000**
TOTAL - GERAL									**350.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Valter Cantídio

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**250.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2012 0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	S	3	1	90	0	112	150.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**250.000**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubrian

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**100.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	S	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**250.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo							50.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			S	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0032	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**250.000**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**250.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2012 0052	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	S	3	1	90	0	112	150.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**250.000**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**100.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**500.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**200.000**
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	200.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**500.000**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**150.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará	S	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará	S	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26370 - Hospital Universitário Betina Ferro Souza
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará	S	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**400.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2012 0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	S	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**400.000**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**450.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**450.000**
12 331	2109 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	S	3	1	90	0	112	450.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**450.000**
TOTAL - GERAL									**450.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**650.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2011 0026	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	S	3	1	90	0	112	100.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**								**450.000**
12 331	2109 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	S	3	1	90	0	112		450.000
TOTAL - FISCAL										**0**
TOTAL - SEGURIDADE										**650.000**
TOTAL - GERAL										**650.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**600.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**150.000**
12 301	2109 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	90	0	112	150.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**450.000**
12 331	2109 2012 0024	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	90	0	112	450.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**600.000**
TOTAL - GERAL									**600.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**200.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**200.000**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**150.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**250.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2012 0042	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	90	0	112	150.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**250.000**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**400.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**350.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	112	350.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**400.000**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba	S	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**100.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26392 - Hospital Getúlio Vargas

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**350.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2011 0013	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12 331	2109 2012 0013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas	S	3	1	90	0	112	250.000
									250.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**350.000**
TOTAL - GERAL									**350.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26393 - Hospital Universitário de Brasília

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**200.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	112	50.000
									50.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	112	150.000
									150.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**200.000**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**200.000**
12 301	2109 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	S	3	1	90	0	112	200.000
									200.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0021	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão	S	3	1	90	0	112	100.000
									100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Miguel Riet Junior

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**100.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	112	100.000
									100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	112	300.000
									300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26397 - Hospital Júlio Muller

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**150.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**150.000**
12 331	2109 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso	S	3	1	90	0	112	150.000
									150.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	112	50.000
									50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0022	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí	S	3	1	90	0	112	50.000
									50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**200.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2012 0028	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe	S	3	1	90	0	112	200.000
									200.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**200.000**
TOTAL - GERAL									**200.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**450.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**150.000**
12 301	2109 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	90	0	112	150.000
									150.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	90	0	112	300.000
									300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**450.000**
TOTAL - GERAL									**450.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas	F	3	1	90	0	112	50.000
									50.000
TOTAL - FISCAL									**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**50.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**500.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia							100.000
			S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**400.000**
12 331	2109 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia							400.000
			F	3	1	90	0	112	400.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**250.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo							50.000
			S	3	1	90	0	112	50.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**200.000**
12 331	2109 2011 0032	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo							200.000
			F	3	1	90	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									**200.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso							100.000
			S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2011 0051	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							100.000
			F	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**100.000**
12 331	2109 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							100.000
			F	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**200.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará							50.000
			S	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**450.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**450.000**
12 301	2109 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							450.000
			S	3	1	90	0	112	450.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**450.000**
TOTAL - GERAL									**450.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**100.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina							100.000
			S	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**50.000**
12 331	2109 2012 0016	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amapá							50.000
			F	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							50.000
			S	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**250.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**250.000**
12 331	2109 2011 0052	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás							250.000
			F	3	1	90	0	112	250.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**100.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12 301	2109 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco	S	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**500.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**200.000**
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	112	200.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**200.000**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**600.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	90	0	112	100.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**500.000**
12 331	2109 2012 0024	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte	F	3	1	90	0	112	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**600.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 331	**2109 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2011 0014	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima	F	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**1.350.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**1.350.000**
12 301	2109 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	112	1.350.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.350.000**
TOTAL - GERAL									**1.350.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26444 - Hospital e Maternidade Victor Ferreira do Amaral
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**100.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**100.000**
12 301	2109 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná	S	3	1	90	0	112	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**300.000**
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**50.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**50.000**
12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	S	3	1	90	0	112	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**300.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**300.000**
12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	S	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26451 - Hospital de Ensino Dr. Washington Antonio de Barros
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**450.000**
		Atividades							
12 301	**2109 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**150.000**
12 301	2109 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco	S	3	1	90	0	112	150.000
12 331	**2109 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**300.000**
12 331	2109 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	S	3	1	90	0	112	300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**450.000**
TOTAL - GERAL									**450.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**3.500.000**
		Atividades							
06 301	**2112 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**1.000.000**
06 301	2112 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	1.000.000
06 331	**2112 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**500.000**
06 331	2112 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	500.000
06 331	**2112 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**2.000.000**
06 331	2112 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									**2.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.000.000**
TOTAL - GERAL									**3.500.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**1.000.000**
		Atividades							
06 331	**2112 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.000.000**
06 331	2112 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça**							**782.658**
		Atividades							
14 301	**2112 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**500.000**
14 301	2112 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	500.000
14 331	**2112 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**282.658**
14 331	2112 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	282.658
TOTAL - FISCAL									**282.658**
TOTAL - SEGURIDADE									**500.000**
TOTAL - GERAL									**782.658**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**7.000.000**
		Atividades							
03 125	**0581 2508**	**Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei**							**4.500.000**
03 125	0581 2508 0001	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - Nacional	F	4	2	90	0	100	4.500.000
		Projetos							
03 122	**0581 7J45**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES**							**2.500.000**
03 122	0581 7J45 3273	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES - No Município de Vitória - ES	F	4	2	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									**7.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.000.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**491.600**
		Atividades							
03 062	**0581 4263**	**Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar**							**491.600**
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional	F	3	2	90	0	100	491.600
TOTAL - FISCAL									**491.600**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**491.600**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**1.500.000**
		Atividades							
03 062	**0581 4261**	**Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**							**1.500.000**
03 062	0581 4261 0053	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									**1.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.500.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**2.908.000**
		Atividades							
03 062	**0581 4262**	**Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho**							**2.908.000**
03 062	0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.908.000
TOTAL - FISCAL									**2.908.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.908.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**17.393.914**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**17.393.914**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	169	17.393.914
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**380.500.000**
		Atividades							
10 301	**2115 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**3.000.000**
10 301	2115 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	151	3.000.000
10 331	**2115 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.000.000**
10 331	2115 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	S	3	1	90	6	151	1.000.000
10 331	**2115 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**6.500.000**
10 331	2115 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	S	3	1	90	6	151	6.500.000
10 122	**2115 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**370.000.000**
10 122	2115 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	S	1	1	90	6	151	370.000.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**397.893.914**
TOTAL - GERAL									**397.893.914**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**246.581.743**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00H7**	**Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações**							**3.109.226**
28 846	0909 00H7 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	S	1	0	91	6	151	3.109.226
28 846	**0909 0C04**	**Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações**							**243.472.517**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	S	1	1	90	6	151	243.472.517
	2115	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde**							**6.800.000**
		Atividades							
10 301	**2115 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**3.000.000**
10 301	2115 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	151	3.000.000
10 331	**2115 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**3.800.000**
10 331	2115 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	S	3	1	90	6	151	3.800.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**253.381.743**
TOTAL - GERAL									**253.381.743**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**80.869.395**
		Operações Especiais							
28 846	**0901 0022**	**Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais**							**80.869.395**
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							80.869.395
			F	1	1	90	0	100	67.147.532
			F	3	1	90	0	100	13.721.863
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**6.685.655.609**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00H7**	**Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações**							**140.816.636**
28 846	0909 00H7 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	0	91	0	100	140.816.636
28 846	**0909 0623**	**Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes**							**7.300.000**
28 846	0909 0623 0001	Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	7.300.000
28 846	**0909 08UQ**	**Quadro em Extinção dos Servidores Civis e Militares dos Ex-Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia (EC nº 60, de 2009 e EC nº 79, de 2014)**							**380.805.687**
28 846	0909 08UQ 0001	Quadro em Extinção dos Servidores Civis e Militares dos Ex-Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia (EC nº 60, de 2009 e EC nº 79, de 2014) - Nacional	F	1	1	90	0	100	380.805.687
28 846	**0909 09IZ**	**Pagamento de Pessoal decorrente de Ingressos de Empregados, de Planos de Cargos e Empregos, de Acordos Coletivos/Dissídios, de Planos de Desligamento Voluntário e de Anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94 - Empresas Estatais**							**221.100.000**
28 846	0909 09IZ 0001	Pagamento de Pessoal decorrente de Ingressos de Empregados, de Planos de Cargos e Empregos, de Acordos Coletivos/Dissídios, de Planos de Desligamento Voluntário e de Anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94 - Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0	100	221.100.000
28 846	**0909 0C04**	**Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações**							**5.935.633.286**
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	1	90	0	100	3.173.586
			F	1	1	90	0	188	5.932.459.700
	2125	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**864.732.707**
		Atividades							
04 122	**2125 20TP**	**Pagamento de Pessoal Ativo da União**							**674.963.605**
04 122	2125 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	188	674.963.605
		Operações Especiais							
04 122	**2125 09HB**	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**							**189.769.102**
04 122	2125 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	189.769.102
TOTAL - FISCAL									**7.631.257.711**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.631.257.711**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**600.000**
		Atividades							
05 331	**2108 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**600.000**
05 331	2108 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									**600.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**600.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**4.280.000**
		Atividades							
05 331	**2108 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**4.280.000**
05 331	2108 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	4.280.000
TOTAL - FISCAL									**4.280.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.280.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**2.000.000**
		Atividades							
05 331	**2108 213Z**	**Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa - Pecúnia**							**2.000.000**
05 331	2108 213Z 0001	Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa - Pecúnia - Nacional	F	3	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									**2.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**471.883**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**471.883**
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100	471.883
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**471.883**
TOTAL - GERAL									**471.883**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**50.000**
		Atividades							
04 331	**2111 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**23.000**
04 331	2111 2011 0050	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Centro-Oeste	F	3	1	90	0	100	23.000
04 331	**2111 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**27.000**
04 331	2111 2012 0050	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Centro-Oeste	F	3	1	90	0	100	27.000
TOTAL - FISCAL									**50.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**50.000**

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**8.000.000**
		Atividades							
04 301	**2110 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**7.000.000**
04 301	2110 2004 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia	S	3	1	90	0	100	500.000
04 301	2110 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima	S	3	1	90	0	100	1.500.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

04 301	2110 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	100	5.000.000
04 331	**2110 2012**	**Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**1.000.000**
04 331	2110 2012 0014	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima	F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**7.000.000**
TOTAL - GERAL									**8.000.000**

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	**Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica**							**317.408.047**
		Operações Especiais							
28 845	**0903 00FM**	**Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal**							**5.500.000**
28 845	0903 00FM 0053	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal	S	4	1	90	0	100	5.500.000
28 845	**0903 00NR**	**Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal**							**290.041.474**
28 845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	212.668.071
			F	3	1	90	0	100	31.877.277
			F	4	1	90	0	100	45.496.126
28 845	**0903 00NT**	**Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal**							**21.866.573**
28 845	0903 00NT 0053	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	21.866.573
TOTAL - FISCAL									**311.908.047**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.500.000**
TOTAL - GERAL									**317.408.047**

ÓRGÃO: 90000 - Reserva de Contingência
UNIDADE: 90000 - Reserva de Contingência
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**54.424.925**
		Operações Especiais							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**6.213.931**
99 999	0999 0Z00 6499	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal	F	1	0	91	0	100	6.213.931
99 999	**0999 0Z01**	**Reserva de Contingência Fiscal - Primária**							**48.210.994**
99 999	0999 0Z01 6499	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Reserva de Contingência - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal	F	1	1	90	0	100	48.210.994
TOTAL - FISCAL									**54.424.925**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**54.424.925**

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 431, de 21 de outubro de 2015.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 5.077, de 2009 (nº 19/11 no Senado Federal), que "Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 1º

"Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

'Art. 2º .....

.....

VI - o conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, que agregue valor a produtos e serviços do meio rural.

.....' (NR)"

Razões do veto

"Da forma ampla como foi redigido, o dispositivo poderia enquadrar certas atividades turísticas indevidamente como atividade rural, o que possibilitaria uma aplicação distorcida de benefícios tributários no âmbito do imposto de renda rural. Além disso, a proposta não veio acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e das compensações necessárias, em desrespeito ao que determina o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como os arts. 108 e 109 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO)."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 432, de 21 de outubro de 2015. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015.

Nº 433, de 21 de outubro de 2015.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2015 (MP nº 679/15), que "Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Rio 2016; altera as Leis nºs 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos em áreas urbanas, 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, e 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC); e revoga o art. 5º-A da Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009".

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Inciso III e § 2º do art. 1º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, alterados pelo art. 5º do projeto de lei de conversão

"III - o Programa Nacional de Habitação dos Profissionais de Segurança Pública (PNHPSP)."

"§ 2º Exclusivamente nas operações previstas no inciso III do **caput** deste artigo, será admitido o atendimento de interessados que tenham renda superior à prevista no **caput**, na forma do regulamento."

Razões dos vetos

"A proposta criaria um subprograma, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, voltado para um segmento profissional específico, sem estipular critérios relacionados à renda dos beneficiários, o que desvirtuaria os objetivos originais do Programa. Além disso, a medida não veio acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro, nem da declaração de adequação com a lei orçamentária anual, com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, em desrespeito ao que determina o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 434, de 21 de outubro de 2015. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.174, de 21 de outubro de 2015.

Nº 435, de 21 de outubro de 2015. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.175, de 21 de outubro de 2015.

Nº 436, de 21 de outubro de 2015. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.176, de 21 de outubro de 2015.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 20 de outubro de 2015

Entidade: AC SERPRO ACF, vinculada à AC SERPRO
Processo nº: 00100.000306/2005-51

Acolhem-se o Parecer CGAF/ITI nº 024/2015 e Nota nº 715/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, que aprova a versão 5.1 das Pcs A1 e A3 da AC SERPRO ACF, vinculada à AC SERPRO. Os arquivos contendo os documentos aprovados possuem os hashes SHA1 informados no Parecer e devem ser publicados pela AC em seu repositório no prazo máximo de 30 dias, a contar da data desta publicação.

Entidade: AR ALIANÇA, vinculada à AC SINCOR RIO RFB
Processo nº: 00100.000222/2015-99

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-85/2015 e consoante Parecer nº 158/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR ALIANÇA, vinculada à AC SINCOR RIO RFB, com instalação técnica situada na Rua Governador Portela, n° 671, loja, lote 28, Centro, Nova Iguaçu-RJ para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR INFOCO DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA
Processo nº: 00100.000189/2015-05

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-82/2015 e consoante Parecer nº 147/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR INFOCO DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com instalação técnica situada na Av. Barão Homem de Melo, 4500, sala 1310 e 1311, Estoril, Belo Horizonte MG, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR FECOMÉRCIO TO, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e AC CERTISIGN RFB
Processo nº: 00100.000207/2015-41 e 00100.000215/2015-97

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-83/2015 e consoante Parecer nºs 135/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU e 143/2015/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR FECOMÉRCIO TO, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e AC CERTISIGN RFB, com instalação técnica situada na Quadra 301 Norte. Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01, Lote 19, Plano Diretor Norte, Palmas TO, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR FINANCIER, vinculada à AC SINCOR RIO RFB
Processo nº: 00100.000194/2015-18

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-81/2015 e consoante Parecer nº 141/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR FINANCIER, vinculada à AC SINCOR RIO RFB, com instalação técnica situada na Avenida Ayrton Senna, n°3000, salas 3008 e 3009, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR GLOBALCERTI
CNPJ: 17.065.559/0001-00
Processo Nº: 00100.000242/2015-60

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 11/13), RECEBO a solicitação de credenciamento da AR GLOBALCERTI operacionalmente vinculada à AC VALID RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR GLOBALCERTI
CNPJ: 17.065.559/0001-00
Processo Nº: 00100.000241/2015-15

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 10/12), RECEBO a solicitação de credenciamento da AR GLOBALCERTI operacionalmente vinculada à AC VALID BRASIL, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR ONLINE VÁRZEA GRANDE
CNPJ: 21.684.498/0001-29
Processo Nº: 00100.000229/2015-19

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 95/98), RECEBO a solicitação de credenciamento da AR ONLINE VÁRZEA GRANDE operacionalmente vinculada à AC VALID RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.412, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.001002/2005-22 e tendo em vista a aprovação da Superintendente de Outorgas, conforme delegação contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 253-ANTAQ, de 1º de agosto de 2006, do empresário R. Batista da Silva Agropecuária, CNPJ nº 01.848.089/0001-03, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em decorrência de alteração de frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.413, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50303.002542/2013-11 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 392ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de multa pecuniária no montante de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), em face da Superintendência do Porto de Itajaí - SPI, CNPJ nº 00.662.091/0001-20, na forma do art. 78-A, inciso II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, em razão da prática da infração tipificada no inciso LIV do art. 13 da norma aprovada pela Resolução n° 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor, consubstanciada no fato de efetuar a cessão de bem público de forma irregular em favor de empresa privada.

Art. 2º Aplicar a penalidade de advertência em face da SPI, na forma do art. 78-A, inciso I da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, em razão da prática da infração capitulada no inciso XLIX do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ, consubstanciada no fato de não promover a adequada manutenção de bem pertencente à União sob sua guarda.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, que promova a realização de procedimento de fiscalização junto à Empresa Brasileira de Navegação - EBN denominada Sul Norte Serviços Marítimos Ltda., CNPJ nº 14.820.318/0001-23, tendente a avaliar a regularidade da operação do Rebocador Anápolis no período em que esteve sob sua responsabilidade.

Art. 4º Cientificar a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR e o Ministério Público Federal - MPF em Itajaí/SC, acerca da presente decisão.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

ACÓRDÃO-97-2015-ANTAQ

Processo: 50300.000425/2015-13.
Parte: MAURÍCIO RODRIGUES LIBARDI.
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de recurso administrativo interposto pelo servidor Maurício Rodrigues Libardi, matrícula SIAPE nº 1544934, em face de decisão da Superintendência de Administração e Finanças - SAF que, por meio de seu Memo nº 01/2015, de 12 de janeiro de 2015, comunicou ao recorrente a sua reprovação no curso de MBA em Regulação de Serviços Públicos, ministrado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, bem como a necessidade de ressarcimento ao erário do valor referente a sua inscrição no curso em comento, totalizando R$ 13.135,55 (treze mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 391a Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 23 de setembro de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por indeferir o recurso administrativo interposto pelo servidor Maurício Rodrigues Libardi, com a cobrança imediata, nos termos do art. 46 da Lei n° 8.112/1990, do valor de R$ 13.135,55 (treze mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), referente à inscrição financiada pela ANTAQ no curso de MBA em Regulação de Serviços Públicos, em razão de sua reprovação no curso em comento. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Substituta Natalia Hallit Moyses, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.
Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Relator

ACÓRDÃO-98-2015-ANTAQ

Processo: 50307.001955/2013-31.
Parte: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de Processo Administrativo Contencioso - PAC instaurado em desfavor da empresa Petrobras Distribuidora S.A., CNPJ/MF nº 34.274.233/0001-02, visando à apuração de suposta prática da infração tipificada no art. 18, inciso XXXI da norma aprovada pela Resolução n° 1.660-ANTAQ, de 8 de abril de 2010, vigente à época, por explorar instalação de uso privado denominada TUP TEVEL - sem a devida autorização da ANTAQ, tendo, posteriormente, sido consignada nos autos a tipificação da infração no inciso XVII do art. 27 da norma aprovada pela Resolução nº 2.520-ANTAQ, de 20 de junho de 2012.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 390ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 10 de setembro de 2015, o Diretor, Relator, Fernando Fonseca, votou como segue:
"a) Pela aplicação da penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais), em desfavor da empresa Petrobras Distribuidora S.A., CNPJ/MF nº 34.274.233/0001-02, pela prática da infração tipificada no inciso XVII do art. 27 da norma aprovada pela Resolução nº 2.520-ANTAQ, de 20 de junho de 2012, materializada no fato de explorar instalação portuária considerada como Estação de Transbordo de Cargas - ETC, sem autorização da ANTAQ, por meio de sua filial (...), inscrita no CNPJ/MF sob o n° 34.274.233/0097-46; e
b) Por determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, que promova novas gestões junto à empresa Petrobras Distribuidora S.A. visando à regularização da instalação TEVEL, mediante o oferecimento de Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com prazo e previsão de multa pecuniária pelo seu descumprimento."
O Diretor Mário Povia, então, acompanhou o voto-relator quanto à aplicação da penalidade de multa pecuniária, divergindo quanto ao oferecimento de Termo de Ajuste de Conduta, reputando ser mais adequado ao caso em tela a fixação de prazo para regularização da situação da instalação portuária em comento.
O Diretor Adalberto Tokasrki verbalmente acompanhou, na íntegra, o voto do Diretor, Relator, Fernando Fonseca.
Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto-relator, acompanhado pelo Diretor Adalberto Tokarski.
Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, o Procurador-Chefe, Luiz Eduardo Diniz Araújo e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.
Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor-Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO-99-2015-ANTAQ

Processo: 50306.002189/2013-31.
Parte: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de Processo Administrativo Contencioso - PAC instaurado em desfavor da empresa Petrobras Distribuidora S.A., CNPJ/MF nº 34.274.233/0001-02, visando à apuração de suposta prática da infração tipificada no art. 18, inciso XXXI da norma aprovada pela Resolução n° 1.660-ANTAQ, de 8 de abril de 2010, vigente à época, por explorar instalação de uso privado denominada BARAC I, sem a devida autorização da ANTAQ, tendo, posteriormente, sido consignada nos autos a tipificação de infração no inciso XVII do art. 27 da norma aprovada pela Resolução nº 2.520-ANTAQ, de 20 de junho de 2012.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 390ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 10 de setembro de 2015, o Diretor, Relator, Fernando Fonseca, votou como segue:
"a) Pela aplicação da penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 5.670,00 (cinco mil e seiscentos e setenta reais), em desfavor da empresa Petrobras Distribuidora S.A., CNPJ/MF nº 34.274.233/0001-02, pela infração tipificada no inciso XVII do art. 27 da norma aprovada pela Resolução nº 2.520-ANTAQ, de 20 de junho de 2012, materializada no fato de explorar instalação portuária considerada como Estação de Transbordo de Cargas - ETC, sem autorização da ANTAQ, por meio de sua filial em Caracaraí, RR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.274.233/0145-88; e
b) Por determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, que promova novas gestões, junto à empresa Petrobras Distribuidora S.A., visando à regularização da instalação de uso privado - BARAC I, mediante o oferecimento de Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com prazo e previsão de multa pecuniária pelo seu descumprimento."
O Diretor Mário Povia, então, acompanhou o voto-relator quanto à aplicação da penalidade de multa pecuniária, divergindo quanto ao oferecimento de Termo de Ajuste de Conduta, reputando ser mais adequado ao caso em tela a fixação de prazo para regularização da situação da instalação portuária em comento.
O Diretor Adalberto Tokasrki verbalmente acompanhou, na íntegra, o voto do Diretor, Relator, Fernando Fonseca.
Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto-relator, acompanhado pelo Diretor Adalberto Tokarski.
Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, o Procurador-Chefe, Luiz Eduardo Diniz Araújo e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.
Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor-Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO-100-2015-ANTAQ

Processo: 50314.002716/2013-17.
Parte: SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE - SUPRG.
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de Processo Administrativo Contencioso - PAC instaurado em face da Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.039.203/0001-54, visando à apuração do possível cometimento das infrações apuradas no procedimento de fiscalização levado a termo no âmbito do Plano Anual de Fiscalização-PAF/2013 (processo nº 50314.000942/2013-55), da Unidade Regional de Porto Alegre - UREPL.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 390ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 10 de setembro de 2015, o Diretor, Relator, Fernando Fonseca, votou como segue:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"a) Por aplicar as sanções pecuniárias consignadas no quadro abaixo à Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, CNPJ/MF nº 01.039.203/0001-54, em face das infrações apuradas no âmbito do Processo Administrativo Contencioso - PAC nº 50314.002716/2013-17:

	DESCRIÇÃO DAS IREGULARIDADES	VALOR SUGERIDO PARA A MULTA
1	Não comprovar o cumprimento do papel de Autoridade Controladora previsto na Norma aprovada pela Resolução nº 2190-ANTAQ, de 28/07/2011	Resolução nº 2190-ANTAQ, Art. 23, I a IV; 1 agravante e 1 atenuante Resolução nº 987- ANTAQ, Art. 76, l e art. 75, I, respectivamente - R$ 1.113,76.
2	Não possuir inventário patrimonial finalizado, referente ao exercício de 2012, até 09/09/2013	Resolução 858-ANTAQ, Art. 13, IX; 1 agravante Resolução nº 987-ANTAQ, Art. 76, I - R$ 1.856,25.
3	Firmar os Contratos de Uso Temporário nº 607/2013, 608/2013, 612/2013 e 613/2013, o Termo de Cessão de Uso não Onerosa nº 615/2013 e o Termo de Cooperação nº 546/2012, todos em desacordo com a Norma aprovada pela Resolução nº 2240-ANTAQ, de 04/10/2011	Resolução 858-ANTAQ, Art. 13, LIV; 3 agravantes Resolução nº 987-ANTAQ, Art. 76, I, II e III - R$ 194.400,00 x 6 = R$ 1.166.400,00
4	Não regulamentar a Guarda Portuária	Resolução nº 858-ANTAQ, Art. 13, LIII; 2 agravantes Resolução nº 987-ANTAQ, Art. 76, I e II - R$ 29.700,00
5	Não apresentar cópia dos relatórios de fiscalização e/ou notificações recebidas, nos exercícios de 2012 e 2013, das entidades públicas intervenientes no porto	Afastada pela comissão em face de a SUPRG ter regularizado a pendência.
6	Não apresentar certificação do Corpo de Bombeiros válida quanto à segurança das instalações portuárias	Resolução nº 858-ANTAQ, Art. 13, LII; 2 agravantes Resolução nº 987-ANTAQ, Art. 76, I e VI - R$ 47.025,00
	TOTAL	R$ 1.246.095,01

b) Por cientificar a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR e a SUPRG acerca da presente deliberação."

O Diretor Adalberto Tokarski, então, apresentou o seguinte voto-vista:

"1) Pela aplicação de multa pecuniária no montante de R$ 274.095,01 (duzentos e setenta e quatro mil, noventa e cinco reais e um centavo) em desfavor da Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, inscrita no CNPJ sob o n° 01.039.203/0001-54, sendo: R$ 1.113,76 pelo cometimento da infração prevista nos incisos I a IV do artigo 23 da Resolução nº 2.190-ANTAQ, de 28 de julho de 2011, item 1; R$ 1.856,25 em razão da infração ao inciso IX do artigo 13, da Resolução nº 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor, item 2; R$ 194.400,00 em razão da infração ao inciso LIV do artigo 13 da Resolução nº 858-ANTAQ, item 3 (continuidade delitiva); R$ 29.700,00 pela infração prevista no inciso LIII do artigo 13 da Resolução nº 858-ANTAQ, item 4; pelo afastamento da multa relativa ao item 5, em razão da SUPRG ter regularizado a pendência; e R$ 47.025,00 pela infração prevista no inciso LII do artigo 13, da Resolução n° 858-ANTAQ, item 6; e

2) Por cientificar a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR e a SUPRG acerca da presente deliberação."

O Diretor Mário Povia verbalmente acompanhou, na íntegra, o voto do Diretor, Relator, Fernando Fonseca.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto-relator, acompanhado pelo Diretor Mário Povia.

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, o Procurador-Chefe, Luiz Eduardo Diniz Araújo e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 21 de outubro de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor-Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 364, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015 (*)

Aprova a Emenda nº 02 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 21 e a Emenda nº 02 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 45.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00066.051544/2014-89, deliberado e aprovado na Reunião da Diretoria realizada em 20 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo I desta Resolução, a Emenda nº 02 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 21 (RBAC nº 21), intitulado "Certificação de produto aeronáutico".

Art. 2º Aprovar, nos termos do Anexo II desta Resolução, a Emenda nº 02 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 45 (RBAC nº 45), intitulado "Marcas de identificação, de nacionalidade e de matrícula".

Art. 3º Os Regulamentos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Resolução encontram-se publicados no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponíveis em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Parágrafo único. O detentor de certificado de organização de produção que precisar de prazo adicional para a revalidação de seu sistema poderá solicitar, de forma e maneira aceitável pela ANAC, o cumprimento de um plano de ação em até 18 (dezoito) meses da data de publicação, desde que demonstre uma estrutura mínima de seu sistema.

CLÁUDIO PASSOS SIMÃO
Diretor-Presidente
Substituto

(*) O inteiro teor da Resolução acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br/biblioteca/resolucao2015.asp.

DECISÕES DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 20 de outubro 2015, decide:

Nº 128 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária SIKORSKI SERVIÇOS DE AEROCINEMATOGRAFIA LTDA., CNPJ nº 03.781.979/0001-70, com sede social em Campo Largo (PR), a explorar serviço aéreo público especializado nas atividades aerocinematografia, aeropublicidade e aerofotografia. Processo nº 00058.025527/2015-76.

Nº 129 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária A.R.T. TÁXI AÉREO LTDA. - ME, CNPJ nº 10.441.464/0001-97, com sede social em Itaituba (PA). Processo nº 00058.025878/2015-87. Fica revogada a Decisão nº 144, de 27 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2010, Seção 1, página 25.

Estas Decisões entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

CLÁUDIO PASSOS SIMÃO
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 130, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Declara coordenado o aeroporto de Palmas - Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ).

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos arts. 8º, incisos XIX e XX, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 6º da Resolução 338, de 22 de julho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00058.104922/2015-14, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 20 de outubro de 2015, decide:

Art. 1º Declarar coordenado o Aeroporto de Palmas - Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ).

§ 1º A Coordenação atenderá aos seguintes parâmetros, nos termos do art. 8º da Resolução nº 338, de 22 de julho de 2014:

I - nome do aeroporto: Aeroporto de Palmas - Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ);

II - motivo da coordenação: inciso V do art. 6º da Resolução nº 338, de 2014, tendo em vista a expectativa de aumento de demanda pela realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas - JMPI - Brasil 2015;

III - período de coordenação: todo o período do evento, de 22 de outubro de 2015 a 1º de novembro de 2015, todos os dias da semana, 24 horas por dia;

IV - modalidades de serviços aéreos que devem solicitar slots: serviços de transporte aéreo regular e não-regular, exceto taxi aéreo;

V - modalidades de serviços aéreos que são elegíveis para constituição de séries de slots: serviços de transporte aéreo regular e não-regular, exceto taxi aéreo;

VI - limitações de operação, relacionadas a aspectos técnicos: deverão constar da Declaração de Capacidade emitida pelo administrador do aeroporto;

VII - metas de eficiência de regularidade e de pontualidade na utilização das séries de slots no aeroporto: não aplicável, tendo em vista período de coordenação ser inferior a 5 (cinco) semanas consecutivas; e

VIII - percentual do banco de slots que será distribuído inicialmente às empresas aéreas entrantes no aeroporto: não aplicável, tendo em vista o período de coordenação ser inferior a 5 (cinco) semanas consecutivas.

§ 2º Os demais serviços aéreos não contemplados nos incisos IV e V do § 1º deste artigo serão coordenados da 0h do dia 22 de outubro de 2015 às 23h59min do dia 1º de novembro de 2015 e seguirão as regras de alocação de slots definidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, ficando sujeitas às penas infracionais previstas pela Resolução nº 338, de 2014.

§ 3º As infrações previstas na Resolução nº 338, de 2014, serão apuradas em todo o período de coordenação, estando sujeitas às penalidades as infrações que ocorrerem a partir de 0h do dia 22 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO PASSOS SIMÃO
Diretor-Presidente
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 2.832, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), com fundamento na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00066.003102/2015-15, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção de nº 1510-41/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico AMAER - ANDIRÁ MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA. - ME.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE
ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.831, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.061476/2015-57, resolve:

Art 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização de funcionamento da FLYASA Escola de Aviação Civil, situada à Avenida Dom Bosco n° 1733, Bairro Goiabeiras, CEP 78020-050, Cuiabá - MT.

Art 2º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos de Piloto Comercial Avião, Instrutor de Voo e Voo por Instrumentos da FLYASA Escola de Aviação Civil, situada à Avenida Dom Bosco nº 1733, Bairro Goiabeiras, CEP 78020-050, Cuiabá - MT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 226, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no § 4º do art. 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, e no art. 1º cominado com o inciso III, do art. 11, ambos do Decreto nº 6.972, de 29 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI para revisar procedimentos e atos normativos referentes à concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal, descrito no Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015.

Art. 2º O GTI será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o coordenará e exercerá as funções de secretaria-executiva;

II - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

III - Ministério da Fazenda;

IV - Ministério do Meio Ambiente

V - Controladoria Geral da União; e

VI - Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. Os órgãos indicarão até dois representantes, e respectivos suplentes, designados mediante ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º A participação no GTI será:

I - considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada; e

II - custeada pelo órgão de origem de cada representante.

Art. 4º O GTI apresentará relatório final em até 90 (noventa) dias a contar da sua instalação.

§ 1º Os relatórios técnicos produzidos no âmbito do GTI subsidiarão a expedição de atos normativos sobre a concessão de seguro-desemprego, nos períodos de defeso, nos termos do Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009.

§ 2º O prazo para a apresentação do relatório previsto no caput poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EMÍLIA JABER

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 70, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Revoga a Portaria nº 3, de 28 de março de 2012, da Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que estabelece a Plataforma Aquarius como estrutura global de informação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação [sic] - MCTI, através da qual todos os sistemas de informação, construídos, em construção ou a construir, devem integrar-se, ajustando-se aos padrões por ela estabelecidos.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que a Portaria nº 3, de 28 de março de 2012, da Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, estabelece a Plataforma Aquarius como estrutura global de informação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação [sic] - MCTI, através da qual todos os sistemas de informação, construídos, em construção ou a construir, devem integrar-se, ajustando-se aos padrões por ela estabelecidos;

CONSIDERANDO o escopo dos produtos efetivamente desenvolvidos no âmbito da Plataforma Aquarius;

CONSIDERANDO as dificuldades identificadas na execução do projeto da Plataforma Aquarius;

CONSIDERANDO as demandas de soluções de Tecnologia da Informação do MCTI;

CONSIDERANDO as manifestações da Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação e da Coordenação-Geral de Gestão e Inovação, que apontam a inconveniência de manutenção da Portaria nº 3, de 28 de março de 2012;

CONSIDERANDO que a política de Tecnologia da Informação do MCTI é definida por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação; e

CONSIDERANDO o conteúdo dos processos nº 01200.000813/2012-58 e nº 01200.0046661/2015-13; resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 3, de 28 de março de 2012, da Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.774/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002258/2008-12
Requerente: Universidade Federal do Espírito Santo
CQB: 265/08
Próton: 36548/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4690/15 publicado em 13/07/15
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Núcleo de Doenças Infecciosas-NDI (Área de pesquisa com vírus recombinantes) e Laboratório de bioquímica e biofísica molecular de proteínas, de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção, transporte, descarte, ensino e armazenamento. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.775/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002610/1997-04
Requerente: Universidade Federal de Viçosa-UFV
CQB: 024/97
Próton: 37687/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4691/15 publicado em 13/07/15
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Imunoquímica e Glicobiologia (LIG) e Laboratório de Imunovirologia Molecular (LIM), ambos de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção e ensino. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.776/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004200/1997-35
Requerente: Instituto Oswaldo Cruz - IOC /Fiocruz
CQB: 105/99
Próton: 43249/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4756/15 publicado em 25/08/15
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Bioquímica e Fisiologia de Insetos, salas 213, 215A e 215B, de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.777/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003883/1997-03
Requerente: Instituto de Ciências Biológicas/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
CQB: 038/97
Próton: 44466/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Revisão de CQB
Extrato Prévio: 4775/15 publicado em 02/09/15
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança (CI-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Bio) da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente ao descredenciamento do Laboratório de Biologia Molecular de Parasitos; Laboratório de Neurobiologia Molecular; Laboratório de apoio à pós-graduação; Laboratório de Lepstopirose; Laboratório de Virologia Comparada; Laboratório de Microorganismos Intracelular do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) da instituição. Conforme informado pelo requerente, esses laboratórios foram desativados por aposentadoria dos professores ou no curso do processo de reforma do ICB/UFMG. Além disso, não foram desenvolvidos, em nenhum deles, projetos com OGM ou derivados.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.778/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79
Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP
CQB: 046/98
Próton: 51568/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4782/15 publicado em 14/09/15
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente à Sala de freezers do Departamento de Biologia Celular e do Desenvolvimento, de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.779/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002347/1998-53
Requerente: Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina da USP
CQB: 084/98
Próton: 13723/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 4489/15 publicado em 24/03/15
Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicita parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Avaliação dos mecanismos moleculares das vias de p53/ARF e IFNB envolvidos com a resposta de células de melanoma ao tratamento com os transgenes p19Arf e IFNB". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.780/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004893/1997-93
Requerente: Instituto Butantan
CQB: 039/98
Próton: 38126/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 4694/15 publicado em 13/07/15
Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Desenvolvimento de processos de produção e purificação de proteínas recombinantes de Streptococcus pneumoniae em Escherichia coli". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.781/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004893/1997-93
Requerente: Instituto Butantan
CQB: 039/98
Próton: 14301/15
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 4537/15 publicado em 24/04/15
Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Busca de proteínas de superfície nas sequencias do genoma da leptospira interrogans: caracterização funcional e imunológica para o entendimento de mecanismos envolvidos na pategênese da bactéria". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.782/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004960/2009-00
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR
CQB: 313/10
Próton: 54861/14
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 4305/14 publicado em 31/10/14
Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Antígenos para diagnóstico". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.783/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

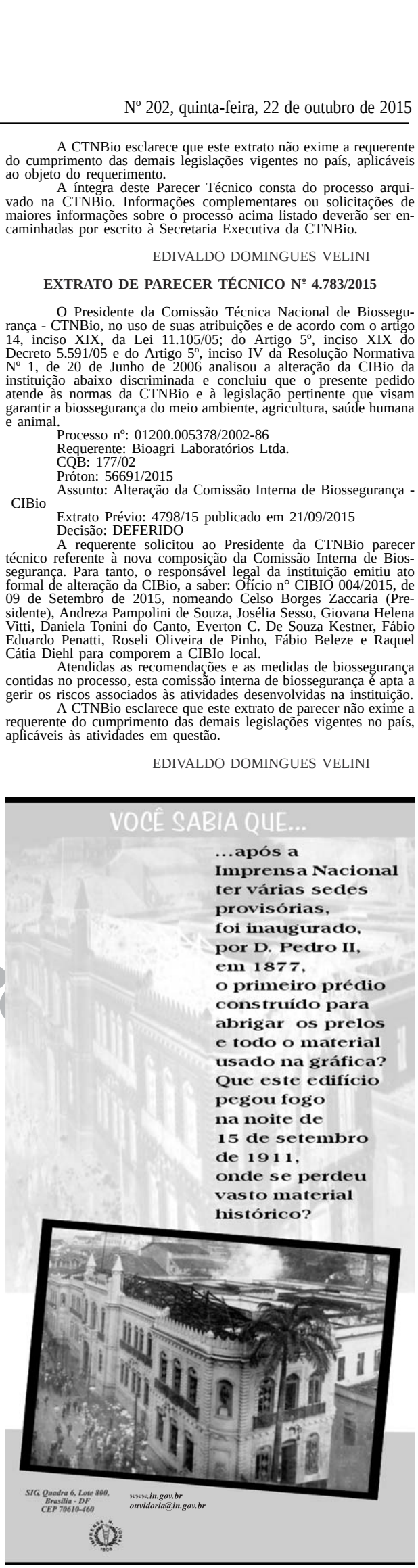
Processo nº: 01200.005378/2002-86
Requerente: Bioagri Laboratórios Ltda.
CQB: 177/02
Próton: 56691/2015
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4798/15 publicado em 21/09/2015
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ofício n° CIBIO 004/2015, de 09 de Setembro de 2015, nomeando Celso Borges Zaccaria (Presidente), Andreza Pampolini de Souza, Josélia Sesso, Giovana Helena Vitti, Daniela Tonini do Canto, Everton C. De Souza Kestner, Fábio Eduardo Penatti, Roseli Oliveira de Pinho, Fábio Beleze e Raquel Cátia Diehl para comporem a CIBIo local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 103, de 20 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, nº 201, de 21 de outubro de 2015, Seção 1, página 13, onde se lê: "...realizada no dia 24 de junho de 2014...", leia-se: ""...realizada no dia 24 de junho de 2010...".

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 95, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0281 - São Paulo em hi-fi - Nós que eramos tão felizes
Processo: 01580.048347/2014-26
Proponente: Cigano Filmes LTDA. ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.005.783/0001-70
Valor total aprovado: de R$ 300.000,00 para R$ 125.500,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 285.000,00 para R$ 110.000,00
Banco: 001- agência: 1189-4 conta corrente: 48.703-1
Aprovado na Reunião da Diretoria Colegiada nº 586, realizada em 06/10/2015.
Prazo de captação: 31/12/2016.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 31, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a divulgação da lista da fase de classificação do Edital de Divulgação n.º 04 de, 2 de julho de 2015 - CULTURA DE REDES - FOMENTO A REDES CULTURAIS DO BRASIL - CATEGORIA NACIONAL/REGIONAL.

O SECRETÁRIO DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL - SUBSTITUTO no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012 e com base no art. 21 do Anexo à Portaria MinC nº 29, de 21 de maio de 2009 e item 8.4 do Edital de Divulgação N.º 04 de, 2 de julho de 2015 - CULTURA DE REDES - FOMENTO A REDES CULTURAIS DO BRASIL - CATEGORIA NACIONAL/REGIONAL, publicado no Diário Oficial da União de 3 de julho, Sessão 3, páginas 22-25, resolve:

Art. 1º Ratificar as decisões da Comissão de Avaliação e Seleção, reunida entre os dias 29 de setembro a 1º de outubro, designada pela Portaria n.º 32, em observância ao expresso no item 9.2 do Edital, que procedeu a análise meritória dos projetos habilitados, em conformidade com os critérios constantes no item 10.1.

Art. 2º Serão desclassificadas as candidaturas que não obtiverem a nota final mínima de 60 (sessenta) pontos, em conformidade com o item 10.8 do Edital.

Art. 3º Divulgar o resultado inicial da etapa de seleção, de acordo com o item 10.11 do Edital.

Art. 4º Estabelecer o prazo de 02 (dois) dias corridos contados a partir da data de publicação do resultado inicial da etapa de classificação no DOU, para apresentação de pedido de reconsideração à Comissão de Seleção, mediante apresentação de justificativa, exclusivamente por meio eletrônico (e-mail) para o endereço eletrônico: cosen@cultura.gov.br, e devendo obrigatoriamente adotar formulário (Anexo 8) disponibilizado na Página do Ministério da Cultura www.cultura.gov.br.

Parágrafo único - Em conformidade com o item 10.13 "O pedido de reconsideração que não trouxer expressa a devida justificativa para reavaliação do projeto será indeferido".

I - CATEGORIA NACIONAL CLASSIFICADOS:

N.º	Nome do Projeto	Entidade Cultural	CNPJ	Cidade	UF	Região	Nota Final	Situação Final
1	Rede das Produtoras Culturais Colaborativas	Instituto Intercidadania	07.553.412/0001-06	Recife	PE	Nordeste	95	Classificado
2	Rede Cultural da Terra - Cultivando Artes e Saberes do Campo	Associação Brasil Popular	07.696.592/0001-77	São Paulo	SP	Sudeste	93,75	Classificado
3	Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes - CUCA da UNE	Instituto Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes - CUCA da UNE	12.489.689/0001-49	São Paulo	SP	Sudeste	92,5	Classificado
4	Respirando Cultura Brasileira	MOVIMENTO UMBANDA DO AMANHÃ	14.816.980/0001-00	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	91	Classificado
5	Rede Encontro de Culturas & Aldeia Multiétnica - 15 anos de colaboração Cultural!	Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge	10.680.513/0001-44	Alto Paraíso de Goiás	GO	Centro-Oeste	90,5	Classificado
6	Rede Brasileira de Teatro de Rua	Federação Prudentina de teatro	04.794.477/0001-47	Presidente Prudente	SP	Sudeste	90,25	Classificado
7	Rede Livre	Coletivo Soylocoporti - Pela Integração latino americana	08.823.179/0001-17	Curitiba	PR	Sul	89,75	Classificado
8	Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais	Instituto de Imagem e Cidadania Rio de Janeiro	03.808.720/0001-76	Bom Jardim	RJ	Sudeste	84,75	Classificado
9	Redes de Criatividade 2016	Rede Brasileira de Arteducação - Rede ABRA	07.180.282/0001-03	Belém	PA	Norte	84,5	Classificado
10	Articula Matriz Africana	Omo Aro Companhia Cultura	14.230.907/0001-51	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	83	Classificado
11	Cultura Griô em Rede	Congregação Holística da Paraíba - Escola Viva Olho do Tempo	02.517.619/0001-01	João Pessoa	PB	Nordeste	82,75	Classificado
12	III Fórum Nacional de Cultura e Infância	Instituto Seara de Cultura e Desenvolvimento	15.714.669/0001-12	Fortaleza	CE	Nordeste	82,25	Classificado
13	Movimento Canavial	AFAV-Associação dos Filhos e Amigos de Vicência	04.361.434/0001-78	Vicência	PE	Nordeste	81,75	Classificado
14	Cine Clube Terra Livre: Juventude Urbana e Camponesa	Associação da Juventude Camponesa Nordestina Terra Livre	09.423.270/0001-80	Recife	PE	Nordeste	81	Classificado
15	Redende: rede criativa em jogos midiáticos para mobilização cultural	Associação Imagem Comunitária - Grupo de Pesquisa e Experimentação em Mídias de Acesso Público	02.291.981/0001-07	Belo Horizonte	MG	Sudeste	79,75	Classificado
16	Luteria Itinerante Preservarte	Instituto Preservarte	06.151.516/0001-13	João Neiva	ES	Sudeste	77,5	Classificado
17	Rede Nacional de Gênero, Sexualidade e Cultura	Fábrica de Imagens - Ações Educativas em Cidadania e Gênero	02.346.978/0001-35	Fortaleza	CE	Nordeste	76,75	Classificado
18	Rede Mnemosine de Mulheres Cordelistas, Cantadoras e Repentistas	Cia. Catirina de Pesquisa e Produção Ateliê da Palavra	09.355.326/0001-06	Fortaleza	CE	Nordeste	74,75	Classificado
19	Projeto Software Livre Brasil	Associação Software Livre.org ASL	05.971.682/0001-01	Porto Alegre	RS	Sul	74,5	Classificado
20	Fortalecimento da Rede de Estações Digitais	Programando o Futuro	05.014.680/0001-16	Valparaíso de Goiás	GO	Centro-Oeste	74	Classificado
21	Rede Circo do Mundo Brasil há 15 anos formando educadores de circo social para o mundo	GRANDE CIRCO ARRAIAL	01.870.231/0001-19	Recife	PE	Nordeste	74	Classificado
22	Condomínio Cultural	Instituto Cultural Novo Mundo	13.357.823/0001-10	São Paulo	SP	Sudeste	73,25	Classificado
23	Pontão da Diversidade Cultural - ACAA	Associação Cultural e Artística de Anápolis	05.268.397/0001-10	Anápolis	GO	Centro-Oeste	73	Classificado
24	Pontos de Liberdade: Cultura, Arte e Cidadania no sistema penitenciário	Peoples's Palace Projects do Brasil	05.465.506/0001-90	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	72,25	Classificado
25	Curta-Se em Rede	Centro de Estudos Casa Curta - SE	06.036.728/0001-50	Aracaju	SE	Nordeste	72	Classificado
26	Encontro de Dança Contemporânea de Ipatinga	Associação Coreográfica Hibridus Cia. de Dança	07.417.708/0001-91	Ipatinga	MG	Sudeste	71,25	Classificado
27	LUZ DO SOL- MOSTRA DE ARTES SEM BARREIRAS	Associação Luz do Sol	02.922.535/0001-45	Nossa Senhora da Glória	SE	Nordeste	70	Classificado
28	Ativismo em Rede: a cultura como expressão política da juventude	Centro de Estudos Apolônio de Carvalho (CEAC)	07.924.833/0001-98	São Paulo	SP	Sudeste	70	Classificado
29	Rede Anjos Flutuantes	Grupo Anônimo de Teatro	31.111.206/0001-12	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	69,75	Classificado
30	Rede Capoeiragem / Abril Pra Angola	Centro de Desenvolvimento Sócio Cultural Atelier Multicultural	10.729.145/0001-81	Olinda	PE	Nordeste	66,5	Classificado
31	Fortalecendo a Rede Brasileira de Teatro Comunitário	Associação Cultural Casa do Beco	04.589.342/0001-40	Belo Horizonte	MG	Sudeste	66	Classificado
32	Centro de Referência da Capoeira	Instituto Verbo	38.372.715/0001-01	Belo Horizonte	MG	Sudeste	66	Classificado
33	Ações de 15 anos da Aliança pela Infância	Pró Aliança Pela Infância	13.300.799/0001-83	São Paulo	SP	Sudeste	66	Classificado
34	Rede de Artes Cênicas Cultura ao Alcance de Todos	Escândalo Legalizado Teatro	06.861.140/0001-30	Floriano	PI	Nordeste	66	Classificado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

35	Batucada em Rede	Centro de Criação do Dirceu	08.896.229/0001-68	Teresina	PI	Nordeste	64,25	Classificado
36	Rede de Gestão - Instituto Ekloos	Instituto Ekloos	11.285.430/0001-13	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	60,5	Classificado
37	Caravana do Forró - Patrimônio Imaterial do Brasil	Associação Cultural Balaio Nordeste	10.559.786/0001-35	João Pessoa	PB	Nordeste	60,25	Classificado

II - CATEGORIA NACIONAL DESCLASSIFICADOS

N.º	Nome do Projeto	Entidade Cultural	CNPJ	Cidade	UF	Região	Nota Final	Situação Final
1	MITRA -Mostra Itinerante de Teatro em Rede de Araruama	Gene Insanno Companhia de Teatro	06.990.705/0001-80	Araruama	RJ	Sudeste	56,25	Desclassificado
2	Uma Floresta na Cidade	Instituto de Preservação da Natureza Canto Vivo	10.365.928/0001-23	Aracaju	SE	Nordeste	54	Desclassificado
3	FITA - Festival Internacional de Teatro de Animação	FAZENDO FITA CIA. ARTISTICA	05.736.571/0001-02	Florianópolis	SC	Sul	53,75	Desclassificado
4	A Cultura da Rede Juçara	Cooperativa de Trabalho Catarse Coletivo de Comunicação Ltda	07.236.218/0001-99	Porto Alegre	RS	Sul	52,75	Desclassificado
5	I Encontro:O Brasil reconhece o Brasil	Filhos do mundo-FEME	03.218.098/0001-46	Salvador	BA	Nordeste	49,5	Desclassificado
6	ABEXA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EXPORTAÇÃO DE ARTESANATO	Associação Brasileira de Exportação de Artesanato - Abexa	12.876.615/0001-65	Brasília	DF	Centro-Oeste	47,75	Desclassificado
7	Rede de Cultura Gaúcha do Planalto Central	Federação Tradicionalista Gaúcha do Planalto Central - FTG-PC	01.452.891/0001-80	Brasília	DF	Centro-Oeste	46,5	Desclassificado
8	Rede de Memória Política dos Trabalhadores	Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas - IIEP	04.407.996/0001-05	São Paulo	SP	Sudeste	44,75	Desclassificado
9	Circuito do Choro	Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária	32.268.153/0001-00	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	40,75	Desclassificado
10	Rede de Humanização na Saúde - Patrimônio Cultural Brasileiro	Associação Viva e Deixe Viver	02.296.858/0001-07	São Paulo	SP	Sudeste	28,25	Desclassificado

III - CATEGORIA REGIONAL CLASSIFICADOS

N.º	Nome do Projeto	Entidade Cultural	CNPJ	Cidade	UF	Região	Nota Final	Situação Final
1	Rede do Jongo e do Caxambu do Rio de Janeiro	Associação Grupo Cultural Jongo da Serrinha	04.065.309/0001-10	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	97	Classificado
2	Fazendo Escambo	Companhia Cultural Ciranduís	04.061.386/0001-00	Janduís	RN	Nordeste	96	Classificado
3	Rede de Projetos Orquestrais da Bahia	Instituto de Ação Social pela Música - IASPM	10.490.525/0001-06	Salvador	BA	Nordeste	90,75	Classificado
4	Conexão Bibliotecas Comunitárias RS	ONG Cirandar	10.545.681/0001-27	Porto Alegre	RS	Sul	88,75	Classificado
5	Ação e Tradição	Ilè Asè Eiyelè Ogè	10.988.120/0001-00	Brasília	DF	Centro-Oeste	86,75	Classificado
6	Rede dos Coletivos TDV - memória; formação; criação e difusão	COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE MUSICA DE SAO PAULO	05.914.539/0001-70	São Paulo	SP	Sudeste	85,75	Classificado
7	Rede das Marujadas e Cheganças da Bahia	Chegança dos Marujos Fragata Brasileira	12.238.792/0001-16	Saubara	BA	Nordeste	84,5	Classificado
8	CONEXÃO PONTOS DE CULTURA	A SAGA AUDIOVISUAL E CIDADANIA	07.435.604/0001-00	Gravatá	PE	Nordeste	83,75	Classificado
9	Circuito A Praça é Pública	Educação em Foco	05.834.872/0001-79	Brasília	DF	Centro-Oeste	83,75	Classificado
10	Rede Nordeste Audiovisual	Instituto Delta Zero para o Desenvolvimento da Economia Criativa	16.665.658/0001-52	Recife	PE	Nordeste	83,5	Classificado
11	Fazer, Falar, Aprender e Compartilhar - Expansão e Fortalecimento	Associação Cultural Corporação Musical Saltense	02.342.361/0001-41	Salto	SP	Sudeste	83	Classificado
12	Rede Cultura Lúdica e Educação	Fundação de Apoio à Faculdade de Educação	02.123.553/0001-67	São Paulo	SP	Sudeste	82,5	Classificado
13	Instituto Kairós - Ética e Atuação Responsável	Instituto Kairós - Ética e Atuação Responsável	07.037.770/0001-58	São Paulo	SP	Sudeste	81,5	Classificado
14	Vida Sonora	Associação Cultural de Hip Hop de Laguna	05.051.898/0001-40	Laguna	SC	Sul	81,25	Classificado
15	LiteraSampa: Leituras e Culturas	Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho - IBEAC	47.460.183/0001-91	São Paulo	SP	Sudeste	80,75	Classificado
16	Fazendo Zabumba	Clube Cultural de Bumba-Meu-Boi de Zabumba e Tambor de Criola do Maranhão	05.162.047/0001-75	São Luís	MA	Nordeste	78,75	Classificado
17	Pelas Mulheres Indígenas	Thydêwá	05.297.512/0001-85	Ilheús	BA	Nordeste	77,3	Classificado
18	PACIRE - Patrimonio Cultural e Inclusão Social em rede	Instituto Sustentar de Responsabilidade Socioambiental	13.371.326/0001-77	Belo Horizonte	MG	Sudeste	76	Classificado
19	Cullturas Populares e tradiconais - Tecendo e integrando redes	Fórum Permanente para as Culturas Populares	08.515.078/0001-50	São Paulo	SP	Sudeste	76	Classificado
20	Ponto de Cultura Teia Cultural: Formando agentes, dinamizando a cultura	Associação de moradores do bairro Kayser	91.107.904/0001-76	Caxias do Sul	RS	Sul	73,5	Classificado
21	Mapa Criativo da Ilha	Instituto Maranhão Sustentável	14.997.063/0001-07	Raposa	MA	Nordeste	73,25	Classificado
22	Projeto Teatro Circula-Dô Regional	Associação de Arte Cultura Circula-Dô (antigo Grupo de Teatro Menestrel Faze-Dô)	01.810.319/0001-45	Lages	SC	Sul	70,75	Classificado
23	ARTICULANDO A REDE ALAGOANA DE DANÇA	Instituto Eu Mandaú	11.075.931/0001-75	Maceió	AL	Nordeste	70,75	Classificado
24	12º Festival de Teatro na Escola	Fundação Athos Bulcão	37.993.037/0001-78	Brasília	DF	Centro-Oeste	70,5	Classificado
25	RELEITURA BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS EM REDE, para tecer o futuro nas teias da literatura e da criatividade	ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA SOCIAL AMIGOS	14.810.743/0001-31	Recife	PE	Nordeste	69,75	Classificado
26	Rede Viva	Associação Experimental de Mídia Comunitária	39.518.337/0001-20	Niterói	RJ	Sudeste	69,25	Classificado
27	Centro de Profissionalização Teatral	Associação Ribeirão em Cena de Atores, profisisonais, amadores e universitários de Ribeirão Preto	06.021.841/0001-61	Ribeirão Preto	SP	Sudeste	69,25	Classificado
28	Trilhando Hassis	Escola Sindical Sul	01.204.607/0001-56	Florianópolis	SC	Sul	68	Classificado
29	Cultura à Mostra	Associação Amigos do Memorial da Classe Operária - UGT	06.307.099/0001-76	Ribeirão Preto	SP	Sudeste	66	Classificado
30	Cores do Amanhã por uma Cultura de Paz	Movimento Social e Cultural Cores do Amanhã	13.449.687/0001-99	Recife	PE	Nordeste	65,25	Classificado
31	Africanizando São Carlos Saberes em Movimento	Associação Cultural Ylê Omolokô	13.433.184/0001-25	São Carlos	SP	Sudeste	63,5	Classificado
32	VARA PARA PESCAR - REDE DE ARTICULAÇÃO CRIATIVA	Arco-íris de Misericórdia de Cubatão	06.098.176/0001-04	Cubatão	SP	Sudeste	63	Classificado
33	CAIU NA REDE É JOVEM	Instituto Tamomjunto	11.235.616/0001-68	Vitória	ES	Sudeste	62,25	Classificado
34	Rede do Samba de Roda da Bahia	Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia	07.810.132/0001-28	Feira de Santana	BA	Nordeste	61,5	Classificado
35	Quadros e Trilhas	Cineclube Cauim	51.820.371/0001-50	Ribeirão Preto	SP	Sudeste	61,5	Classificado
36	Memórias em Movimento	Escola Sindical 7 de Outubro	23.840.416/0001-13	Belo Horizonte	MG	Sudeste	60,75	Classificado
37	Rede do Saber e Cultura Popular	Instituto de Estudos Jurídicos de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais	08.637.072/0001-56	Porto Alegre	RS	Sul	60,5	Classificado
38	Circuito Regional Sul de Cinema Infantil	Núcleo de Ação Integrada	04.308.984/0001-23	Florianópolis	SC	Sul	60,5	Classificado
39	Redes de Integração Cultural	AGEDOR - Associação dos Amigos Arte-Educadores do Noroeste do Paraná	13.655.611/0001-10	Umuarama	PR	Sul	60	Classificado

IV - CATEGORIA REGIONAL DESCLASSIFICADOS

N.º	Nome do Projeto	Entidade Cultural	CNPJ	Cidade	UF	Região	Nota Final	Situação Final
1	NÚCLEO DE PESQUISAS TEATRAIS - ENCONTROS EM REDE	Cia. Pessoal de Arte	09.676.493/0001-59	Cuiabá	MT	Centro-Oeste	59,75	Desclassificado
2	Berimbalando Sonhos A Roda Que Acolhe	Associação Projeto Surfar	09.097.983/0001-09	Porto Alegre	RS	Sul	56,5	Desclassificado
3	Núcleos de Arte, Educação e Eventos - NAE	Instituto Semente das Artes	10.536.515/0001-64	Fortaleza	CE	Nordeste	56,5	Desclassificado
4	Fórum de Turismo Sustentável - Ilha Grande	Organização para Sustentabilidade da Ilha Grande - OSIG	13.590.878/0001-76	Angra dos Reis - Ilha Grande	RJ	Sudeste	55	Desclassificado
5	CAIM - Capacitação em Audiovisual dos Indígenas do Rio Mapuera	Kirwane - Desenvolvimento Integral	13.582.296/0001-48	Oriximiná	PA	Norte	54,5	Desclassificado
6	Conexão Insólita	Insólita Companhia	05.315.563/0001-92	Ouro Branco	MG	Centro-Oeste	53,75	Desclassificado
7	Biblioteca Viva de Memória Afro-Brasileira "Ile Ase Ayra Kiniba"	Associação Beneficente Afro-Brasileira São Jerônimo e São Jorge	03.828.064/0001-73	Colombo	PR	Sul	53,5	Desclassificado
8	Reestruturação da Rede e da Ong Varanda Cultural	Associação Reestruturação da Rede e da Ong Varanda Cultural	10.846.755/0001-65	Porto Alegre	RS	Sul	52	Desclassificado
9	Projeto Sabores do Saber	Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha	05.895.785/0001-21	Florianópolis	SC	Sul	49	Desclassificado
10	Rede Tradição Criativa	Sociedade Junina Turma de São João Batista	04.132.901/0001-98	São Luís	MA	Nordeste	48,75	Desclassificado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11	CIRCULAPONTO	ASSOCIACAO ARTISTICA MAPA TI	02.483.227/0001-60	Brasília	DF	Centro-Oeste	48,5	Desclassificado
12	Canjerê, os quilombos em rede - Encontro de Cultura Quilombola de Minas Gerais	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N' Golo	11.409.445/0001-46	Belo Horizonte	MG	Sudeste	45	Desclassificado
13	Leitura no Bairro	Sociedade de Amigos das Bibliotecas do Maranhão	01.350.898/0001-90	São Luís	MA	Nordeste	44,25	Desclassificado
14	Estruturação UBE	União Brasileira dos Escritores - UBE	09.055.666/0001-11	Recife	PE	Nordeste	44,25	Desclassificado
15	Implantação da Rede Catarinense de compartilhamento de conteúdos de comunicação e cultura comunitária, através da implantação de TVs comunitárias.	Associação das Entidades usuárias do Canal Comunitário de Florianópolis	03.509.036/0001-93	Florianópolis	SC	Sul	40,5	Desclassificado
16	Caravanas pela Terra: Pallasos em Rebeldia Brasil em apoio aos povos indígenas	Companhia Zero	05.049.061/0001-67	Florianópolis	SC	Sul	29	Desclassificado

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DE SOUZA SANTINI RODRIGUES

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 618, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
153049 - A Magia do Nascimento
Inalda Aparecida Alves da Silva
CNPJ/CPF: 885.874.798-49
Processo: 01400029074201572
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Aprovado: R$ 31.558,25
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto contará com a comunidade da cidade de Cubatão-SP, para fazer parte do grupo de foliões que farão oficinais e ensaios com músicas, cantos e danças para a grande festa religiosa que e a Folia de Reis.Que inicia no dia 24 de dezembro e termina no dia seis de janeiro do ano seguinte.
154474 - A Um Passo do Natal
Parnaxx Ltda
CNPJ/CPF: 10.568.738/0001-03
Processo: 01400045196201514
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.600.650,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: A Projeção Visual Mapeada tem revolucionado a arte como um todo. Além da transversalidade artística inerente a este tipo de trabalho, que se associa à música e ao teatro com propriedade e naturalidade, a projeção visual pode ser considerada a vanguarda das artes visuais por se apropriar deliberadamente dos espaços urbanos, sem agredi-lo fisicamente, mas com evidente simbiose artística. "A Um Passo do Natal", realizará, para esta edição, 10 (dez) apresentações no mês de dezembro, um espetáculo de projeções visuais atreladas a um espetáculo teatral, na cidade de São Paulo/SP, na Allianz Parque.
153196 - Brincando com o Folclore - 10 anos
Palco Pruduções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 09.246.046/0001-60
Processo: 01400029466201531
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 374.000,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização de temporada comemorativa de 10 anos do espetáculo SE ESSA RUA FOSSE MINHA - ESPETÁCULO DE BRINCAR. Uma peça de teatro infantil totalmente interativa na qual os espectadores assistem à história brincando todo o tempo junto aos atores de brincadeiras colhidas da cultura popular brasileira. O espetáculo foi merecedor por duas vezes consecutivas do Prêmio Pontinhos de Cultura (Ministério da Cultura), do Prêmio Valores do Brasil (Banco do Brasil) e, em 2014 foi semi finalista do Prêmio Brasil Criativo.
153957 - Centro de Danças
Adriana Villela da Motta Costa Quintão,
CNPJ/CPF: 455.975.456-04
Processo: 01400044376201571
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 441.305,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto Centro de Danças tem como tem como proposta oferecer aulas de ballet clássico e outras manifestações do gênero, a crianças e adolescentes de forma continuada, na cidade de Santa Bárbara, localizada a 90 km de Belo Horizonte. No desenvolvimento do projeto serão oferecidos programas de ensino específicos, por meio de uma metodologia lúdica e criativa, buscando com isso manter a motivação e interesse dos participantes pela arte da dança e outras manifestações. No final do curso será realizado um mostra, com 04 dias de apresentações, com participação de grupos convidados e alunos do projeto.
154235 - Cia de Dança Deborah Colker- 2016
JE Produções Ltda
CNPJ/CPF: 39.467.105/0001-90
Processo: 01400044829201569
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 6.793.038,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Manutenção dos espetáculos Velox e Rota. Turnês Nacionais e Internacionais com 60 apresentações em cidades brasileiras e 8 no exterior.
154590 - COMO TER SEXO A VIDA TODA COM A MESMA PESSOA - EXCURSÃO
Mascates Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.283.640/0001-70
Processo: 01400045431201540
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.469.540,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto tem como objeto a excursão do espetáculo "Como Ter Sexo a Vida Toda com a Mesma Pessoa" que permaneceu em cartaz durante 28 meses. A meta é visitar 17 cidades, a saber: São Paulo, Campinas, Americana, Jundiaí, Paulínia, Sorocaba, Piracicaba, Santos, Santo André, Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Maceió, Salvador, Fortaleza, Belém e Manaus. Está previsto um mínimo de 68 apresentações nestas praças.
154115 - E SE A GENTE SE CONHECESSE OUTRA VEZ?
Grupo ArtPalco
CNPJ/CPF: 16.992.921/0001-18
Processo: 01400044656201589
Cidade: Araguaína - TO;
Valor Aprovado: R$ 269.260,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Este projeto pretende realizar a montagem de espetáculo teatral de mesmo nome, sob direção de Luiz Navarro, com estreia em dezembro de 2015, em Araguaína-TO e circulação, em 2016, em 12 cidades de diversos Estados, quais sejam: Palmas-TO; Gurupi-TO; Colinas-TO; Porto Nacional-TO; Patos de Minas-MG; Uberlândia-MG; Barretos-SP, São José do Rio Preto-SP; Goiânia-GO; Brasília-DF; Luiz Eduardo Magalhães-BA; São Geraldo do Araguaia-PA. Ao todo serão 27 (vinte e sete) apresentações.
154588 - Grupo de Dança e Oficinas de Música do Programa Campeões da Vida
Instituto Guga Kuerten
CNPJ/CPF: 04.003.206/0001-26
Processo: 01400045427201581
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 117.814,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O Programa Campeões da Vida é realizado desde 2002 e atende 700 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, educacional e/ou econômica e 20 pessoas com deficiência. Desde 2003 são desenvolvidas oficinas de dança, mas em 2012 com a aprovação de um projeto pela Lei Rouanet, constituiu-se formalmente um Grupo de Dança, com 20 educandos, que amplia ainda mais o atendimento cultural do Programa Campeões da Vida, através de recursos próprios para essa finalidade. Em 2015 foram criadas as oficinas de música, onde são realizadas aulas de violão e violino para 20 crianças e adolescentes. Em 2016 deseja-se manter o Grupo de Dança com 20 participantes e manter três oficinas de música, duas de violão e uma de violino, atendendo 30 crianças e adolescentes, abrindo assim 10 novas vagas.
153919 - I Festival Brasileiro de Teatro Pós- Dramático
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400044325201549
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 200.904,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O I Festival Brasileiro de Teatro Pós-Dramático, tem como objetivo promover o teatro de investigação artística e diversidade de linguagens, estéticas e gêneros, no âmbito da cena contemporânea do teatro pós-dramático. Será realizado na cidade de Florianópolis, durante sete dias. Serão selecionados 06 espetáculos de grupos e artistas do Brasil, sendo exclusivamente 03 do estado de Santa Catarina/SC e 03 de outros estados brasileiros. Ainda, o festival contará com a participação de um dos nomes mais renomados do Teatro Pós- Dramático, o encenador norte americano Bob Wilson que fará uma conferência sobre o espetáculo "Hamlet- a monologue" aberta para todos os participantes e interessados de todo o Brasil.
153814 - Nosso Pequeno Infinito
NOVE PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 14.665.597/0001-06
Processo: 01400044176201518
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.404.480,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo teatral "Nosso pequeno infinito" que conta a historia de Carlito e Etelvina, casal octogenário, casados há sessenta anos. Temporada de oito semanas no Rio de Janeiro - de quinta à domingo - totalizando 32 apresentaçoes. Temporada de oito semanas em Sao Paulo - de sexta à domingo totalziando 24 apresentaçoes
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
152138 - Casarão das Artes
ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE IMBASSAI - AEI
CNPJ/CPF: 13.198.974/0001-73
Processo: 01400016170201551
Cidade: Mata de São João - BA;
Valor Aprovado: R$ 669.681,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de oficinas gratuitas de formação continuada na área de dança para 430 crianças e adolescentes de 6 a 18 anos e adultos, residentes em Imbassai, município de Mata de São João, Bahia. Serão realizadas oficinas de Música: iniciação musical, canto coral, percussão e confecção de instrumentos musicais; Artes Cênicas: dança e capoeira e Artes Visuais: fotografia e artes plásticas.
154101 - PAINEL DA MUSICA JAZZ DO BRASIL
MARCO DE ALMEIDA AGENCIA PRODUTORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.119.575/0001-03
Processo: 01400044602201513
Cidade: Sorocaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.354.750,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Um Painel da Musica Jazz feita no Brasil através de grupos e artistas de reconhecido valor artistico. Serão 22 shows com entrada gratuita e/ou a preço popular no valor de R$20,00 e R$40,00 além de 12 workshops gratuitos e 3 palestras gratuitas sobre a musica jazz no Brasil e no mundo. O Projeto deverá acontecer em 3 cidades do interior do Estado de São Paulo: Sorocaba, Itu e Salto durante o período de julho de 2016. Os shows deverão ocorrer no Teatro Municipal de Sorocaba, no Teatro Municipal de Salto e no Auditório Municipal de Itu, além das apresentações ao ar livre nas três cidades, sendo em Sorocaba no Parque do Campolim; em Itu na praça Duque de Caxias; e em Salto no Teatro ao ar livre da praça central da cidade. Os workshops e palestras ocorrerão no Conservatório Rogério Koury (Sorocaba); no Auditório Municipal de Itu, e no Teatro Municipal.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
153612 - 35 anos
Bolsa de Arte Porto Alegre
CNPJ/CPF: 90.882.713/0001-19
Processo: 01400041586201515
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 251.476,50
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: RESUMO DA PROPOSTA CULTURAL Realização de um ciclo de 5 exposições para comemorar os 35 anos de fundação da Bolsa de Arte de Porto Alegre, com uma programação especial de exibições na nova filial paulistana.
153834 - Hildegard Rosenthal - Álbum de família
ILLUMINA IMAGENS E MEMORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.419.736/0001-50
Processo: 01400044195201544
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 254.500,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Exposição de fotografias e documentos do arquivo pessoal da fotógrafa Hildegard Rosenthal (1911 - 1990) no Solar da Marquesa de Santos, sede do Museu da Cidade de São Paulo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

153974 - Palimpsesto [sobre a pintura]
Maria de Lourdes da Cunha
CNPJ/CPF: 371.325.801-59
Processo: 01400044393201516
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 169.800,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: "Palimpsesto [sobre a pintura]" é um projeto de exposição coletiva que explora quatro formas de entendimento "pictórico" e suas dimensões culturais. A exposição é organizada em torno de uma cartografia enfática orquestrada das pinturas de quatro artistas de diferentes nacionalidades: Maykel Linares (Cuba), Diego de los Reyes (Espanha) e os artistas goianos G. Fogaça e Pitágoras Lopes, a se realizar no prestigiado Centro Cultural de las Rozas , em Madri/Espanha, nos meses de março/abril de 2016 e na Potrich Galeria de arte, Goiânia/GO/Brasil, no mês de setembro/outubro de 2016, com datas de início e fim a serem definidas posteriormente. A mostra reunirá 24 obras, pinturas, de tamanhos e técnicas variadas, sendo 6 de cada artista.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
153036 - ANA BOTAFOGO ? edição do livro de arte
PVDI - Programa Visual Desenho Industrial
CNPJ/CPF: 33.628.462/0001-07
Processo: 01400029060201559
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 743.710,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto contempla dois produtos: uma publicação e um sítio virtual.A publicação se trata de dois livros encartados em uma Luva protetora. O tema é o resgate da trajetória da bailarina ícone brasileira, Ana Botafogo.Os livros conterão textos especialmente redigidos, assim como críticas da imprensa registrando o inestimável valor dessa artista.Um volume terá um texto que registrará toda a história da evolução da carreira da artista, com cerca de 450 laudas.O segundo volume conterá uma ampla edição iconográfica de fotos dos principais espetáculos, além de uma time line da sua trajetória ininterrupta no cenário da dança, especialmente no balé clássico.No meio digital, poderão ser acessados dados sobre a artista, sendo possível o download dos textos do livro, em português e ingl&ec
153933 - BALLESTER
DAN Galeria Comércio de Livros e Quadros LTDA
CNPJ/CPF: 82.509.571/0001-10
Processo: 01400044350201522
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 319.965,80
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: BALLESTER (título provisório) visa à criação de livro de arte que trará uma série de fotografias da cidade de São Paulo. As fotografias serão capturadas pelas lentes do espanhol Jose Manuel Ballester e a edição será trilíngue (português/ inglês/ espanhol), com 2.000 exemplares.
154262 - Clássicos Traduzidos
Vitor Paolozzi Sérvulo da Cunha
CNPJ/CPF: 091.293.118-37
Processo: 01400044859201575
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 488.736,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto visa criar uma editora para publicar em português obras clássicas internacionais que jamais tiveram sua edição nesta língua, seja no Brasil seja em Portugal - ou mesmo que tiveram, mas que há muitas décadas estão fora de catálogo e não são encontradas facilmente em bibliotecas ou sebos.
158036 - Cyro Monteiro - O que se leva dessa vida
Sopro Escritório de Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 16.877.605/0001-03
Processo: 01400061827201534
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 447.337,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Produção e publicação do primeiro livro biográfico sobre o cantor e compositor carioca Cyro Monteiro (1913-1973) escrito pelo músico e pesquisador Rodrigo Alzuguir, autor de "Amigo Cyro, muito te admiro", texto teatral encenado em 2014, e da biografia "Wilson Baptista - O samba foi sua glória", ganhadora do Prêmio Jabuti 2014. Com rica iconografia, discografia comentada e CD encartado com gravações do cantor, o livro terá tom de almanaque, no estilo de Cyro, famoso contador de casos e anedotas.
153480 - Dicionário de Personagens da Obra de Paulina Chiziane
Salma Ferraz de Azevedo de Oliveira
CNPJ/CPF: 393.120.899-00
Processo: 01400041427201511
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 26.700,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Editar um Dicionário de Personagens da Obra da autora moçambicana Paulina Chiziane.
154207 - Digitalização do Acervo Histórico da Escola Politécnica da USP
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA ENGENHARIA
CNPJ/CPF: 43.588.755/0001-61
Processo: 01400044785201577
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.731.077,65
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto de Digitalização do Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP propõe-se a digitalizar e disponibilizar eletronicamente a documentação histórica da Poli desde sua fundação, em 1893, até o presente, ou seja, até 2015. Estes documentos encontram-se atualmente no Arquivo Geral da Escola Politécnica da USP, em papel. O projeto prevê a implementação de um sistema de armazenamento digital de longo prazo. Importante esclarecer que desde a fundação da Escola Politécnica de São Paulo em 1893, sua incorporação à USP em 1934, até os dias atuais, o acervo histórico da Poli reuniu milhares de documentos de grande valor para a história do ensino e da engenharia no Brasil, além de seu papel essencial no desenvolvimento desta profissão na modernização de nosso país.
158192 - Guaíba 90 anos
Libretos Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 92.499.615/0001-22
Processo: 01400062024201505
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 119.850,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Edição de um livro de 200 páginas, com textos, fotos e ilustrações alusivo aos 90 anos de emancipação do município de Guaíba e sua importância histórica, cultural, geográfica, urbana, econômica e antropológica. O livro será divido em capítulos, abrangendo desde o povoamento da região, sua condição de "berço da Revolução Farroupilha", a fundação da cidade, seus locais e eventos históricos, recantos e equipamentos culturais situados, atividades econômicas e esportivas, e sua relação com Porto Alegre e o Lago Guaíba, que separa os dois municípios.
152271 - História e Histórias da Propaganda no Paraná
SINDICATO DAS AGENCIAS DE PROPAGANDA DO ESTADO DO PARANÁ
CNPJ/CPF: 78.380.714/0001-60
Processo: 01400016370201511
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 275.924,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização de pesquisa, edição e produção de 2.000 exemplares do livro "História e Histórias da Propaganda no Paraná", obra que tem como foco principal promover o registro da evolução histórica da publicidade e da propaganda no Estado do Paraná através da apresentação de fotos e das artes de campanhas diversas, resgatando uma importante parte da cultura imaterial, costumes e tradições relacionadas ao Paraná. O livro terá aproximadamente 240 páginas, em um formato 20x30cm e será distribuído gratuitamente.
154998 - Mundo Azul - Livro
Beatriz Consuelo Ruiz Henrique de Campos
CNPJ/CPF: 617.157.510-00
Processo: 01400057992201591
Cidade: Balneário Camboriú - SC;
Valor Aprovado: R$ 219.087,00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto "Mundo Azul - 2ª edição " pretende realizar a criação, distribuição e divulgação de uma obra literária da escritora Beatriz de Campos. A obra pretende ser uma interessante aventura de descobrimento e motivação na juventude. A 2ª edição terá novos textos acrescentados à trama e será um novo livro, não se resumindo apenas a uma correção do primeiro. Capa, diagramação, ilustração, história, textos, tudo será evoluído, equiparando o processo de construção do livro ao de uma criação nova. Os livros serão distribuídos gratuitamente aumentando assim o acesso da população à literatura. Será realizado ainda um evento de lançamento do livro na cidade de Balneário Camboriú em 08/2016.
158205 - SHAKESPEARE COMPLETO
Editora Peixoto Neto Ltda.
CNPJ/CPF: 03.302.112/0001-95
Processo: 01400062037201576
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 528.107,69
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Pesquisa, edição e impressão de uma coleção composta de trinta livros, com cem cópias de cada num total de 3.000 unidades, que reúne a obra completa de William Shakespeare, maior autor de língua inglesa, com o intuito de facilitar o acesso a textos literários de suma importância para a literatura universal, apresentando o conteúdo textual das obras de acordo com as regras do Novo Acordo Ortográfico, em vigor desde 1º de janeiro de 2009.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
153997 - EXPOSIÇÃO ITINERANTE "EM CANTO, EM CORES" - POR RENATA CABRAL - E CIRCULAÇÃO DO SHOW MUSICAL "CAPA PRETA" - POR JÚNIOR CORDEIRO
RENATA CABRAL COUTINHO DE OLIVEIRA RIBEIRO
CNPJ/CPF: 012.155.434-17
Processo: 01400044422201531
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: 658064.00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Trata-se de projeto cultural destinado a: (i) EXPOSIÇÃO DE ARTES itinerante, "EM CANTO, EM CORES", pela artista plástica RENATA CABRAL; (ii) CIRCULAÇÃO do show "CAPA PRETA", do poeta, cantor e compositor paraibano JÚNIOR CORDEIRO. Referidos eventos serão realizados em conjunto, em 8 capitais (João Pessoa, Recife, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte), promovendo assim uma turnê compartilhada dos artistas. Ocorrerão em teatros, sendo que as exposições de artes serão abertas nas tardes que antecedem os shows. Serão realizados 8 apresentações musicais (1 em cada cidade), executadas canções do DVD "CAPA PRETA", bem como músicas dos 1º e 2º discos do cantor e compositor, "Carrascais" e "O Lago Misterioso", inéditos nos locais escolhidos.
153908 - Gravação e Lançamento do DVD MAMA KALUNGA
CASA DE FULO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 17.168.446/0001-22
Processo: 01400044310201581
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: 296900.00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto consiste na gravação e shows de lançamento do DVD MAMA KALUNGA, de Virgínia Rodrigues. A gravação do DVD será no Rio de Janeiro e contará com as participações de Tiganá Santana e da lendária canatora afro-peruana Susana Baca. Os shows de lançamento acontecerão em São Paulo e Salvador, após finalização do DVD. Com direção musical de Iura Ranevsky e direção artística de Tiganá Santana, o repertório é 100% composto por criadores negros. Virgínia Rodrigues, que canta em português e em línguas africanas como Kikongo e Kibundo, é acompanhada por Marco Lobo e Sebastian Notini na percussão, Bernardo Bosisio e Léo Mendes nos violões e Iura Ranevsky no violoncelo.
154020 - Ivan Lins & Vitor Martins - Juntos 40 Anos, Com As Mulheres
GALEAO PRODUCOES ARTISTICAS, MUSICAIS E COMERCIO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 08.870.113/0001-50
Processo: 01400044500201506
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: 911460.01
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Gravação de CD/DVD - Ivan Lins e Vitor Martins - Juntos 40 anos - em comemoração aos 40 anos de uma parceria que rendeu mais de 300 músicas, inúmeras delas sucesso no Brasil e em outros países do mundo. A gravação do CD e do DVD acontecerá durante um show, na cidade de São Paulo, com a participação da dupla e de convidadas. O projeto também pretende produzir documentário sobre a trajetória dos artistas e desta bem sucedida parceria.
154715 - Velha Guarda da Vanguarda
Ciranda Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 12.809.987/0001-79
Processo: 01400057562201570
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: 398510.00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Velha Guarda da Vanguarda é uma série musical que reviverá e reinventará, em quatro shows inéditos, os dias "beneditos" de "diversões eletrônicas" da vanguarda paulistana. A inventividade, humor e sonoridade da Vanguarda Paulistana serão apresentados nas seguintes combinações: Ná Ozzetti e Dani Black sobem no palco da Isca de Polícia; Arrigo Barnabé receberá Vania Bastos e Kiko Dinnucci; Alzira e Luz Marina juntam-se à Patife Band e, encerrando essa miscelânia de gerações e estéticas, Premê convida Virginia Rosa e Leo Cavalcanti.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26 , § 1º)
152113 - A Cor dando Vida
Associação Cultural Pintura Solidária - Vamos Colorir a Vida
CNPJ/CPF: 08.845.381/0001-11
Processo: 01400016134201597
Cidade: Sorocaba - SP;
Valor Aprovado: 665921.00
Prazo de Captação: 22/10/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar em 2016, na cidade de Sorocaba e região, o Projeto A Cor dando Vida. A ação principal será a realização de Exposições de quadros, resultado da produção artítica de oficinas de artes plásticas realizadas pela Pintura Solidária, em instituições sociais de Sorocaba e região. Tem o objetivo de oportunizar o contato com as artes plásticas, mais especificamente a pintura, através de exposições de artes de quadros voltadas para a população em geral. tendo como objetivo específico a sensibilização daqueles que vivem excluídos e distantes dos centros culturais em que vivem. Pretende com isso despertar o interesse pelas artes e cultura em geral, formar público apreciador da pintura moderna. Serão 15 exposições durante o ano em cidades do estado de São Paulo.

PORTARIA Nº 619, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
150447 - GAO MAIOLINO IRMÃS
Instituto Cultural Lusófono
CNPJ/CPF: 08.098.134/0001-07
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 21/10/2015 à 31/12/2015
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
128903 - Obras de Restauração e Adaptação do Palácio dos Despachos para a Implantação da Casa Fiat de Cultura.
CASA FIAT DE CULTURA
CNPJ/CPF: 02.094.828/0001-81
Cidade: Nova Lima - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2015 à 31/12/2015
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 0049 - Biografia do escritor FREI BETTO
Marilda de Souza Ferri
CNPJ/CPF: 315.189.075-04
BA - Salvador
Período de captação: 22/10/2015 a 31/12/2015

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.267/MD, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Inciso II do Art. 17, do Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e na qualidade de Presidente Efetivo do Conselho da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve:

Admitir

I - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, os seguintes militares e personalidades brasileiras:

a) no grau de COMENDADOR

Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral (MD) ANDRÉ DE OLIVEIRA BUCAR;

Secretária do Orçamento Federal ESTHER DWECK;

Ministro de Segunda Classe POMPEU ANDREUCCI NETO;

Ministro de Segunda Classe RODRIGO D`ARAUJO GABSCH;

Superintendente Regional Polícia Federal ILDO GASPARETTO;

Subprocurador-Geral da República CARLOS ALBERTO CARVALHO DE VILHENA COELHO;

Conselheiro LEANDRO DE OLIVEIRA MOLL;

Desembargadora do TJDFT ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO;

Desembargador do TRF 1ª Região CÂNDIDO MORAES PINTO FILHO;

Desembargador do TRF 3ª Região FÁBIO PRIETO DE SOUZA;

Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro SIDNEY ROSA DA SILVA;

Procurador-Regional da 1ª Região JOSÉ ROBERTO MACHADO FARIAS;

Procurador Regional da União TÉRCIO ISSAMI TOKANO;

2º Vice-Presidente da FIESP JOÃO GUILHERME SABINO OMETTO;

Vice-Presidente da FIESP RICARDO LERNER;

Procurador-Regional Substituto da PRFN 1ª Região DIOGO DOMINICI SORIANO;

Procurador-Regional Substituto da PRFN 1ª Região ADRIANO OLIVEIRA CHAVES; e

Cônsul Honorário MOACYR COSTA PEREIRA DE ANDRADE.

b) no grau de OFICIAL

Assessor Especial (MD) ÉDEN VALADARES SANTOS;

Assessor Especial (MD) FERNANDO ROTH SCHMIDT;

Coronel QOPM (PA) ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS;

Coronel QOPM (BA) ANSELMO ALVES BRANDÃO;

Coronel QOPM (SP) ELIANE NIKOLUK SCACHETTI;

Coronel QOPM (DF) CLAUDIO RIBAS DE SOUSA;

Procuradora Substituta (COF-PGFN) SUELY DIB DE SOUSA E SILVA;

Diretor-Executivo da Polícia Federal ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO;

Juíza-Auditora da 4ª CJM MARIA DO SOCORRO LEAL;

Presidente da ABDI ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA;

Doutora (IAE) GLACI FERREIRA MARTINS PINHEIRO;

Doutor (IAE) CARLOS ALBERTO ALVES CAIRO;

Tecnologista (IFI) ANA LÚCIA DA SILVA PASTORELLI;

Tecnologista (IPEV) LUCAS BENEDITO DOS REIS SOUSA;

Diretor de Jornalismo IAIN ALISTAIR SEMPLE;

Auditor Federal ALEXANDRE ROBSON REGINALDO OLIVEIRA; e

Flying Officer ARTHUR JOHN TOFT.

c) no grau de CAVALEIRO

Gerente da Divisão de Orçamentos (MD) FRANSELMO ARAÚJO COSTA;

Gerente da Divisão de Finanças (MD) WALTER COSTA SANTOS;

Delegada da Polícia Civil (MT) ALANA DERLENE SOUZA CARDOSO;

Diretor Executivo da CIMAER IVO RAMOS;

Primeiro-Secretário RONALDO ALEXANDRE DO AMARAL E SILVA;

Primeiro-Secretário THIAGO POGGIO PÁDUA;

Senhora VERA LUCIA HENRIQUES SALLORENZO;

Juíza-Auditora Substituta da 1ª Auditoria da 1ª CJM MARILENA DA SILVA BITTENCOURT;

Juiz Auxiliar do Superior Tribunal de Justiça PAULO DE TARSO TAMBURINI;

Auditor Fiscal JOSÉ OLESKOVICZ;

Subprocuradora Regional da União CAROLINE BULHOSA DE SOUZA NUNES;

Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças da SAC-PR MAURÍCIO MELO CHAVES;

Presidente do Grupo Abaeté MILTON TOSTO;

Senhor JOÃO PAULO ORTEGA TERRA;

Senhor OSMAR LOPES DE MORAES;

Advogada da União MICHELE GOEBEL PILLON;

Segundo-Secretário ELTER NEHEMIAS SANTOS BARBOSA;

Professor ROMEU ARTUR ALVES DE LEMOS;

Advogado ANTÔNIO CARLOS DE BRITO;

Advogado EDSON MAURO DE RESENDE;

Empresário ELZO LUIZ PADILHA FREITAS;

Engenheiro ABILIO AUGUSTO REAL BIATO;

Arquiteta CRISTINA MARIA REIS DE SÁ;

Engenheiro TARCIZIO ROBERTO DE SOUZA BARBOSA;

Jornalista CARLOS AMÉRICO AGUIAR MONFORTE;

Jornalista FRANCISCO ANTONIO DE PAULA BARROS;

Jornalista JANE GODOY EVANGELISTA DA ROCHA;

Jornalista ROBERTO KOVALICK AMADO;

Senhora ZEONE GUAIOTO SALGADO;

Senhor EDVALDO DIAS DA SILVA;

Empresário FRANCISCO SEPAROVIC RODRIGUES;

Analista (MPOG) MARCELO VAZ JUNQUEIRA;

Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO;

Senhor RONALDO FERREIRA PERES;

Senhor VIANNEY GONÇALVES JÚNIOR;

Senhora CAMILA MORAES BITTAR;

Senhora DENAZIR MILANEZ DIONISIO;

Senhora MARIA TEREZA DUARTE DE ARAÚJO CID; e

Senhora SILVIA LÍGIA SUASSUNA DE VASCONCELOS.

II - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, o seguinte militar e personalidade estrangeira:

a) no grau de OFICIAL

Coronel Aviador JORGE CLAVERO MAÑUECO, Espanha.

b) no grau de CAVALEIRO

Senhora ANA MARIA BRITO DE GUTIÉRREZ, Bolívia.

ALDO REBELO

PORTARIA Nº 2.268/MD, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Inciso II do Art. 17, do Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e na qualidade de Presidente Efetivo do Conselho da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve:

Promover

I - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, as seguintes personalidades brasileiras:

a) ao grau de COMENDADOR

Consultor da União WILSON DE CASTRO JUNIOR;

Advogado da União RODRIGO CASTANHEIRA DE SOUZA; e

Empresário PEDRO ANTÔNIO XAVIER ZALUSKI.

b) ao grau de OFICIAL

Diretor-Geral do Arquivo Nacional JAIME ANTUNES DA SILVA;

Professora-Doutora RENATA BELLUZZO ZIRONDI MORI; e

Secretário-Adjunto do Orçamento Federal GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES.

II - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, o seguinte militar estrangeiro:

a) ao grau de COMENDADOR

Comodoro HÉCTOR ANTONIO FAVARO, Argentina.

ALDO REBELO

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.587/GC3, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre classificação e qualificação de Unidades do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 28 do RCA 12-1 "Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)", aprovado pela Portaria nº 2.189/GC3, de 29 de dezembro de 2014, e considerando o que consta do Processo nº 67800.004179/2015-14, resolve:

Art. 1º Classificar como Unidades Administrativas as Organizações e frações de Organizações do Comando da Aeronáutica constantes do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As Unidades Administrativas a que se refere o caput deste artigo são qualificadas como Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) ou Unidades Gestoras Credoras (UG CRED), de acordo com a atuação nas execuções orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI.

Art. 2º As UG CRED terão apoio de uma UG EXEC, para as execuções orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI, conforme vinculação apresentada no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 1987/GC3, de 24 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 229, de 26 de novembro de 2014, Seção 1, página 38.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

ANEXO

ORGANIZAÇÃO / FRAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO		QUALIFICAÇÃO			VINCULAÇÃO DE UG CRED
		UG EXEC Plena	UG EXEC para atividades sistêmicas	UG CRED	Para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial
120060	AFA	X			
120164	ASPAER			X	GABAER
120029	BAAF			X	GAP RJ
120080	BAAN	X			
120087	BABE	X			
120004	BABR			X	VI COMAR
120085	BABV	X			
120027	BACG	X			
120075	BACO			X	V COMAR
120073	BAFL	X			
120014	BAFZ	X			
120030	BAGL			X	GAP RJ
120082	BAMN			X	VII COMAR
120101	BANT	X			
120081	BAPV	X			
120018	BARF			X	II COMAR
120031	BASC			X	GAP RJ
120076	BASM	X			
120062	BASP	X			
120061	BAST			X	IV COMAR
120023	BASV	X			
120091	CABE	X			
120090	CABW	X			
120105	CCA BR			X	GAP BR
120128	CCA RJ			X	GAL
120150	CCA SJ			X	GIA SJ
120156	CCSIVAM			X	CISCEA
120137	CDA			X	UNIFA
120163	CECAT			X	BASP
120103	CECOMSAER			X	GABAER
120071	CELOG	X			
120129	CEMAL			X	GAPS
120126	CENDOC			X	UNIFA
120192	CENCIAR			X	GAP BR
120106	CENIPA			X	VI COMAR
120057	CGABEG			X	GAPS
120024	CIAAR	X			
120113	CIAER			X	GAP BR
120159	CIEAR			X	UNIFA
120008	CINDACTA I	X			
120072	CINDACTA II	X			
120021	CINDACTA III	X			
120094	CINDACTA IV	X			
120127	CISCEA	X			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

120013	CLA	X			
120015	CLBI	X			
120225	CO - DCTA			X	GIA SJ

ORGANIZAÇÃO / FRAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO		QUALIFICAÇÃO			VINCULAÇÃO DE UG CRED
		UG EXEC Plena	UG EXEC para atividades sistêmicas	UG CRED	Para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial
120086	I COMAR	X			
120017	II COMAR	X			
120028	III COMAR			X	GAP RJ
120059	IV COMAR	X			
120074	V COMAR	X			
120003	VI COMAR	X			
120083	VII COMAR	X			
120088	COMARA	X			
120115	COMDABRA			X	VI COMAR
120130	COMGAP			X	GAL
120107	COMGAR			X	VI COMAR
120131	COMGEP			X	GAP BR
120108	COPAC			X	GAP BR
120152	CPBV			X	VI COMAR
120109	CPO			X	GAP BR
120298	CPOR SJ			X	GIA SJ
120035	CTLA		X	X	GAL
120034	DCI	X			
120110	DCTA			X	GIA SJ
120036	DECEA	X			
120132	DEPENS			X	GAP BR
120136	DIRAP			X	GAP RJ
120099	DIRENG			X	GAL
120133	DIRINT			X	GAP RJ
120100	DIRINT/SDAB	X			
120155	DIRINT/SDEE			X	GAP RJ
120144	DIRINT/SDIP			X	GAP RJ
120093	DIRINT/SDPP -EXT.		X	X	GAP RJ
120052	DIRINT/SDPP -PAÍS		X	X	GAP RJ
120038	DIRMAB			X	GAL
120058	DIRSA			X	GAP RJ
120050	DIRSA/SARAM			X	GAPS
120032	DTI			X	GAL
120157	EAOAR			X	UNIFA
120158	ECEMAR			X	UNIFA
120064	EEAR	X			
120111	EMAER			X	GAP BR
120025	EPCAR	X			
120148	I FAE			X	BANT
120120	II FAE			X	GAP RJ
120151	III FAE			X	VI COMAR
120122	V FAE			X	GAP RJ
120065	FAY S			X	AFA
120001	GABAER	X			
120195	GAL	X			
120006	GAP BR	X			
120039	GAP RJ	X			
120196	GAPS	X			
120016	GIA SJ	X			
120041	HAAF			X	GAPS
120089	HABE			X	I COMAR
120077	HACO			X	V COMAR

ORGANIZAÇÃO / FRAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO		QUALIFICAÇÃO			VINCULAÇÃO DE UG CRED
		UG EXEC Plena	UG EXEC para atividades sistêmicas	UG CRED	Para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial
120154	HAMN			X	VII COMAR
120019	HARF			X	II COMAR
120040	HCA			X	GAPS

120096	HFAB			X	VI COMAR
120042	HFAG			X	GAPS
120141	IAE			X	GIA SJ
120067	ICEA	X			
120142	IEAV			X	GIA SJ
120143	IFI			X	GIA SJ
120153	ILA			X	BASP
120165	IMAE			X	GAPS
120121	INCAER			X	GAP RJ
120134	IPA			X	GAP RJ
120299	IPEV			X	GIA SJ
120140	ITA			X	GIA SJ
120043	LAQFA			X	GAPS
120138	MUSAL			X	UNIFA
120623	NUGAP AF	X			
120624	NUGAP AN	X			
120625	NUGAP DF	X			
120626	NUGAP YS	X			
120066	NUHFASP	X			
120197	NUIAOP			X	GIA SJ
120020	NUPAMA RF			X	II COMAR
120112	OABR			X	GAP BR
120118	OARF			X	II COMAR
120162	OASD			X	GAP RJ
120053	PAAF			X	GAP RJ
120161	PABE			X	COMARA
120005	PABR			X	VI COMAR
120513	PACO			X	V COMAR
120045	PAGL			X	GAP RJ
120519	PAMN			X	VII COMAR
120149	PANT			X	BANT
120007	PARF			X	II COMAR
120512	PASJ			X	GIA SJ
120097	PASP	X			
120502	PAYS			X	AFA
120046	PAMA AF			X	GAL
120049	PAMA GL			X	GAL
120026	PAMA LS	X			
120068	PAMA SP	X			
120047	PAMB RJ			X	GAL
120048	PAME RJ	X			
120044	PIPAR		X	X	GAP RJ
120002	SEFA		X	X	GAP BR
120135	SEGECAE			X	GAP RJ
120168	SERIPA I			X	I COMAR
120169	SERIPA II			X	II COMAR
120170	SERIPA III			X	GAP RJ
120171	SERIPA IV			X	PAMA SP
120172	SERIPA V			X	V COMAR

ORGANIZAÇÃO / FRAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO		QUALIFICAÇÃO			VINCULAÇÃO DE UG CRED
		UG EXEC Plena	UG EXEC para atividades sistêmicas	UG CRED	Para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial
120173	SERIPA VI			X	VI COMAR
120174	SERIPA VII			X	VII COMAR
120069	SRPV SP	X			
120054	UNIFA	X			

COMANDO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHOS DO CHEFE
Em 20 de outubro de 2015

Nº 5 - Processo nº: 61074.007832/2015-72.
Interessado: Embaixada da Argentina no Brasil.
Objetivo: Visita dos Avisos "PUERTO ARGENTINO", "BAHIA AGRADABLE", "ISLAS MALVINAS" e "ESTRECHO SAN CARLOS", pertencentes à Armada Argentina, à cidade de Salvador - BA, no período de 7 a 14NOV2015.

Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015, e Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015, do Comandante da Marinha.

Nº 6 - Processo nº: 61074.007893/2015-30.
Interessado: Embaixada do Peru no Brasil.
Objetivo: Visita da Fragata "QUIÑONES", pertencente a Marinha de Guerra do Peru, às cidades de Natal - RN, nos períodos de 5 a 06NOV e 30NOV a 01DEZ2015, de Rio Grande - RS, no período de 13 a 16NOV2015, e do Rio de Janeiro - RJ, no período de 23 a 26NOV2015.

Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, c/c art. 1 º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015, e Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015, do Comandante da Marinha.

Almirante-de-Esquadra WILSON BARBOSA GUERRA

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
1º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 140/CPES, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Divulgar alterações da NPCP-ES relativas ao tráfego de embarcações em áreas de navegação da baía de Vitoria

O CAPITÃO DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, alínea b do Artigo 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providencias (LESTA), combinado com a Lei 7.661/88, resolve:

Art. 1º Proibir o tráfego de embarcações motorizadas e propulsadas à vela:

I- entre a ilha do Socó e a Praia de Camburi, e a uma distância mínima de duzentos metros da Ilha do Socó, na cidade de Vitória - ES;

II-entre a Ilha do Boi e a Ilha da Galheta de fora;

III-na enseada da Praia da Sereia, na cidade de Vila Velha - ES; e

IV-entre a ilha de Pituã e a Ponta de Itapuã, e a uma distância mínima de duzentos metros da Ilha de Pituã, na cidade de Vila Velha - ES.

Art. 2º Determinar ao navegante máxima atenção ao navegar entre a Ilha dos Índios e a foz do Rio da Passagem (Canal de Camburi), em virtude de nadadores e linhas de pesca, mantendo a velocidade máxima de cinco nós nessa região.

Art. 3º Determinar ao navegante máxima atenção ao navegar entre as Ilhas do Boi e do Frade e esta e a Ilha dos Índios, em virtude de nadadores na água entre essas ilhas, mantendo a velocidade máxima de dez nós nessa região.

Art. 4º A área da Praia da Curva da Jurema fica estabelecida como sendo a área limitada pela Praia Grande (limite exterior), Praia da Curva da Jurema, a ponte da Avenida Desembargador Alfredo Cabral e a Ilha do Frade.

Art. 5º O tráfego de embarcações na área da Praia da Curva da Jurema, com velocidade máxima de dez nós, fica disciplinado da seguinte forma:

I- ao adentrar, a embarcação deverá navegar contornando as Ilhas Andorinhas, logo as deixando por boreste e a Praia da Curva da Jurema por bombordo; e

II- ao deixar esta área, a embarcação deverá navegar deixando as Ilhas Andorinhas por boreste e a Ilha do Frade por bombordo em direção ao canal.

Art. 6º Eventuais necessidades de alterações das velocidades e regras de tráfegos previstos nesta Portaria para realização de eventos náuticos deverão ser solicitadas a esta Capitania de acordo com o previsto no item 0113 da NORMAM-03.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

MARCOS AURÉLIO DE ARRUDA
Capitão-de-Mar-e-Guerra

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL MARÍTIMO
DIVISÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE REGISTROS
SEÇÃO DE CADASTRO

BOLETIM DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015

Foram registrados neste tribunal, durante o referido mês, os seguintes atos:

REGISTROS DE PROPRIEDADE
Termo: 14919
Embarcação: CNO CONQUISTAR
Proprietário: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
Termo: 14920
Embarcação: CNO ACREDITAR
Proprietário: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
Termo: 14921
Embarcação: CNO SOBREVIVER
Proprietário: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
Termo: 14922
Embarcação: CNO CRESCER
Proprietário: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
Termo: 14923
Embarcação: CNO REALIZAR
Proprietário: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
Termo: 14924
Embarcação: CNO PERPETUAR
Proprietário: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
Termo: 14925
Embarcação: MAGESTADE
Proprietário: JOCY LOPES NASCIMENTO - ME
Termo: 14926
Embarcação: BIBI VI
Proprietário: ESTALEIRO BIBI EIRELI - ME
Termo: 14927
Embarcação: AMAZON LORD
Proprietário: AGAMENON MARTINS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Termo: 14928
Embarcação: CELEBRIDADE
Proprietário: ÁGUAS CLARAS SERVIÇOS E TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA-ME
Termo: 14929
Embarcação: JOÃO MALLMANN
Proprietário: NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA
Termo: 14930
Embarcação: TOSCA II
Proprietário: NAVEGAÇÃO ANA CAROLINA LTDA-EPP
Termo: 14931
Embarcação: COMTE SILVA III
Proprietário: D. DA SILVA BRITO -ME
Termo: 14932
Embarcação: OMS XXII
Proprietário: OZIEL MUSTAFA DOS SANTOS & CIA. LTDA Termo: 14933
Embarcação: PORTO AREALVA XVII
Proprietário: ESTALEIRO DE CONSTRUÇÃO NAVAL AREALVA LTDA
Termo: 14934
Embarcação: AMAZONAS
Proprietário: A. J. C. NAVEGAÇÃO LTDA-ME
Termo: 14935
Embarcação: KASATO MARU 100
Proprietário: PIRÂMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA
Termo: 14936
Embarcação: ALICE
Proprietário: V. C. BATISTA-ME
Termo: 14937
Embarcação: BELOV ITAPOAN
Proprietário: BELOV EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS E MARÍTIMOS LTDA
Termo: 14938
Embarcação: RN 12
Proprietário: NAVEGAÇÃO RIO NEGRO S.A.
RENOVAÇÕES DE ARMADOR
Termo: 01846
Armador: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
Termo: 04495
Armador: NTL - NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.
Termo: 03620
Armador: THEODORO - THEODORO & CIA. LTDA
Termo: 04657
Armador: NOVA AMÉRICA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-EPP
Termo: 04427
Armador: DRAGAR COMÉRCIO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA
Termo: 04460
Armador: GREGA SHIPPING NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 04603
Armador: FABRICIO DA SILVA BOSCHETTI
Termo: 01781
Armador: TRANSPORTE, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO SANTANA LTDA
Termo: 03307
Armador: TIETZ EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINERIOS
LTDA
Termo: 04417
Armador: HBS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME
Termo: 03468
Armador: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
Termo: 01454
Armador: DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 04447
Armador: C G APOIO MARÍTIMO LTDA
Termo: 00248
Armador: BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS
Termo: 04710
Armador: SECRETA RIO TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA-ME
Termo: 04707
Armador: TRANSMAR S.A. SERVIÇOS MARÍTIMOS
Termo: 04715
Armador: EXTRAÇÃO DE AREIA CARLU LTDA-ME
REGISTROS DE ARMADOR
Termo: 05134
Armador: TAPAJÓS NAVEGAÇÃO LTDA-ME
Termo: 05135
Armador: JOCY LOPES NASCIMENTO - ME
Termo: 05136
Armador: A PRAXEDES DOS SANTOS - ME
Termo: 05137
Armador: ÁGUAS CLARAS SERVIÇOS E TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA-ME
Termo: 05138
Armador: D. DA SILVA BRITO - ME
Termo: 05139
Armador: ROCAL SERVIÇOS DE DRAGAGENS LTDA-ME
Termo: 05140
Armador: A. J. C. NAVEGAÇÃO LTDA-ME
Termo: 05141
Armador: N BENTES DA SILVA EPP
Termo: 05142
Armador: TECMARES MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA-EPP
Termo: 05143
Armador: OM BOAT LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÕES LTDA
Termo: 05144
Armador: J. C. P. BARBOSA - ME
CANCELAMENTO DE ÔNUS
Termo: 02029
Credor: BANCO DO BRASIL S.A.
Devedor: RAIMUNDO CABRAL DE VASCONCELOS COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO
ÔNUS: PENHOR CEDULAR DE 1º GRAU
GARANTIA: CRISTINA MONIQUE II
Termo: 03454
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Devedor: BARU OFFSHORE NAVEGAÇÃO LTDA
ÔNUS: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
GARANTIAS: 034/12, 035/12, 036/12 E 037/12.
Termo: 03067
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES.
Devedor: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S.A.
ÔNUS: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
GARANTIA: ANDRÉ REBOUÇAS
INTERVENIENTES: CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORRÊA S.A., PJMR EMPREENDIMENTOS LTDA, PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.
REGISTROS DE ÔNUS
Termo: 03617
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Devedor: BARU OFFSHORE NAVEGAÇÃO LTDA
ÔNUS: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
GARANTIAS: 034/12, 035/12, 036/12 E 037/12.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2015
RAIMUNDO FERREIRA GOMES
Chefe

SECRETARIA-GERAL

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2015 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN:

Nº 23.493/2008 - Acidente da navegação envolvendo a LM "MS FUNASA" e uma embarcação sem nome, ambas não inscritas, ocorrido no rio Urubu, Itacoatiara, Amazonas, em 12 de agosto de 2007.
Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Drª Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representados : Anízio da Silva Bruno
(Condutor inabilitado da LM "MS FUNASA")
Advogado : Dr. Marconde Martins Rodrigues (OAB/AM 4.695)
: Raimundo Belém Fragôso
(Condutor inabilitado da embarcação sem nome)
Advogado : Dr. Eraldo Silva Júnior (DPU/RJ)
União Federal, Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (Proprietária da LM "MS FUNASA")
Advogado : Dr. Américo Luis Martins da Silva
(Procurador Federal)
: Amazonat Jungle Resort Ltda.
(Proprietária da embarcação sem nome)
Advogada : Drª Soraia Lima Araujo Goes (OAB/PE 28.488)

Nº 26.519/2011 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "SÃO SOLDADO", ocorrido no rio Mearim, Vitória do Mearim, Maranhão, em 02 de março de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representados : Rubens Dario Gonçalves Ribeiro Filho (Tripulante)
Advogado : Dr. Charles Pachciarek Frajdenberg (DPU/RJ)
: José Marcelo Nogueira Lopes (Tripulante) - Revel

Nº 26.672/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a embarcação "SANTA VITÓRIA II", ocorridos na praia do município de Praia Grande, São Paulo, em 11 de setembro de 2009.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Drª Diana Soares Corteze Caldeira
Representado : Leonardo Gandra dos Santos (Proprietário)
Advogado : Dr. José Antonio Quintela Couto (OAB/SP 73.824)

Nº 27.615/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a moto aquática "DAN JOOP" com banhista, ocorridos nas proximidades da praia de Ponta da Areia, ilha de Itaparica, Bahia, em 17 de fevereiro de 2012.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Raimundo Luz de Jesus (Condutor)
Advogado : Dr. Celso Azoury Telles de Aguiar (DPU/RJ)

Nº 29.106/2014 - Fato da navegação envolvendo a moto aquática "DIVEPEL PHV" e seu condutor, ocorrido na lagoa do Bonfim, Nisia Floresta, Rio Grande do Norte, em 01 de março de 2014.
Com pedido de Arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha.
Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Juliana Moura Maciel Braga

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 21 de outubro de 2015

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 21 de outubro de 2015

Processo nº: 23123.003018/2014-86
Interessada: Fundação Universidade Federal do Paraná - UFPR

Assunto: Supostas irregularidades ocorridas no âmbito da UFPR, relacionadas à oferta de cursos profissionalizantes técnicos na modalidade de ensino a distância.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 574/2015/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério da Educação - MEC, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, acolho a proposta de designação de uma comissão de sindicância investigativa para apuração das supostas irregularidades no âmbito da UFPR.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, no exercício do cargo de Reitor, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:

Nº 2.510 - Homologar o resultado final do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 066, de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

28/11/2014, publicado no DOU de 01/12/2014, retificado no DOU de 04/12/2014, 09/12/2014, 17/12/2014 e 30/12/2014, conforme segue:

Unidade	Área de conhecimento	Classe/ Padrão	Carga Horária/ Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Tecnologia	Engenharia Civil: Construção Civil; Estruturas.	Auxiliar, Nível 1.	40 horas semanais com Dedicação Exclusiva	Não houve candidato aprovado.	
Faculdade de Estudos Sociais	Teoria Econômica	Adjunto A, Nível 1	40 horas semanais com Dedicação Exclusiva	Não houve candidato inscrito.	

Nº 2.511 - Homologar o resultado do Concurso Público para provimento vagas no cargo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 067, de 18/11/2014, publicado no DOU de 21/11/2014, conforme segue:

Unidade	Área	Cargo	Carga Horária	Candidato	Classificação
ICE	Análise	Professor Titular-Livre	Dedicação Exclusiva	Não houve candidato aprovado	

HEDINALDO NARCISO LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 855, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Tornar público o resultado do Processo Simplificado realizado por esta Universidade, para contratação de docente por tempo determinado, Professor Substituto, para o Centro de Ciências da Saúde - Campus de Santo Antonio de Jesus (BA), regulado pelo Edital Nº 14/2015, publicado no D.O.U. nº 159, Seção 3, página 76, de 20 agosto de 2015.

Área de Conhecimento: Ciência dos Alimentos

Disciplinas: Planejamento e Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição; Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição I; Introdução à Nutrição; TEAI IV: Elaboração de cardápios para coletividades

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas

1º Lugar: LARISSA TANNUS REBOUÇAS

2° Lugar: CAROLINA GUSMÃO MAGALHÃES

3° Lugar: GABRIELLY SOBRAL NEIVA

4° Lugar: CÁSSIA LORENA CAVALCANTE SIMPLÍCIO DA SILVA

Área de Conhecimento: Humanidades

Disciplinas: História da Psicologia; Psicologia, ciência e profissão; Ética em psicologia; Cultura e psicologia

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas

1º Lugar: MARILIA NERI MATOS

2° Lugar: VITÓRIA LAGE HOHLENWERGER

3° Lugar: DERACI SOUZA DOS SANTOS

4° Lugar: RAMIRO RODRIGUES CONI SANTANA

Área de Conhecimento: Práticas de Cuidado em Saúde

Disciplinas: Estágio supervisionado I; Políticas de saúde; Bioética e o exercício da enfermagem

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas

1º Lugar: FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA

2° Lugar: JULIANA COSTA RIBEIRO

3° Lugar: ALINE PIRES REIS MACHADO

4° Lugar: JOSÉ CARLOS FERREIRA COUTO FILHO

Área de Conhecimento: Práticas de Cuidado em Saúde para Enfermagem

Disciplinas: Enfermagem nas emergências

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas

1º Lugar: THIAGO DA SILVA SANTANA

2° Lugar: ADRIANA DE SANTANA OLIVEIRA

3° Lugar: THIAGO DE JESUS ASSIS

4° Lugar: ESTEFANIO SOARES PIMENTEL

Área de Conhecimento: Práticas de Cuidado em Saúde para Enfermagem

Disciplinas: Enfermagem na atenção à saúde do adulto

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas

1º Lugar: ANDERSON REIS DE SOUSA

2° Lugar: TUANE AZEVÊDO SOUZA CARDOSO

3° Lugar: EDUARDO NUNES DA SILVA

4° Lugar: DAIANE VIEIRA DA SILVA

SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA SOGLIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 7.409, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A Diretora-Geral do Campus Macaé - Professor Aloísio Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora Arlene Gaspar, nomeada pela Portaria nº 3.860, de 07/05/2014, publicada no DOU nº 87, de 09/05/2014, no uso de suas atribuições, resolve: Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de Professor Substituto referente ao Edital nº 142, de 26 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 99, em 27 de maio de 2015, retificado pelo Edital nº 166, de 27 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 100, em 28 de maio de 2015, retificado pelo Edital nº 171, de 29 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 102, em 01 de junho de 2015, retificado pelo Edital nº 188, de 05 de junho de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 107, em 09 de junho de 2015 divulgando, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados:

Curso: Licenciatura em Química

Setor: Ensino de Libras

1º - Cristiane Regina Silva Dantas

ARLENE GASPAR

PORTARIA Nº 7.414, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

A Diretora-Geral do Campus Macaé - Professor Aloísio Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora Arlene Gaspar, nomeada pela Portaria nº 3.860, de 07/05/2014, publicada no DOU nº 87, de 09/05/2014, no uso de suas atribuições, resolve: Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de Professor Substituto referente ao Edital nº 317, de 01 de outubro de 2015, publicado no D.O.U. nº 189, em 02 de outubro de 2015 divulgando, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados:

Curso: Engenharia

Setor: Engenharia de Produção/ Planejamento e Controle da Produção e Pesquisa Operacional

1º - Matheus Ferreira de Barros

2º- Luize de Magalhães Moura

ARLENE GASPAR

PORTARIA Nº 7.462, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

A Diretora-Geral do Campus Macaé - Professor Aloísio Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora Arlene Gaspar, nomeada pela Portaria nº 3.860, de 07/05/2014, publicada no DOU nº 87, de 09/05/2014, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de Professor Substituto referente ao Edital nº 317, de 01 de outubro de 2015, publicado no D.O.U. nº 189, em 02 de outubro de 2015 divulgando, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados:

Curso: Engenharia

Setor: Engenharia Civil/ Engenharia Civil 1

1º - Isabel Valadão Crispim

Curso: Engenharia

Setor: Engenharia Civil/ Engenharia Civil 2

1º - Humberto Rodrigues Torres

Curso: Engenharia

Setor: Engenharia Civil/ Engenharia Civil 3

Não Houve Candidato Aprovado

Curso: Engenharia

Setor: Engenharia Civil/ Hidrologia e Geomecânica

1º - Édson Avelar Guimarães

Curso: Engenharia

Setor: Engenharia de Produção / Engenharia de Produção 1

Não Houve Candidato Aprovado

Curso: Engenharia

Setor: Engenharia Mecânica/ Mecânica dos Sólidos

1º - Ranulfo Martins Carneiro Neto

2º - Ana Carolina Viana Passos

Curso: Engenharia

Setor: Engenharia Mecânica/ Elementos de Máquinas

1º - João Vitor Silva Martins

2º - Jaques Satler Andrade Estanislau Cyrino

Curso: Nutrição

Setor: Técnologia de Alimentos /Técnica Dietética

1º - Renata Baratta dos Passos

2º - Emíulia Akil

Curso: Enfermagem

Setor: Enfermagem Médico-cirúrgica

1º - Danielle Joyce Costa Valério Guanabara

ARLENE GASPAR

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

PORTARIA Nº 7.372, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeado pela portaria nº 346 de 26 de Janeiro de 2011, publicada no DOU nº 19, de 27/01/2011, Seção 02, resolve tornar público o resultado dos processos seletivos para ingresso no período 2015/2 nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Morfológicas, referente aos editais de nº 177/2015 e 178/2015, publicados no DOU nº 108, 10/06/2015, Seção 03, Página 66, divulgando em ordem de classificação os nomes dos candidatos aprovados, conforme listagem abaixo:

Curso: Mestrado

1-Matheus Nunes Garcia

2.Julia Paraguassú de Mello

3.Geyse Gomes da Silva

4.Gracielle Conceição de Almeida

5.Otto Kischlat Lacombe

Curso: Doutorado

1-Andrea Schmidt Buosi

2-Louise Caroline Vitorino

3-Naima Gil Assunção

LUIZ EURICO NASCIUTTI

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 854, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do art. 7º do Decreto no 8.456, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de pagamento de que trata o Anexo II ao Decreto no 8.456, de 22 de maio de 2015, bem como ajustar o detalhamento constante do Anexo I à Portaria MF nº 642, de 11 de agosto de 2015, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY

ANEXO

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E AOS RESTOS A PAGAR

(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.456, DE 22 DE MAIO DE 2015 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 642, DE 11 DE AGOSTO DE 2015)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
52000 Ministério da Defesa	15.697	15.697	-

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 856, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos I e III do art. 7º do Decreto no 8.456, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II ao Decreto no 8.456, de 22 de maio de 2015, bem como ajustar o detalhamento constante dos Anexos I e III à Portaria MF nº 642, de 11 de agosto de 2015, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY

ANEXO I

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E AOS RESTOS A PAGAR

(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.456, DE 22 DE MAIO DE 2015 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 642, DE 11 DE AGOSTO DE 2015)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
35000 Ministério das Relações Exteriores	80.000	80.000	80.000
63000 Advocacia-Geral da União	20.000	20.000	20.000
TOTAL	100.000	100.000	100.000

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC - DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.456, DE 22 DE MAIO DE 2015 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO III DA PORTARIA MF Nº 642, DE 11 DE AGOSTO DE 2015)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
54000 Ministério do Turismo	16.400	16.400	16.400

PORTARIA Nº 855, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do art. 7º do Decreto no 8.456, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de pagamento de que trata o Anexo II ao Decreto no 8.456, de 22 de maio de 2015, bem como ajustar o detalhamento constante dos Anexos I e II à Portaria MF no 642, de 11 de agosto de 2015, na forma dos Anexos I, II, III e IV a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY

ANEXO I

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.456, DE 22 DE MAIO DE 2015 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 642, DE 11 DE AGOSTO DE 2015)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
32000 Ministério de Minas e Energia	20.000	10.000	-
42000 Ministério da Cultura	5.500	5.500	5.500
TOTAL	25.500	15.500	5.500

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.456, DE 22 DE MAIO DE 2015 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 642, DE 11 DE AGOSTO DE 2015)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
25000 Ministério da Fazenda	107.534	120.691	119.964

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.456, DE 22 DE MAIO DE 2015 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 642, DE 11 DE AGOSTO DE 2015)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
25000 Ministério da Fazenda	93.554	110.691	119.964
32000 Ministério de Minas e Energia	8.000	4.000	-
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.242	621	-
TOTAL	102.796	115.312	119.964

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO IV

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 8.456, DE 22 DE MAIO DE 2015 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 642, DE 11 DE AGOSTO DE 2015)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
42000 Ministério da Cultura	5.500	5.500	5.500

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 14/2009

Acusados:Alberto Laborne Valle Mendes
Ângelo Marcus de Lima Cota
Jefferson Eustáquio
Jésus Murillo Valle Mendes
Edificadora S.A.

Ementa:Descumprimento dos deveres de lealdade e de informar - Responsabilidade do acionista controlador para com os demais acionistas da companhia - Prática de ato de liberalidade - Inobservância das normas expedidas pela CVM na elaboração das demonstrações financeiras da companhia. Absolvições, Inabilitações e Multas.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu:

1.No caso da Transferência de Tecnologia:

1.1Aplicar aos acusados Jésus Murillo Valle Mendes e Alberto Laborne Valle Mendes, na qualidade de membros do conselho de administração da MJ Engenharia, a pena de inabilitação por três anos, para cada um, para o exercício de cargo de administração em companhia aberta, por infração ao art. 155, caput e inciso II, da Lei nº 6.404/76, por sua responsabilidade na aprovação, na AGE, de Laudo contratado;

1.2Aplicar à Edificadora S.A., na qualidade de controladora da MJ Engenharia, a pena de multa no valor de R$300.000,00 por infração ao art. 116, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, por sua responsabilidade ao aprovar o Laudo na AGE da MJ Trading;

1.3Aplicar aos acusados Jésus Murillo Valle Mendes e Ângelo Marcus de Lima Cota, na qualidade de diretores da MJ Engenharia, a pena de multa individual no valor de R$500.000,000, por infração ao art. 154, caput, e §2º, alínea "a", da Lei nº 6.404/76, por ato de liberalidade ao firmar o Contrato de Comodato em nome da Companhia;

1.4Aplicar aos acusados Jésus Murillo Valle Mendes, Ângelo Marcus de Lima Cota e Jefferson Eustáquio, a pena de multa individual no valor de R$200.000,000, por infração ao art. 177, §3º, da Lei nº 6.404, de 1976, c/c a Deliberação CVM nº 26, de 1986, pela não divulgação do Contrato de Comodato nas notas explicativas das demonstrações financeiras referentes ao exercício social em que o contrato foi firmado; e

1.5Aplicar ao acusado Ângelo Marcus de Lima Cota, na qualidade de diretor de relações com o mercado, a pena de multa no valor de R$200.000,00 por infração ao art. 2º, §1º, da Instrução CVM nº 31, de 1984, pela não divulgação de fato relevante informando a Transferência de Tecnologia e a celebração do Contrato de Comodato.

2.No caso da Diluição de Participação:

2.1Absolver o acusado Jésus Murillo Valle Mendes da acusação de infração ao art. 155, caput, e inciso II, da Lei nº 6.404/76; e

2.2Absolver a Edificadora S.A. da acusação de infração ao art. 116, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

A CVM interporá recurso de ofício das decisões absolutórias.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Presente o advogado Fábio Galvão, representando todos os acusados.

Presente a Procuradora-federal Milla Aguiar, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Luciana Dias, Relatora, Roberto Tadeu Antunes Fernandes e o Presidente da CVM, Leonardo P. Gomes Pereira, que presidiu a Sessão.

O Diretor Pablo Renteria declarou-se impedido de participar da Sessão de Julgamento.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2015.
LUCIANA DIAS
Diretora-Relatora

LEONARDO P. GOMES PEREIRA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2012/12201

Acusados:Aster Asset Management Ltda.
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
José Carlos Lopes Xavier de Oliveira

Ementa:Desenquadramento da carteira do Fundo de Investimento - Descumprimento do dever do administrador de um Fundo de Investimento de fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo Fundo. Multas.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, decidiu:

1.Por unanimidade de votos, aplicar à Aster Asset Management Ltda.:

1.1.A pena de multa no valor de R$250.000,00, por infração ao art. 15 da Instrução CVM n° 306/99; e

1.2. A pena de multa no valor de R$250.000,00, por infração aos artigos 65, XIII, 65-A, I, e 86, §2°, da Instrução CVM n° 409/04.

2.Por unanimidade de votos, aplicar à BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. a pena de multa no valor de R$200.000,00, por infração aos artigos 65, XV, c/c o art. 65-A, I, e 88, §1º, da Instrução CVM nº 409/04.

3.Por maioria de votos, aplicar ao acusado José Carlos Lopes Xavier de Oliveira a pena de multa no valor de R$200.000,00, por infração aos artigos 65, XV, c/c o art. 65-A, I, e 88, §1º, da Instrução CVM nº 409/04.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Proferiu defesa oral o advogado João Manoel de Lima Junior, representando a BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e José Carlos Lopes Xavier de Oliveira.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Luciana Dias, Relatora, Pablo Renteria, Roberto Tadeu Antunes Fernandes e o Presidente da CVM, Leonardo P. Gomes Pereira, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2015.
LUCIANA DIAS
Diretora-Relatora

LEONARDO P. GOMES PEREIRA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2013/1730

Acusado:Cícero Aurélio Sinisgalli Júnior

Ementa:Uso indevido de informação privilegiada - suposta utilização de informação privilegiada na alienação de cotas de Fundo de Investimento Imobiliário no mercado de balcão. Absolvição.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu Absolver Cícero Aurélio Sinisgalli Júnior da acusação de infração ao item I, combinado com o item II, "d", da Instrução CVM nº 08/79.

A CVM interporá recurso de ofício da decisão absolutória ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Proferiu defesa oral o advogado Daniel Kalansky, representando o acusado Cícero Aurélio Sinisgalli Júnior.

Presente a Procuradora-federal Luciana Dayer, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Luciana Dias, Relatora, Gustavo Tavares Borba, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Leonardo P. Gomes Pereira, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2015.
LUCIANA DIAS
Diretora-Relatora

LEONARDO P. GOMES PEREIRA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2013/4328

Acusados:Banco BTG Pactual S.A.
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Guilherme da Costa Paes
Mariana Botelho Ramalho Cardoso

Ementa:Eventual responsabilidade por falha informacional no prospecto definitivo de distribuição de cotas de Fundo de Investimento Imobiliário. Absolvições.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu Absolver o Banco BTG Pactual S.A., a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, Guilherme da Costa Paes e Mariana Botelho Ramalho Cardoso da acusação de infração ao disposto no art. 38, combinado com o art. 39, da Instrução CVM nº 400/2003.

Proferiu defesa oral o advogado Felipe Andreu Silva, representando o Banco BTG Pactual S.A. e a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

Presente a Procuradora-federal Luciana Silva Alves, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo Renteria, Relator, Gustavo Tavares Borba e Roberto Tadeu Antunes Fernandes, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 1º de setembro de 2015.
PABLO RENTERIA
Diretor-Relator

ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2014/11558

Acusado:Marcelo Gomes da Silva

Ementa:Exercício irregular de administrador profissional de carteira de valores mobiliários sem a prévia autorização da CVM. Proibição temporária.

Decisão:Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11, inciso VIII, da Lei nº 6.385/76 e no art. 18 da Instrução CVM nº 306/99, decidiu:

1.Considerando a gravidade da conduta do acusado e visando a prevenir a reincidência da infração praticada, aplicar ao acusado Marcelo Gomes da Silva a pena de proibição temporária pelo prazo de 10 (dez) anos para atuar, direta, ou indiretamente, em qualquer modalidade de operação nos mercado de bolsa em funcionamento no Brasil, por infração ao prescrito no art. 3º da Instrução CVM nº 306/99 e no art. 23 da Lei nº 6.385/76.

2.O Colegiado determinou ainda comunicar o resultado do julgamento à Procuradoria da República no Estado do Pará, em complemento ao OFÍCIO/CVM/SGE/Nº70/2014, de 12 de novembro de 2014 (fls.91), para as providências que aquele órgão julgar cabíveis no âmbito de sua competência.

3.O Colegiado deliberou, por fim, uma vez transitada em julgado, comunicar a decisão proferida neste processo à BM&FBOVESPA para adoção das providências que aquela Bolsa julgar cabíveis.

O acusado punido terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento da comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008.

Ausente o acusado, sem representante constituído.

Presente a Procuradora-federal Luciana Silva Alves, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo Renteria, Relator, Luciana Dias, Roberto Tadeu Antunes Fernandes e o Presidente da CVM, Leonardo P. Gomes Pereira, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2015.
PABLO RENTERIA
Diretor-Relator

LEONARDO P. GOMES PEREIRA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº SP2013/12

Acusados:João Alves de Queiroz Filho
Banco de Investimento Credit Suisse (Brasil) S.A.

Ementa:Suposta negociação de valores mobiliários por parte do administrador da companhia com a finalidade de auferir vantagem indevida mediante o uso de informação privilegiada. Absolvições.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1.Absolver o acusado João Alves de Queiroz Filho da imputação de infração ao art. 155, §1º, da Lei nº 6.404/76, combinado com o art. 13 da Instrução CVM nº 358/2002, bem como absolvê-lo da imputação de criação de condições artificiais de demanda, oferta, ou preço, conduta vedada pelo item I da Instrução CVM nº 08/79.

2.Absolver o Banco de Investimento Credit Suisse (Brasil) S.A. da imputação de criação de condições artificiais de demanda, oferta e preço, conduta vedada pelo item I da Instrução CVM nº 08/79.

A CVM interporá recurso de ofício das decisões absolutórias ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Proferiram defesas orais os advogados Marcelo Trindade, representante do acusado João Alves de Queiroz Filho e Luciana Pereira Costa, representante do Banco de Investimento Credit Suisse Brasil S.A.

Presente a Procuradora-federal Danielle Oliveira Barbosa, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Luciana Dias, Relatora, Gustavo Tavares Borba, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Leonardo P. Gomes Pereira, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2015.
LUCIANA DIAS
Diretora-Relatora

LEONARDO P. GOMES PEREIRA
Presidente da Sessão de Julgamento

COLEGIADO

DECISÃO DO COLEGIADO DE 14 DE JULHO DE 2015

PARTICIPANTES
LEONARDO PORCIUNCULA GOMES PEREIRA - PRESIDENTE
GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA - DIRETOR
PABLO WALDEMAR RENTERIA - DIRETOR
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES - DIRETOR
APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2013/10745
Reg. n° 9765/15
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto por Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. e seu diretor, Sr. Daniel Doll Lemos, previamente à instauração de Processo Administrativo Sancionador pela Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE, por suposta infração aos arts. 54 e 56, caput e § 1º, I, da Instrução CVM 400/2003.

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes anuíram em pagar à CVM o valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O Comitê entendeu que a aceitação da proposta é conveniente e oportuna, representando compromisso suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta dos administradores de fundos estruturados, em atendimento à finalidade preventiva do instituto de que se cuida.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelos Proponentes, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação pecuniária assumida pelos Proponentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2014/7604

Reg. n° 9766/15

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Ana Cristina Xavier Roque, Carlos Alberto do Prado, Edson Reis da Silva, Luiz Felipe Barbero Goulart Pereira, Marcelo Siqueira de Carvalho e Marcello Romualdo da Silva Pereira ("Proponentes"), na qualidade de administradores do Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A., nos autos do Termo de Acusação CVM RJ2014/7604, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

Luiz Felipe Barbero Goulart Pereira e Ana Cristina Xavier Roque foram acusados por infração ao art. 176, c/c o art. 177; Edson Reis da Silva, Marcelo Siqueira de Carvalho e Carlos Alberto do Prado pela infração ao art. 204; e Marcello Romualdo da Silva Pereira pela infração ao art. 204, todos da Lei 6.404/1976.

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes se comprometeram a pagar à CVM o montante de R$ 180.000,00, sendo: (i) R$ 50.000,00, individualmente, por Luiz Felipe Barbero Goulard Pereira e Ana Cristina Xavier Roque; e (ii) R$ 20.000,00, individualmente, pelos demais Proponentes.

Em sua manifestação, o Comitê entendeu que, diante das características que permeiam o caso concreto e considerando a natureza e a gravidade da acusação formulada, as propostas apresentadas representariam compromisso suficiente a desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem como se mostram adequadas ao instituto de que se cuida. Por essa razão, o Comitê considerou a aceitação das propostas conveniente e oportuna.

Após manifestação da SEP quanto à verificação da cessação e correção das práticas contábeis tidas como irregulares, o Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação das propostas de Termo de Compromisso apresentada pelos Proponentes, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura dos Termos, contados da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pelos Proponentes.

RECURSO DE OFÍCIO EM JULGAMENTO DE PROCESSO DE RITO SUMÁRIO - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE - PAS RJ2011/9483

Reg. nº 8062/11

Relatora: DLD

Trata-se de apreciação de recurso de ofício, interposto pela Superintendência de Relações com Empresa, da sua decisão de absolver o Sr. José Alberto Alves de Albuquerque Júnior ("Recorrente"), na qualidade do Diretor de Relações com Investidores - DRI da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, pelo não envio de informações periódicas, por infração aos arts. 21, V e X, 29 e 65 da Instrução CVM 480/2009.

O Colegiado, acompanhando o voto apresentado pela Relatora Luciana Dias, deliberou pela manutenção da decisão da área técnica e consequente absolvição do Recorrente das infrações apontadas. Da presente decisão será interposto recurso de ofício ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2015.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe da Coordenação de Controle de Processos

DESPACHO DO DIRETOR
Em 20 de outubro de 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 01/2007

Reg. Col. nº 7214/2010

Acusado	Advogado
Carla Cico	Claudia Domingues Santos Pieroni (OAB/RJ nº 137.105)
Carlos Geraldo Campos Magalhães	Carlos José Rolim de Mello (OAB/SP nº 107.508)
Daniela Maluf Pfeiffer	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Eduardo Cintra Santos	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Eduardo Seabra Fagundes	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Francisco Ribeiro Magalhães Filho	Luiz Carlos Andrezani (OAB/SP nº 81.071)
Gilberto Braga	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ nº 38.730)
Jorge Michel Lepeltier	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ nº 38.730)
Luis Fernando Cavalcanti Trocoli	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ nº 38.730)
Luiz Otavio Nunes West	Nelson Laks Eizirik (OAB/RJ nº 38.730)
Marcos Nascimento Ferreira	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Paulo Pedrão Rio Branco	André Pinto da Rocha Osório Gondinho (OAB/RJ nº 91.975) e Maria Alice Tarcitano da Fonseca Doria Gondinho (OAB/RJ nº 53.689)
Ricardo Wiering de Barros	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)
Rodrigo Bhering Andrade	Francisco Antunes Maciel Müssnich (OAB/RJ nº 28.717)

Diretor Relator:Pablo Renteria

Trata-se de pedido de adiamento da sessão de julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº 01/2007, agendada para o dia 27 de outubro de 2015, formulado pelos acusados Daniela Maluf Pfeiffer, Eduardo Cintra Santos, Eduardo Seabra Fagundes, Marcos Nascimento Ferreira, Maria Amália Delfim de Melo Coutrim, Ricardo Wiering de Barros e Rodrigo Bhering Andrade, em razão da complexidade do processo e da necessidade de prazo superior para a preparação da sustentação oral de suas defesas (fl. 6044).

Por não vislumbrar prejuízos ao presente processo e em prol do princípio da ampla defesa, defiro o pedido e determino, neste caso particular, que a sessão de julgamento seja remarcada para o dia 24 de novembro de 2015, às 15 horas, no mesmo local.

Encaminhem-se os autos à CCP para que proceda com a intimação dos acusados e de seus advogados por meio de publicação no Diário Oficial da União, de acordo com o art. 40 da Deliberação CVM nº 538/08.

PABLO RENTERIA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 20, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Ratifica o Convênio ICMS 122/15.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS 122/15, que altera o Convênio ICMS 76/15, que autoriza o Estado da Paraíba a dispensar ou a reduzir juros, multas e demais acréscimos legais previstos na legislação tributária, e a conceder parcelamento de débito fiscal, relacionados com o ICM e o ICMS, celebrado na 250ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 16 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2015.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

No Despacho do Secretário-Executivo nº 199/15, de 15 de Outubro de 2015, publicado no DOU de 16 de Outubro de 2015, Seção 1, página 16, na linha referente ao Laudo PSP0152015, na coluna "ESPECIFICAÇÃO DO LAUDO", no código MD5 - onde se lê: "50b252be69e0feafaf45b354e47fb6f6", leia-se: "7eda6ec05b2006f6342a1b88deb16a3f".

No Despacho do Secretário-Executivo nº 200/15, de 20 de outubro de 2015, publicado no DOU de 21 de outubro de 2015, Seção 1, página 23, onde se lê: "... Nº 200 - O Secretário Executivo do Conselho ...", leia-se: "... Nº 201 - O Secretário Executivo do Conselho ...".

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

ATA DA 383ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015

Ata da 383ª Sessão Pública de Julgamento, realizada no dia 22 de setembro de 2015, cuja pauta foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2015, Seção 1, pág. 31, com divulgação, na mesma data, via Internet (http://www4.bcb.gov.br/crsfn/Pautas/p20150922383.htm).

1 - LOCAL E HORÁRIO - 1º Subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 4 do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF), às 14 horas.

2 - TRABALHOS - A sessão foi aberta às 14h30 e os trabalhos foram encerrados às 17h34, sob condução da Presidente, Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira, tendo como Secretário-Executivo Carlos Augusto Sousa de Almeida e presentes os Procuradores representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Dr. André Luiz Carneiro Ortegal e Dr. Euler Barros Ferreira Lopes.

3 - QUORUM - Conselheiros: Adriana Cristina Dullius Britto, Ana Maria Melo Netto Oliveira, Antonio Augusto de Sá Freire Filho, Arnaldo Penteado Laudísio, Flávio Maia Fernandes dos Santos, João Batista de Moraes, Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo e Sérgio Cipriano dos Santos.

4 - Posse de Conselheiros - Foram anunciados os termos de posse: de Francisco Papellás Filho, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, no período de 29 de agosto de 2015 a 28 de agosto de 2017, na qualidade de Conselheiro Suplente, como representante do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, designado que foi pela Portaria nº 648, de 27.8.2015 (publicada no DOU de 28.8.2015 - Seção 2, pág. 31), do Sr. Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, no uso da competência delegada pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda; Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, no período de 22 de setembro de 2015 a 21 de setembro de 2017, na qualidade de Conselheiro Titular, como representante da Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias - ANCORD, designado que foi pela Portaria nº 705, de 11.9.2015 (publicada no DOU de 15.9.2015 - Seção 2, pág. 28), do Sr. Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, no uso da competência delegada pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda; Sérgio Cipriano dos Santos, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, no período de 22 de setembro de 2015 a 21 de setembro de 2017, na qualidade de Conselheiro Titular, como representante do Banco Central do Brasil - BACEN, designado que foi pela Portaria nº 718, de 16.9.2015 (publicada no DOU de 18.9.2015 - Seção 2, pág. 28), do Sr. Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, no uso da competência delegada pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda.

5 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

5.1 - Recursos sorteados para relator:

Recurso 13434 - 0901442168 - Recorrente: SP Factoring Fomento Comercial Eireli - EPP. Recorrido: Bacen. Relator: Flávio Maia Fernandes dos Santos.

Recurso 13448 - 0901436966 - Recorrentes: Adriano César Missura, Carlos Milton Buffoni, Edmilson Rocha de Souza, Fabiano Locatelli, Joelis Anônio Pedroso, José Conti da Silva Filho, Maria Inês Faccioli Locatelli, Paulo Tavares Simas, Ray Alves dos Santos, Regina Maria Risso Santos, Renato Delorenzo Nardi, Roberto Rodrigues Penhalbel, Rodrigo Rios Magri, Rogério Romeo Nogueira Júnior e Samuel Vieira da Silva. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 13449 - 1101536297 - Recorrentes: Banco Fator S.A., Carlos Hitoshi Fuda Castro, Edson Kojo e Jorgen Lange. Recorrido: Bacen. Relatora: Adriana Cristina Dullius Britto.

Recurso 13485 - 1401279818 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Jandimex Administradora Nacional de Consórcios S/C Ltda. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Recurso 13487 - 1001480320 - Recorrentes: Atrium S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - em Falência (ex-Atrium S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda.); Marco Antônio Fiori e Valdir Massari. Recorrido: Bacen. Relator: Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo.

Recurso 13595 - RJ2010/1088 - Recorrentes: Atrium S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - em Falência (ex-Atrium S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) e Marco Antônio Fiori. Recorrida: CVM. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 13623 - RJ2010/10383 - Recorrentes: Filmes do Equador Ltda. e Luiz Carlos Barreto Borges. Recorrida: CVM. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Recurso 13625 - RJ2012/3168 - Recorrente: Luis Octávio Azeredo Lopes Índio da Costa. Recorrida: CVM. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 13626 - RJ2012/3457 - Recorrente: João Beckhauser. Recorrida: CVM. Relatora: Adriana Cristina Dullius Britto.

Recurso 13691 - RJ2012/8591 - Recorrente: CVM. Recorrida: Camargo Corrêa S.A. Relator: Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo.

Recurso 13704 - RJ2010/12041 - Recorrentes: Handerson Sousa Murtha e Raul Leite Luna. Recorrida: CVM. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Recurso 13834 - 1201550939 - Recorrente: Magda Maria Malvão Portugal. Recorrido: Bacen. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 14139 - 1201570368 - Recorrente: Luiz Carlos Silveira Marques. Recorrido: Bacen. Relator: Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo.

Recurso 14142 - 1201561626 - Recorrentes: Nara Solange de Oliveira Eltz e Paulo Ricardo Eltz. Recorrido: Bacen. Relatora: Adriana Cristina Dullius Britto.

Recurso 14253 - 1401593104 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Sandra Kirillos Sauda. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

5.2 - Recurso sorteado para relator e revisor (conforme art. 13, § 2º, do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pelo Decreto nº 1.935, de 20 de junho de 1996):

Recurso 13467-LD/PR - 0701371801 - Requerentes: Banco BMG S.A. e Márcio Alaor de Araújo. Requerido: Bacen. Relator: Flávio Maia Fernandes dos Santos. Revisor: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

6 - JULGAMENTO - Foi realizado o julgamento dos seguintes recursos constantes da Pauta de início mencionada, nestes termos:

Recurso 13381 - 0701387975 - Recorrentes: Mário Lobato Azevedo Correa Filho e Rodrigo Otávio Seixas Azevedo Corrêa - Recursos desprovidos - Inabilitação, por 1 (um) ano, para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil. Base legal das penalidades: Lei nº 4.595/1964, art. 44, § 4º. Recorrido: Bacen. Assunto: Cooperativa de crédito - Realização de operações de crédito em desacordo com o princípio de diversificação de risco - Descumprimento do dever legal e estatutário do Conselho Fiscal de exercer assídua e minuciosa fiscalização sobre a administração da cooperativa.

Recurso 13395 - RJ2009/9439 - Recorrentes: Edivaldo Rogério de Brito e Milton Cardoso dos Santos Filho - Recursos desprovidos - Multa pecuniária individual no valor de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Base legal das penalidades: Lei nº 6.385/1976, art. 11, inc. II. Recorrida: CVM. Assunto: Mercado de valores mobiliários - Inobservância do dever de sigilo - Não divulgação de fato relevante - Não inclusão de informações de projeção de faturamento em formulário próprio - Falta de apresentação de confronto entre projeções elaboradas e resultados efetivamente obtidos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recurso 13398-MA - 0801431071 - Recorrente: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Mauá Ltda. - COOPMAUÁ - Recurso desprovido - Multas pecuniárias (sete) nos valores de R$10.200,00 (dez mil e duzentos reais), R$10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), R$ 14.250,00 (quatorze mil duzentos e cinquenta reais), R$5.100,00 (cinco mil e cem reais), R$12.900,00 (doze mil e novecentos reais), R$5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais) e R$5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais). Base legal das penalidades: Lei nº 4.595/1964, art. 44, § 2º. Recorrido: Bacen. Assunto: Cooperativa de crédito- Fornecimento de informações obrigatórias em desacordo com o exigido pela autoridade supervisora.

Recurso 13423 - 0901439820 - Recorrente: José Geraldo Dontal - Recurso desprovido - Multa pecuniária no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais). Base legal da penalidade: Lei nº 4.595/1964, art. 44, § 2º. Recorrido: Bacen. Assunto: Descumprimento sistemático do dever de registrar em conta de depósitos à vista do beneficiário valores relativos à cobrança de cheques e coleta de numerário.

Recurso 13426-RV - 1201565379 - Recorrente: Companhia de Navegação Marítima Netumar - Recurso não conhecido (Ausência de fato novo ou circunstância relevante). Recorrido: Bacen. Assunto: Pedido de revisão - Câmbio - Exportação - Falta de negociação das divisas em estabelecimento autorizado a operar na modalidade ou de repatriamento das mercadorias.

Recurso 13430 - RJ2012/1605 - Recorrentes: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. e Pedro Sylvio Weil - Recursos desprovidos - Advertência. Base legal das penalidades: Lei nº 6.385/1976, art. 11, inc. I. Recorrida: CVM. Assunto: Mercado de valores mobiliários - Realização de operações de financiamento sem contrato e em desrespeito aos parâmetros estabelecidos pela autoridade supervisora.

Recurso 13821 - 1201558404 - Recorrente: Demaer Despachos e Assessoria à Exportação e Importação Ltda. - Recurso desprovido - Multa no valor equivalente, em moeda nacional, a US$34.740,01 (trinta e quatro mil setecentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América e um centavo). Base legal da penalidade: Decreto nº 23.258/1933, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Realização de operações ilegítimas (Remessa de recursos ao exterior, com conversão de reais em dólares dos Estados Unidos da América, por meio de instituição financeira clandestina).

Recurso 13915 - 1201560956 - Recorrente: Aimoré da Silveira - Recurso desprovido - Multa no valor equivalente, em moeda nacional, a US$108.139,53 (cento e oito mil cento e trinta e nove dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos). Base legal da penalidade: Decreto nº 23.258/1933, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Realização de operações ilegítimas (Remessa de recursos ao exterior, com conversão de reais em dólares dos Estados Unidos da América, por meio de instituição financeira clandestina).

Recurso 13916 - 1201547566 - Recorrente: Nelson Brochmann - Recurso parcialmente provido - Multa no valor equivalente, em moeda nacional, a US$107.893,30 (cento e sete mil oitocentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos). Base legal da penalidade: Decreto nº 23.258/1933, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Realização de operações ilegítimas (Remessa de recursos ao exterior, com conversão de reais em dólares dos Estados Unidos da América, por meio de instituição financeira clandestina).

Recurso 13947 - 1201547610 - Recorrente: Talent Importadora e Exportadora Ltda. - Recurso desprovido - Multa no valor equivalente, em moeda nacional, a US$6.583,78 (seis mil quinhentos e oitenta e três dólares dos Estados Unidos da América e setenta e oito centavos). Base legal da penalidade: Decreto nº 23.258/1933, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Realização de operações ilegítimas (Remessa de recursos ao exterior, com conversão de reais em dólares dos Estados Unidos da América, por meio de instituição financeira clandestina).

Recurso 13948 - 1201547614 - Recorrente: Moisés Carlos Lanius - Recurso desprovido - Multa no valor equivalente, em moeda nacional, a US$43.506,30 (quarenta e três mil quinhentos e seis dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos). Base legal da penalidade: Decreto nº 23.258/1933, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Realização de operações ilegítimas (Remessa de recursos ao exterior, com conversão de reais em dólares dos Estados Unidos da América, por meio de instituição financeira clandestina).

Recurso 13956 - 1301575279 - Recorrente: Rafael Alberto Born - Recurso desprovido - Multa no valor equivalente, em moeda nacional, a US$202.997,53 (duzentos e dois mil novecentos e noventa e sete dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos). Base legal da penalidade: Decreto nº 23.258/1933, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Realização de operações ilegítimas (Remessa de recursos ao exterior, com conversão de reais em dólares dos Estados Unidos da América, por meio de instituição financeira clandestina).

6.2 - CAPITAIS BRASILEIROS NO EXTERIOR - MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.224/2001:

6.2.1 - RECURSOS VOLUNTÁRIOS DESPROVIDOS - Irregularidades configuradas - Multa adequada aos limites da legislação vigente. Base legal das penalidades: Medida Provisória nº 2.224/2001, art. 1º:

Recurso 14116 - 1401599711 - Recorrente: Milton Carlos Costantin. Multa pecuniária no valor de R$6.940,50 (seis mil novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos). Recorrido: Bacen.

Recurso 14153 - 1401592134 - Recorrente: Ricardo Jorge da Conceição dos Santos Neto. Multa pecuniária no valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Recorrido: Bacen.

Recurso 14220 - 1401600272 - Recorrente: Ricardo Anhesini Souza. Multa pecuniária no valor de R$10.242,77 (dez mil duzentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos). Recorrido: Bacen.

6.2.2 - RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO (Intempestividade):

Recurso 14248 - 1401602271 - Recorrente: Albino da Costa Maia. Recorrido: Bacen.

6.3 - REGISTRO INTEMPESTIVO DE CAPITAL ESTRANGEIRO - LEI nº 11.371/2006:

6.3.1 - RECURSOS DE OFÍCIO DESPROVIDOS - Irregularidades descaracterizadas - Arquivamento confirmado:

Recurso 14145 - 1201555179 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Fair Corretora de Câmbio S.A.

Recurso 14232 - 1201563592 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Coorporação Brasileira Empreendimentos Imobiliários Ltda.

6.3.2 - RECURSOS VOLUNTÁRIOS DESPROVIDOS - Irregularidades configuradas - Multa adequada aos limites da legislação vigente. Base legal das penalidades: Lei nº 11.371/2006, art. 7º:

Recurso 13601 - 1201562235 - Recorrentes: Onnix Consultoria Internacional Ltda. e Onnix Corretora de Câmbio Ltda. Multa pecuniária individual no valor de R$7.237,55 (sete mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). Recorrido: Bacen.

Recurso 13795 - 1201551376 - Recorrente: TOV Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Multa pecuniária no valor de R$1.910,05 (um mil novecentos e dez reais e cinco centavos). Recorrido: Bacen.

Recurso 13841 - 1301575814 - Recorrente: Pinheiro Neto Advogados. Multa pecuniária no valor de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Recorrido: Bacen.

7 - Recurso com pedido de vista:

Da Conselheira Adriana Cristina Dullius Britto:

Recurso 13446 - 1001492907 - Recorrentes: Daniel Matone, Ernandi Vardeley Pereira Martins de Ávila e Guilherme Gonçalves Lessa. Recorrido: Bacen. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

8 - Recursos retirados de pauta:

a) por pedido de diligência, formulado pela Conselheira Adriana Cristina Dullius Britto:

Recurso 11972 - 0301203195 - Recorrentes: CRETOVALE - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores da Vale (ex- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Colaboradores da Cia. Vale do Rio Doce), Celso Rodrigues de Souza, Everaldo Pereira de Morais, Ivan Sérgio Neves Barbirato, Rodolfo Ribeiro Rocha e Sílvio Francisco Vidal. Recorrido: Bacen. Relatora: Adriana Cristina Dullius Britto.

b) a pedido da Conselheira Adriana Cristina Dullius Britto:

Recurso 13409 - 0901459167 - I - Recorrentes: Banco Cruzeiro do Sul S.A. - em Liquidação Extrajudicial, Charles Alexander Forbes, Fábio Caramuru Corrêa Meyer, Fábio Rocha do Amaral, Gilberto Braga, Horácio Martinho Lima, José Carlos Lima de Abreu, Luis Felippe Indio da Costa, Luis Octávio Azeredo Lopes Indio da Costa, Luiz Whately Thompson, Maria Luisa Garcia de Mendonça, Miguel Vargas Franco Netto, Paulo Roberto Barral, Progreso Vaño Puerto, Roberto Vieira da Silva de Oliveira Costa e Sérgio Marra Pereira Capella. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorrido: João Lara de Souza Meirelles Filho. Relatora: Adriana Cristina Dullius Britto.

9 - RECURSOS PENDENTES DE DEVOLUÇÃO:

Nos recursos abaixo indicados, já julgados pelo Conselho, aguarda-se a entrega de voto ou declaração de voto por conselheiro, para conclusão e divulgação dos correspondentes acórdãos:

Recurso 7542 (julgado na 377ª Sessão, 24.3.2015, aguardando entrega de voto da Conselheira Adriana Cristina Dullius Britto).

Recurso 13223 (julgado na 371ª Sessão, 22.10.2014, aguardando entrega de voto do Conselheiro Francisco Satiro Souza Junior).

Recurso 11256 (julgado na 373ª Sessão, 25.11.2014, aguardando entrega de declaração de voto do Conselheiro Francisco Satiro Souza Junior).

Recurso 11411 (julgado na 375ª Sessão, 27.1.2015, aguardando entrega de declaração de voto do Conselheiro Francisco Satiro Souza Junior).

Recurso 13757 - (julgado na 380ª Sessão, 30.6.2014, aguardando entrega de voto do Conselheiro Francisco Satiro Souza Junior).

Recurso 12376 (julgado na 373ª Sessão, 25.11.2014, aguardando entrega de voto do Conselheiro Nelson Alves de Aguiar Júnior).

Recurso 13353 (julgado na 373ª Sessão, 25.11.2014, aguardando entrega de declaração de voto do Conselheiro Nelson Alves de Aguiar Júnior).

Recursos 13375 e 13463 (julgados na 376ª Sessão, 24.2.2015, aguardando entrega de votos do Conselheiro Nelson Alves de Aguiar Júnior).

Recurso 13070 (julgado na 377ª Sessão, 24.3.2015, aguardando entrega de voto do Conselheiro Nelson Alves de Aguiar Júnior).

Recursos 12867 (julgado na 378ª Sessão, 28.4.2015, aguardando entrega de voto do Conselheiro Nelson Alves de Aguiar Júnior).

Recurso 9058 (julgado na 379ª Sessão, 26.5.2015, aguardando entrega de voto do Conselheiro Nelson Alves de Aguiar Júnior).

Recurso 11408 (julgado na 376ª Sessão, 24.2.2015, aguardando entrega de declaração de voto do Conselheiro José Augusto Mattos da Gama).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 383ª (trecentésima octogésima terceira) Sessão Pública de Julgamento, às 17h34min, pela Presidente, Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira, que lavrou e assinou esta Ata, depois de lida e aprovada pelos integrantes deste Órgão Colegiado.

Brasília, 21 de setembro de 2015.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente

CARLOS AUGUSTO SOUSA DE ALMEIDA
Secretário Executivo

IRB-BRASIL RESSEGUROS S/A

CNPJ: 33.376.989/0001-91 NIRE: 33.3.0030917-9

ATA DA 49ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2015

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às quinze horas, reuniram-se os acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, no 9º andar do Edifício Sede da Companhia, na Avenida Marechal Câmara, nº 171, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para, de acordo com o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da União nas edições dos dias 13, 14 e 17 de agosto de 2015, nas páginas 74, 95 e 89, respectivamente; no jornal "Valor Econômico", nas edições dos dias 13, 14 e 17 de agosto de 2015, nas páginas C9, C5 e C5, respectivamente, conforme o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), deliberarem acerca das seguintes matérias: (i) a transformação do IRB Brasil RE em sociedade anônima de capital aberto e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, categoria A, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM 480, de 7.12.2009 ("Instrução CVM 480"); (ii) a solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003 ("Instrução CVM 400"); (iii) a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Regulamento do Novo Mercado"); e (iv) alteração do montante da remuneração global dos administradores, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.03.2015. A Assembleia foi presidida pelo Sr. Charles Carvalho Guedes, Membro do Conselho de Administração, em consonância com o disposto no parágrafo primeiro, artigo 11, do Estatuto Social em vigor, que convidou para tomar assento à mesa os representantes dos acionistas da União, BB Seguros Participações S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú Vida e Previdência S.A, Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, Gente Seguradora S.A e PQ Seguros, a representante do Conselho Fiscal, Conselheira Maria Carmozita Bessa Maia; o representante da Consultoria Jurídica, Bernardo Netto Arruda; e o Sr. José Henrique Fernandes do Amaral, representante do acionista Bradesco Auto RE Companhia de Seguros, para secretariar os trabalhos. O Presidente, à vista da existência de quórum de instalação, declarou instalada a Assembleia. Após a leitura do Edital de Convocação pelo Secretário, o Sr. Sérgio Suslik Wais, na qualidade de Diretor-Presidente da Gente Seguradora S.A. solicitou esclarecimentos sobre os seguintes assuntos: (i) abertura de capital; (ii) fatores de riscos; (iii) uso dos recursos; (iv) participação dos acionistas na abertura de capital e (v) distinção entre acionistas. Diante da solicitação dos referidos esclarecimentos, o Sr. Bernardo Netto Arruda, representante da Consultoria Jurídica da Companhia, apresentou as seguintes considerações: (i) a abertura de capital da Companhia tem como objetivo aprimorar a governança e aumentar a geração de valor aos seus acionistas; (ii) a abertura de capital apenas mitiga os atuais riscos da Companhia, sem gerar riscos adicionais; por outro lado, com relação à oferta, foi esclarecido que, em atendimento à regulamentação vigente, a Companhia apresentará à CVM e divulgará ao público o seu Formulário de Referência, o qual incluirá uma seção denominada Fatores de Riscos, responsável por descrever todos os riscos aos quais as atividades da Companhia estão sujeitas, de forma a possibilitar ao investidor da Oferta todas as informações necessárias à tomada de decisão de investimento; (iii) não haverá oferta primária, mas tão somente secundária, não havendo, portanto, aumento de capital da Companhia e nem a emissão de novas ações; (iv) os minoritários poderão alienar suas respectivas ações no primeiro dia de negociação em bolsa; adicionalmente, foi esclarecido que as ações serão listadas no segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa, proporcionando a todos os acionistas maior liquidez para as suas participações acionárias na Companhia; (v) por fim, foi esclarecido que não haverá qualquer distinção entre os acionistas da Companhia, todavia, foi ressaltado que os acionistas, integrantes do Bloco de Controle, estão sujeitos ao período de lock up de três anos, com base nos termos do Acordo de Acionistas firmado, em 12.08.2015, entre os acionistas controladores, não se aplicando tal restrição, naturalmente, aos minoritários. Após fornecidos os esclarecimentos acima, o Presidente submeteu à discussão e votação os itens constantes da ordem do dia: (i) por maioria absoluta, com 77,4% do capital social, foi aprovada a transformação do IRB Brasil RE em Companhia de capital aberto e, consequentemente, a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria A perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480; (ii) por maioria absoluta, com 77,4% do capital social, foi aprovada a solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 400. Os termos e condições da Oferta Pública Inicial deverão observar as disposições do Acordo de Acionistas vigente e arquivado na sede da Companhia; (iii) Por maioria absoluta, com 77,4% do capital social, foi aprovada a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento do Novo Mercado, conforme Anexo I desta ata; e (iv) Por maioria absoluta, com 77,4% do capital social, foi aprovada a alteração do montante da remuneração global dos Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários ("Administradores"), aprovado em 27.03.2015, considerando a expectativa de transformação do IRB Brasil RE em companhia de capital aberto e as mudanças decorrentes desse processo, nos termos descritos a seguir: alterar para até R$ 20.000.000 (vinte milhões de reais) o montante da remuneração global dos Administradores, para o período de 1º. de abril de 2015 a 31 de março de 2016, já incluídos: (a) a manutenção do montante de R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) aprovados na 48ª Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

27.03.2015, referentes a remuneração fixa mensal, assistência médica e odontológica dos Administradores, remuneração variável, seguro de vida em grupo, plano de previdência complementar, check-up anual completo, encargos sociais, veículos exclusivos e eventuais pagamentos de auxílio transferência e bônus de entrada dos Diretores Estatutários (com a manutenção das especificações estabelecidas pelo Conselho de Administração); (b) a inclusão do montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), referentes à bonificação da Diretoria Estatutária (conforme especificações a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração); e (c) a inclusão do montante de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), referente a encargos sobre a bonificação (INSS e FGTS). Considera-se nesse montante a indenização em virtude da destituição do Diretor-Presidente e a alteração do número de Conselheiros de Administração, de 5 (cinco) para 8 (oito) membros. A presente Ata foi lavrada de forma resumida, consoante faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., e, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente da Assembleia, pelos representantes dos Acionistas que fizeram parte da mesa e pelo Secretário. Os documentos e proposta submetidos à presente Assembleia citados nesta Ata foram numerados seguidamente, autenticados pela mesa e arquivados na Gerência de Relações com Investidores da Companhia, consoante disposto no artigo 130, § 1º, alínea "a", da Lei das S.A. (Ata registrada na JUCERJA sob o nº 00002821933, de 05.10.2015). Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2015. CHARLES CARVALHO GUEDES - PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA; GUSTAVO SCATOLINO SILVA - REPRESENTANTE DO ACIONISTA UNIÃO; JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL - REPRESENTANTE DO ACIONISTA BRADESCO AUTO RE - COMPANHIA DE SEGUROS; CAMILA VARAS SIQUEIRA - REPRESENTANTE DO ACIONISTA ITAÚ SEGUROS S.A.E ITAU VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. RACHEL SICILIANO MACHADO; REPRESENTANTE DO ACIONISTA BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. FERNANDO HENRIQUE AUGUSTO - REPRESENTANTE DO ACIONISTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA BARCELONA; AMANDA ELLEN DE LEDO CRUZ PRADO - REPRESENTANTE DA PQ SEGUROS; SÉRGIO SUSLIK WAIS - GENTE SEGURADORA S.A.; MARIA CARMOZITA BESSA MAIA - REPRESENTANTE DO CONSELHO FISCAL; JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL - SECRETÁRIO.

Estatuto Social do IRB Brasil RE: Aprovado pela 49ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE, realizada em 21 de agosto de 2015. Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO: Art. 1 - O IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. ("Sociedade"), que utilizará a abreviatura IRB Brasil RE, é uma sociedade anônima de capital aberto que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável. § 1º - Com a admissão da Sociedade no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado"). § 2º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social. § 3º - A Sociedade, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA. Art. 2 - A Sociedade tem por objeto efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no exterior, não podendo explorar qualquer outro ramo de atividade empresarial, nem subscrever seguros diretos. Parágrafo Único. A Sociedade participa do Sistema Nacional de Seguros Privados e exerce suas atribuições de acordo com as diretrizes gerais emanadas do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). Art. 3 - A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado do Rio de Janeiro, podendo, para a consecução dos seus objetivos, instalar ou encerrar filiais, representações, escritórios e outros estabelecimentos no País e no exterior, e participar, ainda, do capital de outras Sociedades, tudo com prévia deliberação do Conselho de Administração. Art. 4 - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. Capítulo II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES: Art. 5 - O capital social da Sociedade é de R$ 1.453.080.000 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e três milhões e oitenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 312.000.000 (trezentas e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial de classe especial de titularidade da União, emitida na forma do Art. 8 deste Estatuto Social ("Golden Share"), todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. § 1º - Ressalvada a ação preferencial de classe especial referida no caput deste artigo (Golden Share), é vedada a emissão de ações preferenciais ou de partes beneficiárias pela Sociedade. § 2º - O capital social poderá ser alterado nos termos da lei. § 3º - A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGP-M") divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. Art. 6 - As ações da Sociedade, por serem escriturais, permanecerão em contas de depósito, em instituição autorizada, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da referida lei. Art. 7 - Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Parágrafo Único. A Golden Share da União compreenderá sempre uma única ação, que preservará todas as suas prerrogativas enquanto for detida pela União, conforme disposto no artigo 8º da Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, e no artigo 17 da Lei nº 6.404/76. Art. 8 - A Golden Share confere à União, em caráter permanente, direitos de veto nas deliberações sociais ou negócios jurídicos a respeito das seguintes matérias: I - mudança de denominação da Sociedade ou de seu objeto social; II - transferência de controle acionário da Sociedade, observado o disposto no § 1º deste Art. 8; III - alteração ou aplicação da logomarca da Sociedade; IV - definição das políticas de subscrição e retrocessão, representadas por normas de caráter geral, sem indicação individualizada de negócios, devendo esse direito ser exercido de forma a se buscar o equilíbrio econômico-financeiro das carteiras correspondentes, salvo disposição expressa em acordo de acionistas do qual a União faça parte; V - operações de transformação, fusão, incorporação e cisão que envolvam a Sociedade, que possam implicar em perdas de direitos atribuídos à Golden Share; e VI - qualquer alteração dos direitos atribuídos à Golden Share, sem a anuência escrita manifestada pela União. § 1º - Não está sujeito ao veto da União de que trata o inciso (ii) do Art. 8 deste Estatuto Social as transferências de ações que sejam realizadas em conformidade com acordo de acionistas do qual a União faça parte. § 2º - Em decorrência da titularidade da Golden Share, é assegurado à União o exercício dos seguintes direitos, de forma permanente: I - indicação de 1 (um) membro para o Conselho de Administração, que exercerá o cargo de Presidente do órgão, e seu respectivo suplente; e II - indicação de 1 (um) membro e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal. § 3º - Observado o disposto na Lei nº 6.404/76, as matérias previstas no Art. 8 estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, observando-se o seguinte procedimento: I - exclusivamente para a deliberação das matérias previstas no Art. 8, o Conselho de Administração será convocado com antecedência de 35 (trinta e cinco) dias; simultaneamente à convocação do Conselho de Administração, o Presidente daquele órgão notificará o membro eleito pela União para que esta exerça seu direito de veto ou se manifeste favoravelmente à matéria, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do envio da referida notificação; II - decorrido o prazo de 35 (trinta e cinco) dias referido no inciso (I) acima, será realizada uma reunião do Conselho de Administração para deliberar sobre a matéria, sendo que, na referida reunião do Conselho de Administração: (i) a matéria não será considerada aprovada pelo órgão caso a União tenha exercido o seu direito de veto; e (ii) a matéria poderá ser aprovada ou não pelo órgão, a exclusivo critério do órgão, conforme as regras deste Estatuto Social, caso a União tenha se manifestado favoravelmente ou não tenha proferido qualquer manifestação no prazo indicado acima; e III - se a matéria proposta depender de aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a mesma será levada à deliberação desta apenas caso a União não haja exercido seu direito de veto nos termos do presente Art. 8. Art. 9 - A Sociedade poderá adquirir suas próprias ações ordinárias, a fim de cancelá-las ou mantê-las em Tesouraria para posterior alienação, mediante autorização do Conselho de Administração. Capítulo III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: Art. 10 - Os órgãos deliberativos, executivos e de fiscalização, de caráter estatutário, da Sociedade são os seguintes: I - Assembleia Geral de Acionistas; II - Conselho de Administração; III - Diretoria; IV - Conselho Fiscal; e V - Comitê de Auditoria. Capítulo IV - DA ASSEMBLEIA GERAL: Art. 11 - A Assembleia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, até 31 de março de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem, observados os preceitos legais relativos às convocações e deliberações. § 1º - Os trabalhos de qualquer Assembleia Geral de Acionistas serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, seu suplente ou outro membro do Conselho de Administração por ele indicado, e secretariados por um dos administradores ou acionistas da Sociedade escolhido pelo Presidente da mesa de trabalhos da Assembleia Geral de Acionistas. § 2º - Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404/76, as Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral de Acionistas a que comparecer a totalidade dos acionistas. § 3º - As Assembleias Gerais de Acionistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ¼ (um quarto) do capital social votante da Sociedade e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, salvo se quórum maior for estabelecido pela Lei nº 6.404/76. § 4º - Observado o Art. 8 e o Art. 57, § 2º deste Estatuto Social, as deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas serão tomadas pela metade de votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral de Acionistas mais 1 (um) voto, não se computando os votos em branco, salvo se quórum maior for estabelecido na Lei nº 6.404/76. Art. 12 - Além daquelas previstas na Lei nº 6.404/76, deverá, também, ser convocada a Assembleia Geral de Acionistas para deliberar sobre as seguintes matérias: I - aumento (exceto conforme exigido por lei) ou redução do capital social da Sociedade; II - dissolução e liquidação da Sociedade e suas Controladas, assim como eleição e destituição dos liquidantes; III - autorização aos administradores para confessar e requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade; IV - avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; V - alteração deste Estatuto Social; VI - eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e fixação da remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal; VII - tomada, anualmente, das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, bem como a destinação de resultado; VIII - instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle; IX - realização de oferta pública subsequente (follow-on) da Sociedade, bem como a realização de distribuição pública de ações ou de qualquer outra espécie de valor mobiliário sujeita a registro perante a CVM, na forma da legislação e regulamentação vigentes; X - registro de Controladas da Sociedade como emissoras de valores mobiliários perante a CVM, realização de uma oferta pública inicial (IPO) ou de oferta pública subsequente (follow-on), bem como a realização de distribuição pública de ações ou de qualquer outra espécie de valor mobiliário sujeita a registro perante a CVM, na forma da legislação e regulamentação vigentes; XI - saída do Novo Mercado; XII - cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM pela Sociedade e/ou de suas Controladas; XIII - escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Sociedade, em caso de cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo XII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração, observado o Art. 57, § 2º e o Art. 58 deste Estatuto Social. Capítulo V - DA ADMINISTRAÇÃO: Art. 13 - A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, que terão a composição e as atribuições previstas na lei e neste Estatuto Social. § 1º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Sociedade não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. § 2º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. § 3º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir à Politica de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários. § 4º - Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. Art. 14 - Aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, é vedada a aquisição, ainda que em hasta pública, de bens de propriedade da Sociedade. Art. 15 - Os prazos de gestão dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria estender-se-ão até a posse dos respectivos substitutos eleitos. Art. 16 - Os membros da Diretoria não poderão exercer cargos de direção, administração, consultoria ou assessoramento em empresas ligadas, de qualquer forma, às atividades desenvolvidas pela Sociedade. Parágrafo Único. As restrições deste artigo não se aplicam quando a Sociedade se fizer representar nos quadros da administração superior das sociedades de cujo capital participe ou venha a participar a Sociedade, na forma prevista no Art. 3 deste Estatuto Social. Art. 17 - Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de Administração da Sociedade pessoas naturais, dotadas de reputação ilibada e de notórios conhecimentos, inclusive sobre as práticas de governança corporativa, experiência e capacidade técnica compatível com o cargo, observadas as disposições dos Arts. 18, 21 e 28 deste Estatuto Social. Art. 18 - Não podem participar dos órgãos de Administração, além dos impedidos por lei, os que não atenderem aos critérios de elegibilidade previstos na regulamentação aplicável, em especial na regulamentação do CNSP. Art. 19 - Nos termos da lei, os membros da Diretoria não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Sociedade e em virtude de ato regular de gestão; respondem, porém, civilmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem: I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; ou II - com violação da lei ou deste Estatuto Social. Capítulo VI - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Art. 20 - Observado o § 2º deste Art., o Conselho de Administração é composto por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo. § 1º - Dos membros do Conselho de Administração, 3 (três) membros deverão ser Conselheiros Independentes, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos pelos minoritários mediante as faculdades previstas pelo artigo 141, caput, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76. § 2º - O Presidente do Conselho de Administração será investido nesse cargo na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após sua eleição, na forma do Art. 8 deste Estatuto Social. Art. 21 - Sem prejuízo das disposições contidas no Art. 18 deste Estatuto Social, deverão ser observadas as seguintes condições para a investidura dos membros do Conselho de Administração: I - ser graduado em nível superior, realizado no Brasil ou no exterior, observada a legislação aplicável, salvo dispensa da Assembleia de Acionistas, desde que comprovado notório saber na referida área de atuação; II - ter reputação ilibada; III - cumprir, pelo menos, um dos seguintes requisitos: a) ter exercido função de direção em sociedades anônimas, entidades públicas ou privadas ou órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos; ou b) ser pessoa de notória capacidade e renome em suas atividades; ou c) ter exercido funções de assessoramento superior em sociedade seguradora, entidade de previdência complementar, sociedade de capitalização, entidade pública ou privada ou entidade autorizada a funcionar pela SUSEP ou pelo BACEN, ou, ainda, em área financeira de entidade pública ou privada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos. Art. 22 - Os membros do Conselho de Administração terão prazo de gestão unificado de 1 (um) ano, permitida a recondução. Art. 23 - Nos casos de vacância do cargo de conselheiro, seu substituto deverá ser nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral de Acionistas subsequente. Parágrafo Único.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No caso de indisponibilidade temporária de membro titular do Conselho de Administração, seu respectivo suplente deverá assumir o cargo em exercício enquanto perdurar a indisponibilidade. Art. 24 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que os assuntos de sua competência o exigirem. § 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão feitas mediante convocação de seu Presidente, ou de pelo menos 4 (quatro) de seus membros. § 2º - A convocação de que trata o parágrafo anterior será feita por escrito, por meio de notificação pessoal, via correspondência registrada ou via e-mail endereçado a cada um dos membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data da reunião e com apresentação da pauta e documentos relacionados, que se instalará com a presença da maioria absoluta de seus membros. § 3º - Não obstante as formalidades acima, serão consideradas validamente instaladas todas as reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros. § 4º - Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar. § 5º - Durante as reuniões do Conselho de Administração, I - qualquer conselheiro, desde que autorizado pela maioria simples do Conselho de Administração, poderá estar acompanhado de um ou mais assessores, que não terão direito de voto, mas que poderão participar da reunião e das discussões sobre a ordem do dia; e II - o voto dado por um conselheiro por meio de telefone ou através de meios eletrônicos reconhecidos será considerado válido se confirmado, por escrito e com assinatura original do referido conselheiro, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de realização da reunião em que tal voto tiver sido proferido. § 6º - Perderá o cargo o conselheiro que deixar de comparecer, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, justificado por escrito, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas, ordinárias ou extraordinárias, durante o ano. § 7º - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, em livro próprio, e as que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivadas no Registro de Comércio e publicadas, na forma da legislação vigente. § 8º - A remuneração global dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, observadas as disposições legais sobre a matéria. § 9º - O Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez por ano, em sessão executiva, reunião sem a presença dos membros da Diretoria, para deliberação sobre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e para tomar conhecimento do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT). § 10º - É vedado ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Sociedade, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e extensão do seu interesse. § 11º - O Conselho de Administração determinará a elaboração de um código de conduta que estabeleça os valores e princípios que orientam a Sociedade e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Sociedade se relacione. § 12º - O Conselho de Administração nomeará os membros dos comitês de investimentos, subscrição e governança, nos termos do inciso XVII do Art. 25, todos de caráter consultivo e sem remuneração, sendo que o comitê de subscrição e comitê de governança serão formados por até 7 (sete) membros cada um e o comitê de investimentos será formado por até 8 (oito) membros. Art. 25 - Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre os assuntos de interesse da Sociedade, especialmente: I - fixação da orientação geral, objetivos e metas dos negócios, particularmente quanto às operações definidas no presente Estatuto Social e na legislação em vigor, fazendo o necessário acompanhamento; II - convocação da Assembleia Geral de Acionistas, quando julgar necessário, ou nos casos previstos na Lei nº 6.404/76; III - proposta, para a Assembleia Geral de Acionistas, da destinação dos lucros e da forma de distribuição de dividendos da Sociedade e/ou de suas Controladas; IV - distribuição de dividendos intercalares e intermediários, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços anuais, semestrais ou intermediários, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76, ou juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas da Sociedade e/ou suas Controladas; V - fixação do prazo para pagamento de dividendos pela Sociedade e/ou suas Controladas; VI - fixação da remuneração de cada administrador da Sociedade de acordo com a remuneração global dos administradores definida pela Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade; VII - resgate, recompra, amortização, permuta ou aquisição de ações e/ou outros ativos mobiliários da Sociedade e/ou suas Controladas para cancelamento ou manutenção em tesouraria; VIII - qualquer transferência, venda, licenciamento ou renúncia de tecnologia, patentes, marcas registradas, informações técnicas, segredos de indústria e know-how detidos pela Sociedade e/ou suas Controladas para quaisquer terceiros; IX - definição das políticas de contratação e de remuneração dos administradores da Sociedade e/ou suas Controladas; X - aprovação do voto a ser proferido pela Sociedade, na qualidade de sócia, em qualquer reunião de sócios ou assembleias gerais de acionistas de suas Controladas e coligadas; XI - atribuição de bonificação em ações e decisão sobre eventual grupamento ou desdobramento de ações da Sociedade e/ou de suas Controladas; XII - prestação de garantias em favor de terceiros pela Sociedade e/ou suas Controladas, exceto se em favor de Controlada da Sociedade quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis; XIII - escolha e destituição do(s) titular(es) da Auditoria Interna; XIV - designação ou destituição do Auditor Independente da Sociedade; XV - excetuadas operações comerciais usuais de seguros e resseguros praticadas pela Sociedade em condições de mercado, celebração de qualquer ato ou negócio jurídico pela Diretoria da Sociedade e/ou suas Controladas, cujo valor individual, ou agregado considerando o período de 1 (um) ano, supere a quantia de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), corrigida pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da aprovação deste Estatuto Social; XVI - aprovação da indicação de representantes da Sociedade nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil (PREVIRB); XVII - indicação, nomeação e destituição dos membros dos Comitês de Investimentos, Subscrição, Governança e Auditoria indicando, dentre eles, o Coordenador do Comitê de Auditoria; XVIII - proposta para a Assembleia Geral de qualquer operação de fusão, cisão, incorporação ou conversão em novo tipo societário da Sociedade; XIX - qualquer investimento pela Sociedade e/ou suas Controladas que seja caracterizado como um investimento relevante (conforme definido na Lei nº 6.404/76) ou de quaisquer direitos relacionados a tais participações; XX - operações da Sociedade e/ou suas Controladas, de um lado, com quaisquer Partes Relacionadas, do outro, conforme previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas da Sociedade então em vigor, aprovada pelo Conselho de Administração nos termos do inciso XXXVI; XXI - participação da Sociedade e/ou suas Controladas em acordos de acionistas, consórcios, grupos de sociedades, joint ventures ou quaisquer outras formas associativas, ressalvado o resseguro eventualmente assumido em consórcio com outras resseguradoras; XXII - aprovação de qualquer operação de endividamento ou de emissão de valores mobiliários representativos de dívida, conversíveis ou não em ações de emissão da Sociedade e/ou suas Controladas, que representem obrigação para a Sociedade e/ou suas Controladas que representem mais de 10% (dez por cento) do seu respectivo patrimônio líquido; XXIII - aprovação pela Sociedade e/ou suas Controladas de emissão de bônus de subscrição e de ofertas públicas de valores mobiliários; XXIV - proposta para a criação ou mudança de espécie, classe, características ou direitos de ações emitidas pela Sociedade e/ou suas Controladas, com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados, com exceção da Golden Share; XXV - criação de subsidiárias e filiais pela Sociedade e/ou por suas Controladas; XXVI - prestação de garantias reais pela Sociedade e/ou suas Controladas, em valor individual, ou agregado em um conjunto de atos relacionados no período de 1 (um) ano, superior a 10% (dez) do seu respectivo patrimônio líquido; XXVII - aprovação do Plano Anual de Negócios e suas alterações; XXVIII - definição e alteração das políticas de investimentos da Sociedade e/ou de suas Controladas; XXIX - definição e alteração das demais políticas operacionais de resseguros, inclusive nos limites dos riscos e nas linhas de negócios que possam vir a ser assumidos pela Sociedade; XXX - aquisição ou alienação de carteiras de resseguro em run off, no Brasil ou no exterior; XXXI - aquisição, alienação, transferência, cessão, oneração ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, de bens integrantes dos subgrupos "investimentos" e "imobilizados" da Sociedade e/ou suas Controladas, que representem mais de 2% (dois por cento) do seu respectivo patrimônio líquido; XXXII - aprovação do Orçamento Anual e suas alterações; XXXIII - aprovação e modificação da estrutura organizacional da Sociedade, criação de Comitês e definição dos respectivos Regimentos Internos e do Regime de Competência e Alçadas Decisórias; XXXIV - aprovação e modificação dos Planos de Cargos, Salários, Vantagens e Benefícios dos empregados e do regulamento de pessoal da Sociedade, observada a legislação vigente; XXXV - alteração das políticas contábeis e das práticas de divulgação de informações da Sociedade e/ou de suas Controladas, exceto quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis; XXXVI - aprovação e alteração da política de transações com Partes Relacionadas da Sociedade e/ou de suas Controladas; XXXVII - manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Sociedade, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Sociedade; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Sociedade; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; XXXVIII - definição de lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Sociedade nos casos de ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado; XXXIX - fixação do orçamento anual do Comitê de Auditoria; XL - eleição e destituição dos membros da Diretoria da Sociedade e de outras sociedades nas quais a Sociedade seja acionista ou quotista, no país e/ou no exterior, bem como a fixação de suas atribuições; XLI - indicação de representantes, sejam ou não administradores, nas sociedades nas quais a Sociedade seja acionista ou quotista, no país e no exterior; XLII - matérias para as quais a União detenha direito de veto, nos termos do Art. 8; e XLIII - o cumprimento das demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social. § 1º - Exceto pelo disposto no § 2º abaixo, as decisões do Conselho de Administração da Sociedade dependerão do voto favorável da maioria simples dos membros presentes. § 2º - As decisões do Conselho de Administração referentes às matérias previstas nos itens III a XLIII do caput deste Art. 25 serão tomadas pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração. § 3º - Na hipótese de empate nas deliberações do Conselho de Administração da Sociedade, a matéria objeto de empate será retirada de pauta e submetida à apreciação em nova Reunião do Conselho de Administração. Capítulo VII - DA DIRETORIA: Art. 26 - A Diretoria da Sociedade é composta por até 9 (nove) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração. § 1º - Os membros da Diretoria terão prazo de gestão de 1 (um) ano, permitida a recondução. § 2º - A remuneração dos membros da Diretoria, fixada pelo Conselho de Administração, observará o limite global aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, respeitadas as disposições legais que regem a matéria. Art. 27 - A Diretoria funcionará de forma colegiada e será constituída dos seguintes cargos: I - Diretor Presidente; II - Diretor Financeiro; III - Diretor de Relações com Investidores; e IV - até 6 (seis) Diretores sem designação específica. Parágrafo Único. Os Diretores poderão cumular mais de uma das funções indicadas no caput. Art. 28 - Sem prejuízo das disposições contidas no Art. 18 deste Estatuto Social, deverão ser observadas as seguintes condições para a investidura dos membros da Diretoria: I - ser residente no País; II - ser graduado em nível superior, observada a legislação aplicável, salvo dispensa do Conselho de Administração, desde que comprovado notório saber na referida área de atuação; e III - ter exercido nos últimos 5 (cinco) anos: a) cargos relevantes em órgãos ou entidades da administração pública, pelo período mínimo de 2 (dois) anos; b) função de Diretor ou cargo gerencial em sociedades seguradoras, resseguradoras ou corretoras de seguros, ou instituições financeiras, com patrimônio líquido equivalente a pelo menos um décimo do da Sociedade, pelo período mínimo de 2 (dois) anos; c) função de Diretor ou cargo gerencial em companhias de capital aberto, pelo período mínimo de 2 (dois) anos; ou d) função de Diretor ou cargo gerencial em companhias com patrimônio líquido equivalente a pelo menos um décimo do da Sociedade, pelo período mínimo de 2 (dois) anos, desde que não tenha por objetivo a investidura em diretorias de atividades inerentes a resseguro. Art. 29 - No impedimento ou ausência temporária de qualquer membro da Diretoria, o Diretor Presidente ou seu substituto designará, dentre os demais, aquele que responderá, cumulativamente, pelas atribuições do impedido ou ausente. Parágrafo Único. No caso de vacância do cargo de membro da Diretoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto que completará o prazo de gestão restante do substituído em reunião convocada para tal fim. Art. 30 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente, sendo necessária, em qualquer caso, a presença da maioria absoluta de seus membros, efetivos ou substitutos, dentre os quais o Diretor Presidente. § 1º - As deliberações da Diretoria exigem a aprovação da maioria absoluta de seus membros. § 2º - Uma vez tomada a decisão, cabe ao membro da Diretoria responsável pela área adotar as providências para sua implementação. Art. 31 - Compete à Diretoria: I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração, da Assembleia Geral de Acionistas, e baixar normas sobre a organização e o funcionamento das atividades da Sociedade, inclusive as de natureza administrativa; II - aprovar e fazer executar, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração, as políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades da Sociedade e os respectivos orçamentos; III - orientar operações, serviços e investimentos da Sociedade, bem como seu programa, orçamento e execução; IV - autorizar a alienação de bens, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a transação ou abatimento negocial, podendo, conforme normas estabelecidas, delegar poderes com limitação expressa, naquilo que não estiver na alçada do Conselho de Administração; V - encaminhar ao Conselho de Administração, com periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria, as contas, relatórios e demonstrações financeiras, para os fins previstos em lei; VI - remeter ao Conselho Fiscal as demonstrações financeiras, documentos e informações necessários ao desempenho das atribuições do referido órgão fiscalizador dos atos de gestão da Sociedade, com a periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria; VII - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, e segundo a legislação vigente; VIII - propor ao Conselho de Administração a estruturação organizacional da Sociedade, bem como suas alterações; IX - propor ao Conselho de Administração a criação, instalação e supressão de filiais ou agências, escritórios, dependências e outros estabelecimentos, no País e no exterior; X - examinar e propor ao Conselho de Administração participações da Sociedade em empresas no País ou no exterior; XI - decidir sobre casos extraordinários, observadas as competências do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas; XII - propor ao Conselho de Administração a indicação de representantes da Sociedade nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da PREVIRB; e XIII - fixar normas para as operações não previstas no presente Estatuto Social, porém permitidas por disposições legais e regulamentares. Parágrafo Único. A investidura em cargo de membro de Diretoria requer dedicação integral, admitindo o exercício de atividades profissionais não conflitantes, por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração. Art. 32 - Compete ao Diretor Presidente: I - representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo e em suas relações com terceiros, podendo, para tais fins, em conjunto com outro membro da Diretoria, outorgar mandatos, ficando o mandatário obrigado a prestar conta de seus atos, para certificação da Auditoria Interna; II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração e as decisões colegiadas da Diretoria; III - submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e Orçamentos Anuais, os planos de investimento e os programas de expansão da Sociedade e de suas Controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados; IV - nomear, remover, promover, comissionar, punir e demitir empregados, podendo autorizar, conforme normas que estabelecer, a prática desses mesmos atos pelos órgãos administrativos; V - assinar, juntamente, com o membro da Diretoria competente, cheques e obrigações de crédito; contratos em geral, inclusive os relativos à aquisição e alienação de bens imóveis ou de títulos, e à aplicação do capital e das reservas; acordos e transações; escrituras de hipotecas e outros ônus reais, inclusive cauções, instituídos em favor da Sociedade, podendo, para tal fim, outorgar, em conjunto com outro membro da Diretoria, mandatos específicos para a prática, por dois mandatários, dos atos inscritos neste inciso, de acordo com o Regime

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de Competências e Alçadas Decisórias, ficando os mandatários obrigados a prestar conta de seus atos, para certificação da Auditoria Interna; VI - dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das unidades administrativas a ele vinculadas, na forma prevista na estrutura organizacional da Sociedade, aprovada pelo Conselho de Administração; e VII - zelar pela boa imagem da Sociedade junto aos mercados brasileiro e estrangeiro. Art. 33 - Compete a cada membro da Diretoria dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das unidades administrativas a ele vinculadas e executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente. Art. 34 - As atribuições específicas de cada membro da Diretoria serão fixadas pelo Conselho de Administração, conforme estabelecido pelo Art. 25, inciso XL, deste Estatuto Social. Capítulo VIII - DO CONSELHO FISCAL: Art. 35 - O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente e será constituído de até 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitida a reeleição, dentre indivíduos qualificados, de reputação ilibada e que atendam às exigências da Lei nº 6.404/76. § 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. § 2º - Em caso de vacância de membro do Conselho Fiscal, seja titular ou suplente, a Assembleia Geral de Acionistas será convocada para eleição de novo membro. § 3º - Para a investidura dos membros do Conselho Fiscal deverão ser observadas as condições contidas no Art. 18 e nos incisos (i) e (ii) do Art. 28 deste Estatuto Social. Art. 36 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, observada a legislação em vigor. Art. 37 - Observadas as disposições deste Estatuto Social, o Conselho Fiscal, por voto favorável da maioria de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu Regimento Interno. Parágrafo Único. Em caso de empate na eleição do presidente do Conselho Fiscal, será eleito o membro decano ou, permanecendo o empate, o membro de maior idade. Art. 38 - O Conselho Fiscal reunir-se-á em sessão ordinária, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário. Art. 39 - Quando houver deliberação, a aprovação das matérias estará sujeita ao voto favorável da maioria de seus membros, observado que os membros dissidentes podem consignar sua divergência na ata da reunião do Conselho Fiscal em questão. Parágrafo Único. Ao presidente do Conselho Fiscal será atribuída a prerrogativa do voto de desempate. Art. 40 - Poderá ser requisitada por qualquer membro do Conselho Fiscal, sem aprovação do Colegiado, a verificação dos livros sociais e de todo e qualquer documento da Sociedade, bem como formulado pedido de informações aos integrantes dos órgãos da Administração, tudo conforme disposto em seu Regimento Interno. Art. 41 - O Conselho Fiscal poderá solicitar aos auditores independentes da Sociedade esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos. Art. 42 - O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria que indique, para esse fim, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, 3 (três) peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá 1 (um), cujos honorários serão pagos pela Sociedade, nos termos do § 8º do artigo 163 da Lei nº 6.404/76. Art. 43 - Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar. Parágrafo Único. O Conselho Fiscal far-se-á representar por, pelo menos, um dos seus membros nas reuniões da Assembleia Geral de Acionistas e responderá aos pedidos de informações formulados pelos acionistas. Art. 44 - Perderá o cargo o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, justificado por escrito, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas. Capítulo IX DO COMITÊ DE AUDITORIA Art. 45 - A Sociedade contará com um Comitê de Auditoria vinculado ao Conselho de Administração, a quem deverá se reportar diretamente. Parágrafo Único. São atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria aquelas definidas pelo CNSP, ou outras determinadas pela legislação ou regulamentação que rege a matéria, ou, ainda, pelo Conselho de Administração, observado o escopo de sua atuação. Art. 46 - O Comitê de Auditoria será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, com mandatos alternados de até 3 (três) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, conforme critérios e condições estabelecidas em Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) membro integrante do Conselho de Administração que não participe da Diretoria, e os demais membros não-vinculados à administração da Sociedade. § 1º - O Comitê de Auditoria renova-se parcialmente a cada ano. § 2º - Excepcionalmente, com o único objetivo de implementar a sistemática de alternância de mandatos prevista no caput e no § 1º deste artigo, o Conselho de Administração nomeará os membros do Comitê de Auditoria, com mandatos distintos de 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos. § 3º - Os membros do Comitê de Auditoria poderão ter o mandato renovado, desde que o tempo total do exercício da função não ultrapasse 5 (cinco) anos. § 4º - Os assuntos do Comitê de Auditoria serão deliberados por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente do Comitê o voto de qualidade. § 5º - A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será definida pelo Conselho de Administração, ficando limitada: I - no caso do Presidente, a 80% (oitenta por cento) da média dos honorários percebidos pelos membros da Diretoria; e II - no caso dos demais membros, a 60% (sessenta por cento) da média dos honorários percebidos pelos membros da Diretoria. § 6º - As despesas dos membros do Comitê de Auditoria, com estadia e locomoção, nos deslocamentos necessários ao desempenho de suas atribuições, serão ressarcidas na forma dos critérios a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração. § 7º - Para a investidura dos membros do Comitê de Auditoria deverão ser observadas as condições contidas neste Estatuto Social e nas normas do CNSP. Art. 47 - O auditor interno e o auditor independente deverão se articular com o Comitê de Auditoria, para comunicação imediata ao Conselho de Administração de qualquer indício de fraude, falha ou erro que implique risco relevante à Sociedade ou à fidedignidade das demonstrações contábeis. Art. 48 - O funcionamento e atribuições do Comitê de Auditoria serão regulados por seu Regimento Interno, podendo referido Comitê de Auditoria fazer propostas de alteração, as quais deverão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação. Capítulo X DA AUDITORIA INTERNA Art. 49 - A Sociedade disporá de unidade de Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e com as atribuições e encargos estabelecidos na legislação. Capítulo XI DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS LUCROS, RESERVAS E DIVIDENDOS Art. 50 - O exercício social coincidirá com o ano civil, com término em 31 de dezembro de cada ano, sendo, entretanto, facultado o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias, em qualquer data, na forma da legislação em vigor. As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis. Art. 51 - O Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos Pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração, com base no Relatório do Comitê de Auditoria, serão submetidos à Assembleia Geral de Acionistas. Art. 52 - Do resultado do exercício, feita a dedução para atender prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda, o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral de Acionistas a seguinte destinação: I - 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; e II - 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para pagamento de remuneração aos acionistas na proporção de suas ações; § 1º - Parcela do resultado do exercício, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. § 2º - Observada a legislação vigente, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento aos acionistas, de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, a título de remuneração. § 3º - Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos aos acionistas, serão atualizados de acordo com a variação da SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral de Acionistas. Art. 53 - As antecipações de valores aos acionistas deliberadas pelos órgãos da Administração da Sociedade, ad referendum da Assembleia Geral de Acionistas, a título de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio, serão deduzidos do montante da remuneração devida aos acionistas no encerramento de cada exercício social. Capítulo XII ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO Art. 54 - A Alienação de Controle da Sociedade, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Sociedade, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante. Parágrafo Único A oferta pública de que trata este Art. 54 será exigida ainda (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Sociedade; ou (ii) em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Sociedade, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Sociedade nessa alienação e anexar documentação que comprove o referido valor. Art. 55 - Àquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado, além de atender aos requisitos impostos pela legislação e regulamentação aplicáveis à Sociedade, a: (i) efetivar a oferta pública referida no Art. 54 deste Estatuto Social; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Sociedade nos pregões em que o Adquirente realizou aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação da Sociedade, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle. Art. 56 - A Sociedade não registrará: I - qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado; e II - qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não tiverem subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado. Art. 57 - Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Sociedade, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação de que tratam os §§ 1º e 2º deste Art. 57, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. § 1º - O laudo de avaliação referido no caput deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Sociedade, de seus administradores e Acionistas Controladores, além de satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no § 6º desse mesmo artigo. § 2º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Sociedade é de competência privativa da Assembleia Geral de Acionistas, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Art. 58 - Caso seja deliberada a saída da Sociedade do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral de Acionistas que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Sociedade, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 1º e 2º do Art. 57 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Art. 59 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador (caso admitido pela legislação e regulamentação aplicáveis à Sociedade), caso seja deliberada a saída da Sociedade do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral de Acionistas que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Art. 58 acima. § 1º - A Assembleia Geral de Acionistas deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, os quais, presentes na Assembleia, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. § 2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária na qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta. Art. 60 - A saída da Sociedade do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Art. 57 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. § 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo. § 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput. § 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Sociedade deverão convocar Assembleia Geral de Acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Sociedade do Novo Mercado. § 4º - Caso a Assembleia Geral de Acionistas mencionada no § 3º acima delibere pela saída da Sociedade do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral de Acionistas deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, os quais, presentes na Assembleia Geral de Acionistas, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Art. 61 - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas de aquisição previstas neste Estatuto Social. Capítulo XIII DO JUÍZO ARBITRAL Art. 62 - A Sociedade seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA ("CAM"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado. Fica ressalvado que a União somente poderá submeter-se a arbitragem que tenha por objeto direitos econômicos e/ou que versem sobre direitos disponíveis, ficando expressamente afastadas do âmbito da arbitragem questões relacionadas a direitos indisponíveis, casos em que será competente para dirimir o conflito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal. Capítulo XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 63 - É vedado ao empregado prestar colaboração ou assistência, em caráter particular, a qualquer sociedade de seguro, resseguro ou empresa de corretagem de seguro ou resseguro, salvo por interesse da Sociedade, a critério do Conselho de Administração. Art. 64 - Ficam assegurados aos empregados da Sociedade os direitos decorrentes de

VEDADA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL

normas legais em vigor no que digam respeito a aposentadoria, enquadramento sindical e aplicação da legislação do trabalho e previdência social. Art. 65 - O Regulamento de Pessoal do IRB Brasil RE disporá sobre as condições necessárias ao provimento de cargos e funções, substituições, direitos, vantagens, deveres e regime disciplinar, observados os preceitos da lei e do presente Estatuto Social. Art. 66 - O empregado eleito para o cargo de Diretoria, ao ser empossado, fica automaticamente afastado das funções que exercer na Sociedade contando-se lhe o tempo de afastamento como tempo de serviço para todos os efeitos legais. Art. 67 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral de Acionistas e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76. Art. 68 - A Sociedade assegurará a seus dirigentes, conselheiros e gerentes, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Sociedade e na forma definida pela Diretoria, por proposta da área jurídica, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função, observadas as disposições da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994. Art. 69 - A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral de Acionistas ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos. Art. 70 - As disposições contidas no Art. 12, Art. 20, Art. 24, § 1º e Art. 25 somente terão eficácia a partir da data de protocolização do pedido de listagem da Sociedade no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA. As disposições contidas no Art. 11 § 2º somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Sociedade pela CVM. Por fim, as disposições contidas no Art. 1, § 1º, § 2º e § 3º, Art. 13 § 2º, Art. 35, § 1º, Capítulo XII e Capítulo XIII deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de disponibilização pública do Anúncio de Início de Distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações da Sociedade. Capítulo XV DAS DEFINIÇÕES Art. 71 - Para fins do presente Estatuto Social, os termos abaixo, quando iniciados com letras maiúsculas, no singular ou no plural e independentemente de gênero, terão os significados indicados: "Acionista Controlador" significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Sociedade. "Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Sociedade. "Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Sociedade. "Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Sociedade, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Sociedade e aquelas em tesouraria. "Alienação de Controle" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle. "Adquirente" significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Acionistas para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Sociedade. "Afiliada" significa (a) em relação a uma pessoa jurídica, (i) qualquer pessoa natural ou outra pessoa jurídica que, direta ou indiretamente, Controle tal pessoa jurídica; (ii) qualquer pessoa jurídica Controlada, direta ou indiretamente, por tal Pessoa jurídica; ou (iii) qualquer pessoa jurídica, direta ou indiretamente, sob Controle comum com tal pessoa jurídica ou com o controlador de tal pessoa jurídica. "Conselheiro Independente" significa, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, o conselheiro que: (i) não tenha qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação de capital; (ii) não seja Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não seja ou não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não seja fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não seja funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não seja cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; e (vii) não receba outra remuneração da Sociedade além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). "Controlada" significa, em relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa cujas ações, quotas ou outros títulos representativos de seu capital social com direito a voto sejam detidos em sua maioria, direta ou indiretamente, por essa Pessoa. "Grupo de Acionistas" significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum. "Orçamento Anual" significa o orçamento anual de negócios da Sociedade e/ou de suas Controladas, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da Sociedade. "Parte Relacionada" significa (i) qualquer dos acionistas; (ii) qualquer Afiliada de qualquer dos acionistas; (iii) qualquer administrador, diretor ou contratado da Sociedade ou de qualquer das pessoas referidas nos itens (i) ou (ii) acima; (iv) o cônjuge ou qualquer parente até o terceiro grau de qualquer das pessoas físicas referidas nos itens precedentes; (v) qualquer pessoa jurídica da qual qualquer das pessoas referidas nas letras precedentes detenha quota, ação ou qualquer valor mobiliário que se possa considerar participação relevante; e (vi) qualquer pessoa jurídica da qual qualquer das pessoas referidas nas letras precedentes seja administrador, diretor, empregado ou contratado. "Pessoa" significa qualquer pessoa física ou jurídica, companhia, parceria, sociedade, associação, trust, fundo de investimento em participações, condomínio, autoridade governamental ou qualquer outra entidade ou organização. "Plano Anual de Negócios" significa o plano anual de negócios da Sociedade e/ou de suas Controladas, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da Sociedade. "Poder de Controle" (bem como seus termos correlatos "Controlador", "Controlada", "Controle" ou "sob Controle comum") significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais de Acionistas da Sociedade, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante. "PREVIC" significa a Superintendência Nacional de Previdência Complementar. "SELIC" significa a taxa de juros definida pelo Comitê de Política Monetária do BACEN (Copom) para remuneração de títulos públicos emitidos pela República Federativa do Brasil. "Valor Econômico" significa o valor da Sociedade e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Declara alfandegado, a título extraordinário e em caráter eventual, o Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, em Palmas/TO, no período de 22 de outubro a 04 de novembro de 2015, para ocorrência, sob controle aduaneiro, das operações relativas a voos de dignitários estrangeiros e de suas comitivas, durante o evento Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, nas condições que especifica.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1.°, inciso I da Portaria SRF n.° 13, de 09 de janeiro de 2002, e tendo em vista o que consta no processo 10746.720925/2015-03, declara:

Art. 1º Alfandegado, a título extraordinário e em caráter eventual, no período de 22 de outubro a 04 de novembro de 2015, o Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, localizado na Av. Teotônio Segurado, s/n, Plano Diretor Expansão Sul - Palmas/TO, administrado pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO, CNPJ nº 00.352.294/0152-23, para a realização, sob controle aduaneiro, das operações previstas nos incisos I e III do art. 5.° do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, relativas aos voos de dignitários estrangeiros e de seus acompanhantes e assistentes em visita ao País, procedentes do exterior ou a ele destinados, referentes à realização do evento esportivo/cultural Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

Art. 2º O aeroporto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas/TO, que poderá estabelecer as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO, inscrita no CNPJ sob n.° 00.352.294/0152-23, administradora do aeroporto, assumirá a condição de fiel depositário dos bens e mercadorias que permaneçam armazenados no local alfandegado.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OLESKOVICZ

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 487, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721831/2015-18 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca VOLVO, modelo XC60 2.0T, ano 2011, cor bege, chassi YV1DZ4453B2201722, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 11/2018262-1, de 25/10/2011, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade da Sra. Cynthia Annette Jones, CPF: 701.575.151-84.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PECÉM

PORTARIA Nº 38, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Disciplina o ingresso, a permanência e a saída de pessoas e veículos na Zona de Processamento de Exportação de Pecém - ZPE de Pecém.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PECÉM, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 302, combinado com os incisos XVI, XVII, e XXIII do art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, pela Portaria SRF n.º 1, de 2 de janeiro de 2001, pelo art. 5º do Ato Declaratório Executivo SRRF03 n.º 2, de 15 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 18 de março de 2013, e tendo em vista o disposto no inciso XVIII do art. 37 e no art. 237 da Constituição Federal; no parágrafo único, in fine, do art. 1º, nos §§ 2º e 3º do art. 2º e no art. 22 da Lei n.º 11.508, de 20 de julho de 2007; nos arts. 35, 42 e 107, do Decreto-lei n.º 37, de 18 de dezembro de 1966; no art. 76 da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003; no art. 34 da Lei n.º 12.350, de 20 de dezembro de 2010; nos §§ 2º e 3º e 4º do art. 2º, no § 2º do art. 3º, nos arts. 11 e 13 do Decreto n.º 6.814, de 6 de abril de 2009; no § 1º do art. 3º, nos arts. 17, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 808 e 809 do Decreto n.º 6.759, de 5 fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro; nos arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 17 e 18, da Portaria RFB n.º 3.518, de 30 de setembro de 2011; no art. 1º, no inciso II, V, VIII, IX, X, XIII, XIV e no parágrafo único do art. 2º da Resolução CZPE n.º 5, de 1º de setembro de 2009; no § 3º do art. 1º, no art. 5º, no § 1º do art. 6º, nos arts. 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14,15, 16,17, 18,19, 20,21, 22, 23, 24, 25, 34, 36, 37 e 39 da Instrução Normativa SRF n.º 952, de 2 de julho de 2009, e na Resolução ANTT n.º 3.056, de 12 de março de 2009, no Ato Declaratório Executivo - ADE Coana/Cotec n.º 2, de 26 de setembro de 2003, e no ADE/Coana/Cotec n.º 28, de 22 de dezembro de 2010, RESOLVE:

CAPÍTULO I

OBJETIVO

Art. 1º Esta Portaria disciplina o ingresso, a permanência e a saída de pessoas e veículos na Zona de Processamento de Exportação de Pecém - ZPE de Pecém, jurisdicionada pela Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém - ALF/PCE.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO DE INGRESSO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O ingresso de pessoas e veículos na Zona de Processamento de Exportação de Pecém - ZPE de Pecém, dar-se-á mediante regular autorização da ALF/PCE, nos termos e condições estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º A autorização de ingresso destacada neste ato diz respeito, apenas, aos aspectos de controle aduaneiro, cabendo à Administradora da ZPE de Pecém a liberalidade pelo efetivo ingresso da pessoa ou veículo autorizados.

§ 2º Atendidas as normas e condições estabelecidas nesta Portaria, e ressalvados os casos de necessidade de autorização expressa dada pela ALF/PCE nela previstos, a autorização de ingresso de pessoas e veículos dar-se-á de forma tácita e independentemente de manifestação formal por parte da ALF/PCE.

§3º Ressalvadas as competências originárias da ALF/PCE, compete à Administradora da ZPE de Pecém verificar o atendimento das condições estabelecidas nesta Portaria para o ingresso de pessoas e veículos em áreas da ZPE de Pecém.

§ 4º As autorizações expressas de ingresso, quando previstas nesta Portaria, serão formuladas eletronicamente através do sistema de que trata o art. 13 desta Portaria

§ 5º O controle de acesso de pessoas e veículos dar-se-á de forma integrada através dos sistemas previstos nos arts. 17 e 18 da Portaria RFB n.º 3.518, de 2011.

§ 6º Sem prejuízo do disposto nos ADE Coana/Cotec n.º 2, de 2003 e n.º 28, de 2010, e nos próprios arts. art. 17 e 18 da Portaria RFB n.º 3.518, de 2011, o Sistema de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos (SCPV) deverá contemplar, também, o disposto nesta Portaria e estar integrado, no que for necessário, ao Sistema Informatizado de Controle da Administradora da ZPE, previsto no art. 13, da IN RFB nº 952, de 2009.

Art. 3º Para efeito de controle e abrangência das autorizações de ingresso, a ZPE do Pecém compreenderá duas áreas distintas:

I - Área de Despacho Aduaneiro - ADA, compreendendo as áreas segregadas para processamento dos bens que entram ou saem da ZPE, conforme previsto no inciso VI do art. 6º da IN RFB nº 952, de 2009; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - Área Industrial - ARIN, compreendendo as demais áreas internas ao perímetro alfandegado da ZPE.

§ 1º A abrangência dos acessos compreende dois tipos de autorizações:

I - Autorização Tipo 1: permite acesso à ADA; e

II - Autorização Tipo 2: permite acesso à ARIN.

§ 2º Ressalvado o disposto no art. 21, as autorizações Tipo 1 restringir-se-ão a pessoas e veículos envolvidas nas atividades de entrada, armazenagem, movimentação, liberação e saída dos bens e mercadorias que pela ADA devam circular ou para a realização de outras atividades que especificamente na ADA devam ser desenvolvidas.

§ 3º A Administradora da ZPE e as empresas autorizadas a se instalarem na ZPE de Pecém poderão criar restrições de acesso a outras áreas específicas da ARIN, sempre ressalvado o disposto no art. 21.

§ 4º Para efeito do disposto no inciso I, as mercadorias que entram e saem pela ADA da ZPE são aquelas que possuam quaisquer dos benefícios fiscais previstos na Lei nº 11.508/2007, ressalvado a possibilidade de entrada direta na ARIN em casos especiais, devidamente justificados e previamente autorizados pela ALF/PCE.

§ 5º As cargas sem os benefícios fiscais previstos na Lei nº 11.508/2007 e que não estejam sujeitas a despacho aduaneiro ou de admissão poderão entrar diretamente na ARIN por portão especialmente destinado para esse fim, devendo ser observado o disposto no art. 13.

Seção II

DA MOTIVAÇÃO

Art. 4º A autorização de ingresso será sempre motivada.

§ 1º A motivação de autorização de ingresso compreende a necessidade de execução de atividade lícita e oportuna de interesse:

a) da Alfândega da RFB do Porto de Pecém;

b) de outros órgãos públicos com competência para atuarem na ZPE de Pecém;

c) da Administradora da ZPE de Pecém;

d) de quaisquer das empresas autorizadas a se instalarem na ZPE de Pecém; ou

e) de outros órgãos ou entidades, desde que previamente autorizados pela ALF/PCE.

§ 2º Os entes referidos nas alíneas "b" a "e" do parágrafo anterior, salvo quando se tratar de seus próprios funcionários ou veículos, previamente à validação do registro dos dados de identificação pela Administradora da ZPE previsto no art. 9º desta Portaria, deverão atestar eletronicamente através do sistema de controle de acesso previsto no art. 18, da Portaria SRF n.º 3.518, de 2011:

I - a necessidade de execução da atividade;

II - o período de tempo necessário à realização da atividade, observado o disposto no art. 5º desta Portaria;

III - a descrição sucinta da atividade a ser realizada; e

IV - quando for o caso, a confirmação da necessidade de acesso a ADA, observado o disposto no § 2º dos art. 3º.

§ 3º É obrigatório o uso de certificação digital por parte do funcionário designado para efetuar ateste, facultado, no caso de órgão público, o uso de senha específica que garanta a identificação do servidor atestante, em substituição à certificação digital.

§ 4º Os entes referidos nas alíneas "b" a "e" do § 1º deste artigo deverão atestar a motivação de acesso, mesmo quando, embora de seu interesse, o serviço ou atividade não lhes deva ser prestado diretamente, caso em que a solicitação de ateste deverá conter, ainda, o nome e o CNPJ/CPF da pessoa a quem a atividade ou o serviço deva ser prestado diretamente.

§ 5º A necessidade de execução da atividade atestada em favor de pessoa jurídica valida a motivação do ingresso de todos seus funcionários e veículos durante o período autorizado.

§ 6º A solicitação de ateste de motivação, a critério da Administradora da ZPE, poderá ser efetuada, via internet, pelo próprio ingressante ou pessoa jurídica a que se vincule, mediante o fornecimento prévio de senha para acesso via internet ao sistema de controle de acesso de pessoas e veículos.

§ 7º As autorizações de ingresso de interesse da ALF/PCE independem de ateste eletrônico e serão processadas por autorização dos servidores da ALF/PCE, salvo no caso de peritos que serão atestadas na forma deste artigo.

§ 8º A inobservância de motivação ou o ateste de falsa motivação para o ingresso de pessoa ou veículos, atestada na forma § 2º e 3º, será considerado ingresso sem regular autorização e sujeitará a Administrador da ZPE à multa prevista na alínea "a" do inciso VIII, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), e o ingressante à multa prevista na alínea "b" do inciso X, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), ambos do art. 107 do Decreto-lei n.º 37, de 1966, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Seção III

DO PRAZO DE AUTORIZAÇÃO DE INGRESSO

Art. 5º O prazo de autorização de ingresso será concedido pelo período de tempo estritamente necessário à realização da atividade que motivar o acesso da pessoa ou veículo, não podendo ultrapassar, quando for o caso, o termo final da contratação, credenciamento, habilitação ou institutos congêneres, que motiva o ingresso.

§ 1º No caso de contratação, credenciamento, habilitação ou institutos congêneres de tempo indeterminado, a autorização de ingresso deverá ser renovada a cada período de 1 (um) ano.

§ 2º O parágrafo anterior não se aplica aos funcionários/empregados contratados diretamente pelas empresas autorizadas a se instalarem na ZPE de Pecém, devendo a empresa manter os cadastros atualizados junto à administradora da ZPE, inclusive informando as ocorrências que impeçam o acesso, como suspensão, demissão, entre outros.

§ 3º O ateste de período de prazo em desacordo com o estipulado neste artigo bem como a falta de atualização cadastral e a não comunicação de ocorrências que impeçam o acesso de funcionários serão considerados embaraço à fiscalização e sujeitará o ente atestante ou empresa autorizada a se instalar à multa prevista na alínea "c" do inciso IV do art. 107, do Decreto-lei n.º 37, de 1966, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Seção IV

DO REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO

Art. 6º Ressalvados os casos previstos nesta Portaria, somente poderão ingressar na ADA ou na ARIN pessoas ou veículos previamente identificados pela Administradora da ZPE.

§ 1º Para efeito do disposto no caput, a Administradora da ZPE manterá banco único de registro de dados informatizados de identificação das pessoas ou veículos que necessitem ingressar em áreas da ZPE, doravante denominado simplesmente de BUDI (Banco Único de Dados de Identificação).

§ 2º - O BUDI deverá conter, no mínimo, para cada pessoa ou veículo identificado:

I - em relação ao próprio registro:

a) número sequencial único de registro da inscrição dos dados;

b) data, hora e minuto, tomadas automaticamente a partir da leitura, pelo sistema, do relógio do computador, no instante em que foi efetivada a validação do registro de inscrição no BUDI; e

c) nome e CPF do funcionário responsável pela validação da inserção ou alteração dos dados (inscrição) no BUDI.

II - em relação à pessoa inscrita:

a) nome e endereço completos;

b) telefone para contato;

c) foto digitalizada;

d) nome da mãe;

e) data e local de nascimento;

f) número do CPF;

g) número do documento de identificação, órgão expedidor e data de expedição;

h) nome ou razão social e CPNJ da empresa/entidade a que se vincule ou, no caso de profissionais autônomos, a indicação "Autônomo"; e

i) nome ou razão social da empresa ou órgão que atestou a necessidade de ingresso.

j) a função ou categoria profissional;

III - no caso de veículos:

a) a categoria, o tipo, a espécie e a cor predominante do veículo;

b) placas;

c) número de inscrição no RENAVAM;

d) nome, CPF ou CNPJ do proprietário;

e) número de registro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC, quando for o caso; e

f) nome ou razão social da empresa ou órgão que atestou a necessidade de ingresso;

§ 3º A inserção dos dados para registro no BUDI somente poderá ocorrer após o ateste da motivação e do período necessário à realização da atividade, conforme previsto no art. 4º, e poderá ser efetuada pelo próprio interessado, a critério da Administradora da ZPE.

§ 4º A Administradora da ZPE poderá exigir a prestação de outras informações de seu próprio interesse, do interesse de outros órgãos públicos ou das empresas autorizadas a se instalarem na ZPE.

§ 5º A identificação do condutor ou passageiros não dispensa a identificação do veículo e vice-versa.

§ 6º Ressalvados os casos de dispensa previstos nesta Portaria, deve ser objeto de registro no BUDI todo veículo sujeito a emplacamento, inclusive máquinas e equipamentos autopropulsionados, conforme estabelecido na legislação de trânsito.

§ 7º O registro dos dados cadastrados no BUDI terá validade de no máximo 3 (três) anos, findo o qual, para garantir novos ingressos, deverá ser renovados.

§ 8º A Administradora da ZPE estabelecerá as rotinas para o registro, atualização e manutenção de dados no BUDI.

§ 9º O BUDI deverá ser implantado até 31 de dezembro de 2015.

§10 O ingresso de pessoas não identificadas através de registro no BUDI, quando não expressamente dispensada esta formalidade nesta Portaria ou por ato expresso da ALF/PCE, será considerado ingresso sem regular autorização e sujeitará a Administrador da ZPE à multa prevista na alínea "a" do inciso VIII, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), e o ingressante à multa prevista na alínea "b" do inciso X, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), ambos do art. 107 do Decreto-lei n.º 37, de 1966.

Subseção I

DO ACESSO EVENTUAL DE PESSOA E VEÍCULO

Art. 7º A pessoa ou veículo que, em caráter eventual, deva acessar a ZPE, está dispensada de registro no BUDI, observado o disposto nesta Seção:

§ 1º Considera-se eventual para os efeitos deste artigo a ocorrência de no máximo 5 (cinco) acessos no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).

§ 2º No caso de acesso eventual de que trata este artigo, a Administradora identificará a pessoa ou veículo ingressante, inserindo no sistema previamente ao ingresso, no mínimo, os seguintes dados:

I - no caso de pessoa para acesso somente à ARIN: nome completo, número do documento de identificação (RG ou passaporte), número do CPF, quando o ingressante o possuir, data de nascimento, finalidade do acesso, local ou empresa a que se dirigirá;

II - no caso de pessoa que inclua acesso à ADA:

a) nome completo, número do documento de identificação (RG ou passaporte), número do CPF, quando o ingressante o possuir, data de nascimento e endereço residencial;

b) descrição sucinta da atividade específica a ser desenvolvida na ADA;

c) identificação, quando for o caso, da carga a que se vincula a atividade a ser desenvolvida na ADA, indicando-se, conforme o caso, o número da declaração de despacho (importação, exportação ou trânsito), da Relação de Transferência de Mercadoria ou da Nota Fiscal e sua respectiva chave de acesso.

III - no caso de veículo de passageiro: placas do veículo, CPF/CNPJ do proprietário e CPF do condutor e o local ou empresa a que se dirigirá o ingressante.

§ 3º É obrigatório o uso de certificação digital por parte do funcionário da Administradora que efetuar o registro de identificação da pessoa ou veículo na forma deste artigo, para fins de autoria.

§ 4º O sistema deverá vetar automaticamente a tentativa de autorização de acesso eventual quanto a pessoa ou veículo superar o número máximo de acessos eventuais permitido sem registro no BUDI, conforme definido no § 2º deste artigo.

§ 5º A identificação procedida na forma deste artigo não dispensa o registrado de entrada e saída previsto no art. 13 desta Portaria e o agendamento previsto no art. 20.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica:

a) ao acesso de veículo à ADA, que observará a necessidade de agendamento prévio e cadastro no BUDI; e

b) pessoas e veículos anteriormente já inscritas no BUDI, cujo cadastro esteja vencido, caso em que deverá ser providenciado a renovação do cadastro.

Art. 8º Estão dispensados de registro de identificação no BUDI:

I - os servidores da RFB;

II - os servidores dos demais órgãos públicos com competência ou autorização para atuarem na ZPE do Pecém;

Subseção II

DA VALIDAÇÃO DOS DADOS

Art. 9º Após a inserção dos dados para registro no BUDI, os mesmos deverão ser validados pela Administradora da ZPE, se achados conformes.

§ 1º A Administradora da ZPE deverá se certificar, previamente à validação dos registros, da veracidade dos dados cadastrados no BUDI, mediante a exigência de apresentação da documentação comprobatória pertinente, devendo ser anexado ao respectivo registro imagem digital de, no mínimo:

I - no caso de pessoas: do documento oficial de identidade.

II - no caso de veículos: do Licenciamento de Registro dos Veículos, inclusive dos reboques.

§ 2º A validação dos dados inseridos no BUDI é de responsabilidade da Administradora da ZPE e será processada exclusivamente por funcionário próprio seu para esse fim designado, vedada a atribuição dessa atividade a funcionários terceirizados.

§ 3º É obrigatório o uso de certificação digital por parte do funcionário da Administradora que efetuar a validação dos dados de identificação no BUDI, para fins de auditoria.

§ 4º Será considerado ingresso sem regular autorização e sujeitará a Administradora da ZPE à multa prevista na alínea "a" do inciso VIII, o art. 107 do Decreto-lei n.º 37, de 1966, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por acesso, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, os ingressos efetuados com base em registro do BUDI não validados com o uso de certificação digital, conforme previsto no parágrafo anterior.

Subseção III

DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS

Art. 10. A Administradora da ZPE disponibilizará à ALF/PCE, através da Internet, mediante o fornecimento de senha específica, acesso remoto a todos os dados registrados no BUDI, que permita:

I - consulta aos dados registrados por, no mínimo, os seguintes dados, de per si ou combinados:

a) no caso de pessoas:

1. número de registro;

2. nome ou CPF;

3. nome ou CNPJ da empresa ou entidade a que se vincule; e

4. nome ou CNPJ da empresa ou Órgão que atestou a motivação de ingresso.

b) no caso de veículo:

1. placas;

2. tipo, espécie, marca, modelo ou cor predominante;

3. CPF ou CNPJ do proprietário;

4. número de registro no RNTRC; e

5. nome ou CNPJ da empresa ou Órgão que atestou a motivação de ingresso;

II - o bloqueio do ingresso de pessoas e do ingresso e saída de veículos.

§ 1º A saída de veículo bloqueado no SCPV, de áreas ZPE, somente poderá se dar mediante autorização prévia da ALF/PCE e após o desbloqueio do veículo por servidor da ALF/PCE.

§ 2º A saída de veículo bloqueado de áreas da ZPE, sem autorização prévia da ALF/PCE, será considerado saída sem autorização prévia da autoridade aduaneira e sujeitará o infrator à multa prevista na alínea "d" do inciso IV do art. 107 do Decreto-lei n.º 37, de 1966, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Subseção IV

DA IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL

Art. 11. As pessoas registradas no BUDI, que habitualmente demandam áreas da ZPE, deverão ser identificadas por meio de cartão magnético, reconhecimento biométrico ou outras formas adequadas ao controle informatizado, a critério da Administradora da ZPE e autorizado pela ALF/PCE, a fim de facilitar o registro dos dados requeridos no art. 13.

§ 1º Qualquer que seja o meio de identificação adotado, o mesmo deverá permitir o controle do prazo de autorização de ingresso, de forma a impedir automaticamente o ingresso de pessoas ou ingresso e saída de veículos cujo prazo de autorização de ingresso esteja vencido ou cujo ingresso ou saída esteja bloqueado pela ALF/PCE.

§ 2º A emissão de cartão magnético, o cadastro de reconhecimento biométrico ou de outra forma de controle informatizado adotado somente poderá ocorrer após a validação do registro de identificação no BUDI pela Administradora da ZPE.

§ 3º As pessoas autorizadas a ingressar em áreas da ZPE, enquanto ali permanecerem, deverão portar, de modo visível sobre o traje, crachá de identificação.

§ 4º Os servidores públicos, que exerçam atividades em áreas da ZPE, usarão crachá próprio, emitido por seu órgão de origem ou, na ausência deste, quando necessário, identificar-se-ão pela apresentação de sua carteira de identidade funcional.

Art. 12. Os veículos autorizados a ingressar em áreas da ZPE serão identificados pela leitura automática dos caracteres das placas através da funcionalidade (Sistema OCR) prevista no § 1º do art. 17 da Portaria RFB n.º 3.518, de 2011, observado ainda o disposto no art. 13 desta Portaria.

§ 1º O sistema de controle de acesso previsto no art. 18 da Portaria RFB n.º 3.518, de 2011, deverá estar programado para identificar automaticamente os veículos não autorizados a acessar áreas da ZPE, os que estejam com o prazo de autorização de ingresso vencido ou os que o ingresso ou saída estejam bloqueados pela ALF/PCE, para fins de se impedirem seu efetivo ingresso ou saída de áreas da ZPE.

§ 2º Os veículos, antes de adentrarem nas áreas da ZPE, receberão uma permissão de trânsito que deverá ser fixada em local visível do veículo e devolvida à portaria, quando de sua saída.

§ 3º A posse de permissão de trânsito por si só não autoriza o ingresso em áreas da ZPE, e será fornecida para meros fins de fiscalização e controle da circulação interna dos veículos.

§ 4º Ficam dispensados de portarem permissão de trânsito os veículos pertencentes aos órgãos públicos autorizados a atuarem na ZPE, à Administradora da ZPE e às empresas autorizadas a se instalarem na ZPE, desde que possuam pintura e logomarcas próprias que facilmente os identifiquem como pertencentes a estas entidades.

CAPÍTULO III

DO REGISTRO DE ENTRADA E SAÍDA DE PESSOAS E VEÍCULOS

Seção I

DO REGISTRO DE ENTRADA E SAÍDA

Art. 13. A entrada e saída de pessoas e veículos em áreas da ZPE deverão ser registradas, simultaneamente a ocorrência dos eventos, no sistema informatizado que controle o acesso de pessoas e veículos previsto no art. 18 da Portaria RFB n.º 3.518, de 2011, doravante denominado simplesmente SCPV.

§ 1º Sem prejuízo dos dados e requisitos estabelecidos no Ato Declaratório Executivo - ADE, previsto no § 1º do art. 18 da Portaria RFB n.º 3.518, de 2011, deverão ser registrados os seguintes dados para cada evento:

I - tratando-se de pessoas:

a) o nome e número do CPF ou Passaporte;

b) o tipo de evento: entrada ou saída;

c) data e hora do evento; e

d) número do agendamento previsto no art. 18 quando for o caso.

II - tratando-se de veículo de passageiros (particular ou coletivo):

a) placas do veículo;

b) tipo de evento: entrada ou saída;

c) data e hora do evento;

d) número do CPF do condutor;

III - tratando-se de veículos de carga:

a) placas do veículo;

b) tipo de evento: entrada ou saída;

c) data e hora do evento;

d) número do CPF do condutor;

e) o número do agendamento previsto no art. 19, com link para os referidos dados; e

f) nome e CPF do funcionário responsável pela complementação do registro.

§ 2º No caso de acesso à ADA deverá ser registrada, ainda, a origem do acesso, se:

I - interno: quando oriundo da ARIN; e

II - externo: quando não oriundo da ARIN.

§ 3º O SCPV deverá identificar e controlar o prazo de autorização de ingresso, de forma a impedir automaticamente o ingresso de pessoas ou veículos cujo prazo de autorização de ingresso esteja vencido, ou cujo ingresso ou saída esteja bloqueado pela ALF/PCE.

§ 4º Os dados de registro do SCPV comuns aos dados do BUDI e de agendamento deverão estar interligados de forma a gerar links de acesso automáticos mútuos de uma interface para a outra.

§ 5º O registro de acesso à ADA não dispensa o registro de acesso à ARIN, e vice-versa, quando a pessoa ou veículo dever transitar de uma área para outra.

§ 6º A identificação e o registro dos caracteres das placas dos veículos e, quando for o caso, do número de identificação dos contêineres que portarem deverão ser processados de forma automática pelo uso de tecnologia OCR - Optical Character Recognition, integrando os dados, lidos automaticamente, ao SCPV.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, ao menos uma imagem no formato JPEG, com tamanho mínimo de 698 x 344 - 121 Kbytes, deverá ser anexada ao registro do dado respectivo, no SCPV.

§ 8º A funcionalidade de leitura e identificação dos caracteres dos contêineres e das placas de licenciamento dos veículos deve observar o índice de assertividade mínimo de 95% para o número do contêiner e de 90% para a placa do veículo.

§ 9º As falhas de leitura, dentro dos limites fixados no parágrafo anterior, poderão ser tratadas manualmente, devendo ficar registrado no sistema de acesso, os caracteres identificados pelo OCR, o registro corrigido e a identificação do funcionário que efetuou a correção, constando, no mínimo, seu nome e número de CPF.

§ 10 Salvo dispensa expressa da ALF/PCE, todos os portões de acesso de veículos a áreas da ZPE devem estar equipados com sistema OCR.

§ 11. As entradas e saídas de servidores dos órgãos mencionados no § 3º do art. 21 e dos veículos por eles conduzidos estão dispensados de registro no SCPV.

Seção II

DA NORMA DE CONTINGÊNCIA

Art. 14. No caso de indisponibilidade operacional do SCPV, os eventos deverão ser registrados em formulário papel, contendo as mesmas informações exigidas para o sistema informatizado, devendo o formulário ser assinado pelo funcionário responsável pelos registros.

§ 1º Os registros efetuados na forma do caput deverão ser inseridos no sistema informatizado no prazo de 24 horas da recuperação da sua operacionalidade.

§ 2º Sem prejuízo da inserção de que trata o § 1º, os registros em formulário papel, da entrada e saída de pessoas e veículos, deverão ser arquivados pela Administradora da ZPE à disposição da ALF/PCE, pelo prazo de 1 (um) ano.

§ 3º As indisponibilidades operacionais do SCPV superiores a 1 (uma) hora deverão ser comunicadas imediatamente, por escrito, à ALF/PCE.

Seção III

DAS PENALIDADES POR FALTA DE REGISTRO

Art. 15. O ingresso de pessoas, em áreas da ZPE sem o simultâneo registro da ocorrência no SCPV, quando não dispensado o registro nesta Portaria, será considerado ingresso sem regular autorização e sujeitará a Administradora da ZPE à multa prevista na alínea "a" do inciso VIII (R$ 500,00) e o ingressante, à multa prevista na alínea "b" do inciso X (R$ 200,00), ambos do art. 107 do Decreto-lei n.º 37/66.

Art. 16. A entrada ou saída de veículos em áreas da ZPE sem o simultâneo registro da ocorrência no SCPV, quando não dispensado o registro nesta Portaria, será considerada embaraço à fiscalização e sujeitará o infrator à multa prevista na alínea "c" do inciso IV do art. 107, do Decreto-lei n.º 37, de 1966, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CAPÍTULO IV

DOS LOCAIS DE ACESSO

Seção Única

Art. 17. O acesso de veículos de passageiros particulares ou coletivos e de pessoas à Área Industrial - ARIN, bem como de pessoas que não devam circular pela ADA, dar-se-á pelos portões localizados em locais indicados pela Administradora da ZPE, previamente aprovados pela ALF/PCE.

§ 1º Salvo expressa autorização da ALF/PCE, o acesso de veículos de carga com benefício fiscal previsto na Lei nº 11.508/2007 dar-se-á exclusivamente por portão situado na ADA.

§ 2º É vedada a abertura de portões para acesso de pessoas e veículos sem prévia autorização da ALF/PCE.

§ 3º No prazo de 40 (quarenta) dias da publicação desta portaria, a Administradora da ZPE apresentará à ALF/PCE para aprovação, a localização dos portões que se refere o caput, que deverão atender as exigências de câmera de segurança, controle eletrônico e sistema OCR previstas na legislação de alfandegamento e nesta Portaria.

§ 4º Os portões atualmente existentes que não atendam às exigências de câmera de segurança, controle eletrônico e sistema OCR previstas na legislação de alfandegamento e nesta Portaria deverão ser fechados no prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta portaria ou em prazo previsto em ato específico da ALF/PCE, salvo outras permissões expressamente autorizadas pela ALF PCE.

CAPÍTULO V

DO ACESSO À ADA

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Os acesso à ADA restringir-se-ão a pessoas e veículos envolvidas nas atividades de entrada, armazenagem, movimentação, liberação e saída dos bens e mercadorias que pela ADA devam circular ou para a realização de outras atividades que especificamente na ADA devam ser desenvolvidas.

Art. 19. É proibido o acesso de veículo particular de passageiros à ADA, salvo se conduzido por:

I - servidores da ALF/PCE;

II - servidores de outros órgãos públicos com competência ou autorização para atuarem na ZPE de Pecém; e

III - funcionários da Administradora da ZPE.

Parágrafo único. O acesso dos veículos de que trata o caput está dispensado de agendamento.

Seção II

DO ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA

Art. 20. O ingresso de veículos de carga na ADA, além do disposto no art. 13, dependerá da formulação prévia de solicitação de autorização de ingresso ("agendamento").

§ 1º O agendamento deverá conter, conforme o caso, no mínimo as seguintes informações:

I - em relação ao ingresso:

a) a origem do acesso: interno ou externo;

b) a abrangência do acesso: somente à ADA ou à ADA e à ARIN;

c) a data prevista para o acesso;

d) nome e CNPJ da empresa ou órgão que atestou a motivação.

II - em relação ao veículo transportador e ao transporte:

a) a condição do veículo: vazio ou carregado;

b) placas do veículo;

c) os números das unidades de carga (contêineres) e as respectivas taras e números de lacres;

d) número de inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC;

e) nome e CNPJ/CPF do transportador;

f) nome e CNPJ da contratante do serviço de transporte;

g) nome completo, número do CPF e da Carteira Nacional de Habilitação - CNH do condutor do veículo;

h) número do conhecimento de transporte;

i) número da Declaração de Trânsito Aduaneiro - DTA; e

j) a condição de retorno da ARIN: vazio ou carregado, quando o veículo deva acessar também a ARIN.

III - em relação à mercadoria transportada:

a) a origem da mercadoria: nacional ou importada;

b) número da Declaração de Importação ou de Exportação;

c) nome e CNPJ da consignatária da carga;

d) descrição e quantidade das mercadorias

e) número das notas fiscais e das respectivas chaves de acesso;

f) número da Relação de Transferência da Mercadoria (RTM);

g) peso bruto das mercadorias transportadas; e

h) a indicação se amparada ou não por benefício fiscal.

§ 2º Quando da chegada e ingresso do veículo, a autorização de ingresso deverá ser complementada com os seguintes dados, conforme o caso:

I- tara do veículo transportador;

II - peso bruto aferido pela balança de entrada;

III - número do respectivo ticket de pesagem;

IV - data e hora do efetivo ingresso;

V - número do registro de armazenagem no Sistema Informatizado de Controle da Administradora da ZPE, previsto no art. 13, da IN/SRF n.º 952, de 2009.

VI - nome e CPF do funcionário da Administradora da ZPE que efetuou a entrada dos dados no sistema, quando quaisquer dos dados acima não tiver sido registrado de forma automática.

§3º Após a inserção das chaves de acesso das notas fiscais eletrônicas, o sistema deverá permitir consulta às notas fiscais diretamente através de link ao respectivo sistema de emissão.

§ 4º É dispensado agendamento no retorno de veículo da ARIN para ADA, desde de que o veículo esteja vazio.

§5º Os dados do registro do agendamento comuns aos dados do BUDI e do SCPV deverão estar interligados de forma a gerar links de acesso automáticos mútuos de uma interface para a outra, inclusive com os posteriores registros da saída do veículo e de seu condutor.

CAPÍTULO VI

DOS CASOS ESPECIAIS

Seção I

DOS SERVIDORES DA ALF/PCE

Art. 21. Os servidores da ALF/PCE e os veículos que conduzirem têm livre acesso a qualquer área da ZPE, independentemente de registro no BUDI, no SCPV ou de solicitação de ingresso ("agendamento"), sendo suficiente para sua identificação, quando necessário, a apresentação do crachá ou identidade funcional.

§ 1º Sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, será considerado embaraço à fiscalização sujeitando o infrator à multa prevista na alínea "c" do inciso IV do art. 107, do Decreto-lei n.º 37, de 1966, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a tentativa de:

I - impedir o acesso de servidor da ALF/PCE a qualquer área da ZPE; e

II - inspeção de veículo conduzido por servidor da ALF/PCE.

§ 2º O disposto no caput aplica-se também aos servidores dos demais órgãos públicos com competência ou autorização para atuarem na ZPE de Pecém.

§ 3º Os veículos referidos no caput bem como seus ocupantes terão livre e irrestrito acesso às áreas da ZPE.

Seção II

DO ACESSO DE COMITIVAS DE AUTORIDADES PÚBLICAS

Art. 22. O acesso de comitivas compostas por Autoridades Públicas deve ser registrada pela Administradora da ZPE, estando dispensado o registro dos dados individuais de cada membro, tanto no BUDI como no SPCV.

Parágrafo único. Quanto da ocorrência prevista no caput, a administradora da ZPE deverá comunicar à ALF/PCE tão logo seja demandada para a entrada da comitiva.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção III

DO ACESSO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Art. 23. O ingresso de pessoas ou veículos, em áreas da ZPE, necessários à adoção das providências cabíveis, independe de registro no BUDI, no SPCV ou de agendamento nos casos de:

I - emergência médica ou prestação de socorro;

II - combate a incêndio;

III - reforço policial para manutenção da ordem interna da ZPE, não contornável pela segurança privada; ou

IV - combate urgente a dano ambiental ou sua iminência.

Parágrafo único. A Administradora da ZPE deverá relatar os fatos, por escrito, à ALF/PCE, no prazo máximo de 24 horas da ocorrência do fato.

CAPÍTULO VII

DAS INFRAÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DESTA PORTARIA

Art. 24. O descumprimento do disposto nesta Portaria, quando nela não indicada penalidade específica, será considerado ato dificultador da ação de fiscalização aduaneira, sujeitando o infrator à multa prevista na alínea "c" do inciso IV do art. 107, do Decreto-lei n.º 37, de 1966, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 25. As infrações ao disposto nesta Portaria serão apuradas na forma da legislação pertinente, sendo sempre assegurados ao infrator os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. Compete à Administradora da ZPE cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Portaria.

Art. 27. Compete às empresas autorizadas a se instalarem na ZPE cumprir e zelar pelo cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 28. Sem prejuízo de suas demais atribuições, compete aos servidores da ALF/PCE integrantes da Carreira de Auditoria da RFB, respeitadas as atribuições legais de cada cargo, proceder à fiscalização do cumprimento desta Portaria, propor a aplicação de penalidades nela indicadas, proceder ao bloqueio da entrada de pessoas ou da entrada ou saída de veículos no SCPV, conceder autorizações expressas de ingresso e analisar e decidir os demais pedidos com base nela formulados.

Art. 29. A solicitação de uso de portão diverso dos estabelecidos na forma do art. 17 desta Portaria deverá ser apresentada à ALF/PCE, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e deverá conter:

I - a indicação do portão a ser usado;

II - a justificativa para o uso do portão;

III - o período de uso do portão;

IV - horários de uso do portão; e

V - o tipo de uso: somente por pessoas ou por pessoas e veículos.

§ 1º A autorização de uso de que trata o caput é medida excepcional e somente será concedida por tempo determinado e quando fundada na necessidade de serviço e na inconveniência ou impossibilidade de uso dos portões autorizados, e desde que, a critério da ALF/PCE, não prejudique a fiscalização e o controle de bens e mercadorias, veículos e pessoas.

§ 2º A autorização de uso de portão dada nos termos deste artigo não dispensa a observância dos requisitos de alfandegamento previstos na legislação de regência, em especial a existência de câmera de monitoramento no local, exceto quando dispensado na forma do art. 19 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e o controle de registro de entrada e saída de veículos e pessoas a que se refere o art. 13, cujos dados poderão ser anotados manualmente para inserção posterior no referido sistema, no prazo máximo de 24 horas da ocorrência do evento.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pelo Inspetor-Chefe da ALF/PCE.

Art. 31. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos 30 dias após a data de sua publicação.

EILSON BARBOSA MEDEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO 2

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 6, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina-PI, no uso da competência delegada pelo art. 236, Inciso II, da Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa e jurídica VETURIA COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ sob o nº 06.846.935/0001-70, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil, na Praça Marechal Deodoro, S/N - centro - Teresina - PI.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS HENRIQUE BATISTA PORTELA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SACAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Varginha/MG, na Avenida Rui Barbosa, 10, Centro, Varginha/MG, CEP 37002-140, ou na Agência da Receita Federal do Brasil que jurisdiciona o seu domicílio fiscal.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MAGNO CRUZ PEREIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

199.246.586-04
254.554.006-49
286.952.596-68
312.945.706-25
339.681.286-72
467.653.106-06
738.882.906-78
858.686.558-34
860.264.966-53

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.565.268/0001-70
01.225.122/0001-49
01.425.068/0001-85
01.903.748/0001-67
02.149.591/0001-99
02.297.728/0001-52
02.424.374/0001-60
02.814.108/0001-43
03.000.335/0001-06
03.253.040/0001-33
04.421.457/0001-20
04.990.398/0001-01
16.516.189/0001-00
16.906.877/0001-86
17.943.317/0001-64
19.039.437/0001-67
19.100.734/0001-70
19.769.090/0001-08
19.869.015/0001-19
20.767.463/0001-90
22.210.389/0001-32
22.229.637/0001-97
22.475.396/0001-66
22.676.456/0001-09
25.394.164/0001-71
25.858.838/0001-41
26.299.008/0001-94
26.377.630/0001-73
41.848.037/0001-51
65.234.635/0001-07
71.007.421/0001-92
71.191.282/0001-08
71.402.598/0001-93

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Alfandegamento de Terminal Portuário a título extraordinário e em caráter eventual.

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência outorgada pela Portaria SRF nº 13, de 9 de janeiro de 2002, publicada no D.O.U. de 11 de janeiro de 2002, tendo em vista o que consta do processo nº 12747.720013/2015-49, declara:

Art. 1º Alfandegado, a título extraordinário e em caráter eventual, Terminal Portuário de Uso Privado denominado "TMULT - Terminal de Múltiplo Uso", sob administração da empresa PORTO DO AÇÚ OPERAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.807.676/0001-01, localizado na Fazenda Saco Dantas, s/n, bairro/distrito Porto do Açu, CEP 28.200-000, no município de São João da Barra/RJ, estabelecimento CNPJ nº 08.807.676/0002-84, exclusivamente para as operações previstas nos incisos I e II do art. 5º e inciso I, do art. 9º, todos do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, relativamente à mercadoria a ser embarcada no navio "M/V OLYMPIC PEACE", com previsão de realização das operações no período de 24 de outubro de 2015 a 15 de novembro de 2015.

Art. 2º O presente alfandegamento tem por objetivo a realização de carregamento de aproximadamente 45.000 toneladas de granel sólido (bauxita) para a China de um total de até 150.000 toneladas em três embarques distintos.

Art. 3º A operação de atracação do veículo e carregamento será realizada em local devidamente autorizado a operar no tráfego internacional, conforme autorização do Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em caráter especial e de emergência veiculada na Resolução ANTAQ nº 4.147, de 25 de maio de 2015, publicado no DOU de 27 de maio de 2015.

Art. 4º Caberá exclusivamente à Empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.409.892/0009-20, submeter as mercadorias ao correspondente despacho aduaneiro de exportação.

Art. 5º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle fiscal.

Art. 6º Cumprirá à empresa administradora do recinto ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto - Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, de acordo com o disposto no art. 815 do Decreto nº 6.759/2009, adotando-se para este fim a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

Art. 7º Ao recinto ora alfandegado atribui-se o código 7.94.14.04-4, consoante determinação da Instrução Normativa SRF nº 15, de 22 de fevereiro de 1991.

Art. 8º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DENISE ESTEVES FERNANDEZ

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO-ANTÔNIO CARLOS JOBIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO (RJ), no uso da competência outorgada pelo artigo 48 da IN RFB nº 1.361, de 21 de maio de 2013, e considerando a análise em folhas 81 do processo 10070.000157/1015-04, declara:

Art. 1º Fica autorizado o Comando da Força de Fuzileiros Navais da Esquadra da Marinha do Brasil, inscrito no CNPJ 00.394.502/0194-06, localizado à Rodovia Washington Luís, Km 124, s/nº, Parque Duque de Caxias, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.085-009, a utilizar os procedimentos previstos nos termos dos §§ 1º e 2º do Art. 48 da IN RFB nº 1.361, de 21 de maio de 2013, na aplicação do regime especial de admissão temporária para os bens destinados exclusivamente ao exercício militar internacional denominado "UNITAS AMPHIBIOUS 2015", a se realizar entre os dias 07 e 25 de no-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vembro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, conforme previsto no incisos I e II do art. 2º da Instrução Normativa supracitada.

Art. 2º A operação de que trata o art. 1º fica condicionada à liberação por outros órgãos da administração pública, quando se tratar de mercadoria sujeita aos seus controles.

Art. 3º O prazo para a concessão do regime aos bens admitidos ficará limitado ao permitido na legislação.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO RODRIGUES RIBEIRO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

PORTARIA Nº 153, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a estrutura organizacional e a distribuição interna das atribuições regimentais na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Vitória/ES.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA/ES, no uso das atribuições previstas nos arts. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Conforme disposto no art. 2º, inciso II, item 21, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 2012, fazem parte da organização da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Vitória (ALF/VIT) os seguintes serviços e seções:

I - Serviço de Despacho Aduaneiro (Sedad);

II - Serviço de Fiscalização Aduaneira (Sefia);

III - Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro (Sevig);

IV - Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort);

V - Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros (Sapea);

VI - Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat);

VII - Seção de Pesquisa e Seleção Aduaneira (Sapel);

VIII - Seção de Programação e Logística (Sapol); e

IX - Seção de Tecnologia da Informação (Satec).

Art. 2º Além dos serviços e seções designados de acordo com o Regimento Interno da RFB, integram a estrutura da ALF/VIT também as seguintes subunidades:

I - Gabinete da Administração (Gabin);

II - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), vinculado à Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat); e

III - Equipes de trabalho vinculadas ao Gabin ou aos serviços e seções da ALF/VIT, na forma estabelecida nesta portaria.

Do Gabinete da Administração

Art. 3º O Gabin tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete da Administração (Gabin);

II - Assessoria do Gabinete (Asgab);

III - Assessoria de Comunicação (Ascom); e

IV - Equipe de Controle de Mercadorias Apreendidas (Eqmap).

Art. 4º O Gabin tem as seguintes atribuições:

I - exercer, por meio do Inspetor-chefe ou do Inspetor-chefe Adjunto, a representação institucional da RFB na área abrangida pela circunscrição administrativa da ALF/VIT;

II - definir procedimentos relativos a atos de delegação de competência;

III - coordenar, supervisionar e orientar as atividades dos serviços e das subunidades jurisdicionadas pela ALF/VIT;

IV - dirimir conflitos de competências entre os serviços e seções; e

V - exercer as atribuições previstas no Regimento Interno da RFB para o Inspetor-chefe e o Inspetor-chefe Adjunto da unidade.

Art. 5º A Asgab tem as seguintes atribuições:

I - auxiliar o Inspetor-chefe e o Inspetor-chefe Adjunto na análise de processos encaminhados ao Gabinete da ALF/VIT;

II - avaliar as propostas de alterações na estrutura organizacional e nas atribuições das seções, serviços e respectivas chefias;

III - auxiliar na elaboração de minutas de normas internas da ALF/VIT;

IV - auxiliar no acompanhamento da atualização das normas internas da ALF/VIT, em decorrência das modificações na legislação tributária e aduaneira;

V - realizar pesquisas, consolidar dados e preparar relatórios gerenciais da unidade;

VI - acompanhar as metas de trabalho dos serviços e seções;

VII - acompanhar e colaborar com o desenvolvimento de material institucional para divulgação interna;

VIII - supervisionar os procedimentos de alfandegamento e autorizações de instalação de Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex);

IX - supervisionar as ações de sistematização de procedimentos dos serviços e seções; e

X - acompanhar o desenvolvimento e execução das ações e projetos decorrentes do planejamento da unidade.

Art. 6º A Ascom tem as seguintes atribuições:

I - coletar, processar, organizar, priorizar e divulgar para o público externo os fatos relevantes acerca da atuação da ALF/VIT;

II - subsidiar o Inspetor-chefe com informações de interesse da instituição; e

III - representar a ALF/VIT perante outros órgãos e o público externo, nas ocasiões em que essa providência venha a ser determinada e orientada pela Administração da unidade.

Art. 7º A Eqmap, vinculada diretamente ao Gabin, tem as seguintes atribuições:

I - executar as atividades relacionadas à destinação de mercadorias apreendidas, dentre elas:

a) planejar e executar as ações necessárias à realização de leilão de mercadorias apreendidas, elaborar o correspondente ato de destinação de mercadorias (ADM) no módulo de controle de mercadorias apreendidas do Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF/CTMA), bem como acompanhar os trabalhos da Comissão de Leilão, estabelecida conforme ato administrativo próprio;

b) instruir e preparar o processo de destinação de mercadorias a ser encaminhado pelo Inspetor-chefe à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal;

c) elaborar proposta de ADM para incorporação ou doação a entidade beneficente, nos termos, condições e requisitos fixados na legislação de regência;

d) planejar as ações necessárias à destruição de mercadoria apreendida que não possa ser destinada;

e) elaborar proposta de destruição, no SIEF/CTMA, e acompanhar o trabalho da Comissão de Destruição de Mercadorias, estabelecida conforme ato administrativo próprio;

II - efetuar o controle e a movimentação contábeis das mercadorias apreendidas;

III - orientar e acompanhar a execução dos serviços de armazenagem e movimentação de mercadorias apreendidas nos recintos depositários;

IV - promover ciência do interessado sobre decisão exarada em processo de perdimento ou de abandono;

V - alimentar o sistema informatizado da ALF/VIT, com vistas a disponibilizar, no âmbito interno, informações sobre os processos de perdimento e de abandono de mercadoria que tenham origem na unidade;

VI - proceder ao pré-cadastro de veículos de origem estrangeira na Base Índice Nacional (BIN) do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), após a aplicação da pena de perdimento ou a declaração de abandono do bem;

VII - formalizar e acompanhar o processo de cobrança e ressarcimento de interesse da União, contra o depositário que não apresentar, quando solicitado, mercadoria retida, apreendida ou em custódia, que esteja sob sua guarda;

VIII - prestar informações acerca de mercadorias apreendidas; e

IX - orientar os interessados quanto aos requisitos, termos e condições estabelecidos na legislação para a obtenção de mercadoria apreendida por meio de incorporação ou de doação.

Do Serviço de Despacho Aduaneiro (Sedad)

Art. 8º O Sedad tem a seguinte estrutura:

I - Assessoria do Sedad (Asdad);

II - Núcleo de Operações Aduaneiras de Capuaba (NOA Capuaba);

III - Núcleo de Operações Aduaneiras do Aeroporto (NOA Aeroporto);

IV - Núcleo de Operações Aduaneiras dos Portos Secos (NOA Porto Seco); e

V - Equipe de Controle de Regimes Aduaneiros Especiais (Eqrae).

§ 1º A estrutura do NOA Capuaba abrange a manutenção de um plantão aduaneiro, para o qual são estendidas as atribuições do próprio Núcleo.

§ 2º As atividades desenvolvidas nas instalações da unidade no complexo portuário de Tubarão/Praia Mole são exercidas sob a Chefia do NOA Aeroporto.

Art. 9º O Sedad, por intermédio da Asdad, composta pelos servidores subordinados diretamente ao Chefe do Sedad, tem as seguintes atribuições:

I - supervisionar, em caráter geral, as atividades dos Núcleos de Operações Aduaneiras (NOAs) e da Eqrae;

II - analisar o pedido, instruir o processo e controlar o prazo, se for o caso, nos casos em que a decisão couber ao Chefe do Sedad;

III - analisar pedido de desdobramento e desmembramento de conhecimento de transporte;

IV - analisar pedido de cancelamento de declaração de importação (DI) ou de exportação (DE), nos casos em que couber ao Chefe do Sedad cancelar ou autorizar o cancelamento;

V - analisar pedido de devolução de mercadoria ao exterior, exceto nos casos de redestinação ou de devolução à origem, quando se tratar de erro manifesto ou comprovado de expedição;

VI - analisar pedido de registro antecipado de declaração de importação, antes da descarga de mercadoria que proceda diretamente do exterior [art. 17 e seu parágrafo único, da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 680, de 2 de outubro de 2006];

VII - analisar pedido de habilitação a regimes aduaneiros especiais, exceto a admissão temporária, nos casos em que essa medida seja aplicável;

VIII - acompanhar os processos concernentes a regimes aduaneiros especiais, incluindo o exame de pedidos de movimentação de bens durante a vigência do regime, exceto em relação à admissão temporária;

IX - analisar pedido de concessão, prorrogação e extinção de regime aduaneiro especial de exportação temporária de mercadorias, bem como controlar o cumprimento dos prazos;

X - analisar pedido de concessão do regime de exportação temporária de bens e veículos de viajante, enviados ao exterior ao amparo de conhecimento de carga (art. 431 e seguintes do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009);

XI - analisar pedido de exportação sem exigência de saída dos bens do território nacional, exceto quando se tratar de bens submetidos ao regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados à exploração e à produção de petróleo e gás natural (Repetro), sobre o qual as atribuições estão definidas no art. 14 desta Portaria;

XII - analisar pedido de admissão de mercadorias no regime aduaneiro especial de depósito alfandegado certificado (DAC, art. 493 e seguintes do Decreto nº 6.759, de 2009);

XIII - analisar, registrar e controlar os termos de responsabilidade para constituição de obrigações fiscais suspensas pela aplicação dos regimes aduaneiros especiais examinados no âmbito do Sedad;

XIV - efetuar o registro e controle de termo de responsabilidade de admissão temporária de bagagem, enquanto não for concedido o visto permanente ao estrangeiro (art. 162, § 2º, do Decreto nº 6.759, de 2009);

XV - realizar diligências externas com o fim de verificar o cumprimento por parte de terceiros das condições impostas na concessão de regime aduaneiro especial, inclusive aquelas relacionadas à localização e utilização do bem;

XVI - analisar pedido de substituição de mercadoria importada por outra idêntica, em igual quantidade e valor, que se destine à reposição daquela anteriormente importada que se tenha revelado, após o desembaraço aduaneiro, defeituosa ou imprestável para o fim a que se destinava;

XVII - designar técnicos credenciados para exame e emissão de laudos técnicos necessários à identificação e quantificação de mercadoria importada ou a exportar, nos temos da legislação em vigor;

XVIII - promover a revisão interna de declaração de importação ou de exportação, em decorrência de laudo de exame pericial ou laboratorial solicitado por ocasião do curso do despacho aduaneiro (art. 48, § 4º da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006), desde que o chefe do Sedad acate as justificativas do chefe da equipe de origem da ação fiscal;

XIX - receber e analisar, quanto ao Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), os pedidos que se refiram a:

a) inclusão, retificação e exclusão de benefício;

b) exclusão de juros e multas indevidos;

c) suspensão, em decorrência da aplicação de regimes aduaneiros especiais;

d) liberação para pagamento, quando houver declaração de importação registrada; e

e) cancelamento da pendência do AFRMM, quando posterior ao registro da declaração de importação;

XX - elaborar o processo administrativo fiscal de constituição de crédito tributário, decorrente dos procedimentos conduzidos pelo Sedad, bem como os processos de representações fiscais, quando for o caso;

XXI - lavrar termo de retenção, termo de apreensão e guarda fiscal e auto de infração para aplicação de pena de perdimento de mercadorias no contexto das ações fiscais ou procedimentos conduzidos pelo Sedad;

XXII - lavrar auto de infração visando à aplicação de sanções administrativas contra quaisquer intervenientes nas operações de comércio exterior, nas hipóteses previstas em lei, em decorrência de ação fiscal conduzida pelo Sedad;

XXIII - preparar termo de arrolamento de bens e abrir o correspondente processo, nos casos previstos na legislação de regência, encaminhando-o à Sacat, para controle e acompanhamento;

XXIV - encaminhar informações à Sacat ou à unidade responsável pelo arrolamento de bens, após o encerramento da ação fiscal, nos casos em que essa garantia seja necessária e já exista processo com essa finalidade; e

XXV - proceder ao despacho aduaneiro de importação nos casos autorizados pelo chefe do Sedad e, especificamente, nos casos de nacionalização de mercadoria admitida temporariamente, com dispensa de verificação física.

Art. 10. O NOA Capuaba tem as seguintes atribuições:

I - exercer o controle sobre as atividades aduaneiras realizadas nos recintos alfandegados localizados no Cais Comercial, complexo portuário de Vila Velha e Porto de Ubu, e nos Redex localizados no município de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana, observada a competência do Sevig para a vigilância e repressão, como dispuser esta portaria; e

II - executar as atividades descritas nesta portaria como atribuições comuns a todos os NOAs.

Parágrafo único. As atribuições do plantão aduaneiro do NOA Capuaba são aquelas definidas para o próprio Núcleo, observadas as demais disposições especificas constantes nesta portaria e na legislação aduaneira.

Art. 11. O NOA Aeroporto tem as seguintes atribuições:

I - exercer o controle sobre as atividades aduaneiras realizadas:

a) nos recintos alfandegados e outros locais de interesse para o controle e a tributação das operações de comércio exterior no âmbito do Aeroporto de Vitória; e

b) nos recintos alfandegados localizados no complexo portuário de Tubarão/Praia Mole e em Barra do Riacho, bem como no recinto alfandegado do Estaleiro Jurong, em Aracruz, observada a competência do Sevig para a vigilância e repressão, como dispuser esta portaria;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - promover as intervenções no Sistema Integrado de Gerência do Manifesto, do Trânsito e do Armazenamento (Mantra), em atividade de controle da carga que deva ser submetida a registro nesse sistema, quando descarregada, movimentada ou armazenada no complexo aeroportuário de Vitória;

III - realizar a conferência final de manifesto, com apuração de acréscimos ou extravios, bem como gerenciar e executar, no caso de destruição, abandono ou perdimento da carga, a baixa em manifesto no Mantra (Instrução Normativa SRF nº 102, de 20 de dezembro de 1994); e

IV - gerenciar e controlar os procedimentos de arqueação de embarcações que atraquem em terminais portuários sob seu controle;

V - executar em outros atos locais as atividades anteriormente atribuídas ao extinto NOA Tubarão, incorporado pelo NOA Aeroporto; e

VI - executar as atividades descritas nesta portaria como atribuições comuns a todos os NOAs.

Art. 12. O NOA Porto Seco tem as seguintes atribuições:

I - exercer o controle sobre as atividades aduaneiras realizadas nos portos secos ou centros logísticos industriais aduaneiros (CLIAs) localizados no município de Cariacica e nos Redex localizados no município da Serra; e

II - executar as atividades descritas nesta portaria como atribuições comuns a todos os NOAs.

Art. 13. Os NOAs Capuaba, Aeroporto e Porto Seco, respeitados os âmbitos de atuação de cada núcleo, tais como delimitados nos artigos 10, 11 e 12, têm as seguintes atribuições:

I - proceder ao despacho aduaneiro de importação e exportação de mercadorias, observadas as demais disposições específicas constantes nesta portaria e na legislação aduaneira;

II - manifestar-se em requerimento de isenção, redução, suspensão e imunidade apresentado no curso do despacho aduaneiro;

III - analisar pedido de retificação de declarações de importação (DI) após o desembaraço aduaneiro, mediante designação da chefia do Sedad e conforme procedimentos estabelecidos em portaria local específica;

IV - analisar pedido de retificação de declaração de exportação e de registro de exportação, conforme procedimentos estabelecidos em portaria local específica;

V - analisar pedido de prorrogação e extinção do regime especial de entreposto aduaneiro na importação, bem como controlar o cumprimento dos prazos;

VI - exercer o controle das cargas em DAC;

VII - executar o procedimento especial de despacho aduaneiro de exportação, no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), após o embarque da mercadoria ou sua saída do território nacional, nos termos do art. 52 e seguintes da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, e em conformidade com o disposto em portarias da ALF/VIT;

VIII - gerenciar as rotas e respectivos prazos, no módulo trânsito do Siscomex (Siscomex Trânsito), cujos locais de início estejam sob seu controle aduaneiro;

IX - processar o despacho para trânsito aduaneiro de mercadoria descarregada ou depositada em local sob controle aduaneiro do NOA, com destino a recinto alfandegado sob jurisdição da ALV/VIT ou a outra unidade da RFB, observadas as disposições sobre declaração de trânsito de contêiner (DTC) e carga pátio, estabelecidas em portarias locais desta unidade;

X - registrar, no Siscomex Importação, a declaração simplificada de importação (DSI) para despacho da bagagem desacompanhada de viajante, quando cabível;

XI - submeter ao Sevig, quando conveniente e oportuno, pedido de trânsito aduaneiro para efeito de análise de risco;

XII - proceder ao cancelamento de declaração de trânsito aduaneiro, a pedido ou de ofício, sempre que suficientemente justificado, nas hipóteses em que o trânsito deva ser realizado ao amparo de nova declaração ou na hipótese de desistência da remoção, observado o âmbito de atuação do local de início do trânsito aduaneiro;

XIII - efetuar a conclusão de trânsito aduaneiro;

XIV - acompanhar, via sistemas da RFB, a conclusão dos trânsitos aduaneiros de importação e exportação, iniciados em recintos sob seu controle aduaneiro;

XV - executar os procedimentos relativos ao módulo carga do Siscomex (Siscomex Carga), em conformidade com os termos, requisitos e condições estabelecidos na legislação;

XVI - solicitar perícia técnica e exame laboratorial;

XVII - efetuar, em termos genéricos, o acompanhamento da quantificação ao qual se refere o art. 25 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010, notando-se as competências delegadas em ato específico quanto ao acompanhamento na forma presencial, quando for o caso;

XVIII - promover a revisão interna de declaração de importação ou de exportação, em decorrência de laudo de exame pericial ou laboratorial solicitado no curso do despacho aduaneiro (art. 48, § 4º da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006);

XIX - lavrar auto de infração no curso do despacho aduaneiro, em decorrência de fatos apurados pelo NOA, para constituição de crédito tributário, com exigência de multa, tributos e contribuições, bem como para a aplicação de pena de perdimento em valores ou mercadorias, exceto nas hipóteses de abandono, ou ainda para a aplicação de sanção administrativa a pessoa física ou jurídica;

XX - lavrar as representações fiscais, inclusive para fins penais, nos casos previstos na legislação federal, quando a ação fiscal tiver sido conduzida pelo NOA;

XXI - preparar termo de arrolamento de bens e abrir o correspondente processo, nos casos previstos na legislação de regência, encaminhando-o à Sacat, para controle e acompanhamento;

XXII - encaminhar informações à Sacat ou à unidade responsável pelo arrolamento de bens, após o encerramento da ação fiscal, nos casos em que essa garantia seja necessária e já exista processo com essa finalidade;

XXIII - efetuar o pré-cadastro de veículos importados no sistema Renavam, nas situações previstas na legislação aduaneira;

XXIV - efetuar o controle do ingresso de pessoas em recinto alfandegado ou a bordo, em conformidade com disciplina específica constante da Portaria ALF/VIT nº 72, de 5 de setembro de 2012; e

XXV - autorizar a verificação prévia de mercadoria, nos termos do art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 680, de 2006.

Art. 14. A Eqrae tem a incumbência de exercer as atividades relacionadas à concessão, controle, prorrogação e extinção do regime aduaneiro especial de admissão temporária, inclusive Repetro, compreendendo as seguintes atribuições:

I - analisar pedidos de concessão, prorrogação e extinção do regime especial de admissão temporária, inclusive Repetro;

II - controlar os termos de responsabilidade elaborados para assegurar os tributos suspensos no momento da concessão ou prorrogação dos regimes;

III - dispensar, aceitar ou recusar a garantia prestada, em conformidade com a legislação pertinente;

IV - processar todas as fases do despacho de importação, reimportação, exportação e reexportação, quando vinculadas à admissão temporária, qualquer que seja o local de armazenamento da mercadoria ou de realização do despacho aduaneiro, sendo franqueadas as possibilidades descritas no § 2º deste artigo;

V - invalidar as decisões administrativas referentes à admissão temporária e ao Repetro, quando manifestamente eivadas de vício;

VI - efetuar o pré-cadastro no Renavam de veículos cujo despacho aduaneiro tenha sido desembaraçado por servidor da equipe;

VII - adotar medidas preliminares e necessárias à execução do termo de responsabilidade, firmado em garantia de tributos suspensos em razão da concessão do regime especial de admissão temporária, em conformidade com a Instrução Normativa SRF nº 117, de 31 de dezembro de 2001, e arts. 758 e seguintes do Decreto nº 6.759, de 2009;

VIII - lavrar auto de infração para exigência de crédito tributário apurado em procedimento posterior à apresentação do termo de responsabilidade, em decorrência de aplicação de penalidade ou de ajuste no cálculo de tributo devido (art. 766 do Decreto nº 6.759, de 2009);

IX - guardar, em arquivo próprio, os documentos relacionados às atividades vinculadas à admissão temporária e ao Repetro, enquanto perdurarem os regimes ou existirem pendências a eles vinculadas;

X - promover a revisão interna de declaração de importação ou de exportação, em decorrência de laudo de exame pericial ou laboratorial solicitado por ocasião do curso do despacho aduaneiro (art. 48, § 4º, da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006);

XI - solicitar perícia técnica e exame laboratorial vinculados ao regime aduaneiro especial de admissão temporária, incluindo o Repetro;

XII - lavrar auto de infração no curso do despacho aduaneiro ou fora dele, em decorrência de fatos apurados pela Equipe, para constituição de crédito tributário, com exigência de multa, tributos e contribuições, bem como para a aplicação de pena de perdimento em valores ou mercadorias, ou ainda para a aplicação de sanção administrativa a pessoa física ou jurídica;

XIII - lavrar as representações fiscais, inclusive para fins penais, nos casos previstos na legislação federal, quando a ação fiscal tiver sido conduzida pela Equipe;

XIV - preparar termo de arrolamento de bens e abrir o correspondente processo, nos casos previstos na legislação de regência, encaminhando-o à Sacat, para controle e acompanhamento;

XV - encaminhar informações à Sacat ou à unidade responsável pelo arrolamento de bens, após o encerramento da ação fiscal, nos casos em que essa garantia seja necessária e já exista processo com essa finalidade;

XVI - analisar pedidos de transferência de bem do Repetro para o regime de admissão temporária para utilização econômica, previsto na Instrução Normativa SRF nº 1.361, de 21 de maio de 2013, bem como controlar, prorrogar e extinguir o novo regime; e

XVII - analisar pedidos de retificação de declarações de importação e de exportação vinculadas ao regime de admissão temporária, incluindo o Repetro, após o desembaraço aduaneiro.

§ 1º As atribuições da Eqrae não abrangem as atividades pertinentes à admissão temporária de:

I - bagagem; e

II - embarcação de viajante não residente, na situação prevista no art. 24, inciso XVI, desta Portaria.

§ 2º Quanto à atribuição descrita no inciso IV do caput, a critério do Auditor-Fiscal responsável, pode-se solicitar que a verificação física na importação ou na exportação, bem como, quando for o caso, o despacho de trânsito aduaneiro na exportação, sejam realizados por servidor lotado no NOA que jurisdicione o local de armazenamento da mercadoria.

Do Serviço de Fiscalização Aduaneira (Sefia)

Art. 15. O Sefia tem a seguinte estrutura:

I - Assessoria do Chefe do Sefia (Asfia);

II - Equipe de Fiscalização Aduaneira 1 (EFA1);

III - Equipe de Fiscalização Aduaneira 2 (EFA2); e

IV - Equipe de Fiscalização Aduaneira 3 (EFA3).

Art. 16. O Sefia, com o auxílio da Asfia, composta pelos servidores subordinados diretamente ao Chefe do Sefia, tem as seguintes atribuições:

I - supervisionar, em caráter geral, as atividades de suas equipes;

II - prestar apoio logístico às equipes que compõem a sua estrutura;

III - efetuar a programação, o registro e o encerramento das operações fiscais no Sistema Ação Fiscal Aduaneiro (AFA), no âmbito da Alfandega do Porto de Vitória;

IV - participar da elaboração do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA) e registrar as respectivas metas no AFA;

V - assessorar, com subsídios técnicos referentes às atividades desenvolvidas pelo Sefia, os demais setores e o Inspetor-chefe;

VI - elaborar informações fiscais no âmbito de sua competência;

VII - disseminar aos demais setores da unidade informações de interesse fiscal;

VIII - manter, em sistema eletrônico, a guarda dos dossiês de execução do procedimento fiscal; e

IX - proceder ao registro, no Sistema de Controle de Procedimentos Vinculados (Conprovi), das informações referentes às representações fiscais em geral e aos comunicados de ilícitos criminais formalizados por esta unidade, nos termos da legislação específica.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições próprias de cada equipe, cabe também ao Chefe do Sefia e à Asfia a execução das atividades atribuídas às demais equipes, na medida da necessidade, da conveniência, da oportunidade e da competência.

Art. 17. As Equipes de Fiscalização Aduaneira, em decorrência de ação fiscal conduzida pelo Sefia, em caráter geral, tem as seguintes atribuições:

I - executar os procedimentos de fiscalização de sujeitos passivos selecionados;

II - elaborar o processo administrativo fiscal de constituição de crédito tributário, decorrente do procedimento de fiscalização, bem como os processos de representações fiscais, quando for o caso;

III - lavrar termo de retenção, termo de apreensão e guarda fiscal e auto de infração para aplicação de pena de perdimento de mercadorias;

IV - lavrar auto de infração visando à aplicação de sanções administrativas contra quaisquer intervenientes nas operações de comércio exterior, nas hipóteses previstas em lei;

V - preparar termo de arrolamento de bens e abrir o correspondente processo, nos casos previstos na legislação de regência, encaminhando-o à Sacat, para controle e acompanhamento;

VI - encaminhar informações à Sacat ou à unidade responsável pelo arrolamento de bens, após o encerramento da ação fiscal, nos casos em que essa garantia seja necessária e já exista processo com essa finalidade;

VII - executar os procedimentos de diligências, auditorias e assistência pericial; e

VIII - elaborar minuta de cálculo de direito creditório constituído pelo Sefia, alterado por acórdãos das Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ) ou do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), quando implicarem correção da base de apuração.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições próprias das equipes, cabe também a cada uma das Equipes de Fiscalização Aduaneira a execução das atividades atribuídas às demais, a critério da Chefia do Serviço e na medida da necessidade, da conveniência, da oportunidade e da competência.

Art. 18. A EFA1 tem a atribuição prioritária de realizar as ações de fiscalização aduaneira na zona secundária, inclusive dos grupos "diligência", "recuperação de créditos" e "auditoria sobre os intervenientes no comércio exterior".

Parágrafo único. O chefe da EFA1 tem autorização para a executar as ações de fiscalização atribuídas à sua equipe.

Art. 19. A EFA2 tem a atribuição prioritária de realizar as ações de fiscalização aduaneira dos grupos "renúncia fiscal" e "revisão aduaneira".

Parágrafo único. O chefe da EFA2 tem autorização para a executar as ações de fiscalização atribuídas à sua equipe.

Art. 20. A EFA3 tem as seguintes atribuições prioritárias:

I - decidir sobre requerimentos de habilitação do responsável por pessoa jurídica importadora ou exportadora para a realização de operações no Siscomex, ou sua revisão, nas submodalidades limitada e ilimitada;

II - decidir sobre requerimentos de vinculação de pessoas para o fim de proporcionar a importação por conta e ordem ou por encomenda (art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 225, de 18 de outubro de 2002; art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 634, de 24 de março de 2006; e art. 24 da Instrução Normativa SRF nº 1.288, de 2012);

III - decidir sobre requerimento de solicitação de alteração de responsável legal de pessoa jurídica perante a RFB, para a realização de operações no Siscomex, promovendo as intervenções necessárias no sistema; e

IV - realizar as ações de fiscalização aduaneira dos grupos "combate à fraude".

Parágrafo único. O chefe da EFA3 tem autorização para a executar as ações de fiscalização atribuídas à sua equipe.

Do Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro (Sevig)

Art. 21. O Sevig tem a seguinte estrutura:

I - Assessoria do chefe do Sevig (Asvig);

II - Plantão Aduaneiro; e

III - Equipe de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Eqrep).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições próprias de cada uma das equipes referidas nos incisos I a III do caput, cabe também a cada uma delas a execução das atividades atribuídas às demais, isoladamente ou em conjunto, a critério da Chefia do Serviço e na medida da necessidade, da conveniência e da oportunidade.

Art. 22. O Sevig, por intermédio da Asvig, composta pelos servidores subordinados diretamente ao Chefe do Sevig, tem a atribuições de exercer as atividades de controle de carga, vigilância e repressão aduaneira, em especial:

I - supervisionar, em caráter geral, as atividades de suas equipes;

II - gerenciar o Siscomex Trânsito no âmbito da ALF/VIT, inclusive:

a) expedir orientações e recomendações a servidores e administrados;

b) estabelecer condições ou restrições à concessão e à abertura de trânsito;

c) fixar procedimentos para conclusão do trânsito no interesse do controle aduaneiro, em face das peculiaridades locais e da eventual inexistência de presença fiscal permanente no local de destino;

d) proceder à análise de risco, em casos pontuais que envolvam o trânsito aduaneiro, quando o Chefe do NOA assim o solicitar;

e) consultar periodicamente o Siscomex Trânsito, com vistas à identificação de infratores e adoção das providências cabíveis (artigo 76 da Instrução Normativa SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002);

III - exercer a vigilância aduaneira, em área alfandegada ou zona de vigilância aduaneira, nos termos da Portaria Coana nº 35, de 2011;

IV - exercer o controle aduaneiro sobre locais e recintos alfandegados;

V - realizar operações de prevenção e de detecção de ilícitos aduaneiros, em locais e recintos alfandegados;

VI - proceder ao controle de estoque de mercadorias nos locais e recintos alfandegados;

VII - realizar busca aduaneira em veículo procedente do exterior ou a ele destinado, bem como em veículo utilizado no transporte de cabotagem (art. 34 e seguintes do Decreto nº 6.759, de 2009);

VIII - realizar o controle aduaneiro sobre navio estrangeiro em viagem de cruzeiro pela costa brasileira;

IX - controlar as operações de embarque, desembarque, transbordo e baldeação de peças para conserto, reparo ou reposição de embarcação que esteja atracada ou em local sob controle aduaneiro da ALF/VIT;

X - acompanhar e controlar operações de carga, descarga e transbordo de volumes e unidades de carga (art. 26 e seguintes do Decreto nº 6.759, de 2009, combinado com os arts. 33 e 34 da Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007);

XI - analisar pedido de liberação da unidade de carga vazia e seus acessórios, admitidos no regime especial de admissão temporária (automática), ingressados no território nacional ao amparo de conhecimento de carga, com registro no Siscomex Carga;

XII - expedir orientação para operações de desunitização de carga, na falta de disciplina específica da ALF/VIT;

XIII - controlar os pedidos de perícia e de assistência técnica de mensuração de carga a granel;

XIV - manter prontuários dos peritos credenciados para arqueação, com registro de eventuais ocorrências (art. 38, parágrafo único, da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010);

XV - lavrar auto de infração em decorrência de fatos apurados pelo Sevig, para constituição de crédito tributário, com exigência de multa, tributos e contribuições;

XVI - lavrar auto de infração para aplicação de pena de perdimento de mercadorias no contexto das ações fiscais ou procedimentos conduzidos pelo Sevig, inclusive nas hipóteses de abandono de mercadoria no curso do despacho aduaneiro;

XVII - lavrar as representações fiscais, inclusive para para fins penais, nos casos previstos na legislação federal, quando a ação fiscal tiver sido conduzida no âmbito do Sevig;

XVIII - lavrar auto de infração visando à aplicação de sanções administrativas contra os depositários ou quaisquer outros intervenientes nas operações de comércio exterior, nas hipóteses previstas em lei, nos procedimentos originários no Sevig;

XIX - preparar termo de arrolamento de bens e abrir o correspondente processo, nos casos previstos na legislação de regência, encaminhando-o à Sacat, para controle e acompanhamento;

XX - encaminhar informações à Sacat ou à unidade responsável pelo arrolamento de bens, após o encerramento da ação fiscal, nos casos em que essa garantia seja necessária e já exista processo com essa finalidade;

XXI - fiscalizar o cumprimento das normas que disciplinam o acesso e a permanência de pessoas e veículos nas áreas e recintos alfandegados jurisdicionados pela ALF/VIT;

XXII - processar o despacho aduaneiro para resíduos líquidos retirados de bordo dos navios;

XXIII - realizar as etapas do trânsito aduaneiro, no Siscomex Trânsito, quando a execução do procedimento tiver que ser realizada pelo Sevig;

XXIV - monitorar os trânsitos aduaneiros iniciados pelo Sevig, até a sua ulterior conclusão;

XXV - instruir processo de habilitação de empresas ao transporte de mercadorias sob o regime de trânsito aduaneiro mediante solicitação de cadastramento e apresentação de Termo de Responsabilidade para Trânsito Aduaneiro (TRTA);

XXVI - efetuar a análise para aceitação e registro de inclusão ou exclusão de garantias prestadas vinculadas a TRTA;

XXVII - manifestar-se sobre a demarcação de local de zona primária e de área sob controle aduaneiro;

XXVIII - manifestar-se em processos sobre alfandegamento;

XXIX - analisar solicitações de credenciamento de responsáveis ou representantes legais de depositários, Redex e vinculação de exportadores ao recinto 888.8888 (Redex);

XXX - realizar atividades de pesquisa, seleção, monitoramento de cargas e pessoas, na fase pré-despacho, visando identificar situações de risco ao controle aduaneiro, bem como adotar as medidas pertinentes que coíbam ou impeçam a prática de ilícitos aduaneiros;

XXXI - formalizar a entrada de embarcações procedentes do exterior e a sua saída, registrando no sistema as informações pertinentes, na hipótese da adoção do procedimento de contingência previsto na Instrução Normativa RFB nº 835, de 28 de março de 2008;

XXXII - controlar o registro de escalas informadas para as embarcações no Porto de Vitória, bem como alterar ou reativar uma escala encerrada, de ofício ou mediante solicitação por escrito do operador portuário ou do transportador;

XXXIII - controlar o registro de atracações e desatracações de embarcações no Porto de Vitória, assim como analisar solicitação de retificações e bloqueios automáticos relacionados a escala, manifesto e exclusão do conhecimento eletrônico (CE) em duplicidade no Siscomex Carga;

XXXIV - proceder à conferência final e à baixa de manifesto de importação, com base nas informações prestadas no Siscomex Carga (manifesto e mercadoria apreendida);

XXXV - analisar e tratar bloqueio automático e solicitação de retificação de conhecimento eletrônico ou do item de carga no Siscomex Carga, referente às cargas de importação;

XXXVI - analisar solicitação de retificações de escala, do manifesto do CE ou do item de carga no Siscomex Carga;

XXXVII - proceder de ofício às correções da escala, manifesto, CE ou item de carga;

XXXVIII - analisar os pedidos de aceitação de carta declaratória de extravio de conhecimento;

XXXIX - monitorar os prazos e parâmetros de bloqueio no Siscomex Carga;

XL - controlar o endosso eletrônico preliminar, nos casos de bloqueio de registro de DI ou DTA;

XLI - Gerar, indisponibilizar e disponibilizar o número identificador de carga (NIC), no Sistema Presença de Carga;

XLII - receber e analisar, quanto ao Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), os pedidos que se refiram a:

a) retificação de CE Mercante;

b) liberação de pendência de trânsito marítimo;

c) liberação para pagamento, quando não houver declaração de importação registrada; e

d) cancelamento da pendência do AFRMM, quando anterior ao registro da declaração de importação;

XLIII - controlar o prazo de permanência de mercadoria em recinto alfandegado;

XLIV - indisponibilizar e disponibilizar o número identificador de carga (NIC), no Siscomex, cuja carga esteja em situação de abandono;

XLV - analisar pedidos de liberação de unidades de carga vazias, formulados pelos transportadores marítimos, quando transcorrido o prazo legal previsto no art. 642 do Decreto nº 6.759, de 2009; e

XLVI - analisar os pedidos de início ou retomada do despacho aduaneiro de mercadorias consideradas abandonadas por decurso de prazo, antes de formalizada a lavratura do auto de infração e termo de apreensão e guarda fiscal.

Art. 23. A Eqrep tem as seguintes atribuições:

I - em harmonia com as diretrizes e orientações estabelecidas pela chefia do Sevig, planejar as ações de repressão através das atividades de pesquisa, reconhecimento, diligências, coleta de dados internos e externos, avaliação de riscos, estudo de cenários, definição de necessidades, abrangência e período de execução;

II - executar, conforme autorização, orientação ou determinação da Chefia do Sevig, os procedimentos operacionais externos padronizados denominados Ação Fiscal de Vigilância ou Operação de Repressão; e

III - encerrar as ações de repressão através dos procedimentos de formalização de autos de infração, representações fiscais e demais termos cabíveis.

Art. 24. O Plantão Aduaneiro tem as seguintes atribuições:

I - recepcionar e conferir o termo de visita aduaneira de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados, bem como formalizar termo de entrada e autorizar a saída para as embarcações de recreio ou competição esportiva, embarcações em missão de socorro, rebocadores, barcos de suprimento e plataformas (art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007);

II - registrar a atracação e a desatracação de embarcação, no Siscomex Carga, nos casos de omissão do operador portuário (Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007);

III - registrar a atracação e a desatracação de embarcação no sistema quando inoperante o Siscomex Carga, conforme Instrução Normativa RFB nº 835, de 2008;

IV - realizar o bloqueio e o desbloqueio de embarcação, no Siscomex Carga, para cumprimento de exigências, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007;

V - recepcionar DTA com partes e peças destinadas a navios de longo curso de passagem pelo complexo Portuário de Vitória/ES;

VI - acompanhar a conclusão de DTA de passagem, a retirada de lixo, resíduo ou bem constante de Requerimento de Autorização para Movimentação de Bens Embarcados (RMBE); o trânsito ou a entrega a bordo de mercadorias constantes de Autorização de Fornecimento de Bordo (AFB), quando necessário;

VII - registrar, no Siscomex Trânsito, a chegada do veículo no local de destino, a integridade dos elementos de segurança aplicados e a conclusão da DTA de passagem, de partes e peças para embarcações ou aeronaves;

VIII - registrar, no Siscomex Trânsito, a interrupção de trânsito em face da necessidade de troca do veículo ou em decorrência de outros eventos, com autorização de prosseguimento do trânsito, em conformidade com a Instrução Normativa SRF nº 248, de 2002;

IX - efetuar a conclusão de trânsito aduaneiro no sistema Siscomex Exportação, referente a mercadoria a ser exportada, quando não houver expediente no NOA-Capuaba;

X - acompanhar retirada de amostras de resíduo oleoso e solicitar a sua análise em laboratório credenciado, sempre que necessário;

XI - verificar a bagagem acompanhada, de tripulantes e passageiros de embarcações, em geral;

XII - proceder ao desembaraço e autorizar a entrega de urna funerária importada, em horário no qual não haja expediente no NOA Aeroporto, observados os termos, requisitos e condições estabelecidos na legislação de regência;

XIII - realizar rondas e patrulhas de fiscalização aduaneira, diurnas e noturnas, nos recintos alfandegados e a bordo de embarcação sujeita ao controle aduaneiro;

XIV - elaborar de termo de ocorrência, retenção ou apreensão, com posterior formalização do processo eletrônico, se for o caso;

XV - prestar atendimento ao contribuinte, esclarecendo dúvidas com relação às atribuições do Plantão e dos demais setores da ALF/VIT;

XVI - autorizar a admissão de embarcação de viajante não residente, quando adentrada no território aduaneiro por meios próprios, em regime aduaneiro especial de admissão temporária, bem como efetuar a formalização de termo de responsabilidade, o controle do prazo de permanência, a prorrogação e a extinção desse regime;

XVII - autorizar o ingresso de pessoas a bordo de embarcação não atracada e a movimentação de bens pertencentes à referida embarcação, em casos justificados pelo interessado, observando os procedimentos fixados em norma local específica;

XVIII - registrar, no Siscomex Trânsito, a chegada do veículo no local de destino, a integridade dos elementos de segurança aplicados e a conclusão dos trânsitos aduaneiros em geral, quando não houver expedientes nos NOAs Porto Seco e Tubarão; e

XIX - recepcionar e conferir o termo de responsabilidade específico para cada escala de embarcação de longo curso estrangeira, assinado e apresentado pela agência marítima, em conformidade com o disposto no §1° do art. 64 do Decreto nº 6.759, de 2009.

Do Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort)

Art. 25. O Seort tem as seguintes atribuições:

I - realizar as atividades relativas a restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, suspensão e redução de tributos, inclusive decorrentes de crédito judicial;

II - prestar orientação interna sobre interpretação da legislação tributária e aduaneira na área de sua competência;

III - preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos de consulta de classificação fiscal, interpretação da legislação tributária ou aduaneira e, ainda, recursos de divergências em processos de consulta;

IV - manifestar-se em processos administrativos referentes à compensação, à imunidade, à isenção e à redução de tributos e contribuições administrados pela RFB, ressalvadas as atribuições do Sedad, quando as solicitações forem apresentadas no curso do despacho;

V - preparar as informações a serem encaminhadas aos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, inclusive as solicitadas por intermédio da autoridade policial ou de outros órgãos públicos;

VI - examinar e emitir parecer técnico em processos fiscais de apreensão de mercadorias e em autos de infração lavrados com base nos artigos 75 e 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;

VII - requisitar aos serviços, seções, equipes e comissões da ALF/VIT as informações e documentos necessários ao atendimento a demandas externas;

VIII - orientar os serviços, seções e equipes da ALF/VIT no cumprimento de decisões judiciais;

IX - controlar os créditos tributários com exigibilidade suspensa por determinação judicial, mantendo atualizados os sistemas de controle;

X - controlar os processos administrativos de apreensão de mercadorias cuja aplicação da pena de perdimento esteja suspensa por medida judicial; e

XI - disseminar informações relativas às ações judiciais, por meio do Sistema de Controle de Ações Judiciais (Sicaj).

Da Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros (Sapea)

Art. 26. A Sapea tem a atribuição de exercer as atividades de coordenação e orientação da prevenção e combate a fraudes em matéria aduaneira, em especial:

I - executar os procedimentos especiais de controle aduaneiro previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011;

II - avaliar a pertinência de aplicação de procedimento especial de controle a despachos de importação (art. 23 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - identificar e monitorar intervenientes em atividades aduaneiras irregulares;

IV - propor e avaliar técnicas ou procedimentos de conferência aduaneira e de apuração de fraudes;

V - realizar pesquisas e investigações visando identificar possíveis casos de fraude e disseminar informações;

VI - recepcionar denúncias, representações e demandas e dispensar-lhes o tratamento adequado;

VII - selecionar despachos de importação e exportação para conferência aduaneira, em complementação aos procedimentos indicados pelo canal de conferência definido pelo Siscomex, com base em elementos indiciários de irregularidades nas operações;

VIII - redirecionar, para outros canais de conferencia aduaneira, declarações de importação parametrizadas inicialmente para o canal verde;

IX - proceder ao bloqueio e ao desbloqueio de DI de canal verde, para fins de seleção para conferência aduaneira ou de conclusão de conferência realizada pela seção;

X - executar atividades relacionadas à seleção parametrizada do módulo importação do Siscomex (Siscomex Importação);

XI - executar a conferência aduaneira de despachos de importação selecionados pela Sapea, ou encaminhá-los ao Sedad, para execução da conferência;

XII - efetuar a retificação de declarações de importação e adotar as medidas cabíveis para saneamento de irregularidades detectadas em ato de conferência aduaneira realizada pela seção;

XIII - estabelecer valores para exigências de garantias, quando aplicáveis aos casos de procedimentos especiais de controle aduaneiro previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 2011;

XIV - formalizar auto de infração para a cobrança de créditos tributários, no contexto das ações fiscais ou procedimentos conduzidos pela seção;

XV - lavrar termo de retenção de mercadorias no contexto das ações fiscais ou procedimentos conduzidos pela seção;

XVI - lavrar auto de infração e termo de apreensão e guarda fiscal no contexto das ações fiscais ou procedimentos conduzidos pela seção;

XVII - lavrar as representações fiscais, inclusive para fins penais, no contexto das ações fiscais ou procedimentos conduzidos pela seção;

XVIII - lavrar auto de infração visando à aplicação de sanções administrativas contra os depositários ou quaisquer outros intervenientes nas operações de comércio exterior, nas hipóteses previstas em lei, em decorrência de ação fiscal conduzida pela Sapea;

XIX - preparar termo de arrolamento de bens e abrir o correspondente processo, nos casos previstos na legislação de regência, encaminhando-o à Sacat, para controle e acompanhamento;

XX - encaminhar informações à Sacat ou à unidade responsável pelo arrolamento de bens, após o encerramento da ação fiscal, nos casos em que essa garantia seja necessária e já exista processo com essa finalidade;

XXI - realizar conferências físicas em operações pré-despacho, no contexto das ações fiscais ou procedimentos conduzidos pela seção; e

XXII - realizar diligências e perícias no interesse da seção ou em atendimento a exigência para instrução de processo.

§ 1º A competência estabelecida neste artigo não exclui a competência concomitante do Sevig para a execução de ações de igual natureza, durante a fase pré-despacho, na importação, na exportação ou no trânsito aduaneiro.

§ 2º Na seleção de operações para aplicação dos procedimentos de que tratam os incisos I, VII, VIII, IX e XI, além de observar os limites legais e normativos, deve ser levada em conta a capacidade disponível para tratamento das operações selecionadas, dentre outros fatores inerentes ao gerenciamento do risco, face à demanda decorrente das seleções efetuadas em nível nacional e à quantidade de servidores lotados na seção.

§ 3º A critério da administração da unidade local, os procedimentos especiais descritos no inciso I podem ser distribuídos para execução em outra subunidade organizacional da ALF/VIT, conforme a previsão inserida no art. 45, quando constatadas situações que dificultem ou impeçam a execução de todos os procedimentos na própria Sapea.

Da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat)

Art. 27. A Sacat tem as seguintes atribuições:

I - realizar as atividades de controle, cobrança e revisão do crédito tributário, inclusive do acompanhamento dos parcelamentos convencionais e especiais, no âmbito de sua competência;

II - atualizar cálculos e valores em processos concernentes a restituição, ressarcimento ou compensação de créditos, tributos e outras receitas administradas pela RFB;

III - preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos administrativos de contencioso fiscal, bem como lavrar termos de revelia e de perempção, nos casos de falta de impugnação ou de recurso voluntário ou ainda quando interpostos sem que satisfaçam as condições de admissibilidade, inclusive em relação às matérias objeto de manifestação de inconformidade;

IV - receber os processos com termo de arrolamento de bens e executar as tarefas necessárias à conclusão do procedimento, incluindo a circularização, a inserção de informações no Sistema Conprovi, o controle e o acompanhamento dos processos;

V - executar os procedimentos necessários à atualização de ofício dos cadastros da RFB, no âmbito de suas atribuições;

VI - elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por acórdãos da DRJ, CARF e da Câmara Superior de Recursos Fiscais, quando implicarem desoneração de multas ou débitos lançados;

VII - disseminar informações relativas a julgamentos administrativos;

VIII - preparar os atos necessários à conversão de depósitos em rendas da União, bem como à autorização para o levantamento de depósitos administrativos, após as decisões emanadas das autoridades competentes;

IX - executar atividades relacionadas à preparação e encaminhamento de processos à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), para fins de inscrição de débitos em Dívida Ativa da União, na área de sua competência;

X - manter os sistemas de registro dos créditos tributários, promovendo a suspensão, a reativação e a modificação de créditos, bem como a realocação e o bloqueio de pagamentos na área de sua competência;

XI - prestar informação em processos administrativos quanto à existência de débito fiscal do contribuinte;

XII - instruir os processos que tratam da retificação de erros no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e encaminhá-los à Unidade da RFB com jurisdição fiscal sobre o domicílio do contribuinte; e

XIII - executar os procedimentos necessários à suspensão da inscrição de contribuintes no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), bem como os registros nos sistemas da RFB quando da declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ promovida pela ALF/VIT.

Da Seção de Pesquisa e Seleção Aduaneira (Sapel)

Art. 28. A Sapel tem a atribuição de exercer as atividades de planejamento, programação, seleção e preparo das ações de interesse fiscal em zona secundária, em especial:

I - efetuar a pesquisa fiscal aduaneira e elaborar os respectivos dossiês de pesquisa fiscal aduaneira (DPFA);

II - recepcionar denúncias, representações e demandas, dispensando-lhes o tratamento adequado;

III - selecionar, observando os parâmetros técnicos específicos, contribuintes e demais intervenientes aduaneiros para as ações fiscais;

IV - identificar e monitorar intervenientes aduaneiros com vistas à detecção de irregularidades;

V - realizar pesquisas e estudos sobre processos e práticas de interesse fiscal, propondo a execução de programas e operações de fiscalização;

VI - elaborar informações fiscais no âmbito de sua competência;

VII - realizar diligências no âmbito de sua competência;

VIII - disseminar aos demais setores da Unidade informações de interesse fiscal; e

IX - avaliar os resultados das ações fiscais encerradas.

Da Seção de Programação e Logística (Sapol)

Art. 29. A Sapol tem a seguinte estrutura:

I - Equipe de Recepção e Expedição de Documentos (Exped);

II - Equipe de Serviços Gerais (Seger);

III - Equipe de material e Almoxarifado (Eqmat);

IV - Equipe de Gestão de Pessoas (Eqgep);

V - Equipe de Programação Orçamentária e Financeira (Orfin);

VI - Equipe de licitações e contratos (Eqlic);

VII - Equipe de transportes (Etran); e

VIII - Equipe de Administração de Documentos e Arquivo (Eqdoc).

Art. 30. A Sapol tem a atribuição de supervisionar as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, logística, comunicação administrativa, gestão de pessoas, capacitação e desenvolvimento, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, gestão de recursos materiais e patrimoniais, apoio administrativo e serviços gerais.

Art. 31. A Exped tem a atribuição de receber, expedir, protocolar e distribuir documentos, processos, correspondências e demais expedientes, no âmbito da ALF/VIT.

Art. 32. A Seger tem as seguintes atribuições:

I - coordenar, orientar, supervisionar, executar e controlar as atividades relacionadas com o apoio administrativo e serviços gerais;

II - realizar levantamentos das necessidades de contratação de serviços na área de programação e logística; e

III - acompanhar a execução de serviços contratados a terceiros, na área de sua competência.

Art. 33. A Eqmat tem as seguintes atribuições:

I - receber, registrar, distribuir e controlar os materiais de consumo e permanentes;

II - receber, organizar e promover o registro e o controle dos bens móveis; e

III - realizar levantamento de necessidades e elaborar programação de aquisição de materiais de consumo e permanentes.

Art. 34. A Eqgep tem as seguintes atribuições:

I - manter currículos e registros funcionais atualizados, inclusive no Sistema de Administração de Pessoal, Módulo Cadastro (Siapecad);

II - controlar a avaliação de desempenho, a concessão de gratificações específicas das carreiras da RFB e o processo de avaliação do estágio probatório;

III - controlar situações relativas ao exercício do cargo, como tempo de serviço, aposentadoria, movimentação, exoneração e ao desligamento, afastamentos, horários especiais individuais concedidos e demais situações funcionais;

IV - controlar o cumprimento das normas que disciplinam a avaliação de desempenho do servidor, bem como propor medidas de aprimoramento de sua metodologia;

V - manter controle de frequência e elaborar a escala de férias dos servidores da ALF/VIT, bem como promover a entrega de contracheques;

VI - elaborar expedientes e atos relacionados com a aplicação da legislação de pessoal;

VII - efetuar o levantamento de necessidades de capacitação e desenvolvimento de pessoas;

VIII - elaborar a programação de eventos de capacitação e desenvolvimento, acompanhar, controlar a execução e avaliar os resultados;

IX - controlar as atividades referentes à concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações, ajudas de custo e benefícios;

X - controlar a contratação e efetivar a avaliação de estagiário; e

XI - realizar o controle cabível quanto aos empregados de Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), em atividade na ALF/VIT.

Art. 35. A Orfin tem as seguintes atribuições:

I - subsidiar a elaboração da programação orçamentária anual e das reprogramações mensais dos gastos da Unidade;

II - solicitar e executar as programações orçamentárias e financeiras de desembolso;

III - registrar e controlar a execução dos créditos orçamentários e dos recursos financeiros;

IV - emitir empenhos de despesas, efetuar pagamentos, inclusive os de ajudas de custo e restituição de leilão, providenciar recolhimentos e retenções de tributos e obrigações, bem como subsidiar o controle da concessão de suprimentos de fundos;

V - manter o controle da relação dos ordenadores de despesa, dos encarregados do setor financeiro e dos agentes responsáveis por guarda de valores;

VI - providenciar e controlar a requisição de passagens aéreas e a concessão de diárias; e

VII - registrar a conformidade de suporte documental e manter arquivo cronológico da documentação dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 36. A Eqlic tem as seguintes atribuições:

I - realizar licitações, para estudos, pesquisas, serviços, compras e obras, autorizadas pelo Inspetor-chefe;

II - providenciar contratações diretas quando presentes as situações de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, reconhecidas pelo Inspetor-chefe;

III - manter controle dos contratos, acordos, ajustes e convênios celebrados ou que tenham sua execução descentralizada para a Unidade;

IV - elaborar minutas de aditivos a contratos;

V - providenciar a publicação de extratos de contratos e de seus aditivos;

VI - gerar no sistema de controle pertinente os cronogramas para medição das faturas mensais relativas à prestação dos serviços contratados; e

VII - propor a aplicação de sanções administrativas por descumprimento de cláusula contratual.

Art. 37. A Etran tem as seguintes atribuições:

I - elaborar o planejamento de renovação da frota de veículo;

II - controlar a utilização da frota de veículos oficiais, observando, inclusive, as orientações contidas na Instrução Normativa nº 1, de 21 de junho de 2007, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

III - atender às demandas de transporte da Superintendência Regional da RFB na 7ª Região Fiscal (SRRF07) e da ALF/VIT, quanto ao suporte logístico de transporte rodoviário;

IV - promover o transporte rodoviário de servidores e de outras pessoas, quando em serviço externo no interesse da ALF/VIT ou da SRRF07;

V - atender, quando possível, às solicitações de transporte rodoviário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória e dos demais órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Fazenda;

VI - elaborar e executar o plano de manutenção da frota oficial, com base em prévio contrato de manutenção;

VII - realizar o controle e o acompanhamento do consumo de combustível da frota, de forma detalhada e permanente, por veículo; e

VIII - elaborar e manter mapa de utilização diária da frota.

Art. 38. A Eqdoc tem as seguintes atribuições:

I - executar as atividades relativas à guarda e recuperação de informações econômico-fiscais;

II - prestar apoio na disseminação de informações econômico-fiscais, respeitadas as normas sobre sigilo;

III - desenvolver atividades relacionadas com crítica, revisão, classificação, tabulação, arquivamento e elaboração de dados e informações econômico-fiscais;

IV - arquivar declarações de importação e de exportação, comuns e simplificadas, desembaraçadas ou canceladas, de acordo com a tabela de temporalidade da RFB (Portaria RFB nº 2.144, de 4 de dezembro de 2008);

V - anexar e desanexar a processos os extratos de declarações de importação e de exportação, comuns e simplificadas; e

VI - arquivar e manter a guarda física de processos administrativos concluídos (Portaria RFB nº 2.144, de 4 de dezembro de 2008).

Da Seção de Tecnologia da Informação (Satec)

Art. 39. A estrutura da Satec abrange também o Centro de Microinformática (Cemicro).

Art. 40. A Satec tem as seguintes atribuições:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - gerenciar o ambiente informatizado;

II - gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação;

III - executar o cadastramento, a habilitação e a certificação digital de usuários, internos e externos no ambiente informatizado, mantendo controle de prazos e das exigências que sejam necessárias para a manutenção da habilitação ou credenciamento;

IV - gerenciar o serviço contratado de administração da rede local de dados;

V - analisar e instruir processos com solicitação de habilitação do operador portuário, promovendo os registros pertinentes nos sistemas da RFB, mantendo os dados atualizados em face da validade do certificado do operador portuário;

VI - analisar as requisições de credenciamento no Sistema Mercante que se refiram aos seguintes pleitos:

a) alteração e exclusão de pessoas físicas ou jurídicas intervenientes no sistema;

b) alteração e exclusão das representações de consignatários, agências de navegação ou desconsolidadores; e

c) inclusão das representações de consignatários, agências de navegação ou desconsolidadores, quando essas entidades constarem na base de dados do sistema;

VII - vincular, no Siscomex, o CPF do despachante aduaneiro:

a) ao CPF de viajante, para fins de desembaraço de bagagem desacompanhada;

b) ao CPF de pessoa física, para fins de promover importação em seu nome, nos casos previstos na legislação de regência; e

c) ao CNPJ da empresa que promova reexportação, quando a necessidade de vinculação for reconhecida, pontualmente, pelo Sedad;

VIII - prestar informação ao público sobre as atividades desenvolvidas pela Satec;

IX - instruir e analisar os processos com solicitação de credenciamento de despachante e ajudante de despachante aduaneiro, promovendo todas as medidas subsequentes ao eventual deferimento do pedido, até ulterior emissão da credencial;

X - executar as atividades relativas à disseminação de informações econômico-fiscais;

XI - sugerir e subsidiar a elaboração ou reformulação de procedimentos ou normas da ALF/VIT, em matéria de sua competência;

XII - manter controle da vigência do credenciamento dos peritos da ALF/VIT, divulgando, no âmbito interno, a relação dos profissionais e empresas, por especialidade, sempre que houver modificação do quadro de credenciados, por expiração do prazo de validade do credenciamento, por adição de novos peritos em face de novo processo seletivo, de decisão judicial ou por descredenciamento exarado em processo administrativo;

XIII - cadastrar, habilitar e desabilitar usuários em sistemas locais ou regionais; e

XIV - disponibilizar e manter, na Intranet local, informações e atos editados pela ALF/VIT ou por outros órgãos, cuja divulgação seja relevante para as atividades desenvolvidas pela Unidade.

Art. 41. O Cemicro, subordinado à Satec, tem as seguintes atribuições:

I - acompanhar e controlar a instalação e a manutenção de aplicativos e componentes de infraestrutura de informática, bem como a respectiva documentação técnica, sua distribuição, remanejamento e desativação;

II - adequar os produtos de informação e informática às necessidades dos usuários, controlando os aspectos relativos à sua disponibilidade, prazos, periodicidade de atendimento e avaliação da qualidade, no âmbito de sua jurisdição;

III - controlar as atividades relativas à administração e à operação de equipamentos de informática, especialmente no que se refere a servidores de banco de dados e a rede de comunicação de dados instalados;

IV - acompanhar a execução de projetos de rede local de comunicação de dados;

V - prestar assistência aos usuários de equipamentos e programas de informação e informática no que se refere à utilização dos mesmos;

VI - executar auditorias de segurança nas redes de dados sob jurisdição da Alfândega;

VII - identificar as necessidades de atualização de produtos e serviços em cada área;

VIII - identificar as necessidades de informação e de produtos de informática;

IX - desenvolver sistemas locais e implantar os que sejam oriundos de outras unidades, mas sejam reconhecidos como úteis ao atendimento de necessidades pontuais da ALF/VIT;

X - prestar suporte ao uso de sistemas locais específicos e dar atendimento a solicitações de prestação de informações que tenham registro arquivado na Satec;

XI - auxiliar no desenvolvimento de planilhas e aplicativos de trabalho de interesse de outras seções da Alfândega; e

XII - executar as atividades relacionadas à configuração local do sistema e-Processo.

Do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)

Art. 42. O CAC tem as seguintes atribuições:

I - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem interpretação de legislação;

II - recepcionar requerimentos, manifestações de inconformidade, impugnações e recursos voluntários, quando destinados à formalização de processos digitais (e-processos);

III - verificar a correta instrução do pedido, antes da formalização do processo, qualquer que seja o assunto, desde que tenha pertinência com as atividades da ALF/VIT, com posterior movimentação para o setor competente;

IV - fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos, quando demandados no âmbito da sua área de competência;

V - promover a ciência pessoal ao interessado de intimação e de decisão exarada em processo eletrônico;

VI - receber resposta de intimação, sempre que não houver orientação em contrário, com imediata remessa ao setor competente;

VII - registrar, no Siscomex Importação, a DSI para despacho da bagagem desacompanhada de viajante, quando cabível;

VIII - analisar as requisições de credenciamento no Sistema Mercante que se refiram aos seguintes pleitos:

a) inclusão de pessoas físicas ou jurídicas que devam atuar como intervenientes no sistema; e

b) inclusão das representações de consignatários, agências de navegação ou desconsolidadores, quando essas entidades não constarem na base de dados do sistema;

IX - orientar o administrado quanto ao acompanhamento do andamento de suas demandas em outras unidades da RFB; e

X - efetuar a recepção, triagem, separação e encaminhamento de documento aos locais de destino.

Das disposições finais e transitórias

Art. 43. Os processos que estejam pendentes de análise no Serviço de Fiscalização Aduaneira até a data de publicação desta Portaria, concernentes a pedidos de restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, suspensão ou redução de tributos, devem ser gradativamente tratados no próprio Sefia até o dia 1º de janeiro de 2016, data em que os casos porventura remanescentes serão transferidos definitivamente para o Seort.

Art. 44. As atribuições conferidas às equipes, por meio desta portaria, não limitam a competência regimental dos respectivos chefes de serviços e seções.

Art. 45. As atribuições de cada serviço, seção ou equipe podem ser remanejadas para outra subunidade organizacional da ALF/VIT, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, na medida da necessidade, da conveniência ou da oportunidade, a critério da administração da unidade local.

Art. 46. Revogam-se as Portarias ALF/VIT nº 188, de 11 de novembro de 2013; nº 45, de 22 de maio de 2014; nº 55, de 30 de junho de 2014; e nº 9, de 6 de fevereiro de 2015.

Art. 47. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando os atos eventualmente praticados em data anterior com base em suas disposições.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

PORTARIA Nº 154, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

Delega competências aos servidores da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Vitória/ES.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA/ES, no uso das atribuições previstas nos arts. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Delegar ao Inspetor-chefe Adjunto da ALF/VIT a competência para praticar, a qualquer tempo, isolada ou simultaneamente com o Inspetor-chefe, os atos de que tratam os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 2012.

Parágrafo único. Excluem-se da delegação de competência de que trata este artigo os seguintes atos, por serem incumbências privativas do Inspetor-chefe e consideradas indelegáveis por força de impedimentos constantes em legislação específica, somente podendo ser exercidos pelo Inspetor-chefe Adjunto em faltas ou impedimentos legais do Inspetor-chefe:

I - editar atos de caráter normativo (inciso I do art. 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999);

II - efetuar o julgamento de recurso administrativo ou a reconsideração de decisão administrativa interpostos nos casos em que seja o Inspetor-chefe a autoridade competente para o ato (art. 13, inciso II, e 56, da Lei nº 9.784, de 1999);

III - excluir do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), ocorrências graves ou agravadas no trânsito aduaneiro [art. 72, §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) no 248, de 25 de novembro de 2002]; e

IV - proceder ao cancelamento de declaração de importação (DI) após o desembaraço aduaneiro de mercadoria submetida a canal amarelo, vermelho ou cinza de conferência aduaneira (art. 63, § 5º, da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006).

Art. 2º Delegar competência aos Chefes de Serviços e de Seções, bem como aos seus respectivos substitutos eventuais para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - decidir sobre encaminhamento de processos e expedientes, inclusive para outras unidades administrativas;

II - exercer, cumulativamente, as competências atribuídas aos chefes de equipes e grupos vinculados à respectiva estrutura sistêmica, conforme definido em portaria específica;

III - publicar editais nos órgãos de imprensa oficial;

IV - expedir comunicados ou memorandos de rotina sobre questões atinentes às suas atribuições;

V - decidir, no âmbito das respectivas atribuições, sobre a execução e a baixa de termos de responsabilidade referentes a créditos da Fazenda Nacional constituídos em virtude da aplicação da legislação aduaneira, com ou sem fiança;

VI - dar ciência aos contribuintes, por via postal ou edital, de intimações e notificações de lançamento ou autos de infração para cobrança de créditos tributários;

VII - definir rotinas de trabalho no âmbito de suas competências e zelar pela manutenção e atualização dos manuais de procedimentos relacionados às atividades de seu setor;

VIII - expedir ofício às respectivas autoridades de controle solicitando informações com vistas a se promover o arrolamento de bens, na forma da legislação, ou mesmo comunicando o próprio arrolamento ou desarrolamento de bens;

IX - encaminhar ao Inspetor-chefe relatório gerencial mensal sobre as atividades realizadas no serviço ou seção; e

X - selecionar os estagiários que irão trabalhar em seus serviços e seções, por meio de processo seletivo que assegure a isonomia entre os candidatos, conforme dispõe o Decreto 7.203, de 4 de junho de 2010.

Art. 3º Delegar competência aos chefes de serviços, seções, equipes e núcleos de operações aduaneiras (NOA), bem como aos seus respectivos substitutos eventuais para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - definir, no âmbito de seus respectivos serviços, seções e equipes, em virtude de necessidade de planejamento e organização de trabalho, de acordo com a disponibilidade de pessoal, as atribuições afetas aos servidores subordinados;

II - determinar o arquivamento e desarquivamento de expedientes e processos afetos à sua área de atribuições, observados os prazos fixados na Tabela de Temporalidade de Documentos;

III - acompanhar a respectiva caixa de entrada de processos do sistema e-Processo, distribuindo-os para os membros de sua equipe, acompanhando o seu andamento e o seu prazo de resolução;

IV - controlar a frequência e fazer as anotações nas folhas de frequência mensal dos servidores da seção ou serviço;

V - encaminhar à Seção de Programação e Logística (Sapol) a folha de frequência mensal dos servidores de sua seção ou serviço até o quinto dia útil do mês seguinte;

VI - organizar escala de férias entre os servidores de seu serviço ou seção, evitando prejuízos ao andamento dos trabalhos; e

VII - zelar pelo patrimônio de seu serviço ou seção, comunicando ao chefe da Sapol a necessidade de reparos ou substituições, extravios detectados e todas as movimentações (saídas e entradas) de bens, assim que ocorridas.

Art. 4º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro (Sedad) e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - incluir e excluir, após autorização do Inspetor-chefe, parâmetros de seleção no módulo exportação do Siscomex (Siscomex Exportação);

II - autorizar, mediante prestação de garantia, ou negar, com respaldo em decisão fundamentada, a liberação de mercadorias importadas retidas exclusivamente em virtude de litígio fiscal, nos termos da Portaria MF nº 389, de 13 de outubro de 1976;

III - decidir sobre o registro antecipado de DI antes da descarga de mercadoria procedente diretamente do exterior (art. 17 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006);

IV - autorizar a operação de descarga direta para veículos, sob a responsabilidade do importador, de mercadorias que apresentem características especiais para seu transporte ou para armazenagem em recintos alfandegados de zona primária, submetidas a despacho aduaneiro de importação;

V - autorizar a descarga direta de mercadoria a granel, transportada em veículo procedente do exterior, para tanques, silos ou depósitos de armazenamento não alfandegados, quando o importador descumprir prazo ou formalidade previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.282, de 16 de julho de 2012;

VI - proceder ao cancelamento de declaração simplificada de importação (DSI) já registrada, nos termos da legislação específica (art. 27 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006);

VII - proceder ao cancelamento de declaração de exportação (DE) e declaração simplificada de exportação (DSE) que se encontrem na situação de averbadas, no Siscomex;

VIII - aceitar carta declaratória em substituição a conhecimento de carga extraviado, após o registro de DI, unicamente para fins de despacho aduaneiro de importação;

IX - autorizar a reposição ou substituição de bem importado, nos termos da Portaria MF nº 150, de 26 de julho de 1982;

X - vincular ao recinto 2222222, no Siscomex, os CNPJs dos exportadores autorizados a proceder a exportações sem exigência de saída do produto do território nacional, previstas na Instrução Normativa SRF nº 369, de 28 de novembro de 2003;

XI - designar órgão, entidade ou perito, mediante sistema de rodízio, para execução de perícia, conforme art. 15, § 1º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010;

XII - autorizar a substituição de perito designado, mediante nova indicação, conforme art. 16, parágrafo único, da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 2010;

XIII - designar, ad hoc, perito não credenciado, de comprovada especialização ou experiência profissional, nos termos previstos no art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010; e

XIV - reconhecer a impossibilidade de acesso ao Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e autorizar a adoção de procedimentos especiais, nos termos da legislação específica (Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006 e Instrução Normativa SRF nº 84, de 30 de dezembro de 1996).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º Delegar competência aos Chefes dos NOAs e aos seus substitutos eventuais para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - exercer as atribuições de fiscal de contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em recintos alfandegados de zona secundária;

II - autorizar a conferência física de mercadorias cuja declaração de importação tenha sido selecionada para o canal amarelo no Siscomex, em hipóteses diferentes daquela que já é prevista no art. 25, parágrafo único, da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006;

III - autorizar a verificação de mercadoria no estabelecimento do importador ou em outro local adequado, nos termos do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 680, de 2006;

IV - autorizar a entrega de mercadorias pelo recinto alfandegado, nos casos que dependam de retificação de declaração de importação já desembaraçada, cuja execução não seja possível por problema operacional no Siscomex ou no módulo de controle de carga aquaviária do Siscomex (Siscomex Carga);

V - autorizar a realização de despacho de exportação no domicílio do interessado, conforme disposto no art. 13, inciso III, da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994;

VI - autorizar pedido de prorrogação de prazo de permanência de mercadoria no regime de entreposto aduaneiro, de acordo com a legislação aplicável; e

VII - autorizar a verificação prévia de mercadoria importada, nos termos do art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 680, de 2006.

Art. 6º Delegar competência ao chefe da Equipe de Controle de Regimes Aduaneiros Especiais (Eqrae) e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - exercer as funções de gestão técnica e administrativa, além da distribuição dos pedidos de concessão, prorrogação, extinção e controle dos regimes aduaneiros especiais de admissão temporária e de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro);

II - autorizar o depósito de bens submetidos ao regime de Repetro em locais não alfandegados, pelo prazo necessário ao retorno à atividade ou à adoção das providências para a extinção do regime (artigo 34 da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013);

III - invalidar, por meio de parecer fundamentado, decisões administrativas referentes à admissão temporária e ao Repetro, quando manifestamente eivadas de vício;

IV - dispensar, em casos justificados, a apresentação dos bens e a verificação física no despacho para consumo de mercadoria ingressada no País sob o regime aduaneiro especial de admissão temporária, incluindo o Repetro, ou de admissão temporária para aperfeiçoamento ativo; e

V - vincular ao recinto 2222222, no Siscomex, os CNPJs dos exportadores autorizados a proceder a exportações sem exigência de saída do território nacional de bens destinados ao Repetro, conforme previsto na Notícia Siscomex Exportação nº 19, de 7 de agosto de 2001.

Art. 7º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício no Sedad para:

I - decidir sobre pedido de registro da declaração de exportação após o embarque dos produtos indicados no art. 52, parágrafo único, da Instrução Normativa SRF nº 28, de 1994, em conformidade com os requisitos previstos no art. 55 daquela norma e em ato específico da ALF/VIT;

II - selecionar ou dispensar embarcação, para efeito de arqueação;

III - recepcionar a comunicação de descarga direta de que trata o art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.282, de 2012; e

IV - decidir sobre o acompanhamento presencial da quantificação de mercadorias, quando for o caso, com base em critérios de risco e relevância, tendo por referência o art. 25 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 2010.

Art. 8º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício no Sedad e na Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros (Sapea) para:

I - decidir sobre pedido de desembaraço de mercadorias, quando a conclusão da conferência aduaneira dependa unicamente do resultado de análise laboratorial, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade e Entrega de Mercadoria Objeto de Ação Fiscal, pelo qual o importador será informado que a importação se encontra sob procedimento fiscal de revisão interna, nos termos da legislação específica (art. 48, § 4º, da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006);

II - efetuar o bloqueio e o desbloqueio de carga relativa ao conhecimento eletrônico (CE) ou item de carga, em conformidade com o art. 44, §5º, da Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007;

III - proceder ao cancelamento de DE e DSE que não se encontrem na situação de averbadas no Siscomex, dentro da área de atribuição de cada equipe;

IV - autorizar a transferência de regime aduaneiro, observada a legislação que disciplina a matéria (Instrução Normativa SRF nº 121, de 11 de janeiro de 2002);

V - decidir sobre a realização de perícia técnica solicitada pelo importador, exportador, transportador ou depositário, bem como designar o profissional ou a entidade credenciados pela RFB para sua execução, com o objetivo de identificar ou quantificar mercadoria importada ou a exportar (art. 15, § 1º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 2010);

VI - conceder, prorrogar, extinguir e exercer o controle sobre os regimes aduaneiros especiais, observadas as atribuições dos respectivos serviços, seções e equipes de lotação (art. 302, inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012); e

VII - decidir sobre o reconhecimento de imunidades e de isenções, redução e suspensão de tributos, observadas as atribuições dos respectivos serviços, seções e equipes de lotação (art. 302, inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012).

Art. 9º Delegar competência ao chefe do Serviço de Fiscalização Aduaneira (Sefia) e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - emitir e alterar Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF), conforme previsão existente no art. 7º, § 3º, inciso VII, da Portaria RFB nº 1.687 de 17 de setembro de 2014, no âmbito de sua área de atribuição, com posterior comunicação ao chefe da unidade; e

II - encaminhar, nos casos de constatação de fatos que possam configurar ilícitos tributários relacionados com as atividades de fiscalização de tributos internos, bem como nos de detecção de indícios de infrações relativas à fiscalização aduaneira em zona secundária, os elementos probatórios ou indiciários e o relatório circunstanciado à unidade da RFB de fiscalização com jurisdição sobre o domicílio do contribuinte.

Art. 10. Delegar competência aos Auditores-Fiscais em exercício no Sefia para decidir quanto à habilitação de ofício para operação no Siscomex, caso os procedimentos de análise do requerimento não sejam concluídos no prazo regulamentar, independentemente de manifestação do interessado, nos termos do art. 17, § 3º, da Instrução Normativa SRF nº 1.288, de 31 de agosto de 2012.

Art. 11. Delegar competência ao Chefe do Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro (Sevig) e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - reconhecer a impossibilidade de acesso ao Siscomex Carga e autorizar a adoção dos procedimentos de contingência, nos termos da legislação específica (Instrução Normativa RFB nº 835, de 28 de março de 2008);

II - decidir sobre pedidos de reconsideração do indeferimento de pedidos de retificações de CE e de manifesto eletrônico;

III - decidir sobre pedidos de transferência de cargas de importação para recintos alfandegados, em casos não previstos nos atos normativos;

IV - decidir sobre pedidos de redestinação ou de devolução à origem de mercadorias importadas, nos casos de erro manifesto ou comprovado de expedição;

V - decidir sobre o procedimento de autorização de entrega, no Siscomex Carga, quanto aos pedidos de baldeação de material sobressalente para reposição a bordo de embarcação, importado com a emissão de CE;

VI - decidir sobre o procedimento de entrega, no Siscomex Carga, decorrente de pedido de embarque de mercadorias destinadas a provisão de bordo ou a venda em navio estrangeiro em viagem de cruzeiro marítimo, importadas ao amparo de CE;

VII - autorizar, em casos excepcionais e desde que justificados, o acesso a navios fundeados na barra e a prestação de serviços por meio de embarcação pelo lado de mar;

VIII - autorizar, nos termos do art. 52 do Decreto 6.759, de 2009, a descarga de mercadoria em local diverso do indicado no manifesto, quando o novo porto de descarga estiver no controle da jurisdição da ALF/VIT;

IX - decidir sobre pedidos de retificação de CE no Siscomex Carga, relacionados com a descarga de mercadoria em local diverso do indicado no manifesto, nos termos do art. 52 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

X - designar funcionário para acompanhamento fiscal de mercadoria em operação de trânsito aduaneiro, nos termos do art. 333, §1º, inciso II, do Decreto 6.759, de 2009;

XI - autorizar, a pedido do importador, o início ou retomada do despacho aduaneiro, antes de aplicada a pena de perdimento da mercadoria considerada abandonada, conforme disposições do art. 18 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, combinada com os arts. 2º e 3º da Instrução Normativa SRF nº 69, de 1999, e arts. 643 e 645 do Decreto nº 6.759, de 2009, observadas as demais normais legais e regulamentares sobre a matéria;

XII - assinar o edital de intimação de que tratam o art. 1º, inciso I, e o art. 2º da Portaria MF nº 159, de 3 de fevereiro de 2010;

XIII - declarar o abandono do bem, quando ocorridas as hipóteses previstas no art. 1º, inciso II, alínea "a", e no art. 2º, caput, da Portaria MF nº 159, de 2010;

XIV - emitir Ordem de Vigilância e Repressão (OVR), para fins de execução e controle das operações de vigilância e de repressão no âmbito do Sevig;

XV - cadastrar os parâmetros locais para os bloqueios automáticos no Siscomex Carga, após autorização do Inspetor-chefe (art. 35, § 2º, do Ato Declaratório Executivo Corep no 3, de 28 de março de 2008);

XVI - conceder a aplicação do regime especial de admissão temporária a material constante de inventário de navio de bandeira estrangeira que realiza transporte marítimo internacional, para testes, consertos, reparo ou restauração (art 5º, incisos I, V e VI, da Instrução Normativa RFB nº 1.361, de 21 de maio de 2013);

XVII - conceder o regime aduaneiro especial de admissão temporária às embarcações de viajantes não residentes, quando adentradas no território aduaneiro por meios próprios;

XVIII - autorizar a prorrogação do prazo de permanência e extinção do regime ao qual se refere o inciso anterior (art. 13, § 1º, inciso II, e art. 95, §§ 4º e seguintes, da Instrução Normativa RFB nº 1.361, de 2013);

XIX - emitir o Relatório Mensal Ações de Vigilância (RAV mensal) e o Relatório Mensal de Ações de Vigilância na Faixa de Fronteira e Operações de Repressão; e

XX - autorizar, em operação de repressão ao contrabando ou descaminho, que a verificação das mercadorias ou de bagagem seja feita mediante amostragem de volume, nos termos do art. 10 da Instrução Normativa SRF nº 205, de 25 de setembro de 2002.

Art. 12. Delegar competência aos Auditores-Fiscais lotados no Sevig para:

I - autorizar no Siscomex Carga a saída de mercadoria amparada por processo judicial sem registro de DI ou DSI eletrônica (art. 39, § 4º, da Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007);

II - conceder o regime especial de trânsito aduaneiro, nas hipóteses atribuídas ao Sevig;

III - cancelar declaração de trânsito de contêiner, por solicitação do beneficiário formalizada em processo, ou de ofício, justificando a medida (art. 54 da Instrução Normativa SRF nº 248, de 2002);

IV - excluir ocorrências leves e médias no módulo trânsito do Siscomex (Siscomex Trânsito), por meio de processo administrativo, justificando a medida (art. 72, § 4º da Instrução Normativa SRF nº 248, de 2002);

V - determinar que se proceda à ação fiscal pertinente, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de conferência dos volumes, de verificação da mercadoria, ou de aplicação de procedimento aduaneiro especial (art. 41 da Instrução Normativa SRF nº 248, de 2002);

VI - habilitar empresas interessadas em transportar mercadorias sob o regime de trânsito aduaneiro, mediante aceitação de Termo de Responsabilidade para Trânsito Aduaneiro, nos termos dos arts. 9º e 20 da Instrução Normativa SRF nº 248, de 2002;

VII - aceitar e incluir no Siscomex Trânsito, ou recusar em decisão fundamentada, a garantia prestada pelo transportador, nos termos do art. 22 da Instrução Normativa SRF nº 248, de 2002;

VIII - aceitar, mediante petição específica e com registro no Siscomex Trânsito, pedidos de exclusão das garantias a que se refere o inciso anterior; e

IX - decidir sobre o acompanhamento presencial da quantificação de mercadorias, com base em critérios de risco e relevância, quando essa providência for conveniente para a eficácia de operação de vigilância ou repressão, tendo por referência o art. 25 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 2010.

Art. 13. Delegar competência aos Auditores-Fiscais e Analistas Tributários lotados no Sevig para:

I - efetuar, no Siscomex Carga, os bloqueios dos CE de cargas em situação de abandono;

II - indisponibilizar e disponibilizar o número identificador de carga (NIC), no Siscomex, cuja carga seja de interesse fiscal, justificando a adoção da medida;

III - efetuar, no Siscomex Carga, o procedimento de desbloqueio, no caso de bloqueio automático de manifesto, CE ou item de carga;

IV - deferir ou indeferir solicitação de retificação de CE; e

V - efetuar o bloqueio e o desbloqueio de escala, manifesto, CE ou item de carga, em conformidade com o art. 44, § 5º, da Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007.

Art. 14. Delegar competência ao chefe do Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort) e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - formular consultas internas [Ordem de Serviço nº 1, de 17 de setembro de 2007, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07)];

II - formular e expedir comunicações endereçadas às Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional e às Procuradorias Seccionais da União, para encaminhamento de subsídios necessários à defesa da União em processos judiciais;

III - requisitar documentos e informações às Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional e às Procuradorias Seccionais da União, para instruir processos de interesse desta Unidade;

IV - negar seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, no âmbito de suas atribuições, quando não atendidos os requisitos legais; e

V - reconhecer o direito creditório de valor igual ou inferior a R$ 500.000,00 em processos que tenham por objeto a restituição ou compensação de tributos pagos a maior ou indevidamente.

Art. 15. Delegar competência ao Chefe da Sapea e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - autorizar a submissão de despachos aduaneiros aos procedimentos especiais de controle previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011, nos termos do art. 3º, inciso I, daquela norma;

II - dispensar a instauração de procedimentos especiais em despachos direcionados para o canal cinza de conferencia aduaneira, nos casos previstos na legislação;

III - autorizar, a pedido do importador, a retomada do despacho aduaneiro interrompido por ação ou omissão do importador ou de seu representante, antes de aplicada a pena de perdimento da mercadoria, nos casos de procedimentos fiscais conduzidos pela Sapea (art. 18 da Lei nº 9.779, de 1999, combinado com os arts. 2º e 3º da Instrução Normativa SRF nº 69, de 1999, e arts. 643 e 645 do Decreto nº 6.759, de 2009);

IV - decidir sobre pedido de desdobramento de conhecimento de carga, para fins de registro de mais de uma declaração de importação, nos casos em que o despacho aduaneiro de importação já tenha sido iniciado dentro de sua área de atribuição (art. 67, parágrafo único, da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006);

V - determinar a conferência física das mercadorias cuja DI, recebida pela Sapea, tenha sido selecionada para os canais verde ou amarelo, e ainda das cargas que tiveram os seus CE bloqueados pela Sapea;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - encaminhar, nos casos de constatação de fatos que possam configurar ilícitos tributários relacionados com as atividades de fiscalização de tributos internos, bem como nos de detecção de indícios de infrações relativas à fiscalização aduaneira em zona secundária, os elementos probatórios ou indiciários e o relatório circunstanciado à unidade da RFB de fiscalização com jurisdição sobre o domicílio do contribuinte (artigo 15 da Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 2011); e

VII - autorizar o cancelamento de DSI, para os despachos conduzidos pela Sapea, nos termos do art. 27 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 2006.

Art. 16. Delegar competência aos Auditores-Fiscais lotados na Sapea para:

I - efetuar o bloqueio e desbloqueio de declaração de importação no Siscomex;

II - efetuar o bloqueio e o desbloqueio de CE ou item de carga, em conformidade com o art. 44, § 5º, da Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007; e

III - efetuar o redirecionamento de DI parametrizada no canal verde para os canais amarelo e vermelho de conferencia aduaneira;

Art. 17. Delegar competência ao Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat) e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - remeter processos à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), para fins de inscrição de débitos em dívida ativa da União, no âmbito de sua competência;

II - remeter processos para as Delegacias de Julgamento, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a Câmara Superior de Recursos Fiscais e a Procuradoria da Fazenda Nacional;

III - assinar ofícios endereçados à Caixa Econômica Federal, destinados à obtenção de informações sobre a situação de depósitos judiciais ou extrajudiciais, bem como ao encaminhamento das guias de levantamento de depósitos de que trata a Instrução Normativa SRF nº 421, de 10 de maio de 2004;

IV - decidir sobre pedidos de levantamento de depósito e conversão em renda da União, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, e do art. 45 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972;

V - assinar as guias de levantamento de depósitos de que trata a Instrução Normativa SRF nº 421, de 2004;

VI - requisitar documentos e informações às Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional e às Procuradorias Seccionais da União, para instruir processos de interesse desta Unidade;

VII - assinar ofícios de encaminhamento de propostas de medida cautelar fiscal às Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional, bem como de conversão de depósito em renda da União em processos judiciais;

VIII - dar ciência aos contribuintes, por via postal ou edital, de decisões da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e da Câmara Superior de Recursos Fiscais;

IX - remeter representação fiscal para fins penais ao Ministério Público Federal; e

X - expedir ofício ao banco depositário, ao fiador ou à empresa de seguros, na hipótese de extinção da garantia, nos termos e condições do artigo 12, §2º, da Instrução Normativa SRF nº 228, de 21 de outubro de 2002.

Art. 18. Delegar competência ao Chefe da Seção de Tecnologia da Informação (Satec) e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, decidir quanto ao pedido de vinculação do registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de viajante ao CPF de despachante, respaldado na suficiência de documentação apresentada pelo requerente, com o objetivo de permitir o registro de declaração para amparar o despacho de bagagem desacompanhada.

Art. 19. Delegar competência ao Chefe da Seção de Programação e Logística (Sapol) e, em suas faltas ou impedimentos legais, ao seu substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - assinar autorização para compras e fornecimentos de serviços e obras;

II - autorizar a movimentação em serviço dos veículos oficiais a serviço da Alfândega; e

III - autorizar a retirada de material a ser incorporado ao patrimônio da ALF/VIT em outras unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 20. Qualquer superior hierárquico detém todas as competências delegadas a seus subordinados, podendo, inclusive, exercê-las concomitantemente com eles.

Art. 21. Os atos praticados com base nesta Portaria devem observar o disposto na legislação vigente, assim como os princípios de direito administrativo, em especial os da legalidade, impessoalidade e eficiência.

Art. 22. Todas as decisões, despachos e documentos lavrados de acordo com as competências e atribuições ora delegadas devem citar expressamente, após a assinatura, o número desta Portaria e a data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 23. As comissões permanentes formadas no âmbito desta Alfândega são regidas pelas portarias que as constituem.

Art. 24. A prática pelo chefe desta Unidade, a qualquer momento e a seu critério, dos atos relativos às competências e atribuições delegadas por meio desta Portaria não implica sua revogação parcial ou total.

Art. 25. A revogação ou alteração dos atos legais ou normativos citados nesta Portaria, desde que a competência original seja mantida pelo ato superveniente, não revoga as delegações ora estabelecidas.

Art. 26. Revoga-se a Portaria ALF/VIT nº 123, de 18 de dezembro de 2012.

Art. 27. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando os atos eventualmente praticados em data anterior com base em suas disposições.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

Declara inapta a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição nº 03.792.277/0001-92 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa LE & LA PRODUÇÕES E PROPAGANDA LTDA, por não haver sido localizada no endereço do CNPJ, tendo em vista o disposto no inciso II, do artigo 37, da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014 e ainda o que consta do processo administrativo nº 10730.722819/2015-25.

Art. 2º. Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE, em virtude do contido na alínea "b", do inciso I, do § 3º do art. 43, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

DANIELLE DE LIMA CARVALHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Declara inapta a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição nº 03.653.873/0001-91 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa VIRADAS MAR PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS GERAIS LTDA, por não haver sido localizada no endereço do CNPJ, tendo em vista o disposto no inciso II, do artigo 37, da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014 e ainda o que consta do processo administrativo nº 10730.722175/2015-75.

Art. 2º. Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE, em virtude do contido na alínea "b", do inciso I, do § 3º do art. 43, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

DANIELLE DE LIMA CARVALHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 18.358.247/0001-40 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa MAGNIFICA CONFEITARIA E PADARIA LTDA, por haver sido constatado vício no ato cadastral do estabelecimento, tendo em vista o disposto no inciso II, do artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014 e ainda o que consta do processo administrativo nº 13014.720075/2015-98.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no § 2º do art.33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

DANIELLE DE LIMA CARVALHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

Declara inapta a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição nº 05.290.581/0001-67 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa K R CONSERVADORA LTDA-ME, por não haver sido localizada no endereço do CNPJ, tendo em vista o disposto no inciso II, do artigo 37, da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014 e ainda o que consta do processo administrativo nº 10730.722929/2015-97.

Art. 2º. Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE, em virtude do contido na alínea "b", do inciso I, do § 3º do art. 43, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

DANIELLE DE LIMA CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza a utilização de procedimentos diferenciados pela empresa Pop Cargo shows e eventos LTDA - ME.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e o disposto no art. 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.361, de 21 de maio de 2013, declara:

Art. 1º Fica a empresa POP CARGO SHOWS E EVENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.717.690/0001-06, autorizada a utilizar os procedimentos diferenciados estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1.361, de 2013, para o despacho aduaneiro de admissão temporária e de reexportação de bens destinados à exibição desportiva internacional denominada "MC LAREN PADDOCK CLUB DO GRANDE PRÊMIO DO BRASIL DE FÓRMULA 1 - 2015", a realizar-se no período de 13 a 15 de novembro de 2015, no autódromo José Carlos Pace (Interlagos), em São Paulo/ SP.

Art. 2º A operação de que trata o art. 1º fica condicionada à liberação por outros órgãos da Administração Pública, quando se tratar de bens sujeitos a seu controle.

Art. 3º Em conformidade com o disposto no inciso I do art. 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.361, de 2013, fica fixado como prazo para a permanência dos bens no país o período de 06 (seis) meses, prorrogáveis automaticamente por mais 06 (seis) meses.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação

ANTONIO ANDRADE LEAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 19, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, em razão do pedido do contribuinte BACARDI MARTINI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 59.104.737/0001-05, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0002, localizado na Rua Martini, n° 292 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.723237/2015-84, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 22.800 (vinte e dois mil e oitocentos) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
JIM BEAM WHITE BOURBON WHISKEY	Caixa com 12 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade até 8 anos	1.900	22.800

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA DE CASTRO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 539, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Cancela certidão de regularidade fiscal.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 302, 305 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, alterada pela Portaria MF nº 512 de outubro de 2013, publicada no DOU de 4 de outubro de 2013, e RFB nº 1403 de 3 de outubro de 2013, publicada no DOU de 4 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certidão Conjunta de Regularidade Fiscal expedida sob o Código de Controle nº 4ACC.83B1.3867.863C, em favor de CENTURION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 67.668.194/0001-79, emitida às 16:54:55 de 11/08/2015, tendo em vista emissão indevida, conforme Dossiê 10010.022628/0915-52.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Declaram a baixa de ofício de pessoas jurídicas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA-ADJUNTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Nº 169 - Baixar de ofício a inscrição nº 19.548.337/0001-66, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa CANEDA DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA-EPP, retroativo à data de 16/01/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 19515.720577/2015-54.

Nº 170 - Baixar de ofício a inscrição nº 19.844.467/0001-46, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa IRIDIUM COMERCIAL EMBALAGENS E ELETRÔNICOS LTDA - EPP , retroativo à data de 28/11/2012. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 19515.720580/2015-78.

Nº 171 - Baixar de ofício a inscrição nº 20.650.001/0001-99, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa HOME END COMERCIAL EIRELI - ME, retroativo à data de 16/07/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 16561.720070/2015-57.

Nº 172 - Baixar de ofício a inscrição nº 96.268.990/0001-12, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa TRUCKS COMÉRCIO DE METAIS LTDA, retroativo à data de 01/01/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 16561.720067/2015-33.

Nº 173 - Baixar de ofício a inscrição nº 20.093.475/0001-87, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa M.C.C. JUNIOR INFORMÁTICA - EPP, retroativo à data de 16/04/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 16561.720073/2015-91.

Nº 174 - Baixar de ofício a inscrição nº 18.462.048/0001-87, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa FACIOLI - COMÉRCIO ATACADISTA DE COUROS - EIRELI, retroativo à data de 01/01/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 16561.720063/2015-55.

Nº 175 - Baixar de ofício a inscrição nº 20.789.886/0001-01, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa CONTINENTAL PLASTIC COMERCIALIZAÇÃO DE EMBALAGENS EIRELI - EPP, retroativo à data de 07/08/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 16561.720069/2015-22.

Nº 176 - Baixar de ofício a inscrição nº 20.736.198/0001-83, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa JR COMM COMÉRCIO DE TERMOPLASTICOS EIRELI - EPP, retroativo à data de 30/07/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 16561.720072/2015-46.

Nº 177 - Baixar de ofício a inscrição nº 20.339.734/0001-07, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa COTONLIMP COMERCIAL LTDA - EPP, retroativo à data de 28/05/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 16561.720065/2015-44.

Nº 178 - Baixar de ofício a inscrição nº 19.872.094/0001-17, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa BRUSQUE COMERCIAL EIRELI - EPP, retroativo à data de 13/03/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 16561.720068/2015-88.

Nº 179 - Baixar de ofício a inscrição nº 20.339.749/0001-75, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa PAULODESC COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS LTDA - EPP, retroativo à data de 28/05/2014. A presente declaração de baixa baseia-se no fato de ter sido constatada sua inexistência de fato, nos termos do artigo 80, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.430 de 1996, na redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009 e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 2014 com alterações posteriores, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 16561.720066/2015-99.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

ROSA MARIA SARAIVA

SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Cancela o contribuinte no registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 4º da Portaria DEFIS/SPO nº 140, de 26 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2014, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Cancelado, o Registro Especial de USUÁRIO- UP-08190/01427, concedido pelo ADE nº 01427/2010 de 27/08/2010, publicado no DOU em 30/08/2010 - Processo Nº 18186.002058/2010-11, para a empresa MANDE PUBLICAÇÃO DE JORNAIS E REVISTAS LTDA - ME estabelecida à Rua Estado de Israel, 713 - 2º andar- CEP 04022-002, São Paulo.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RODRIGO POLI

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Altera a Instrução Normativa STN nº 2, de 2 de fevereiro 2012.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e observadas as disposições da Constituição da República, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, dos demais diplomas legais que regem as transferências voluntárias, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º. Os artigos 7º, 8º, 9º e 10 da Instrução Normativa STN nº 2, de 2 de fevereiro 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º A atualização do Serviço Auxiliar observará a modalidade automática, que é caracterizada pela captação diária de informações fiscais, de acesso público, emitidas por órgãos ou entidades federais, em função de cadastros ou sistemas por esses geridos e atualizados.

§ 1º A disponibilização dos dados atualizados no Serviço Auxiliar, na forma deste artigo, ocorrerá um dia útil após a captação diária de registros fornecidos pelos cadastros e sistemas de que trata o caput.

§ 2º (REVOGADO)

§ 3º Para a integração do Serviço Auxiliar com os cadastros ou sistemas provedores das informações poderá ser utilizado, quando necessário, o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF).

§ 4º (REVOGADO)

§ 5º Todas as informações fiscais a serem disponibilizadas no Serviço Auxiliar deverão espelhar prazos de validade que sejam compatíveis com a natureza do requisito fiscal, a frequência e o método de sua atualização por parte dos cadastros e sistemas responsáveis pela informação, bem como o critério de pesquisa utilizado.

Art. 8º Para os efeitos de atualização do Serviço Auxiliar:

§ 1º Serão considerados os seguintes cadastros e sistemas federais de registro de adimplência:

I - os sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) responsáveis pela emissão da "Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União" de que trata a Portaria PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014"; (NR)

II - (excluído);

(...)

IV - o Sistema da Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF) sobre "Regularidade em Relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos Concedidos pela União"; (NR)

(...)

§ 2º Serão considerados os seguintes sistemas subsidiários federais de registro de informações de caráter declaratório de natureza contábil, financeira ou fiscal:

I - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF), para coleta de informações contábeis e fiscais, para verificação do "Encaminhamento das Contas Anuais para a Consolidação do Balanço Geral do Exercício", da "Publicação de Relatório de Gestão Fiscal", da "Publicação de Relatório Resumido da Execução Orçamentária" e para a "Comprovação do exercício da plena competência tributária"; (NR)

(...)

Art. 9º O Serviço Auxiliar resumirá as seguintes informações fiscais, organizadas em grupos e itens de informação:

I - "Obrigações de Pagamento" (itens "1.1", "1.3", "1.4" e "1.5"); (NR)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(...)

Art. 10. As informações a serem disponibilizadas pelo Serviço Auxiliar terão escopo, origem, validade e modo de atualização, conforme discriminado a seguir:

I - item "1.1": "Regularidade quanto a Tributos Federais, a Contribuições Previdenciárias e à Dívida Ativa da União", conforme dados da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União de que trata a Portaria PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, fornecida pelos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com fundamento na alínea "a" do inciso IV do § 1° do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no inciso IV do art. 27, no art. 29 e no art. 116, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no § 3° do art. 195 da Constituição Federal, sendo válida a informação no prazo e condições da respectiva certidão e utilizada a modalidade de atualização automática; (NR)

II - (excluído);

(...)

VII - item '3.1': 'Publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)', de cada um dos Poderes e órgãos elencados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no prazo de até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre ou semestre, com fundamento nos arts. 54, 55 e 63, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com validade até a data-limite de publicação do Relatório subsequente, utilizada a modalidade de atualização automática, com dados recebidos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI); (NR)

VIII - item '3.2': 'Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)', no prazo de até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, com fundamento nos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com validade até a data-limite de publicação do relatório subsequente, utilizada a modalidade de atualização automática, com dados recebidos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI); (NR)

IX - item '3.3': 'Encaminhamento das Contas Anuais', para a consolidação das contas dos Entes da Federação relativas ao exercício anterior, com fundamento no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, cujo registro é procedido pela Secretaria do Tesouro Nacional com base na Declaração das Contas Anuais (DCA) gravada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), com validade até as datas de 30 de abril do exercício subsequente, para os Municípios, e de 31 de maio, para Estados ou Distrito Federal, sendo utilizada a modalidade de atualização automática; (NR)

X - item '4.1': 'Exercício da Plena Competência Tributária', que se constitui no cumprimento da obrigação de instituir, de prever e de arrecadar os impostos de competência constitucional do Ente Federativo a que se vincula o convenente, com fundamento no parágrafo único do art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com validade até 30 de abril do exercício subsequente, para os Municípios, e até 31 de maio do exercício subsequente, para os Estados e para o Distrito Federal, e utilizada a modalidade de atualização automática, com dados recebidos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI); (NR)

(...)

XII - item '4.3': 'Aplicação Mínima de Recursos na Área da Saúde', que se constitui na aplicação anual, em ações e serviços públicos de saúde, dos percentuais mínimos da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências federais, com fundamento no art. 198, § 2o, da Constituição Federal, art. 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e art. 25, § 1o, inciso IV, alínea "b", da Lei Complementar no 101, de 2000, cujos dados do exercício encerrado devem ser fornecidos pelo convenente ao Ministério da Saúde (MS), para processamento pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde do Ministério da Saúde (SIOPS), sendo a informação com validade diária, consoante informações recebidas do SIOPS, e utilizada a modalidade de atualização automática;

(...)

§ 3º (excluído)

(...)

§ 6º Eventual cancelamento de certidão ou alteração de informação espelhados no Serviço Auxiliar por força de decisão administrativa ou judicial será de responsabilidade do próprio órgão ou entidade federal responsável pela atualização do cadastro ou sistema do respectivo registro, caso em que caberá ao convenente adotar providências diretamente perante o órgão ou entidade referidos.

(...)"

Art. 2º. O artigo 13 da Instrução Normativa STN nº 2, de 2 de fevereiro 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. É responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios manter atualizadas as respectivas listas de CNPJs que contenham as denominações completas e os números de inscrição de cada entidade da Administração indireta e, enquanto não for implementada atualização automática, nos moldes do artigo 13-A, também de cada órgão da Administração direta, para viabilizar os critérios de pesquisa do Serviço Auxiliar."

Art. 3º A Instrução Normativa STN nº 2, de 2 de fevereiro 2012, passa a vigorar acrescida do Artigo 13-A, com a seguinte redação:

"Art. 13-A. A Secretaria do Tesouro Nacional desenvolverá, com a colaboração da Receita Federal do Brasil (RFB), mecanismo de atualização automática da relação de números de inscrição no CNPJ dos órgãos da Administração direta vinculados aos entes da Federação, com base nos dados recebidos diariamente, por meio eletrônico, da RFB.

Parágrafo único. Após a implementação da atualização automática de que trata o caput, todas as inclusões, exclusões e alterações dos órgãos a que se refere não mais se darão por meio de solicitação via ofício à STN, mas da atualização cadastral na base de dados do CNPJ, a ser solicitada junto à RFB."

Art. 4º. Fica revogado o artigo 14 da Instrução Normativa STN nº 2, de 2 de fevereiro 2012.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA SAINTIVE

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 611, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, a Portaria MF nº 102, de 08 de abril de 2010 e a Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 20.10.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h30 às 12h00;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 21.10.2015;

V - data da liquidação financeira: 21.10.2015;

VI - data-base das NTN-B: 15.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

X - quantidade para o público: até 650.000 de títulos, cujo(s) vencimento(s) está(ão) listado(s) abaixo;

XI - características da emissão:

a) Grupo 1

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2019	1.000,00	6,00	Até 500.000	Público
NTN-B	760199	15.05.2023	1.000,00	6,00	Até 500.000	Público

b) Grupo 2

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2035	1.000,00	6,00	Até 150.000	Público
NTN-B	760199	15.05.2055	1.000,00	6,00	Até 150.000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

Art. 3º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Código Selic	Data-base do VNA	VNA (R$)
NTN-B	760199	15.07.2000	2.710,406448

Art. 4º As instituições credenciadas a operar com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 19, de 27 de janeiro de 2015, e da Portaria nº 74, de 4 de fevereiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 15º, inciso I da referida Portaria, que consistirá na aquisição de NTN-B com as características apresentadas abaixo:

I - data da operação especial: 20.10.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 21.10.2015 e;

V - características da emissão:

a) Grupo 1

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-B	760199	15.05.2019	1.000,00	6,00	100.000
NTN-B	760199	15.05.2023	1.000,00	6,00	100.000

b) Grupo 2

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-B	760199	15.05.2035	1.000,00	6,00	30.000
NTN-B	760199	15.05.2055	1.000,00	6,00	30.000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 5º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 4º corresponderá a 20% (vinte por cento) da quantidade ofertada ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º. A quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 5º do Ato Normativo Conjunto nº 29, obedecerá a seguinte proporção:

I - 40% (quarenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 16 (grupo 1) da referida Portaria e;

II - 60% (sessenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 16 e as corretoras ou distribuidoras independentes que tenham atingido a meta estabelecida no art. 21 (grupo 2) da referida Portaria.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 5º, § 1º, do Ato Normativo Conjunto nº 29, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 619, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 123, de 23 de abril de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria nº 143, de 12 de março de 2004, e na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 310.222 (trezentos e dez mil, duzentos e vinte e dois) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 29.281.160,32 (vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e um mil, cento e sessenta reais e trinta e dois centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 21/15, 191/15, 205/15 e 212/15 a 215/15:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)
01/07/2014	94,14	15 anos	3% a.a.	201	18.922,14
01/08/2014	94,23	15 anos	3% a.a.	36.612	3.449.948,76
01/10/2014	94,36	5 anos	6% a.a.	263.026	24.819.133,36
01/09/2015	95,54	5 anos	6% a.a.	3.915	374.039,10
01/10/2015	95,72	15 anos	3% a.a.	6.468	619.116,96
Total				310.222	29.281.160,32

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 1.275, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Susep, por meio da Portaria Susep/Dirat n. 259, de 7 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.004488/2015-44, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ITAÚ SEGUROS S.A., CNPJ n. 61.557.039/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de agosto de 2015:

I - Redução do capital social em R$ 1.298.000.000,00, passando-o para R$ 3.767.415.107,01, representado por 187.410.362 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 182.564.408 ordinárias e 4.845.954 preferenciais; e

II - Alteração do artigo 3° e consolidação do estatuto social.

Art. 2° Ressaltar que a redução de capital social descrita no inciso I do artigo 1° somente se tornará efetiva após decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo 174 da Lei n. 6.404, de 1976, contado a partir de 22 de setembro de 2015.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO CABRAL KELLY

PORTARIA Nº 1.276, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Susep, por meio da Portaria Susep/Dirat n. 259, de 7 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.001334/2015-09, 1541.004299/2015-71, 15414.004482/2015-77 e 15414.004687/2015-52, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 92.661.388/0001-90, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 30 de março de 2015 e nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 16 de julho de 2015, 31 de agosto de 2015 e 24 de setembro de 2015:

I - Criação do conselho de administração e eleição de seus membros;

II - Destituição e eleição de administradores;

III - Redução do capital social em R$ 1.841.000.000,00, passando-o para R$ 2.693.817.637,71, representado por 887.370.716 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

IV - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2° Ressaltar que a redução de capital social descrita no inciso III do artigo 1° somente se tornará efetiva após decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo 174 da Lei n° 6.404, de 1976, contado a partir de 22 de setembro de 2015.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO CABRAL KELLY

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.727, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e nos termos dos artigos 1º, I e 2º, XIII e §1º da referida lei, resolve, conceder a declaração da condição de anistiado político aos ex-vereadores constantes da listagem desta Portaria compelidos, por força de Ato Institucional, a exercerem gratuitamente seus mandatos, bem como conceder a contagem de tempo de serviço referente aos períodos abaixo mencionados, para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, nos termos do despacho exarado pelo Presidente da Comissão de Anistia.

Qtd.	Requerimento	Anistiado	CPF	Início	Fim
1	2003.01.19826	Dionisio Alves Nunes	074.392.371-53	27/10/1965	04/01/1971
2	2003.01.24181	Afonso Ferreira de Assis	025.573.984-20	31/01/1970	04/07/1975
3	2003.01.24380	Valdemar Jose de Souza	009.486.084-04	27/10/1965	31/12/1966
4	2003.01.27987	Jose Damasceno Fontenele	010.719.473-20	27/10/1965	31/12/1970
5	2003.01.30065	Vicente Pereira dos Santos	005.023.913-91	24/03/1971	31/01/1973
6	2003.01.30134	Pedro de Alcantara Bandeira	022.743.613-04	31/01/1971	04/07/1975
7	2003.01.30209	Elias Saraiva Santos	004.990.133-87	27/10/1965	31/12/1972
8	2003.01.32672	Darci Cunha Soares	017.538.601-30	01/01/1973	04/07/1975
9	2003.01.32686	Deuzelina Oliveira Nascimento	044.980.201-97	31/01/1967 01/01/1973	31/12/1970 04/07/1975
10	2003.01.32879	Telmo Brescovici	036.890.349-49	01/01/1969	04/07/1975
11	2003.01.33194	Benjamim Dantas Xavier	046.378.793-53	27/10/1965	25/03/1967
12	2003.01.36175	Didima Barbosa de Oliveira e Silva	575.671.584-34	01/01/1967	31/12/1970
13	2004.01.37409	Milton Antonio de Araujo	052.187.135-20	01/01/1973	04/07/1975
14	2004.01.39089	Hugues Pessoa Amorim	005.974.303-49	01/01/1967	31/12/1975
15	2004.01.39093	Jose Mauricio Montenegro	052.622.323-53	01/01/1973	04/07/1975
16	2004.01.39100	Antonio Gesile Barroso	005.980.113-15	31/01/1967	31/01/1974
17	2004.01.39397	Avelino Ciquella	064.177.799-04	01/01/1973	04/07/1975
18	2004.01.40595	Luiz Rossato	313.824.019-49	31/01/1970	04/07/1975
19	2004.01.41377	Antonio Jose Rodrigues	115.079.693-68	31/01/1973	04/07/1975
20	2004.01.43032	Almerindo Francisco dos Santos	016.832.925-53	26/01/1967	04/07/1975
21	2004.01.43048	Jabert Soares Diniz	004.803.122-49	01/02/1971	01/02/1974
22	2004.01.43858	Juvenal Henning	004.594.539-04	01/02/1969	31/12/1972
23	2004.01.44158	Milton Jose da Rocha	062.342.835-00	01/01/1971	31/12/1972
24	2004.01.44551	Sebastiao da Silva Furtado	012.878.503-91	01/01/1973	04/07/1975
25	2004.01.46120	Moises Tolfo	176.736.070-34	31/02/1973	04/07/1975
26	2004.01.48100	Waldemar Martins dos Santos	025.832.675-15	01/01/1967 01/01/1973	31/12/1970 04/07/1975
27	2006.01.52923	Jorge Afonso Pinheiro	019.133.106-63	05/01/1967	04/07/1975
28	2006.01.53568	Jazon Jose de Lima	069.026.186-15	31/01/1971	30/12/1972
29	2007.01.57932	Raimundo Marques da Silva	105.964.026-00	27/10/1965	31/12/1967
30	2007.01.58046	Dirceu Gomes de Oliveira	066.604.446-53	31/01/1971	31/01/1973
31	2007.01.58111	Laripe Antonio da Costa	095.286.446-00	31/01/1967 01/01/1973	31/01/1970 04/07/1975
32	2007.01.59499	Claudoaldo Braga Lobo	287.374.312-34	01/02/1973	04/07/1975
33	2007.01.59662	Jose Geraldo Araujo	038.563.646-68	31/01/1967 01/02/1971	31/12/1970 31/12/1972
34	2007.01.60192	Luiz Vieira	013.293.591-00	27/10/1965	01/01/1966
35	2008.01.63152	Cleudes Antonio Chirico	003.356.306-34	27/10/1965	30/01/1967
36	2008.01.63163	Elizario Antonio de Oliveira	028.836.436-87	31/01/1971	30/01/1973

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.728, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, resolve, nos termos do disposto na Súmula Administrativa 2006.07.0016-CA da Comissão de Anistia, INDEFERIR os requerimentos de anistia constantes na lista integrante desta portaria, nos termos do Despacho exarado pelo Presidente da Comissão de Anistia.

Qtd.	Requerimento	Requerente	CPF
1	2003.01.32780	Iracema Pedrosa Miranda	Não consta
2	2003.01.36585	Valdir Francisco Macedo	050.241.703-00
3	2004.01.37857	Manoel Ademar Henrique Brito	006.290.062-53
4	2006.01.54516	Aparecida Liberato Vieira	049.301.006-82
5	2007.01.59168	Jamil Iunes	005.013.956-87
6	2007.01.59302	Saul Ribeiro Caldas	169.727.326-20
7	2007.20.60254	Vicente Caldeira da Luz	033.691.886-00

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.729, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, resolve, nos termos do disposto na Súmula Administrativa 2006.07.0016-CA da Comissão de Anistia, INDEFERIR os requerimentos de anistia post mortem constantes na lista integrante desta portaria, nos termos do Despacho exarado pelo Presidente da Comissão de Anistia.

Qtd.	Requerimento	Requerente	Anistiando
1	2003.01.24502	Irelande Guimaraes Silva	Nautilia de Sousa Guimaraes Silva *post mortem*
2	2003.01.27992	Maria Oneide de Aguiar	José Ataíde Vasconcelos Aguiar *post mortem*
3	2003.01.28002	Manoel Lira da Rocha	Manoel Lira da Rocha *post mortem*
4	2003.01.32615	Maria Guiomar Gomes Tavares	Abdon Gomes da Silva *post mortem*
5	2004.01.38851	Jose Neves Moreira	Jose Neves Moreira *post mortem*
6	2004.01.42718	Violeta Chaves Rego	Jose Pedro Dias Rêgo *post mortem*
7	2004.01.48668	Nair Dutra Sanches	José Cara Sanches *post mortem*
8	2004.01.48870	Zelita Carvalho Barbosa	João Antonio de Oliveira *post mortem*
9	2005.01.51034	Vicente Martins Pena	Vicente Martins Pena *post mortem*
10	2007.01.59117	Maria Gonzalez Moreira Duque	Antonio Duque Filho *post mortem*
11	2007.01.59232	Eugenia de Oliveira Herculana	Raimundo Leandro Herculano *post mortem*
12	2007.01.59275	Jose Escolastico Teixeira	Jose Escolastico Teixeira *post mortem*
13	2008.01.61677	Francisco Paulo de Almeida	Francisco Paulo de Almeida *post mortem*
14	2008.01.61836	Conceicao Coelho do Carmo	Jose Maria Lopes *post mortem*

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A VENDA PROIBIDA A REPRODUÇÃO SALVO PARA USO DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.730, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 29ª Sessão de Turma, realizada no dia 15 de agosto de 2013, e o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia, datado de 08 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.61268, resolve:

Declarar anistiada política post mortem MARGARIDA MARIA GODINHO GODOY, filha de DULCIRA PIRES GODINHO, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.731, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de setembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.12021, resolve:

Dar provimento parcial ao Recurso interposto por ROBERTO JULIÃO PEREIRA DE BAERE, portador do CPF nº 049.499.607-25, para ratificar a condição de anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.732, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 08 de dezembro de 2011, e o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia, datado de 08 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia n.º 2002.01.08436, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial n.º 1060 de 05 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 06 de junho de 2012, para conceder a contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 31.08.1984 a 05.10.1988, mantendo-se os demais termos da Portaria nº 1060, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.733, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de setembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09448, resolve:

Desprover o Recurso em nome de JERONYMO DO AMARAL post mortem, filho de EMILIA FERREIRA, e ratificar a Portaria Ministerial n.º 1398 de 27 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2004.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 92

Dia: 21.10.2015
Hora: 14:30

Presidente: Vinícius Marques de Carvalho

Secretária Substituta do Plenário: Keila de Sousa Ferreira

A distribuição é realizada em blocos de modo que o processo seja sorteado aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente, até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. Assim, a distribuição iniciará sem o nome do Conselheiro Paulo Burnier da Silveira que na 91ª SOJ foi o último relator sorteado.

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos.

Ato de Concentração nº 08700.006723/2015-21

Requerentes: TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A., Rádio e Televisão Record S.A. e TV Ômega Ltda.

Terceiros Interessados: Associação Brasileira de Televisão por Assinatura e SKY Brasil Serviços LTDA.

Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Leonor Cordovil, Carolina Saito da Costa, Fabio Alessandro Malatesta dos Santos, Tatyana Caiado Koch Ribeiro, Elinor Cristófaro Cotait, Tomás Filipe Schoeller Paiva, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Leonardo Vasconcelos Lins Fonseca e outros

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Processo Administrativo nº 08012.003321/2004-71

Representante: SDE ex-officio

Representados: Alpha Therapeutic Corporation; Baxter AG; Baxter Export Corporation; Baxter Hospitalar Ltda.; Bio Products Laboratory; Biotest Pharma GmbH; Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.; Elias Esperidião Abboadalla; Fundação do Sangue; Grifols Brasil Ltda.; Immuno Produtos Biológicos e Químicos Ltda.; Instituto Sierovaccinogeno Italiano S.p.A.; Itacá Laboratórios Ltda.; Jaisler Jabour de Alvarenga; Laboratoire Français du Fractionnement et Des Biotechnologies; Lourenço Rommel Ponte Peixoto; Marcos Pedrilson Produtos Hospitalares Ltda.; Marcelo Pupkin Pitta; Meizler Comércio Internacional S.A.; Octapharma AG; Octapharma Brasil S.A.; Probitas Pharma S.A.; The American National Red Cross; United Medical Ltda.; ZLB Behring GmbH (atual denominação da Aventis Behring GmbH, anteriormente denominada Centeon GmbH); ZLB Behring LLC (atual denominação da Aventis Behring LLC, anteriormente denominada Centeon LLC); CSL Behring Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. (atual denominação da Aventis Behring Ltda., anteriormente denominada Centeon Farmacêutica Ltda.)

Advogados: Francisco Ribeiro Todorov; Túlio Freitas de Egito Coelho; Maria Luisa dos Santos Brascher; Leonardo Peres da Rocha e Silva; Fernando de Oliveira Marques; José Carlos Tórtima; Fernanda Lara Tórtima; Marcio Gestteira Palma; Thiago Brügger Bouza; Fábio Floriano Melo Martins; Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto; Patrícia Avigni; Marcos Joaquim Gonçalves Alves; Paula Simonetti Junqueira de Andrade Amaral Salles; Regis Fernandes de Oliveira; Maria Elisabeth de Menezes Corigliano; Rogério de Menezes Corigliano; Blas Gomm Filho; Silvia Arruda Gomm; Sheila Macedo; Ana Luisa Absy; José Luiz Pires de Oliveira Dias; Alberto Guimarães Aguirre Zurcher; Hélio Pinto Ribeiro Filho; José Eduardo Rangel de Alckmin; José Augusto Rangel de Alckmin; Rodrigo Otávio Barbosa de Alencastro; Marcos Jorge Caldas Pereira; Tadeu Rabelo Pereira; Ana Luisa Rabelo Pereira; Eduardo de Barros Pereira; Theodoro Carvalho de Freitas; Sueli de Freitas Veríssimo Vieira; Cyro Goldstein Troper; José Henrique Wanderley Filho; Miécio Oscar Uchoa Cavalcanti Filho; Antônio Henrique Cavalcanti Wanderley; Francisco José Barbosa Nobre; Airton de Alcântara Maciel; Luigi Bonizzato; Pedro Raphael Campos Fonseca; Jacques Pripas; Tercio Sampaio Ferraz Junior; Fábio Francisco Beraldi; Marcio de Carvalho Silveira Bueno; Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra; Cláudio Nagalli Guedes de Camargo; André Alencar Porto; João Marcos Amaral; Syllas Tozzini; Daniel Oliveira Andreoli, José Augusto Caleiro Regazzini; Ana Paula Medeiros Costa; Priscila Rodrigues Brandt; Maria Gabriela André Lins; Carter Gonçalves Batista; Jonathas Tolentino Soares de Figueiredo; Kayo José Miranda Leite Araruna; Mauro Grinberg; Camila Chagas Paoletti; Carlos Amadeu Bueno Pereira de Barros; Fabio Alessandro Malatesta dos Santos; Beatriz Malerva Cravo; Sonia Maria Giannini Marques Döbler; Graziella Ângela Tinari Dell'Osa; Flávia Chiquito dos Santos; Helena Ferreira Nunes; Alexandre Domingues Serafim; Luís Gustavo Haddad; Elaine Perez e outros

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos da Lei nº 12.529/2011.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 21 de outubro de 2015

Nº 1.276 - Ato de Concentração nº 08700.009682/2015-25. Requerentes: InterCement Brasil S/A e Concrelagos Concreto Ltda. Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Marcio Dias Soares e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.283 - Ato de Concentração nº 08700.008691/2015-07. Requerentes: Electrolux do Brasil S.A. e Gree Electric Appliances Inc. of Zhuhai. Advogados: Fabricio Antonio Cardim de Almeida, Ana Paula Paschoalini e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.285 - Ato de Concentração nº 08700.009837/2015-23. Requerentes: Amcor Group GmbH e Sidel Participations SAS. Advogados: Marcos Exposto, Guilherme Morgulis, Amanda Bertolin Alves. Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Substituto

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 377, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para o financiamento de Projetos-Piloto voltados à Implantação de Serviços de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, no exercício de 2015, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 e suas alterações; a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e suas alterações; o Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994; o Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007 e suas alterações; a Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015; a Portaria nº 2.594, de 24 de novembro de 2011; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507 de 24 de novembro de 2011; a Portaria MJ nº 458, de 12 de abril de 2011 e as Resoluções nº 05 de 09 de maio de 2006, nº 01, de 29 de abril de 2008, todas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, aplicáveis no âmbito do DEPEN/MJ, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas gerais que nortearão a apresentação de propostas e os procedimentos e critérios para o financiamento de Projetos-Piloto voltados à Implantação de Serviços de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, no exercício de 2015, no âmbito do Poder Executivo de Municípios e do Distrito Federal.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º As propostas de convênios poderão ser apresentadas exclusivamente pelos órgãos competentes pelas políticas de desenvolvimento social, assistência social e afins dos Poderes Executivos dos Municípios e do Distrito Federal e deverão ser acompanhadas por Declaração de Anuência da Secretaria responsável pela Administração Penitenciária da Unidade da Federação e por Declaração de Anuência do Juiz de Direito cuja competência abranja a Execução Penal da Comarca onde o projeto proposto será executado.

§1º Somente Municípios que possuam estabelecimento penal em seus limites territoriais poderão apresentar propostas no âmbito desta Portaria.

§2º As propostas deverão apresentar, em sua Aba de Anexos no SICONV, no mínimo 03 (três) cotações de preços referentes a cada item a ser adquirido ou serviço a ser contratado ou outra documentação que possa subsidiar análise comparativa entre os valores indicados na proposta e os preços praticados no mercado, sob pena de serem desconsideradas. Tais dados devem conter ao menos o nome, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e contato do fornecedor.

§3º Outros documentos necessários para a formalização do instrumento de convênio poderão ser solicitados pelo DEPEN por intermédio das diligências e pareceres exarados durante o período de análise das propostas, aprovação dos planos de trabalho e formalização do instrumento, bem como estipulará prazo para a conclusão das referidas diligências, sob pena de arquivamento definitivo.

Art. 3º No que concerne aos recursos a serem disponibilizados, é vedado:

I - Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, segundo o art. 18 da Lei nº 13.080/2015.

III - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

IV - Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

V - Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do Ministério da Justiça e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do convênio;

VI - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as de pagamentos ou de recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo MJ, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VII - Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

VIII - Realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no instrumento pactuado;

IX - Despesas para elaboração da proposta;

X - Despesas gerais de manutenção das instituições proponentes ou intervenientes do projeto (água, energia, aluguel, telefone, material de limpeza, dentre outros); e

XI - Realizar outras despesas vedadas pela legislação vigente ou não previstas no instrumento pactuado.

TÍTULO II

DO FINANCIAMENTO DE PROJETOS-PILOTO VOLTADOS À IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PRISIONAL

Art. 4º Os serviços a serem implantados devem estar articulados com a rede de desenvolvimento social do município e integrados com políticas de desenvolvimento social estaduais e federais, considerando as dimensões de proteção e inclusão social das pessoas a serem atendidas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º As ações realizadas pelos serviços propostos deverão ter foco na promoção:

I - da proteção social;

II - da cidadania;

III - da igual dignidade;

IV - da saúde;

V - da qualificação profissional;

VI - da geração de renda e inclusão no mercado de trabalho;

VII - da educação;

VIII - dos vínculos familiares e comunitários e ações destinadas às famílias da pessoa egressa do sistema prisional;

VIII - do alojamento provisório e da moradia;

IX - da alimentação e da assistência material; e

X - da cultura e do esporte.

Art. 5º Na análise e avaliação das propostas serão priorizados projetos que demonstrem o maior nível de:

I - cobertura dos serviços, considerando as dimensões de proteção, desenvolvimento e inclusão social;

II - demonstração de capacidade de articulação com a rede de desenvolvimento social e sistema de justiça criminal;

III - apresentação de proposta de desenvolvimento de metodologia voltada ao acompanhamento do cumprimento de condicionalidades determinadas pelo Juiz da Execução para a progressão de regime ou em suspensão condicional da pena privativa de liberdade; e

IV - integração entre os serviços realizados e as demais políticas de desenvolvimento social do município.

Art. 6 Os recursos para o financiamento das ações previstas nesta Portaria serão disponibilizados a partir da dotação orçamentária do Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania; Ação 20UG - Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social; PO 2 e serão disponibilizados em 01 Programa específico no SICONV:

1) Nome do Programa no SICONV: Programa 2070 - Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional - Política Nacional de Apoio a Pessoa Egressa do Sistema Prisional - 2015

Código do Programa no SICONV: 3000020150111

Objeto: Política Nacional de Apoio a Pessoa Egressa do Sistema Prisional - Projetos-Piloto - 2015

Período de abertura do Programa: 21 de outubro de 2015 a 1º de novembro de 2015.

§1º Os recursos destinados para o financiamento das ações previstas nesta Portaria poderão ser ajustados conforme a disponibilidade orçamentária do DEPEN e a demanda apresentada.

Art. 7. Poderão ser aprovadas até 03 (três) propostas e o valor previsto concedido a cada projeto será entre R$ 500.00,00 e R$ 750.000,00 dependendo do diagnóstico realizado pela equipe técnica do DEPEN, considerando a disponibilidade orçamentária do DEPEN.

Art. 8. Poderão ser financiadas despesas correntes/custeio: contratação de serviços de terceiro de pessoa jurídica e/ou física, bolsa-auxilio para a pessoa egressa e assistência material ao atendido; e despesas de capital voltadas à aquisição de mobiliário e equipamentos necessários para a estruturação dos serviços, desde que diretamente voltadas ao desenvolvimento das ações propostas nesta Portaria.

Parágrafo único. O Departamento Penitenciário Nacional poderá utilizar seu poder discricionário para financiar alguma despesa que não esteja contemplada na lista acima, desde que expressamente demonstradas, justificadas e autorizadas no projeto e no plano de trabalho.

Art. 9. Cada Município poderá apresentar somente uma proposta, conforme o indicado, com previsão de vigência de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 10. A contrapartida exigida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser oferecida com recursos financeiros, a serem depositados na conta corrente específica do convênio, deverá atender aos limites mínimos previstos nas alíneas a, b e c do inciso I, do § 1º do artigo 72 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2015 e ter previsão de desembolso para este exercício.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A critério do DEPEN, os valores e percentuais consignados para esta Portaria poderão ser alterados.

Art. 12. O financiamento das ações previstas nesta Portaria poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

Art. 13. Os casos omissos ou de natureza específica serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DEPEN.

Art. 14. Informações e esclarecimentos complementares pertinentes às ações previstas na presente poderão ser obtidos pelo telefone (61) 2025-3570, ou ainda pelo endereço eletrônico cgpma@mj.gov.br.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.753, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4194 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LUCSIM HOTEIS LTDA, CNPJ nº 10.476.828/0001-74 para atuar em Pernambuco.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.760, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3787 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TREVO CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI-ME, CNPJ nº 04.592.987/0001-31 para atuar no Espírito Santo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.940, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3903 - DPF/URA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OBSERVE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.786.273/0002-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2144/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.955, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4037 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

Conceder autorização à empresa FORMA-SEG CENTRO DE FORMAÇÃO DE PESSOAL PARA SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 12.319.497/0001-94, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

54520 (cinquenta e quatro mil e quinhentas e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.993, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3926 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A.R.G LTDA, CNPJ nº 20.520.862/0001-52 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2137/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.014, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4401 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A, CNPJ nº 04.176.627/0001-59 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.025, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3887 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0004-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2103/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.034, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3428 - DPF/CRU/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA MERIDIONAL EIRELI, CNPJ nº 11.169.987/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2089/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.036, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3708 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENESY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.338.024/0001-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2063/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.041, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4275 - DPF/DVS/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 23.245.012/0012-34, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

6 (seis) Munições calibre .380

50 (cinquenta) Munições calibre 12

420 (quatrocentas e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 4.042, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4277 - DPF/GVS/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 23.245.012/0004-24, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

996 (novecentas e noventa e seis) Munições calibre 38

200 (duzentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.043, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4278 - DPF/GVS/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 23.245.012/0015-87, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

314 (trezentas e quatorze) Munições calibre 38

50 (cinquenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.063, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3735 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAO PAULO FUTEBOL CLUBE, CNPJ nº 60.517.984/0001-04 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.067, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4173 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IBARAKI GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ nº 07.161.493/0001-90 para atuar no Pará.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.069, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4433 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa DOTSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 21.435.653/0001-73, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente DACALA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 59.050.864/0001-60:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

60 (sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.072, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4479 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER MORUMBI, CNPJ nº 53.825.121/0001-39 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.074, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4486 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO ATLETICA BANCO DO BRASIL-AABB, CNPJ nº 12.156.097/0001-05 para atuar em Alagoas.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.078, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4393 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa SECURITY CENTER DO BRASIL CENTRO FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.563.674/0001-92, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

164144 (cento e sessenta e quatro mil e cento e quarenta e quatro) Espoletas calibre 38

40000 (quarenta mil) Gramas de pólvora

164144 (cento e sessenta e quatro mil e cento e quarenta e quatro) Projéteis calibre 38

18112 (dezoito mil e cento e doze) Espoletas calibre .380

18112 (dezoito mil e cento e doze) Projéteis calibre .380

6000 (seis mil) Buchas calibre 12

16 (dezesseis) Quilos de chumbo calibre 12

6000 (seis mil) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.080, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4482 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARQUIDIOCESE DE GOIANIA, CNPJ nº 01.569.466/0001-75 para atuar em Goiás.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.089, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4250 - DPF/CGE/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED TRAINING LTDA - ME, CNPJ nº 03.019.433/0002-68, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

2000 (duas mil) Espoletas calibre .380

2000 (dois mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.415, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.000849/2015-10 - CGCSP/DIREX, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 60.860.087/0171-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2597/2014,expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.115, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 19948/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR a BANCO PINE S.A. , CNPJ nº 62.144.175/0001-20, agência nº 1, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, §2º PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 138, §1º PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 138, §3º PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/2270.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.401, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 20759/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a MAFRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.809.411/0001-86, sediada no Maranhão, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso IV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/17465.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.406, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 20764/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0005-41, sediada no Espírito Santo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/17889.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.408, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 20817/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a APERPHIL VIGILANCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 09.167.445/0001-35, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/17658.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.410, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 20819/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0005-41, sediada no Espírito Santo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/17960.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.411, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 20820/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0005-41, sediada no Espírito Santo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/17900.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.415, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 20825/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0005-41, sediada no Espírito Santo, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/17649.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.424, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 20871/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a CMA VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.461.775/0001-88, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/18498.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.453, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21096/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a PROVESEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 07.419.585/0001-28, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, inciso V PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 137, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/872.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.460, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21103/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a NOVAGASP SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.668.150/0001-80, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, inciso IV PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 138, §2º PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2014/15683.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 5.485, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21170/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil e trezentos e trinta e três) UFIR a BANCO TRIANGULO S/A , CNPJ nº 17.351.180/0001-59, agência nº 1, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 133 CAPUT, §2º PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06 e artigo 137, inciso I PORT.N° 387/06-DG/DPF DE 28/08/06, conforme consta no Processo nº 2015/2463.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.503, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21188/2015, decide:

Aplicar a pena de ADVERTENCIA a CETESP SIERRA CENTRO DE TREINAMENTO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA EPP, CNPJ nº 13.761.425/0001-65, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/260.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.534, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21227/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a GHG SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 10.756.477/0001-55, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/173.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.536, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21229/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a PROEVI PROTECAO ESPECIAL DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 58.005.513/0008-41, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/530.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 5.540, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 21233/2015, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a ELFORT CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 09.112.231/0001-61, sediada na Paraíba, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/558.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 33.414, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.000849/2015-10-CGCSP/DIREX, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 155, de 23/01/2014, à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº 60.860.087/0170-93, localizada no Estado do PARÁ.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 194, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

Reconhecer e certificar aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos no Brasil, nos termos do art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ADIT VICENTE MIRANDA - V279491-D, natural de Portugal, nascido em 13 de agosto de 1984, filho de José Vicente Augusto das Neves Miranda e de Ana Sara Afonso Pereira, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08018.005364/2015-93);

ALEXANDRA SOFIA MIRANDA DOS SANTOS - V566743-C, natural de Portugal, nascida em 14 de junho de 1977, filha de João Aurelio Vieira dos Santos e de Maria Luisa de Almeida Nunes de Miranda Santos, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08018.005887/2014-59);

GERALDO ADELINO GOUVEIA DE FREITAS - V109844-I, natural de Portugal, nascido em 25 de dezembro de 1960, filho de José Fernandes de Freitas e de Maria Zita de Sousa Gouveia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.007069/2014-91);

HELENA MARIA SILVEIRA PINTO E GROSSI - W159945-B, natural de Portugal, nascida em 17 de janeiro de 1971, filha de Francisco da Silveira Pinto e de Maria Helena Barbosa Duarte Silva da Silveira Pinto, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.010845/2014-68);

ILÍDIO FERNANDO MORGADO DA SILVA - V427974-J, natural de Portugal, nascido em 24 de outubro de 1978, filho de Manuel Joaquim Morgado Carecho e de Maria da Conceição Diogo Silva, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08018.003219/2015-78);

JOÃO MANUEL ESTRELA MARTINS - W315146-Y, natural de Portugal, nascido em 2 de maio de 1957, filho de Manuel Felix Martins e de Maria de Lourdes Estrela Martins, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.104204/2014-53);

JOÃO PAULO ALVES DOMINGUES - V827937-Y, natural de Portugal, nascido em 26 de setembro de 1957, filho de João Vicente Domingues e de Maria Bernardete Ribeiro Alves, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.008171/2014-11);

JOSÉ RAFAEL BRAGA ZAMARIOLA - W680913-G, natural de Portugal, nascido em 11 de junho de 1981, filho de Luís Carlos Zamariola e de Maria Manuela de Oliveira Leite Braga Zamariola, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08018.002538/2014-85);

LUIS AGOSTINHO COELHO LOUREIRO DE SOUSA - W637989-F, natural da Angola, nascido em 29 de dezembro de 1955, filho de Alfredo Loureiro Rodrigues de Sousa e de Leopoldina de Jesus Dias Coelho Loureiro de Sousa, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08070.001962/2015-59);

LUÍS MORÃO CABRAL FERRO - V595033-U, natural de Portugal, nascido em 3 de fevereiro de 1955, filho de Manuel Morão Ferro e de Maria Helena Teixeira Grácio Cabral Ferro, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08068.000271/2015-87);

MANUEL MARTINS ABRANTES - W022879-L, natural de Portugal, nascido em 17 de novembro de 1945, filho de Miguel Abrantes e de Carminda Martins, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08708.004859/2013-65);

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA MARTINS - V410877-L, natural de Portugal, nascida em 17 de novembro de 1957, filha de José António Martins e de Barbara Maria da Silva, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.000458/2015-76);

NEIDE MARIA DE GOUVEIA RAMOS - W646550-K, natural da Angola, nascida em 28 de novembro de 1966, filha de Abílio de Gouveia e de Maria Manuela Sena da Silva Costa, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.021084/2008-75);

NUNO MIGUEL FIRMINO FERNANDES SANTOS - V415062-4, natural de Portugal, nascido em 27 de março de 1984, filho de Manuel Carlos Fernandes Santos e de Silvia Maria dos Santos Firmino, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.002762/2015-04);

PAULO ALEXANDRE DE OLIVEIRA BAPTISTA - V246296-7, natural de Portugal, nascido em 5 de dezembro de 1966, filho de Vasco Agostinho Marques Baptista e de Maria Fernanda de Sousa Maia Dias de Oliveira Baptista, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.138557/2014-57);

PAULO MANUEL RIBEIRO MOREIRA CAMARGO - V558271-N, natural de Portugal, nascido em 28 de junho de 1975, filho de Crisanto Oliveira Durães Moreira e de Helena de Jesus Lemos Ribeiro, residente no Distrito Federal (Processo nº 08000.029706/2013-98);

PEDRO JORGE LOURO CRUGEIRA - V594506-I, natural de Portugal, nascido em 28 de março de 1972, filho de Raul Jorge Ferreira Crugeira e de Maria Eduarda Branco Monteiro Louro Crugeira, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.002857/2015-08);

RUI HUMBERTO COUCHINHO DA SILVA AGAPITO - V808106-A, natural de Portugal, nascido em 15 de março de 1963, filho de Manuel da Silva Agapito e de Eufémia Couchinho Agapito, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.004026/2015-34);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOFIA CRISTINA QUADRIO FERRO DE MATOS - W115719-R, natural de Portugal, nascida em 16 de dezembro de 1954, filha de José Jorge de Matos e de Maria Alexandrina Morão Ferro de Matos, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08018.005017/2014-80) e

VITOR HUGO BRAGA DIAS - W288177-A, natural de Portugal, nascido em 13 de julho de 1976, filho de Alberto Luis Marques Dias e de Irene Augusta de Almeida Braga Mendes, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.000370/2015-82).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

PORTARIAS DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

Nº 198 - Reconhecer e Certificar aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

ANABELA MARQUES PEREIRA FIRMEZA - V426144-S, natural de Portugal, nascida em 18 de março de 1973, filha de Manuel de Ascenção Pereira e de Maria dos Anjos Marques Pereira, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.001815/2015-13);

ANTÓNIO JOAQUIM LOPES MARTINS - 9863552-Z, natural de Portugal, nascido em 31 de maio de 1957, filho de Celso Martins e de Ermelinda Lopes, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08018.002501/2015-38);

ARMANDO MATOS PEREIRA - W542525-9, natural de Portugal, nascido em 24 de novembro de 1943, filho de João Pereira e de Patrocinia de Matos, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08391.008538/2014-21);

CARLOS JOSÉ DIAS CASTANHEIRA - W577191-6, natural de Angola, nascido em 20 de maio de 1966, filho de José Cristóvão Castanheira e de Maria do Céu Lopes Dias Castanheira, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08388.004039/2015-03);

GONÇALO ABECASIS DA GAMA CASTEL BRANCO - V749020-Z, natural de Portugal, nascido em 5 de maio de 1973, filho de Pedro Manuel Ferreira da Gama Castel Branco e de Maria Manuela de Gamboa Abecasis Manzanares Castel Branco, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08501.000985/2015-29);

INÊS MOURA VARELA - V502234-F, natural de Portugal, nascida em 9 de abril de 1981, filha de António Marques Varela e de Maria do Rosário Cardoso de Moura, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.001917/2015-28);

JOÃO DUARTE DA CONCEIÇÃO MATA - V412840-Y, natural de Portugal, nascido em 5 de agosto de 1955, filho de Joao da Silva Mata e de Maria Manuela da Conceicao Marques Loureiro, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.031422/2014-62);

JOSÉ PEDRO LUIZ COELHO - W681853-3, natural de Portugal, nascido em 19 de outubro de 1938, filho de José Dos Santos Coelho e de Dolores Rodrigues Luis, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08018.000370/2015-54);

LIANE TERESA ANDRADE COSTA - G087702-G, natural de Portugal, nascida em 27 de abril de 1987, filha de José Manuel Costa de Almeida e de Maria Tereza Gomes de Andrade Costa, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.005156/2015-94);

MAFALDA MARIA DA CUNHA FREITAS BUSSADORI - W541155-L, natural de Portugal, nascida em 15 de maio de 1964, filha de Abel Agapito de Freitas e de Sara Maria macedo da Cunha Freitas, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08018.001813/2015-24);

MARIA DA CONCEIÇÃO DE BÁRTOLO CAPITÃO BARREIROS - V384730-X, natural de Portugal, nascida em 22 de janeiro de 1975, filha de João Baptista Alves Capitão e de Natividade da Conceição Rodrigues de Bártolo Capitão, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.002868/2015-51);

NUNO FILIPE TEIXEIRA ROMARIZ - V843292-P, natural de Portugal, nascido em 1 de abril de 1982, filho de Fortunato Soares Romariz e de Maria Teixeira de Freitas Romariz, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08018.005422/2015-89);

NUNO GUIMARÃES E MATOS GIL DA SILVA - V944375-9, natural de Portugal, nascido em 27 de fevereiro de 1969, filho de Francisco José Rodrigues Gil da Silva e de Marilda Flores Guimarães e Matos da Silva, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.016673/2015-88);

PAULO JORGE FERNANDES PINTO FERREIRA - W643345-0, natural de Moçambique, nascido em 14 de novembro de 1970, filho de Alberto Joaquim Pinto Ferreira e de Alzira Teresa Francisco Pinto Ferreira, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08018.010815/2014-23);

RAUL COUTINHO DE SOUSA - W053516-Y, natural de Portugal, nascido em 6 de janeiro de 1947, filho de Raul Cipriano de Sousa e de Lucia Rosália Coutinho, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.011226/2015-32);

RICARDO ALEXANDRE SILVA VIEIRA - V933261-Z, natural de Portugal, nascido em 22 de junho de 1975, filho de Arlindo da Silva Vieira e de Maria José Lopes Silva de Vieira, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08018.005187/2015-45);

SÍLVIO MANUEL LEMOS FERREIRA - V868591-F, natural de Portugal, nascido em 20 de agosto de 1948, filho de Sílvio Augusto Ferreira e de Maria Elvira de Jesus Caulino e Lemos Ferreira, residente no Estado de Ceará (Processo nº 08000.019999/2015-67) e

SOLANGE CALEIRA GUERREIRO - V700890-E, natural de Portugal, nascida em 22 de março de 1976, filha de Antonio Manuel Estrela Guerreiro e de Jesuina Maria Cardoso Caleira Guerreiro, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08018.005759/2013-24).

Nº 199 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANGEL ROBERTO FERNANDEZ DE LOS SANTOS - V015994-K, natural do Uruguai, nascido em 18 de fevereiro de 1963, filho de Miguel Angel Fernandez Maciel e de Maria Mirta de Los Santos Fernandez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08441.006600/2014-16);

CHEN SHIH CHANG - Y090160-M, natural da China (Taiwan), nascido em 29 de novembro de 1974, filho de Chen Chung Hsin e de Chen Lin Mei Ying, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.003980/2014-15);

CHIHAB ABDUL RAZAK YASSIN - V220073-W, natural do Líbano, nascido em 1 de fevereiro de 1959, filho de Abdul Razak Yassin e de Kawssar Muhamad Mahmmud, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.105172/2014-11);

DANIELA LAZZARO - W377973-R, natural da Itália, nascida em 16 de outubro de 1956, filha de Urbano Lazzaro e de Angela Robbiano Lazzaro, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.007851/2013-09);

DANIELA SOLARES CARMONA - V130967-T, natural da Bolívia, nascida em 5 de janeiro de 1984, filha de Jaime Ricardo Solares Mariscal e de Ana Dalia Carmona de Solares, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.005497/2015-31);

DELMAR AYRALA - W118279-E, natural do Uruguai, nascido em 4 de julho de 1938, filho de Pilar Ayrala, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08441.006597/2014-22);

DONG IL KOO - Y269218-D, natural da Coréia do Sul, nascido em 7 de março de 1986, filho de Myung Soo Koo e de Nung I Kim, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.081733/2014-71);

DORA ANGELICA SEGOVIA DE RODRIGUES - W599999-A, natural do Paraguai, nascida em 6 de fevereiro de 1957, filha de Sixto Segovia e de Celina Paredes de Segovia, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08495.003593/2014-67);

EMER DAVILA PANDURO - Y276629-1, natural do Peru, nascido em 28 de janeiro de 1974, filho de Juan Dávila Marquez e de Rosa Enertina Panduro Majipo, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08477.004439/2014-21);

ENGELBERT HELLBRUGGE - W249200-N, natural da Alemanha, nascido em 27 de maio de 1952, filho de Engelbert Hellbrugge e de Agnes Hellbrugge, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08386.006573/2015-66);

ETSUKO SASADA - W322590-O, natural do Japão, nascida em 18 de fevereiro de 1955, filha de Seiki Sasada e de Mineko Sasada, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.013376/2014-22);

FERNANDO AUGUSTO ABRUNHOSA DA FONSECA - W626805-P, natural de Portugal, nascido em 25 de setembro de 1934, filho de Germano Antonio Fonseca e de Benilde de Jezus Abrunhosa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.011351/2014-51);

FIRZAT ABDUL LATIF WAKED - V172420-4, natural do Líbano, nascida em 1 de abril de 1969, filha de Abdul Latif Waked e de Ayche Waked, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.091951/2014-14);

GEBRAEL GEORGES ASMAR - W690021-A, natural do Líbano, nascido em 10 de abril de 1947, filho de Georges Gebrael El Asmar e de Mariana El Asmar, residente no Estado do Pará (Processo nº 08093.000094/2014-41);

GERMAN CUSQUISIBAN ESCOBAL - W015397-U, natural do Peru, nascido em 12 de julho de 1959, filho de Francisco Javier Cusquiban Sangay e de Micaela Escobal Chavez, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 08240.030805/2013-90);

HAIDAR ALI NADER - Y261841-Y, natural do Líbano, nascido em 10 de novembro de 1982, filho de Ali Nader e de Zeinab Hamade, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.024008/2014-70);

HUANG WEI HONG - Y043473-G, natural da China, nascido em 22 de abril de 1981, filho de Huang Zhou Nong e de Cao Zi Yuan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.037670/2014-16);

IGNACIO ANGEL OCAMPO - V210065-0, natural da Argentina, nascido em 10 de julho de 1948, filho de Ignacio Ocampo e de Maria Fermina Urquiza, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08701.004604/2015-24);

JOSE OSCAR GOMEZ PINEDA - V015232-X, natural de El Salvador, nascido em 18 de outubro de 1959, filho de Jose Oscar Gomez e de Albertina Pimeda, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.012333/2014-80);

JUAN LUIS TARDIO ROJAS - V075825-7, natural da Bolívia, nascido em 24 de agosto de 1985, filho de Luis Fernando Tardio Nunez e de Lenny Ana Mary Rojas de Tardio, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.000341/2015-09);

KUO CHIN YUN - Y241558-4, natural da China, nascida em 7 de julho de 1969, filha de Kuo Lin e de Wang Jui, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.008277/2014-95);

LIN CHIN LI - Y230924-G, natural da China, nascido em 1 de outubro de 1955, filho de Lin Kuan Jao e de Lin Hsu Yu, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08702.003110/2014-31);

LUIGI MOSCATELLI - V223470-7, natural da Itália, nascido em 28 de setembro de 1945, filho de Giuseppe Moscatelli e de Maria de Matteo Moscatelli, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.007629/2013-47);

MEHERRANGUISE KECOBADE BAPUGY RUSTOMGY - W196119-Z, natural de Portugal, nascida em 22 de novembro de 1943, filha de Kecobade Bapugy Rustomgy e de Gulcher Kecobade Bapugy Rustomgy, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08212.007990/2014-37);

MILTON MAMANI MANANI - Y272144-8, natural da Bolívia, nascido em 28 de janeiro de 1991, filho de Pedro Mamani Mamani e de Lidia Mamani de Mamani, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08353.000960/2015-76);

MOHAMAD DAOUD ABBAS - V054304-F, natural do Paraguai, nascido em 10 de agosto de 1959, filho de Daoud Abbas e de Fatima Yassine, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.012412/2015-81);

MOISES PATRICIO BRAVO FERREIRA - V096747-L, natural do Chile, nascido em 14 de junho de 1953, filho de Moises Bravo Zamorano e de Maria Ignacia Ferreira Lazo, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08124.002762/2014-60);

NIHAL HUSSEIN AWADA - V297365-G, natural do Líbano, nascida em 1 de novembro de 1984, filha de Hussein Awada e de Majida Majed, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.014461/2015-59);

PABLO ENRY BOBADELLA MARTINEZ - Y044681-4, natural do Uruguai, nascido em 3 de maio de 1966, filho de Alvaro Bobadilla Silvera e de Valdomira Emestina Martinez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08437.004108/2014-67);

PRISSILA EMIKO MEDINA BOGNI - V210278-K, natural da Argentina, nascida em 29 de outubro de 1993, filha de Sergio Gustavo medina Pereira e de Alicia Patricia Bogni, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.018484/2014-98);

ROMANA BURKA PEREIRA - W661547-M, natural da Alemanha, nascida em 22 de agosto de 1946, filha de Dmytro Burka e de Alexandra Burka, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.008448/2013-35);

SAFAA ASSAD ABOU RAFEH - V206085-7, natural do Líbano, nascida em 18 de agosto de 1978, filha de Assad Abou Rafeh e de Latife Abou Rafeh, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.024107/2014-51);

SEHAM SAADAH - Y234218-J, natural da Síria, nascida em 28 de julho de 1966, filha de Murched Salim Saadah e de Suhailah Mikdaci, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.005115/2015-98);

SUZETE DE FATIMA TAVARES CORREIA - W116969-0, natural da Angola, nascida em 1 de fevereiro de 1973, filha de Adriano Alexandre Correia e de Adriana Tavares Correia, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.018819/2014-54);

YEHIA AHMAD AWALA - Y232488-0, natural do Líbano, nascido em 1 de março de 1976, filho de Ahmad Awala e de Fatme Hassan, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.024684/2014-43) e

YU SHENG CHUNG - V213848-R, natural da China, nascido em 17 de outubro de 1970, filho de You Cheng Yao e de You Chiu E Mih, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08212.002328/2014-91).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000381/2015-23 - ROLANDO LAVIN MARTINEZ, até 10/04/2017

Processo Nº 08000.000928/2014-18 - ERIC FEDIN YANEGA, até 30/12/2015

Processo Nº 08000.014311/2015-52 - JESPER HAURUM, até 19/07/2017

Processo Nº 08000.015227/2015-56 - MARIUS SERBAN, até 07/07/2016

Processo Nº 08000.029385/2013-21 - DAMIR BILAC, até 01/12/2015

Processo Nº 08000.031935/2014-53 - RANDY JAMES DONALDSON, até 24/11/2015

Considerando a manifestação do Ministério do Trabalho e Emprego que constatou a ausência do pré-cadastro, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País. abaixo relacionados

Processo Nº 08000.027773/2015-30 - MARK JOSEPH MAGULIMAN TOROY

Processo Nº 08000.026877/2015-27 - NORBERT TRUSKOLAWSKI

INDEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País , visto temporário item V, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho abaixo relacionados.

Processo Nº 08000.017406/2014-47 - MD IBRAHIM KHALEL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08000.017657/2014-21 - CHARLY TSHISUAKA KASONGO
Processo Nº 08000.017680/2014-16 - ABEY PUNNEN
Processo Nº 08000.019738/2015-47 - OSCAR TUSAY TUAZON
Processo Nº 08000.021570/2014-59 - EDWIN DELA CRUZ TUICO
Processo Nº 08000.024101/2014-91 - ALVRO ALFONSO URBINA DEL TORO
Processo Nº 08000.025578/2014-94 - YU LAN
Processo Nº 08000.025672/2014-43 - ROMMEL LABING NIDO
Processo Nº 08000.025673/2014-98 - JEFF HEINZKY MOMPIL SILAGAN
Processo Nº 08000.030369/2014-62 - CLESTER VALENCIA CORDEVILLA
Processo Nº 08000.017684/2014-02 - JOHN WALLACE BARNES
Processo Nº 08000.025903/2014-19 - ZOBEL LIBO ON TACADAO

MULLER LUIZ BORGES

DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País , abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.004189/2015-14 - MATEUS MANUEL CAMUEGE, até 23/04/2016
Processo Nº 08212.011507/2014-19 - NELSON ENRIQUE CASAS LEAL, até 31/12/2015
Processo Nº 08280.029807/2014-41 - ABDULLAH BOZTAS, até 18/12/2015
Processo Nº 08444.013074/2014-11 - DAVID ADRIANO NOTA, até 20/03/2016
Processo Nº 08240.026404/2014-16 - VERA ELISABETH MULLER PLANTENBERG, até: 31/12/2016.
Determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.
Processo Nº 08270.022226/2014-05 - INDIRA CHICOMA FERNANDO BORGES

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 140, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

A Diretora - Substituta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: MEU NAMORADO DO FUTURO (MY FUTURE BOYFRIEND, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Disney
Diretor(es): Michael Lange
Distribuidor(es): DISNEY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Romance
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.016127/2015-47
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Novela: MALHAÇÃO SEU LUGAR NO MUNDO (Brasil - 2015)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Leonardo Nogueira
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Romance
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.021072/2015-97
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: O DURÃO (GET HARD, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Gary Sanchez Produtctions/Warner Bros
Diretor(es): Etan Cohen
Distribuidor(es): AMZ MÍDIA INDUSTRIAL S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.027986/2015-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: HITTING THE APEX - A CURVA PERFEITA (HITTING THE APEX, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Christopher D Ford
Diretor(es): Mark Neale
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.028155/2015-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: RUTH & ALEX (França - 2014)
Produtor(es): Curtis Burch
Diretor(es): Richard Loncraine
Distribuidor(es): MARES FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.028842/2015-22
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A DEMOCRACIA DAS MADEIRAS (Brasil - 2015)
Produtor(es): Serviço Social do Comércio - SESC
Diretor(es): João Marcos Coelho/Marcelo Machado
Distribuidor(es): SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Não Informado
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.028931/2015-79
Requerente: SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Show Musical: LANG LANG IN VERSAILLES (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): François Duplat
Diretor(es): Andy Sommer
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.029361/2015-34
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PIADEIROS (Brasil - 2014)
Produtor(es): Mira Filmes
Diretor(es): Gustavo Rosa de Moura
Distribuidor(es): CIRCUITO CINEARTE LTDA. / ESPAÇO FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.029766/2015-72
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: S.O.S. MULHERES AO MAR 2 (Brasil - 2015)
Produtor(es): Ananã Produções
Diretor(es): Cristiane Damato
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.029980/2015-29
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ADDICTED TO FRESNO (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Karey Dornetto
Diretor(es): Jamie Babbitt
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Sexo , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.030244/2015-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: EVER AFTER HIGH - DEPRIMAVERA & BAILE DE MÁSCARAS (EVER AFTER HIGH - UNSPRUNG & THRONECOMING, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Mattel
Diretor(es): Bart Jennett
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.030249/2015-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: RONALDO (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Paul Martin
Diretor(es): Anthony Wonke
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.030404/2015-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: MISTRESS AMERICA (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): RT Features
Diretor(es): Noah Baumbach
Distribuidor(es): Vitrine Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.030609/2015-18
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ATIVIDADE PARANORMAL - DIMENSÃO FANTASMA (PARANORMAL ACTIVITY - THE GHOST DIMENSION, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Jason Blum/Oren Peli
Diretor(es): Gregory Plotkin
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Terror
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.031155/2015-94
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: LOBO SOLITÁRIO (Brasil - 2015)
Produtor(es): Goyaz Filmes
Diretor(es): Ranulfo Borges
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.001047/2015-16
Requerente: Ranulfo Domingos Borges - ME

Filme: A PRAÇA FALOU MAIS ALTO (Brasil - 2015)
Produtor(es): Goyaz Filmes
Diretor(es): Ranulfo Borges
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001048/2015-52
Requerente: Ranulfo Domingos Borges - ME

Filme: MAMMA ROMA (Itália - 1962)
Produtor(es): Arco Film
Diretor(es): Pier Paolo Pasolini
Distribuidor(es): FJ CINES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Não Informado
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Linguagem Chula e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001100/2015-71
Requerente: FJ CINES LTDA.

Trailer: NO MUNDO DA LUA (CAPTURE THE FLAG, Espanha - 2015)
Produtor(es): Jordi Gasull/Nicolás Matji
Diretor(es): Enrique Gato
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.031039/2015-75
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

ALESSANDRA XAVIER NUNES MACEDO

DESPACHOS DA DIRETORA
21 de outubro de 2015

A Diretora - Substituta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

Despacho nº 286/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08017.002530/2013-48
Filme: "BULLYING VIRTUAL"
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.
Emissora: Rede Globo

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendada para menores de dez anos" e que, durante a exibição, se verificaram cenas incompatíveis com esta classificação;

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de doze anos" por apresentar violência e conteúdo sexual.

Despacho nº 284/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.031040/2015-08
Trailer: "A GRANDE APOSTA" - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos

Deferir o pedido de reconsideração do trailer, alterando sua classificação para "não recomendado para menores de doze anos", por apresentar conteúdo sexual .

Despacho nº 285/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.026633/2015-44
Show Musical: "ROCK IN RIO - MELHORES MOMENTOS (2015)"
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.
Emissora: Rede Globo

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendada para menores de dez anos" e que, durante a exibição, não foram verificados conteúdos que justificassem esta classificação;

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "livre".

ALESSANDAR XAVIER NUNES MACEDO

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.926, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação de suspensão da comercialização de planos ou produtos de operadoras

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009; considerando o disposto no inciso IV, art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e a não adequação de entidades filantrópicas ao disposto ao art. 34 da Lei nº 9.656, de 1998, até a presente data, em reunião ordinária de 15 de outubro de 2015, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do art. 82 da RN nº 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos das operadoras indicadas a seguir, com base no § 4º, artigo 9º da Lei 9.656/1998:

I - SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICENCIA, registro nº 30620-7, inscrita no CNPJ nº 33.005.638/0001-74, processo administrativo nº 33902.160669/2005-68;

II - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE, registro nº 30642-8, inscrita no CNPJ nº 03.276.524/0001-06, processo administrativo nº 33902.063055/2005-39;

III - IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LEME, registro nº 33576-2, inscrita no CNPJ nº 51.381.903/0001-09, processo administrativo nº 33902.050557/2005-08;

IV - FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER, registro nº 339954, inscrita no CNPJ nº 19.878.404/0001-00, processo administrativo nº 33902.060700/2005-61;

V - IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTA RITA PASSA QUATRO, registro nº 36351-1, inscrita no CNPJ nº 56.927.809/0001-18, processo administrativo nº 33902.063039/2005-46;

VI - IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCES DE MONTES CLAROS, registro nº 36368-5, inscrita no CNPJ nº 22.669.931/0001-10, processo administrativo nº 33902.140183/2005-11;

VII - SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITABUNA, registro nº 37240-4, inscrita no CNPJ nº 14.349.740/0001-42, processo administrativo nº 33902.116351/2005-40;

VIII - IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VITORIA, registro nº 37803-8, inscrita no CNPJ nº 28.141.190/0001-86, processo administrativo nº 33902.053042/2005-51;

IX - BENEFICENCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZONIA, registro nº 38405-4, inscrita no CNPJ nº 04.966.545/0001-08, processo administrativo nº 33902.280811/2005-92;

X - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS, registro nº 39017-8, inscrita no CNPJ nº 44.782.779/0001-10, processo administrativo nº 33902.141244/2005-50;

XI - IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MAUÁ, registro nº 40392-0, inscrita no CNPJ nº 57.553.265/0001-34, processo administrativo nº 33902.082840/2005-91; e

XII - FUNDAÇÃO PADRE ALBINO, registro nº 41339-9, inscrita no CNPJ nº 47.074.851/0001-42, processo administrativo nº 33902.064893/2005-20.

Art. 2º. Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

O Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.423261/2013-12	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art.57 da RN 197/09 c/c Art. 48 da RN 48/03.	Anulação do AI: 62137 / Arquivamento
33902.240799/2012-11	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC.COOP.SERV.MED E HOSP LTDA	343731.	28.630.531/0001-87	Art.12 da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
33902.320138/2014-21	UNIÃO HOSPITALAR OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	413780.	04.284.478/0001-41	Art.12, I da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
33902.304530/2014-23	OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.	359661.	44.673.382/0001-90	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
33902.322170/2014-41	UNIMED NORTE CAPIXABA- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	371777.	35.988.963/0001-20	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
33902.031095/2014-11	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.340615/2014-75	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.488682/2013-99	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art.25 da Lei 9.656/98 c/c Art. 8 da RN 171/08.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.268856/2014-80	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art.57 da RN 197/09 c/c Art.22 da RN 48/03.	Anulação do AI: 57777 / Arquivamento
33902.349738/2012-18	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.360733/2014-08	SAMOC S.A. - SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRÚRGICA	343676.	33.721.226/0001-30	Art.12, I da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
33902.295644/2014-75	UNIMED DE MACAÉ COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	302953.	35.830.868/0001-01	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
33902.276708/2014-39	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	323080.	03.658.432/0001-82	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.276636/2014-20	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.499672/2013-89	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art.17, §4º da Lei 9.656/98 c/c Art. 88 da RN 124/06.	134.357,89 (CENTO E TRINTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)
33902.458864/2012-54	TEMPO SAÚDE PARTICIPAÇÕES S.A.	000361.	04.570.715/0001-30	Art.30 da Lei 9.656/98 c/c Art.84 da RN 124/06.	6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
33902.067877/2013-07	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Art.25 da Lei 9.656 c/c Art.12 da RN 171/08.	Anulação do AI: 57906 / Arquivamento
33902.293343/2014-15	SALUTAR SAÚDE SEGURADORA S/A	000027.	04.518.814/0001-73	Art.57 da RN 197/09.	Anulação do AI: 62332 / Arquivamento
33902.334981/2012-23	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art.17, §2º c/c Art.83 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.664125/2013-81	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Art.12, I da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.287241/2013-71	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	323080.	03.658.432/0001-82	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art.77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.284718/2013-67	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	360449.	77.858.611/0001-08	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art.77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.269249/2014-37	UNIÃO HOSPITALAR OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	413780.	04.284.478/0001-41	Art.12, I da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
33902.433006/2014-69	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art.12, IV da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.481685/2013-00	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	323080.	03.658.432/0001-82	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
33902.335850/2014-25	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC.COOP.SERV.MÉD E HOSP LTDA	343731.	28.630.531/0001-87	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.322136/2014-77	UNIMED NORTE CAPIXABA- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	371777.	35.988.963/0001-20	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
33902.335406/2012-48	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.325482/2014-15	UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A	000701.	04.487.255/0001-81	Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 77 da RN 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

WILSON MARQUES VIEIRA JÚNIOR
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 279, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 58 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência por meio de Reunião Ordinária Pública - ROP 017/2015 realizada em 15 de setembro de 2015.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: RHJ Indústria e Comércio de Equipamentos Medicos Ltda - Me.
CNPJ: 07.573.656/0001-42
Processo nº.: 25351.245190/2013-05
Expediente n.º: 0259486/14-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 299/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Cienlabor Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ: 02.814.280/0001-05
Processo nº.: 25351.049422/2014-50
Expediente n.º: 0646986/14-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 157/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Resserv Comércio de Produtos Ltda Me.
CNPJ: 64.128.853/0001-96
Processo nº.: 25351.003012/2005-50
Expediente n.º: 0251318/15-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 267/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Desinfetante Alcalimp
CNPJ: 31.903.131/0001-02
Processo nº.: 25351.108177/2009-36
Expediente n.º: 0637891/14-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 293/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Melcoprol Ind. e Comércio de Produtos Naturais Ltda.
CNPJ: 02.421.911/0001-18
Processo nº.: 25351.679398/2013-31
Expediente n.º: 0893441/14-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 271/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Life-X Importação e Comércio de Material Cirúrgico Ltda.
CNPJ: 11.624.165/0001-50
Processo nº.: 25351.457156/2014-11
Expediente n.º: 1029216/14-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 307/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Life-X Importação e Comércio de Material Cirúrgico Ltda.
CNPJ: 11.624.165/0001-50
Processo nº.: 25351.457108/2014-73
Expediente n.º: 1023347/14-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 309/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Life-X Importação e Comércio de Material Cirúrgico Ltda.
CNPJ: 11.624.165/0001-50
Processo nº.: 25351.457092/2014-61
Expediente n.º: 1034082/14-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 306/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Life-X Importação e Comércio de Material Cirúrgico Ltda.
CNPJ: 11.624.165/0001-50
Processo nº.: 25351.456308/2014-95
Expediente n.º: 1023357/14-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 308/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Comércio Importação e Exportação Bio-Scan Ltda.
CNPJ: 05.427.006/0001-63
Processo nº.: 25351.031757/2009-46
Expediente n.º: 1086859/14-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 291/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Rodrago Comércio e Representações Ltda.
CNPJ: 30.535.488/0001-12
Processo nº.: 25351.372414/2008-44
Expediente n.º: 0543927/14-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 288/2015 - Corca/Suali.

Recorrente: Resserv Comércio de Produtos Ltda Me.
CNPJ: 64.128.853/0001-96
Processo nº.: 25351.283713/2004-81
Expediente n.º: 0251304/15-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da Relatoria que acata o entendimento do Parecer 268/2015 - Corca/Suali.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.943, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 3° e o art. 48, I do Decreto-Lei n° 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei n° 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o item 2 da Resolução nº 16, de 30 de abril de 1999;

considerando a Resolução nº 17, de 30 de abril de 1999;

considerando o anexo II da Resolução-RDC n° 27, de 06 de agosto de 2010;

considerando a Notificação Gerência Colegiada da Superintendencia de Vigilância Sanitária nº 51/2015/DVA/SVS, que determinou a interdição cautelar dos produtos no Estado de Minas Gerais por não possuírem comprovação de segurança e registros sanitários, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes dos produtos 37 ERVAS EM CÁPSULAS e MIX EM CÁPSULAS, marca VILLARES & CIA, fabricados por Manoel Vieira Neto (CNPJ: 17.726.303/0001-99).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO
Interino

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.944, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 3° e o art. 48, I do Decreto-Lei n° 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei n°9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o item 2 da Resolução nº 16, de 30 de abril de 1999;

considerando a Resolução nº 17, de 30 de abril de 1999;

considerando o anexo II da Resolução-RDC n° 27, de 06 de agosto de 2010;

considerando a Notificação Gerência Colegiada da Superintendencia de Vigilância Sanitária nº 58/2015/DVA/SVS, que determinou a interdição cautelar dos produtos no Estado de Minas Gerais por não possuírem comprovação de segurança e registros sanitários, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes do produto FIBRA DE MARACUJÁ EM CÁPSULAS e do produto SENE EM CÁPSULAS, fabricados por Fonte Verde Ervas Ind. Com. Imp. Exp. Ltda-ME. (CNPJ 14.662.632/0001-25).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.942, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 813, de 07 de julho de 2015, e tendo em vista o disposto no inciso I e no §1º do Art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU nº 139, de 23 de julho de 2015; e considerando o disposto na Resolução RDC nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no D.O.U. de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relativas a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIA DE OLIVEIRA SANTOS CAZENAVE

ANEXO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
EMPORIUM CIGARS IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE TABACOS LTDA.
CNPJ: 08.201.306/0001-18

Marca	Processo	Expediente	Assunto	Motivação
H UPMANN (Charuto)	25351.548054/2015-06	0797791/15-3	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Em cumprimento ao inciso I do Art. 23 da RDC nº 90/2007, uma vez que não foram apresentados todos os documentos exigidos pela RDC

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

JOSE L. PIEDRAS (Charuto)	25351.548067/2015-05	0797812/15-0	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Em cumprimento ao inciso I do Art. 23 da RDC nº 90/2007, uma vez que não foram apresentados todos os documentos exigidos pela RDC
MONTECRISTO (Charuto)	25351.548062/2015-63	0797806/15-5	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Em cumprimento ao inciso I do Art. 23 da RDC nº 90/2007, uma vez que não foram apresentados todos os documentos exigidos pela RDC
ROMEO Y JULIETA (Charuto)	25351.548076/2015-91	0797823/15-5	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	Em cumprimento ao inciso I do Art. 23 da RDC nº 90/2007, uma vez que não foram apresentados todos os documentos exigidos pela RDC

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 780, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Convoca a entidade privada sem fins lucrativos, Coopercentral, constante na Portaria nº 51 de 23 de outubro de 2013 para realizar o cadastramento de Proposta / Plano de Trabalho no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, XII, do Anexo I, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010, do Ministério da Saúde, e:

Considerando a seleção dessa entidade constante na Portaria nº 51 de 23 de outubro de 2013;

Considerando que houve falha na publicação durante o rito de celebração, que impossibilitou a continuidade do convênio;

Considerando ainda a necessidade de dar continuidade às ações integrantes do projeto "CATAFORTE - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias" sob responsabilidade da Funasa; resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a Cooperativa Central do Complexo de Transformação e Comercialização de Materiais Recicláveis - Coopercentral, cadastrar e enviar Proposta/Plano de Trabalho, conforme disposto no Parágrafo Único do art. 1º, da Portaria nº 1.239 de 30 de outubro de 2013.

Parágrafo único - O prazo para o credenciamento, cadastramento e o envio da Proposta/Plano de Trabalho para análise, via SICONV, será de 25 dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º O atendimento do pleito e da respectiva demanda dos recursos orçamentários e financeiros estará condicionado à disponibilidade e programação orçamentária da Funasa , bem como às normas e procedimentos adotados pela Funasa para a transferência de recursos destinados às ações de saneamento e de engenharia de saúde pública, conforme Portaria Funasa nº 902/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.120, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Anexo Portaria nº 478/SAS/MS/SAS/MS, de 16 de junho de 2014.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, e considerando a Portaria nº 478/SAS/MS/SAS/MS, de 16 de junho de 2014, que aprova o Protocolo de Uso de Indução de Imunotolerância para Pacientes com Hemofilia A e Inibidor, resolve:

Art. 1º O item "4.2. Produto" do Anexo da Portaria nº 478/SAS/MS, de 16 de junho de 2014, publicada em 17/06/2014, no Diário Oficial da União, Seção 1, Página 70, passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.2. Produto

A imunotolerância deverá ser realizada com o concentrado de fator VIII que o paciente vem fazendo uso, seja este de origem plasmática ou recombinante. (Importante: vide observação complementar sobre mudança de tipo de concentrado durante acompanhamento no item 8.2)." (NR)

Art. 2º O item "7.1. Sucesso total" do Anexo da Portaria nº 478/SAS/MS, de 16 de junho de 2014, publicada em 17/06/2014, no Diário Oficial da União, Seção 1, Página 70, passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.1. Sucesso total

- Negativação do título de inibidor pelo método de Bethesda modificado, isto é, titulação do inibidor inferior a 0.6 UB/mL por pelo menos duas vezes consecutivas (com período mínimo de 2 meses entre cada dosagem);

- Dosagem de fator VIII superior a 1% 48 horas após a infusão de 50 UI/kg de peso do concentrado do fator VIII em uso;

- Teste de recuperação normal de fator VIII , isto é ≥ 66% dos valores esperados (Anexo III);

- Vida média normal do fator VIII, isto é ≥ 7 horas (avaliado após período de 72 horas de wash-out de fator VIII) (Anexo III);

- Ausência de resposta anamnéstica à exposição ao fator VIII." (NR)

Art. 3º O item "7.2. Sucesso parcial" do Anexo da Portaria nº 478/SAS/MS, de 16 de junho de 2014, publicada em 17/06/2014, no Diário Oficial da União, Seção 1, Página 70, passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.2. Sucesso parcial

-Título de inibidor inferior a 2 UB/mL pelo método de Bethesda modificado; e/ou

- Dosagem de fator VIII inferior a 1% 48 horas após a infusão de 50 UI/kg de peso do concentrado do fator VIII em uso e/ou

-Teste de recuperação de fator VIII inferior a 66% dos valores esperados; e/ou

-Vida média do fator VIII inferior a 7 horas (avaliado após período de 72 horas de wash-out de fator VIII);

-Resposta clínica a infusão de fator VIII;

-Ausência de elevação dos títulos de inibidor acima de 5 UB/mL em um período de 6 meses (se paciente em tratamento sob demanda) ou por 12 meses (se em tratamento profilático)." (NR)

Art. 4º O item "8.3. Redução de dose após sucesso total" do Anexo da Portaria nº 478/SAS/MS, de 16 de junho de 2014, publicada em 17/06/2014, no Diário Oficial da União, Seção 1, Página 70, passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.3. Redução de dose após sucesso total

Mediante a negativação do título de inibidor pelo método de Bethesda modificado, definido através da titulação do inibidor inferior a 0.6 UB/mL por pelo menos duas vezes consecutivas (com período mínimo de 2 meses entre cada dosagem), deve-se programar a dosagem de fator VIII 48 horas após a infusão de 50 UI/kg de peso do concentrado do fator VIII em uso. Se este valor for superior a 1%, deve-se reduzir imediatamente a dose do concentrado de fator VIII para 25 UI/kg 3 vezes por semana (dose profilática) com o produto em uso para imunotolerância. Durante os 3 meses seguintes, o paciente deverá receber o mesmo produto que foi utilizado na imunotolerância. Dentro deste período de 3 meses, o médico deverá providenciar os testes de recuperação e vida média do fator VIII, que são imprescindíveis para a definição de sucesso. Após o período de 3 meses, e mediante sucesso total (Tópico 7.1), os pacientes deverão iniciar profilaxia indefinida com concentrado de fator VIII 25 UI/kg/dia 3 vezes por semana, com o produto disponível conforme orientação do Programa Nacional de Coagulopatias Hereditárias do Ministério da Saúde. O esquema de profilaxia poderá ser ajustando de forma racional e considerando os critérios individualizados para garantir a prevenção dos episódios hemorrágicos.

Pacientes que apresentam critérios de remissão parcial, com resposta clínica ao fator VIII, no entanto, que não atingiram todos os critérios de farmacocinética ao fator VIII, ou mesmo apresentam inibidores de baixo título ao fator VIII (título < 2 UB/mL), devem ser reavaliados do ponto de vista clínico, de forma a manter um esquema profilático com fator VIII, com ajuste de dose de forma racional para garantir a prevenção dos episódios hemorrágicos espontâneos.

O tratamento de IT deve ser revisto periodicamente pelo médico do CTH que acompanha o paciente e, quando necessário, discutido com médico com experiência em IT.

O médico do CTH deve acompanhar o paciente clinicamente, analisando a evolução da titulação de inibidor, a vida média e a recuperação do fator VIII através de gráficos e análises de resposta continuada, tal como descrito neste protocolo e anexos." (NR)

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SANDRA KENNEDY VIANA

PORTARIA Nº 1.121, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Desabilita Hospitais Psiquiátricos.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando a Portaria nº 251/GM/MS, de 31 de janeiro de 2002, que instituiu o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares - PNASH/Psiquiatria;

Considerando o item 9 do Anexo da Portaria nº 52/GM/MS, de 20 de janeiro de 2004, que institui o Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS e determina que "os recursos financeiros restantes após a redução de leitos, em cada etapa e a cada nova redução, permanecerão nos tetos municipais e estaduais, quando em gestão plena do sistema, para utilização na rede local, microrregional e regional de serviços de saúde mental, de modo a apoiar o financiamento da implantação e manutenção de CAPS, serviços residenciais terapêuticos e outros serviços de saúde mental nos municípios de destino dos pacientes desinstitucionalizados, bem como custear equipes para suporte a desinstitucionalização";

Considerando a Portaria nº 358/GM/MS, de 09 de março de 2004 que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro anual da Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a nova classificação dos hospitais psiquiátricos no âmbito do Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS (PRH), instituído pela Portaria nº 2644/GM de 28 de outubro de 2009 e a Portaria nº 404/SAS/MS de 19 de novembro de 2009, que habilita os hospitais psiquiátricos à nova classificação;

Considerando a Portaria nº 2647/GM/MS, de 31 de outubro 2009, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro anual da Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Portaria nº 3088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os hospitais psiquiátricos relacionados no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA KENNEDY VIANA

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	NOME	CNES	GESTÃO	Nº DE LEITOS SUS DESCREDENCIADOS	HABILITAÇÃO
PE	Recife	Sanatório Recife	2777509	Municipal	159	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
PB	João Pessoa	Casa de Saúde São Pedro	2707500	Municipal	160	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
SP	São Bernardo do Campo	Hospital Lacan	2082292	Municipal	160	0633 - Nível III PORTARIA SAS 404/2009
TO	Araguaína	Clínica de Repouso São Francisco Araguaína	2370638	Estadual	160	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
GO	Goiânia	Clínica de Repouso de Goiânia	2338122	Municipal	160	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
GO	Goiânia	Clínica Isabela	2518872	Municipal	102	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
GO	Goiânia	Clínica Jardim América	2339188	Municipal	120	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
RJ	Rio de Janeiro	Clínica de Repouso Santa Edwiges	2295385	Municipal	90	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
RJ	Rio de Janeiro	Clínica da Gávea	2269406	Municipal	80	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
RJ	Bom Jesus de Itabapoana	Clínica de Repouso Itabapoana	2282755	Municipal	240	0606 - Classe VI PORTARIA SAS 53/2004
SC	São José	Instituto São José	2778866	Estadual	32	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 275, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria n° 57/SGTES/MS, de 5 de dezembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 116/SGTES/MS, de 08 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.216277/2013-14	PEDRO MULET PINEDA	4301119	RS	SÃO MARCOS
25000.215588/2013-58	IRINA MERCADO GARCES	4301120	RS	SÃO MARCOS

PORTARIA Nº 276, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria nº 116/SGTES/MS, de 08 de maio de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 116/SGTES/MS, de 08 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.070945/2014-23	BELSYS ACOSTA CABRERA	3502256	SP	GUARULHOS
25000.071030/2014-35	DULEYMIS COELLO VIELL	3502253	SP	SÃO PAULO

PORTARIA Nº 277, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria n° 31/SGTES/MS, de 31 de outubro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria n° 31/SGTES/MS, de 31 de outubro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.192713/2013 - 44	MARICELA VERDECIA RIZO	2900167	BA	FEIRA DE SANTANA

PORTARIA Nº 278, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Divulga a relação de profissionais desligados do Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB) 2014.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, que institui o Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica (PROVAB);

Considerando a Portaria Interministerial nº 3.031/MS/MEC, de 26 de dezembro de 2012, que altera a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, DE 1º de setembro de 2011;

Considerando os Editais SGTES/MS que regulamentam a adesão ao PROVAB: nº 35, de 26 de dezembro de 2012; nº 01, de 07 de janeiro de 2014; nº 58, de 06 de novembro de 2013; nº 59, de 06 de novembro de 2013 e respectivas alterações e retificações, resolve:

Art.1º Divulgar, na forma do Anexo desta Portaria, a relação dos médicos desligados do PROVAB 2014 por motivo de descumprimento de regras editalícias referentes à especialização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

Relação dos médicos desligados do PROVAB 2014 por motivo de descumprimento de regras editalícias referentes à especialização

NOME	CPF
ANA FLÁVIA MELO COSTA GALDINO	7665089437
CYBELLE ROLIM DE ALMEIDA	2821136498
DAYANE JOYCE CORREIA DO NASCIMENTO	5304651405
MÁRCIA AMARAL VAZ	6743513636

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 551, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Aprova o enquadramento, no REIDI, do projeto de execução, pelo regime de Parceria Público-Privada, da prestação dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por meio de Veículo Leve sobre Trilhos no Eixo Anhanguera, em Goiânia/GO.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 6° do Decreto n° 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 5º da Portaria nº 519, de 29 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1° Aprovar o enquadramento, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de execução, por meio de Parceria Público-Privada, das obras civis, serviços e fornecimentos para o VLT - Veículo Leve sobre Trilhos Anhanguera (VLT Goiânia), de titularidade da Concessionária Mobilidade Anhanguera S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.754.471/0001-13, conforme descrito no anexo.

Art. 2º O grupo executivo de implantação do VLT de Goiânia, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, poder concedente do Contrato s/n de Parceria Público-Privada na modalidade de Concessão Patrocinada de 31/03/2014, atesta, por meio de declaração de 28 de abril de 2015, que os custos do projeto foram estimados levando-se em conta a suspensão fiscal promovida pelo REIDI, inclusive para cálculo de preços, tarifas, taxas ou receitas permitidas.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

Projeto	VLT - Veículo Leve sobre Trilhos Anhanguera (VLT Goiânia)
Descrição	Parceria Público-Privada na modalidade de concessão patrocinada para prestação dos serviços públicos, de maneira integrada com a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC) de Goiânia/GO, com tecnologia de Veículo Leve sobre Trilhos, contemplando implantação de obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação e manutenção. O projeto prevê a implantação de 13,6 km de extensão de infraestrutura de VLT no Corredor Anhanguera, maior eixo de transporte coletivo da Rede Metropolitana de Goiânia, desenvolvido integralmente no município de Goiânia, no sentido leste-oeste. Há previsão da implantação de 12 estações (sendo uma subterrânea) e 5 terminais.
Ato Autorizativo	Concessão patrocinada da prestação dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por meio de Veículo Leve sobre Trilhos no Eixo Anhanguera, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, incluindo a implantação, a operação e a manutenção do sistema de VLT. Extrato de Contrato publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 22.060, Suplemento, no dia 14/04/2015, Ano 178. Processo nº 201311863000056. Licitação Internacional nº 01/2013.
Pessoa Jurídica Titular	Concessionária Mobilidade Anhanguera S/A.
CNPJ	19.754.471/0001-13
Localização	Goiânia/GO.
Enquadramento	Artigos 1° e 2° da Lei n° 11.488/07, artigos 5°, I, c e 6° do Decreto n° 6.144/07 e artigo 2º da Portaria n.º 519/14, do Ministério das Cidades.
Identificação do Processo	80140.001219/2015-55

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 194, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.020034/2015-44, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica HERMIDA E QUARESMA INSPEÇÃO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 05.773.092/0001-66, situada no Município de Niterói - RJ, na Rua São Lourenço, 183, São Lourenço, CEP 24.060-008, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 156, de 23 de setembro de 2015, publicada no DOU de 24 de setembro de 2015, Seção 1, Página 60, onde se lê: "CEP 20.930-440" Leia-se: "CEP 20.930-445".

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.341, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, e considerando o que consta do Processo n.º 53900.027324/2015-01, resolve:

Art. 1º Autorizar a TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 36- (trinta e seis decalado para menos), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, em conformidade com o Anexo.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

ANEXO

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: Torre TV			Bairro: Nazaré
CEP: 37430-000	Localidade: Conceição do Rio Verde	UF: MG	Coordenadas Geográficas: 21°53'13.50"S; 45°05'47.00"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: *		
Modelo: *	Potência de Operação: 0,100 kW	Certificação: *

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

* A entidade deverá indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 0,100 kW na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: Ideal Antenas		Modelo: IS4 36 36 NT		
Cota Base da Torre: 921 m	Altura Centro Geométrico: 22 m	Azimute de Orientação: 0° NV	Beam-tilt: 0°	Ganho max.: 7,60 dBd
Tipo: OMNIDIRECIONAL		Polarização: Horizontal		ERP max: 0,420 kW

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		Modelo: LCF7850JA-A0	
Comprimento: 30 m	Eficiência: 73%	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação. 2,89 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP $_{AZ}$)		
AZIMUTE (º)	ALTURA* (m)	ERP $_{AZ}$ (kW)
0	45	0,420
30	-35	0,395
60	-1	0,340
90	26	0,318
120	2	0,318
150	-23	0,311
180	57	0,325
210	-10	0,311
240	7	0,318
270	20	0,318
300	27	0,340
330	34	0,395

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.

PORTARIA Nº 4.470, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, e considerando o que consta do Processo n.º 53900.027228/2015-54, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de CARMÓPOLIS DE MINAS, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 44+ (quarenta e quatro, decalado para mais), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, em conformidade com o Anexo.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

ANEXO

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: SERRA DA LAGE			Bairro: *****
CEP: 35534-000	Localidade: CARMÓPOLIS DE MINAS	UF: MG	Coordenadas Geográficas: 20°31'48,90"S; 44°42'06,76"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: *		
Modelo: *	Potência de Operação: 0,015 kW	Certificação: *

* A entidade deverá indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 0,015kW na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: IDEAL INDÚSTRIA E COM´RCIO DE ANTENAS LTDA		Modelo: IS44436ST		
Cota Base da Torre: 1249 m	Altura Centro Geométrico: 22 m	Azimute de Orientação: 0° NV	Beam-tilt: 0°	Ganho max.: 7,6 dBd
Tipo: OMNIDIRECIONAL		Polarização: HORIZONTAL		ERP max: 0,062 kW

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS		Modelo: LCF78-50JA-A0	
Comprimento: 32 m	Eficiência: 71,4 %	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 3,003 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP $_{AZ}$)		
AZIMUTE (º)	ALTURA* (m)	ERP $_{AZ}$ (kW)
0	306	0,062
15	350	0,062
30	324	0,057
45	406	0,054
60	437	0,050
75	417	0,047
90	421	0,045
105	399	0,043
120	370	0,042
135	395	0,042
150	359	0,042
165	348	0,043
180	303	0,044
195	268	0,043
210	243	0,042
225	261	0,042
240	281	0,042
255	325	0,043
270	338	0,045
285	349	0,047
300	391	0,050
315	362	0,052
330	305	0,057
345	335	0,062

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.

PORTARIA Nº 4.480, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, e considerando o que consta do Processo n.º 53900.027397/2015-94, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de ESPERA FELIZ, Estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 07(sete), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, em conformidade com o Anexo.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

ANEXO

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: SERRA JOÃO CARLOS			Bairro: S/B
CEP: 36830-000	Localidade: ESPERA FELIZ	UF: MG	Coordenadas Geográficas: 20°39'01"S; 41°54'26"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: *		
Modelo: *	Potência de Operação: 0,090 kW	Certificação: *

* A entidade deverá indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 0,090 kW na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA		Modelo: IS2V736ST		
Cota Base da Torre: 767 m	Altura Centro Geométrico: 22 m	Azimute de Orientação: 0 ° NV	Beam-tilt: 0,0 °	Ganho max.: 4,50 dBd
Tipo: OMNIDIRECIONAL		Polarização: HORIZONTAL		ERP max: 0,204 kW

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS - RADIO FREQUECY SYSTEMS		Modelo: LCF78-50JA-A0	
Comprimento: 30 m	Eficiência: 80,30%	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação. 1,506 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP $_{AZ}$)		
AZIMUTE (º)	ALTURA* (m)	ERP $_{AZ}$ (kW)
0	-116	0,165
15	-105	0,184
30	-239	0,200
45	-208	0,162
60	-344	0,141
75	-127	0,180
90	-93	0,204
105	-125	0,192
120	-71	0,147
135	-89	0,124
150	-31	0,137
165	-9	0,151
180	-45	0,165
195	56	0,151
210	16	0,137
225	82	0,124

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

240	130	0,147
255	73	0,192
270	-23	0,204
285	-108	0,0180
300	-128	0,144
315	-72	0,165
330	-88	0,200
345	-127	0,184

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.

PORTARIA Nº 4.481, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, e considerando o que consta do Processo n.º 53900.027321/2015-69, resolve:

Art. 1º Autorizar a TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de ALVINÓPOLIS, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 28- (vinte e oito decalado para menos), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, em conformidade com o Anexo.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

ANEXO

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: Morro da Fábrica			Bairro: -
CEP: 35950-000	Localidade: Alvinópolis	UF: MG	Coordenadas Geográficas: 20°06'24"S; 43°02'56"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: *		
Modelo: *	Potência de Operação: 0,100 kW	Certificação: *

* A entidade deverá indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 0,100 kW na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: Ideal Antenas			Modelo: IS4 28 22 NL	
Cota Base da Torre: 602 m	Altura Centro Geométrico: 19 m	Azimute de Orientação: 240° NV	Beam-tilt: 0°	Ganho max.: 8,60 dBd
Tipo: DIRETIVO		Polarização: Horizontal		ERP max: 0,551 kW

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		Modelo: LCF7850JA-A0	
Comprimento: 25 m	Eficiência: 76%	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação. 2,76 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP $_{AZ}$)		
AZIMUTE (º)	ALTURA* (m)	ERP $_{AZ}$ (kW)
0	-157	0,173
15	-199	0,056
30	-152	0,006
45	-153	0,009
60	-121	0,027
75	-117	0,009
90	-57	0,006
105	-47	0,056
120	49	0,173
135	11	0,318
150	4	0,417
165	-1	0,518
180	7	0,551
195	0	0,518
210	-31	0,477
225	-34	0,529
240	-86	0,551
255	-97	0,529
270	-123	0,477
285	-131	0,518
300	-118	0,551
315	-93	0,518
330	-113	0,417
345	-126	0,318

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.

PORTARIA Nº 4.482, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, e considerando o que consta do Processo n.º 53900.027358/2015-97, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de MATIAS BARBOSA, Estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 13 (treze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, em conformidade com o Anexo.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

ANEXO

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: RUA ANTONIO MASSALI, LOTE 5			Bairro: PARQUE SABIÁ
CEP: 36120-000	Localidade: MATIAS BARBOSA	UF: MG	Coordenadas Geográficas: 21° 52'14.50"S; 43°19'19.30"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: *		
Modelo: *	Potência de Operação: 0,120 kW	Certificação: *

* A entidade deverá indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de XXXX kW na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA			Modelo: IS2V1336ST	
Cota Base da Torre: 516 m	Altura Centro Geométrico: 22 m	Azimute de Orientação: 0° NV	Beam-tilt: 0,0 °	Ganho max.: 4,50 dBd
Tipo: OMNIDIRECIONAL		Polarização: HORIZONTAL		ERP max: 0.269 kW

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS		Modelo: LCF78-50JA-A0	
Comprimento: 30 m	Eficiência: 79.50 %	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação. 1,663 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP $_{AZ}$)		
AZIMUTE (º)	ALTURA* (m)	ERP $_{AZ}$ (kW)
0	-169	0,218
15	-116	0,243
30	-92	0,264
45	-48	0,213
60	-69	0,185
75	-174	0,238
90	-184	0,269
105	-174	0,253
120	-71	0,194
135	-99	0,164
150	-25	0,181
165	-15	0,199
180	19	0,218
195	17	0,199
210	40	0,181
225	0	0,164
240	-11	0,194
255	-8	0,253
270	-33	0,269
285	-90	0,238
300	-199	0,190
315	-265	0,218
330	-242	0,264
345	-181	0,243

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 4.811, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 70, do Capítulo IV, do Anexo II, da Portaria nº 143, de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 seguinte, resolve:

Art. 1º Fixar o limite de despesa a ser empenhada com diárias e passagens no exercício de 2015, para:

I - o Gabinete do Ministro em R$ 525.017,00 (quinhentos e vinte e cinco mil, dezessete reais);

II - a Secretaria Executiva em R$ 274.023,00 (duzentos e setenta e quatro mil, vinte e três reais);

III - a Secretaria de Telecomunicações em R$ 526.203,00 (quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e três reais);

IV - a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica em R$ 583.230,00 (quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e trinta reais); e

V - a Secretaria de Inclusão Digital em R$ 321.460,00 (trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e sessenta reais).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 2410/2015/SEI-MC, de 09 de julho de 2015.

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 6.115/2014-CPOE/SCP, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

Processo n.º 53500.006528/2008 RETIFICAR Onde se lê Processo 53500.005631/2014, leia-se Processo 53500.006528/2008.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÕES EM PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES (PADO)

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) relacionados:

N.º do Processo	Responsável	CPF/CNPJ	Enquadramento Legal	Decisão Final	Valor (R$)
53504.005302/2015	SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE BILAC LTDA	44.430.668/0001-44	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	797,36
53504.022080/2011	RÁDIO LITORAL SC LTDA	02.990.411/0001-05	Item 5.2.1.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998, arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	9.696,00
53504.007237/2013	FRANCISCO ALVES DE ARAÚJO - ME	43.622.950/0001-60	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	4.784,15
53504.006609/2015	RÁDIO DUFUSORA RHEMA LTDA	01.716.746/0001-69	Itens 5.2.1.1 e 6.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998 e arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	11.970,00
53504.003158/2015	UNIMAQ JABOTICABAL MÁQUINAS OPERATRIZES LTDA - ME	00.540.109/0001-11	Art. 55, inciso IV, alínea "c", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	8.436,00
53504.004724/2013	FALKLAND TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	01.009.876/0001-61	Art. 70, inciso V, do Regulamento aprovado pela Resolução nº 404/2005	Multa	1.500,00
53504.005292/2015	RÁDIO ALVORADA DE CARDOSO LTDA	49.964.109/0001-38	Itens 3.2.3 e 5.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998 e arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	1.000,00
53504.002181/2013	RÁDIO CHARQUEADENSE FM LTDA	03.731.324/0001-98	Art. 80 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	757,49
53504.007596/2015	MARCELO DA SILVA	758.850.188-04	Art. 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000, art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	2.592,08
53504.014294/2011	RÁDIO FM ILHA DO SOL LTDA	55.681.456/0001-56	Art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	797,36
53504.006083/2013	CLEARING HOUSE S/A	02.178.302/0001-80	Item 9.8 da Norma 13/1997	Multa	2.644,06
53504.008930/2013	ABRIL COMUNICAÇÕES S.A.	44.597.052/0001-62	Item 1.1.1, alínea "c", do Anexo à Portaria MC nº 67/1974	Multa	1.200,00
53504.006700/2015	RB CODE - INDÚSTRIA DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇÃO LTDA	07.586.045/0001-39		Arquivamento	
53504.004775/2015	VICTOR NET E LINK EVOLUTION TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME	14.522.795/0001-02	Arts. 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e art. 39 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	Multa	440,00
53504.006495/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE ORLÂNDIA	02.827.552/0001-01	Arts. 3º, inciso I, e 5º do Regulamento aprovado pela Resolução nº 571/2011, art. 40, inciso XXII, do Decreto nº 2615/1998 e item 19.1.3 da Norma Complementar MC nº 1/2011	Multa	575,70
53504.009101/2015	ALEX BATISTA DE SOUZA	128.262.428-81	Art. 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	2.392,08
53504.007215/2013	RÁDIO CULTURA DE LEME LTDA	51.379.253/0001-59	Item 3.2.3 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999	Multa	530,25
53504.007747/2013	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BOA VISTA	54.695.465/0001-33	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001, art. 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e arts. 162 e 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	5.034,15
53504.011179/2013	SISTEMA ARAÇÁ DE COMUNICAÇÃO LTDA	55.752.315/0001-87	Item 7.3 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001 e arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	2.145,00
53504.005024/2015	EDSON LUÍS CHAVES - ME	55.288.385/0001-26	Art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 614/2013, art. 53 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998 e art. 131 da Lei nº 9472/1997	Multa	5.345,49
53504.005143/2013	ALVARION DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	03.837.261/0001-59	Art. 55, inciso IV, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	600,00
53504.005306/2015	RADIODIFUSÃO OESTE PAULISTA LTDA	02.263.923/0001-61	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	797,36
53504.012224/2013	FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA	036.835.758-91		Arquivamento	
53504.001361/2015	TV CARIOBA COMUNICAÇÕES LTDA	61.317.095/0004-66	Art. 55, inciso V, alínea "c", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000, itens 9.1.1 e 9.3.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001, art. 78 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e item. 2.5.2 da Norma aprovada pela Portaria MC nº 38/1974	Multa	7.590,00
53504.016340/2013	SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO E CULTURA VIDA NOVA	02.696.956/0001-03	Art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	712,50
53504.005295/2013	JODACIEL MOREIRA DINIZ - ME	02.378.265/0001-53	Art. 55, inciso IV, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	1.350,00
53504.005570/2013	RAFAEL PARAIZO PEREIRA - ME	13.271.061/0001-35	Art. 55, inciso IV, alínea "c", e inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000, art. 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998, art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e arts. 131 e 162, § 2º, da Lei nº 9472/1997	Multa	7.928,22
53504.006553/2015	RÁDIO AVARÉ LTDA	45.431.145/0001-85	Item 3.2.3 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/20025	Multa	3.150,00
53504.001812/2013	GRECO COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	55.864.102/0001-47	Arts. 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e art. 39 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	Multa	3.860,37
53504.003514/2015	IOMAR FERREIRA DE LIMA	290.803.958-38	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	2.392,08
53504.007238/2013	CEMITÉRIO COLINA DOS IPÊS LTDA	04.802.996/0001-00	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	4.784,15
53504.011703/2013	DEBIAN SIGNAL COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA - ME	12.291.623/0001-40	Arts. 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e art. 39 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	Multa	2.257,01
53504.007245/2013	CEMITÉRIO COLINA DOS IPÊS LTDA	04.802.996/0001-00	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	4.784,15
53504.009863/2013	WESLEY CLAYTON DA SILVA	226.432.258-64	Art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 614/2013, art. 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998 e art. 131 da Lei nº 9472/1997	Multa	2.672,75
53504.007752/2013	DURATEX S.A.	97.837.181/0001-47	Item 4.1 da Norma 17/96	Multa	5.000,00
53504.018822/2014	DANIEL ARRUDA CAMARGO - ME	20.055.878/0001-31	Art. 55, inciso IV, alínea "c", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	500,00
53504.004269/2013	RÁDIO E TELEVISÃO METROPOLITANA LTDA	49.937.485/0001-33	Itens 3.2.3 e 4.1.4 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999, arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	9.582,38
53504.003127/2013	FLASHE TECNOLOGIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME	06.186.055/0001-14	Arts. 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e art. 39 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998	Multa	3.447,64
53504.007871/2013	ABCEL - ABC EMPREENDIMENTOS DE LUTO LTDA	01.346.327/0001-82	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	4.784,15
53504.000685/2013	ERM TRADING COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRO-PORTÁTEIS E DE INFORMÁTICA LTDA - ME	10.619.881/0001-87	Art. 55, inciso IV, alínea "c", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	550,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

53504.002314/2015	WIND TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA - ME	19.023.382/0001-05	Art. 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 614/2013, art. 53 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998 e art. 131 da Lei nº 9472/1997	Multa	5.078,22
53504.009989/2013	PAULO JORGE ELÍDIO DA SILVA	226.971.668-07	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	2.392,08
53504.001247/2015	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE MIRA-CATU LTDA	02.420.525/0001-01	Item 5.2.1.1, 6.4.1, 7.1.4 e 7.1.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998, arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	11.760,00
53504.005454/2008	TELEFÔNICA BRASIL S.A.	02.558.157/0001-62	Art. 28, incisos I, III e IV, do Regulamento aprovado pela Resolução nº 441/2006	Multa	1.180.704,58
53504.011704/2005	TELEFÔNICA BRASIL S.A.	02.558.157/0001-62	Cláusula 25.1, item VI, do Contrato de Concessão	Multa	984.375,00
53504.004779/2002	TELEFÔNICA BRASIL S.A.	02.558.157/0001-62	Cláusula 25.1, item VI, do Contrato de Concessão	Multa	33.088,78
53504.011712/2009	TELEFÔNICA BRASIL S.A.	02.558.157/0001-62	Cláusula 25.1, item VI, do Contrato de Concessão	Multa	110.295,94
53504.006486/2008	TELEFÔNICA BRASIL S.A.	02.558.157/0001-62	Cláusula 25.1, item VI, do Contrato de Concessão	Multa	1.500.000,00

SANDRO ALMEIDA RAMOS

Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.039, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

Designar à prestadora EUTV CONSULTORIA E INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS S.A o Mobile Network Code (MNC) no formato 17 para utilização em todas as Regiões do PGA-SMP, nos termos do Processo nº 53500.017517/2015-58.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Nº 6.123 - Processo n° 535000251052013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à HELP DESK NET TELECOMUNICACOES LTDA ME, CNPJ nº 03.092.172/0001-20, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 31 de Janeiro de 2029, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.124 - Processo n° 535000050942013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TECHNET NETWORKS LTDA - ME, CNPJ nº 12.747.178/0001-80, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 5 de Abril de 2028, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.126 - Processo n° 535000161442015. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à 6 P TELECOM LTDA, CNPJ nº 10.299.125/0001-18, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.131 - Processo n° 535000153422013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à SUPER CONNECT TLELECOM LTDA, CNPJ nº 15.392.907/0001-10, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.134 - Processo n° 535000045492014. Expede autorização de uso da(s) radiofreqüência(s), à SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA., CNPJ nº 00.497.373/0001-10, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 24 de Junho de 2029, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.137 - Processo no 53542.001871/2008. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à LIG-MOBILE TELECOMUNICACOES LTDA., CNPJ no 00.186.938/0001-48, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Especializado, até 7 de Julho de 2018, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.138 - Processo n° 535000029192013. Outorga autorização de uso de radiofrequências à AVANZI TELECOM COMUNICACAO E INTERNET EIRELI, CNPJ nº 11.502.863/0001-83, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Especializado.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 4.155, DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.009299/2014-94, resolve:

Art. 1°Transferir à Spring Televisão S.A, as autorizações outorgadas originariamente à Abril Radiodifusão S.A, por intermédio das Portarias descritas no anexo a esta, para executar os serviços de retransmissão de televisão, em caráter primário.

Parágrafo único. A execução dos serviços, cujas transferências estão sendo autorizadas por esta Portaria, reger-se-ão pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2°Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ

ANEXO

PORTARIA	CANAL	LOCALIDADE	UF
Portaria 494 de 23.5.1996 Portaria 244 de 6.3.2012	51+	Angra dos Reis	RJ
Portaria 360 de 9.5.1996	57+	Araçatuba	SP
Portaria 295 de 7.6.1991 Portaria 391 de 2.4.2012	38	Bauru/SP	SP
Portaria 124 de 6.2.1990	25+	Belém/PA	PA
Portaria 123 de 19.4.1992 Portaria 301 de 13.3.2012	38	Botucatu/SP	SP
Portaria 156 de 8.8.1990 Portaria 280 de 13.3.2012	43	Cascavel	PR
Portaria 433 de 31.10.1990 Portaria 82 de 23.12.2011	25	Caxias do Sul	RS
Portaria 146 de 25.4.1991	25	Cuiabá	MT
Portaria 38 de 4.2.1992	29+	Curitiba	PR
Portaria 158 de 8.8.1990 Portaria 381 de 2.4.2012	15	Foz do Iguaçu	PR
Portaria 1091 de 8.12.1994 Portaria 107 de 8.2.2012	55	Franca	SP
Portaria 643 de 1.9.1994 Portaria 109 de 8.2.2012	39-	Jaú	SP
Portaria 160 de 8.8.1990 Portaria 1416 de 25.07.2012	44	Londrina	PR
Portaria 144 de 25.4.1991	32+	Maceió	AL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Portaria 112 de 20.12.1990 Portaria 373 de 14.03.2013	23	Manaus	AM
Portaria 162 de 8.8.1990 Portaria 66 de 23.12.2011	25	Maringá	PR
Portaria 39 de 27.12.1990 Portaria 2753 de 28.12.2012	25	Natal	RN
Portaria 431 de 31.10.1990 Portaria 284 de 13.3.2012	24	Pelotas	RS
Portaria 1186 de 16.9.1996 Portaria 119 de 8.2.2012	24+	Piracicaba	SP
Portaria s/n de 25.11.1994 Portaria 378 de 2.4.2012	14-	Canoas	RS
Portaria 361 de 9.5.1996 Portaria 118 de 8.2.2012	58+	Presidente Prudente	SP
Portaria 296 de 7.6.1991	55+	Ribeirão Preto	SP
Portaria 675 de 6.9.1994	47	Rio de Janeiro	RJ
Portaria 323 de 18.12.1991 Portaria 272 de 13.3.2012	48-	Rio de Janeiro	RJ
Portaria 256 de 14.12.1990 Portaria 2815 de 28.12.2012	13-	Salvador	BA
Portaria 435 de 31.10.1990 Portaria 611 de 2.5.2012	21	Santa Maria	RS
Portaria 292 de 6.6.1991 Portaria 921 de 8.6.2012	15+	São José do Rio Preto	SP
Portaria 494 de 8.7.1999 Portaria 2756 de 28.12.2012	39	São Manuel	SP

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 15 de outubro de 2015

Nº 575 - O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionado:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.062002/2011	Fundação Cásper Líbero	OM	São Paulo	SP	Conhecido e não provido	575

Em 19 de outubro de 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.007348/2011	Associação Rádio Comunitária Carijinho FM	RADCOM	Sobradinho	RS	Conhecido e não provido	1268
53520.001076/2012	Conselho Comunitário de Paraíso	RADCOM	Paraíso	SC	Conhecido e não provido	1269
53000.004484/2011	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Amar e Servir	RADCOM	Itajuípe	BA	Conhecido e não provido	1501
53000.004074/2011	Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata	RADCOM	Águas da Prata	SP	Conhecido e provido parcialmente	1509
53000.055150/2011	Associação Comunitária, Artística e Cultural Catanduvense	RADCOM	Catanduvas	PR	Conhecido e não provido	1663
53545.001911/2011	Associação Comunitária de Comunicação Várzea-Grandense	RADCOM	Várzea Grande	MT	Conhecido e não provido	1671
53000.063663/2011	ADESPRU - Associação de Desenvolvimento Social Econômico e Cultural de Prudentópolis	RADCOM	Prudentópolis	PR	Conhecido e não provido	1713

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 4.4001, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Anular a Portaria de multa aplicada a Entidade abaixo relacionada.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.032129/2011	Rádio Amazônia de Colorado do Oeste Ltda	FM	Colorado do Oeste	RO	Anular a Portaria nº 370, de 20/3/2013, publicada no DOU de 22/3/2013.	Portaria DEAA n° 4401, de 5/10/2015	Portaria MC n° 112/2013

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

PORTARIA Nº 2.580, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.007348/2011	Associação Rádio Comunitária Carijinho FM	RADCOM	Sobradinho	RS	Multa	310,98	Alterar o valor da multa aplicada na Portaria DEAA nº 412, de 25/9/12, publicada no DOU de 28/9/12. Atribuir 8 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 2580, de 13/10/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

PORTARIA Nº 2.905, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.055150/2011	Associação Comunitária, Artística e Cultural Catanduvense	RADCOM	Catanduvas	PR	Multa	342,08	Alterar o valor da multa aplicada na Portaria DEAA n° 546, de 7/11/12, publicada no DOU de 9/11/12. Atribuir 8 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 2905, de 14/10/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

PORTARIAS DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas as penalidades de multa e de advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.063663/2011	ADESPRU - Associação de Desenvolvimento Social, Econômico e Cultural de Prudentópolis	RADCOM	Prudentópolis	PR	Multa	310,98	Alterar o valor da multa aplicada na Portaria DEAA nº 416, de 25/9/12, DOU de 28/9/12. Atribuir 8 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 2866 de 15/10/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.004074/2011	Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata	RADCOM	Águas da Prata	SP	Multa e Advertência	870,75	Alterar o valor da multa aplicada na Portaria DEAA nº 352, de 20/9/12, DOU de 21/9/12. Atribuir 16 pontos. Converter em advertência a penalidade aplicada no inciso XVII do art. 40 do Decreto nº 2615/98.	Portaria DEAA n° 4325, de 15/10/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

PORTARIAS DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e revogação de portaria de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.046038/2011	Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida	RADCOM	Itumbiara	GO	Revogar		Revogar a Portaria nº 572, de 27/11/12, publicada no DOU de 30/11/12.	Portaria DEAA n° 4293 de 19/10/2015	Portaria MC n° 112/2013
53000.035542/2012	Rádio Cultura de Curitiba Ltda	OM	Curitiba	PR	Multa	4.797,78	Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 4591, de 19/10/2015	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.012327/2011	Associação Comunitária Amigos de Terra Roxa - ACATE	RADCOM	Terra Roxa	PR	Revogar		Revogar a Portaria nº 519, de 24/10/12, publicada no DOU de 26/10/12.	Portaria DEAA n° 4768 de 19/10/2015	Portaria MC n° 112/2013

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

DESPACHO DO DIRETOR

Nº 1.748/2015/SEI-MC - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º, Anexo IV, da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, art. 8º da Portaria MC nº 299 de 7 de outubro de 2013, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade as aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações de características técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
Despacho Nº 1385/2015/SEI-MC	APL	FUNDAÇÃO JOÃO RICARDO SILVEIRA	CE	QUIXADÁ	FME	290E	53000.050059/2006-17
Despacho Nº 1424/2015/SEI-MC	APL	FUNDAÇÃO RÁDIO E TV LAFAIETE EDUCATIVA E CULTURAL	MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	TVD	14D	53900.007470/2015-10
Despacho Nº 1437/2015/SEI-MC	APL	CÂMARA DOS DEPUTADOS	RS	PORTO ALEGRE	TVD	61D	53000.017658/2013-40
Despacho Nº 1466/2015/SEI-MC	APL	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA RADIO E TV EDUCATIVAS	SP	RIOLÂNDIA	RTVD	30D	53900.044368/2015-97
Despacho Nº 1478/2015/SEI-MC	APL	CÂMARA DOS DEPUTADOS	BA	SALVADOR	TVD	61D	53900.018469/2014-21
Despacho Nº 1608/2015/SEI-MC	APL	FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO	MT	CUIABÁ	TVE	17E	53000.013055/2005-69
Despacho Nº 1630/2015/SEI-MC	APL	CÂMARA DOS DEPUTADOS	SP	JUNDIAÍ	TVD	60D	53000.018389/2013-39
Despacho Nº 1635/2015/SEI-MC	APL	FUNDAÇÃO NAGIB HAICKEL	MA	CAXIAS	FME	290E	53569.002224/2004-29

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, e no art. 1º da Portaria nº 604, de 13 de outubro de 2015, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade do Passaporte
João Batista da Silva Araújo	Minimemo CAT, de 21/08/2015	MRE	02 anos
Antonina José da Rocha Araújo	Minimemo CAT, de 21/08/2015	MRE	02 anos

SÉRGIO FRANÇA DANESE

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2015

Nº 3.489 - Processo nº 48500.005920/2014-13. Interessado: Vale Azul Energia Ltda. Decisão: Alterar a Potência Instalada da UTE Vale Azul III, localizada no município de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, cadastrada sob o CEG UTE.GN.RJ.032212-1.01, de 168.027 kW para 466.313 kW. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.519 - Processo nº 48500.003395/2015-82. Interessado: Barbosa & Barbosa Engenharia Elétrica Ltda. Decisão: Alterar o nome do município e as coordenadas constantes do Despacho n° 3.201, de 11 de setembro de 2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de outubro de 2015

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 22 de outubro de 2015.

Nº 3.542 - Processo nº 48500.002974/2014-27. Interessado: Eólica Chuí IX S.A. Usina: EOL Chuí 09. Unidades Geradoras: UG01 a UG10, totalizando 17.900 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 3.543 - Processo nº 48500.004486/2005-65. Interessado: Usina Santa Isabel S.A. Usina: UTE Fartura. Unidade Geradora: UG3 de 40.000 kW. Localização: Município de Mendonça, Estado de São Paulo.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.544 - Processo nº 48500.002792/2014-56. Interessado: Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A. Decisão: Dar provimento ao recurso interposto e no mérito liberar as unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 22 de outubro de 2015. Usina: EOL Dois Riachos. Unidade Geradora: UG1 a UG15, totalizando 30.000 kW. Localização: Município de Cafarnaum, Estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE (*)
Em 21 de julho de 2015

Nº 2.357 - Processo nº 48500.002970/2015-20. Interessada: Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP Decisão: anuir aos Instrumentos Particulares de Mútuo a serem firmados pela Interessada, mutuária, com seus acionistas Maria Cristina de Pina Martin e Ricardo de Pina Martin, mutuantes, nos valores de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, respectivamente. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

(*) Republicado por ter saído no DOU de 22-7-2015, nº 138, Seção 1, pág. 49, com incorreção no original.

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2015

Nº 3.481 - Documento nº 48513.000525/2015-00. Interessada: Light Serviços de Eletricidade S.A. Decisão: anuir ao Contrato de Cessão em Comodato nº 021-039-001-006 pela Interessada, referente à área de, aproximadamente, 2.000 m² na Rua do Souto s/nº, Cascadura, Rio de Janeiro - RJ, na faixa de Linha de Transmissão denominada LTA's Grajaú-Cascadura (LI-CCD-GRA 01/02) - Vão das Torres 20/21, ao comodatário Severino Marcolino da Silva, ressaltando-se: a) que a comodante deve manter a pactuação do instrumento de comodato e a sua respectiva gestão aderentes aos normativos vigentes afetos ao caso ou, se couber, aos normativos que os suplantarem; b) que o projeto da linha, especificando a altura H definida no item 13.2.1 da NBR 5422:1985, seja incorporado ao Contrato de Comodato; e c) que haja disposição contratual quanto ao uso da faixa para fins de operação e manutenção da linha e que o plantio de hortifrúti, motivação do contrato, não impossibilite o acesso ao local. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.482 - Documento nº 48513.025660/2015-00. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: anuir ao pleito da Chesf para oferecer a Receita Anual de Geração - RAG das Usinas de Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança e Xingó em garantia dos Contratos de Financiamentos Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1148.1 e nº 13.2.1149.1, celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ressalvando que não cabe aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 19 de outubro de 2015

Nº 3.506 - Processo nº 48500.003013/2015-11. Interessada: Copel Distribuição S.A. Decisão: anuir ao pedido da Interessada para constituição de garantia em operação financeira com a Caixa Econômica Federal, no valor de até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), pelo prazo de até 96 (noventa e seis) meses, para aquisição de máquinas e equipamentos. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.508 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 3º, inciso XIII, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 457/2011 de 8 de novembro de 2011 e o que consta do Processo nº 48500.001221/2015-85, resolve: I - declarar o valor total da Base de Remuneração da DME Distribuição S.A. - DMED - para fins do 4º ciclo de Revisão Tarifária sendo: a) Base de Remuneração Bruta da Distribuição de R$ 216.136.705,21 (duzentos e dezesseis milhões, cento e trinta e seis mil, setecentos e cinco reais e vinte e um centavos); b) Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R$ 116.132.551,15 (cento e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quinze centavos); c) Taxa de depreciação média de 3,84% a.a.(três inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento).

Em 21 de outubro de 2015

Nº 3.532 - Processo nº 48500.004446/2015-93. Interessadas: Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA (compradora) e Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A., Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A, Enel Green Power São Abraão Eólica S.A, Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A (vendedoras). Decisão: anuir ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica a ser firmado no Ambiente de Contratação Livre entre as Interessadas, durante o período de 1/1/2018 a 31/12/2037. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 1.004, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.006508/2013-92, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Deal Comercializadora de Energia Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 10.671.332/0001-16, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP n.º 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica mantido o Registro de Agente Vendedor nº 03.35.35.10671322.

Art. 8º Fica revogada a Autorização nº 615, de 29 de julho de 2013, em nome da empresa Seal Trade Comércio e Serviços Ltda..

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 21 de outubro de 2015

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, publicada em 14 de abril de 2014, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 1515	REPSOL LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES BRASIL LTDA. - CNPJ nº 21.498.454/0001-04					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002368/2015 - 64	REPSOL ELITE MULTIVÁLVULAS	SAE 10W-40	API SN, ACEA A3/B4-12, MB-APPROVAL 229.3, VW 502.00/505.00, RENAULT RN0700/RN0710.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17005
	48600.002367/2015 - 10	REPSOL ELITE NEO BXT	SAE 10W-30	API SN, ILSAC GF-5.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17004
	48600.002367/2015 - 10	REPSOL ELITE NEO BXT	SAE 5W-30	API SN, ILSAC GF-5.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17004
	48600.002365/2015 - 21	REPSOL ELITE FORMULA SUPER	SAE 10W-40	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17002
	48600.002365/2015 - 21	REPSOL ELITE FORMULA SUPER	SAE 15W-40	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17002
	48600.002366/2015 - 75	REPSOL MOTO SPORT 4T	SAE 10W-40	API SL, JASO T 903:2011 MA2.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17003
	48600.002366/2015 - 75	REPSOL MOTO SPORT 4T	SAE 15W-50	API SL, JASO T 903:2011 MA2.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17003
	48600.002366/2015 - 75	REPSOL MOTO SPORT 4T	SAE 10W-30	API SL, JASO T 903:2011 MA2.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17003

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 1516	SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 10.456.016/0001-67					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002476/2015 - 37	SHELL MYSELLA S5 S	SAE 40	. GE JENBACHER SERIES 2,3,4 (VERSÃO B) E 6 (VERSÃO E), MWM-TR2105, 2G AGENITOR SERIES 2,3 E 4, CATERPILLAR CG-132/170/260, TR-2105	ÓLEO LUBRIFICANTE	17001
Nº 1517	SULLAIR DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 59.772.855/0001-83					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002356/2015 - 30	SULLAIR PRISTINE FG	ISO 46	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	17000

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 1.003, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012 e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000630/2014-36, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a atividade de operação referente à ampliação de capacidade da planta produtora de etanol da empresa VALE DO PARANÁ S.A. ÁLCOOL E AÇÚCAR, CNPJ nº 05.938.884/0001-43, com capacidade de produção de 1.070 m³/dia de etanol hidratado e 500 m³/dia de etanol anidro, localizada na Rodovia dos Barrageiros km 84 + 800m, s/nº, Zona Rural, Suzanápolis - SP, respeitados os padrões ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução nº 26/2012, referente à atividade de produção de etanol.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 503 de 28/05/2015, publicada no DOU de 29/05/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de outubro de 2015

Nº 1.512 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 191, de 09 de setembro de 2013, de acordo com a Resolução ANP nº 30, de 06 de agosto de 2013 e tendo em vista o que consta no Processo ANP nº 48610.010721/2015-61, torna público o seguinte ato:

1- Fica alterada a razão social da empresa BOCCHI INDÚSTRIA COMÉRCIO TRANSPORTE BENEFICIAMENTO DE CEREAIS LTDA, CNPJ nº 02.987.873/0010-56, para BOCCHI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA, mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 360, de 21 de março de 2013, publicada no DOU de 22 de março de 2013 e na Autorização ANP nº 530, de 11 de junho de 2013, publicada no DOU de 12 de junho de 2013, retificada no DOU de 13 de junho de 2013, relativa à planta produtora de biodiesel localizada à rodovia federal BR 285, km 179, s/nº, CEP 95.230-000, Muitos Capões - Rio Grande do Sul.

2- Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.513 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 244, de 13 de agosto de 2012, com base no art. 53 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997e na Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010, e considerando:

.as informações e os projetos apresentados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01, à ANP referentes à construção da Unidade de Recuperação de Enxofre (U-22225) e ampliação da Unidade de Recuperação de Enxofre existente (U-114) a serem realizadas na Refinaria Gabriel Passos - REGAP, CNPJ nº 33.000.167/0093-20, constantes do processo ANP nº 48610.003521/2015-51;

.a solicitação feita pela PETROBRAS em 31/03/2015, visando obter Autorização para Construção das instalações citadas, conforme determina o art. 1º da Resolução ANP nº 16/2010;

.que após análise preliminar do material encaminhado à ANP, e tendo concluído que este atende aos requisitos mínimos em termos de documentação exigida;

torna público o seguinte ato:

1.fica autorizada a publicação do sumário do memorial descritivo do projeto em questão, que faz parte do Anexo a este Despacho;

2.indica a Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis da ANP, com endereço à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.090-004, para o encaminhamento, em até 15 (quinze) dias da presente publicação, dos comentários e sugestões sobre o referido projeto;

3.informa que a documentação apresentada continua em processo de análise pela ANP e que a presente publicação não caracteriza, desse modo, qualquer autorização prévia concedida por esta Agência.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

ANEXO

1. Descrição Básica

A empresa PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A, CNPJ nº 33.000.167/0001-01, situada à Av. República do Chile, 65, Centro - Rio de Janeiro/RJ, vem solicitar a autorização para o exercício da atividade de construção de nova unidade de Recuperação de Enxofre (U-22225) e de ampliação da URE existente (U-114) ao Processo Superclaus, a ser realizada na Av. Refinaria Gabriel Passos, 690, Distrito Industrial Paulo Camilo Sul - Betim/MG, visando:

.Atender à Condicionante nº 22 da Licença de Operação da REGAP e Termo de Compromisso celebrado com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

.Aumentar a eficiência de recuperação de enxofre da unidade existente para atendimento à Resolução CONAMA nº 436/2011.

Unidades e suas respectivas capacidades de projeto

Identificação	Unidade de Processo	Capacidade Nominal de Produção (t/d)
U-22225	Unidade de Recuperação de Enxofre	55
U-114	Unidade de Recuperação de Enxofre	77

2. Meio Ambiente

Licença de Instalação: LI nº 125/2012, concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, válida até 9 de julho de 2016.

3. Prazos

As seguintes datas estão previstas:

.Implantação da nova unidade (U-22225)

oInício das obras: junho de 2017

oTérmino das obras: junho de 2018

.Ampliação da unidade existente (U-114)

oInício das obras: agosto de 2016

oTérmino das obras: dezembro de 2018

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de outubro de 2015

Nº 1.514 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/SC0172609	NEVES COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	18.810.117/0001-04	PORTO BELO	SC	48610.010296/2015-18

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 140/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Gilmar Hemerly - 896404/10

Itinga Mineração LTDA. - 896018/12, 896782/11

RELAÇÃO Nº 143/2015

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Gilmar José de Carvalho me Cpf/cnpj :08.853.773/0001-22 - Processo minerário: 896503/07 - Processo de cobrança: 996503/15 Valor: R$.18.086,70

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 126/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Cooperativa Dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto Coogavepe - 866062/15

RELAÇÃO Nº 128/2015

Fase de Licenciamento

Despacho de retificação do Registro de Licença(741)

866.643/2014-MINERAÇÃO BETEL EIRELI EPP- Registro de Licença N°078/2014-Onde se lê:"...com prazo de validade até 16/05/2016..." - Leia-se: "... com prazo de validade até 24/11/2016..."

866.644/2014-MINERAÇÃO BETEL EIRELI EPP- Registro de Licença N°071/2014-Onde se lê:"...com prazo de validade até 16/05/2016..." - Leia-se: "... com prazo de validade até 24/11/2016..."

866.654/2014-TRANSTERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA- Registro de Licença N°058/2014-Onde se lê:"...com prazo de validade até 08/04/2016..." - Leia-se: "... com prazo de validade até 24/11/2016..."

RELAÇÃO Nº 129/2015

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Agua Mineral Fonte Das Araras Ltda Epp Cpf/cnpj :05.698.786/0001-86 - Processo minerário: 867816/95 - Processo de cobrança: 966479/15 Valor: R$.81.607,06

Titular: Indústria de Calcários Caçapava Ltda Cpf/cnpj :87.677.860/0001-42 - Processo minerário: 866308/00 - Processo de cobrança: 966466/15 Valor: R$.1.815,22, Processo minerário: 866283/86 - Processo de cobrança: 966467/15 Valor: R$.9.057,00

MARCIO CORREIA DE AMORIM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 644/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
833.152/2013-ROBSON ANTÔNIO GUIMARÃES
833.451/2013-SEBASTIÃO MOTTAS
833.483/2013-BONTEMPI MINERAÇÃO LTDA
833.484/2013-BONTEMPI MINERAÇÃO LTDA
833.485/2013-BONTEMPI MINERAÇÃO LTDA
833.497/2013-AGENOR XAVIER MACHADO
834.020/2013-ELANE QUEIROZ VIEIRA
831.426/2014-CONSTRUTORA TRIUNFO SA
831.453/2014-ANTÔNIO SÉRGIO VEIGA ALVES
831.454/2014-GRANITOS MILKE LTDA ME
831.504/2014-ROMERO ALI ADRI
831.512/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA
831.513/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA
831.514/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA
831.515/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA
831.521/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA
831.523/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA
831.534/2014-DL BRASIL MINERAÇÃO LTDA
831.565/2014-TOTI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
831.567/2014-TOTI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
831.827/2014-NADSON TORRES SARMENTO ME
831.913/2014-MANABI S A
831.914/2014-MANABI S A
831.915/2014-MANABI S A
831.916/2014-MANABI S A
831.917/2014-MANABI S A
831.918/2014-MANABI S A
831.919/2014-MANABI S A
831.920/2014-MANABI S A
831.922/2014-MANABI S A
831.923/2014-MANABI S A
831.924/2014-MANABI S A
831.925/2014-MANABI S A
831.926/2014-MANABI S A
831.927/2014-MANABI S A
831.928/2014-MANABI S A
831.929/2014-MANABI S A
831.930/2014-MANABI S A
831.931/2014-MANABI S A
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
831.150/1983-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
833.384/2004-CERÂMICA SIMIÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 645/2015

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
830.713/2002-CONSTRUTORA E PEDREIRA BEIRA RIO LTDA.- Registro de Licença N°1995/3ºDS de 2002-Onde se lê:" 830.731/2002 ..." Leia-se"... 830.713/2002 ..."
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(1284)
833.272/2013-TELHAS SALINAS PRODUTOS CERÂMICOS LTDA.-OF. N°1762/2014-DGTM-DOU de 23/07/2014

RELAÇÃO Nº 646/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
833.278/2003-BRASPEDRAS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- Área de 962,97 ha para 393,75 ha-Granito (uso revestimento)
831.589/2007-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA- Área de 283,46 ha para 49,99 ha-Areia
834.530/2008-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA- Área de 878,52 ha para 45,19 ha-Areia
831.381/2009-CARLOS HENRIQUE TORRES- Área de 403,95 ha para 49,10 ha-Areia
832.169/2009-IZADORA SALES CARDOSO EPP- Área de 880,56 ha para 514,04 ha-Granito (uso revestimento)
834.177/2010-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME- Área de 1.976,79 ha para 590,62 ha-Granito (uso revestimento)
831.064/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.- Área de 995,71 ha para 567,18 ha-Granito (uso revestimento)
832.419/2011-SILVIO DE SOUZA FILHO CPF 22026908834 ME- Área de 46,13 ha para 18,38 ha-Areia
831.227/2012-GENESIO SOARES CAVALCANTI- Área de 616,17 hectares para 48,46 hectares-Granito (revestimento)
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
896.481/2000-BRASVIT GRANITOS S A-Granito
831.518/2005-A. M. PANCOTO ZAGO ME-Granito
831.577/2008-CERÂMICA BONSUCESSO LTDA - EPP-Argila (cerâmica)
834.850/2010-CARLOS ALBERTO REIS RESENDE-Areia e Argila
834.484/2011-SILVIO DE SOUZA FILHO CPF 22026908834 ME-Areia
830.558/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-Areia
830.559/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-Areia
830.560/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-Areia

RELAÇÃO Nº 647/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.681/1984-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°305/2015-ERPM
833.463/2011-DAYANE TEIXEIRA SANTOS RODRIGUES-OF. N°298/2015-ERPM
830.563/2012-FERDINANDO MARTINS CAETANO FI-OF. N°315/2015-ERPM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.520/2007-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-OF. N°306/2015-ERPM
830.008/2008-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°308/2015-ERPM

RELAÇÃO Nº 648/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.093/1995-GRAN MINAS EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA. EPP-OF. N°115/2015-ESCGV
833.540/1996-REYNALDO GUAZZELLI FILHO-OF. N°216/2015-ERPC
832.042/1998-LUIZ BERNARDO CERQUEIRA-OF. N°213/2015-ERPC
831.305/1999-REYNALDO GUAZZELLI FILHO-OF. N°187/2015-ERPC
831.227/2000-GRAMINAS GRANITOS E MARMORES LTDA-OF. N°117/2015-ESCGV
831.400/2003-VIBRO TECH DESMONTE E ENGENHARIA LTDA.-OF. N°218/2015-ERPC
832.719/2004-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°215/2015-ERPC
831.576/2005-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°217/2015-ERPC
832.435/2006-AREAL SANTA RITA LTDA-OF. N°214/2015-ERPC
834.046/2006-VIRGILIO SARDINHA PINTO-OF. N°120/2015-ESCGV
834.052/2007-MIGUEL DOMINGOS COSTALONGA-OF. N°126/2015-ESCGV
832.635/2008-BRASIPEDRA MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°192/2015-ERPC
834.199/2008-LLT PEDRAS DECORATIVAS LTDA ME-OF. N°196/2015-FISC
831.636/2009-MARIA APARECIDA RODRIGUES FRANCA ME-OF. N°133/2015-ESCGV
831.462/2010-OURO BRANCO MINERACÃO LTDA ME-OF. N°113/2015-ESCGV
834.694/2010-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°304/2015-ERPM
830.204/2011-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME-OF. N°130/2015-ESCGV
832.948/2011-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME-OF. N°297/2015-ERPM
833.837/2011-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA-OF. N°218/2015-ERPC
830.654/2012-R & M MINERACAO LTDA-OF. N°127/2015-ESCGV
830.656/2012-ANDRE COCO COSTALONGA-OF. N°123/2015-ESCGV
830.657/2012-ANDRE COCO COSTALONGA-OF. N°124/2015-ESCGV
830.658/2012-ANDRE COCO COSTALONGA-OF. N°125/2015-ESCGV

RELAÇÃO Nº 649/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
833.486/1996-REYNALDO GUAZZELLI FILHO
833.551/1996-REYNALDO GUAZZELLI FILHO
833.619/1996-REYNALDO GUAZZELLI FILHO
833.642/1996-REYNALDO GUAZZELLI FILHO
832.077/1997-REYNALDO GUAZZELLI FILHO

RELAÇÃO Nº 650/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
832.030/2007-MINERA PESQUISA GEOLÓGICA LTDA.-ALVARÁ N°6152/2009
830.862/2010-FERLIG FERRO LIGA LTDA-ALVARÁ N°9665/2010
830.397/2011-W T JUNIOR-ALVARÁ N°12184/2011
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.563/2012-FERDINANDO MARTINS CAETANO FI-ALVARÁ N°6198/2012

RELAÇÃO Nº 651/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
833.580/2007-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°129/2015-ESCGV
834.402/2007-CARVALHO NEVES MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°128/2015-ESCGV

RELAÇÃO Nº 652/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.139/2009-VÉRITAS MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°103/2015-CESD e Engenorte Eng.,Serviços e Consultoria Ltda.
833.629/2011-CARLOS CEZAR SANTOS-OF. N°105/2015-CESD e MBM Minas Brasil Minérios Ltda
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
830.014/1997-GRAVITAL PEDRAS LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO RIO CLARO LTDA ME- CPF ou CNPJ 09.205.132/0001-24- Alvará n°8269/2002
832.050/2001-ROBERTO COELHO DE MELO- Cessionário:R C DE MELO & CIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 05.695.092/0001-95- Alvará n°1467/2002
833.059/2002-MINERAÇÃO PANCIERI LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA- CPF ou CNPJ 39.282.298/0001-05- Alvará n°4579/2003
831.492/2004-EDUARDO GERALDO FERNANDES- Cessionário:JOÃO ANTÔNIO FERNANDES ME- CPF ou CNPJ 08.272.075/0001-33- Alvará n°8605/2004
832.096/2004-BONTEMPI IMÓVEIS LTDA- Cessionário:EMGA EMPRESA MINEIRA DE GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 86.430.535/0001-18- Alvará n°1564/2005
830.371/2005-GRAVITAL PEDRAS LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO RIO CLARO LTDA ME- CPF ou CNPJ 09.205.132/0001-24- Alvará n°4580/2005
830.170/2006-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA- CPF ou CNPJ 03.933.619/0001-47- Alvará n°12896/2006
832.234/2006-BONTEMPI IMÓVEIS LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA- CPF ou CNPJ 36.346.393/0001-37- Alvará n°6622/2007
830.132/2009-ERICK ROHLFS PERES- Cessionário:MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME- CPF ou CNPJ 17.618.848/0001-81- Alvará n°2433/2010
832.155/2012-GERCY DE OLIVEIRA COELHO- Cessionário:EXTRATORA DE AREIA E TRANSPORTE SANTA RITA LTDA ME- CPF ou CNPJ 17.338.276/0001-87- Alvará n°8307/2012
832.222/2012-SEBASTIÃO MARINHO MOREIRA- Cessionário:ZANCA MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 21.373.593/0001-01- Alvará n°836/2013
831.142/2013-CONSTRUTORA E TRANSPORTES VILA-PACK LTDA ME- Cessionário:CONSTRUTORA SILVEIRA PRADO LTDA ME- CPF ou CNPJ 02.391.818/0001-08- Alvará n°12404/2013
831.157/2013-CONSTRUTORA E TRANSPORTES VILA-PACK LTDA ME- Cessionário:CONSTRUTORA SILVEIRA PRADO LTDA ME- CPF ou CNPJ 02.391.818/0001-08- Alvará n°12408/2013
833.789/2013-RICARDO KÁSSIO DE MELO- Cessionário:DEPÓSITO VELOSO LAGOENSE LTDA- CPF ou CNPJ 03.489.546/0001-46- Alvará n°16304/2010
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.019/2009-TRANS SEIS LTDA EPP-OF. N°104/2015-CESD e José Marcelino dos Santos Empresário Individual
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
831.602/2002-ANALIA RODRIGUES CARDOSO- n° 6626/2002 - Cessionário: ANÁLIA RODRIGUES CARDOSO ME-CNPJ 05.129.479/0001-84

RELAÇÃO Nº 653/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.570/2013-I9 RENTAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME-OF. N°2248/2015-DGTM
833.641/2013-VILSON GIRARDI DE LIMA-OF. N°2255/2015-DGTM
831.219/2014-PORTO DE AREIA SANTA RITA DE CASSIA LTDA.-OF. N°2249/2015-DGTM
830.327/2015-V E M MINERADORA LTDA.-OF. N°2247/2015-DGTM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.457/2000-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-OF. N°2251/2015-DGTM
831.755/2007-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°2290/2015-ANAPRO/DGTM
834.211/2010-AGRONEGÓCIOS BELA VISTA LTDA-OF. N°2186/2015-DGTM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
830.973/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA VARGINHA-OF. N°2256/2015-DGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.351/2009-CENIBRA LOGÍSTICA LTDA-OF. N°2309/2015-DGTM
830.876/2014-JOSÉ ANTÔNIO CARDOSO-OF. N°2301/2015-DGTM
831.058/2014-ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA.-OF. N°2296/2015-DGTM
831.320/2014-COMERCIAL RECRIVI LTDA-OF. N°2308/2015-DGTM
831.797/2014-GERALDO NOGUEIRA PEREIRA ME-OF. N°2298/2015-DGTM
832.234/2014-SOCIEDADE COMERCIAL SOGIMA LTDA-OF. N°2312/2015-DGTM
832.908/2014-MINÉRIOS BOA VISTA LTDA-OF. N°2310/2015-DGTM
833.067/2014-GERALDO GOMES MOURAO ME-OF. N°2303/2015-DGTM
833.504/2014-BRAUNA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA. ME-OF. N°2302/2015-DGTM
833.506/2014-OLIVEIRA & MARQUES EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°2307/2015-DGTM
833.571/2014-LAGOA MÁQUINAS E REPRESENTAÇÕES LTDA-OF. N°2299/2015-DGTM
830.042/2015-REGINALDO RIBEIRO ALVES 77694783672 ME-OF. N°2295/2015-DGTM
830.171/2015-LUCIANO DOS SANTOS PEDROSO ME-OF. N°2294/2015-DGTM
830.344/2015-PEDREIRA ABRE CAMPO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°2311/2015-DGTM
830.453/2015-FAZENDA RIO VERMELHO LTDA-OF. N°2304/2015-DGTM
830.502/2015-IVANILDE VIEIRA DA SILVA & CIA LTDA ME-OF. N°2297/2015-DGTM
831.936/2015-JOSÉ MARCELO DE FIGUEIREDO-OF. N°2306/2015-DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
832.245/2009-IDEUVAN DE SOUZA AVELAR-OF. N°2314/2015-DGTM
833.442/2010-ANA CRISTINA BOTELHO ARAÚJO - ME-OF. N°2315/2015-DGTM
833.547/2014-FRANCISCO MARCOS RAGAZZO-OF. N°2300/2015-DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
832.289/2015-AURÉLIO CLÁUDIO BAQUIÃO-OF. N°2305/2015-DGTM

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 273/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
854.695/1996-MINERAÇÃO ZASPIR LTDA
850.119/2013-AURA GOLD MINERAÇÃO LTDA
850.244/2014-VF MINERAÇÃO LTDA
850.268/2014-ORION MINERAÇÃO LTDA
850.275/2014-VF MINERAÇÃO LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
851.408/1994-COMINA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA
851.409/1994-COMINA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA
851.410/1994-COMINA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA
851.573/2013-VANDERLEY AGUIAR DO NASCIMENTO
850.746/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.438/2006-TAMIN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2176/2015- DNPM/PA
Despacho publicado(156)
850.438/2006-TAMIN MINERAÇÃO LTDA-Indefiro o requerimento interposto por terceiro interessado em 11/05/2015.
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.748/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.749/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.750/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.751/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.752/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.753/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.754/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.755/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.756/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.757/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.759/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.052/2013-LUIZ PEDRO SERAFIM
850.034/2014-LUIZ PEDRO SERAFIM
850.326/2014-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.623/2014-HM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
850.026/2007-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
850.745/2014-DIEGO DALMEIDA PERALTA- AI N°449/2015
850.261/2015-VANCINI DO BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA.- AI N°450/2015
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.222/2013-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
850.223/2013-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
850.224/2013-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.906/2013-CLAUDIR DOLINSKI
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.727/2010-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO VALE DO TAPAJÓS
850.738/2010-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO VALE DO TAPAJÓS
850.739/2010-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO VALE DO TAPAJÓS
850.740/2010-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO VALE DO TAPAJÓS
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.343/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DA TABOCA E DO MUN. DE SÃO FELIX DO XI
850.344/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DA TABOCA E DO MUN. DE SÃO FELIX DO XI
850.345/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DA TABOCA E DO MUN. DE SÃO FELIX DO XI
850.346/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DA TABOCA E DO MUN. DE SÃO FELIX DO XI
850.822/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.155/2015-V. GOMES DE OLIVEIRA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ME-Registro de Licença N°101/2015 de 13/10/2015-Vencimento em 11/02/2017
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
850.532/2015-OLIVEIRA GRACIANO DOS SANTOS
850.542/2015-SERAFIM E SOUSA LTDA ME
850.543/2015-SERAFIM E SOUSA LTDA ME
850.544/2015-SERAFIM E SOUSA LTDA ME
850.545/2015-SERAFIM E SOUSA LTDA ME
850.546/2015-SERAFIM E SOUSA LTDA ME
850.557/2015-MANOEL DONIZETE DE MORAES
850.559/2015-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME
850.560/2015-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME
850.561/2015-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME
850.562/2015-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME
850.563/2015-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME
850.564/2015-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME
850.565/2015-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.932/2011-F. ARAUJO VIEIRA EPP- Registro de Licença N°:080/2013 - Vencimento em 26/07/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
850.231/2015-ALOISIO MARIO DA SILVA- Cessionário:A M Barreiro Comércio LTDA- CNPJ 19.855.096/0001-06- Registro de Licença n°54/2015- Vencimento da Licença: 11/05/2016

RELAÇÃO Nº 277/2015

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Ribeiro, Cordeiro Indústria e Comércio s a Cpf/cnpj :04.905.212/0001-79 - Processo minerário: 850046/06 - Processo de cobrança: 950401/15 Valor: R$.36.341,33

ADRIANA PANTOJA DOS SANTOS
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 370/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.027/2010-ELIZABETE CLAUDINO PEREIRA-OF. N°1073/2015
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
846.186/2015-ANTONIO ALI GANEM ME-OF. N°1075/2015
846.196/2015-MARCELINO BATISTA CAMPOS-OF. N°1074/2015
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
846.185/2006-MULTISABOR INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA ME-OF. N°657/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.091/2015-JOÃO GILBERTO LEÔNCIO-OF. N°1076/2015

RELAÇÃO Nº 373/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Não conhece requerimento protocolizado(1004)
846.443/2012-AGUIA METAIS LTDA

RELAÇÃO Nº 374/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
846.443/2012-AGUIA METAIS LTDA

RELAÇÃO Nº 376/2015

Fase de Requerimento de Licenciamento
Despacho publicado(1153)
846.145/2015-MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS FILHO-Ofício nº 1079/2015 - Intima o Sr. Manoel Francisco dos Santos Filho para pronunciar-se, querendo, no prazo de 05 dias (art. 24 da Lei 9784/1999) sobre a manifestação e documentações apresentadas pelo Sr. Darlan Alves de Almeida.
846.146/2015-IVALDO BARBOSA CAMELO JUNIOR-Tendo em vista que o pedido de vistas e cópias do Sr. Darlan Alves de Almeida já fora anteriormente apreciado e indeferido, desta forma, MANTEM-SE o indeferimento do pedido de vistas e cópias.

RELAÇÃO Nº 377/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
846.171/2013-DOUGLAS DOMINGOS PEDROSA DE MENDONÇA

RELAÇÃO Nº 378/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
846.032/2014-SHARLY ELIAS GONÇALVES SARMENTO- Alvará n°5656/2014 - Cessionario:846.147/2015-Mineração Norte Brasil Ltda- CPF ou CNPJ 21.590.037/0001-97

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 9/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Arlindo Gomes Dos Santos & - 810660/11 - A.I. 548/15

Aro Mineração Ltda - 810715/11 - A.I. 554/15, 810692/11 - A.I. 553/15, 810687/11 - A.I. 552/15, 810686/11 - A.I. 551/15, 810684/11 - A.I. 550/15

Britagem Gaspar Ltda Epp - 810980/11 - A.I. 535/15

Encopav Engenharia Ltda - 811379/11 - A.I. 558/15

Escavações Viamão Ltda - 810918/11 - A.I. 546/15

Ilgo João Kopplin Firma Individual - 811189/10 - A.I. 545/15, 811191/10 - A.I. 537/15, 811208/10 - A.I. 538/15, 811209/10 - A.I. 539/15, 811190/10 - A.I. 540/15

Indústria de Calcários Caçapava Ltda - 810536/07 - A.I. 557/15

Irajá Luiz Alberto Dahmer - 810807/08 - A.I. 536/15

Joinville Mineração LTDA. - 810438/11 - A.I. 542/15, 810439/11 - A.I. 543/15, 810440/11 - A.I. 544/15

Keshers Comercial e Patrimonial Ltda - 810594/11 - A.I. 547/15

Mineração rs Ltda - 811290/10 - A.I. 556/15

Minérios Santa Bárbara LTDA. - 810432/11 - A.I. 541/15

Romar Francesquet Eireli me - 810675/11 - A.I. 549/15

Viviane Teixeira Fatturi - 810241/10 - A.I. 555/15

Votorantim Metais Zinco s a - 810302/11 - A.I. 534/15

SÉRGIO BIZARRO CÉSAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 166/2015

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Empresa de Mineração de Águas Sant´anna Ltda Cpf/cnpj :04.574.135/0001-11 - Processo minerário: 890088/98 - Processo de cobrança: 990448/15 Valor: R$.475.493,26

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 214/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Acqualeve - Aproveitamento de Recursos Naturais Ltda - 815359/10 - Not.379/2015 - R$ 2.800,19

André Simas - 815317/10 - Not.378/2015 - R$ 458,10

Andrei Heinz - 815263/10 - Not.376/2015 - R$ 1.868,47

Carbonifera Criciuma S.A. - 915541/86 - Not.350/2015 - R$ 3.213,10, 915541/86 - Not.351/2015 - R$ 3.213,10, 915541/86 - Not.352/2015 - R$ 3.213,10, 915541/86 - Not.353/2015 - R$ 3.213,10, 915541/86 - Not.354/2015 - R$ 3.213,10, 915541/86 - Not.355/2015 - R$ 3.213,10, 915541/86 - Not.356/2015 - R$ 3.213,10, 915541/86 - Not.357/2015 - R$ 3.213,10

Carlos Sell - 815264/10 - Not.377/2015 - R$ 2.795,33

Cintia Beilfuss Murceski - 815949/10 - Not.364/2015 - R$ 1.005,36

Clovis Antonio Duarte de sa - 815585/13 - Not.333/2015 - R$ 3.230,88

Dionei Tonet - 815630/11 - Not.360/2015 - R$ 548,41

Edson Antonio Nery de Castro - 815215/11 - Not.362/2015 - R$ 535,30, 815457/09 - Not.347/2015 - R$ 2.492,78, 815474/09 - Not.348/2015 - R$ 753,20, 815475/09 - Not.349/2015 - R$ 72,56, 815426/09 - Not.343/2015 - R$ 1.090,55, 815498/09 - Not.358/2015 - R$ 1.132,03

Eliane Charlote Goll - 815147/10 - Not.373/2015 - R$ 2.129,84

Geo Castro Consultoria Ltda - 815027/10 - Not.369/2015 - R$ 1.229,36, 815042/10 - Not.370/2015 - R$ 479,60

Jackson Augusto Catafesta - 815241/11 - Not.361/2015 - R$ 1.971,01

Jaime Bertelli - 815117/11 - Not.363/2015 - R$ 2.346,24

Jan Envasadora de Águas Minerais Ltda Epp - 815927/10 - Not.365/2015 - R$ 447,64

José Luiz Gonçalves - 815816/08 - Not.336/2015 - R$ 1.987,62

Locação de Equipamentos Mourão Ltda - 815429/09 - Not.344/2015 - R$ 2.363,96

Marcelo de Sousa - 815130/10 - Not.372/2015 - R$ 564,54

Marcos Aurélio Klaumann - 815757/08 - Not.337/2015 - R$ 1.982,26

Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 815317/09 - Not.339/2015 - R$ 1.766,01, 815315/09 - Not.340/2015 - R$ 638,64

Minas Minerais Industriais LTDA. - 815158/10 - Not.374/2015 - R$ 1.868,16, 815159/10 - Not.375/2015 - R$ 932,15

Mineradora Porto Ltda me - 815332/04 - Not.335/2015 - R$ 2.496,65

Phm Mineração Ltda - 815527/10 - Not.367/2015 - R$ 1.629,67, 815550/10 - Not.368/2015 - R$ 2.738,35

Raul Antonio Dadam Filho - 815448/09 - Not.345/2015 - R$ 812,42, 815449/09 - Not.346/2015 - R$ 2.263,83

Ribeirão Mineradora Ltda Epp - 815033/10 - Not.371/2015 - R$ 2.792,70

Terra Mater Participações e Empreendimentos LTDA. - 815364/10 - Not.366/2015 - R$ 1.897,90

Terra Pura Industria e Comercio de Cerâmica LTDA. - 815339/09 - Not.338/2015 - R$ 3.587,39

Unicerâmica Indústria e Comércio de Produtos Cerâmicos Ltda - 815370/09 - Not.342/2015 - R$ 483,73

Werner Greuel - 815321/09 - Not.341/2015 - R$ 993,97

RELAÇÃO Nº 215/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
815.800/2012-ILDA CRISTOFOLINI EPP
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.063/2012-MARCIO LUIZ MARTINS-OF. N°4274/2015
815.089/2012-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-OF. N°4275/2015
815.244/2012-EDSON LUIZ ÁVILA-OF. N°4279/2015
815.261/2012-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-OF. N°4276/2015
815.261/2012-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-OF. N°4276/2015
815.345/2012-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-OF. N°4278/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.501/2015-RODRIGO KIESLARCK MORETTI- Cessionário:MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME- CPF ou CNPJ 00889943/0001-17- Alvará n°9438/2015
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.338/2012-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO
815.497/2013-NIERO MINERAÇÃO LTDA ME
815.700/2013-INDUGRAMAR LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.118/1998-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4269/2015
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
815.118/1998-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.119/1998-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
804.466/1971-MINÉRIOS AZAMBUJA LTDA- AI N° 1402/2015
815.341/1987-RAVLEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE QUARTZO LTDA- AI N° 1414/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
007.365/1941-NOVA PRÓSPERA MINERAÇÃO S A-OF. N°4249/2015
815.775/1994-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4289/2015
815.776/1994-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4289/2015
815.777/1994-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4289/2015
815.631/1996-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4267/2015
815.258/1999-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4291/2015
915.580/1999-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4268/2015
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
815.341/1987-RAVLEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE QUARTZO LTDA-OF. N°4271/2015
815.775/1994-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.776/1994-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.777/1994-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.331/1995-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.631/1996-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.258/1999-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
915.580/1999-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.297/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.298/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.299/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.300/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.680/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.547/2008-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.548/2008-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
815.549/2008-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4290/2015
Fase de Licenciamento
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
815.584/2001-MV PEDRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
815.150/2005-MÁRIO SÉRGIO COLLEY

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 141/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.855/1997-LUCIANA EXTRATORA DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°2089/15-DFISC/DNPM/SP - 08.10.15
820.834/2006-SONIA GARCIA DANTAS MARTINS-OF. N°2087/15-DFISC/DNPM/SP - 08.10.15
820.832/2007-SÉRGIO PEREZ PAZ-OF. N°2088/15 - DFISC/DNPM/SP - 08.10.15
820.986/2009-MORRO VERMELHO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA LTDA.-OF. N°2124/15-DFISC/DNPM/SP - 13.10.15
820.986/2009-MORRO VERMELHO EMPREENDIMENTO AGRÍCOLA LTDA.-OF. N°2125/15-DFISC/DNPM/SP - 13.10.15
820.897/2010-PORTOMAIS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. EPP-OF. N°2084/15-DFISC/DNPM/SP - 07.10.15
820.899/2010-PORTOMAIS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. EPP-OF. N°2085/15-DFISC/DNPM/SP - 07.10.15
820.583/2012-UNIVERSO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA. EPP-OF. N°2086/15-DFISC/DNPM/SP - 07.10.15
820.583/2012-UNIVERSO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA. EPP-OF. N°2086/15-DFISC/DNPM/SP - 07.10.15
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.148/2004-EDUARDO RODRIGUES MACHADO LUZ- Área de 159,48 para 42,95-areia (construção civil)
820.604/2004-INCARGEL INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA EPP- Área de 33,69 para 18,84-argila (cerâmica vermelha)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

820.234/2005-CERÂMICA CITY LTDA- Área de 21,48 para 10,28-argila (cerâmica vermelha)

820.100/2006-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.- Área de 134,89 para 50,00-Diabásio (construção civil)

820.370/2006-CERÂMICA PORTO FERREIRA S.A.- Área de 423,51 para 49,23-areia (construção civil)

820.720/2006-EXTRATORA DE AREIA ANDORINHA LTDA. ME- Área de 38,94 para 24,11-areia (construção civil) e argila (cerâmica vermelha)

820.868/2006-SALIONE MINERAÇÃO LTDA- Área de 50 para 25,97-basalto (construção civil)

820.277/2008-AREIAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Área de 861,29 para 49,85-areia (construção civil)

820.511/2008-ASSOCIAÇÃO DAS CERÂMICAS DA NOVA AVANHANDAVA PARA O PROJETO ARGILA- Área de 164,33 para 48,96-argila (cerâmica vermelha)

820.927/2008-KETTY MARIA LOPES GOMES- Área de 513,56 para 48,63-areia (construção civil)

820.953/2008-DUAS MATAS AGRÍCOLA LTDA- Área de 980,45 para 581,85-argila (industrial)

820.954/2008-DUAS MATAS AGRÍCOLA LTDA- Área de 866,08 para 570,68-argila (industrial)

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

820.708/2006-DAGOBERTO JOSÉ LUDWIG-argila (cerâmica vermelha)

820.339/2008-SAM RECICLADORA DE PLÁSTICO LTDA - EPP-água mineral

820.445/2010-RICARDO SIGNORELLI-água mineral

820.474/2010-EXTRAÇÃO DE AREIA SUL DE MINAS LTDA.-areia (construção civil)

820.756/2010-PERSEU DE OLIVEIRA SANTOS-água mineral

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

009.579/1943-LINDOIANO FONTES RADIOATIVAS LTDA- Fonte São José - Marca: Lindoya Verão - Recipiente: 240 ml e 1,5L, sem gás e 300 ml e 510 ml, sem gás e com gás- LINDÓIA/SP

820.468/1980-AGUA LITORÂNEA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA ME- Fonte Palmiro Novi - Marca: Litoral, 10L e 20L, sem gás- REGISTRO/SP

820.143/1989-MINERADORA SANTA ANA LTDA- Fonte Premium - Marca: Premium Lindoia - Recipientes: 200 ml e 305 ml (copos), sem gás- LINDÓIA/SP, ÁGUAS DE LINDÓIA/SP

821.904/1998-MINERAÇÃO ÁGUAS DE SOCORRO LTDA. EPP- Fonte da Luz - Marca: Nova Mineral, Recipientes: 510 ml, sem gás - Claríssima Gold, Recipientes: 510 ml, sem gás e 1,5L sem gás e Cristal Gold, Recipiente: 510 ml, sem gás.- SOCORRO/SP

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

809.765/1970-PEDREIRA SANTANA LTDA- AI Nº 243/15-DFISC/DNPM/SP - 07.10.15

820.915/1988-INDÚSTRIA PAULISTA DE ÁGUAS MINERAIS LTDA- AI Nº 131, 132 e 133/14-DFISC/DNPM/SP - 04.07.14

820.958/2000-PINHALÁGUA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA EPP- AI Nº 578/13-DFISC/DNPM/SP

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

824.549/1972-ÁGUAS PRATA LTDA.-OF. N°2098/15-DFISC/DNPM/SP

826.961/1972-SILVANO BIONDI E FILHOS LTDA.-OF. N°2136 e 2137/15-DFISC/DNPM/SP - 16.10.15

802.584/1975-COMEXIM LTDA.-OF. N°2135/15-DFISC/DNPM/SP - 16.10.15

820.468/1980-AGUA LITORÂNEA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA ME-OF. N°2131/15-DFISC/DNPM/SP - 16.10.15

820.143/1989-MINERADORA SANTA ANA LTDA-OF. N°2132 e 2133/15-DFISC/DNPM/SP - 16.10.15

820.149/1996-MINERADORA AGUAS CLARAS LTDA-OF. N°2128/15-DFISC/DNPM/SP - 14.10.15

820.853/1996-MINERACAO BOM RETIRO II LTDA-OF. N°2051/15-DFISC/DNPM/SP - 02.10.15

820.389/1997-CLASSE BRASIL EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2134/15-DFISC/DNPM/SP - 16.10.15

820.345/1999-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE AGUAÍ LTDA-OF. N°2099/15-DFISC/DNPM/SP - 08.10.15

820.268/2001-MINALIZA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2114/15-DFISC/DNPM/SP - 14.10.15

820.774/2002-MINERADORA SERRA DA PRATA LTDA-OF. N°2103/15-DFISC/DNPM/SP - 14.10.15

820.361/2004-FONTE ROCHA BRANCA LTDA-OF. N°2052 e 2053/15-DFISC/DNPM/SP - 02.10.15

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

821.230/2010-VILELA & SILVA LTDA ME-OF. N°2090/15-DFISC/DNPM/SP - 08.10.15

Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)

821.230/2010-VILELA & SILVA LTDA ME-OF. N°2091/15-DFISC/DNPM/SP - 08.10.2015

Fase de Disponibilidade

Nega provimento a defesa apresentada.(1847)

820.985/2000-EMPREENDIMENTOS COMÉRCIAIS MESQUITA LTDA.

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 146/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

ad Bras Mineradora Ltda - 864509/12, 864012/13

Caltins Calcário Tocantins Ltda - 864099/07, 864611/07

Clodoaldo Cardoso Leite - 864372/14, 864373/14

Israel Siqueira de Abreu Campos - 864357/13

Márcio Soares Santana - 864161/13

Mineração Mata Azul s a - 864610/08, 864611/08, 864612/08, 864170/07

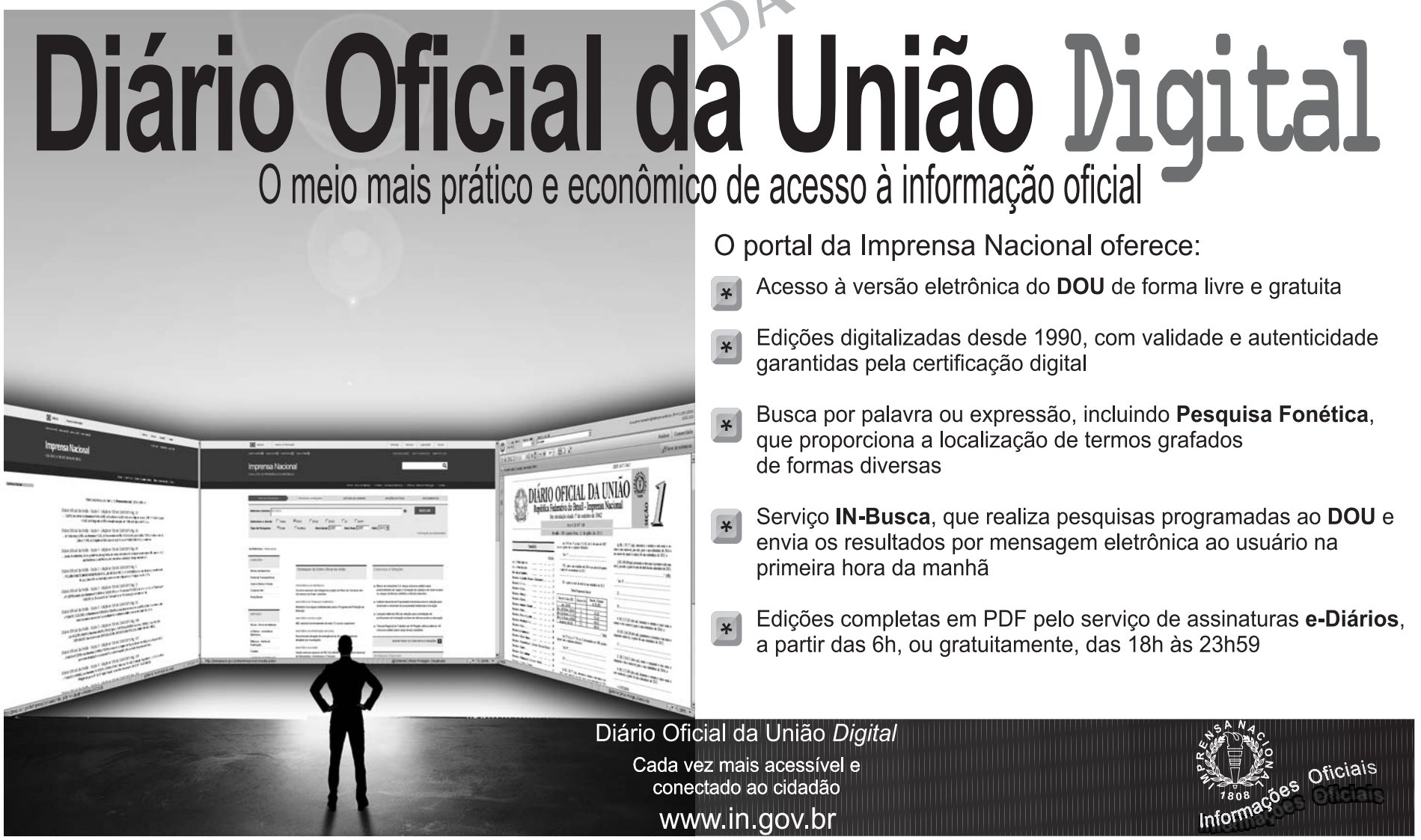
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 864498/12

Platinus Empreendimentos e Participações Ltda - 864053/14

Vulcano Mineradora s a - 864518/07, 864520/07

FÁBIO LÚCIO MARTINS JÚNIOR

DA IMPRENSA NACIONAL



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 202, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 236, de 22 de dezembro de 1994; e,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro n.º 52600.040933/2015, resolve:

Dar nova redação ao subitem 1.5 da Portaria Inmetro/Dimel nº 207, de 18 de novembro de 2003; ao subitem 1.5 da portaria Inmetro/Dimel nº 208, de 18 de novembro de 2003; e ao subitem 5.1 da Portaria Inmetro/Dimel nº 232 de 29 de junho de 2009, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 203, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para sistemas de medição equipados com medidores de fluido, utilizados na medição de petróleo, seus derivados líquidos, álcool anidro e álcol hidratado carburante, aprovado pela Portaria Inmetro n° 64/2003; e,

Considerando o constante do Processo Inmetro n.º 52600.037308/2015, resolve:

Art. 1º - Alterar a alínea "g" do item 4 da Portaria Inmetro nº 168/2014, conforme condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 66, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001172/2015-99 e do Parecer nº 51, de 20 de outubro de 2015, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, e por terem sido apresentados elementos suficientes que indicam a prática de dumping nas exportações da Alemanha para o Brasil do produto objeto desta circular, e de dano à indústria doméstica resultante de tal prática, decide:

1. Iniciar investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da Alemanha para o Brasil de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos, analógicos ou digitais, comumente classificados nos subitens 9022.13.11 e 9022.12.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de abertura da investigação, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da investigação será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

2. A análise dos elementos de prova de dumping considerou o período de abril de 2014 a março de 2015. Já o período de análise de dano considerou o período de abril de 2010 a março de 2015.

3. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem sua habilitação no referido processo.

4. A participação das partes interessadas no curso desta investigação de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante devidamente habilitado.

5. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas solicitações de prorrogação de prazo para apresentação de respostas aos questionários e nas apresentações de respostas aos questionários. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da investigação, sem possibilidade de prorrogação. Na hipótese de a empresa solicitar prorrogação do prazo de resposta ao questionário por meio de correspondência institucional, inclusive eletrônica, a regularização da habilitação somente será exigida para os representantes que apresentarem as respostas aos questionários. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente, na qual deverá constar expressamente o processo de defesa comercial a que se refere a designação.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014. As respostas aos questionários da investigação apresentadas no prazo original de 30 (trinta) dias serão consideradas para fins de determinação preliminar com vistas à decisão sobre a aplicação de direito provisório, conforme o disposto nos arts. 65 e 66 do citado diploma legal.

8. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por escrito, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da investigação, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

9. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à investigação, o DECOM poderá elaborar suas determinações preliminares ou finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da investigação, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

10. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

11. Todos os documentos referentes à presente investigação deverão indicar o produto, o número do Processo MDIC/SECEX 52272.001172/2015-99 e ser dirigidos ao seguinte endereço: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL - DECOM - EQN 102/103, Lote I, sala 108, Brasília - DF, CEP 70.722-400, telefones: (0XX61) 2027-9352 e 2027-9320 e ao seguinte endereço eletrônico: decom@mdic.gov.br

DANIEL MARTELETO GODINHO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Do processo anterior

Em 29 de janeiro de 2015, a empresa Dabi Atlante S/A Indústria Médica Odontológica, doravante denominada peticionária ou, simplesmente, Dabi Atlante, protocolou, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos, analógicos ou digitais, comumente classificados nos subitens 9022.13.11 e 9022.12.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, originários da Alemanha, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

A investigação de dumping foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 15, de 13 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 16 de março de 2015, e foi encerrada, sem julgamento de mérito, em 13 de abril de 2015, por meio da Circular SECEX nº 21, de 10 de abril de 2004, uma vez que a análise de mérito foi prejudicada em razão da insuficiência de informação prestada tempestivamente pela indústria doméstica.

2. DO PROCESSO

2.1. Da petição

Em 30 de julho de 2015, a empresa Dabi Atlante protocolou, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos, analógicos ou digitais, comumente classificados nos subitens 9022.13.11 e 9022.12.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, originários da Alemanha, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Solicitou-se, em 14 de agosto de 2015, à peticionária, com base no § 2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição. A peticionária apresentou tais informações, tempestivamente, em 28 de agosto de 2015.

2.2. Da notificação ao governo do país exportador

Em 20 de outubro de 2015, em atendimento ao que determina o art. 47 do Regulamento Brasileiro, o governo da Alemanha, bem como a Delegação da União Europeia, foram notificados da existência de petição devidamente instruída, com vistas ao início de investigação de dumping de que trata o presente processo.

2.3. Da representatividade da peticionária e do grau de apoio à petição

Na petição, a Dabi Atlante informou representar a totalidade da produção nacional de aparelhos de raios X panorâmicos e tridimensionais. A autoridade investigadora, igualmente, não identificou outros produtores nacionais.

A esse respeito, a peticionária encaminhou declaração, de 2 de julho de 2015, da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO), atestando que a Dabi Atlante é fabricante exclusiva, no Brasil, de aparelhos de raios X panorâmicos e de tomógrafos odontológicos, registrados na Anvisa, respectivamente, sob os números 10101130079 e 10101130084.

Desse modo, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013, considerou-se que a petição foi apresentada pela indústria doméstica e que a peticionária possui representatividade para fins de abertura de investigação.

2.4. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Regulamento Brasileiro, foram identificadas como partes interessadas, além da peticionária, o governo da Alemanha, os produtores/exportadores estrangeiros e os importadores brasileiros de aparelhos de raios X panorâmico e tridimensional odontológico daquela origem.

Em atendimento ao disposto no art. 43 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificadas, por meio dos dados detalhados de importação fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, as empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da investigação durante o período de investigação de indícios de dumping. Foram identificados, também, pelo mesmo procedimento, os importadores brasileiros que adquiriram o referido produto durante o mesmo período.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto da investigação

Em atendimento ao disposto no caput e nos §§ 1º e 2º do art. 10 do Regulamento Brasileiro, o produto objeto da investigação consiste em aparelhos de raios X odontológicos panorâmicos, analógicos ou digitais, comumente classificado nos subitens 9022.13.11 e 9022.12.00 da NCM, exportados da Alemanha para o Brasil. A esse respeito, a peticionária acrescenta que a classificação correta para o produto objeto seria na NCM 9022.13.11 e que aquelas classificadas na NCM 9022.12.00 são errôneas, pois esta NCM diz respeito apenas a tomógrafos dedicados, que seriam aqueles utilizados apenas para tomadas tomográficas, e que não fazem tomadas panorâmicas.

Conforme consta da petição, o produto consiste em equipamentos de uso exclusivo de profissionais da área de odontologia, para realização de exames radiológicos panorâmicos e tomográficos que auxiliam no processo de diagnóstico por imagem da condição do paciente.

Há, segundo a peticionária, três categorias de aparelhos de raios X fabricados na Alemanha e exportados para o Brasil, a saber:

- "Orthophos XG3": permite efetuar radiografias panorâmicas da região mandibular e temporomandibular;
- "Orthophos XG5/Ceph" e "Orthophos XG 3DReady/Ceph": permitem efetuar radiografias panorâmicas da região mandibular, radiografias interproximais (bitewing), radiografias dos seios maxilares, radiografias da articulação temporomandibular e radiografias de fatias múltiplas. Esses equipamentos podem ser equipados com um cefalômetro, para a realização de imagens telerradiográficas. A peticionária menciona que o modelo XG 3DReady/Ceph consiste, basicamente, em um aparelho XG5/Ceph que pode ser atualizado para o modelo "Orthophos XG 3D/Ceph", descrito em sequência;
- "Orthophos XG 3D/Ceph": realiza as mesmas radiografias dos modelos anteriores, além de radiografias volumétricas tomográficas. Também pode ser equipado com cefalômetro para produzir imagens telerradiográficas.

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 10 do Regulamento Brasileiro, consta da petição que as matérias-primas utilizadas na produção dos aparelhos de raios X são alumínio, ferro fundido, aço, cobre, polímeros, silício, fibra de vidro, iodeto de césio, ouro, prata e outros materiais metálicos. Informou-se, ainda, que o processo produtivo e a rota tecnológica utilizada são semelhantes no mundo inteiro.

As principais características dos modelos em menção, em termos de dimensões, capacidade e potência, estão sumarizadas na tabela seguinte:

Equipamento	Sirona Orthophos		
Modelo	XG3	XG5/Ceph	XG 3D ready/Ceph
Possibilidade de atualização	NA	Ceph	Ceph e 3D
Opção de dois sensores na ceph	NA	Sim	
Gerador de radiação	60 a 90 kV (quilovoltagem), 3 a 16 mA (miliamperagem)		
Posição do paciente	Em pé ou sentado		
Tempo de exposição panorâmico padrão	14 segundos		
Tempo de exposição tele padrão	NA	9.4 segundos	
Peso da unidade básica	Aprox. 110 kg		
Base opcional	Sim		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acessível para cadeirantes	Sim		
Disparador remoto	Sim		
Perfis panorâmicos	5	8	8
Perfis ATM (articulação temporo- mandibular)	1	1	6
Perfis Seios Maxilares	0	1	4
Perfis bitewing	0	1	4
Dimensão Pan com ou sem 3D	Aprox. 1,2 m de comprimento e 0,8 m de largura 2,25 m de altura		
Dimensão Pan/Ceph com ou sem 3D	NA	Aprox. 1,2 m de comprimento, 1,8 m de largura e 2,25 m de altura	

Legenda: "NA" = não se aplica.

Conforme descrito na petição, os equipamentos de radiografia são submetidos a testes de validação e qualidade com base nas normas IEC (International Electrotechnical Commission) 60.601, editadas pela UL (Underwriters Laboratories), além de outras específicas para raios X. A UL, dentre outros organismos certificadores de produtos, é organismo internacional que define normas aplicáveis aos testes de certificação, dentre outros, para fornecedores de equipamentos de radiologia no mundo.

Em referência ao disposto no § 2º do art. 10 do Regulamento Brasileiro, consta da petição que os aparelhos de raios X capturam as imagens do paciente a partir da geração de radiação ionizante. Após a captura, a imagem é digitalizada diretamente em computador conectado ao aparelho de raios X, de modo que o técnico pode arquivar ou imprimir as imagens geradas, utilizando-se, para esse fim, impressoras específicas ou sistemas de software. De posse das imagens, impressas ou digitais, o radiologista poderá emitir laudo que servirá de base à definição do tratamento bucal adequado.

No que se refere ao canal de distribuição do produto, consta da petição que a venda ocorre de forma direta. O mesmo ocorre relativamente à comercialização de itens opcionais oferecidos ao cliente e vendidos separadamente.

A peticionária explicou, também, que o modelo denominado "Galileus", fabricado na Alemanha e exportado para o Brasil, não deve ser considerado produto objeto da investigação, por não se tratar de aparelho de tomadas panorâmicas, e sim tomográficas, sendo, em regra, classificado no subitem 9022.12.00 da NCM. A peticionária informou não produzir aparelhos de tomadas exclusivamente tomográficas.

3.1.1. Da classificação e do tratamento tarifário

Os aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos, originários da Alemanha, são comumente classificados nos subitens NCM/SH 9022.13.11 e 9022.12.00, cujas descrições são as seguintes:

90.22	Aparelhos de raios X e aparelhos que utilizem radiações alfa, beta ou gama, mesmo para usos médicos, cirúrgicos, odontológicos ou veterinários, incluindo os aparelhos de radiofotografia ou de radioterapia, os tubos de raios X e outros dispositivos geradores de raios X, os geradores de tensão, as mesas de comando, as telas de visualização, as mesas, poltronas e suportes semelhantes para exame ou tratamento.
9022.1	Aparelhos de raios X, mesmo para usos médicos, cirúrgicos, odontológicos ou veterinários, incluindo os aparelhos de radiofotografia ou de radioterapia:
9022.12.00	Aparelhos de tomografia computadorizada
9022.13	Outros, para odontologia
9022.13.1	De diagnóstico
9022.13.11	De tomadas maxilares panorâmicas

Segundo a peticionária, sensores, quando vendidos separadamente dos aparelhos de raios X em menção, não devem ser classificados no subitem NCM/SH 9022.13.11. Fato semelhante ocorre relativamente a partes e peças de reposição, cujo subitem NCM/SH pertinente é 9022.90.90.

Consta, ainda, da petição, que os aparelhos de raios X tridimensionais, a despeito de comumente referidos como tomógrafos e de haver exigência de registro pela Anvisa como tal, são equipamentos de raios X de tomadas maxilares panorâmicas que exercem, ainda, as funções cefalométrica e tomógrafa, cuja classificação aduaneira adequada refere-se ao subitem NCM/SH 9022.13.11.

Conforme se verificou na Tarifa Externa Comum - TEC, o produto é bem de capital, tendo sua alíquota do Imposto de Importação (II) mantida em 0% de abril de 2010 a setembro de 2012, por força da Resolução CAMEX nº 43, de 22 de dezembro de 2006, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007. Em 1º de outubro de 2012, por intermédio da Resolução CAMEX nº 70, de 28 de setembro de 2012, alterou-se para 14%, por período de 12 (doze) meses, a alíquota ad valorem do II das mercadorias classificadas no subitem NCM/SH 9022.13.11. Expirado o prazo de vigência dessa elevação temporária do imposto, a alíquota do II retornou ao patamar normal, com base na Resolução nº 94, de 8 de dezembro de 2011, vigorando alíquota de 0% até março de 2015.

Em relação ao item tarifário da NCM/SH em que o produto é erroneamente classificado, 9022.12.00, tem-se que a alíquota do II correspondente se manteve em 0% de abril de 2010 a março de 2015.

Por fim, relativamente ao código NCM/SH 9022.13.11, foram identificadas as seguintes preferências tarifárias:

Preferências Tarifárias

País/Bloco	Base Legal	Preferência (%)
Mercosul	ACE 18 - Mercosul	100
Bolívia	ACE 36 - Mercosul - Bolívia	100
Chile	ACE 35 - Mercosul - Chile	100
Colômbia	ACE 59 - Mercosul - Colômbia	100
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	100
Israel	ALC - Mercosul - Israel	100
Peru	ACE 58 - Mercosul - Peru	100
Venezuela	ACE 59 - Mercosul - Venezuela	100

3.2. Do produto fabricado no Brasil

O produto fabricado no Brasil consiste em aparelhos de raios X de tomadas panorâmicas, com características semelhantes às descritas no item 3.1 no que tange às matérias-primas empregadas, à forma de apresentação, aos usos e aplicações, bem como às características principais do produto. Nesse ponto, cumpre mencionar que a produção nacional de aparelhos de raios X digitais iniciou-se em janeiro de 2011.

Segundo informações constantes da petição, há quatro modelos de aparelhos de raios X fabricados no Brasil:

- Analógico Panorâmico: equipamento que depende de filmes para revelação das imagens. Esse modelo praticamente não é mais comercializado pela indústria doméstica;
- Digital Panorâmico (duas dimensões - 2D - sem tele): equipamento ao qual se agrega sensor digital para captação de imagens, com o qual as imagens são diretamente remetidas para o computador;
- Digital Panorâmico com Telerradiografia (2D com tele): além da imagem panorâmica, esse aparelho produz imagens telerradiográficas, também denominadas cefalométricas; e
- Digital Panorâmico com Telerradiografia e Tomografia (três dimensões - 3D): além das imagens panorâmica e cefalométrica, esse aparelho realiza imagens tomográficas (tridimensionais), de modo que o profissional pode escolher qual das três funções deseja executar. Para produzir imagens tomográficas, é necessário sensor de captação 3D, além do sensor de captação de imagens para gerar imagens em 2D ou panorâmicas.

Na petição, a Dabi Atlante informa que os softwares, cuja licença de uso é adquirida juntamente com o equipamento, são parte integrante do produto, sem os quais o aparelho de raios X não opera. Com isso, o valor referente ao licenciamento de uso do software, a despeito de ser serviço, soma-se ao valor do aparelho de raios X para compor o valor do produto.

A esse respeito, esclarece-se que, de acordo com o Manual Informatizado do Módulo Aquisição do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), nona edição aprovada pela Portaria Conjunta RFB/SCS nº 43, de 8 de janeiro de 2015, o serviço de licenciamento de uso do software em questão está dispensado do registro no Siscoserv, por enquadrar-se na categoria de serviços e intangíveis incorporados aos bens e mercadorias importados. Excerto do Manual é reproduzido a seguir:

"A obrigação de registro [no Siscoserv] não se estende às transações envolvendo serviços e intangíveis incorporados aos bens e mercadorias importados, registrados no Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex.

Os serviços de frete, seguro e de agentes externos, bem como demais serviços relacionados às operações de comércio exterior de bens e mercadorias, serão objeto de registro no Siscoserv, por não serem incorporados aos bens e mercadorias." (p. 14-15)

Consta da petição que o produto fabricado no Brasil apresenta as seguintes características principais, no que concerne a dimensão, capacidade e potência:

Equipamento	Dabi Atlante Eagle		
Modelo	Pan	Pan/Ceph	Pan/Ceph 3D
Possibilidade de atualização	Ceph e 3D		
Opção de dois sensores na Ceph	Sim		
Gerador de radiação	60 a 85 kV, 2 a 10 mA		
Posição do paciente	Em pé ou sentado		
Tempo de exposição panorâmico padrão	14 segundos		
Tempo de exposição tele padrão	10 segundos		
Peso da unidade básica	Aprox. 115 kg		
Base opcional	Sim		
Acessível para cadeirantes	Sim		
Disparador remoto	Sim		
Perfis panorâmicos	4	4	4
Perfis ATM	1	1	1
Perfis Seios Maxilares	1	1	1
Perfis bitewing	2	2	2
Dimensão Pan com ou sem 3D	Aprox. 1,35 m de comprimento; 0,62 m de largura e 1,90 m de altura		
Dimensão Pan/Ceph com ou sem 3D	Aprox. 1,35 m de comprimento; 1,75 m de largura e 1,90 m de altura		

Segundo consta da petição, quaisquer modelos do produto são comercializados por meio de distribuidores ou diretamente ao cliente final. Cumpre mencionar que alguns itens acessórios, a despeito de serem identificados de forma destacada na nota fiscal de venda, são indispensáveis ao funcionamento do produto, segundo informou a peticionária. Esclareceu, ainda, que situação semelhante ocorre relativamente à aquisição do produto importado.

A peticionária indicou que o produto similar doméstico é produzido em planta única localizada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, em apenas uma linha de montagem e em turno único, havendo ordem de produção sob encomenda. Nessa linha de produção, a propósito, são montados coluna, torre, cabeçote (emissor de raios X) e sistema giratório, os quais constituem a parte mecânica do produto. Atestou não haver outra rota para a produção nem geração de subprodutos, coprodutos e refugos resultantes do processo produtivo.

Informou-se que as matérias-primas básicas para obtenção do produto são alumínio, ferro fundido, aço, cobre, polímeros, silício, fibra de vidro, iodeto de césio, ouro e prata. Nesse ponto, a peticionária esclareceu [CONFIDENCIAL].

No que concerne à fabricação dos aparelhos de raios X, a peticionária afirmou que as matérias-primas recebidas em forma de barras (ferro, alumínio, cobre, aço) são cortadas em serras e, via processo de usinagem, em máquinas operatrizes de alta precisão (tornos, fresadoras e centros de usinagem), convertem-se em pequenas partes que serão usadas na montagem do equipamento. Consta da petição que os polímeros para composição das capas dos equipamentos são injetados em injetoras plásticas a alta pressão, expandidos ou termoformados. Na sequência, as peças metálicas e plásticas produzidas recebem, então, recobrimento de proteção ou estético via processos de galvanoplastia, como a niquelação, e de pintura, eletrolítica ou líquida.

Segundo a peticionária, no processo de montagem, as partes e peças usinadas, placas eletrônicas, rolamentos e peças fundidas, assim como o sensor que permite a geração de imagens 2D e/ou 3D, são agregados para formar o equipamento.

Consta da petição que, após a montagem, a fim de viabilizar o controle dos movimentos do aparelho, gravam-se os firmwares nas placas eletrônicas. Na sequência, inicia-se o processo de testes, como eletrônico, de ciclagem, de calibração e de imagem, com vistas a verificar se todas as partes e peças eletrônicas e mecânicas funcionam adequadamente. Nesse ponto, o cabeçote emissor de raios X é submetido ao processo de ciclagem e calibração de parâmetros de tensão e corrente, sendo executados testes de segurança elétrica, conforme estabelecido pelas normas vigentes. Ademais, imagem é gerada a partir de um modelo humano, boneco usado para teste com o objetivo de verificar a nitidez da imagem, sendo que, no teste de calibração, verifica-se a qualidade dessa imagem analisando-se parâmetros pertinentes.

Na petição, em atendimento ao disposto no art. 24 da Portaria SECEX nº 41, de 2013, a indústria doméstica propôs os seguintes códigos de identificação do produto, denominados CODIP, tendo em conta que os códigos de produtos utilizados internamente pela empresa no curso normal de suas operações não contemplariam os principais elementos que influenciam o custo de produção e o preço de venda, dado não descreverem com precisão o modelo comercializado.

CODIP	Descrição
11	Analógico analógico
21	Aparelho digital 2D sem TELE
22	Aparelho digital 2D com TELE
31	Aparelho 3D

Consta, ainda, da petição que o produto produzido no Brasil segue as mesmas condições de comercialização que o importado objeto da investigação, contando com distribuidores e representantes e sendo negociado mediante parcelamento pela própria empresa ou financiamento por instituição bancária independente. A esse respeito, a peticionária frisou que, em alguns casos, o próprio equipamento é alienado como garantia da operação.

3.3. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que esses critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

Segundo a peticionária, o produto objeto da investigação e o similar doméstico guardam similaridade em todos os aspectos - matérias-primas, processo produtivo, normas e especificações técnicas aplicáveis, usos e aplicações, canais de distribuição, prazos de pagamento e de entrega, evolução tecnológica -, exceto quanto ao tamanho da imagem radiográfica gerada, uma vez ser comparativamente maior no produto nacional. Além deste aspecto, que contaria a favor do similar doméstico, a peticionária considerou que o fato de haver assistência local pós-venda seria um diferencial relevante inerente ao produto nacional, pois viabilizaria a correção imediata de quaisquer defeitos, sem a necessidade de se importarem partes e peças. Nesse ponto, a peticionária reclamou que, a despeito dessas vantagens comparativas, consumidores se pautam, no momento da compra, no quesito preço. No que tange à entrega do produto, cumpre mencionar que, segundo a peticionária, o prazo dessa entrega, que oscila entre 30 e 45 dias, não seria fator determinante quando da compra desse tipo de equipamento, uma vez que o cliente necessita preparar suas instalações para receber o aparelho.

Dessa forma, conforme informações obtidas na petição, e nos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, o produto objeto da investigação e o produto similar produzido no Brasil:

i. Em geral são produzidos a partir das mesmas matérias-primas, quais sejam alumínio, ferro fundido, aço, cobre, polímeros, silício, fibra de vidro, iodeto de césio, ouro, prata e outros materiais metálicos;

ii. Apresentam características físicas semelhantes, no que concerne a potência, capacidade e dimensões;

iii. Seguem as mesmas especificações técnicas, visto que se destinam às mesmas aplicações;

iv. São produzidos segundo processo de produção semelhante, conforme mencionado nos itens 2.1 e 2.2 deste documento;

v. Têm os mesmos usos e aplicações, sendo utilizados para a realização de exames radiológicos panorâmicos e tomográficos odontológicos que auxiliam no processo de diagnóstico por imagem do paciente;

vi. Apresentam alto grau de substitutibilidade, com concorrência baseada principalmente no fator preço. Ademais, foram considerados concorrentes entre si, visto que se destinam ambos aos mesmos segmentos industriais e comerciais;

vii. Apresentam condições de venda semelhantes, via financiamento de instituições bancárias, principalmente; e

viii. São vendidos no mercado brasileiro por meio dos mesmos canais de distribuição, diretamente ao cliente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.4. Da conclusão a respeito do produto e da similaridade

O art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, dispõe que o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.

Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise constante no item 3.3 deste anexo, a autoridade investigadora concluiu que o produto produzido no Brasil é similar ao produto objeto da investigação, nos termos do art. 9º do Regulamento Brasileiro, de 2013.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Nos termos do dispositivo supracitado do Regulamento Brasileiro, para fins de análise dos indícios de dano, definiu-se como indústria doméstica a linha de produção de aparelhos de raios X panorâmicos e tridimensionais da empresa Dabi Atlante S/A Indústria Médica Odontológica. Esta, conforme mencionado no item 2.3 deste anexo, responde pela totalidade da produção nacional de aparelhos de raios X panorâmicos e tridimensionais, informação essa confirmada pela ABIMO.

5. DOS INDÍCIOS DE DUMPING

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

Na presente análise, utilizou-se o período de abril de 2014 a março de 2015, a fim de se verificar a existência de indícios de prática de dumping nas exportações para o Brasil de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos originários da Alemanha.

5.1. Do valor normal

Em conformidade com o art. 8º do Regulamento Brasileiro, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Como indicativo de valor normal, a peticionária forneceu, junto à petição, bem como nas informações complementares respectivas, lista de preços, intitulada "Raio-X - Visão geral da família ORTHOPHOS XG / Tabela de preços IDS 2015", praticados, na Alemanha, pela empresa Sirona Dental Systems GmbH, doravante denominada produtor/exportador ou, simplesmente, Sirona, com vistas a demonstrar valores representativos de vendas do produto similar ao investigado no mercado interno do país exportador. Informou-se na petição que os montantes unitários listados, em euros, livres de tributos, estariam em nível ex fabrica. Segundo a peticionária, trata-se de lista de preços divulgada entre os dias 10 a 14 de março de 2015, no âmbito da feira IDS, realizada a cada dois anos em Colônia, na Alemanha.

Considerando-se os itens indispensáveis ao adequado funcionamento dos aparelhos de raios X, bem como nas informações sobre os modelos fabricados pela Sirona descritas no sítio eletrônico da empresa, a peticionária entendeu por adequado, para fins de justa comparação entre valor normal e preço de exportação, acrescentar os valores dos softwares, contendo conjunto específico de linguagem, discriminados na lista de preços, aos montantes referentes à estrutura básica do equipamento, uma vez que esse tipo de software é indispensável ao funcionamento dos aparelhos. Cumpre ressaltar que no caso em que os aparelhos possuem dois tipos de software, optou-se por considerar a média dos valores dos mesmos.

Assim, o valor normal da Alemanha foi apurado com base no preço médio de venda no mercado interno da Alemanha dos aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos similares ao produto objeto da investigação.

Obteve-se, assim, valor normal de € 54.763,00, equivalente a US$ 69.467,01, em condição ex fabrica. Essa conversão, a propósito, foi executada utilizando-se a paridade média do período, de US$/€ 1,2685, de acordo com o Banco Central do Brasil.

5.2. Do preço de exportação

O art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, estatui que, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, o preço de exportação é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto de investigação.

Para fins de apuração do preço de exportação de aparelhos de raios X da Alemanha para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro efetuadas no período de análise de indícios de dumping, ou seja, aquelas realizadas de abril de 2014 a março 2015. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação.

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de indícios de dumping, pelo respectivo volume importado, em unidades (un), alcançou-se preço de exportação apurado para a Alemanha de US$ 10.467,91/un. [CONFIDENCIAL].

Cumpre mencionar que, para fins de comparação entre valor normal e preço de exportação, este extraído em condição FOB (free on board) dos dados oficiais da RFB, procedeu-se a ajuste com vistas a converter esse preço de exportação FOB a ex fabrica. Com efeito, a condição de comércio FOB inclui o custo de transporte da mercadoria até o porto, estando aí inseridas quaisquer despesas e tributos decorrentes da movimentação entre fábrica e porto, além das despesas de estiva e embarque da mercadoria no navio contratado pelo cliente.

De acordo com o informado na petição, a principal planta do produtor/exportador alemão em questão situa-se em Bensheim, nas proximidades de Frankfurt, sendo Rotterdam e Hamburgo os portos marítimos mais próximos do parque fabril, respectivamente, a 483 e 541 quilômetros rodoviários. A peticionária apresentou cotação de transporte de aparelho de raios X de Bensheim ao porto de Hamburgo, solicitada em fevereiro de 2015 à transportadora alemã [CONFIDENCIAL]. A cotação em tela discrimina, como custos incorridos na origem para embarque FOB da mercadoria, frete e despesas de manuseio de carga de, respectivamente, € 80,00 e € 40,00 por HBL (House Bill of Lading), o equivalente a US$ 152,22. Conforme já mencionado, essa conversão foi executada utilizando-se a paridade média do período, de 1,2685 US$/€.

Assim, subtraiu-se, para fins de apuração do preço de exportação em condição ex fabrica, o montante de US$ 152,22 do valor apurado tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, em condição FOB (US$ 10.467,91), obtendo-se, assim, preço de exportação US$ 10.315,69, em condição ex fabrica.

5.3. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação. A margem relativa de dumping, por seu turno, se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a Alemanha.

Margem de Dumping (MD)

Em US$/un e em %

Valor Normal	Preço de Exportação	MD Absoluta	MD Relativa
69.467,01	10.315,69	59.151,33	573,4%

5.4. Da conclusão sobre os indícios de dumping

A margem de dumping apurada demonstra a existência de indícios de dumping nas exportações de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos da Alemanha para o Brasil, realizadas no período de abril de 2014 a março de 2015.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item, serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos. Conforme prescreve o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de dano à indústria doméstica. Nesse ponto, cumpre mencionar que a produção nacional de aparelhos de raios X digitais iniciou-se em janeiro de 2011. Assim, para efeito da análise relativa à determinação da abertura da investigação, considerou-se o período de abril de 2010 a março de 2015, dividido da seguinte forma:

P1 - abril de 2010 a março de 2011;
P2 - abril de 2011 a março de 2012;
P3 - abril de 2012 a março de 2013;
P4 - abril de 2013 a março de 2014; e
P5 - abril de 2014 a março de 2015

6.1. Das importações

Para fins de apuração das importações brasileiras de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos em cada período, foram utilizados os dados detalhados de importação referentes ao produto classificado nos subitens 9022.13.11 e 9022.12.00 da NCM/SH, fornecidos pela RFB.

Por meio da análise da descrição detalhada das mercadorias, verificou-se que são classificadas naquele código da NCM importações de aparelhos de raios X, bem como de outros produtos, distintos do produto objeto da investigação. A fim de se obterem as informações referentes exclusivamente ao produto objeto da investigação, realizou-se depuração das importações constantes desses dados. Excluíram-se mercadorias cujas descrições permitiram concluir que não se tratava do produto objeto da investigação, como partes e peças para reposição.

Foram depurados, ainda, os dados detalhados de importação referentes ao subitem NCM/SH 9022.12.00, relativo a aparelhos de tomografia computadorizada, com vistas a se identificar a ocorrência de importações do produto objeto da investigação incorretamente classificadas nessa NCM/SH. Com efeito, conforme atestado pela peticionária, os aparelhos de raios X tridimensionais não equivalem aos tomógrafos utilizados para realizar exames diagnósticos. Aqueles aparelhos, a despeito de comumente referidos como tomógrafos e de haver exigência de registro pela Anvisa como tal, são equipamentos de raios X de tomadas maxilares panorâmicas que exercem, ainda, as funções cefalométrica e tomógrafa, cuja classificação aduaneira adequada refere-se ao item tarifário NCM/SH 9022.13.11. Assim, os volumes e valores pertinentes a aparelhos de raios X identificados no subitem NCM/SH 9022.12.00 foram oportunamente acrescidos àqueles concernentes ao produto objeto da investigação.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta o volume total de importações do produto objeto de investigação no período de análise de dano à indústria doméstica:

Importações Brasileiras Totais de Aparelhos de Raio-X

Em números-índices de unidades

	P1	P2	P3	P4	P5
Alemanha	100	205,3	236,0	416,0	160,0
Total em análise	100	205,3	236,0	416,0	160,0
China	0	100	0	0	0
Coreia do Sul	100	164,0	76,3	33,3	12,3
Estados Unidos da América	100	70,2	52,6	35,1	26,3
Finlândia	100	127,8	127,8	102,6	80,1
França	100	119,6	108,7	63,0	2,2
Japão	100	1800,0	350,0	650,0	700,0
Total Exceto em análise	100	141,9	99,2	68,9	44,6
Total Geral	100	152,6	122,2	127,4	64,0

O volume total das importações brasileiras de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos apresentou comportamento inconstante ao longo do período de análise de dano: cresceu 52,6% de P1 a P2, diminuiu 19,9% de P2 a P3, voltou a crescer de P3 a P4 em 4,2%, e recuou 49,7% de P4 a P5. De P2 a P5, as importações totais diminuíram 58% e de P3 a P5, 47,6%. Considerando-se os extremos da série, houve diminuição de 36%.

As importações originárias da Alemanha, origem investigada, apresentaram crescimento contínuo até P4, quando atingiram o pico dos cinco períodos analisados, [CONFIDENCIAL] t. As elevações verificadas foram 105,3% de P1 a P2, 14,9% de P2 a P3 e 76,3% de P3 a P4. Houve queda de 61,5% de P4 a P5 e nos intervalos de P2 a P5 e de P3 a P5: 22,1% e 32,2%, respectivamente. De P1 a P5, houve aumento de 60%.

Em P1, as importações do produto objeto da investigação representavam [CONFIDENCIAL]% do volume total das importações brasileiras de raios X panorâmicos odontológicos e, até P4, cursaram em aumentos sucessivos de [CONFIDENCIAL] pontos percentuais (p.p.) de P1 para P2, [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4. Houve variação acumulada de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P4, quando a participação das importações em análise alcançaram [CONFIDENCIAL]% do volume total importado pelo Brasil. De P4 para P5, no entanto, as importações investigadas apresentaram queda de [CONFIDENCIAL]p.p. na participação no volume total das importações, atingindo [CONFIDENCIAL]%.

As importações das outras origens, por sua vez, tiveram elevação de 41,9% de P1 para P2, seguida de reduções até P5: 30,1% de P2 para P3, 30,5% de P3 para P4, e 35,3% de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise, a redução chegou a 55,4% em P5, relativamente a P1.

A participação das importações das outras origens no volume total importado sofreu redução até P4, passando de [CONFIDENCIAL]% em P1 para [CONFIDENCIAL]% em P4, redução de [CONFIDENCIAL]p.p. Essa participação caiu [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4. Diferentemente, de P4 para P5, houve aumento da participação de [CONFIDENCIAL]p.p. e as importações das outras origens representaram [CONFIDENCIAL]% do total importado pelo Brasil.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações de aparelhos de raios X no período de análise de indícios de dano à indústria doméstica.

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

Valor das Importações Totais de Aparelhos de Raio-x

Em números-índices de US$ CIF

	P1	P2	P3	P4	P5
Alemanha	100	198,5	180,5	258,5	64,3
Total sob Análise	100	198,5	180,5	258,5	64,3
China	0	100,0	0	0	0
Coréia do Sul	100	136,8	57,7	22,6	13,5
Estados Unidos	100	64,5	45,7	30,4	23,2
Finlândia	100	147,0	141,0	122,1	86,9
França	100	128,2	101,4	60,8	0,5
Japão	100,0	2214,0	466,8	778,2	797,6
Total Exceto sob Análise	100,0	136,1	91,5	70,7	48,0
Total Geral	100,0	143,0	101,4	91,5	49,8

No que concerne às importações brasileiras de aparelhos de raios X da origem investigada, houve aumento dos valores importados de 98,5% de P1 para P2. Já no intervalo seguinte, de P2 para P3, houve redução de 9,1%. De P3 a P4, o valor das importações provenientes da Alemanha voltou a aumentar: 43,2%. De P4 a P5, houve diminuição em 75,1%. Verifica-se também queda de 35,7%, 67,6% e 64,4% nos intervalos de P1 a P5, de P2 a P5 e de P3 a P4, respectivamente.

Por outro lado, verificou-se que a evolução dos valores importados das outras origens apresentou aumento somente de P1 para P2, 36,1%, seguido de quedas sucessivas: 32,7% de P2 para P3, 22,8% de P3 para P4 e 32,1% de P4 para P5. Considerando todo o período de análise, evidenciou-se redução nos valores importados das demais origens de 52%, de P1 para P5.

O valor total das importações demonstrou a mesma tendência: cresceu 43% de P1 para P2 e decresceu em todos os intervalos seguintes: 29,1% de P2 para P3, 9,8% de P3 para P4 e 45,6% de P4 para P5. Se considerados os extremos, de P1 para P5, houve redução acumulada de 50,2% no valor total das importações.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Preço Médio das Importações Totais de Aparelhos de Raio-x

Em números-índices de US$ CIF/un

	P1	P2	P3	P4	P5
Alemanha	100	96,7	76,5	62,1	40,2
Total sob Análise	100	96,7	76,5	62,1	40,2
China	0	100	0	0	0
Coréia do Sul	100	83,4	75,6	67,7	110,2
Estados Unidos	100	91,9	86,8	86,6	88,0
Finlândia	100	115,0	110,3	118,9	108,5
França	100	107,2	93,3	96,5	21,3
Japão	100	123,0	133,4	119,7	113,9
Total Exceto sob Análise	100	95,9	92,3	102,6	107,6
Total Geral	100	93,7	83,0	71,8	77,7

No que se refere ao preço CIF unitário médio ponderado das importações da origem investigada, observou-se que, ao longo do período, houve sucessivas reduções. Em P2, comparativamente a P1, esse preço caiu 3,3%, tendência essa mantida de P2 para P3 (-20,9%), de P3 para P4 (-18,8%) e de P4 para P5 (35,3%). De P1 para P5, houve queda cumulativa de 58,4%. Também houve redução de P2 a P5 (58,4%) e de P3 a P5 (47,5%).

De outra parte, o preço CIF unitário médio ponderado das demais origens apresentou queda de P1 a P2 (4,1%) e de P2 a P3 (3,8%). Após P3, apresentou aumento contínuo: 11,1% de P3 para P4 e 4,9% de P4 para P5. Em P5, acumulou crescimento de 7,6%, comparativamente a P1.

Cumpre ressaltar que, em todos os períodos analisados, a média dos preços das importações de aparelhos de raios X da origem investigada foi inferior àquela das demais origens em pelo menos 38%. Em P5, quando essa discrepância é a mais acentuada, a média dos preços das importações objeto de investigação, de US$ CIF [CONFIDENCIAL], foi 77% menor que a das demais origens, de US$ CIF [CONFIDENCIAL].

6.2. Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de aparelhos de raios X, foram consideradas as quantidades fabricadas e vendidas no mercado interno informadas pela peticionária, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior. Segundo a indústria doméstica, não há devoluções de produto similar ao objeto da investigação.

Nesse ponto, cumpre mencionar que, tendo em vista a inexistência de consumo cativo do produto similar doméstico por parte da indústria nacional, o mercado brasileiro equivale ao consumo nacional aparente.

Mercado Brasileiro

Em números-índices de unidades

	Vendas Indústria Doméstica	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	212,5	205,3	141,9	158,4
P3	243,8	236,0	99,2	134,1
P4	195,8	416,0	68,9	134,1
P5	268,8	160,0	44,6	84,0

Inicialmente, deve-se destacar o fato de que a produção nacional de aparelhos de raios X digitais iniciou-se apenas no último trimestre de P1 (janeiro de 2011). Ressalte-se, também, que a indústria doméstica não realizou importações do produto objeto da análise.

Observou-se, diante dos dados acima expostos, que o mercado brasileiro apresentou aumento de 58,4% de P1 para P2, com redução subsequente de 15,4%, de P2 para P3. O mercado manteve-se estável de P3 para P4, tendo contraído em 37,4% de P4 para P5. Durante todo o período de análise, de P1 para P5, o mercado brasileiro apresentou retração de 16%.

As vendas da indústria doméstica corresponderam a [CONFIDENCIAL]% do mercado brasileiro em P1 e continuaramu aumentando nos períodos subsequentes, passando a representar [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]% em P2 e P3, respectivamente. Já em P4, a participação da indústria doméstica teve queda de [CONFIDENCIAL] p.p., voltando a crescer em P5, período em que atingiu [CONFIDENCIAL]% do mercado brasileiro, [CONFIDENCIAL]p.p. a mais que participação das importações investigadas ([CONFIDENCIAL]%).

Verificou-se que as importações da origem objeto de análise aumentaram [CONFIDENCIAL] unidades (168,8%) de P1 para P5, ao passo que o mercado brasileiro decresceu em [CONFIDENCIAL] unidades (16%). Enquanto o mercado se manteve estável em P3 e P4, as vendas da indústria doméstica diminuíram 19,7% ([CONFIDENCIAL] unidades) e as importações investigadas cresceram 76,3% ([CONFIDENCIAL] unidades).

6.3. Da evolução das importações

6.3.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de aparelhos de raios X.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro

Período	Mercado Brasileiro (%)	Participação importações origem investigada (%)	Participação importações outras origens (%)	Participação importações totais (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	100,0	129,6	89,6	96,2
P3	100,0	176,0	74,0	91,1
P4	100,0	310,3	51,4	95,0
P5	100,0	190,5	53,1	76,3

Observou-se que a participação das importações da origem investigada no mercado brasileiro apresentou evolução crescente até P4: [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2, [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4. No intervalo seguinte, P4 para P5, a participação das importações provenientes da Alemanha diminuíram [CONFIDENCIAL]p.p. No entanto, considerando-se os extremos da série, as importações investigadas ainda cresceram [CONFIDENCIAL]p.p.

Já a participação das outras importações caiu seguidamente [CONFIDENCIAL]p.p., de P1 para P2, [CONFIDENCIAL]7 p.p. de P2 para P3, e [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4, tendo aumentado [CONFIDENCIAL]p.p. de P4 para P5. Comparativamente a P1, a participação das importações de outras origens acumulou redução de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5.

6.3.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações da origem investigada e a produção nacional de aparelhos de raios X.

Importações Investigadas e Produção Nacional

Em números-índice de unidades

Período	Produção Nacional (A)	Importações origem investig. (B)	[(B) / (A)]
P1	100,0	100,0	100,0
P2	289,6	205,3	70,9
P3	315,6	236,0	74,8
P4	254,5	416,0	163,4
P5	361,0	160,0	44,3

Observou-se que a relação entre as importações em análise e a produção nacional de aparelhos de raios X recuou [CONFIDENCIAL] p.p de P1 para P2, mas cresceu [CONFIDENCIAL]p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3 e P3 para P4, respectivamente. De P4 para P5, observou-se queda de [CONFIDENCIAL] p.p., assim como de P1 para P5, [CONFIDENCIAL]p.p.

6.4. Da conclusão a respeito das importações

No período de análise da existência de indícios de dano à indústria doméstica, as importações a preços com indícios de dumping de aparelhos de raios X cresceram significativamente:

a) em termos absolutos, tendo apresentado sucessivas elevações até P4: 105,3% de P1 a P2, 14,9% de P2 a P3 e 76,3% de P3 a P4. E apesar da queda observada de 61,5% de P4 a P5, acumulou crescimento de 60%, considerando-se os extremos da série;

b) em relação ao mercado brasileiro, uma vez que a participação dessas importações apresentou aumento de 32 p.p. de P1 (15,2%) para P4 (47,2%), e apesar da queda de 18,2 p.p. verificada de P4 para P5, a participação em P5 (29%) ainda foi maior que em todos os períodos anteriores, à exceção de P4.

Diante desse quadro, constatou-se aumento substancial das importações a preços com indícios de dumping, tanto em termos absolutos, quanto em relação ao mercado brasileiro.

Além disso, frise-se que as importações a preços com indícios de dumping foram realizadas a preços CIF médio ponderados mais baixos que os das demais importações brasileiras em todo o período analisado.

7. DOS INDÍCIOS DE DANO

De acordo com o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, a análise de dano deve fundamentar-se no exame objetivo do volume das importações a preços com indícios de dumping, no seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e no consequente impacto dessas importações sobre a indústria doméstica.

7.1. Dos indicadores da indústria doméstica

Como mencionado anteriormente, ante o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a linha de produção de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos da Dabi Atlante, única produtora nacional do produto similar fabricado no Brasil. Dessa forma, os indicadores considerados neste anexo refletem os resultados alcançados pela citada linha de produção.

Para adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela indústria doméstica, atualizou-se os valores correntes com base no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste documento.

Ressalte-se que o período de análise de dano à indústria doméstica compreendeu o mesmo período utilizado na análise das importações.

7.1.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de aparelhos de raios X de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, líquidas de devoluções, conforme informado na petição.

Vendas da Indústria Doméstica

Em números-índices de unidades

Período	Vendas Totais	Vendas no Mercado Interno	Participação no Total (%)	Vendas no Mercado Externo	Participação no Total (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	289,6	212,5	73,4	417,2	144,1
P3	315,6	243,8	77,2	434,5	137,7
P4	254,5	195,8	76,9	351,7	138,2
P5	361,0	268,8	74,4	513,8	142,3

Observou-se que o volume de vendas para o mercado interno aumentou 112,5% de P1 para P2 e 14,7% de P2 para P3. Houve queda de 19,7% de P3 para P4, seguida de novo aumento de 37,2% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período em análise, de P1 para P5, constatou-se aumento de 168,8% no volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno.

Em relação às vendas para o mercado externo, registrou-se aumento de 413,8% em P5, comparativamente a P1. O aumento decorre principalmente do ocorrido no intervalo de P1 para P2, quando representou 317,2%, seguido de outro aumento de 4,1% de P2 para P3, queda de 19% de P3 para P4 e crescimento de 46,1% de P4 para P5.

A totalidade das vendas apresentou comportamento semelhante ao das vendas internas e externas, com aumento de 189,6% de P1 para P2 e de 9% de P2 para P3, ao passo que de P3 para P4 observou-se redução de 19,3%, seguida de aumento de 41,8% de P4 para P5. Ao se considerar o período em análise, de P1 para P5, constatou-se aumento de 261%. As vendas no mercado interno, que tinham participação majoritária no total em P1 (62,3%), deram espaço às vendas no mercado externo em P5, que passaram a ser ligeiramente predominantes (53,6%).

7.1.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro

Em números-índices de unidades

Período	Mercado Brasileiro	Vendas no Mercado Interno	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	158,4	212,5	134,1
P3	134,1	243,8	181,8
P4	134,1	195,8	146,1
P5	84,0	268,8	320,0

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de aparelhos de raios X aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3. No intervalo seguinte, de P3 para P4, apresentou queda de [CONFIDENCIAL]p.p., registrando alta em seguida, de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Tomando-se todo o período de análise, de P1 para P5, observou-se crescimento de [CONFIDENCIAL]p.p.

7.1.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

Em relação à capacidade instalada da indústria doméstica, foi informado na petição e informações complementares que a capacidade nominal da Dabi Atlante é calculada multiplicando-se o número de equipamentos capazes de serem montados por dia, o número de dias úteis no mês e o número de meses por período da investigação. Segundo exposto, a capacidade de montagem de equipamentos diária varia de acordo com o número de cabines de teste e liberação em funcionamento, cuja capacidade operativa oscila entre [CONFIDENCIAL]e [CONFIDENCIAL] equipamento por dia (média de [CONFIDENCIAL]unidade/dia). Os parâmetros adotados no cômputo da capacidade instalada encontram-se discriminados na tabela abaixo.

Período	Número de Meses no Período (a)	Quantidade de Máquinas (b)	Quantidade de Equipamentos Liberados por Dia (c) = 0,85 x (b)	Número de Dias Úteis no Mês (d)	Capacidade Efetiva do Período (e) = (a) x (c) x (d)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	75,0	100,0	100,0	100,0	75,0
	25,0	200,0	188,9	100,0	50,0
P3	100,0	200,0	188,9	100,0	200,0
P4	100,0	200,0	188,9	100,0	200,0
P5	58,3	200,0	188,9	100,0	116,7
	41,7	500,0	477,8	100,0	208,3

Conforme explicado na petição, a capacidade instalada nominal é idêntica à efetiva, pois o processo de produção refere-se à montagem de peças em estoque. A indústria doméstica trabalha com sistema enxuto, no qual a produção interna de peças para os aparelhos de raios X é determinada pela necessidade da área de montagem. Os limitadores da linha de produção são a disponibilidade de mão de obra especializada e treinada e o espaço físico para a montagem de cabines de testes. Esses são os fatores que determinam a quantidade de aparelhos de raios X que podem ser produzidos por dia.

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, sua produção e o grau de ocupação dessa capacidade:

Capacidade Instalada Efetiva, Produção e Grau de Ocupação

Em números-índices de unidades

Período	Capacidade Efetiva	Produção	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	125,0	289,6	231,7
P3	200,0	315,6	157,8
P4	200,0	254,5	127,3
P5	325,0	361,0	111,1

Com relação à capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, observa-se aumento de 25% de P1 para P2, de 60% de P2 para P3, seguido de estabilidade de P3 para P4 e novo aumento de P4 para P5, de 62,5%. De P1 para P5 o aumento da referida capacidade chegou a 225%.

O volume de produção do produto similar da indústria doméstica aumentou 189,6% de P1 para P2 e 9% de P2 para P3. De P3 para P4, por sua vez, houve queda de 19,3%, sucedida de novo aumento, de P4 para P5, equivalente a 41,8%. Ao se considerar os extremos da série (P1 a P5), o volume de produção da indústria doméstica cresceu 261%.

O grau de ocupação da capacidade instalada cresceu [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2, mas decresceu em todos os intervalos seguintes: [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3, [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P4 para P5. Quando considerado o período completo de análise, de P1 para P5, verificou-se crescimento de [CONFIDENCIAL]p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada.

7.1.4. Dos estoques

Relativamente a estoques, consta da petição que a indústria doméstica não os mantém para o produto nacional similar doméstico, trabalhando apenas com estoques de peças e insumos que compõem o produto.

IMPRENSA NACIONAL DA VERSÃO DE ASSINANTE

7.1.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas a seguir, elaboradas a partir das informações constantes dos autos do processo, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de aparelhos de raios X da indústria doméstica.

A Dabi Atlante adotou os critérios a seguir discriminados para determinação da quantidade de empregados, bem como da massa salarial:

a) para a apuração do número de empregados e dos salários pagos, não foi necessária a adoção de critério de rateio, tendo os dados correspondentes sido extraídos diretamente da folha de pagamento da empresa, por setor;

b) os encargos, por sua vez, foram estimados por meio de aplicação sobre os montantes de salários pagos das alíquotas/percentuais correspondentes [CONFIDENCIAL]; e

c) por fim, para o cômputo dos gastos com benefícios, o total pago pela empresa a título de [CONFIDENCIAL] foi dividido pelo seu número total de funcionários. O resultado alcançado foi, então, multiplicado pelo número de funcionários alocados em cada setor.

É importante ressaltar que, segundo a indústria doméstica, não é empregada mão de obra terceirizada na produção do produto similar nacional.

Evolução do Número de Empregados

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	129,2	129,2	189,2	205,1
Administração e Vendas	100,0	164,5	164,5	160,6	192,7
Total	100,0	144,4	144,4	176,8	199,7

Ao longo do período de análise, o número de empregados que atuam diretamente na linha de produção cresceu continuamente (com exceção de P3 para P4, quando permaneceu estável), nos seguintes percentuais: 37,5% de P1 para P2, 36,4% de P2 para P3 e 13,3% de P4 para P5. Ao se analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção cresceu 112,5%.

Em relação ao número de empregados ligados à administração e vendas, foram registrados aumentos de P1 para P2, de 66,7%, de P2 para P3, de 90% e de P4 para P5, de 20%, com diminuição apenas de P3 para P4, de 47,4%. De P1 para P5, o número de empregados na área administrativa aumentou 100%.

Com relação à totalidade dos empregados, houve elevações de 50% de P1 para P2 e 61,9% de P2 para P3, decréscimo de 26,5% de P3 para P4 e elevação, em seguida, de 16%, de P4 para P5. Ao se considerar todo o período em análise, houve acréscimo de 107,1% em P5, quando comparado a P1.

Produtividade por Empregado

Em números-índices de unidades

Período	Número de empregados envolvidos na linha de produção	Produção	Produção por empregado envolvido na linha de produção
P1	100,0	100,0	100,0
P2	129,2	289,6	224,2
P3	185,0	315,6	170,6
P4	189,2	254,5	134,5
P5	205,1	361,0	176,0

A produtividade por empregado ligado diretamente à produção aumentou 124,2% de P1 para P2. Por outro lado, caiu 23,9% de P2 para P3 e 21,1% de P3 para P4. Observou-se novo crescimento de P4 para P5, desta vez de 30,8%. Considerando-se todo o período em tela, a produtividade por empregado cresceu 76% em P5, comparativamente a P1.

Massa Salarial

Em números-índice de R$ atualizados

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	129,6	191,0	185,7	176,6
Administração e Vendas	-	100,0	843,6	939,6	1.422,5
Total	100,0	151,3	374,0	389,6	485,2

No que tange à massa salarial dos empregados da linha de produção, observou-se crescimento nos dois primeiros intervalos - 29,6% de P1 para P2 e 47,4% de P2 para P3 - e diminuição nos intervalos seguintes - 2,7% de P3 para P4 e 4,9% de P4 para P5. Como resultado, em P5, o montante de despesas com pessoal vinculado diretamente à produção aumentou 76,6% em relação ao observado em P1.

A massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas, [CONFIDENCIAL], apresentou crescimento contínuo em diante, de 743,6% de P2 para P3, de 11,4% de P3 para P4 e de 51,4% de P4 para P5. Em P5, a massa salarial dos empregados ligados à administração e vendas era 1.322,5% maior do que em P2.

A massa salarial total passou por aumentos consecutivos em todo o período analisado, tendo ocorrido nos seguintes percentuais: 51,3% de P1 para P2, 147,3% de P2 para P3, 4,2% de P3 para P4 e 24,5% de P4 para P5. Ao se analisar os extremos da série, a massa salarial total aumentou 385,2% em P5, quando comparada a P1.

7.1.6. Do demonstrativo de resultado

7.1.6.1. Da receita líquida

A receita líquida da indústria doméstica refere-se às vendas de aparelhos de raios X, já deduzidas as devoluções, os tributos e as despesas de frete interno.

Receita Líquida das Vendas da Indústria Doméstica

Em números-índice de R$ atualizados

Período	Receita Total	Mercado Interno		Mercado Externo	
		Valor	%	Valor	%
P1	[CONF.]	100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]
P2	[CONF.]	254,5	[CONF.]	599,6	[CONF.]
P3	[CONF.]	295,3	[CONF.]	719,8	[CONF.]
P4	[CONF.]	254,8	[CONF.]	594,1	[CONF.]
P5	[CONF.]	315,5	[CONF.]	961,9	[CONF.]

A receita líquida referente às vendas de produto de fabricação própria no mercado interno aumentou 154,5% de P1 para P2, 16% de P2 para P3 e 23,8% de P4 para P5, caindo apenas de P3 para P4, em 13,7%. Ao se considerar todo o período de análise, a receita líquida obtida com as vendas no mercado interno aumentou 215,5%.

A receita líquida obtida com as vendas de produto de fabricação própria no mercado externo apresentou alta de 499,6% de P1 para P2 e de 20,1% de P2 para P3, caindo 17,5% de P3 para P4 e recuperando-se no intervalo seguinte, de P4 para P5, em 61,9%. Em P5, observou-se elevação de 861,9% dessa receita, comparativamente a P1.

Como resultado, a receita líquida total das vendas de produto de fabricação própria da indústria doméstica apresentou comportamento na mesma direção, com crescimento nos dois primeiros intervalos - 226,9% de P1 para P2 e 17,6% de P2 para P3 -, queda de P3 para P4 (15,2%) e crescimento de P4 para P5 (38,4%). Analisando-se todo o período, a receita líquida total elevou-se em 351,3% de P1 para P5.

7.1.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as quantidades vendidas apresentadas, respectivamente, nos itens 6.1.6.1 e 6.1.1 deste anexo. Deve-se ressaltar que os preços médios de venda no mercado interno apresentados referem-se exclusivamente às vendas de fabricação própria da indústria doméstica.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica

Em números-índices de R$ atualizados/un.

Período	Preço (mercado interno)	Preço (mercado externo)
P1	100,0	100,0
P2	119,7	143,7
P3	121,1	165,7
P4	130,1	168,9
P5	100,0	187,2

Observou-se que o preço médio dos aparelhos de raios X de fabricação própria vendidos no mercado interno cresceu continuamente até P4 - 19,7% de P1 para P2, 1,2% de P2 para P3 e 7,4% de P3 para P4 - e caiu no último intervalo (de P3 para P4), em 9,8%. Assim, de P1 para P5, o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno cresceu 17,4%.

Já o preço médio no mercado externo dos aparelhos de raios X apresentou sequência de elevações de P1 para P5, acumulando crescimento de 87,2%. Considerando-se os intervalos em análise, aumentou: 43,7% de P1 para P2, 15,3% de P2 para P3, 2% de P3 para P4 e 10,8% de P4 para P5.

7.1.6.3. Dos resultados e margens

As tabelas a seguir apresentam a demonstração de resultados e as margens de lucro associadas, obtidas com a venda de aparelhos de raios X de fabricação própria no mercado interno, conforme informado pela peticionária.

Deve-se mencionar que a rubrica "outras despesas e receitas operacionais" é composta de gastos com pesquisa e desenvolvimento. Para a sua apuração, [CONFIDENCIAL].

Demonstração de Resultados - Mercado Interno

Em números-índices de R$ atualizados

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	254,5	295,3	254,8	315,5
CPV	100,0	348,4	377,4	356,3	372,1
Resultado Bruto	100,0	213,0	259,1	210,1	290,5
Despesas/Receitas Operacionais	100,0	514,6	400,9	299,4	346,1
Despesas Gerais e Administrativas	100,0	509,8	436,4	336,4	443,3
Despesas com Vendas (exceto frete)	100,0	656,5	325,6	293,3	374,3
Despesas/Receitas Financeiras (RF)	100,0	438,3	223,4	172,6	226,1
Outras despesas e rec. operacionais (OD)	(100,0)	(445,9)	1.344,4	443,7	(1.002,6)
Resultado Operacional	100,0	(464,3)	(59,4)	9,5	165,7
Resultado Operacional (exc. RF)	100,0	(88,6)	58,4	77,4	190,9
Resultado Operacional (exc. RF e OD)	100,0	(109,6)	113,6	97,9	158,9

Margens de Lucro

Em números-índices

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	83,7	87,8	82,4	92,1
Margem Operacional	100,0	(182,2)	(20,1)	3,7	52,3
Margem Operacional (exceto RF)	100,0	(34,7)	19,7	30,3	60,7
Margem Operacional (exceto RF e OD)	100,0	(43,2)	38,6	38,4	50,3

O resultado bruto com a venda de aparelhos de raios X no mercado interno, aumentou em todo o período de análise, exceto de P3 para P4, quando caiu 18,9%. Foram observados aumentos de 113% de P1 para P2, 21,6% de P2 para P3 e 38,3% de P4 para P5. Ao se observar os extremos da série, o resultado bruto verificado em P5 foi 190,5% maior do que o resultado bruto verificado em P1.

A margem bruta da indústria doméstica, por sua vez, apresentou comportamento instável, com queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, seguido de queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e novo aumento de P4 para P5, de [CONFIDENCIAL] p.p. Em P5, a margem bruta foi [CONFIDENCIAL] p.p. menor que em P1.

O resultado operacional, por sua vez, saiu de um montante positivo em P1, para apresentar prejuízo nos dois períodos seguintes, com queda de 564,3% de P1 para P2, e melhora de 87,2% de P2 para P3, ainda que tenha se mantido com saldo negativo. De P3 para P4, observa-se crescimento de 116%, voltando ao resultado operacional positivo, que cresce novamente de P4 para P5, em 1.640,8%. Quando analisados os extremos da série, de P1 para P5, o resultado operacional cresce 65,7%.

No que se refere à margem operacional, houve queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, quando essa passou a ser negativa, seguida de crescimentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, quando ainda negativa, e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5, passando a ser positiva nos dois últimos intervalos. Considerando-se todo o período de análise, a margem operacional obtida em P5 piorou [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1.

Com relação ao resultado operacional sem resultado financeiro, houve piora de 188,6% de P1 para P2, quando esse resultado tornou-se negativo. De P2 para P3, contudo, o resultado volta a ser positivo, com variação de 165,9%. Observa-se crescimento nos intervalos seguintes, de 32,6% de P3 para P4 e de 146,6% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, o resultado operacional sem o resultado financeiro em P5 foi 90,9% maior do que aquele observado em P1.

A margem operacional sem resultado financeiro, por seu turno, apresentou redução de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, passando de positiva a negativa. De P2 para P3, essa margem aumentou [CONFIDENCIAL] p.p., o suficiente para torná-la positiva até o final da série em análise, crescendo ainda [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise, a margem operacional sem resultado financeiro obtida em P5 piorou [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1.

Com relação ao resultado operacional sem resultado financeiro e outras despesas, houve piora de 209,6% de P1 para P2, quando o resultado tornou-se negativo. De P2 para P3, porém, esse resultado majorou-se em 203,6%, voltando a apresentar saldo positivo. No intervalo seguinte, de P3 para P4, houve queda do resultado de 13,8%, seguido de alta de 62,3% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, o resultado operacional sem o resultado financeiro e outras despesas em P5 aumentou 58,9% relativamente a P1.

Por sua vez, a margem operacional sem resultado financeiro e outras despesas apresentou comportamento semelhante. De P1, quando era positiva, para P2, houve queda de [CONFIDENCIAL] p.p., o que a tornou negativa. No intervalo seguinte, de P2 para P3, essa margem melhorou [CONFIDENCIAL] p.p., de modo que retornou ao patamar positivo. De P3 para P4, a margem caiu [CONFIDENCIAL] p.p., mas se manteve positiva e voltou a crescer de P4 para P5, em [CONFIDENCIAL] p.p. Quando são considerados os extremos da série, observou-se, em P5, piora de [CONFIDENCIAL] p.p. da margem operacional sem resultado financeiro e outras despesas, quando comparada a P1.

Demonstração de Resultados - Mercado Interno

Em números-índice de R$ atualizados/un.

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	119,7	121,1	130,1	117,4
CPV	100,0	164,0	154,8	181,9	138,5
Resultado Bruto	100,0	100,2	106,3	107,3	108,1
Despesas/Receitas Operacionais	100,0	242,2	164,5	152,9	128,8
Despesas Gerais e Administrativas	100,0	239,9	179,0	171,8	164,9
Despesas com Vendas (exceto frete)	100,0	308,9	133,6	149,8	139,3
Despesas/Receitas Financeiras (RF)	100,0	206,3	91,7	88,1	84,1
Outras despesas e rec. operacionais (OD)	(100,0)	(209,8)	551,6	226,6	(373,1)
Resultado Operacional	100,0	(218,5)	(24,3)	4,9	61,7
Resultado Operacional (exc. RF)	100,0	(41,7)	23,9	39,5	71,0
Resultado Operacional (exc. RF e OD)	100,0	(51,6)	46,6	50,0	59,1

Analisando os dados de modo unitário, o resultado bruto com a venda de aparelhos de raios X no mercado interno, positivo em todo o período de análise, cresceu em todos os períodos, nos seguintes percentuais: 0,2% de P1 para P2, 6,1% de P2 para P3, 0,9% de P3 para P4 e 0,8% de P4 para P5. Ao se observar os extremos da série, o resultado bruto unitário verificado em P5 foi 8,1% maior do que o resultado bruto unitário observado em P1.

O resultado operacional, em termos unitários, caiu 38,3% de P1 para P5, passando por períodos de lucro e prejuízo. De P1 para P2, o referido resultado caiu 318,5%, passando de positivo para negativo, e assim permanecendo de P2 para P3, apesar de melhora observada de 88,9%. De P3 para P4, o saldo volta a ser positivo, com aumento de 120%, e seguido de novo aumento de P4 para P5, de 1.168,4%.

Por sua vez, o resultado operacional sem o resultado financeiro, em termos unitários, tornou-se negativo de P1 para P2, quando o lucro verificado em P1 se deteriorou em 141,7%. De P2 para P3, porém, houve recuperação desse resultado em 157,4%, elevação suficiente para que o prejuízo se convertesse em lucro em P3. Nos intervalos seguintes, de P3 para P4 e de P4 para P5, observam-se crescimentos de 65,1% e 79,7%, respectivamente. Ao considerar-se todo o período de análise, o resultado operacional unitário sem o resultado financeiro em P5 foi 29% pior do que aquele de P1.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Por fim, o resultado operacional sem o resultado financeiro e outras despesas operacionais, em termos unitários, apresentou comportamento semelhante, com redução de 151,6% de P1 para P2, quando se converteu em prejuízo, recuperação de 190,3% de P2 para P3, quando voltou ao patamar positivo, e crescimento nos períodos seguintes, de 7,3% de P3 para P4 e de 18,2% de P4 para P5. Como consequência, o resultado operacional unitário sem o resultado financeiro e outras despesas deteriorou-se em 40,9% de P1 para P5, período completo de análise dos indícios de dano.

7.1.6.4. Dos resultados e margens ajustados pela cesta de produtos

Percebe-se, ao longo do período de análise dos indícios de dano, uma evolução do mercado de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos, no sentido da obsolescência dos aparelhos de tecnologia analógica (CODIP 11) e preponderância dos de tecnologia digital (CODIPs 21, 22 e 31). Enquanto em P1 a venda de aparelhos de raios X analógicos representava 62,5% das vendas da indústria doméstica no mercado interno, em P5 tal categoria corresponde a apenas 3,1% das vendas, sendo o restante ocupado pelos aparelhos digitais.

Tendo em vista a mudança no padrão de consumo ao longo dos períodos e o fato de que a comparação direta dos dados desconsidera a diferença nas categorias de produtos vendidos em cada um dos intervalos analisados, complementa-se esta análise com uma exposição dos resultados e margens da indústria doméstica, replicando-se para todos os períodos da participação da venda de produtos digitais e analógicos em P5. Dessa forma, levando em conta o preço e o CPV médios de cada tipo de produto em cada período, aplica-se a distribuição proporcional da cesta de produtos de P5 à quantidade vendida de P1 a P4. Os resultados finais refletem a participação da venda dos aparelhos digitais e analógicos em P5, com as quantidades totais e margens de cada produto observadas no período específico. Ressalte-se também que as despesas operacionais foram recalculadas, com base em sua participação original na receita líquida do período.

Os resultados e margens da indústria doméstica, a partir do referido ajuste por cesta de produtos, encontram-se refletidos nas tabelas a seguir:

Demonstração de Resultados - Mercado Interno (ajustada por cesta de produtos)

Em números-índices de R$ atualizados

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	189,9	212,6	172,7	208,1
CPV	100,0	458,0	492,3	445,8	455,3
Resultado Bruto	100,0	136,8	157,2	118,7	159,3
Despesas/Receitas Operacionais	100,0	384,0	288,6	202,9	228,3
Despesas Gerais e Administrativas	100,0	380,4	314,1	228,0	292,4
Despesas com Vendas (exceto frete)	100,0	489,9	234,4	198,8	246,9
Despesas/Receitas Financeiras (RF)	100,0	327,1	160,8	117,0	149,2
Outras despesas e rec. operacionais (OD)	(100,0)	(332,8)	967,8	300,7	(661,4)
Resultado Operacional	100,0	(197,4)	(20,4)	4,8	65,9
Resultado Operacional (exc. RF)	100,0	(39,8)	34,0	38,5	90,9
Resultado Operacional (exc. RF e OD)	100,0	(50,3)	62,2	48,0	74,8

Margens de Lucro (ajustada por cesta de produtos)

Em números-índices

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	72,1	73,9	68,7	76,5
Margem Operacional	100,0	(103,9)	(9,6)	2,8	31,5
Margem Operacional (exceto RF)	100,0	(20,9)	16,0	22,3	43,8
Margem Operacional (exceto RF e OD)	100,0	(26,6)	29,2	27,8	35,9

O resultado bruto com a venda de aparelhos de raios X no mercado interno, quando ajustado pela cesta de produtos de P5, seria positivo em todo o período de análise, teria crescido 36,8% de P1 para P2, 14,9% de P2 para P3 e 34,2% de P4 para P5, caindo apenas de P3 para P4, em 24,5%. Ao se observar os extremos da série, o resultado bruto efetivamente verificado em P5 seria 59,3% maior do que o resultado bruto verificado em P1.

Com relação à margem bruta da indústria doméstica, observar-se-ia queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4, seguida de aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Comparando-se os extremos do período analisado, em P5 a margem bruta seria [CONFIDENCIAL] p.p. menor que em P1.

No que se refere ao resultado operacional, após o ajuste por cesta de produtos, o saldo positivo de P1 seria convertido em prejuízo em P2, com queda de 297,4% no intervalo. De P2 para P3, apesar de o saldo se manter negativo, o prejuízo seria reduzido em 89,7%. De P3 para P4, voltaria o resultado positivo, com uma melhoria de 123,4% no indicador, seguido de novo aumento de P4 para P5, de 1.281%. Quando analisados os extremos da série, de P1 para P5, o resultado operacional ajustado pela cesta de produtos cairia 34,1%.

No que se refere à margem operacional ajustada pela cesta de produtos, haveria queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, quando essa passaria a ser negativa, seguida de crescimentos de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, quando ainda negativa, de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5, passando a ser positiva nos dois últimos intervalos. Considerando-se todo o período de análise, a margem operacional obtida em P5 pioraria [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1.

Analisando-se o resultado operacional sem resultado financeiro, após o ajuste de cesta de produtos, observar-se-ia piora de 139,8% de P1 para P2, quando esse resultado passaria a ser negativo. O resultado voltaria a ser positivo de P2 para P3, com melhoria 185,5% no indicador, seguida de crescimentos de 13% e de 136,2%, de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. Ao se considerar todo o período de análise, de P1 para P5, o resultado operacional sem o resultado financeiro diminuiria 9,1%.

A margem operacional sem resultado financeiro, ajustada pela cesta de produtos, por seu turno, apresentaria redução de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, passando de positiva a negativa. De P2 para P3, essa margem aumentaria [CONFIDENCIAL] p.p., o suficiente para torná-la positiva até o final da série em análise, crescendo ainda [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise, a margem operacional sem resultado financeiro obtida em P5 pioraria [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1.

A respeito do resultado operacional sem resultado financeiro e outras despesas operacionais, ajustado pela cesta de produtos de P5, registrar-se-ia piora de 150,3% de P1 para P2, quando o resultado tornar-se-ia negativo, e melhora de 223,6% de P2 para P3, passando ao sinal positivo novamente. De P3 para P4, houve queda do resultado de 22,8%, com alta logo após de 55,9% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, o resultado operacional sem o resultado financeiro e outras despesas operacionais ajustado em P5 diminuiria 25,2% relativamente a P1.

A margem operacional sem resultado financeiro e outras despesas apresentaria comportamento semelhante. De P1, quando era positiva, para P2, haveria queda de [CONFIDENCIAL] p.p., o que a tornaria negativa. No intervalo seguinte, de P2 para P3, essa margem melhoraria [CONFIDENCIAL] p.p., de modo que retornaria ao patamar positivo. De P3 para P4, a margem cairia [CONFIDENCIAL] p.p., mas se manteria positiva e voltaria a crescer de P4 para P5, em [CONFIDENCIAL] p.p. Quando são considerados os extremos da série, observar-se-ia, em P5, piora de [CONFIDENCIAL] p.p. da margem operacional sem resultado financeiro e outras despesas, quando comparada a P1.

Demonstração de Resultados - Mercado Interno (ajustada por cesta de produtos)

Em números-índices de atualizados/un.

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	89,4	87,2	88,2	77,5
CPV	100,0	215,5	202,0	227,7	169,4
Resultado Bruto	100,0	64,4	64,5	60,6	59,3
Despesas/Receitas Operacionais	100,0	180,7	118,4	103,6	85,0
Despesas Gerais e Administrativas	100,0	179,0	128,9	116,4	108,8
Despesas com Vendas (exceto frete)	100,0	230,5	96,2	101,5	91,9
Despesas/Receitas Financeiras (RF)	100,0	153,9	66,0	59,7	55,5
Outras despesas e rec. operacionais (OD)	(100,0)	(156,6)	397,1	153,5	(246,1)
Resultado Operacional	100,0	(92,9)	(8,4)	2,4	24,5
Resultado Operacional (exc. RF)	100,0	(18,7)	14,0	19,6	33,8
Resultado Operacional (exc. RF e OD)	100,0	(23,7)	25,5	24,5	27,8

Analisando os dados de modo unitário, após o ajuste pela cesta de produtos digitais e analógicos de P5, o resultado bruto com a venda de aparelhos de raios X no mercado interno, que seria positivo em todo o período de análise, apresentaria as seguintes variação: -35,6% de P1 para P2, +0,2% de P2 para P3, -6,1% de P3 para P4 e -2,2% de P4 para P5. Ao se observar os extremos da série, ou seja, de P1 para P5, o resultado bruto unitário verificado seria reduzido em 40,7%.

O resultado operacional ajustado pela cesta de produtos, em termos unitários, cairia 75,5% de P1 para P5, passando por períodos de lucro e prejuízo. De P1 para P2, o referido resultado cairia 192,9%, passando de positivo para negativo, e assim permanecendo de P2 para P3, apesar de melhora observada de 91% no saldo do período. De P3 para P4, o saldo voltaria a ser positivo, com aumento de 129,1%, e seguido de novo aumento de P4 para P5, de 906,3%.

Com relação ao resultado operacional sem o resultado financeiro, em termos unitários, após o referido ajuste, observar-se-ia queda de 118,7% de P1 para P2, passando a apresentar prejuízo. De P2 para P3, porém, haveria recuperação desse resultado em 174,5%, elevação suficiente para que o prejuízo se convertesse em lucro em P3. Nos intervalos seguintes, de P3 para P4 e de P4 para P5, observar-se-ia crescimento de 40,7% e 72,1%, respectivamente. Ao se comparar P5 com o início da série (P1), o resultado operacional unitário sem o resultado financeiro pioraria 66,2%.

Por fim, o resultado operacional sem o resultado financeiro e outras despesas operacionais, em termos unitários e após o ajuste por cesta de produtos, apresentaria redução de 123,7% de P1 para P2, quando se converteu em prejuízo, recuperação de 207,8% de P2 para P3, quando voltaria ao patamar positivo, nova queda de 3,9% de P3 para P4, mantendo-se positivo, e aumento de 13,6% de P4 para P5. Como consequência, o resultado operacional unitário sem o resultado financeiro e outras despesas operacionais deteriorou-se em 72,2% de P1 para P5.

7.1.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.1.7.1. Dos custos

Em virtude de a peticionária, por limitações de seu sistema contábil, não conseguir segregar o gasto incorrido para a produção do produto similar doméstico entre as diversas rubricas necessárias a uma acurada análise e levando-se em conta a inexistência de estoque de produto acabado, resolveu-se, para fins de início da investigação, utilizar o custo do produto vendido como indicador de existência de dano em detrimento do custo de produção.

A tabela a seguir apresenta o custo de produção associado à fabricação de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos pela indústria doméstica.

7.1.7.2. Do CPV e da sua relação com o preço do produto similar doméstico

A tabela a seguir apresenta o CPV associado às vendas de aparelhos de raios X panorâmicos odontológicos pela indústria doméstica bem como a relação entre o CPV e o preço. Essa relação indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de análise de indícios de dano.

Participação do CPV no Preço de Venda

Em R$ atualizados / un

Período	Preço de Venda Mercado Interno (A)	CPV (B)	Relação (B/A) (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	119,7	164,0	136,9
P3	121,1	154,8	127,8
P4	130,1	181,9	139,9
P5	117,4	138,5	118,0

O custo do produto vendido unitário oscilou durante o período analisado, tendo aumentado 64% de P1 para P2, diminuído 6% de P2 para P3, crescido 18% de P3 para P4 e diminuído 24% de P4 para P5. Considerando os extremos da análise, de P1 a P5 o custo do produto vendido unitário aumentou 38%.

A relação CPV/preço aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, caiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, voltou a aumentar [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4, quando atingiu seu maior valor, e caiu [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Na análise dos extremos do período de análise, em P5 a relação CPV/preço é [CONFIDENCIAL] p.p. maior do que em P1. O aumento da participação do CPV no preço médio dos aparelhos de raios X é decorrente de um crescimento mais significativo do primeiro (38,5%) quando comparado com o segundo (17,4%), considerando o intervalo de P1 para P5.

7.1.7.3. Da comparação entre o preço do produto investigado e o similar nacional

O efeito das importações a preços com indícios de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado com indícios de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto objeto da investigação é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações em análise impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

A fim de se comparar o preço dos aparelhos de raios X importados da origem em análise com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado da Alemanha no mercado brasileiro. Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida no mercado interno durante o período de investigação de indícios de dano.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado da origem sob análise, foram considerados os preços de importação médios ponderados, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB. [CONFIDENCIAL].

Em seguida, foram adicionados: (i) no caso de P3 e P4, o valor unitário, em reais, do Imposto de Importação efetivamente pago, obtido também dos dados de importação da RFB; (ii) o valor unitário do AFRMM, equivalente a 25% sobre o valor do frete internacional, quando aplicável e (iii) os valores unitários das despesas de internação, baseados em estimativa de 6,5% sobre o valor CIF.

Com relação às despesas de internação, utilizou-se como estimativa o mesmo percentual utilizado quando do início da investigação de prática de dumping nas exportações do mesmo produto e mesma origem, iniciada pela Circular SECEX nº 15, de 13 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2015, objeto do processo MDIC/SECEX nº 52272.000117/2015-81, posteriormente encerrada a pedido da indústria doméstica.

Os preços internados do produto da origem sob análise foram objeto de atualização com base no IGP-DI, a fim de se obter os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados, bem como os valores de subcotação obtidos em cada período de análise de indícios de dano.

Preço Médio CIF Internado e Subcotação

Em números-índices de R$ atualizados / un.

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (un)	100,00	205,33	236,00	416,00	160,00
Preço CIF	100,00	93,99	88,86	82,69	61,79
Imposto de Importação	-	-	100,00	63,77	-
AFRMM	100,00	110,46	96,80	89,13	76,10
Despesas de internação	100,00	93,99	88,86	82,69	61,79
CIF Internado	100,00	94,21	94,77	86,48	61,98
CIF Internado atualizado (a)	100,00	88,34	82,99	71,64	49,05
Preço da Indústria Doméstica (b)	100,00	119,74	121,14	130,14	117,41
Subcotação (b-a)	(100,00)	152,15	209,24	376,40	474,52
Subcotação %	100,0	-126,7	-171,8	-288,5	-403,1

Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio ponderado do produto importado da origem sob análise, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos de análise, com exceção de P1.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Observou-se que o preço médio CIF internado foi reduzido em todos os intervalos, nos seguintes percentuais: 11,7% de P1 para P2, 6,1% de P2 para P3, 13,7% de P3 para P4 e 31,5% de P4 para P5. Ao longo dos extremos da série, de P1 para P5, o preço médio CIF da origem sob análise caiu 50,9%.

A subcotação dos preços do produto alemão resultou em supressão dos preços por parte da indústria doméstica, uma vez que o CPV do produto similar cresceu 38,5% de P1 para P5, enquanto o preço do produto doméstico foi elevado em apenas 17,4%. De P1 para P2, intervalo no qual o produto sob análise passa a ser importado a preços subcotados, a indústria doméstica enfrenta a maior supressão de preços, haja vista que o CPV dos aparelhos de raios X da indústria doméstica se eleva em 64%, enquanto o respectivo preço aumenta 19,7%, impactando significativamente sua rentabilidade ao longo do período de análise.

É importante citar, mais uma vez, que, dada a ausência de manutenção de estoques pela indústria doméstica, julgou-se que a avaliação da supressão de preço revela-se mais apropriada por meio do cotejo entre o preço do produto similar brasileiro e o seu CPV que entre aquele e o custo de produção.

7.1.7.4. Da magnitude da margem de dumping

Buscou-se avaliar em que medida a magnitude da margem de dumping da Alemanha afetou a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços desta, caso as exportações do produto objeto da investigação para o Brasil não tivessem sido realizadas a preços de dumping.

Considerando que o montante correspondente ao valor normal representa o menor preço pelo qual uma empresa pode exportar determinado produto sem incorrer na prática de dumping, procurou-se quantificar a qual valor os aparelhos de raios X alemães chegariam ao Brasil, considerando os custos de internação, caso aquele montante fosse praticado nas exportações.

Nessa esteira, ao valor normal considerado, na condição ex fabrica, apresentado no item 5.1 deste anexo, adicionaram-se os importes referentes ao frete interno, ao manuseio de carga e à armazenagem (apurados conforme metodologia detalhada no item 5.2 deste documento), alcançando-se, dessa forma, o valor normal na condição FOB. Em seguida, somaram-se a este os valores frete e ao seguro internacional, extraídos dos dados detalhados de importação da RFB, em dólares estadunidenses por unidade, para obtenção do valor normal na condição de venda CIF.

Considerando o valor normal CIF apurado, isto é, o menor preço pelo qual o produto objeto da investigação seria vendido ao Brasil na ausência de dumping, as importações brasileiras do produto objeto da investigação seriam internadas no mercado brasileiro aos valores demonstrados na tabela a seguir:

[CONFIDENCIAL]

Os valores do Imposto de Importação, AFRMM e despesas de internação foram calculados considerando as mesmas metodologias utilizadas no cálculo de subcotação, constante do item anterior deste anexo, convertidos para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio considerada na conversão dos valores em dólares estadunidenses em reais de cada operação de importação constante dos dados de importação disponibilizados pela RFB.

Por fim, o preço da indústria doméstica em reais foi convertido em dólares estadunidenses considerando a média das taxas de câmbio de P5, disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Ao se comparar o valor normal internado obtido acima com o preço ex fabrica da indústria doméstica em P5, é possível inferir que, na ausência da prática de dumping, o produto objeto da investigação ingressaria no mercado brasileiro, no mínimo, 174,8% mais caro em relação ao similar nacional, eliminando a subcotação existente e aliviando, por conseguinte a pressão exercida sobre os preços praticados pela Dabi Atlante.

Dessa forma, tal indicador representa indício de que o dumping praticado pelos exportadores alemães contribuiu de modo significativo para o dano experimentado pela indústria doméstica.

7.1.8. Do fluxo de caixa

O quadro a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica na petição de início da investigação e informações complementares. Ressalte-se que os valores totais líquidos de caixa gerados no período reportados pela empresa conferiram com os cálculos da autoridade investigadora, efetuados a partir dos seus demonstrativos financeiros e balancetes.

Ressalte-se, adicionalmente que devido à impossibilidade de se separar os valores relacionados somente do produto similar de determinadas contas contábeis, concluiu-se por considerar o valor total líquido gerado de caixa, ou seja, considerando a totalidade dos negócios da empresa.

Fluxo de Caixa (Em números-índices)

----	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	100,0	107,8	142,2	380,2	438,8
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	100,0	176,5	127,6	101,5	129,9
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	100,0	1.048,3	1.346,8	1.243,3	4.794,9
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	100,0	(13,2)	(73,0)	68,8	(489,4)

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa se elevou em todos os períodos, com exceção de P3 para P4, quando se observou redução de 194,3%. De P1 para P2, de P2 para P3 e de P4 para P5, constataram-se os seguintes aumentos, respectivamente: 113,2%, 452,5% e 811,3%. Consequentemente, de P1 para P5, houve majoração de 589,4% na geração líquida total de caixa da empresa.

Todavia, não se pode deixar de frisar que a receita líquida obtida com a venda do produto similar fabricado pela Dabi Atlante no mercado interno representou os seguintes percentuais da sua receita líquida total: 3,2% (P1), 6,9% (P2), 8,7% (P3), 6,9% (P4) e 8,4% (P5).

7.1.9. Do retorno sobre os investimentos

Inicialmente, a indústria doméstica havia apresentado, na petição e em suas informações complementares, retorno sobre investimento calculado exclusivamente para o produto similar doméstico. Para tanto, o ativo total da empresa havia sido rateado de acordo com a representatividade da receita obtida com a venda de aparelhos de raios X no mercado interno, em relação à receita total da Dabi Atlante.

Não obstante, entende-se que tal critério de rateio distorce significativamente a posição patrimonial da empresa, porquanto a relação entre o valor de um bem ou direito e a sua capacidade de gerar benefícios econômicos pode apresentar variações importantes.

Assim, procedeu-se a ajuste dos dados apresentados, de modo a se calcular tal indicador em relação à totalidade dos negócios da empresa, a partir dos demonstrativos financeiros. O resultado alcançado é exposto no quadro abaixo.

Retorno sobre os Investimentos

---	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A) (Mil R$)	100,0	816,3	335,5	229,7	257,5
Ativo Total (B) (Mil R$)	100,0	110,6	103,4	115,6	78,1
Retorno (A/B) (%)	(100,0)	(720,0)	(315,0)	(195,0)	(320,0)

Observou-se que a taxa de retorno sobre os investimentos foi negativa em todos os períodos de investigação de dano. De P1 para P2, observou-se diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p., seguida de aumentos de [CONFIDENCIAL] p.p. (P2 para P3) e [CONFIDENCIAL] p.p. (P3 para P4). No último intervalo (P4 para P5), houve nova queda no retorno sobre investimentos, desta vez de [CONFIDENCIAL] p.p. Consequentemente, ao se considerar a totalidade do período de análise de dano (P1 para P5), constatou-se queda de [CONFIDENCIAL] p.p. no indicador.

7.1.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, calculou-se os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos

---	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	85,7	71,4	85,7	114,3
Índice de Liquidez Corrente	100,0	144,4	100,0	100,0	177,8

O índice de liquidez geral reduziu-se em 12,4% e 13,4%, respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3, recuperando-se nos períodos subsequentes: 4,2%, de P3 para P4, e 44,2%, de P4 para P5. De P1 para P5, a elevação representou 13,9%.

Já o índice de liquidez corrente cresceu 38,2% de P1 para P2, apresentando quedas sucessivas nos dois intervalos seguintes: 31,1%, de P2 para P3, e 0,7%, de P3 para P4. No último período (P5), houve recuperação de 77,3% em relação ao período imediatamente anterior (P4). Ao se considerar todo o período de análise de dano, houve aumento de 67,7% no indicador.

Segundo a peticionária, a sua capacidade de captar recursos ou investimentos somente não foi afetada em virtude da sua inserção no grupo econômico Pedra, o qual possui crédito em instituições financeiras.

7.1.11. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da Dabi Atlante para o mercado interno em P5 foi superior ao volume de vendas registrado tanto em P1 (168,8%) quanto em P4 (37,2%), revelando crescimento da indústria doméstica.

O incremento de 168,8% no volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno, de P1 a P5, foi acompanhado pelo crescimento de 60% do volume das importações investigadas e de contração de 16% do mercado brasileiro. Tais oscilações fizeram com que a participação das venda da Dabi Atlante no mercado brasileiro, que em P1 representava 9,7%, atingisse o patamar de 31,2% em P5 (aumento de [CONFIDENCIAL]p.p.). Dessa forma, conclui-se que a indústria doméstica cresceu tanto em termos absolutos, como em termos relativos.

7.2. Da conclusão sobre os indícios de dano

Observou-se que o volume de vendas para o mercado interno aumentou 112,5% de P1 para P2 e 14,7% de P2 para P3. Houve queda de 19,7% de P3 para P4, seguida de novo aumento de 37,2% de P4 para P5. De P1 para P5, a indústria doméstica logrou majorar seu volume de vendas em 168,8%. Tal incremento foi acompanhado por elevação de 261% na produção e de [CONFIDENCIAL] p.p. na sua participação no mercado brasileiro.

Não obstante, tal evolução se deu concomitantemente a aumentos nas importações originárias da Alemanha nos montantes de 105,3% de P1 para P2, 14,9% de P2 para P3 e 76,3% de P3 para P4, entre P4 e P5 houve redução de 61,5%, sendo que os preços apresentaram redução acentuada em todos os períodos. Com efeito, ao longo do período de análise de dano, o preço CIF da origem investigada reduziu-se em 11,7% de P1 para P2, 6,1% de P2 para P3, 13,7 de P3 para P4, 31,5% de P4 para P5. Ao longo dos extremos da série, de P1 para P5, o preço médio CIF da origem sob análise caiu 50,9%. Isso fez com que a subcotação, que inexistia em P1, atingisse, em P5, o patamar de 52,8%, em relação ao preço praticado pela indústria doméstica.

A decorrência direta de tal política comercial dos exportadores alemães foi a supressão dos preços da Dabi Atlante de P1 a P5. De fato, enquanto, em P1, o CPV representava [CONFIDENCIAL]% do preço de venda, nos demais períodos ele representava [CONFIDENCIAL]%, [CONFIDENCIAL]%, [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]%, respectivamente para P2, P3, P4 e P5.

Com isso, a indústria doméstica assistiu à deterioração de seus indicadores e margens de lucro. Observe-se, nesse sentido, que, de P1 a P5, se registraram contrações de 38,3%, 29% e 40,9%, respectivamente, nos resultados operacional, operacional excluído o resultado financeiro e operacional, excluídos o resultado financeiro e as outras despesas operacionais, todos unitários. Na mesma vereda, as margens de lucro associadas a esses resultados indicaram contrações de [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p. Some-se a isto o fato de a empresa ter operado com prejuízo operacional em P2 (independentemente da consideração ou não do resultado financeiro e das ouras despesas operacionais) e, ainda, em P3, ao se considerar o resultado operacional, inclusos o resultado financeiro e as outras despesas operacionais.

Situação ainda mais grave se verifica ao se considerar a mudança na cesta de produtos produzidos e vendidos pela indústria doméstica ao longo do período de análise de dano. Conforme já exposto no item 7.1.6.4, extrapolando-se a cesta de produtos vendidos em P5 para os demais períodos da série histórica, observam-se encolhimentos nos resultados acima aludidos nos percentuais de 75,5%, 66,2% e 72,2%, respectivamente. As margens de lucro a esses associadas, por sua vez, passam a apresentar os seguintes decréscimos: [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente.

Ainda com base na análise feita no item 7.1.6.4, pode-se observar que o preço unitário do produto similar apresentou redução em três dos intervalos analisados: 10,6% de P1 para P2, 2,4% de P2 para P3, 12,2% de P4 para P5. Apresentou aumento de 1,1% de P3 para P4. Ao se analisar os extremos da série, de P1 para P5 a redução total do preço unitário atingiu 22,5%. Assim, mesmo considerando uma cesta composta majoritariamente pelo produto digital, que possui maior valor agregado, observou-se deterioração do preço.

Apesar de os indicadores acima (relação CPV/preço, resultados e margens de lucro operacionais) apresentarem melhora de P4 para P5, essa recuperação não foi suficiente para que a Dabi Atlante retomasse os patamares do início do período de análise de dano (P1).

Um aspecto que não pode ser negligenciado é que a indústria doméstica iniciou a produção de aparelhos de raios X (digitais) em 2010, ano no qual se iniciou o período de análise de dano. Dessa forma, os dados apresentados espelham fase de expansão da indústria doméstica, o que se reflete nos indicadores de venda, participação no mercado brasileiro, volume de produção, capacidade instalada e seu grau de ocupação, emprego e massa salarial.

A despeito disso, consoante acima detalhado, tal expansão se deu à custa de deterioração do retorno financeiro do negócio, o qual foi reduzido para fazer frente às importações a preços de dumping.

Ademais, de acordo com o exercício efetuado no item 7.1.6.4 deste documento, a pressão exercida sobre os preços da Dabi Atlante e, consequentemente sobre os seus resultados decorreu da prática de dumping, haja vista que, na ausência de tal prática, o produto objeto da investigação ingressaria no mercado brasileiro a preço 174,8% superior ao da indústria doméstica.

A partir das considerações acima, pôde-se concluir pela existência de indícios de dano à indústria doméstica no período analisado.

8. DA CAUSALIDADE

O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de demonstrar o nexo de causalidade entre as importações a preços com indícios de dumping e o eventual dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos, além das importações a preços com indícios de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica na mesma ocasião.

8.1. Do impacto das importações a preços com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

Consoante o disposto no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, é necessário demonstrar que, por meio dos efeitos do dumping, as importações objeto de dumping contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica.

Da análise constante do item 6 deste anexo, observa-se que, primeiramente, de P1 para P2, ocorreu aumento substancial das importações a preços com indícios de dumping (105,3%), acompanhado de surgimento da subcotação (crescimento de 252,1%), o que fez com que os aparelhos raios X importados da Alemanha aumentassem sua participação no mercado brasileiro em [CONFIDENCIAL]p.p.

Como consequência, a indústria doméstica, conquanto tenha conseguido aumentar seu volume de vendas (112,5%) - elevando em [CONFIDENCIAL] p.p. sua participação no mercado brasileiro -, o fez à custa da compressão das suas margens de lucro. Com efeito, no aludido intervalo, a margem bruta da Dabi Atlante foi reduzida em [CONFIDENCIAL] p.p. Além disso, em decorrência da deterioração das margens operacional ([CONFIDENCIAL] p.p.), operacional excluído o resultado financeiro ([CONFIDENCIAL] p.p.) e operacional excluídos o resultado financeiro e as outras despesas operacionais ([CONFIDENCIAL] p.p.), a empresa operou, em P2, com prejuízo nesses três indicadores.

É bem verdade que a piora acima evidenciada decorreu não somente da corrosão da relação CPV/preço ([CONFIDENCIAL] p.p.), mas também de um aumento nas despesas operacionais unitárias, equivalente a 142,2%, o qual será objeto de análise mais aprofundada ao longo da investigação.

No período seguinte (de P2 para P3), ocorre novo aumento das importações originárias da origem investigada (14,9%). Além disso, o preço CIF internado correspondente se reduz (6,1%), fazendo com que tais importações ingressem no mercado ainda mais subcotadas (aumento de 37,5%) em relação ao preço praticado pela indústria doméstica. Consequentemente, mais uma vez, as importações a preços com indícios de dumping aumentam sua participação no mercado brasileiro, desta vez em [CONFIDENCIAL]p.p.

A indústria doméstica, por sua vez, apresenta pequena recuperação, aumentando em 14,7% seu volume de vendas internas e em [CONFIDENCIAL]p.p. sua participação no mercado brasileiro. Deve-se atentar, no entanto, que a melhora evidenciada se deu como consequência do deslocamento das importações das demais origens. De fato, essas caem, no período, 30,1%, perdendo [CONFIDENCIAL]p.p. de participação no mercado brasileiro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assim, a Dabi Atlante consegue ampliar suas margens de lucro bruta ([CONFIDENCIAL] p.p.), operacional ([CONFIDENCIAL] p.p.), operacional exclusive resultado financeiro ([CONFIDENCIAL] p.p.) e operacional exclusive resultado financeiro e outras despesas operacionais ([CONFIDENCIAL] p.p.), em que pese, ainda assim, trabalhar, em P3, com prejuízo operacional.

De P3 para P4, as importações originárias da Alemanha crescem novamente, em 76,3%. Com a nova queda no seu preço CIF internado, os aparelhos de raios X importados a preços com indícios de dumping concorrem com os produtos similares no mercado brasileiro ainda mais subcotados (aumento de 79,9%). Com isso, essas importações elevam sua participação no mercado brasileiro em [CONFIDENCIAL] p.p., chegando a ocupar, em P4, fatia de 47,2 % da totalidade do mercado brasileiro de aparelhos de raios X.

Nesse ínterim, verifica-se deslocamento não só das importações oriundas das demais origens, mas também da própria indústria doméstica, a qual, embora comprimindo suas margens bruta (redução de [CONFIDENCIAL] p.p.) e operacional excluídos os resultados financeiro e as outras despesas operacionais (redução de [CONFIDENCIAL] p.p), perde participação no mercado brasileiro ([CONFIDENCIAL]p.p.) e reduz suas vendas internas em 19,7%.

Por fim, no último intervalo analisado, de P4 para P5, as importações a preço com indícios de dumping apresentam preço CIF internado ainda mais baixo (31,5%), elevando a subcotação existente em 26,1%.

No entanto, nesse período o volume de tais importações diminui consideravelmente (61,5%), o que faz com que sua participação no mercado caia [CONFIDENCIAL]p.p.

Por conseguinte, a Dabi Atlante aumenta, de P4 para P5, em 37,2% suas vendas internas, ganhando [CONFIDENCIAL] p.p. de participação no mercado brasileiro. Ademais, observa-se no período uma melhora em todas as suas margens de lucro: [CONFIDENCIAL] p.p. na bruta; [CONFIDENCIAL] p.p. na operacional; [CONFIDENCIAL] p.p. na operacional, excluído o resultado financeiro; e [CONFIDENCIAL] p.p. na operacional excluídos o resultado financeiro e as outras despesas operacionais.

Não obstante, não se pode deixar de mencionar que, conforme análise dos dados detalhados de importação, disponibilizados pela RFB, o preço de exportação considerado ao longo deste documento [CONFIDENCIAL]. Assim, buscar-se á, ao longo da investigação, obter informações mais detalhadas acerca do preço de venda efetivo do produto objeto da investigação no mercado brasileiro, a exemplo [CONFIDENCIAL].

Outro ponto digno de nota é que a subcotação constatada decorreu da prática de dumping pelos exportadores alemães. Com efeito, o exercício desenvolvido no item 7.1.7.4 demonstra que, na ausência dessa prática desleal de comércio, as mercadorias importadas da origem investigada ingressariam no mercado brasileiro a preço 174,8% superior ao da indústria doméstica.

Em decorrência da análise acima minuciada, pôde-se concluir haver indícios de que as importações de aparelhos de raios X a preços com indícios de dumping contribuíram significativamente para a ocorrência de eventual dano à indústria doméstica, destacando-se, todavia, mais uma vez, a necessidade de aprofundamento das informações sobre os indicadores da indústria doméstica, como por exemplo o aumento das despesas operacionais de P1 para P2 e o preço de venda do produto objeto da investigação efetivamente praticado no mercado brasileiro a fim de melhor avaliar o eventual dano causado à indústria doméstica e os outros fatores que podem ter contribuído para tal.

8.2. Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição

Consoante o determinado pelo inciso II do § 1º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações a preços com indícios de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica no período analisado.

8.2.1. Volume e preço de importação dos demais países

Verificou-se que o volume das importações de aparelhos de raios X proveniente das demais origens teve elevação somente de P1 a P2 (41,9%). Nos demais intervalos, houve sucessivas quedas: 30,1% de P2 a P3, 30,5% de P3 a P4 e 35,3% de P4 a P5. Considerando-se os extremos da série, o volume importado das demais origens decresceu 55,4%, enquanto as importações da Alemanha aumentaram 60%.

Conforme demonstrado em análise precedente, as exportações alemãs para o Brasil, realizadas com indício de prática de dumping, aumentaram em termos absolutos e em relação ao total importado (até P4) e ao mercado brasileiro, o que concorreu para o cenário de indícios de dano à indústria doméstica.

Cumpre notar que as importações investigadas, que em P1 estavam em patamar inferior àquele das importações provenientes das demais origens (16,9% do total importado; 15,2% do mercado brasileiro), superaram as demais origens tanto em volume quanto em participação no mercado brasileiro em P4, quando respondiam por 55% do volume importado e representavam 47,2% do mercado brasileiro.

Ademais, afasta-se eventual dano que poderia ser causado pelas importações provenientes das outras origens tendo em vista (i) que quando considerado o preço dessas importações, conforme explicitado no item 6.1.2 deste anexo, observa-se que, em todos os períodos analisados, a média dos preços das importações de aparelhos de raios X da origem investigada foi inferior àquela das demais origens em pelo menos 38%, não tendo, portanto, o efeito que estas últimas causaram sobre os preços da indústria doméstica durante o período analisado e (ii) a ausência de subcotação do preço das importações das outras origens em relação ao preço da indústria doméstica de P1 a P5, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Preço Médio CIF Internado e Subcotação - Outras origens

Em números-índices de R$ atualizados / un

	P1	P2	P3	P4	P5
Quantidade (t)	100,0	141,9	99,2	68,9	44,6
Preço CIF	100,0	95,5	109,0	133,1	157,8
Imposto de Importação	-	-	100,0	160,1	-
AFRMM	100,0	112,0	170,9	209,7	386,6
Despesas de internação	100,0	95,5	109,0	133,1	157,8
CIF Internado	100,0	95,6	113,9	140,9	158,9
CIF Internado atualizado (a)	100,0	89,6	99,7	116,7	125,8
Preço da Indústria Doméstica (b)	100,0	119,7	121,1	130,1	117,4
Subcotação (b-a)	(100,0)	(52,7)	(73,5)	(100,2)	(136,1)
Subcotação %	100,0	44,0	60,7	77,0	116,0

Diante do exposto, descarta-se que o eventual dano experimentado pela indústria doméstica tenha sido causado pelas importações de outras origens que não as sob análise.

8.2.2. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

Conforme mencionado no item 3.1.1 deste anexo, a alíquota do II dos produtos classificados no subitem NCM/SH 9022.13.11 foi elevada de 0% para 14%, pelo período de 12 meses, por intermédio da Resolução CAMEX nº 70, de 28 de setembro de 2012.

Portanto, em P3 e P4, não houve processo de liberalização das importações, mas sim o inverso, tendo a alíquota do II sido majorada em 14 p.p. pelo período de um ano. Apesar disso, as importações da origem investigada não só mantiveram a tendência ininterrupta de crescimento de P1 para P4 como intensificaram seu crescimento durante a elevação da tarifa, cursando em elevação de 14,9% de P2 para P3 e de 76,3% de P3 para P4.

Já as importações das demais origens sofreram queda de 30,1%, de P2 para P3, e de 30,5% de P3 para P4.

Com o retorno da alíquota do Imposto de Importação ao patamar anteriormente vigente (0%) em setembro de 2013, as importações da origem investigada, assim como das demais origens, apresentaram queda de P4 para P5.

Assim, o dano suportado pela indústria doméstica não pode ser atribuído a eventual processo de liberalização comercial.

8.2.3. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo e progresso tecnológico

De P1 para P5, o mercado brasileiro de aparelhos de raios X odontológicos apresentou contração de 16%.

Inobstante isso, tanto a indústria doméstica quanto as importações da origem investigada lograram aumentar suas participações nesse mercado durante o período de análise de dano: aquela em [CONFIDENCIAL]p.p. e estas em [CONFIDENCIAL]p.p. Esses crescimentos ocorreram em prejuízo da demanda atendida pelas importações das demais origens, que, no período, reduziu-se em [CONFIDENCIAL]p.p.

Assim, o que se observa é que, com a redução dos preços das mercadorias importadas da origem investigada (queda de 59,8% do preço CIF, de P1 para P5), a Dabi Atlante adotou política comercial agressiva, reduzindo seus resultados e margens, de modo a aumentar sua participação no mercado brasileiro. As importações das demais origens, por sua vez, perderam competitividade.

Ao final de P5, a indústria doméstica e as importações da origem investigada alcançaram percentuais próximos de participação no mercado brasileiro, a saber: 31,2% a primeira e 29% a última.

Destarte, infere-se que, em que pese a contração na demanda poder ter contribuído para o dano experimentado pela indústria doméstica, as importações da origem investigada, a preços cada vez menores, contribuíram significativamente para a deterioração de seus indicadores. Essa conclusão é reforçada pela análise do interregno compreendido entre P4 e P5, quando, diante da redução quantitativa do volume das importações investigadas, observa-se melhora dos indicadores da indústria doméstica, como vendas e rentabilidade, a despeito da redução concomitante do mercado brasileiro.

Quanto às mudanças nos padrões de consumo de aparelhos de raios X odontológicos (dos aparelhos analógicos para os digitais) no mercado brasileiro, decorrentes do progresso tecnológico, verificou-se, a partir dos dados reportados, que a Dabi Atlante logrou acompanhar tal evolução. Com efeito, enquanto as vendas de aparelhos de raios X analógicos apresentaram queda de 86,7%, de P1 a P5, os aparelhos digitais tiveram suas vendas majoradas em 594,4%, no mesmo período. No que toca à produção dos dois modelos, constatou-se, de P1 a P5, queda de 91,1% dos analógicos e incremento de 756,3% dos digitais.

Infere-se, pois, que a mudança no padrão de consumo, decorrente do progresso tecnológico, dos aparelhos analógicos para os digitais, conquanto existente, não pode ser considerada, por si só, como causa do dano suportado pela indústria doméstica.

8.2.4. Práticas restritivas ao comércio

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de aparelhos de raios X pelos produtores domésticos e estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles, nem adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. Os aparelhos de raios X importados e os fabricados no Brasil são concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado, conforme se mencionou no item 3.4 deste documento.

8.2.5. Desempenho exportador

Como apresentado neste anexo, as vendas para o mercado externo da indústria doméstica cresceram 413,8% de P1 para P5. Ademais, essas vendas representavam 37,7% das vendas totais da Dabi Atlante em P1, ao passo que, em P5, respondiam por 53,6%.

A despeito do crescimento das exportações da indústria doméstica, esta operou, de P1 a P5, com, no mínimo 20,5% de ociosidade de sua capacidade instalada, chegando esse nível a atingir 65,7% em P1. Tal fato denota que o aumento das exportações não representa limitação ao atendimento da demanda interna, sendo infactível, portanto, concluir-se por uma priorização do mercado externo.

Dessa forma, o desempenho das vendas externas da indústria doméstica não explica o dano sofrido pela indústria doméstica.

8.2.6. Produtividade

A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período apresentou crescimento de 76% de P1 para P5. Desse modo, não pode esse indicador ser considerado fator causador de dano.

8.2.7. Consumo cativo

A Dabi Atlante não consome cativamente o produto similar ao objeto da investigação, de modo que não cabe a análise de consumo cativo dentre os fatores causadores de dano à indústria doméstica.

8.2.8. Importações e revenda do produto importado

Consta da petição que a Dabi Atlante não realizou importações nem revendas do produto no período investigado, de modo que não cabe a análise desses fatores dentre aqueles causadores de dano à indústria doméstica.

8.3. Da conclusão sobre a causalidade

Para fins de início dessa investigação, considerando-se a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, verificou-se que as importações da origem investigada a preços com indícios de dumping contribuíram significativamente para a existência dos indícios de dano à indústria doméstica constatados no item 7.2 deste documento.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Uma vez verificada a existência de indícios suficientes de dumping nas exportações de aparelhos de raios X da Alemanha para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente dessa prática, recomenda-se o início da investigação.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 49, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O Secretário do Desenvolvimento da Produção - Substituto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de UNIDADE DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, BASEADA EM MICROPROCESSADOR.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mcti.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 489, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 12, Inciso III e os termos do Parecer Técnico de Projeto N.º 106/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa GDM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA., CNPJ: 07.955.100/0003-82, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 106/2015 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA) (código Suframa 0674), para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei N.º 288/67, com redação dada pela Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para o produto constante do Art. 1° desta Portaria, os limites anuais de importação de insumos, a seguir:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA)	3,435,960	3,971,226	4,719,428

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I- o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1.º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido no Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II- o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III- a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV- o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA-ADJUNTA DE PROJETOS

PORTARIA Nº 494, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE PROJETOS, em exercício, no uso de suas atribuições, observando o disposto no Art. 1º da Portaria nº 203, de 29 de abril de 2008 e art. 3º da Lei 9.960 de 28 de janeiro de 2000 e, considerando os termos do Parecer Técnico nº 107/2015-SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º. Alterar o Anexo "A" da Portaria nº 192, de 16 de agosto de 2000, que passa a vigorar acrescido dos seguintes itens:

Código Suframa	Descrição do produto
1257	FITA PARA IMPRESSÃO DE POLIÉSTER
1848	FITA DE TECIDO NÃO BORDADO PARA IMPRESSÃO POR TRANSFERÊNCIA TÉRMICA, EM ROLO

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 791, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/06/2015, 07/07/2015, 01/09/2015, 06/10/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 96, de 13 de abril de 2015, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/06/2015, 07/07/2015, 01/09/2015, 06/10/2015.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002900/2015-69
Proponente: Confederação Brasileira de Judô
Título: Eventos Internacionais de Judô 2016
Registro: 02RJ014952007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 42.136.804/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 3.440.244,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2865 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 34178-9
Período de Captação até: 31/12/2016

2 - Processo: 58701.07748/2013-49
Proponente: Paulinia Racing Bicicross
Título: Pedala Tour
Registro: 02SP067642010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 02.120.212/0001-38
Cidade: Paulinia UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 843.674,65
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2417 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50215-4
Período de Captação até: 31/12/2015

3 - Processo: 58701.011344/2013-50
Proponente: União dos Paraplégicos de Belo Horizonte
Título: Ginástica para Melhor Idade UNIPABE
Registro: 02MG050132009
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 21.020.987/0001-86
Cidade: Jardim América UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 142.141,71
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2655 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 45140-1
Período de Captação até: 31/12/2015

4 - Processo: 58701.002674/2014-35
Proponente: Associação dos Deficientes Físicos do Paraná
Título: Esgrima em Cadeira de Rodas Rumo a Excelência - Ano II
Registro: 02PR061172009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 78.344.603/0001-06
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 380.228,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2926 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30478-6
Período de Captação até: 01/08/2016

5- Processo: 58701.002610/2015-15
Proponente: CBVD - Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes
Título: Campeonatos Nacionais de Voleibol Paralímpico
Registro: 02RJ014892007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.634.009/0001-78
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 2.024.994,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0300 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 74967-2
Período de Captação até: 31/12/2015

6- Processo: 58701.011668/2013-98
Proponente: Instituto Ecomovimento
Título: Atletas Verdes
Registro: 02MG119292013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 16.675.794/0001-23
Cidade: Ipatinga UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 864.465,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1009 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 103049-3
Período de Captação até: 20/08/2016

7- Processo: 58701.002713/2015-85
Proponente: COOPER Sociedade Cooperativa de Trabalho dos Atletas e Profissionais da Área do Esporte
Título: Night Run Twist - Ano III
Registro: 02SP109802012
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.513.910/0001-29
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 5.286.333,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1009 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 103049-3
Período de Captação até: 07/11/2016

8- Processo: 58701.001989/2014-65
Proponente: Sociedade Esportiva e Recreativa Triunfo
Título: Pé na Bola, Cabeça na Escola e a Ser no Coração
Registro: 02RS122332013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.690.167/0001-45
Cidade: Triunfo UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 784.691,35
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2740 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17123-9
Período de Captação até: 01/09/2016

9- Processo: 58701.002535/2015-92
Proponente: Fundação Gol de Letra
Título: Ano 4 - Projeto Caju Esporte e Educação
Registro: 02SP001392007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 02.820.605/0001-54
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.397.547,86
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1255 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33359-X
Período de Captação até: 06/10/2016

10- Processo: 58701.002631/2015-31
Proponente: Associação Aventura Especial
Título: Bia Figueiredo na Fórmula E
Registro: 02SP131372013
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 06.119.406/0001-74
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 10.829.798,59
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3006 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22962-8
Período de Captação até: 31/12/2016

ANEXO II

1 - Processo: 58701.007648/2013-12
Proponente: Instituto Rogacionista Santo Anibal
Título: Projeto Geração de Talentos Esportivos
Valor aprovado para captação: R$ 1.480.225,21
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3326 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22881-8
Período de Captação até: 31/12/2016

2- Processo: 58701.001662/2014-93
Proponente: Instituto Sports
Título: Torneio Internacional de Tênis
Valor aprovado para captação: R$ 1.114.781,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1896 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16466-6
Período de Captação até: 31/12/2016

RETIFICAÇÃO

No Processo Nº 58701.011127/2013-60 publicado no Diário Oficial da União nº 198, de 16 de outubro de 2015, na Seção 1, página 81 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 790/2015, ANEXO II, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 856.246,80, leia-se Valor aprovado para captação: R$ 139.574,65

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Aprova as especificações técnicas de produto moluscicida para a finalidade específica de utilização no controle da espécie exótica invasora mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei) em sistemas de resfriamento de usinas hidrelétricas.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada por Decreto de 5 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2015, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 da Estrutura Regimental do IBAMA, aprovada pelo Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e em especial o disposto no artigo 111 do Regimento Interno IBAMA, aprovado pela Portaria GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2011, e;

Considerando o teor do Processo n° 02001.004872/2014-76 e o disposto na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no art. 7° do Decreto n° 4.074, de 4 de janeiro de 2002, na Instrução Normativa Conjunta n° 11, de 30 de junho de 2015, e na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente n° 467, de 16 de julho de 2015;

Considerando ainda, que o Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos, na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de setembro de 2015, reconheceu a ocorrência de emergência ambiental, indicada pelo Centro de Estudos do Mar (CEM) da Universidade Federal do Paraná e pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE), conforme consta dos processos administrativos n° 02001.004872/2014-76 e n° 02001.003012/2015-04, manifestando-se favorável à concessão de registro ao produto moluscicida MXD-100, cujo uso emergencial foi pleiteado por aquele Centro para o controle da espécie exótica invasora mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei) em sistemas de resfriamento de usinas hidrelétricas; resolve:

Art. 1º Aprovar as especificações técnicas do produto moluscicida MXD-100 para a finalidade específica de registro emergencial para utilização no controle da espécie exótica invasora mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei) em sistemas de resfriamento de usinas hidrelétricas na forma da presente Instrução Normativa.

Art.2º As especificações técnicas do produto moluscicida MXD-100 a serem cumpridas para o registro emergencial constam no Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 1° O interessado na obtenção de registro emergencial do produto MXD-100 deverá encaminhar requerimento ao IBAMA, acompanhado dos documentos listados nos Anexos III e IV da Instrução Normativa Conjunta (INC) n° 11, de 30 de junho de 2015, estabelecida pelo Ibama, Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

§ 2° Outros produtos moluscicidas que tenham as mesmas especificações indicadas no Anexo I desta Instrução Normativa e em relação aos quais haja comprovação técnica de eficácia no controle do mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei), nas condições estabelecidas pelo Anexo II desta norma, também poderão ter seus registros requeridos ao IBAMA, acompanhado dos documentos listados nos Anexos III e IV da INC n° 11, de 30 de junho de 2015.

Art. 3° A utilização de produto a ser registrado com base nesta Instrução Normativa só poderá ocorrer mediante atendimento das condições estabelecidas no Anexo II e após a obtenção de autorização, pelo interessado na operação de controle do mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei), junto ao órgão ambiental competente, conforme preconizado na Resolução CONAMA 467, de 16 de julho de 2015.

Art.4º O registro de produto para uso emergencial concedido com base nesta norma terá validade de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua concessão, podendo ser prorrogado, se necessário, ou cancelado, se constatado problema de ordem toxicológica ou ambiental, ou de desconformidade do produto comercializado frente às especificações aprovadas por ocasião da concessão do registro.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARILENE RAMOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO FORMULADO

a.) Nome comum dos ingredientes ativos: Cloreto de Didecil Dimetilamônio (nº CAS 7173-51-5) e Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio (nº CAS 124046-05-5);

b.) Classe de uso: moluscicida;

c.) Grupo químico: Quaternário de amônia;

d.) Forma de apresentação do produto formulado: líquido;

e.) Concentração dos ingredientes ativos no produto: 10% (100 mg/L)

ANEXO II

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE USO DO PRODUTO

a.) Finalidade de uso: aplicação em sistemas de resfriamento de usinas hidrelétricas, com o objetivo de controlar e prevenir incrustrações de mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei).

b.) Dose e frequência de aplicação: a dose pode variar entre 1 mg/l a 7 mg/L, de acordo com o tamanho dos dutos a serem limpos e o nível de incrustação local. O teor de ingrediente ativo a ser alcançado para garantir a eficácia do tratamento varia de 0,08 mg/L a 0,56 mg/L, assim permanecendo no sistema aquoso por 10 minutos a cada 8 horas, totalizado 30 minutos diários. Concentrações de MXD-100 superiores a 2 mg/L só poderão ser utilizadas pelo prazo máximo de 30 dias, e após esse período devem ser reduzidas para 1 a 2mg/L.

c.) Modo de aplicação: a aplicação do produto, sem prévia diluição, deverá ser feita com o uso de sistema de controle acoplado ao sistema de resfriamento das unidades geradoras da usina hidrelétrica, sendo o produto dosado automaticamente, por bomba dosadora, conforme programação estabelecida e a manutenção da concentração do produto no sistema deve ser monitorada.

d.) Deve ser realizado monitoramento do efluente a ser lançado no corpo hídrico, além de outras exigências que possam vir a ser estabelecidas pelo órgão ambiental competente, nos termos da Resolução CONAMA n° 467 de 2015 e visando o atendimento da Resolução CONAMA n° 430 de 2011.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Aprova as especificações técnicas de produtos à base do ingrediente ativo Dicloro Isocianurato de Sódio, para a finalidade específica de utilização no controle da espécie exótica invasora mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei) em sistemas de resfriamento de usinas hidrelétricas

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada por Decreto de 5 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2015, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 da Estrutura Regimental do IBAMA, aprovada pelo Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e em especial o disposto no artigo 111 do Regimento Interno IBAMA, aprovado pela Portaria GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2011, e;

Considerando o teor do Processo n° 02001.005297/2015-18 e o disposto na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no art. 7°, do Decreto n° 4.074, de 4 de janeiro de 2002, na Instrução Normativa Conjunta n° 11, de 30 de junho de 2015, e na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente n° 467, de 16 de julho de 2015;

Considerando que o Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos, na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de setembro de 2015, reconheceu a ocorrência de emergência ambiental, indicada pela AES Tietê S.A., pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) e pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE), conforme consta dos processos administrativos n° 02001.005297/2015-18 e n° 02001.003012/2015-04, manifestando-se favorável à concessão de registro para produto à base do ingrediente ativo Dicloro Isocianurato de Sódio, cujo uso emergencial foi pleiteado pelas referidas instituições para o controle preventivo da ocorrência da espécie exótica invasora mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei) em sistemas de resfriamento de usinas hidrelétricas, resolve:

Art. 1º Aprovar as especificações técnicas de produtos à base do ingrediente ativo Dicloro Isocianurato de Sódio, para a finalidade específica de registro emergencial para utilização no controle da espécie exótica invasora mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei) em sistemas de resfriamento de usinas hidrelétricas na forma da presente Instrução Normativa.

Art.2º As especificações técnicas dos produtos à base do ingrediente ativo Dicloro Isocianurato de Sódio a serem cumpridas para o registro emergencial constam no Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O interessado na obtenção de registro de produto à base do ingrediente ativo Dicloro Isocianurato de Sódio, de que trata o caput deste artigo, deverá encaminhar requerimento ao IBAMA, acompanhado dos documentos listados nos Anexos III e IV da Instrução Normativa Conjunta n° 11, de 30 de junho de 2015, estabelecida pelo Ibama, Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 3° Estabelecer que a utilização de produto a ser registrado com base nesta Instrução Normativa só poderá ocorrer mediante atendimento das condições estabelecidas no Anexo II e após a obtenção de autorização, pelo interessado na operação de controle do mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei), junto ao órgão ambiental competente, conforme preconizado na Resolução CONAMA 467, de 16 de julho de 2015.

Art.4º O registro de produto para uso emergencial concedido com base nesta norma terá validade de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua concessão, podendo ser prorrogado, se necessário, ou cancelado, se constatado problema de ordem toxicológica ou ambiental, ou de desconformidade do produto comercializado frente às especificações aprovadas por ocasião da concessão do registro.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARILENE RAMOS

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO FORMULADO

a) Nome comum do ingrediente ativo: Dicloro Isocianurato de Sódio Anidro (CAS 2893-78-9);

b) Classe de uso: desinfetante;

c) Grupo químico: cloroisocianurato;

d) Forma de apresentação do produto formulado: tablete sólido compactado;

e) Concentração de ingrediente ativo no produto: 60 ± 1 % de cloro disponível.

ANEXO II

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE USO DO PRODUTO

a.) Finalidade de uso: aplicação em sistemas de resfriamento de usinas hidrelétricas, com o objetivo de criar um micro-ambiente inapropriado para a fixação das larvas do mexilhão-dourado (Limnoperma fortunei), visando prevenir as infestações desse molusco.

b.) Dose e frequência de aplicação: injeção de solução de dicloro isocianurato de sódio, com a concentração de 1,5 mg/L de cloro livre, diretamente na água do sistema de resfriamento, durante duas horas por dia, com concentração máxima de 0,01 mg/l de cloro residual na saída do efluente.

c.) Modo de aplicação: a aplicação do produto deverá ser feita com o uso de sistema de controle acoplado ao sistema de resfriamento das unidades geradoras da usina hidrelétrica, composto por três unidades distintas que atuem de forma integrada: unidade automatizada de preparação da solução a ser administrada; unidade de dosagem e unidade de leitura e verificação automatizada do teor de cloro ativo, de modo a assegurar que a dose indicada no item 2 deste Anexo seja corretamente mantida durante o tratamento.

d.) Deve ser implantado um sistema de monitoramento da concentração de cloro residual e de trihalometanos no efluente a ser lançado no corpo hídrico, além de outras exigências que possam vir a ser estabelecidas pelo órgão ambiental competente, nos termos da Resolução CONAMA n° 467 de 2015 e visando o atendimento da Resolução CONAMA n° 430 de 2011.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 452, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e

Considerando a autorização para realização de concurso público contida na Portaria MP nº 85, de 20 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2015.

Considerando a solicitação de alteração dos perfis dos cargos a serem autorizados no concurso público encaminhado pela Fundação Nacional do Índio em agosto de 2015.

Considerando não haver tempo hábil para publicação de Edital, tendo em vista a autorização da Portaria MP nº 85, de 2015, expirar em 22 de outubro de 2015.

Considerando a Ação Civil Pública nº 0002694-14.2014.401.3903, na qual o Ministério Público Federal objetiva a declaração de descumprimento, pelo empreendedor (Norte Energia S/A) e pela FUNAI/União, de condicionante indispensável ao atestado de viabilidade da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Considerando a previsão de despesa com a realização do certame em tela na Lei Orçamentária Anual - LOA-2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de concurso público para o provimento de 220 (duzentos e vinte) cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio, conforme discriminado no Anexo.

Art. 2º O provimento dos cargos no quantitativo previsto no art. 1º dependerá de prévia autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa, quando do provimento dos referidos cargos, sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º A responsabilidade pela realização do concurso público para os cargos relacionados no art. 1º será do Presidente da Fundação Nacional do Índio, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outro ato administrativo.

Art. 4º O prazo para publicação de edital de abertura para realização de concurso público será de até seis meses contados da data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A realização do concurso público deverá observar o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 5º Fica revogada a Portaria MP nº 85, de 20 de abril de 2015.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON BARBOSA

ANEXO

Cargo	Nível	Quantidade
Indigenista Especializado	NS	202
Engenheiro	NS	7
Engenheiro Agrônomo	NS	5
Contador	NS	6
Total		220

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 75, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, Substituto, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 41, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, art. 52, inciso III, do Anexo XII da Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista delegação de competência conferida pela Portaria SPU Nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, página 75, nos termos dos arts. 538 a 553 do Código Civil Brasileiro, e dos elementos que integram o Processo nº 04926.200546/2015-72, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o Município de Araguari/MG, de um terreno situado no próprio município, à Rua Orias Caetano Peixoto, Loteamento Jardim Interlagos, descrito e caracterizado conforme matrícula n° 63.027, de 02/10/2014, Livro Nº 2, Ficha nº 01, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araguari/MG.

Art. 2º O terreno objeto da presente doação acha-se livre e desembaraçado de todos e quaisquer ônus judiciais, hipoteca legal ou convencional, ou ainda qualquer outro ônus real.

Art. 3º O terreno objeto desta Portaria destina-se a receber edificações e a instalação da 2ª Vara e do Fórum da Justiça do Trabalho pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Estado de Minas Gerais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO CAETANO COUTO

Ministério do Trabalho e Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 21 de outubro de 2015

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0414/2015 de 16/10/2015, 0417/2015 de 19/10/2015 e 0420/2015 de 20/10/2015, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039011032201551 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ALEX MASSARENTI Passaporte: YA2585582 Mãe: AMARINA MORETTI Pai: ALDO NELLO MASSARENTI.

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 47039011009201567 Empresa: CEO CLARIAN ESPORTES OLIMPICOS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: OYANAISY GELIS GONZALES Passaporte: I213308 Mãe: ANA MARIA GONZALES KINDELAN Pai: OSCAR EDUARDO GELIS BELL.

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 47039011204201597 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: VICTORIA ROSE BROADUS Passaporte: 488679072 Mãe: Victoria Gordon Broadus Pai: James Matthew Broadus III.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039010496201541 Empresa: EDF EN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO PEDRO MINA GAIÃO Passaporte: M953278 Mãe: MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MINA SOUSA GAIÃO Pai: GASPAR DE SOUSA GAIÃO; Processo: 47039010593201533 Empresa: B H RESTAURANTE ORIENTAL LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIN AIJIN Passaporte: G30314539 Mãe: PIAO YUDAN Pai: JIN CHANGHUA; Processo: 47039010905201517 Empresa: COTTON ON DO BRASIL COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARINA BERBER Passaporte: LH097992 Mãe: ZORKA BERBER Pai: STEVAN BERBER; Processo: 47039009889201510 Empresa: POP COMUNICACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alvaro Antonio Bustillos Pereira Passaporte: 108140981 Mãe: Nora Loures Pereira Velasco Pai: Joel Antonio Bustillos Pereira; Processo: 47039010227201584 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO ALEXANDRE DE SOUSA SANTOS Passaporte: L853633 Mãe: BENVINDA MARIA DE SOUSA SANTOS Pai: BENJAMIN RIBEIRO DOS SANTOS; Processo: 47039010264201592 Empresa: KEVENOLL DO BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAN SZE YEE DEBBIE Passaporte: A24871248 Mãe: OOI BIT HUAI Pai: TAN BOON HENG; Processo: 47039010272201539 Empresa: KEVENOLL DO BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GOH JEE CHUAN Passaporte: A23404356 Mãe: WONG LEE HWA Pai: GOH TONG KEW; Processo: 47039010324201577 Empresa: KERRY DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO SANTANA CASAS Passaporte: G10408959 Mãe: MARIA ABAD CASAS JAIMES Pai: REYNALDO SANTANA ESTRADA; Processo: 47039010333201568 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER PARTICIPACOES BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHELE SIMONE Passaporte: AA4075251 Mãe: GABRIELLA DAVOLIO MARANI Pai: PIER UGO ANGELO VITTORIO SIMONE; Processo: 47039010425201548 Empresa: REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Cátia Sofia Matos Chaves Passaporte: M689233 Mãe: Maria Elisabete de Matos António Chaves Pai: Rui Lourenço Chaves; Processo: 47039010560201593 Empresa: LABORATORIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: NICOLAS GUILBON Passaporte: 11DD54019 Mãe: FRANÇOISE MAIGE GUILBON Pai: BERNARD GUILBON; Processo: 47039010622201567 Empresa: SANTOS CMI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SILVIO MANUEL LEMOS FERREIRA Passaporte: H567038 Mãe: Maria Elvira de Jesus Caulino e Lemos Ferreira Pai: Silvio Augusto Ferreira; Processo: 47039010626201545 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAPHAEL CHRISTOPHE BOVE Passaporte: 15AF07885 Mãe: NATHALIE PADIN BOVE Pai: SALOME LUCIE CELIA BOVE; Processo: 47039010643201582 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN JOHANNES GROPP Passaporte: C86HFGHM5 Mãe: BRIGITTE THERESIA GROPP Pai: ALFRED JOHANN GROPP; Processo: 47039010647201561 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ANTONIO VASQUEZ COLLAZO Passaporte: E09566723 Mãe: MARTHA COLLAZO LOPEZ Pai: MIGUEL ANTONIO VAZQUEZ TORRES; Processo: 47039010659201595 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GINNI MAKKAR HARISH KUMAR Passaporte: M4106288 Mãe: PREM MAKKAR Pai: HARISH KUMAR; Processo: 47039010737201551 Empresa: PITZI.COM.BR REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAMIR MOHAMMED AZIZ Passaporte: 505923330 Mãe: SUSANNE REICHERT AZIZ Pai: MOHAMMED IQBAL AZIZ; Processo: 47039010783201551 Empresa: AUDI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL RUDOLF ADAMEK Passaporte: CCZ8J8LVM Mãe: THERESIA MARIA SCHWEMMHUBER Pai: FRANZ GEORG ADAMEK; Processo: 47039010803201593 Empresa: BRF S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALISIA ABBAS PAINTER Passaporte: BA727178 Mãe: NARGIS ABBAS PAINTER Pai: ABBAS ALIHUSEIN PAINTER; Processo: 47039010812201584 Empresa: SETEC CONSULTING GROUP CONSULTORIA E EDITORA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VITOR HUGO VALENTE GOMES MADUREIRA Passaporte: M749478 Mãe: MARIA MANUEL DA SILVA CALDAS OSÓRIO Pai: JOSÉ MANUEL PEREIRA OSÓRIO; Processo: 47039010810201595 Empresa: TWR LOCACAO DE MAQUINAS E GUINDASTES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUN HAE HUR Passaporte: M8612365 Mãe: Malsun Lee Pai: Sunook Hur; Processo: 47039010813201529 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IKER BENGOA SAN EMETERIO Passaporte: PAA796149 Mãe: MARI CARMEN SAN EMETERIO ETAYO Pai: MIGUEL ANGEL BENGOA TOLARETXIPI; Processo: 47039010814201573 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO, INDUSTRIA, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA EOLICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PABLO SUEIRAS BLANCO Passaporte: AAD154496 Mãe: PILAR BLANCO CID Pai: JOSE CARLOS SUEIRAS DE LA PENA; Processo: 47039010816201562 Empresa: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW JAMES CIOFFI Passaporte: 505454467 Mãe: CATHERINE CIOFFI Pai: CARMELO CIOFFI; Processo: 47039010818201551 Empresa: 4U CONSTRUCOES LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIN COLLADO PICAZO Passaporte: AAI810910 Mãe: NIEVES PICAZO PERONA Pai: JOAQUIN COLLADO OLMO; Processo: 47039010821201575 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIANO ALEJANDRO RODRIGUEZ JR Passaporte: 505839787 Mãe: MARIANO ALEJANDRO RODRIGUEZ Pai: MARIA RODRIGUEZ; Processo: 47039010830201566 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ ANTÓNIO ARAÚJO BRITO Passaporte: N696380 Mãe: ROSA DE ARAÚJO LOURENÇO Pai: ANTÓNIO BRITO LOPES; Processo: 47039010844201580 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUE SHAO Passaporte: G29020686 Mãe: FENGXIANG LI Pai: HUAIHENG SHAO; Processo: 47039010885201576 Empresa: WEBEDIA INTERNET BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antoine Maurice Clauzel Passaporte: 08CA26354 Mãe: CATHERINE SIMONE HENRIETTE JEANJEAN Pai: PHILIPPE ROBERT CLAUZEL; Processo: 47039010919201522 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BEOUNGMOON YUN Passaporte: M0 6.246.485 Mãe: GUMSUN BAE Pai: JAESEOK YUN; Processo: 47039010935201515 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIANG WANG Passaporte: G35588922 Mãe: YUE E HUANG Pai: PING HAI WANG; Processo: 47039010938201559 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAO WEN Passaporte: E01515846 Mãe: YULAN MIAO Pai: BAICUN WEN; Processo: 47039010953201505 Empresa: ROSSOBRAS SERVICOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUCA DE SANTIS Passaporte: YA6868478 Mãe: ELVIRA SCOTTI Pai: GIUSEPPE DE SANTIS; Processo: 47039010952201552 Empresa: COLEP PROVIDER AEROSSOL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS MIGUEL ALVES DE SOUSA FERREIRA Passaporte: N097148 Mãe: MARIA BENILDE ALVES FERREIRA Pai: JOSÉ MARIA SOUSA FERREIRA; Processo: 47039010975201567 Empresa: MUSASHI DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KATSUYUKI TAKAGI Passaporte: TH3847688 Mãe: IKUYO TAKAGI Pai: KEIICHI TAKAGI; Processo: 47039010981201514 Empresa: ATMOSFERA GESTAO E HIGIENIZACAO DE TEXTEIS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ MIGUEL VIEIRA GAIO Passaporte: L842696 Mãe: ISALTINA VIEIRA DE MIRANDA Pai: JOSÉ DAVIM MARQUES GAIO; Processo: 47039010991201550 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Adriano Barbosa de Lima Passaporte: L711419 Mãe: Maria de Lourdes Moreira Barbosa Pai: Jose Ferreira de Lima; Processo: 47039010994201593 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZIZHONG YU Passaporte: E49696144 Mãe: JUNDE YU Pai: XIUOING LU; Processo: 47039011068201535 Empresa: MAKITA DO BRASIL FERRAMENTAS ELETRICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHINYA BITO Passaporte: TL0257718 Mãe: KUNIKO BITO Pai: MOTOHARU BITO; Processo: 47039011069201580 Empresa: MAKITA DO BRASIL FERRAMENTAS ELETRICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ATSUSHI KABEYA Passaporte: TH2029064 Mãe: MASAKO KABEYA Pai: ZENICHIRO KABEYA; Processo: 47039011086201517 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YICHANG ZHANG Passaporte: G42822489 Mãe: SULAN LIU Pai: YUEYANG ZHANG; Processo: 47039011091201520 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHANGHE CHEN Passaporte: E38916266 Mãe: JIANFANG CHEN Pai: LANYI ZHANG; Processo: 47039011094201563 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zujian Huang Passaporte: G47804177 Mãe: LI TINGFEN Pai: HUANG HUAIDE; Processo: 47039011108201549 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIC MATHIEU WINTZ Passaporte: 08AB20315 Mãe: FABIENNE LILIANE WINTZ Pai: PIERRE XAVIER LOUIS WINTZ.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039010849201511 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AARON REY ESPARZA Passaporte: 504123107; Processo: 47039010855201560 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN ROSS BRANTON Passaporte: 308540496; Processo: 47039010857201559 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TROY ALLEN THOMPSON Passaporte: 437600791; Processo: 47039011013201525 Empresa: HALDOR TOPSOE CATALISADORES E TECNOLOGIAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Martin Kaas Passaporte: 206475041; Processo: 47039008855201508 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO LORUSSO Passaporte: YA3699018; Processo: 47039009417201559 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEREK JAMES PIERCE Passaporte: 488423168; Processo: 47039009425201503 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: COREY MICHAEL SERIGNY Passaporte: 516389613; Processo: 47039009432201505 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUY JOSEPH DUPIERRE Passaporte: 487990075; Processo: 47039009445201576 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEREMY JUDE SAVOIE Passaporte: 531713360; Processo: 47039009482201584 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN CHAUVIN Passaporte: 439040333; Processo: 47039009730201597 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BÁRDUR KLAKSTEIN Passaporte: 208033985; Processo: 47039010441201531 Empresa: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMED YASSINE ALLOUACHE Passaporte: 13FV32222; Processo: 47039010616201518 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NILS FOLKE MAARTEN OLSSON Passaporte: 84756106; Processo: 47039010654201562 Empresa: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alfredo José Dionísio Gomes Morgado Passaporte: L920477; Processo: 47039010661201564 Empresa: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/10/2016 Estrangeiro: LUÍS MANUEL NETO DE VARGAS Passaporte: L724844; Processo: 47039010707201545 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: até 28/02/2016 Estrangeiro: SUNWON KANG Passaporte: M7 8.904.095; Processo: 47039010761201591 Empresa: SG CONSTRUTORA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFANO SFORNA Passaporte: AA1249651; Processo: 47039010868201539 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIUS OVIDIU UNGUREANU Passaporte: 050579254; Processo: 47039010881201598 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIUSZ WIESLAW KULESZA Passaporte: EB20899958; Processo: 47039010906201553 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR HUGO CASTRO HERRERA Passaporte: P04710726; Processo: 47039010930201592 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ROBERT ALVARADO Passaporte: 439214528; Processo: 47039010932201581 Empresa: DAVID ALEJANDRO CRUZ PERALTA - ME Prazo: até 22/04/2016 Estrangeiro: JUAN RICARDO CRUZ MOREIRA Passaporte: E482215; Processo: 47039010942201517 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN DE JESUS DE LA A SAAVEDRA Passaporte: 0919712653; Processo: 47039010943201561 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS WILLIAM ALLAN DAVID Passaporte: 801169901; Processo: 47039010945201551 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAUL BAYARDO TITO CANAMAR Passaporte: 1719210377; Processo: 47039010947201540 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PABLO VINICIO MEDINA CAICEDO Passaporte: 0501772479; Processo: 47039010960201507 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MINORU AKIYAMA Passaporte: TK0821968; Processo: 47039010964201587 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVIDE MILANTA Passaporte: YA3360764; Processo: 47039010965201521 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIORGIO AVANZINO Passaporte: AA2112772; Processo: 47039010969201518 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JYRKI OLAVI MATTINEN Passaporte: PP1719905; Processo: 47039010974201512 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO PIETROSANTI Passaporte: YA7320909; Processo: 47039010977201556 Empresa: HYDRASUN REMAQ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alan Robert Sinclair Passaporte: 510857564; Processo: 47039010980201570 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LOUISE BROWNE Passaporte: PW1969125; Processo: 47039010982201569 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABIO CERUTTI Passaporte: YA3360970; Processo: 47039010985201501 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOLFGANG HEINRICH GEUTING Passaporte: C7F081690; Processo: 47039011002201545 Empresa: AVB MINERACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIMON DANIEL FRASER Passaporte: LL023604; Processo: 47039011004201534 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: até 28/02/2016 Estrangeiro: YUNG CHEOL LEE Passaporte: M6 1.949.971; Processo: 47039011005201589 Empresa: MACA MINERACAO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RODNEY JAMES CHAPMAN Passaporte: N6207221; Processo: 47039011018201558 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO GARCIA GUERRA Passaporte: PAB242806; Processo: 47039011019201501 Empresa: SG CONSTRUTORA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA RUBBINI Passaporte: YA7786941; Processo: 47039011021201571 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Santiago Rodriguez Paniagua Passaporte: AAG890535; Processo: 47039011024201513 Empresa: SG CONSTRUTORA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIANCARLO PANCALDI Passaporte: YA5914767; Processo: 47039011027201549 Empresa: SG CONSTRUTORA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO GAMBERONI Passaporte: YA5770746; Processo: 47039011033201504 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jacek Michal Zusin Passaporte: EE7440186; Processo: 47039011034201541 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Piotr Dariusz Kierznikiewicz Passaporte: EE7560756; Processo: 47039011036201530 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Marek Adam Kleka Passaporte: ED5820758; Processo: 47039011044201586 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIANLU ZHANG Passaporte: G 35055230.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL PROIBIDA A VENDA

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 47039011257201516 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABDUL AZIS Passaporte: A 2850485 Estrangeiro: ALESSIO DI STEFANO Passaporte: YA6363163 Estrangeiro: ALISTAIR DAVID AUBREY DAVID FERNANDES Passaporte: Z 2747826 Estrangeiro: ALLAN IVAN HERNANDEZ LARA Passaporte: E722598 Estrangeiro: ALLWYN FERNANDES Passaporte: H 9001064 Estrangeiro: ANGELA ESPOSITO Passaporte: AA3805992 Estrangeiro: ANIL KUMAR KUSHWAHA Passaporte: J3879912 Estrangeiro: ANNA LOZUPONE Passaporte: YA2820614 Estrangeiro: ANTONIO NOVIELLO Passaporte: G353142 Estrangeiro: ANTONIO ROSARIO GABRIEL FERRAO Passaporte: K0629765 Estrangeiro: ARLEN ROBERT PETTERS COULSON Passaporte: C01817383 Estrangeiro: BAGUS SEPTYAWAN Passaporte: A 1102219 Estrangeiro: BARTHEL HALSTED HODGSON HODGSON Passaporte: C01268157 Estrangeiro: BENJAMIN BRAGANZA Passaporte: M9043233 Estrangeiro: BHARAT PUNDALIK PAITHANKAR Passaporte: K1943347 Estrangeiro: BLESSETO JOE DSOUZA Passaporte: J 2748132 Estrangeiro: BRAZIL JOQUIME CRASTO Passaporte: K5616981 Estrangeiro: CAETANO GOMES Passaporte: J9747495 Estrangeiro: CARLOS RAFAEL A JIMENEZ PASCUAL Passaporte: SP0753684 Estrangeiro: CHARRINA STEPHANIE FLORIDA Passaporte: B 0692068 Estrangeiro: DANITZA STEFANIA SUERO SANCHEZ Passaporte: 5433932 Estrangeiro: DAVIDE GRECO Passaporte: YA4533966 Estrangeiro: DIONISIO OLIVEIRA Passaporte: H1244985 Estrangeiro: DOMNIC ALEX D SOUZA Passaporte: M7992027 Estrangeiro: EMIL TODOROV DOBREV Passaporte: 382996222 Estrangeiro: ENRIQUE ZALDIVAR SORTO Passaporte: C697407 Estrangeiro: ERWIN BALASSAK Passaporte: A1602627 Estrangeiro: ETHOR DSOUZA Passaporte: K3716521 Estrangeiro: FRANCESCA ANGELINI Passaporte: YA6858940 Estrangeiro: FRANCIS MARIANO FERNANDES Passaporte: H0709043 Estrangeiro: FRANCISCO SOUZA Passaporte: J8897118 Estrangeiro: GAUTAM PRAKASH MATKAR Passaporte: Z2537169 Estrangeiro: GIANVINCENZO LUBRANO LAVADERA Passaporte: G 041106 Estrangeiro: GIOVANNI RENNO Passaporte: AA0800133 Estrangeiro: HAISTON VANKY DINIZ Passaporte: K 5439093 Estrangeiro: HAMPEN MYRON CRASTO Passaporte: M6289839 Estrangeiro: HANING TOME Passaporte: B 1556417 Estrangeiro: HOLMAN ANTONIO GAMEZ HERRERA Passaporte: C01536784 Estrangeiro: I KETUT KARIASA Passaporte: A 1923402 Estrangeiro: I MADE BUDI UTAMA Passaporte: A 5052371 Estrangeiro: I MADE MANTRAYASA Passaporte: A 7890412 Estrangeiro: I MADE MARDIKA Passaporte: B 0574280 Estrangeiro: I PUTU JULIASTRA Passaporte: A 7890616 Estrangeiro: I PUTU YUDI ARTHA Passaporte: A2304337 Estrangeiro: I WAYAN ALIT BUDIARTA Passaporte: A 4503473 Estrangeiro: IVAN ILIEV ANGELOV Passaporte: 382371089 Estrangeiro: JESSICA YAMILETH LOPEZ CASCO Passaporte: E280536 Estrangeiro: JHONATAN PAUL RUIZ HUAMAN Passaporte: 5756665 Estrangeiro: JOEL RODRIGUES Passaporte: H 7464002 Estrangeiro: JONATHAN PIERRE MAZA PURIZACA Passaporte: 6501004 Estrangeiro: JORGE ALBERTO SIU ROO Passaporte: C01205990 Estrangeiro: JUAN JULIO PRENSIBIL VICENTE Passaporte: SP0776586 Estrangeiro: JULIA ANNA CIESIELSKI Passaporte: C4W09P1TR Estrangeiro: JYOTHILAL PARUTHIYAKATHU VIPINA CHANDRAN Passaporte: H 9995242 Estrangeiro: KADEK LEO JULIAN Passaporte: B 0575301 Estrangeiro: KALIDASS PARAMASIVAM Passaporte: G 2432080 Estrangeiro: KATARINA SAKSOVA Passaporte: BR6940603 Estrangeiro: KATHERINE SUSANA PINEDA BARRAZA Passaporte: A04953006 Estrangeiro: KETAN DEVDAS TAWDE Passaporte: J9225196 Estrangeiro: KRUNAL KISAN MHATRE Passaporte: K3179782 Estrangeiro: LAKHENDRA NIPAL DANGI Passaporte: Z 3122384 Estrangeiro: LE NGUYEN THAI Passaporte: B 7465475 Estrangeiro: LEO ANDREWS SANTHIYAGU Passaporte: H3214827 Estrangeiro: LUCA GAROSI Passaporte: AA4444313 Estrangeiro: LUIS FERNANDES Passaporte: G 7236234 Estrangeiro: MAHESH ANIL JADHAV Passaporte: Z2186687 Estrangeiro: MAHESH JASWANTLAL PATEL Passaporte: G1256042 Estrangeiro: MALLA LAXMINARAYANA SANTHOSH KUMAR Passaporte: M7463052 Estrangeiro: MANUEL DE JESUS GODOY SUAZO Passaporte: C701276 Estrangeiro: MANUEL FERNANDO QUIÑONEZ ALVARADO Passaporte: AN791640 Estrangeiro: MANUEL PUTRUELE Passaporte: YA0740319 Estrangeiro: MARCO ALIBRANDI Passaporte: F131783 Estrangeiro: MARIO JOAQUIM REBELLO Passaporte: J7759302 Estrangeiro: MARIO MASTROPASQUA Passaporte: YA1203370 Estrangeiro: MARIO SANTANO MOURA Passaporte: H0363047 Estrangeiro: MIFTAHUL RIFQI Passaporte: A 2662210 Estrangeiro: MILIND ANANT MHATRE Passaporte: H 4375338 Estrangeiro: MILIND MANGESH VELINGKAR Passaporte: Z2537455 Estrangeiro: MILTON ALEXANDER PEÑA MACHADO Passaporte: E755033 Estrangeiro: MINGUEL SALVADOR CARDOZO Passaporte: M6289562 Estrangeiro: MITHUN MONDAL Passaporte: J9627524 Estrangeiro: MOCHAMMAD HOLILI Passaporte: A 2265518 Estrangeiro: MOHAMMAD AMIR KHAN Passaporte: G 5451080 Estrangeiro: MUHAMMAD ALFARIZI Passaporte: A 4165503 Estrangeiro: MUZZAMIL MOHAMED MOHIDEEN Passaporte: M9533298 Estrangeiro: NGO HOANG LOC Passaporte: B3345524 Estrangeiro: NICOLAS ALTAMIRANO PERDOMO Passaporte: E751946 Estrangeiro: NICOLAU ANTONIO DIAS JOSE Passaporte: J 2135955 Estrangeiro: NILESHKUMAR SHINDE Passaporte: Z2305658 Estrangeiro: NOEMI BICCARI Passaporte: YA4557855 Estrangeiro: NOVAN MAEPUTRA ASNAR Passaporte: A 1090837 Estrangeiro: ORIANA CALANDUCCI Passaporte: YA3848237 Estrangeiro: PANKAJ DHIMAN Passaporte: H7693370 Estrangeiro: PEPIJN JONATHAN FELIX ERINKVELD Passaporte: NP1384L90 Estrangeiro: PETAR DIMITROV TOPALOV Passaporte: 382404616 Estrangeiro: PRAFUL JOHN JAYA GOPAL Passaporte: Z3266178 Estrangeiro: PREETHAM RAYAN GALBAO Passaporte: K5892189 Estrangeiro: RAFI MUHDIANSYAH LAHITANI Passaporte: B 0740983 Estrangeiro: VU PHI LONG Passaporte: B 6141504; Processo: 47039011283201536 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABDUL HAMID Passaporte: A 6940495 Estrangeiro: ALESSANDRO SIMEONE Passaporte: YA7359994 Estrangeiro: CEAZER FERNANDES Passaporte: M3023767 Estrangeiro: DOMNIC MILTROY RODRIGUES Passaporte: Z3356538 Estrangeiro: EUGEN SBURLEA Passaporte: 14784400 Estrangeiro: FLORINA SBURLEA Passaporte: 13650331 Estrangeiro: IULIAN TIMOFTE Passaporte: 051142350 Estrangeiro: NITIN GOPAL CHORLEKAR Passaporte: H 5301730 Estrangeiro: SIMPSON PASCOL DMONTE Passaporte: J8388113 Estrangeiro: SUNIL JAYSING GAIKWAD Passaporte: N1048168; Processo: 47039011287201514 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENZIL D COSTA Passaporte: M5099796 Estrangeiro: DIPESH DILIP NAIK Passaporte: L6372247.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041004237201531 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 13/04/2016 Estrangeiro: Islam Kamal Gaber Morsy Mohamed Passaporte: A05914583 Estrangeiro: Tamer Samir Mohamed Mohamed Fathelbab Passaporte: A05921827; Processo: 47041004528201520 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/08/2016 Estrangeiro: Chandra Sekhar Guddati Passaporte: K2276533 Estrangeiro: Sunilkumar Mohanlal Tandel Passaporte: K4792301; Processo: 47041004544201512 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 28/05/2016 Estrangeiro: KRISHAN KUMAR Passaporte: K1008188; Processo: 47041004617201576 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Govind Rajaiah Gajelli Passaporte: Z2466909 Estrangeiro: MAHDI HAZARGAN Passaporte: A2132956 Estrangeiro: Paimun Hadi Erwanto Passaporte: A7206522; Processo: 47041004653201530 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 03/05/2016 Estrangeiro: AGUSTIN JR APAS CABATINGAN Passaporte: EB9608644; Processo: 47041004657201518 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 16/05/2016 Estrangeiro: ANDREW CLEMENTE ARELLANO Passaporte: EB6579603 Estrangeiro: ARMANDO TABANGCURA TROMPETA Passaporte: EC5064917 Estrangeiro: ARNOLD SAMSON Passaporte: EB1811233 Estrangeiro: CHRISTIAN OBER LAMIGO Passaporte: EB8917862 Estrangeiro: DAN HERSHELLE CABREROS FAJARDO Passaporte: EC0278355; Processo: 47041004658201562 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOHD FAIZ BIN MD SARDI Passaporte: A24561977 Estrangeiro: Mohammad Hafizuddin Bin Hilmi Passaporte: A31587466; Processo: 47041004661201586 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 16/05/2016 Estrangeiro: DANILO GARIN ATOK Passaporte: EB4128044 Estrangeiro: DEXTER YUSON BATOON Passaporte: EB4124933 Estrangeiro: EFREN JAYECTIN WATE Passaporte: EB6458620 Estrangeiro: EMILIO III JAYOMA BERNALDEZ Passaporte: EB9740583 Estrangeiro: ERIC BELEÑA ARDINA Passaporte: EB1866458; Processo: 47041004666201517 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 16/05/2016 Estrangeiro: ERIC RODIL SANCHEZ Passaporte: EB5674382 Estrangeiro: ERNESTO JR. TABUNGAO TABANGCORA Passaporte: EC0255818 Estrangeiro: FLORANTE PELLAZAR DELAMBACA Passaporte: EB9617913 Estrangeiro: GEORGE DABBAY QUIENES Passaporte: EB2301515 Estrangeiro: HENRY SOBREVEGA PELOBELLO Passaporte: EB8395497; Processo: 47041004667201553 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 16/05/2016 Estrangeiro: HOANG NGUYEN MULINYAWE Passaporte: EC4915344 Estrangeiro: JESSIE JR. MACUJA BUÑUG Passaporte: EB3532972 Estrangeiro: JOSE NEOSANA NIÑEZA Passaporte: EC2735184 Estrangeiro: KENNETH DOMAGUIN NICOLAS Passaporte: EC0775871 Estrangeiro: KENNETH PANAGLIMA LEQUIN Passaporte: EC3149258; Processo: 47041004670201577 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 16/05/2016 Estrangeiro: LEONARD MAGPUSAO TUMBOCON Passaporte: EB8817476 Estrangeiro: LYLE ARIANNE ALAMPAYAN TAMPUS Passaporte: EB5403136 Estrangeiro: PAROD BESA LOCSIN Passaporte: EC4066334 Estrangeiro: PAUL BRIAN LIGAHON GARBO Passaporte: EC3096790 Estrangeiro: RAMIL MANAOG LADLAD Passaporte: EB3740676; Processo: 47041004671201511 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 16/05/2016 Estrangeiro: RAMON RUMBAUA BALAGOT Passaporte: EB4635780 Estrangeiro: ROLAN VERGARA REBUTADA Passaporte: EB7144878 Estrangeiro: SERGEY OSTAPKO Passaporte: 64N°7994317 Estrangeiro: WINROSE RUSSELL PORMENTO Passaporte: EC4259141; Processo: 47041004682201500 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN MATHESON Passaporte: 507183998; Processo: 47041004684201591 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLIE PEPITO MACACHOR Passaporte: EC3604515; Processo: 47041004686201580 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CECILIO ROMERO ACERO Passaporte: EB6937574; Processo: 47041004687201524 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Romeo Jr Bual Paden Passaporte: EB9430977; Processo: 47041004690201548 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/06/2016 Estrangeiro: Marcin Sebastian Bartkowski Passaporte: EF6342149; Processo: 47041004692201537 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2016 Estrangeiro: Mustafa Malkoç Passaporte: U06874568; Processo: 47041004694201526 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Achmad Muharam Passaporte: A3724666 Estrangeiro: Christopher Alan Reid Passaporte: 510886616 Estrangeiro: Colin Scott Muir Passaporte: 504618511 Estrangeiro: Dag Viken Passaporte: 26952757 Estrangeiro: Jonathan George Smith Passaporte: 507436529; Processo: 47041004699201559 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 28/01/2017 Estrangeiro: WIETZE ECKHARDT Passaporte: BN79H4385; Processo: 47041004700201545 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAMIAN RYSZARD AUGUSTIN Passaporte: EJ 1447414; Processo: 47041004701201590 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHELE MASSAGLIA Passaporte: YA3607441 Estrangeiro: PIERO MINEO Passaporte: YA3569474; Processo: 47041004704201523 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bhaskara Rao Singiri Passaporte: H6893739; Processo: 47041004705201578 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/06/2016 Estrangeiro: Marcin Michal Klus Passaporte: EH5256351; Processo: 47041004706201512 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Leonides Valencia Cristobal Passaporte: EC5221876; Processo: 47041004707201567 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Christopher Neil Elliott Passaporte: GA941056; Processo: 47041004708201510 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 03/10/2016 Estrangeiro: Jan Hofman Passaporte: NSLP89CK8; Processo: 47041004711201525 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2016 Estrangeiro: Emir Topcu Passaporte: U10714746 Estrangeiro: Mehmet Aydin Passaporte: U02148978; Processo: 47041004721201561 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN KUNNERUP Passaporte: 204165008; Processo: 47041004723201550 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Novell Valle Cuello Passaporte: EB5108249 Estrangeiro: Venjule Patero Escalona Passaporte: EC5307360; Processo: 47041004727201538 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Enrique Resma Antonio Passaporte: EB8875439; Processo: 47041004729201527 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKIFOROS KONSTANTINIDIS Passaporte: AI2323613; Processo: 47041004730201551 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOEL NAQUILA LIBARDO Passaporte: EB4387556; Processo: 47041004731201504 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Care Tilos Medalle Passaporte: EC5304998; Processo: 47041004732201541 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/08/2016 Estrangeiro: Daxil Sudhan Redkar Passaporte: H8322482; Processo: 47041004734201530 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SOEREN JENSEN Passaporte: 208043688; Processo: 47041004735201584 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: POUL RASMUSSEN Passaporte: 206026366; Processo: 47041004736201529 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/06/2017 Estrangeiro: MURUGESAN PERUMAL Passaporte: L2511261; Processo: 47041004737201573 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIOREL LEONARD ELISEI Passaporte: 15363424; Processo: 47041004738201518 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 15/09/2017 Estrangeiro: JOOST GEERT W. VANCOILLIE Passaporte: EM252798; Processo: 47041004742201586 Empresa: FLOATEC OFFSHORE SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/12/2016 Estrangeiro: KAVIRAJA MASILAMANI Passaporte: K7996883; Processo: 47041004746201564 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 03/05/2016 Estrangeiro: CALUM ROBERT JAMES MUIR Passaporte: 510782502 Estrangeiro: HYUNJIN KIM Passaporte: M87746904 Estrangeiro: MARC ANDRÉ CAMPBELL Passaporte: GB629184 Estrangeiro: RICKY BOY BACUAG BRETANIA Passaporte: EC3899563 Estrangeiro: STALIN ANAK ELVIS UNDIE Passaporte: K31546780 Estrangeiro: STEPHEN JOHNATHON MORIARTY Passaporte: PI2252183; Processo: 47041004743201521 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/09/2016 Estrangeiro: Nicasio Balanay Cuyos Passaporte: EC2881813; Processo: 47041004744201575 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Glen Araneta Napilot Passaporte: EB7320439; Processo: 47041004745201510 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/08/2016 Estrangeiro: Ramesh Chauhan Passaporte: F6338127; Processo: 47041004748201553 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roberto Macatula Mabalot Passaporte: EC2948296; Processo: 47041004749201506 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 10/02/2017 Estrangeiro: BARTOSZ OLSZEWSKI Passaporte: EF4027219 Estrangeiro: KEITH PHILLIP ADRIAN Passaporte: Z1894687; Processo: 47041004752201511 Empresa: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 28/04/2017 Estrangeiro: OTTONIEL ZAMBRANO CARDOSO Passaporte: 115068331; Processo: 47041004755201555 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Charalampos Krougios Passaporte: AK2593072 Estrangei-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ro: Panagiotis Trichas Passaporte: AK5337478; Processo: 47041004760201568 Empresa: SEA BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MYKHAILO PELINOVSKYI Passaporte: EE436459 Estrangeiro: OLEH SAVCHENKO Passaporte: EP878436 Estrangeiro: VIKTOR BOIKO Passaporte: EX484495 Estrangeiro: VIKTOR NOVIK Passaporte: EA328615; Processo: 47041004761201511 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/07/2017 Estrangeiro: CLAES EMIL SPIELER PALMERS Passaporte: 28850459 Estrangeiro: SHAWN SAMUEL MCCULLOCH Passaporte: 504553594; Processo: 47041004762201557 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: RODELIO CAMPITA BALANE Passaporte: EB2537823; Processo: 47041004763201500 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEREK WILLIAM LAMB Passaporte: 517630161 Estrangeiro: HENRIK GUSTAV FJAEDER Passaporte: PN1155659 Estrangeiro: KYLE NINO INNES Passaporte: 510805972 Estrangeiro: MALCOLM MACDONALD Passaporte: 099178895 Estrangeiro: MAURICE SKINNER Passaporte: 099019927 Estrangeiro: ROBERT JOHN ANDERSON Passaporte: 517562430; Processo: 47041004764201546 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 09/02/2017 Estrangeiro: COLIN WALKER LAMBIE Passaporte: 099189098 Estrangeiro: FLORIN MOGOS Passaporte: 12651247 Estrangeiro: MARIAN VIRBAN Passaporte: 052289868 Estrangeiro: MORNE LOTRIET Passaporte: M00057050 Estrangeiro: NEIL THOMPSON JERVIS Passaporte: 800967968 Estrangeiro: PAUL ANDREW STEWART Passaporte: 099148138 Estrangeiro: PAUL ROBERT GEORGE SMITH Passaporte: 099016392 Estrangeiro: TOMASZ MACIEJ MLODAK Passaporte: EC 3223271; Processo: 47041004765201591 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 09/02/2017 Estrangeiro: EDWARD JAMES LEADBEATER Passaporte: 465682797 Estrangeiro: SCOTT MILNE Passaporte: 515568831; Processo: 47041004771201548 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Will Binangbang Cesar Passaporte: EC0830008; Processo: 47041004780201539 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/08/2016 Estrangeiro: Anatolijs Scedrins Passaporte: LZ3296936; Processo: 47041004781201583 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/01/2017 Estrangeiro: Rho Francisco Libanan Passaporte: EC4639035; Processo: 47041004782201528 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Joaquim Francis James Pinto Passaporte: Z3034954; Processo: 47041004783201572 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 11/09/2016 Estrangeiro: Trond Runar Solevaag Passaporte: 28657846; Processo: 47041004784201517 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kristoffer Magno Suguitan Passaporte: EC5450661; Processo: 47041004785201561 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Leif Arne Waangerfelt Passaporte: 86359533; Processo: 47041004789201540 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 30/08/2017 Estrangeiro: Georgios Tersipazoglou Passaporte: AM1276785; Processo: 47041004786201514 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2017 Estrangeiro: Jay Begaso Yerro Passaporte: EB8388631; Processo: 47041004788201503 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 05/09/2017 Estrangeiro: Andreas Holme Passaporte: 31222920; Processo: 47041004787201551 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Juhn Brian Antonio Viloria Passaporte: EB9753379; Processo: 47041004791201519 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alfred Loekke Passaporte: 26784923 Estrangeiro: Magne Droenen Passaporte: 26711340; Processo: 47041004790201574 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pavlo Malevskyi Passaporte: EE911096.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039011111201562 Empresa: J.J.B.R. CINE VIDEO E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: Natsuki Tamura Passaporte: MU2446760 Estrangeiro: Robert Todd Nicholson Passaporte: 505812646 Estrangeiro: Satoko Tamura Passaporte: MU3124023 Estrangeiro: Takashi Itani Passaporte: TH9586988; Processo: 47039011137201519 Empresa: MARIANA MENEZES LORENA 30587520833 Prazo: 5 Dia(s) Estrangeiro: LARRY NICOLAS BOURGEOIS Passaporte: 13CY02448 Estrangeiro: LAURENT NICOLAS BOURGEOIS Passaporte: 13CY02449; Processo: 47039011166201572 Empresa: WELPRO FILMAGENS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ATARU MUKAIZATO Passaporte: TK 5.622.027 Estrangeiro: EISHO HIGA Passaporte: TK 5.622.627 Estrangeiro: HITOSHI UECHI Passaporte: TK 6.807.819 Estrangeiro: KAYOKO MIYAGI Passaporte: MT 1.555.755 Estrangeiro: MASARU SHIMABUKURO Passaporte: TK 9.374.489 Estrangeiro: TETSU TSUJIMOTO Passaporte: TR 4.612.723 Estrangeiro: YAYOI MIYAGI Passaporte: MU 3.665.872 Estrangeiro: YUKITAKA KOKUBA Passaporte: MS 9.503.163; Processo: 47039011172201520 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAMARA JOAN WILSON Passaporte: 479160798; Processo: 47039011179201541 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRE PHILIP VAN DEN HORF Passaporte: H6737778 Estrangeiro: CHRISTOPHER ROBERT ANDREAS VAN DEN HORF Passaporte: HB587974 Estrangeiro: GREGORY DANIEL DECAIRE Passaporte: HB849042; Processo: 47039011180201576 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: STEFANO BETTEGA Passaporte: YA3829385; Processo: 47039011181201511 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRETT JONATHAN ROSENBERG Passaporte: GF112496; Processo: 47039011182201565 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JURRE VAN DOESELAAR Passaporte: NUH0CR302 Estrangeiro: TIM BENJAMIN SMULDERS Passaporte: NR6CDH176; Processo: 47039011183201518 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARIAN GAJEWSKI Passaporte: C6W9T2XR2; Processo: 47039011299201549 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDRE GERARD ELAM Passaporte: 310818144 Estrangeiro: ARMANDO LOPEZ Passaporte: 501475852 Estrangeiro: DAMON RODOLF ANACREONTE Passaporte: 720137989 Estrangeiro: DAVID JONATHAN MILLWARD Passaporte: 502003923 Estrangeiro: DEAN SILVON Passaporte: 820910704 Estrangeiro: GAVIN CHARLES CARROLL Passaporte: PM1631392 Estrangeiro: GUSTAVO ADOLFO MANZUR JR Passaporte: 480781931 Estrangeiro: IAN JOHN STEVENS Passaporte: 520151650 Estrangeiro: JACOB GANNON ROSSWOG Passaporte: 498727903 Estrangeiro: JESSE ALEJANDRO TOBIAS Passaporte: 530412969 Estrangeiro: JESSE DANIEL EDWARDS Passaporte: 530413433 Estrangeiro: JOSEPH PATRICK JOANNIDES Passaporte: 720138002 Estrangeiro: MARTIN JAMES BOORER Passaporte: 761333751 Estrangeiro: MATTHEW IRA WALKER Passaporte: 431298255 Estrangeiro: MAX CONWELL Passaporte: 099194607 Estrangeiro: MIRO MARIANI LA GIOIA Passaporte: 454304591 Estrangeiro: MITCHELL TODD CRAMER Passaporte: 432705031 Estrangeiro: NICHOLAS BROWN Passaporte: 801381413 Estrangeiro: RYAN DANIEL WHEELER Passaporte: 460569948 Estrangeiro: STEVEN PATRICK MORRISSEY Passaporte: 761334313 Estrangeiro: WILLIAM EDWARD KING Passaporte: 801282022; Processo: 47039011199201512 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLEKSANDR GAVRYLYUK Passaporte: E4039946; Processo: 47039011248201517 Empresa: MS DELTA BAR E RESTAURANTE LTDA - ME Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER CLADE CAIN Passaporte: 534136816; Processo: 47039011203201542 Empresa: N-1 EDICOES EIRELI - ME Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: AKIHIRO SODA Passaporte: TR4224761 Estrangeiro: AYUMI HATTORI Passaporte: TR4444092 Estrangeiro: FUKIMA MAEDA Passaporte: TK3332835 Estrangeiro: GOHKI WATABE Passaporte: MU3577855 Estrangeiro: HIDEYUKI OKANIWA Passaporte: TR4224795 Estrangeiro: HIROMI MURATA Passaporte: TR4342457 Estrangeiro: HIROSHI IMAMURA Passaporte: MU2434436 Estrangeiro: HIROYUKI OZAKI Passaporte: TH8803879 Estrangeiro: KAYO YAMAZAKI Passaporte: MU3713436 Estrangeiro: KEITA KOBAYASHI Passaporte: TK8000850 Estrangeiro: KEITOKU TAKATA Passaporte: TK1187444 Estrangeiro: KIYOSHI TOBINAGA Passaporte: TR4344970 Estrangeiro: MASAYUKI TANAKA Passaporte: TH5641265 Estrangeiro: MIKA WATANABE Passaporte: TK6814195 Estrangeiro: MIKIO OGASAWARA Passaporte: TH8473625 Estrangeiro: MISATO YAMAMOTO Passaporte: MT1702279 Estrangeiro: MIZUHO KINOSHITA Passaporte: TR4224642 Estrangeiro: NOBUTAKA KOTAKE Passaporte: TH2384586 Estrangeiro: RIE KOBAYASHI Passaporte: TR3911907 Estrangeiro: RYO TACHIKAWA Passaporte: MU3826595 Estrangeiro: SEIKO YOKOYAMA Passaporte: TR4527057 Estrangeiro: SHIHO SATO Passaporte: TR4380071 Estrangeiro: SHOKO MISHIMA Passaporte: TK2811360 Estrangeiro: SHUNICHI IUCHI Passaporte: TR4395396 Estrangeiro: TAKAAKI TERAHARA Passaporte: TR4346404 Estrangeiro: YOKO MORI Passaporte: TK3392940 Estrangeiro: YUSUKE MORI Passaporte: TH0921968 Estrangeiro: YUTA TAKAHASHI Passaporte: TR4142621; Processo: 47039011236201592 Empresa: CARDAPIO DE IDEIAS COMUNICACAO E EVENTOS LTDA. - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AAKAASH GOPE ISRANI Passaporte: 488259246 Estrangeiro: BARTOLOME, PHILLIPPE BERTRAND SANSON Passaporte: 10AK95579 Estrangeiro: BRIAN HARVEY Passaporte: 506359896 Estrangeiro: CHARLES JOHN KNOX Passaporte: 516303126 Estrangeiro: ESA WILLIAMS Passaporte: M000088555 Estrangeiro: FELICIA, LUDWIKA ATKINSON Passaporte: 14DA22422 Estrangeiro: MOHAMED AMINE BELYAMANI Passaporte: ZT4750372 Estrangeiro: PAUL HERITAGE Passaporte: 099140932 Estrangeiro: QASIM ALI NAQVI Passaporte: 506135766 Estrangeiro: TYONDAI ADAIEN BRAXTON Passaporte: 473476842; Processo: 47039011260201521 Empresa: ARTECIENCIA LTDA - ME Prazo: 2 Mês(es) Estrangeiro: IDRISSA SISSOKHO Passaporte: QI402798; Processo: 47039011263201565 Empresa: MS DELTA BAR E RESTAURANTE LTDA - ME Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: CARROLL LEE MC LAUGHLIN Passaporte: 506385520 Estrangeiro: CASTRO MANTALE COLEMAN Passaporte: 221014271 Estrangeiro: JEFFREY ALAN FLANAGAN Passaporte: 488090596 Estrangeiro: STANLEY PRENELL DIXON JR Passaporte: 523240629; Processo: 47039011334201520 Empresa: MARIA JOSE SILVA DE MEDEIROS - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CONNOR JAMES SULLIVAN Passaporte: 534190702 Estrangeiro: GRANT CLY PITTMAN Passaporte: 474598965 Estrangeiro: MELANIE ADELE MARTINEZ Passaporte: 534413181 Estrangeiro: MICHAEL DAVID WEILAND Passaporte: 520448626 Estrangeiro: MILES ADAM NASTA Passaporte: 536046951; Processo: 47039011303201579 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRANDE LYNNEE LINDSEY Passaporte: 506257209 Estrangeiro: DEREK JAMES ANDERSEN Passaporte: 453710635 Estrangeiro: PETER SCHURR DONAGHY Passaporte: 456898593 Estrangeiro: SCOTT ROBERT LAND Passaporte: 530654490; Processo: 47039011305201568 Empresa: MS DELTA BAR E RESTAURANTE LTDA - ME Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: Richard Lee Pryor Passaporte: 427979498; Processo: 47039011307201557 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ARIMIN JOZEF JACOBUS DANIEL VAN BUUREN Passaporte: NPR843D05 Estrangeiro: CHÉVERNO ALEXANDER PAUL LEIWAKABESSY Passaporte: NP2LB1HC4 Estrangeiro: JORDY VAN STRATEN Passaporte: NY42PL5L5 Estrangeiro: MICHAEL GEOFFREY SEEVERENS Passaporte: NP2HJFJ99 Estrangeiro: SANDER KRISTIAAN TER BRAAK Passaporte: NWH3J6383 Estrangeiro: SANDER MICHAEL RENEMAN Passaporte: NWKRB1J45 Estrangeiro: WOUTER ASSELMAN Passaporte: NTJHC7601; Processo: 47039011308201500 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL BREMS Passaporte: C3J37X69F; Processo: 47039011309201546 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DON PEPIJN SCHIPPER Passaporte: NPKCL0333 Estrangeiro: RUDOLF THOMAS STEPHANUS PIEKET WEESERIK Passaporte: BR2DD69R0; Processo: 47039011316201548 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GUELDEN ERCINLER Passaporte: P3120813 Estrangeiro: MIRIAM KATHERINE NERVO Passaporte: E4133627 Estrangeiro: OLIVIA MARGARET NERVO Passaporte: E4133617; Processo: 47039011317201592 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EELKE KLEIJN Passaporte: BUK8RB322; Processo: 47039011319201581 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIEN FRANCIS VANSCHOONBEEK Passaporte: EJ504057; Processo: 47039011320201514 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO ESPOSITO Passaporte: AA5316678 Estrangeiro: GIUSEPPE CAPRIATI Passaporte: YA3764434; Processo: 47039011321201551 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ARDALAN NOGHRE-KAR Passaporte: 465637918; Processo: 47039011327201528 Empresa: ZUFFA EVENTOS ESPORTIVOS BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIRK DUANE HENDRICK Passaporte: 462094066 Estrangeiro: THIAGO MATHIELO AZEREDO Passaporte: 432681502.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039010971201589 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIROTAKA SOEJIMA Passaporte: TZ0471883 Mãe: MACHIKO SOEJIMA Pai: YUKIO SOEJIMA; Processo: 47039010979201545 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHINJIRO TAKESHITA Passaporte: TH1916013 Mãe: MARI TAKESHITA Pai: MASAHIRO TAKESHITA; Processo: 47039010986201547 Empresa: Horsch do Brasil Indústria, Comércio e Importação de Máquinas Ltda Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STEFAN VORWERK Passaporte: CFZ6VP5GT Mãe: ANGELIKA VORWERK Pai: ECKEHARDT NORBERT VORWERK; Processo: 47039010999201516 Empresa: ESPAS BRASIL DESENVOLVIMENTO AUTOMOTIVO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KAZUHIDE UEMA Passaporte: TR4198512 Mãe: SOKICHI UEMA Pai: KAZUE UEMA; Processo: 47039011051201588 Empresa: GRAPHICA DO BRASIL ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH MERGUI Passaporte: 09AH70603 Mãe: ABITBOL MAZAL Pai: MERGUI JACQUES; Processo: 47039011090201585 Empresa: SAMSUNG C & T DO BRASIL LTDA. - EPP Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SEUNG LIP HONG Passaporte: M01091707 Mãe: HWAYEON CHO Pai: NAMSUN HONG; Processo: 47039011093201519 Empresa: POJUCA S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MARCO RAMIRO CARDOSO DO AMARAL Passaporte: M124717 Mãe: MARIA DO CEU NEVES CARDOSO Pai: MARIO MOSQUEIRA DO AMARAL; Processo: 47039011096201552 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SONG GUANGLI Passaporte: P01469901 Mãe: SUFANG MENG Pai: YUANXIU SONG; Processo: 47039011110201518 Empresa: ITOCHU BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKESHI FUKUDA Passaporte: TK0740041 Mãe: KAZUKO FUKUDA Pai: KAZUO FUKUDA; Processo: 47039011117201530 Empresa: RADICIFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AMADIO FILISETTI Passaporte: YA1478668 Mãe: ANITA ZENONI Pai: GIUSEPPE FILISETTI; Processo: 47039011119201529 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: BYOUNG SOO CHO Passaporte: M12972142 Mãe: JEOM SUN PAK Pai: SANG BEOM CHO; Processo: 47039011122201542 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: GUESIK LEE Passaporte: M53297769 Mãe: KWANG JA BAEK Pai: HUN HUI LEE; Processo: 47039011124201531 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SANG SUN LEE Passaporte: M91190213 Mãe: GUI HWA LEE Pai: SI WOO LEE.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094001862201543 Empresa: GOLD LEAF IMPORTACAO EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YONGXIN WANG Passaporte: G36135403; Processo: 46094002174201509 Empresa: GR8 BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AVISHAI SHMUEL SHWARTZ Passaporte: 21535218; Processo: 47039008936201508 Empresa: D.R. COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BINGHAI ZHU Passaporte: E40509755; Processo: 46094002160201587 Empresa: HUA E ZHEN PRESENTES LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUOHAN ZHANG Passaporte: G55569010; Processo: 47039009663201519 Empresa: HAOBO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WEIHUA ZHUANG Passaporte: G47394314; Processo: 47039009910201579 Empresa: CARMELO SP COMERCIAL LTDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHANGCHENG SHAO Passaporte: G53153839; Processo: 47039010797201574 Empresa: VIRMAR CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Virgilio dos Santos Martins Passaporte: N305098; Processo: 47039010831201519 Empresa: WUNDER DIGITAL EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NILS SIEGFRIED KAUWERTZ Passaporte: C729803XT; Processo: 47039010865201503 Empresa: BARRA KITE FASHION POUSADA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALAIN BARTON Passaporte: 706538815; Processo: 47039010884201521 Empresa: NAPOPIPA CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAFFAELE PAVESE Passaporte: YA5213030; Processo: 47039010886201511 Empresa: NOVA FORMA INCORPORACOES E SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Paola Pellizzoni Passaporte: YA7546547; Processo: 47039010931201537 Empresa: VB INCORPORADORA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANDREA VIDONI Passaporte: YA1652153; Processo: 47039010963201532 Empresa: CALMABRAS HOTEL E TURISMO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANFRED HENSELER Passaporte: X4906803; Processo: 47039011003201590 Empresa: GLOBAL SERVICE TURISMO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIELE VILLA Passaporte: YA5299239; Processo: 47039011063201511 Empresa: ESTRELA DO MAR EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MICHAEL APPEL Passaporte: P3292270; Processo: 47039011118201584 Empresa: VALLEROSSI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EMANUELE SALVATORE ROSSI Passaporte: YA7606518; Processo: 47039011120201553 Empresa: GP RECEPCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIAN LUCA NEGRONI Passaporte: YA0260632.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: ANA LOPEZ PEREZ a exercer concomitantemente o cargo de Diretora na empresa MONTAGENS ELETRICAS DA SERRA LTDA Processo: 47039.010238/2015-64, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.023656/2013-22.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: ANA LOPEZ PEREZ a exercer concomitantemente o cargo de Diretora na empresa VILHENA MONTAGENS ELETRICAS LTDA Processo: 47039.010243/2015-77, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.023656/2013-22.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: JUAN PABLO GALLEGO DUEÑAS a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa VILHENA MONTAGENS ELETRICAS LTDA Processo: 47039.010252/2015-68, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.019788/2013-50.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: JUAN PABLO GALLEGO DUEÑAS a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa ELECNOR MONTAGENS ELETRICAS LTDA Processo: 47039.010255/2015-00, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.019788/2013-50.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: VINCENT CHARDOT a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Gerente da empresa SOGENER ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA Processo: 47039.010314/2015-31, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.037587/2013-34.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: VIJENDRA SINGH a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da empresa RENUKA DO BRASIL S.A. Processo: 47039.010334/2015-11, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.002233/2015-68.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: RAJENDRA KHANNA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor da empresa RENUKA DO BRASIL S.A. Processo: 47039.010335/2015-57, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.008199/2015-35.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: CARLOS HERNAN ZENTENO DE LOS SANTOS a exercer concomitantemente o cargo de Administrador da empresa CLARO CORPORATE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Processo: 47039.010344/2015-48, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.008758/2010-75.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: CARLOS HERNAN ZENTENO DE LOS SANTOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretor da empresa LATAM TOWERS INFRAESTRUTURA DE TORRES LTDA Processo: 47039.010345/2015-92, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.008758/2010-75.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: CARLOS OSCAR PEKKA FAHLGREN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da empresa RCC LEBLON INCORPORADORA SA. Processo: 47039.010507/2015-92, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.008402/2014-92.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039011318201537 Empresa: AGRO INDUSTRIAL TABU S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRE ARMAND GUENDALINA MEEUS Passaporte: EM670649; Processo: 46212009814201518 Empresa: TOPIGS DO BRASIL LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: Hector David Reyes Rojas Passaporte: Z044839; Processo: 47039010701201578 Empresa: VILLA MILANO BEACH BAR LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MONICA VISENTIM Passaporte: AA4359795; Processo: 46094000556201590 Empresa: BRISA INDUSTRIA DE TECIDOS TECNOLOGICOS S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO TURRIZIANI Passaporte: YA2679728; Processo: 46094001245201548 Empresa: NERINA DONATELLA BIANCO LOCACAO DE MAQUINAS - EPP Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Stéphane Antoine Dominique Mercurio Passaporte: 08AZ36778; Processo: 47039009264201540 Empresa: CERAMICA BARROBELLO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: AGOSTINO DANIELE PUCCI Passaporte: YA0474042; Processo: 47041004130201593 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ahmad Hanif Bin Mohd Ujang Passaporte: H33325192 Estrangeiro: Saiful Azzam Bin Sakiman Passaporte: A25674901; Processo: 47039010704201510 Empresa: AI SEMICONDUTORES S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: TSAI YAO TE Passaporte: 303695759; Processo: 47039010551201501 Empresa: COMERCIAL DAKAR LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LINARDO LUCIANO Passaporte: YA7413162.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 187 de 30/09/2015, Seção 1, p. 126, Processo: 47039.009235/2015-88, onde se lê: Prazo 1 Dia(s), leia-se: Prazo: 1 Ano(s).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 193 de 08/10/2015, Seção 1, p. 84, Processo: 47039.010636/2015-81, onde se lê: Estrangeiro: JAEYOUNG CHANG, leia-se: Estrangeiro: JAEYOUN CHANG.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 98 de 26/05/2015, Seção 1, p. 43, Processo: 47039.004542/2015-72, onde se lê: Visto Temporário - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3º, Inciso II), leia-se: Visto Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3º, Inciso II).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 199 de 19/10/2015, Seção 1, p. 65, Processo: 46094.001643/2015-64, onde se lê: Passaporte: L785364, leia-se: Passaporte: N699374.

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
CONSELHO PLENO

RETIFICAÇÃO

Na Pauta de Julgamento do Conselho Pleno para a sessão de 26 e 27 de outubro de 2015, publicada no DOU nº 201 de 21 de outubro de 2015, Seção I, pág. 51, onde se lê: Primeira Sessão Ordinária, leia-se: Segunda Sessão Ordinária.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 503, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre desativação de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando a necessidade de adequar a Rede de Atendimento da Previdência Social, resolve:

Art. 1º Fica desativada a Agência da Previdência Social Jabaquara - APSJAB, tipo B, código 21.004.04.0, vinculada à Gerência-Executiva São Paulo - Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

ELISETE BERCHIOL DA SILVA IWAI

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 16 de outubro de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 1184/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve: Arquivar a Impugnação 46000.000166/2014-31, interposta pelo Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Minas Gerais, CNPJ 17.431.784/0001-05, com fundamento no art. 19 da Portaria 326/2013; e, por conseguinte, deferir o Registro Sindical ao Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos das Cidades de Belo Horizonte, Contagem e Betim, do Estado de Minas Gerais - SINDIPROVE-BH, CNPJ 14.731.991/0001-97, Processo 46211.011279-2011-33, para representar a categoria dos Empregados na indústria farmacêutica que exercem a função de propagandistas, propagandistas vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos no comércio atacadista de drogas, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de: Belo Horizonte, Contagem e Betim do Estado de Minas Gerais; consoante o art. 25, inciso III, da Portaria 326/2013. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES resolve excluir a categoria dos empregados na indústria farmacêutica que exercem a função de propagandistas, propagandistas vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos no comércio atacadista de drogas, nos municípios de: Belo Horizonte, Contagem e Betim do Estado de Minas Gerais, do seguinte sindicato: Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Minas Gerais, CNPJ 17.431.784/0001-05, Processo L019 P089 A1950.

Em 19 de outubro de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica RAE 1185/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve deferir o Registro de Alteração Estatutária 46211.004768/2011-39 ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares de Montes Claros, Claro das Porções e Glaucilândia/MG, CNPJ 18.275.917/0001-64, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores e trabalhadores rurais: Assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativistas e aposentados (as) rurais; com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Montes Claros, Claro das Porções e Glaucilândia, no estado de Minas Gerais.

Em 20 de outubro de 2015

Notificação de Regularização de Registro Sindical (mandatos)

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 3º da Portaria 186/2014 (alterada por meio da Portaria 373/2014) e na Nota Técnica 608/2015/CIS/CGRS/SRT/MTE, resolve SUSPENDER os códigos sindicais das entidades abaixo relacionadas, as quais se encontram com os seus respectivos mandatos desatualizados há mais de 3 (três) anos junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, após o transcurso de prazo dado por meio da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U) do dia 27 de agosto de 2015, seção 1, páginas 74 e 75, nº 164, sem terem efetuado as devidas atualizações. Os respectivos códigos serão reativados a medida que forem regularizadas as suas situações junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

CNPJ	Código Sindical Completo	Denominação
21.510.292/0001-82	000.000.000.07001-7	Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de Belo Horizonte/MG.
76.688.506/0001-05	000.000.000.88244-5	SINDICINEMAS - Sindicato das Empresas Exibidoras Cinematográficas do Estado do Paraná e Santa Catarina.
02.130.643/0001-85	000.000.000.90116-4	SINDLOTAÇÃO - Sindicato dos Trabalhadores Autônomos em Lotação e Similares e Guarulhos e Região
04.134.739/0001-47	000.000.000.90254-3	Sindicato das Empresas Distribuidoras. Vinculadas aos Fabricantes de Cerveja, Refrigerante e Água Mineral do Estado Goiás

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

81.268.591/0001-84	000.000.000.90372-8	SINTEOESTE - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior do Oeste do Paraná
01.206.941/0001-49	000.000.000.90738-3	SINASEMPU - Sindicato Nacional dos Servidores do MPU
41.302.886/0001-05	000.000.000.90835-5	Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil Factoring dos Estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte
00.257.376/0001-86	000.000.000.97430-7	SINPOSF - Sindicato dos Operadores Portuários de S. Francisco do Sul - SC
04.432.544/0001-83	000.000.000.97511-7	Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-obra, Trabalho Temporário do RS
02.340.623/0001-39	000.000.000.97802-7	SINDSERVI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Macaé
09.315.686/0001-84	000.000.000.97830-2	SINPLASTICO - Sindicato das Indústrias do Material Plástico dos Municípios da AMFRI - SC
07.270.733/0001-95	000.000.000.97910-4	SINDOJUS-MG - Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais
09.310.292/0001-33	000.000.000.98187-7	SINDIVAREJO - Sindicato do Comércio Varejista de Luziânia-Go
37.499.969/0001-69	000.000.000.98335-7	SINDAL - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo de Mato Grosso
11.867.215/0001-20	000.000.000.98364-0	SINDICONTAS/PE - Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
41.370.487/0001-81	000.000.041.98603-2	SINCOFARSUL - Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Sul do Maranhão
10.528.932/0001-65	000.000.197.98402-9	SINAPRO PIAUI - Sindicato das Agencias de Propaganda do Estado do Piauí
50.680.719/0001-99	000.000.292.97266-0	SIEMESP - Sindicato dos Executores de Metrologia do Est. São Paulo
95.289.922/0001-77	000.000.401.05488-8	SIRECOM-IJUI - Sindicato dos Representantes Comerciais de Ijuí
07.649.843/0001-62	000.000.415.98336-3	SIMSEP - RS - Sindicato Municipal dos Servidores e Empregados Públicos de Dom Feliciano
08.097.722/0001-18	000.000.415.98466-1	SINSEMA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alto Alegre - RS
90.545.849/0001-33	000.000.526.90395-3	SIMUSSUL - Sindicato dos Municipários de São Lourenço do Sul
97.131.155/0001-07	000.000.526.90793-2	SSENASAR - Sindicato dos Servidores Municipais de Nova Santa Rita
73.756.470/0001-53	000.000.526.98631-0	SIMI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ivoti/RS
02.955.669/0001-62	000.000.529.97561-0	Sindicato dos Comissários e Consignatários do Estado do Tocantins, SINCOTINS
00.202.364/0001-54	000.001.000.88599-0	SINDFARG - Sindicato da Indústria Fabricante de Adubos e Produtos Intermediários para Adubos da Cidade de Rio Grande
04.852.031/0001-21	000.001.035.91253-5	SIMBAX - Sindicato das Indústrias Madeireiras e de Atividades Ligadas a Industrialização de Madeiras do Baixo e Médio Xingu.
36.402.345/0001-19	000.001.098.04598-7	SINDIOLARIA SUL ES - Sindicato da Indústria Olaria Região Sul ES
00.380.804/0001-63	000.001.161.05300-7	SINDMETALCANOINHAS - Sindicato da Ind. Metalúrgicas, Mecânicas e Mat. Elétrico de Canoinhas/SC
73.697.393/0001-08	000.001.171.01085-8	SINDCOUROS - Sindicato das Indústrias de Curtimento e Couros e de Peles de Pelotas
87.682.514/0001-52	000.001.171.01848-4	SICOM-LV - Sindicato das Indústrias da Const. e do Mob. de L. Vermelha
06.372.572/0001-88	000.001.205.91339-1	SAPIRJ - Sindicato dos Agentes da Propriedade Industrial do Município do RJ
25.063.355/0001-50	000.001.394.05270-4	SIPMME/TO - Sindicato Indústrias Produtos Minerais Não Metálicos do Estado de TO
74.493.743/0001-87	000.002.127.86018-1	SEMIRRP - Sindicato das Empresas Mercado Imobiliário da Região Ribeirão Preto
77.813.285/0001-04	000.002.411.88256-9	Sindicato das Empresas de Turismo de Foz do Iguaçu
24.472.094/0001-60	000.002.413.03240-6	SINCODIV - Sindicato das Concessionárias e Distribuidoras de Veículos do Estado de AL
29.645.322/0001-70	000.003.002.86738-3	Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Itaperuna
47.333.224/0001-89	000.003.128.86261-5	SP-URBANUSS - Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de SP
09.074.210/0001-07	000.003.200.98223-5	SINTAXICAR - Sindicato dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros de Carazinho e Região - RS
20.919.718/0001-93	000.004.089.07150-9	STIFT-OLIVEIRA - STI de Fiação e Tecelagem de Oliveira
23.069.578/0001-08	000.004.092.07190-5	STIEMCPOP - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Mármores, Calcáreos e Pedreiras de Ouro Preto
87.641.775/0001-24	000.004.180.89253-6	STICGV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Couro de Getulio Vargas
05.922.046/0001-81	000.004.348.97305-8	SITRICOM - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Juazeiro do Piauí
04.870.304/0001-60	000.005.000.91188-8	SINTRAM - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Monte Carmelo
59.974.907/0001-02	000.009.010.04446-2	SINJOR-ABC - Sindicato dos Jornaleiros do Grande ABC
34.737.320/0001-40	000.009.421.88969-5	SINJOR - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Rondônia
27.533.694/0001-89	000.012.000.01600-8	SINPRORP - Sindicato dos Profissionais Liberais de Relações Públicas do Estado do Rio de Janeiro
92.123.751/0001-13	000.013.415.91314-6	SIMPO - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Portão
58.477.647/0001-99	000.013.803.97406-1	SINSERP - Sindicado dos Servidores Públicos Municipais de Poá
80.909.294/0001-08	000.024.392.89560-6	Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Cianorte e Região- PR
74.092.784/0001-61	000.027.522.05382-5	SINTRAE-SEMT - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sudeste do Estado de Mato Grosso
34.863.415/0001-00	000.557.029.97911-6	SENGE/AP - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Amapá
48.974.539/0001-78	000.557.030.01067-0	SMVP - Sindicato dos Médicos do Vale do Paraíba Paulista
54.722.699/0001-22	000.559.233.03722-7	SHRBS - Sindicato dos Hotéis, Restaurantes Bares e Similares de Tupã
24.488.934/0001-82	000.559.411.88098-7	SINDETUR - Sindicato das Empresas de Turismo no Estado da Bahia
23.070.113/0001-69	000.563.000.98378-0	OCB/AP - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Amapá
10.538.748/0001-04	911.000.000.98148-9	SINDSEMPBA - Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia
09.560.640/0001-20	911.007.251.88086-9	SDCCCDPC - Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Cabedelo
60.113.081/0001-68	911.013.272.97831-5	Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Salto de Pirapora - SP
19.993.062/0001-70	912.000.000.07142-9	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Curvelo
07.027.603/0001-26	912.000.000.97444-5	SINDJUFE/TO - Sindicato Trabalhadores Poder Judiciário Federal Tocantins
04.526.309/0001-70	912.000.000.98138-7	SINATED/LITORAL - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de diversões do Litoral do Paraná - PR
10.220.895/0001-23	912.004.208.97354-1	SINTIMSAN - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Madeireiras de Santarém, Rurópolis e Belterra - PA
09.066.562/0001-02	912.005.371.88566-2	SINTESC - Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de Santa Catarina
08.179.374/0001-28	912.013.000.97633-4	SINDSERVIC - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itaju do Colônia - BA
04.623.215/0001-10	912.013.000.98370-5	SIGMEMA - Sindicato dos Guardas Municipais do Estado do Maranhão
74.163.312/0001-52	912.013.813.98143-3	SISMI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Irati - PR
00.678.816/0001-79	913.000.000.90446-9	SIMNORTE - Sindicato dos Municipários de São José do Norte
79.368.635/0001-04	913.000.000.90758-1	SINDISERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mafra
31.723.406/0001-26	913.004.000.87301-9	SINDTRAPEL - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel de Magé e São Gonçalo - RJ
07.821.119/0001-74	913.004.052.11594-8	STIFIATEC - Sindicato dos Trabalhadores na Ind. Fiação e Tecelagem de Sobral - CE
34.052.597/0001-30	913.004.118.08144-2	STIMJVVEPCERJ - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Junco, e de Vime, e de Vassouras e de Escovas e de Pincéis e de Cortiça do Município do Rio de Janeiro
45.389.293/0001-89	913.004.138.05407-6	SINDPAPEL - Sindicato dos Trabalhadores Indústrias de Papel Papelão. Cortiça de Cruzeiro - SP
23.041.858/0001-08	913.013.344.98558-5	Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Aveiro - PA
37.275.773/0001-90	913.013.382.04596-9	SINDIVERDE - Sindicato dos Trabalhadores públicos Municipais de Rio Verde - Goiás/GO
04.013.166/0001-01	914.000.000.90421-9	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Imobiliário de Três Corações/MG
08.598.780/0001-25	914.000.000.98154-0	SISPUNF - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Nova Fátima", BA
16.422.719/0001-50	914.000.000.98197-3	SINDICON - Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Porto Seguro- BA
02.523.685/0001-86	914.000.000.98345-3	SINS/RS - Sindicato dos Instrutores, Examinadores, Diretores Gerais, Diretores de Ensino e Empregados da Área de Instrução, Avaliação, Formação e Aperfeiçoamento no Estado do RS
07.060.830/0001-53	914.000.000.98508-1	SINDSPUJEP - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Jequiá da Praia, AL
41.780.057/0001-38	914.004.089.03844-6	STIFTPÇU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paraguaçu - MG
10.778.595/0001-64	914.012.560.01913-3	SASEAL - Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Alagoas
34.482.307/0001-98	914.013.000.03131-4	SINJUR - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia
32.699.811/0001-19	914.013.000.03214-0	SINTSEF/BA - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Publico Federal no Estado da Bahia
04.324.254/0001-16	914.013.570.97378-4	SINDIOURO - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ouroeste - SP
30.325.476/0001-63	914.100.117.87824-9	SEEB - Sindicato dos Bancários de Angra dos Reis e Região
12.612.099/0001-61	915.000.000.12011-6	SINDFIA - Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. de Fiação e Tec. de Rio Largo/ AL
01.505.591/0001-11	915.000.000.89725-0	SINDBOL - Sindicato dos Treinadores e Técnicos e Preparadores Físicos de Futebol Estado MG
01.857.484/0001-52	915.000.000.89738-2	SAFEMG - Sindicato dos Atletas de Futebol no Estado de Minas Gerais
90.089.608/0001-27	915.000.000.98099-9	SGAPA - Sindicato dos Guardadores de Automóveis de Porto Alegre
09.472.052/0001-35	915.000.000.98434-0	SINGVIM - Sindicato dos Guardas de Vigilância do Município de Boa Vista
07.814.859/0001-83	915.000.703.97671-5	SINDMOTOS-MT - Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Mototaxistas, Motoboys e Motofretistas do Estado de Mato Grosso
60.210.457/0001-52	915.004.143.86674-2	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerâmica de Louça, Pó de Pedra, Porcelana, Louça de Barro e Louça Sanitária de São José dos Campos - SP
06.659.478/0001-04	915.005.011.98201-8	Sindicato dos Arrumadores no Comércio Armazenador e Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Pindaré Mirim - MA
33.682.972/0001-62	915.007.251.86704-0	SINPACACAMRJ - Sindicato dos Portuários Avulsos em Capatazia e Arrumadores no Comércio Armazenador - RJ
24.162.646/0001-33	915.009.010.09622-0	SINDJORNALEIRO - Sindicato dos Vendedores de Jornais e Revistas e Empregados em Empresas Distribuidoras de Jornais e Revistas no Estado de Pernambuco
29.633.575/0001-23	915.009.019.87245-1	SINTERT - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Rádio e Televisão de Campos
24.312.720/0001-50	915.010.426.98178-4	SATED/AL - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de AL
39.389.911/0001-98	915.013.338.04173-3	SINPEFES - Sindicato dos Servidores do Ensino Público Federal do ES
05.542.702/0001-10	915.020.303.90926-8	SINTHORESTL - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro Turismo e hospitalidade de Três Lagoas
02.355.247/0001-56	915.022.323.97443-6	SINTROAM - Sindicato dos Vigilantes Empregados em Empresas Orgânicas do Estado do Amazonas
03.984.480/0001-60	921.010.185.90229-9	SIMMRE/VT/RS - Sindicato dos Manequins, Modelos e Recepcionistas de Eventos do Vale do Taquari do Estado do Rio Grande do Sul
07.304.350/0001-90	921.012.350.97562-1	SINDIFISIO/RS - Sindicato dos Fisioterapeutas do Estado do Rio Grande do Sul
24.098.014/0001-58	921.012.417.03038-0	SINAP - Sindicato dos Administradores da Paraíba

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 266, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 8.112/90 de 11/12/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais e pelo artigo 39, inciso I, da Portaria n.º 153, de 12 de fevereiro de 2009, publicada no DOU em 13/02/2009, resolve:

Art. 1º. Estabelecer período de 21/12/2015 a 31/12/2015 para reorganização do espaço interno e do estoque processual da Seção de Multas e Recursos desta Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais.

Art. 2.º Suspender o atendimento ao público externo na Seção de Multas e Recursos no período acima referenciado. A Seção de Multas e Recursos atenderá demandas internas no horário normal de atendimento.

Art. 3.º. Prorrogar os prazos processuais com vencimento no período de 21/12/2015 a 31/12//2015 para o dia 04/01/2016, primeiro dia útil seguinte.

Art. 4.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO

Ministério do Turismo

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 107, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O Presidente da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, no uso de suas atribuições conferidas pelo art.4º da Lei n.º 8.181, de 28 de março de 1991, art. 14 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto n.º 6.916, de 29 de julho de 2009, e art. 5° do Regimento Interno aprovado pela Portaria MTur nº 108, de 30 de junho de 2011;

Considerando a Portaria n°457, de 18/12/2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que instituiu, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, o Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União - SISREI;

Considerando que os requerimentos de imóveis da União por entes da Administração Pública serão feitos exclusivamente em meio eletrônico, no SISREI;

Considerando o § 1º do art. 3º da Portaria n° 318, de 18/12/2014, da Secretaria do Patrimônio da União, que admite delegação de competência para acesso ao SISREI; resolve:

Art. 1° Delegar competência ao Diretor de Administração e Finanças e ao seu substituto legal, em seus afastamentos e impedimentos eventuais ou regulamentares, para:

I - requerer acesso ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União - SISREI;

II - designar até 2 (dois) servidores do Quadro de Pessoal desta Autarquia para acessar e operar o sistema, providenciando, quando necessário, a substituição dos mesmos.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS LUMMERTZ

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.903, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Atualiza e revisa a Metodologia para Cálculo da Taxa de Retorno do Fluxo de Caixa Marginal - WACC, de que trata o artigo 5º da Resolução Nº 4.075/2013, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2013, Seção 1, p. 123.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VIII do art.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25 da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DMB - 050, de 21 de outubro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.194891/2015-88, e,

CONSIDERANDO que a minuta de regulamentação proposta foi submetida à Audiência Pública nº 007/2015, publicado na página 104, Seção 3, do Diário Oficial da União, com o objetivo de resguardar os direitos dos usuários e dos agentes econômicos, resolve:

Art. 1º Atualizar e revisar a Metodologia para Cálculo da Taxa de Retorno do Fluxo de Caixa Marginal - WACC, de que trata o artigo 5º da Resolução Nº 4.075, de 12 de abril de 2013.

Art. 2º Em consequência, substituir a Nota Técnica nº 39/GEROR/2013 constante do Anexo V da Resolução nº 4.075, de 12 de abril de 2013, pela Nota Técnica Nº 13/SUEXE/2015, de 23 de setembro de 2015.

Art. 3º Os artigos 2º, 4º e 5º da Resolução nº 4.075, de 12 de abril de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para fins e efeitos desta Resolução, são adotados os seguintes conceitos:

(...)

III - Simulação numérica pelo método de Monte Carlo é um tipo de simulação numérica em que valores são gerados aleatoriamente para as variáveis incertas, milhares de vezes, com o objetivo de gerar cenários possíveis para a taxa de retorno.

IV - Tolerância a risco é o nível de variação aceitável quanto à taxa de desconto do Fluxo de Caixa Marginal e está diretamente relacionada ao grau de confiabilidade da taxa de desconto obtida em determinado cenário simulado pelo método de Monte Carlo."

"Art. 4º As variáveis e parâmetros a serem utilizados nas fórmulas estabelecidas no art. 3º serão calculados com os detalhamentos constantes do Anexo V desta Resolução, disponível no sítio eletrônico da ANTT, e com a seguinte metodologia:

(...)

IX - Para o cálculo da taxa de desconto será utilizada a simulação numérica pelo método de Monte Carlo, com a escolha do nível de tolerância a risco e grau de confiabilidade no intervalo de 70% a 80%, observando o cenário macroeconômico em que deverão ocorrer os investimentos."

"Art. 5º Trienalmente, o cálculo da taxa de desconto especificado nesta Resolução será atualizado conforme os parâmetros definidos nos artigos anteriores e no detalhamento constante no Anexo V desta Resolução, disponível no sítio eletrônico da ANTT, o qual será submetido a processo de participação e controle social, nos termos do § 3º do Art. 10 da Resolução no 3.651, de 2011."

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 308, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMB - 050, de 21 de outubro de 2015 e no que consta do Processo nº 50500.215220/2015-68, delibera:

Art. 1º Aprovar o Relatório Final de Audiência Pública nº 007/2015, que trata da Atualização e Revisão da Metodologia para Cálculo da Taxa de Retorno do Fluxo de Caixa Marginal - WACC, de que trata o artigo 5º da Resolução Nº 4.075/2013, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2013, Seção 1, p. 123.

Art. 2º Aprovar a Resolução nº 4.903, que Atualiza e revisa a Metodologia para Cálculo da Taxa de Retorno do Fluxo de Caixa Marginal - WACC, de que trata o artigo 5º da Resolução Nº 4.075/2013, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2013, Seção 1, p. 123.

Art. 3º Determinar que o Relatório seja disponibilizado, para conhecimento dos interessados, no sítio eletrônico da ANTT e em sua sede, na Superintendência Executiva - SUEXE.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N.º 0.00.000.000001/2015-49

RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

REQUERENTE: SUELI LIMA E SILVA

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE CENSURA. REVISÃO INCABÍVEL NA ESPÉCIE. NULIDADES NÃO RECONHECIDAS. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. COMPROVAÇÃO DA AUTORIA, DA MATERIALIDADE E DA GRAVIDADE DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PROCEDIMENTO CONHECIDO, PORÉM JULGADO IMPROCEDENTE.

1. Decisão do Colégio dos Procuradores de Justiça do MP de origem que, conservando decisão do Conselho Superior da Instituição requerida, aplicou a penalidade de censura à Promotora de Justiça requerente e sua adversa, com esteio no art. 130, inciso I, da Lei Complementar nº 95/97, por vislumbrar a prática das condutas insculpidas no artigo 117, inciso X, e artigo 127, inciso VI, ambos da Lei Complementar Estadual nº 95/1997.

2. Da análise da farta documentação carreada aos autos, percebe-se que as teses jurídicas defendidas pela requerente foram examinadas à exaustão no âmbito do Parquet capixaba, sendo que todas foram rechaçadas pela Comissão Processante, presidida pela Corregedora-Geral de Justiça, pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Conselho Superior e pelo Colégio dos Procuradores de Justiça do MP/ES. Ou seja, todas as instâncias locais.

3. Convém acrescentar que, na linha de diversos precedentes deste Órgão de Controle (a guisa de exemplo, os PCAs nº 208/2007-11 e 262/2010-61), o CNMP não atua como instância recursal das decisões administrativas proferidas pelos Ministérios Públicos, sendo tais decisões, se regularmente proferidas pelas instâncias locais, passíveis de revisão somente quando restar demonstrada a flagrante violação aos princípios da administração pública, o que, na hipótese dos presentes autos, data venia, não vislumbramos.

4. Observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, restando comprovadas a autoria, a materialidade e a gravidade da infração disciplinar.

5. Procedimento Conhecido, porém julgado Improcedente.

ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Presidente do CNMP, Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR N° 0.00.000.000350/2015-61

RELATOR: LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO

REQUERENTE: EDSON SOUSA DA SILVA

ADV.:NÃO CONSTA

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO ESTADO DA BAHIA

ADV.:NÃO CONSTA

EMENTA RECURSO INTERNO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE ARQUIVOU A RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR DE PLANO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 76, PARÁGRAFO ÚNICO, C/C O ARTIGO 36, § 1º, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRELIMINAR QUANTO À FALTA DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA. REJEITADA. RECLAMAÇÃO GENÉRICA. INOCORRÊNCIA DE FALTA FUNCIONAL. RECURSO INTERNO IMPROCEDENTE.

1. O Regimento Interno não faz qualquer exigência qualitativa acerca do documento que represente a comprovação de residência. A conta telefônica, documento de caráter pessoal e sigiloso, é, por si só, apta a comprovar o endereço, ainda que não esteja em nome do reclamante. Há, na verdade, uma presunção de que o endereço apresentado é correto, só podendo ser elidida por prova cabal de sua falsidade.

2. O objetivo da Reclamação Disciplinar é averiguar, de modo preliminar, a eventual ocorrência de falta funcional por parte dos membros do Ministério Público. Para tanto, é necessário que a reclamação apresentada demonstre, de forma minimamente clara, elementos suficientes da falta funcional.

3. O reclamante apenas informou, de maneira genérica e pouco compreensível, a atuação de membro do Ministério Público do Trabalho - MPT. Da narração não se depreende, de fato, qualquer conduta configuradora de falta funcional. Ausente, portanto, substrato mínimo para o prosseguimento da Reclamação Disciplinar

4. Improcedência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, julgar IMPROCEDENTE o Recurso Interno, nos termos do voto do Relator.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro-Relator

REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000886/2012-33

RELATOR: CONSELHEIRO OTAVIO BRITO LOPES

REQUERENTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

EMENTA REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO.

1. Revisão de Processo Disciplinar decorrente de Pedido de Avocação que tramitou neste Conselho, a pedido da Corregedoria Nacional do Ministério Público, tendo em vista a constatação de inoperância e não funcionamento dos mecanismos internos do Órgão de controle originário, para julgamento do Processo PGJ/AL nº 1301/2012, proposto em face do Promotor de Justiça Luiz Tenório de Oliveira Almeida.

2. Procedimento disciplinar cujo arquivamento foi homologado pelo CSMP/AL em 30/07/2012 e que está, inegavelmente, fulminado pela prescrição.

3. Arquivamento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, à unanimidade, decidiram os Exmos. Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, pelo arquivamento da Revisão de Processo Disciplinar, em virtude da ocorrência da prescrição, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator.

OTAVIO BRITO LOPES
Conselheiro-Relator

RECURSO INTERNO NO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 1.00146/2015-20

RECORRENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - SINDSEMP/BA

EMENTA RECURSO INTERNO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS DOS SERVIDORES DO MPBA. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 53/2010. INCOMPETÊNCIA DO CNMP PARA DETERMINAR OU RECOMENDAR O ENVIO DE PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. A Constituição da República, em seu art. 127, §2º, coloca a proposição legislativa de política remuneratória dos servidores como parte integrante da autonomia administrativa do Ministério Público. Assim, falece ao CNMP competência para determinar ou recomendar às unidades ministeriais o encaminhamento de projeto de lei ao Poder Legislativo, cabendo a cada uma delas fazê-lo na conformidade de sua conveniência. RECURSO NÃO PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em negar provimento ao recurso interno.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro-Relator

RECURSO INTERNO NO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 1.00172/2015-40

RECORRENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SINDSEMP/RN

EMENTA RECURSO INTERNO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS DOS SERVIDORES DO MP/RN. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 53/2010. INCOMPETÊNCIA DO CNMP PARA DETERMINAR OU RECOMENDAR O ENVIO DE PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. A Constituição da República, em seu art. 127, §2º, coloca a proposição legislativa de política remuneratória dos servidores como parte integrante da autonomia administrativa do Ministério Público. Assim, falece ao CNMP competência para determinar ou recomendar às unidades ministeriais o encaminhamento de projeto de lei ao Poder Legislativo, cabendo a cada uma delas fazê-lo na conformidade de sua conveniência. PEDIDO DE CONVERSÃO DO FEITO NA RECLAMAÇÃO DO ART. 118 E SS. DO RICNMP. INOVAÇÃO RECURSAL. A pretensão de transmudar o procedimento em reclamação representa uma inovação recursal e, por isso, revela-se descabida. RECURSO NÃO PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em negar provimento ao recurso interno.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro-Relator

Tornar sem efeito a publicação do acórdão referente aos Procedimento de Controle Administrativos nºs 0.00.000.00163/2015-59, 1.00166/2015-10, 1.00168/2015-27 e 1.00171/2015-96, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 21/10/2015, pág. 54, em razão de o referido ato já ter sido publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 16/10/2015, pág. 88.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA
Conselheiro-Relator

PROCESSO: RD Nº 0.00.000.000122/2015-91

RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

REQUERENTE: DOUGLAS FABIANO DE MELO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA: RECURSO INTERNO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. CORRETA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO PELA CORREGEDORIA NACIONAL. RECURSO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Recurso interno que desafia decisão de arquivamento proferida pelo corregedor nacional.

2. A decisão de arquivamento proferida pela Corregedoria Nacional é estreme de dúvidas, pois bem fundamentada no art. 77, inc. I, do Regimento Interno do CNMP.

3. Recurso conhecido mas improvido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em conhecer do recurso e a ele negar provimento.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N° 0.00.000.001420/2014-17
RELATOR: CONSELHEIRO LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ATRASO NA DISTRIBUIÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS DESTINADOS ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL. SISTEMA DE GESTÃO DE AUTOS - ARQUIMEDES. PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE
1. O Sistema de Gestão de Autos - Arquimedes não permite a distribuição de processos para as Promotorias quando algum dos titulares está ausente, por quaisquer razões, inclusive afastamentos regulares legais;
2. Para não se repetir o descumprimento da regra constitucional da distribuição imediata de processos e representações no Ministério Público, expressamente prevista no art. 129, § 5° da Constituição da República, o atual sistema Arquimedes deve ser alterado para não se depender mais da administração para a designação de membro para a Promotoria vaga;
3. O Ministério Público do Estado de Pernambuco demonstrou desídia no andamento e resolução deste procedimento. Garantindo-se a observância do contraditório antes de eventual instauração de procedimento de cunho disciplinar, deve ser instaurada uma sindicância, devido seu caráter investigatório, para um melhor esclarecimento dos fatos e seus responsáveis e se apurar se há ou não justa causa para abertura de PAD.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar parcialmente procedente o presente procedimento, nos termos do voto do Relator.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro-Relator

DECISÕES DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

EXPEDIENTE Nº 5.789/2015 (PROJUR/CNMP)
DECISÃO
(...)No caso em comento, a possibilidade de oferecimento de memoriais, em substituição às alegações orais em assentada, está agasalhada no art. 403, § 3°, do Código de Processo Penal, e contou com a anuência da defesa e sua explícita referência à complexidade da causa. Pelas razões expostas, determino o arquivamento deste expediente, nos termos do art. 12, XXX, do Regimento Interno do CNMP. Publique-se. Ciência aos interessados.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional
do Ministério Público

EXPEDIENTE Nº 01.000612/2015 (ELO)
INTERESSADO: MÁRIO MARTINS DE MELLO NETO
DECISÃO
(...)Por outro lado, a análise quanto à pertinência da utilização de medidas acautelatórias na fase policial constitui atividade finalística do Ministério Público, insuscetível de revisão pelo Conselho Nacional do Ministério Público, a teor do Enunciado n° 6, de 28 de abril de 2009. Pelas razões expostas, mantenho a decisão de arquivamento, determinando, a remessa dos autos para distribuição, nos termos do art. 154, § 2°, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público. Publique-se. Ciência ao interessado.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional
do Ministério Público

EXPEDIENTE N° 01.000966/2015 (ELO)
INTERESSADO: VICENTE GRACEFFI
DECISÃO
(…) Para além de não constar formulação de pedido e de registrar o expediente a judicialização da matéria, não se infere de sua leitura nenhuma conduta irregular ou indevida atribuída a membro do Ministério Público, que pudesse atrair a competência do Conselho Nacional do Ministério Público, prevista no art. 130-A, § 2º, da Constituição Federal. Isto posto, determino o arquivo deste expediente, com fundamento no art. 12, XXX, do Regimento Interno do CNMP. Publique-se. Ciência ao interessado.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional
do Ministério Público

EXPEDIENTE N° 01.001078/2015 (ELO)
INTERESSADO: DIVINO ALOIZIO DE SOUSA
DECISÃO
Trata-se de mensagens eletrônicas enviadas por Divino Aloizio de Sousa, nas quais não se vislumbra formulação de pedido nem menção a ato que pudesse ensejar o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público ou do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, de forma atrair a competência do Conselho Nacional do Ministério Público (Constituição Federal, art. 130-A, § 2º). Em vista do exposto, determino, amparado no art. 12, XXX, do Regimento Interno, o arquivamento deste expediente.
Publique-se. Comunique-se.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional
do Ministério Público

DECISÕES DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N° 1.00218/2015-48
RELATOR: LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ADV.: NÃO CONSTA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.: NÃO CONSTA
DECISÃO
(…) Ante o exposto, com fundamento no artigo 43, inciso IX, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO do presente PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO, ante a sua manifesta improcedência, eis que verificado, claramente, que não houve fracionamento de despesas, uma vez que as despesas dispendidas pelo Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul deveriam ser analisadas de maneira discriminada por PRM e não de maneira global.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro-Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 1.00298/2015-04
REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ANALISTAS, TÉCNICOS E AUXILIARES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - ANATA
DECISÃO
(….)Não obstante alertada pela Coordenadoria de Autuação e Distribuição da necessidade de apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, a documentação imprescindível ao regular processamento do feito, conforme consta à fl. 06, a entidade quedou-se inerte, desatendendo, assim, ao disposto no artigo 36, §§ 1º e 6º, do Regimento Interno.
Diante disso, determino o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 43, inciso IX, alínea "a", do aludido Regimento Interno.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro-Relator

PROCESSO: 1.00278/2015-07
REQUERENTE: CELSO DE OLIVEIRA DA COSTA
REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
DECISÃO
(...)Neste sentido, determino, nos termos do artigo 43, IX, "a" do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o arquivamento dos presentes autos.
Ademais, remetam-se, via e-mail, cópia desta decisão, bem como da representação ora formulada, ao Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, para, tomando ciência de seu teor, adote as providências que entender pertinentes.

FÁBIO BASTOS STICA
Conselheiro Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÕES DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000428/2015-47
RECLAMANTE: AFONSO ISMAEL ALVES BENTES DE SÁ
ADVOGADO DO RECLAMANTE: HERCÍLIO DE AZEVEDO AQUINO - OAB/DF Nº 33.148
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ
Decisão: (…)
Diante disso, promove-se ao Exmo. Sr. Corregedor Nacional, com base no art. 77, inciso I, do Regimento Interno do CNMP, no sentido de que seja arquivada a presente reclamação disciplinar e, como consequência, também, a reclamação disciplinar n. 474/2015-48 (em apenso), uma vez que carentes de indícios no sentido de que os reclamados tenham praticado falta funcional.

Brasília, 15 de outubro de 2015
RODRIGO LEITE FERREIRA CABRAL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional de fls. 801/829, adotando-o como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito e da reclamação disciplinar n. 474/2015-48 em apenso, com fulcro nos arts. 77, I, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, aos reclamantes (inclusive ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) e aos reclamados, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000735/2014-47
RECLAMANTES: NATÁLIA VARGAS COSTA, JOSÉ MARIA QUEIROZ FIALHO, JOSÉ PERRELA DE OLIVEIRA COSTA E ALVIMAR DE OLIVEIRA COSTA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Decisão: (…)
Ante o exposto, sugere-se:
a) o arquivamento parcial da presente Reclamação Disciplinar, com fulcro nos arts.80, parágrafo único, e 76, parágrafo único, do RI-CNMP, no que tange aos itens I e II da fundamentação, respectivamente;
b) a instauração de procedimento de AVOCAÇÃO, tendo por objeto o Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 30/15, publicada em 24.06.15, com fundamento no art. 18, XVIII, do RI-CNMP.

Brasília, 15 de outubro de 2015
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional de fls. 1118/1124, adotando-o como razões de decidir, para determinar:
a)o arquivamento parcial do presente feito, com fulcro nos arts. 76, parágrafo único, e 80, parágrafo único, do RI-CNMP, com ciência ao Plenário, à Corregedoria de origem, aos reclamantes e ao reclamado, nos termos regimentais.
b)o desentranhamento dos documentos de fls. 818/862 e 1047-v/1008 e 1069/1069-v, consistentes nos relatórios de inteligência financeira oriundos do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, acautelando-os no cofre da Corregedoria Nacional;
c)a instauração de Procedimento de Avocação, a ser registrado e autuado, na forma do art. 37, VII, do RI-CNMP,
Deverão instruir os autos da Avocação, nesta ordem: I) cópia da decisão; II) cópia do pronunciamento do membro auxiliar; III) cópia do relatório conclusivo proferido na inspeção extraordinária (fls. 938/983) e portaria de instauração do PDA, tombada sob o nº 30/2015-CGMP (fls. 984/1030-v); e IV) os documentos de 1103/1104-v.
OFICIE-SE, no âmbito do Procedimento de Avocação, ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça do MPMG, autoridade incumbida pela designação dos membros que integram a Comissão de Processo Disciplinar Administrativo (art. 228 da LC nº 34/94), bem com o seu Presidente, o Procurador de Justiça Antônio de Padova Marchi Júnior, para, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 18, inciso XVIII, na redação conferida pela Emenda Regimental nº 06/2015, publicada no D.O.U em 14 de outubro de 2015, c/c art. 107, caput, ambos os dispositivos do RICNMP, prestar as informações que julgar pertinentes.
Sob o mesmo fundamento, OFICIE-SE ao Exmo. Promotor de Justiça Eduardo Nepomuceno de Sousa, via Corregedoria Geral do MPMG, para que, em 10 dias, querendo, preste as informações que entender necessárias, fixando-se, desde logo, igual prazo para o cumprimento da medida.
Os ofícios deverão ser encaminhados com cópia integral dos documentos que instruem o Procedimento de Avocação.
Escoado o prazo, com ou sem informações, retornem os autos à conclusão do Gabinete Instrutório.
Cumpra-se.
Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO PROCURADOR-CHEFE
Em 9 de outubro de 2015

PA nº 1.21.000.001043/2015-11.
O Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, designado pela Portaria PGR nº 786, de 29/09/2015, e em conformidade com as atribuições definidas no Regimento Interno Administrativo do MPF, Art. 33, inciso XIV, aprovado pela Portaria SG nº 382 de 05/05/2015, decide:
Estando ajustada (proporcional e razoável) a penalidade aplicada à contratada pelo descumprimento da obrigação contida na Cláusula Sexta, item 21, do Contrato Administrativo nº 02/2015, conheço do presente recurso para negar-lhe provimento, mantendo a multa de mora nos termos da Cláusula Décima Quinta, §2º, Tabela 3, item 3, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PA nº 1.21.000.001042/2015-77.

O Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, designado pela Portaria PGR nº 786, de 29/09/2015, e em conformidade com as atribuições definidas no Regimento Interno Administrativo do MPF, Art. 33, inciso XIV, aprovado pela Portaria SG nº 382 de 05/05/2015, decide:

Estando ajustada (proporcional e razoável) a penalidade aplicada à contratada pelo descumprimento da obrigação contida na Cláusula Sexta, item 21, do Contrato Administrativo nº 02/2015, conheço do presente recurso para negar-lhe provimento, mantendo a multa de mora nos termos da Cláusula Décima Quinta, §2º, Tabela 3, item 3, no valor de R$ 1.223,73 (mil duzentos e vinte e três reais e setenta e três cetavos).

EMERSON KALIF SIQUEIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 52ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2015

Aos oito dias de outubro de dois mil e quinze às dez horas e dez minutos, iniciou-se com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Quinquagésima Segunda (52a) Sessão Extraordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões do CSMPT da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no Setor Comercial Sul, Edifício Parque Cidade Corporate, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Junia Soares Nader, os Subprocuradores-Gerais do Trabalho Andréa Isa Rípoli e Manoel Jorge e Silva Neto e os Procuradores Regionais do Trabalho, Edelamare Barbosa Melo, Luercy Lino Lopes e Abiael Franco Santos.

Após, passou-se à ordem do dia:

1) ASSUNTOS GERAIS. A) A Dra. Abiael Franco Santos registrou o falecimento, na data de ontem (07/10/15), da Procuradora do Trabalho Eliana Nascimento Minicucci, registrou ainda que referido Membro foi uma pessoa extremamente íntegra e exemplo de mulher, sendo sempre solícita em ajudar a todos que a procuravam, devendo ser enviadas condolências para a família. O Dr. Manoel Jorge e Silva Neto, a Dra. Andréa Isa Rípoli, a Dra. Edelamare Barbosa Melo, o Dr. Luercy Lino Lopes e a Dra. Junia Soares Nader aderiram as manifestações de pesar anteriormente feitas. B) A Dra. Júnia Soares Nader congratulou a Dra. Edelamare Barbosa Melo pela promoção ao cargo de Subprocuradora-Geral do Trabalho, sendo que os demais Membros aderiram aos votos prestados. A Dra. Edelamare Barbosa Melo agradeceu a todos os presentes e àqueles que contribuíram para a sua promoção. C) Processo CSMPT nº 2.00.000.002070/2015-86016712/2015-24 sobre a Resolução nº 118, que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público - Após amplos debates sobre o tema os Membros da CCR deliberaram encaminhar manifestações por escrito, no prazo de até 10 dias, para a Dra. Andréa Isa Rípoli. D) Sessão Ordinária do mês de outubro/2015. Será realizada, excepcionalmente, no dia 05/11/15 (quinta-feira), tendo em vista o Encontro de Procuradores do Trabalho, os feriados nacionais e ainda a mudança das sessões do CSMPT que passarão a ocorrer na última quinta-feira de cada mês. E) Sessões Ordinárias da CCR - Datas. Foi deliberado, por unanimidade, que as sessões ordinárias deste órgão serão realizadas na última terça-feira de cada mês. F) Proposta de Inserção do Art. 9-A da Resolução nº 69/2007 - CSMPT - A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, submeter ao Conselho Superior do MPT proposta de resolução com a seguinte redação: "Art. 9 -A. Quando o Membro Oficiante concluir que a matéria seja de atribuição de outro ramo do Ministério Público, este deverá submeter sua decisão à Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 3 (três) dias.", vencida parcialmente a Dra. Júnia Soares Nader quanto às notícias de fato. G) Cancelamento do Enunciado nº 1/CCR. Considerando a edição da Resolução CNMP nº 126 de 29/07/15 que trata do assunto, bem como a deliberação deste órgão colegiado, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, cancelar o Enunciado nº 1/CCR, devendo a Secretaria da CCR expedir mensagem eletrônica a todos os Membros noticiando este fato.

2) CONSULTAS

Processo IC-000354.2011.04.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO , INQUIRIDO: CONDOMÍNIO MONTE BELO - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, respondê-la nos termos do voto do(a) relator(a). A Dra. Junia Soares Nader ressalvou que o MPT tem um Programa de Gestão Documental presidido pela Dra. Heloisa Maria Morais Rego Pires.

Processo NF-000165.2015.23.003/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: LEANDRO ROGER RIBEIRO DA ROCHA, DENUNCIANTE: PRESTOLABOR - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, ratificar o declínio de atribuição solicitado, nos termos do(a) relator(a).

3) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-001668.2011.05.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., DENUNCIANTE: ADILSON GOMES DE OLIVEIRA - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000971.2013.09.000/0 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: DENUNCIANTE: CENTRO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS - CEDDH, INQUIRIDO: CASA GRATIDÃO - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Ressalvada a posição da Dra. junia Soares Nader com relação aos trabalhos prestados em entidades religiosas.

Processo IC-001346.2014.03.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CONTAGEM - SITTRACON, INQUIRIDO: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Ressalva apresentada pelo Dr. Luercy Lino Lopes.

4) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-001791.2010.01.000/5, IC-001834.2010.01.000/0, IC-004414.2012.01.000/7, IC-003992.2013.01.000/7, IC-000269.2013.01.001/3, IC-000317.2013.01.001/2, IC-000349.2013.01.004/0, IC-000826.2013.01.004/7, IC-003468.2014.01.000/6, IC-004196.2014.01.000/0, PP-004592.2014.01.000/8, IC-004596.2014.01.000/0, IC-000143.2014.01.001/5, NF-000488.2014.01.001/0, IC-000310.2014.01.006/5, PP-000278.2015.01.000/9, IC-000428.2015.01.000/9, IC-000659.2015.01.000/3, NF-001804.2015.01.000/0, NF-002519.2015.01.000/0, PP-000050.2015.01.007/2 - PRT 2ª Região-SP - IC-000420.2013.02.001/5, IC-000783.2014.02.000/4, IC-002293.2014.02.000/6, IC-003455.2014.02.000/4, NF-003727.2014.02.000/8, IC-004644.2014.02.000/5, PP-003347.2015.02.000/3, PP-004454.2015.02.000/9 - PRT 3ª Região-MG - ATAC-000010.2000.03.010/1, IC-000351.2012.03.002/5, IC-000438.2013.03.000/4, IC-002092.2013.03.000/5, IC-003134.2013.03.000/3, IC-000379.2013.03.001/2, IC-000082.2014.03.000/0, IC-000276.2014.03.000/7, IC-001894.2014.03.000/8, IC-002702.2014.03.000/0, IC-003326.2014.03.000/4, IC-003440.2014.03.000/1, PP-000365.2014.03.001/2, IC-000491.2014.03.001/3, PP-000901.2014.03.001/2, PP-000500.2014.03.002/4, IC-000211.2014.03.010/2, IC-000544.2015.03.000/0, IC-000761.2015.03.000/1, IC-001001.2015.03.000/8, IC-001169.2015.03.000/7, IC-001283.2015.03.000/4, NF-001847.2015.03.000/4, IC-000146.2015.03.002/4 - PRT 4ª Região-RS - IC-001682.2005.04.000/6, IC-001669.2009.04.000/9, IC-001902.2010.04.000/0, IC-002640.2013.04.000/6, IC-000113.2013.04.005/0, IC-001261.2014.04.000/9, IC-002307.2014.04.000/9, NF-002975.2014.04.000/6, IC-003213.2014.04.000/4, PP-003382.2014.04.000/0, PP-003402.2014.04.000/7, PP-003417.2014.04.000/0, PP-000343.2014.04.002/8, IC-000112.2014.04.003/4, IC-000274.2014.04.008/3, NF-001421.2015.04.000/0, NF-001890.2015.04.000/8, NF-002131.2015.04.000/2, NF-002351.2015.04.000/0, IC-000013.2015.04.006/7, IC-000240.2015.04.006/7, PP-000060.2015.04.007/9, IC-000079.2015.04.007/2 - PRT 5ª Região-BA - IC-000062.2013.05.007/9, PP-001976.2014.05.000/5, PP-000582.2015.05.000/0, NF-001713.2015.05.000/8 - PRT 6ª Região-PE - IC-001916.2013.06.000/6, IC-001172.2014.06.000/6, IC-001371.2014.06.000/5, NF-001728.2014.06.000/0, IC-002272.2014.06.000/1, IC-000489.2014.06.002/7, IC-000493.2014.06.002/6, IC-001120.2015.06.000/5, PP-000201.2015.06.002/4 - PRT 7ª Região-CE - IC-001279.2013.07.000/0, IC-000071.2014.07.003/2, PP-001007.2015.07.000/5, PP-001045.2015.07.000/9, PP-000118.2015.07.002/0 - PRT 8ª Região-PA - IC-000235.2012.08.003/2, IC-000280.2013.08.001/3, IC-000010.2014.08.002/7, IC-000086.2014.08.003/9, IC-000197.2014.08.003/0, IC-000171.2015.08.000/9, PP-000186.2015.08.000/8, IC-000219.2015.08.000/4, PP-000834.2015.08.000/9 - PRT 9ª Região-PR - IC-000197.2012.09.000/5, IC-001570.2012.09.000/3, IC-001579.2013.09.000/4, IC-000295.2013.09.001/4, IC-001898.2014.09.000/5, IC-000231.2014.09.001/8, IC-000175.2014.09.007/4, PP-000215.2014.09.007/4, IC-000257.2015.09.000/2, PP-001108.2015.09.000/9, IC-000228.2015.09.001/4, IC-000022.2015.09.005/0, PP-000175.2015.09.010/7 - PRT 10ª Região-DF - PP-000011.2015.10.000/4, IC-000990.2015.10.000/0, PP-000054.2015.10.001/0 - PRT 11ª Região-AM - IC-000086.2014.11.001/7 - PRT 12ª Região-SC - IC-000911.2013.12.000/4, IC-000141.2014.12.004/9, IC-000287.2014.12.004/1, IC-000181.2015.12.001/3 - PRT 13ª Região-PB - IC-001059.2012.13.000/0, IC-000145.2012.13.001/2, PP-000036.2013.13.000/5, IC-000345.2013.13.000/3, PP-000568.2013.13.000/3, PP-000577.2013.13.000/4, PP-000300.2014.13.000/5, IC-000472.2015.13.000/0, NF-000848.2015.13.000/9 - PRT 14ª Região-RO - IC-000112.2012.14.001/2, IC-000249.2012.14.001/7 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-001041.2012.15.000/7, IC-001310.2014.15.000/8, PP-001517.2014.15.000/0, IC-000856.2014.15.001/0, IC-000098.2015.15.000/0, IC-000521.2015.15.000/7, PP-001208.2015.15.000/0, PP-001507.2015.15.000/6, PP-001985.2015.15.000/5, PP-002039.2015.15.000/8, IC-000069.2015.15.002/4, PP-000083.2015.15.006/0 - PRT 16ª Região-MA - IC-000241.2013.16.001/0, IC-000204.2014.16.001/3 - PRT 17ª Região-ES - IC-000091.2013.17.000/5, IC-000425.2013.17.000/0, IC-001175.2013.17.000/3, IC-000545.2014.17.000/6, IC-000495.2014.17.003/9 - PRT 18ª Região-GO - IC-000938.2014.18.000/1, IC-001028.2014.18.000/0, IC-001956.2014.18.000/4, IC-000340.2015.18.000/1, PP-000702.2015.18.000/8, IC-000096.2015.18.001/1, IC-000003.2015.18.002/7 - PRT 19ª Região-AL - IC-000545.2013.19.000/5, IC-001722.2013.19.000/5, IC-000261.2013.19.001/8, IC-000031.2014.19.000/3, IC-000830.2014.19.000/3, IC-000257.2014.19.001/1, PP-000264.2015.19.000/4, IC-000106.2015.19.001/3 - PRT 20ª Região-SE - IC-001357.2013.20.000/0, IC-001816.2013.20.000/5, IC-000063.2013.20.001/6, IC-000927.2014.20.000/2, IC-001288.2014.20.000/9, IC-001385.2014.20.000/0, PP-001545.2014.20.000/9, PP-001969.2014.20.000/2, PP-000081.2015.20.000/4, PP-000138.2015.20.000/3, PP-000428.2015.20.000/0, NF-000909.2015.20.000/3 - PRT 21ª Região-RN - IC-000762.2013.21.000/1, IC-000152.2014.21.002/4 - PRT 22ª Região-PI - IC-000217.2014.22.000/0, IC-000251.2014.22.000/0, IC-000456.2014.22.000/9, IC-000523.2014.22.000/6, IC-000575.2014.22.000/5, IC-000841.2014.22.000/2, IC-000104.2015.22.000/8, PP-000437.2015.22.000/3 - PRT 23ª Região-MT - IC-000678.2014.23.000/3, IC-000250.2014.23.001/3, IC-000348.2014.23.001/3, IC-000019.2014.23.005/1 - PRT 24ª Região-MS - IC-000533.2013.24.000/2, IC-000545.2014.24.000/5, NF-000750.2014.24.000/7, IC-000064.2014.24.002/5, IC-000028.2015.24.003/6.

Ata lavrada nesta Sessão e encaminhada a todos os Membros da CCR/MPT para leitura e aprovação, com posterior publicação no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às quinze horas e cinco minutos.

JÚNIA SOARES NADER
Coordenadora

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Membro

MANOEL JORGE E SILVA NETO
Membro

EDELAMARE BARBOSA MELO
Membro
Suplente

LUERCY LINO LOPES
Membro
Suplente

ABIAEL FRANCO SANTOS
Membro

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL
Em 16 de outubro de 2015

PROTOCOLO 2074/2015/PGJM
NOTÍCIA DE FATO
EMENTA. SUPOSTAS FRAUDES EM LICITAÇÕES NO 4º D SUP. ALEGAÇÃO DE NÃO APURAÇÃO DOS FATOS POR PARTE DO COMANDO DA 4ª RM. IMPROCEDÊNCIA. ADOÇÃO DE MEDIDAS SUMÁRIAS PARA VERIFICAÇÃO DE DENÚNCIA ANÔNIMA. ARQUIVAMENTO.

Notícia anônima de fraudes em licitações no 4º Depósito de Suprimento. Alegação de ausência de investigação por parte do Comandante da 4ª RM. Improcedência. Adoção das providências previstas em portaria do Comandante do Exército. Execução de medidas sumárias para verificação de fatos trazidos por meio de delações anônimas. Fatos investigados. Inexistência de omissão ou de retardo na apuração. Ausência de justa causa para a continuidade das apurações. O PGJM determinou o arquivamento do feito.

ROBERTO COUTINHO
Em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 41, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e André Luís de Carvalho (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes o Presidente Aroldo Cedraz, os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em missão oficial, e a Ministra Ana Arraes, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATAS

O Tribunal Pleno homologou as Atas nºs 38 e 39, referentes às sessões ordinárias realizadas em 23 e 30 de setembro (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Recebimento de carta do Ministro Emérito Valmir Campelo com agradecimentos ao Tribunal pelas homenagens que recebeu por ocasião da apreciação de seu ato de aposentadoria;

Lançamento, durante o I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, do Sumário Executivo da Auditoria Coordenada na Gestão da Atenção Básica à Saúde; e

Realização de Diálogo Público com objetivo de discutir os principais desafios para inclusão digital.

Do Ministro Bruno Dantas:

Classificação dos indícios de sobrepreço nas obras de implantação do corredor de ônibus - Radial Leste - Trechos 1 e 3, em São Paulo/SP, como irregularidade grave com recomendação de paralisação.

Do Ministro Vital do Rêgo:

Participação da 14ª Reunião do Comitê do Grupo de Trabalho da Intosai para Auditoria Ambiental, onde recebeu proposta para que o Brasil sedie a próxima reunião da Assembleia Geral do WGEA, prevista para setembro/outubro de 2016.

Do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Apresentação de projeto de decisão normativa anual, que disciplinará a organização e a apresentação do rol de responsáveis e das peças dos órgãos de controle interno e das autoridades supervisoras para formação de processos de contas anuais de unidades prestadoras de contas ao TCU relativos ao exercício de 2015. Foi aberto prazo de 10 dias para a apresentação de emendas e sugestões.

MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão da medida cautelar exarada no processo nº TC-024.309/2015-0, pela Ministra Ana Arraes, e comunicada pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, para que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação suspenda os procedimentos decorrentes do edital destinado à seleção de mantenedoras de instituições de educação superior com vistas a implantar cursos de medicina em 39 municípios pré-selecionados.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 30 de setembro e 14 de outubro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 010.938/2011-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 023.304/2015-4
Interessado: HOSPITAL FÊMINA S.A. - MS
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 023.865/2015-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS

Processo: 025.438/2015-8
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN

Processo: 026.107/2013-9
Interessado: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, par. único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 026.287/2013-7
Interessado: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, par. único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 031.048/2013-7
Interessado: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, par. único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 026.436/2015-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: IN - TCU 74/2015
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 026.440/2015-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: IN - TCU 74/2015
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 008.202/2014-1
Interessado: MINISTÉRIO DO TURISMO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Recurso: 006.616/2005-1/R001
Recorrente: JOSÉ GABRIEL DE CASTRO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 006.616/2005-1/R002
Recorrente: JOSÉ GERALDO LUCAS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 016.402/2007-5/R001
Recorrente: EDUARDO XAVIER FERREIRA GLASER MIGON
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 017.740/2008-5/R007
Recorrente: VIEZ CONSULTORIA & MEIO AMBIENTE LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 001.378/2008-0/R001
Recorrente: Gilberto Sidnei Maggioni
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 030.816/2008-0/R002
Recorrente: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 015.928/2009-0/R002
Recorrente: Caixa de Pecúlios, Assistência e Previdência dos servidores da Fundação Serviços de Saúde Pública
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 022.581/2009-6/R003
Recorrente: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SINDICATOS SOCIAL DEMOCRATAS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 022.581/2009-6/R004
Recorrente: Enilson Simões de Moura
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 008.235/2010-4/R005
Recorrente: Fernando Jose de Oliveira Masina
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 010.939/2010-5/R001
Recorrente: DIRETORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 020.955/2010-3/R002
Recorrente: CHC TÁXI AÉREO LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 025.401/2010-6/R001
Recorrente: Valmor de Melo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 025.401/2010-6/R003
Recorrente: Valdeci Olindina Braz
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 025.401/2010-6/R004
Recorrente: Zenirto João da Cunha
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 025.401/2010-6/R005
Recorrente: Valéria Vieira Mazzucco Portela
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 025.401/2010-6/R006
Recorrente: Zeferino Pedro Sachet
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 025.401/2010-6/R007
Recorrente: WALDEMAR BARBOSA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 025.401/2010-6/R008
Recorrente: ZULEICA MARIA PATRICIO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 026.709/2010-4/R001
Recorrente: MINERBO-FUCHS ENGENHARIA S.A.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 028.718/2010-0/R001
Recorrente: ERASMO MENEGHETTI
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 028.750/2010-1/R002
Recorrente: NUBIA COZZOLINO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 031.777/2010-4/R001
Recorrente: Gilberto Schwarz de Mello
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 002.143/2011-9/R004
Recorrente: Edileuza Silva Neiva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recurso: 002.143/2011-9/R005
Recorrente: Mariangela de Sousa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 002.143/2011-9/R006
Recorrente: DUE PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 002.143/2011-9/R007
Recorrente: Altemir Gregolin
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 002.143/2011-9/R008
Recorrente: Antonio de Jesus da Rocha Freitas Junior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 005.736/2011-0/R001
Recorrente: CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA./ENPA ENGENHARIA E PARCERIA LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 005.736/2011-0/R002
Recorrente: CONSÓRCIO FIDENS-MENDES JÚNIOR
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 005.736/2011-0/R004
Recorrente: CONSÓRCIO CONTEK-
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 005.736/2011-0/R005
Recorrente: FIDENS ENGENHARIA S.A.
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 012.814/2011-3/R001
Recorrente: Samuel Coelho Rodrigues
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 013.637/2011-8/R001
Recorrente: José Israel Andrade
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 013.637/2011-8/R002
Recorrente: Marcos Ribeiro Leite
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 013.637/2011-8/R003
Recorrente: Maria Vieira de Mendonça
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 013.637/2011-8/R004
Recorrente: Jusielma Santana de Lima/Maria Francisca de Menezes/Patrícia Tavares dos Santos
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 013.637/2011-8/R005
Recorrente: José Almir Dantas
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 020.973/2011-0/R002
Recorrente: Lourival de Nasaré Vieira Gama
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 036.820/2011-3/R001
Recorrente: Gilberto Schwarz de Mello
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 000.265/2012-8/R001
Recorrente: Luiz Guilherme Neiva de carvalho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 002.622/2012-2/R005
Recorrente: Luciano Rufino da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 002.961/2012-1/R001
Recorrente: Adriano Rodrigues Pereira
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 002.961/2012-1/R003
Recorrente: Pedro Hernandes Menezes de Godois
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 007.004/2012-5/R001
Recorrente: Suleima Fraiha Pegado
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 012.496/2012-0/R001
Recorrente: Paulo de Siqueira Garcia
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 012.496/2012-0/R003
Recorrente: Ana Cristina Abdallah
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 015.860/2012-4/R001
Recorrente: Silvio Figueiredo Mourão
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 036.027/2012-0/R004
Recorrente: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SINDICATOS SOCIAL DEMOCRATAS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 036.027/2012-0/R005
Recorrente: Enilson Simões de Moura
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 041.805/2012-7/R001
Recorrente: MARIA EFIGENIA HOMEM
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 044.045/2012-3/R004
Recorrente: Jair Alves de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 002.980/2013-4/R001
Recorrente: Agenor Evangelista da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 011.205/2013-0/R001
Recorrente: SINDSPREV/PE
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 012.333/2013-1/R001
Recorrente: Clériston José da Silva Andrade
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 019.289/2013-8/R001
Recorrente: Bianca Freitas dos Santos
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 022.272/2013-5/R001
Recorrente: Geraldo Paulino Terto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 025.105/2013-2/R001
Recorrente: José Alves Feitosa de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 032.121/2013-0/R001
Recorrente: Jazy Guedes Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 033.324/2013-1/R001
Recorrente: Manoel Gomes de Freitas
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 002.570/2014-9/R001
Recorrente: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS ELETRICISTAS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 002.840/2014-6/R001
Recorrente: Raimundo Dinardo da Silva Maia
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 003.008/2014-2/R001
Recorrente: Emerson Fernandes Daniel Júnior
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 004.982/2014-2/R002
Recorrente: José Luiz Ribeiro/SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL EL PIRACICABA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 004.982/2014-2/R003
Recorrente: Luís Antônio Paulino
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 010.114/2014-9/R001
Recorrente: Paulo Geraldo Xavier
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 011.273/2014-3/R001
Recorrente: Roberto de Holanda Lucas/Mario Agostinho Neto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 011.273/2014-3/R002
Recorrente: CARLOS ABILIO FERREIRA DA SILVA - EPP
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 012.439/2014-2/R002
Recorrente: Valmir Gontijo Ferreira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 014.952/2014-9/R001
Recorrente: Wilton Leite Madureira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 018.749/2014-3/R001
Recorrente: Lair Ferreira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 020.693/2014-1/R001
Recorrente: ARONIO LUCENA SALVIANO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 027.649/2014-8/R001
Recorrente: JOAO ARAUJO SILVA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 027.919/2014-5/R001
Recorrente: DOCUMENTÁRIA FILMES LTDA/Roberto de Albuquerque Faustino
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 029.066/2014-0/R001
Recorrente: Antônio Carlos Ribeiro
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 032.205/2014-7/R001
Recorrente: CRISTIANE DIAS DE CASTRO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 032.820/2014-3/R001
Recorrente: Douglas Fabiano de Melo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 033.047/2014-6/R001
Recorrente: Francisco José Moreira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 033.946/2014-0/R001
Recorrente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 033.971/2014-5/R001
Recorrente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 001.577/2015-8/R002
Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recurso: 002.818/2015-9/R003
Recorrente: Ernane Ferreira Bastos
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 007.973/2015-2/R001
Recorrente: Autoridade Pública Olímpica
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 008.486/2015-8/R001
Recorrente: COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 011.539/2015-1/R001
Recorrente: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 017.430/2015-1/R001
Recorrente: ECT EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 017.928/2015-0/R001
Recorrente: MICROSENS LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº 002.222/2007-5 (Ata nº 21/2011) e o Plenário aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2511.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-026.768/2012-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-022.126/2015-5, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-007.561/2015-6, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-005.837/2015-4, TC-012.544/2011-6, TC-018.755/2014-3, TC-025.459/2015-5 e TC-026.089/2015-7, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-006.574/2011-4 e TC-018.991/2006-3, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-008.773/2002-8, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-007.346/2013-1, TC-010.603/2003-3 e TC-031.750/2013-3, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-009.045/2000-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

TC-011.182/2015-6 e TC-017.043/2014-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-015.423/2013-1, TC-022.899/2015-4 e TC-024.119/2015-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2462 a 2510.

RELAÇÃO Nº 50/2015 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2462/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.256/2013-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Ela Wiecko Volkmer de Castilho (257.507.209-34); Lauro Pinto Cardoso Neto (337.759.235-00); Paulo Cesar Magalhães Brayer (265.831.607-06); Roberto Monteiro Gurgel Santos (090.672.053-20)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2463/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 2.367/2015-TCU-Plenário, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos seguintes termos:

a) no item 3 e no subitem 9.3, onde se lê o CPF do responsável Alberto Farias da Cunha Júnior como 624.505.307-2, leia-se: 624.505.307-20;

b) no subitem 9.6.2, onde se lê o valor por extenso de R$ 172.750,00 como cento e setenta e um mil, setecentos e cinquenta reais, leia-se: cento e setenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais.

1. Processo TC-019.159/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ademar Carneiro Moscoso de Jesus Júnior (645.855.577-68); Alberto Farias da Cunha Júnior (624.505.307-20); Alcides Gabriel de Lima (363.114.217-04); Alda Lúcia Travessa Fairbairn (024.269.167-61); Ana Maria de Vasconcellos Macedo. (003.462.108-36); Anita Rosa Teles Moreira (320.621.097-68); Antônio do Nascimento Morais (220.340.487-68); Bernardo Alcântara do Nascimento (280.481.487-49); Bárbara Conceição de Maria Moreira Barreto (102.545.877-04); Carlos José Alves de Queiroz (134.636.164-91); Carlos Roberto Rodrigues Peixoto (539.665.707-34); Clóvis Damião Tavares da Silva (596.235.867-87); Continentino Magalhães (111.830.207-91); Dagoberto Ismar Pereira (235.474.487-00); Darcy Miranda da Silva (004.884.557-40); Deocleciano Costa Velho de Weck (275.257.591-20); Devanir de Oliveira Campos (403.344.147-68); Eliana Silva de Souza (570.551.227-91); Elizabeth. Cerqueira Monvoisin Guimarães (374.980.967-49); Eunice Maria Garnier da Silva (552.205.177-91); Fátima Regina Dias de Castro (467.299.257-87); Genila Theresa da Silva Rocha (000.663.217-35); Gilvan Velloso Prado (831.688.937-49); Humberto José Correa Mastrangelo (falecido) (076.969.907-30); José Antônio Moreira Neto (319.347.147-04); José Augusto de Albuquerque (367.927.217-00); José Luiz Teixeira Vogas (382.469.107-87); José Oridon Vieira (430.748.207-72); José do Nascimento (372.601.467-53); João Alves (361.500.457-49); João Batista Brandão (272.845.817-00)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-Centro/RJ - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Carla Isola Casale (295.566 /SP-OAB); Carlos Vargas Farias (74.153/RJ-OAB); Ariel Guimarães Fonseca (80.135/RJ-OAB); Maria das Neves Bueno de Souza (101.098/RJ-OAB); Carlos Henrique de Oliveira Dantas (130559/RJ-OAB) e outros

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2464/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, II, e 41, II e IV, ambos da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em apensar o presente processo ao TC nº 010.247/2015-7, de acordo com os pareceres emitidos nos presentes autos.

1. Processo TC nº 017.035/2015-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS e Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2465/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, II, e 41, II e IV, ambos da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em proferir as determinações a seguir relacionadas e dar ciência das falhas detectadas nesta auditoria, de acordo com os pareceres emitidos nos presentes autos.

1. Processo TC nº 017.202/2015-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Entidades: Governo do Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Bombinhas (SC) e Prefeitura Municipal de Porto Belo (SC).

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 180 dias, com base nas competências previstas no art. 5º da Portaria MPOG/MF/CGU nº 507/2011, reavaliem a prestação de contas do Contrato de Repasse Siconv nº 765.814, mediante a verificação do estado atual do pavimento e o acompanhamento de possíveis intervenções da empresa executora da obra. Caso os defeitos atualmente existentes não sejam devidamente corrigidos de forma a alcançar os padrões, a qualidade e a durabilidade previstos no projeto aprovado, adotem, em observância ao disposto na IN TCU nº 71/2012, as medidas administrativas com vistas à caracterização ou à elisão do dano ao erário, instaurando, se necessário, a competente tomada de contas especial;

1.6.2. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal que informem a este Tribunal o resultado das providências adotadas para atender à determinação constante do subitem 1.6.1 deste Acórdão;

1.6.3. dar ciência à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a respeito das seguintes ocorrências verificadas na execução do Convênio Siconv nº 774.745, para que as considere por ocasião da análise da respectiva prestação de contas:

a) aplicação financeira dos recursos transferidos, enquanto ainda não haviam sido utilizados no objeto do convênio, em desacordo com a legislação, o que ocasionou um prejuízo no valor de R$ 8.139,48 e afrontou o disposto no art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666/1993; no art. 10, § 4º, do Decreto nº 6.170/2007; no art. 54, § 1º, I e II, da Portaria MPOG/MF/CGU nº 507/2011 e na cláusula 3ª, § 2º, alínea "a", do Termo de Convênio;

b) realização de despesas com alimentação (lanches, almoços, refrigerantes e água) nos eventos *"Lançamento da Campanha da Mulher" e "Viver sem Violência em Santa Catarina"*, realizados nos dias 18/5 e 29/11/2014, no montante de R$ 82.900,00. Tais despesas não estão previstas na Meta 1 nem na Meta 2/Etapa 2 do Plano de Trabalho, não foram regularmente comprovadas e são estranhas à finalidade do convênio, o que afronta o disposto no art. 25, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000; nos arts. 52 e 64 da Portaria MPOG/MF/CGU nº 507/2011 e nas cláusulas 2ª, inciso II, alínea "d", e 12ª do Termo de Convênio;

1.6.4. dar ciência ao Governo do Estado de Santa Catarina, a respeito das seguintes ocorrências verificadas na execução do Convênio Siconv nº 774.745, com vistas à adoção de providências internas que previnam a reincidência dessas falhas em futuros convênios a serem celebrados com entidades ou órgãos federais:

a) aplicação financeira dos recursos transferidos, enquanto ainda não haviam sido utilizados no objeto do convênio, em desacordo com a legislação, o que ocasionou um prejuízo no valor de R$ 8.139,48 e afrontou o disposto no art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666/1993; no art. 10, § 4º, do Decreto nº 6.170/2007; no art. 54, § 1º, I e II, da Portaria MPOG/MF/CGU nº 507/2011 e na cláusula 3ª, § 2º, alínea "a", do Termo de Convênio;

b) realização de despesas com alimentação (lanches, almoços, refrigerantes e água) nos eventos *"Lançamento da Campanha da Mulher" e "Viver sem Violência em Santa Catarina"*, realizados nos dias 18/5 e 29/11/2014, no montante de R$ 82.900,00. Tais despesas não estão previstas na Meta 1 nem na Meta 2/Etapa 2 do Plano de Trabalho, não foram regularmente comprovadas e são estranhas à finalidade do convênio, o que afronta o disposto no art. 25, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000; nos arts. 52 e 64 da Portaria MPOG/MF/CGU nº 507/2011 e nas cláusulas 2ª, inciso II, alínea "d", e 12ª do Termo de Convênio;

1.6.5. dar ciência à Prefeitura do Município de Porto Belo (SC) acerca da seguinte ocorrência verificada na execução do Contrato de Repasse Siconv nº 765.814, com vistas à adoção das providências internas cabíveis e à prevenção de reincidência na execução de futuros convênios ou contratos de repasse a serem celebrados com entidades ou órgãos federais:

a) deterioração precoce do pavimento, decorrido apenas um ano da entrega definitiva da obra, quando o projeto previa durabilidade de dez anos, identificada na pista de rolamento do trecho da Avenida Governador Celso Ramos, que foi objeto do Contrato de Repasse Siconv 765814, denotando falhas na execução da obra e fiscalização deficiente do contrato, em desrespeito às disposições contidas nos arts. 66, 69 e 76 da Lei nº 8.666/1993 e no art. 6º da Portaria MPOG/MF/CGU nº 507/2011;

1.6.6. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada da instrução elaborada pela unidade técnica:

a) à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;

b) ao Governo do Estado de Santa Catarina;

c) ao Ministério das Cidades;

d) à Caixa Econômica Federal;

e) à Prefeitura do Município de Porto Belo (SC)

f) à Prefeitura do Município de Bombinhas (SC)

g) à Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina;

1.6.7. apensar o presente processo ao TC nº 010.247/2015-7.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2466/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, II, e 41, II e IV, ambos da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em dar ciência das falhas detectadas nesta auditoria, de acordo com os pareceres emitidos nos presentes autos.

1. Processo TC nº 018.723/2015-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.2. Entidades: Prefeituras Municipais de Anápolis (GO), Caldazinha (GO), Damolândia (GO), Goianápolis (GO) e Inhumas (GO).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; à Caixa Econômica Federal, representante do órgão concedente, e à Prefeitura Municipal de Inhumas (GO), para a adoção das providências cabíveis, da seguinte falha identificada na execução do Contrato de Repasse Siconv nº 741.398:

a) não utilização de bens adquiridos, no valor total de R$ 335.200,01, na finalidade estabelecida no contrato de repasse, o que afrontou o art. 25, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 e o art. 39, IV, da Portaria MPOG/MF/CGU nº 127/2008, tendo em vista que, do total de 36 equipamentos adquiridos, 24 encontram-se instalados em municípios estranhos ao contrato e três estão sob a guarda de entidade privada, sem qualquer utilização;

1.7.2. enviar cópia deste Acórdão, bem como da instrução elaborada pela unidade técnica, à Procuradoria da República no Estado de Goiás, ao Ministério Público do Estado de Goiás e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, para ciência e adoção das providências julgadas cabíveis;

1.7.3. apensar o presente processo ao TC nº 010.247/2015-7.

ACÓRDÃO Nº 2467/2015 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Guarujá (SP), noticiando a ocorrência de possíveis irregularidades no fornecimento de merenda escolar naquele ente federativo;

Considerando que os representantes alegam, em síntese, que, a convocação para eleições do CAE foi feita por conselheiro e não pelo seu Presidente, bem como que há má qualidade da comida ofertada aos alunos e não há atuação em conjunto dos nutricionistas e do CAE;

Considerando que a Secex-SP, consultando o site do FNDE acerca da situação da prestação de contas dos recursos do PNAE recebidos pelo Município de Guarujá/SP, verificou que estão pendentes de análise as prestações de contas relativas aos exercícios de 2013 e 2014, nos quais estão concentradas as irregularidades noticiadas;

Considerando que a unidade técnica, procedendo ao saneamento do feito, constatou que o Tribunal prolatou recentemente, dentre outros julgados, os Acórdãos 4.219/2013-TCU-2ª Câmara, 3.179/2015-TCU-1ª Câmara, 3.689/2015-TCU-1ª Câmara e 601/2014-TCU-1ª Câmara, em que foram expedidas determinações ao FNDE para apuração de irregularidades consignadas nos citados autos;

Considerando que as irregularidades noticiadas pelo Conselho de Alimentação Escolar do Município de Guarujá/SP merecem ser investigadas;

Considerando, todavia, que, cabe primariamente aos órgãos repassadores a adoção de providências relativas à apuração de eventuais irregularidades na gestão dos recursos repassados;

Considerando, pois, que se mostra mais conveniente, por questões de racionalidade administrativa e de economia processual, que o FNDE adote as providências sob sua alçada em relação às irregularidades noticiadas no presente feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso IV e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerar o seu exame prejudicado, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.961/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Priscilla Maria Bonini Ribeiro (150.688.738-45)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Guarujá - SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar cópia integral deste processo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com vistas a subsidiar o exercício por esse órgão, na qualidade de concedente, das competências de fiscalização originária dos recursos por ele transferidos à Prefeitura Municipal do Guarujá - SP, mediante o Programa Nacional de Alimentação Escolar, exercícios 2013-2014;

1.7.2. dar ciência desta decisão, acompanhada dos pareceres que a fundamentam, ao Conselho de Alimentação Escolar do Guarujá; e

1.7.3. determinar o arquivamento deste processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

Ata n° 41/2015 - Plenário
Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 45/2015 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 2468/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no município de Boa Ventura (PB), no âmbito da Concorrência Pública 1/2015 que tem como objeto a contratação de empresa especializada para construção de sistema de esgotamento sanitário com valor máximo orçado em R$ 3.153.919,66.

Considerando que oitiva prévia chamou aos autos o Município de Boa Ventura (PB) para se pronunciar sobre os fatos representados, especialmente quanto às restrições não previstas em lei contidas nos itens 5.2.1 (exigência de prévio cadastramento na modalidade de concorrência) e 5.4.4.1 (exigência de que o responsável técnico da empresa esteja presente na vistoria) do edital da Concorrência Pública 001/2015 que poderiam representar ofensa ao §1º, art. 3º da Lei 8.666/1993 (restrição ao caráter competitivo da licitação);

Considerando que o ente federativo, antecipando-se à decisão do Tribunal, decidiu por revogar a licitação com o propósito de corrigir as ilegalidades;

Considerando a perda do objeto da representação;

Considerando, entretanto, pertinente dar ciência ao município das falhas levantadas.

ACORDAM, com fundamento no art. 1º, II e 41, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 17, IV e 143, III, do RI/TCU, em:

a) conhecer da representação e arquivá-la ante a perda de objeto;

b) dar ciência ao município de Boa Ventura, em relação às falhas constadas na Concorrência 1/2015, que:

b.1) fere o §1º, artigo 22 da Lei 8.666/1993, a exigência de prévio cadastramento dos licitantes, posto que a Concorrência é modalidade de licitação aberta a quaisquer interessados;

b.2) a vistoria ao local das obras somente deve ser exigida quando for imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação, devendo o edital prever a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto (Acórdão 234/2015-TCU-Plenário); e

b.3) é ilegal a exigência de que a visita técnica ao local da obra seja realizada exclusivamente por engenheiro civil ou técnico de edificações vinculado à empresa licitante (Acórdão 2913/2014- TCU-Plenário).

1. Processo TC-014.317/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1.Representante: Soconstroi Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 03.446.956/0001-00)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Boa Ventura - PB

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: Itamara Monteiro Leitão (17238/PB-OAB), representando Prefeitura Municipal de Boa Ventura - PB.

Ata n° 41/2015 - Plenário
Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 43/2015 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2469/2015 - TCU - Plenário

Processo TC-020.147/2008-5 (RECURSO DE REVISÃO)

1. Apenso: TC-019.392/2003-8 (REPRESENTAÇÃO)

2. Recorrentes: Jander Gener César Guerreiro (CPF: 287.415.442-34), ex-Coordenador do Tesouro Estadual; e Jorci Mendes de Almeida (CPF: 126.011.101-63), ex-Secretário de Fazenda de Roraima

3. Unidade: Governo do Estado de Roraima

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/RR

8. Advogados constituídos nos autos: Krishlene Braz Ávila (OAB/RR 305-B), Jorci Mendes de Almeida Junior (OAB/RR 749) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de recursos de revisão interpostos por Jander Gener César Guerreiro e Jorci Mendes de Almeida contra o Acórdão 6.440/2011 - 1ª Câmara, que julgou as contas dos recorrentes irregulares, condenando-os em débito e multa, em decorrência da transferência dos recursos da conta específica do Convênio Senasp 127/2001 para a conta única do Estado, com sua devolução posterior, sem incorporar os rendimentos financeiros e pela aplicação dos recursos federais em fundos de investimento de curto prazo, em vez de na caderneta de poupança, gerando rendimentos menores.

Considerando que os recorrentes já interpuseram recursos de reconsideração contra o referido acórdão, tendo-lhe sido negado provimento (Acórdão 2.764/2012 - 1ª Câmara);

Considerando que Jander Gener César Guerreiro ingressou com pedido de reexame contra esta última decisão, do qual o Acórdão 7.574/2012 - 1ª Câmara não conheceu por inadequação recursal e por estar caracterizada a preclusão consumativa;

Considerando que, em seus expedientes, os responsáveis cingem-se a relatar fatos já suscitados ao longo do processo e já analisados por esta Corte por ocasião das aludidas deliberações;

Considerando que, nos elementos apresentados pelos recorrentes, não se verificam nenhuma das hipóteses previstas no art. 35 da Lei 8.443/1992, que autorizam a interposição de recurso de revisão;

Considerando que tanto a unidade técnica, em pareceres uniformes, como o Ministério Público pronunciaram-se pelo não conhecimento da presente peça recursal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", e 278 do RI/TCU, em não conhecer dos presentes recursos, dando-se ciência desta deliberação aos recorrentes.

ACÓRDÃO Nº 2470/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 42 da Resolução-TCU 191/2006, ACORDAM em considerar atendida a determinação constante no item 1.6 do Acórdão 2.419/2013 - Plenário, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário (006.628/2013-3), conforme pareceres emitidos:

1. Processo TC-031.761/2013-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: José Arinaldo de Oliveira Filho (149.193.975-34)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Frei Paulo/SE

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2471/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992; nos arts. 143, inciso III, 146, §§ 1º e 2º, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU; e nos arts. 6º e 2º, § 2º, da Resolução TCU 36/1995, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando ciência à representante, à empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A (58.069.360/0001-20) e à Petróleo Brasileiro S.A., com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.724/2015-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Infotec Consultoria e Planejamento Ltda. (29.884.632/0001-47)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.6. Representação legal: Mariana Araújo Becker (OAB/DF 14.675), Luis Eduardo Oliveira Alejarra (OAB/DF 39.534), representando a Infotec Consultoria e Planejamento Ltda.; Lilian de Argollo Bramont (CPF 421.817.715-53), Juliana Costa Couto (OAB/DF 13.802) e Annelise Cristhina Dias Costa (OAB/DF 44.170), representando a Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A; Rogério Vinhaes Assumpção (OAB/RJ 59.400), representando a Petróleo Brasileiro S.A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2472/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar, nos termos dos pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo após cientificar o representante e a interessada, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-024.131/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO)
1.2. Interessada: Mix Engenharia Ltda. (CNPJ: 05.047.900/0001-08)
1.3. Unidade: Celg Distribuição S.A. (Celg D)
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secex/GO
1.7. Advogado constituído nos autos: não há
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2473/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo o requerimento de medida cautelar, assim como o pedido de ingresso nos autos da empresa Ágil Empresa de Vigilância Ltda. como terceira interessada, arquivando-a e dando ciência à representante e ao Departamento de Polícia Federal com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1.Processo TC-025.254/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ágil Empresa de Vigilância Ltda. (72.619.976/0001-58)
1.1. Unidade: Departamento de Polícia Federal
1.2. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004) e outros, representando Ágil Empresa de Vigilância Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2474/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237 e 276 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e, em decorrência, considerar prejudicado o requerimento de medida cautelar feito pela representante, arquivando-se os autos e dando-se ciência à referida empresa, conforme os pareceres da unidade técnica:

1. Processo TC-025.358/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: LCA Vídeo Produtora Ltda. ME (CNPJ 10.783.282/0001-02)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).
1.6. Representação legal: Cláudia Helena Geremias (OAB/SC nº 23.618)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2475/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 2.417/2015 - Plenário, prolatado na Sessão de 30/9/2015, Ata nº 39/2015, bem como, o relatório que o fundamenta (peça 10), para que, onde se lê "Proposta de Fiscalização e Controle 33/2011", leia-se "Proposta de Fiscalização e Controle 53/2011", mantendo-se os demais termos do acórdão e do relatório ora retificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.579/2015-2 (Solicitação do Congresso Nacional)
1.1. Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5 Unidades Técnicas: Coinfra e Secex/ES
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 41/2015 - Plenário
Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 39/2015 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 2476/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de pedidos de prorrogação de prazo, formulados pelos Srs. José Sérgio Gabrielli de Azevedo (peça 208); Paulo Roberto Costa (peça 234); Jorge Luiz Zelada (peças 238 e 253) e Ildo Luis Sauer (peça 244) para a apresentação de razões de justificativas referentes às audiências determinadas pelo Acórdão 1.344/2015-TCU-Plenário, referente à fiscalização nas obras de implantação do Gasoduto Cacimbas-Catu (Projeto Gasene), realizada por ocasião do Fiscobras/2008.

Considerando que, em relação ao requerimento formulado pelo responsável José Sérgio Gabrielli de Azevedo (peça 208), a SeinfraPetróleo, por meio da instrução de peça 222, manifestou-se favoravelmente ao pedido de prorrogação formulado;

Considerando que o responsável José Sérgio Gabrielli já apresentou suas razões de justificativa, que foram juntadas na peça 231, restando prejudicado o pedido de prorrogação acostado na peça 208;

Considerando os argumentos apresentados pelos requerentes Paulo Roberto Costa (peça 234); Jorge Luiz Zelada (peça 238) e Ildo Luis Sauer (peça 244) e tendo em vista os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo inicialmente concedido, o prazo para a apresentação das razões de justificativas dos responsáveis Paulo Roberto Costa, Jorge Luiz Zelada e Ildo Luis Sauer às audiências determinadas no Acórdão 1.344/2015-TCU-Plenário.

1. Processo TC-034.514/2014-7 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Interessados: Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Jorge Luiz Zelada (447.164.787-34); Ildo Luis Sauer (265.024.960-91) e José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72).
1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.; Transportadora Gasene S/A - Grupo Petrobras.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPet).
1.6. Representação legal: Gabriel Andrade Ribeiro e outros, representando Antônio Carlos Pinto de Azeredo; Julia Torres Kerr Haanwinckel (151307/RJ-OAB) e outros, representando Bueno Engenharia e Construção Ltda; Argeo Cirilo Bueno (14.303/RS-OAB) e outros, representando Conduto Companhia Nacional de Dutos; Helga Araruna Ferraz de Alvarenga (154.720/SP-OAB) e outros, representando Consórcio Mendes Júnior-azevedo & Travassos; Guilherme Siqueira Coelho de Paula (48.370/DF-OAB) e outros, representando Galvão Engenharia S/a; Fábio Carneiro Bueno Oliveira (146.162/SP-OAB) e outros, representando Ildo Luis Sauer; Fernando Villela de Andrade Vianna (134.601/RJ-OAB) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Fernanda Pereira da Silva Machado (168336/RJ-OAB) e outros, representando Paulo Roberto Costa; Taísa Oliveira Maciel (118.488/RJ-OAB) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a.; Yan Zhiquan e outros, representando Sinopec Petroleum do Brasil Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2477/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de consulta formulada pelo Sr. Aécio Mares Tarouco, Procurador da República no Município de Mossoró/RN, na qual solicita informar se o TCU "possui atribuição para fiscalizar obras do Estado do Rio Grande do Norte financiadas com recursos obtidos por meio de empréstimo junto a organismos internacionais, a exemplo do BIRD".

Considerando que a autoridade em epígrafe não consta do rol de legitimados previsto no art. 264 do Regimento Interno/TCU;

Considerando que a Jurisprudência desta Corte sobre o assunto questionado se firmou no sentido de que a jurisdição cabível ao TCU deve se restringir às cautelas típicas do avalista, quais sejam, a avaliação prévia das capacidades de endividamento e pagamento do Estado ou Município, sob a responsabilidade do Banco Central (BACEN) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e da validade legal dos contratos, especialmente os de contra garantias, sendo esta avaliação a cargo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos do Acórdão 1.789/2008-TCU-Plenário.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, XXV, 143, inciso V, alínea a, 264 e 265 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)não conhecer da presente consulta, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU;

b)dar ciência deste Acórdão ao consulente, encaminhando-lhe cópia da instrução da unidade técnica e dos Acórdãos 52/2002-TCU-Plenário, 53/2002-TCU-Plenário, 2.368/2008-TCU-2ª Câmara e 1.789/2008-TCU-Plenário;

c)arquivar os presentes autos, nos termos do artigo 169, inciso VI, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-019.256/2015-9 (CONSULTA)
1.1. Interessado: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).
1.2. Entidade: Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2478/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de monitoramento das determinações e recomendações constantes do Acórdão 1.377/2011-TCU-Plenário, por meio do qual foi apreciada a auditoria de conformidade integrante do Plano de Fiscalização de 2010 do Tribunal de Contas da União - TCU, baseado no Tema de Maior Significância TMS 3 - Saúde, item 3.1 - Desvios e Desperdícios de Recursos do SUS, aprovado pelo Plenário no dia 31 de março de 2010, conforme determina a Resolução-TCU 185/2005.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso I, e 243 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)considerar cumpridos os itens 9.1.1; 9.1.2; 9.1.3; 9.2.1; 9.2.2; 9.3.1; 9.4.1; 9.5.1; 9.6.1; 9.9.3 e 9.9.4 do Acórdão 1.377/2011-TCU-Plenário;

b)considerar implementado o item 9.7 do Acórdão 1.377/2011-TCU-Plenário, exceto quanto à Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE;

c)considerar implementado o item 9.8 do Acórdão 1.377/2011-TCU-Plenário, exceto quanto à Secretaria de Estado de Saúde de Pernambuco;

d)considerar parcialmente cumpridos os itens 9.9.1 e 9.9.2 do Acórdão 1.377/2011-TCU-Plenário;

e) encaminhar cópia da presente deliberação acompanhada da instrução da unidade técnica aos seguintes Órgãos: Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems); Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/CE; Secretaria Municipal de Saúde de Belém/PA; Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco; às Secretarias de Saúde dos municípios de São Paulo-SP, Recife-PE, Cabo Frio-RJ, Porto Velho-RO, Cascavel-PR, Carazinho-RS e Cachoeiro do Itapemirim-ES; às Secretarias de Saúde dos estados de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Paraná e Espírito Santo; às Secretarias de Saúde dos municípios de Campina Grande do Sul - PR, Itajaí - SC, Fortaleza - CE, São José do Rio Preto - SP, Porto Alegre - RS, Goiânia - GO, Campos dos Goytacazes - RJ, Florianópolis - SC, Barbalha - CE, João Pessoa - PB, Juiz de Fora - MG, Rio de Janeiro - RJ, Salvador - BA, Campinas - SP, São Bernardo do Campo - SP, Piracicaba - SP, Petrolina - PE, Santos - SP, Araraquara - SP, Natal - RN, Montes Claros - MG, Curitiba - PR; às Secretaria de Saúde dos estados de Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte;

f) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica em atendimento às solicitações das seguintes instituições: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no estado do Ceará (TC-033.759/2011-1); Ministério público Federal - Procuradoria da República do Estado de Goiás (TC-026.059/2011-8); Polícia Federal - Superintendência Regional no Estado de Goiás (TC 034.301/2011-9); Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Cabo Frio (TC 000.801/2012-7); Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Pará (TC 029.247/2011-0); Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Ceará - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) (TC 025.815/2014-8); Procuradoria da República no Estado do Rondônia (TC 000.067/2015-6); Comissão Parlamentar de Inquérito do SUS - Câmara dos Deputados do estado do Paraná (TC 020.970/2011-0); Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Ceará (TC 016.906/2015-2); e Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Pernambuco (TC 013.782/2012-6);

h) apensar definitivamente os presentes autos ao TC 022.619/2010-0, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-005.826/2014-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão: Ministério da Saúde.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2479/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de monitoramento de determinação proferida no Acórdão 204/2014-TCU-Plenário (item 9.4), dirigida ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Considerando que a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Rio de Janeiro, pela Portaria 302, de 3/6/2015, instaurou a devida Tomada de Contas Especial, sendo constituído o Processo Mapa 21044/002227/2015-48;

Considerando que não há necessidade de se aguardar o envio do relatório final da TCE para esta Corte de Contas, no âmbito deste processo, uma vez que as tomadas de contas especiais, ao seguirem os trâmites legais, devem ser encaminhadas a este Tribunal nos termos da lei;

Considerando o pedido de prorrogação de prazo formulado pela Sra. Josefa Iracele Santiago Pereira, Assessora Especial da Secretaria-Executiva do Mapa, para a conclusão dos trabalhos de tomada de contas especial por mais noventa dias, em razão das dificuldades operacionais apontadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso I, e 243 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)considerar atendida a determinação constante do subitem 9.4 do Acórdão 204/2014-TCU-Plenário e, em consequência, concluído o presente monitoramento;

b)deferir o pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Assessora Especial da Secretaria-Executiva do Mapa, para a conclusão dos trabalhos de tomada de contas especial, por mais noventa dias, cientificando o órgão que, em razão do encerramento deste processo, não será necessário encaminhar a resposta ao item 1.b do Ofício de Diligência 1157/2015-TCU/Secex-RJ (peça 182), devendo a TCE seguir o seu curso regulamentar;

c)encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental), responsável pelas contas do órgão a quem se dirigiu a determinação de item 9.4 do Acórdão 204/2014-TCU-Plenário;

d)apensar definitivamente os presentes autos ao TC 028.012/2009-9, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014;

1. Processo TC-008.859/2011-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Benário Fernandes da Silva (267.760.817-00); Jose Carlos Pinto Guedes (378.044.997-87); Maria Celia Conceição Soares (492.822.207-53); Pedro Cabral da Silva (004.337.214-72); Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu - RJ (29.128.766/0001-38).
1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo No RJ (00.414.607/0016-02).
1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu - RJ.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.7. Representação legal: Obney Americo Espirito Santo Rodrigues (90.035/RJ-OAB) e outros, representando Maria Celia Conceicao Soares; Cleverson de Lima Neves (69058/RJ-OAB) e outros, representando Jose Carlos Pinto Guedes; Paula Cardoso Pires (23668/DF-OAB) e outros, representando Pedro Cabral da Silva.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2480/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de representação formulada pela empresa Microsens Ltda., com fundamento no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993, comunicando suposta ilegalidade no Pregão Eletrônico 01/2015, promovido pela Gerência Executiva do INSS em Salvador - BA, que teve por objeto a contratação de serviços de reprografia a serem executados nas dependências daquela Gerência e demais unidades de sua abrangência e cujo valor estimado para a licitação é R$ 93.699,30 para um período de doze meses.

Considerando que a representante questionava a legalidade de ato praticado do pregoeiro, no que se refere ao aceite de equipamento que supostamente não atenderia às exigências técnicas dispostas no instrumento convocatório, em especial no que concerne à velocidade de impressão por minuto;

Considerando que ao aceitar a velocidade de 38 páginas por minuto, a Administração, implicitamente, considerou que tal velocidade supriria suas necessidades, mesmo a despeito de o edital ter estabelecido, como requisito mínimo para classificação, equipamento com velocidade mínima de 45 páginas por minuto entendendo, portanto, que a velocidade abaixo da exigida para cópias, em torno de 15%, não descaracterizaria as configurações técnicas exigidas, nem tampouco o resultado esperado do equipamento;

Considerando que, para o caso concreto, deve prevalecer o princípio da economicidade, pois a diferença entre os valores ofertados pela representante (R$ 63.800,00) e a empresa declarada vencedora do certame (R$ 58.312,80) é de R$ 5.487,20 por ano de contrato;

Considerando que diante da documentação constante dos autos, demonstrou-se a procedência parcial dos fatos narrados na representação, em especial no que se refere à classificação e homologação, por parte da Gerência Executiva do INSS em Salvador, de proposta de licitante que não atendia às especificações técnicas e definidas no edital, infringindo não somente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas também o princípio da isonomia no procedimento licitatório, insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993, além do caráter competitivo do certame;

Considerando, entretanto, que suspensão ou até mesmo a anulação do pregão e a consequente realização de novo certame poderia acarretar ônus ainda maior para a Administração, uma vez que, caso fosse obtida proposta mais econômica em caso de repetição do certame, dificilmente a diferença nos valores seria expressiva a ponto de cobrir os custos operacionais e os trâmites exigidos para a realização de nova licitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência à Gerência Executiva do INSS em Salvador de que:

b.1.) aceitar proposta de licitante que não atende às especificações técnicas e definidas no edital, infringe não somente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas também o princípio da isonomia no procedimento licitatório, insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993, além do caráter competitivo do certame;

b.2.) o objeto da licitação deve estar indicado no instrumento convocatório de forma precisa, suficiente e clara, de modo que se possa, de maneira direta e sem maiores esforços interpretativos, compreender os critérios e as exigências nele consignados, consoante o disposto no art. 40 da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 3º, inc. II, da Lei 10.520/2002, e 9º, inc. I, do Decreto 5.450/2005;

c) dar ciência da presente deliberação à representante e à Gerência Executiva do INSS em Salvador;

d) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-017.251/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2481/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de representação formulada pela Juíza Titular da 19ª Vara Federal de Pernambuco/PE, pela qual é noticiada conduta do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que teria culminado com a imposição de sanção pecuniária em desfavor do erário federal, em face de descumprimento de decisão judicial proferida nos autos do processo 0522520-90.2013.4.05.8300T.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que a multa diária aplicada ao INSS decorreu de conduta leniente da autarquia, que desconsiderou despacho judicial para cumprir obrigação de fazer;

Considerando, no entanto, que o referido dano é potencial, haja vista não estar caracterizada a liquidez do suposto prejuízo, e tampouco os pagamentos decorrentes de astreinte;

Considerando que não se pode imputar responsabilidade a agente público sem que esteja configurada a quantificação do dano;

Considerando que o valor diário da multa aplicada não vislumbra alta materialidade - R$ 50,00 (cinquenta reais) [situando-se abaixo do limite para instauração de tomada de contas especial, R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), segundo o art. 6º da Instrução Normativa-TCU 71/2012];

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal tem firmado o entendimento de que não se encontra no âmbito de competência desta Corte de Contas apreciar descumprimentos de ordens judiciais por parte de agentes públicos, salvo quando resultar injustificado dano ao erário federal (Acórdão 872/2003-TCU-Plenário, Acórdão 1.655/2003-TCU-2ª Câmara, Acórdão 1.101/2007- TCU-Plenário, Acórdão 432/2010-TCU-1ª Câmara; Acórdão 7.875/2012-TCU-2ª Câmara);

Considerando, entre outros, o disposto no art. 3º da Instrução Normativa-TCU 71/2012, o qual prescreve que é dever do administrador público federal adotar medidas imediatas, com vistas ao ressarcimento de dano ao erário, independentemente da atuação do Tribunal de Contas da União;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em:

a)conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b)encaminhar cópia dos presentes autos ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), para que adote as medidas cabíveis a que se refere a Instrução Normativa-TCU 71/2012, com relação ao dano ao erário decorrente da aplicação de multa no âmbito da ação judicial mencionada nesta representação;

c)dar ciência deste acórdão ao Juízo da 19ª Vara da Justiça Federal - Seção Judiciária de Pernambuco, e à Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social;

d)arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-022.923/2015-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2482/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de representação formulada pelo presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe, pela qual é noticiada conduta do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que teria culminado com a imposição de sanção pecuniária em desfavor do erário federal, em face de decisão proferida no processo 0500979-2.2015.4.05.8500.

Considerando que a representação reporta decisão da Turma Recursal que negou provimento a recurso interposto pelo INSS contra sentença que havia reconhecido pedido de contribuinte da Previdência Social e condenado aquela autarquia a conceder aposentadoria ao demandante, bem como a lhe pagar diferenças apuradas pela Contadoria Judicial;

Considerando que a referida decisão da Turma Recursal aplicou multa ao INSS por litigância de má-fé, nos termos do art. 17, incisos I e II, do CPC, condenando também o INSS ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa e de indenização correspondente a 20% também sobre o valor da causa;

Considerando que as multas aplicadas ao INSS, impostas pelo juízo representante, só se materializam após o trânsito em julgado da decisão e conseguinte execução;

Considerando que, mediante consulta ao portal eletrônico da Justiça Federal de Sergipe, a Unidade Técnica verificou que não houve, até o momento, expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV), nem de precatório, não restando materializado o pagamento das multas;

Considerando que o possível dano ao erário federal decorre de multa processual imposta ao INSS em face de interposição de recurso que foi considerado como litigância de má-fé e que este recurso foi manejado por procuradora federal, no exercício profissional da advocacia, sem nenhuma relação com ato de gestão de recursos públicos, o que afasta a jurisdição desta Corte de Contas;

Considerando que nem todo dano causado ao erário federal está sujeito ao exercício do Controle Externo, exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do TCU;

Considerando que a procuradora federal, ao ter postulado em juízo, não praticou nenhuma das funções de natureza administrativa especificadas nos artigos 70 e 71 da Constituição Federal, quais sejam, utilizar, arrecadar, guardar, gerenciar ou administrar dinheiros, bens e valores públicos, não sendo responsável, portanto, por dinheiros, bens e valores públicos;

Considerando que este Tribunal tem manifestado entendimento no sentido de que somente é possível alcançar o Advogado da União, em solidariedade com o gestor público, a exemplo da emissão de parecer jurídico obrigatório (hipótese prevista na Lei 8.666/1993, art. 38, parágrafo único), pois motiva o ato administrativo, integrando a decisão a ser adotada pelo ordenador de despesas (Acórdãos 3.373/2013-TCU-Plenário, 3.024/2013-TCU-Plenário entre outros);

Considerando que este entendimento encontra respaldo em posição do Supremo Tribunal Federal que, ao tratar da responsabilização de procurador de autarquia por emissão de parecer técnico-jurídico, admitiu a responsabilidade solidária do parecerista em conjunto com o gestor, conforme voto condutor proferido em julgamento do Plenário (MS 24631/DF, julgamento em 9/8/2007, Rel. Ministro Joaquim Barbosa);

Considerando que o manejo do discutido recurso pela procuradora federal não está relacionado com atos de gestão e que a presente a conduta, noticiada pelo representante, não está sob alcance da jurisdição do TCU (nesse sentido o Acórdão 4.445/2015-TCU-1ª Câmara);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em:

a)não conhecer a documentação apresentada como representação, eis que não se refere a administrador ou responsável sujeito à jurisdição deste Tribunal, consoante art. 235, caput, c/c art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

b)dar ciência desta deliberação ao presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe;

c)dar ciência, ao INSS, dos fatos narrados nos presentes autos, para a adoção das medidas que entender cabíveis;

d)arquivar este processo, com fundamento no art. 235, parágrafo único, c/c art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-023.256/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Gerência Executiva do INSS-Aracaju/SE.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2483/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de representação formulada pelo Presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe, pela qual é noticiada conduta do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS que teria culminado com a imposição de sanção pecuniária em desfavor do erário federal, em face de decisão proferida nos autos do processo 0507084-39.2014.4.05.8500.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que a multa aplicada ao INSS decorreu de conduta leniente da autarquia, que desconsiderou ordem judicial determinando juntada de cópia integral de processo administrativo relativo a benefício requerido pela parte autora, ao processo judicial;

Considerando que o valor da multa aplicada não vislumbra alta materialidade, R$ 1.000,00 (mil reais), em valores atualizados até 8/6/2015 [situando-se abaixo do limite para instauração de tomada de contas especial, R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), segundo o art. 6º da Instrução Normativa-TCU 71/2012];

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal tem firmado o entendimento de que não se encontra no âmbito de competência desta Corte de Contas apreciar descumprimentos de ordens judiciais por parte de agentes públicos, salvo quando resultar injustificado dano ao erário federal (Acórdão 872/2003-TCU-Plenário, Acórdão 1.655/2003-TCU-2ª Câmara, Acórdão 1.101/2007-TCU-Plenário, Acórdão 432/2010-TCU-1ª Câmara; Acórdão 7.875/2012-TCU-2ª Câmara);

Considerando, entre outros, o disposto no art. 3º da Instrução Normativa-TCU 71/2012, o qual prescreve que é dever do administrador público federal adotar medidas imediatas, com vistas ao ressarcimento de dano ao erário, independentemente da atuação do Tribunal de Contas da União;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso III, e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considera-la parcialmente procedente;

b) dar ciência desta decisão à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS para que adote as medidas cabíveis a que se refere a Instrução Normativa-TCU 71/2012, com relação ao dano ao erário decorrente da aplicação de multa no âmbito da ação judicial mencionada nesta representação;

c) encaminhar cópia deste acórdão bem como da instrução da unidade técnica ao Presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe e à Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-025.157/2015-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Gerência Executiva do INSS-Aracaju/SE.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 41/2015 - Plenário
Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 48/2015 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2484/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, tendo em vista os presentes autos que trata de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em razão de irregularidades detectadas na execução do Convênio SERT/SINE 63/99, celebrado entre a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT/SP) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Sta. Isabel/SP (STIMMMEG), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador/FAT, que foram repassados ao Estado de São Paulo, no exercício de 1999, por meio do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 004/99-SERT/SP.

Considerando que, o Acórdão 1111/2014 - 2ª Câmara (peça 49), o Tribunal condenou o recorrente ao pagamento de débito solidário e multa;

Considerando que o recorrente interpôs recurso de reconsideração (peça 61), que foi conhecido para, no mérito, não ser provido, conforme consta de Acórdão 7958/2014-TCU-2ª Câmara (peça 96);

Considerando que o recorrente opôs embargos de declaração (peça 106) os quais foram conhecidos e rejeitados no mérito pelo Acórdão 1875/2015-TCU-2ª Câmara (peça 109);

Considerando que, neste momento, o responsável interpõe recurso de revisão (peça 116), com fundamento no inciso II do artigo 35 da Lei 8.443/1992;

Considerando que, do exame do recurso constata-se que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que a peça recursal não apresenta os requisitos específicos de falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido. Ao contrário, limita-se a trazer argumentos que já foram apresentados em sede de alegações de defesa (peça 39), recurso de reconsideração (peça 61) e embargos de declaração (peça 106), e que já foram devidamente analisados, conforme se verifica à peça 50, p. 2-5, peça 95, p. 4-17, peça 110 e 111

Considerando o parecer da Secretaria de Recursos, no sentido do não conhecimento do recurso;

Considerando o parecer do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/92 e nos arts. 143, inciso IV, "b", e 285, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do Recurso de Revisão e dar ciência ao recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-017.223/2012-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Francisco Cardoso Filho (495.913.398-87); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Sind. dos Trab. Ind. Metal., Mecân. e de Mat. Elétr. de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Sta. Isabel/sp (49.088.842/0001-36); Walter Barelli (008.056.888-20)
1.2. Recorrente: Sind. dos Trab. Ind. Metal., Mecân. e de Mat. Elétr. de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Sta. Isabel/sp (49.088.842/0001-36)
1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 290, de 8/10/2015.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.8. Representação legal: Ronaldo de Almeida (236199/SP-OAB) e outros, representando Luís Antônio Paulino; Antonio Rosella (33792/SP-OAB) e outros, representando Sind. dos Trab. Ind. Metal., Mecân. e de Mat. Elétr. de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Sta. Isabel/SP; Ronaldo de Almeida (236199/SP-OAB) e outros, representando Walter Barelli.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2485/2015 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados estes autos de monitoramento do cumprimento dos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão 132/2014-Plenário, que determinou ao Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) que adotasse providências no sentido de expedir atos normativos relacionados à organização dos demonstrativos contábeis e à divulgação de informações financeiras dos Conselhos Regionais, bem como para que envidasse esforços para regularizar a situação gerencial dos Conselhos Regionais de Alagoas, Amapá e Maranhão;

Considerando o pedido de prorrogação de prazo para atendimento das determinações encaminhado pelo Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB), conforme a peça 36;

Considerando que se trata do terceiro pedido de prorrogação encaminhado até o momento;

Considerando as dificuldades gerenciais, financeiras e técnicas enfrentadas pela entidade, consoante exposto no relatório e na proposta de deliberação que fundamentaram o Acórdão 132/2014-Plenário;

Considerando o caráter pedagógico da atuação desta Corte e o propósito assumido pelo TCU no sentido de contribuir para a melhoria da gestão das unidades jurisdicionadas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, em fazer as determinações expostas no item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-005.868/2014-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil.
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência, que:
1.7.1.1 encaminhe informações acerca da atual situação gerencial, administrativa e operativa dos Conselhos Regionais dos Estados de Alagoas, Amapá e Maranhão;
1.7.1.2. informe sobre as providências, mesmo que ainda não concluídas, eventualmente adotadas no sentido de cumprir os itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão 132/2014-Plenário;
1.7.1.3. apresente um plano de ação a fim de dar cumprimento aos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão 132/2014-Plenário, especificando as ações a serem adotadas, os respectivos prazos e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento dessas ações.

ACÓRDÃO Nº 2486/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, e com fundamento no art. 183, parágrafo único, do RI/TCU, em prorrogar, o prazo fixado para o cumprimento do Acórdão 1284/2015-Plenário, por mais 90 (noventa) dias, contados do término do prazo anteriormente estabelecido, em conformidade com os pronunciamentos de peças 62 e 63 destes autos.

1. Processo TC-011.784/2015-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 001.007/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Interessado: Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91)
1.3. Órgão/Entidade: Ministério das Cidades
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.7. Representação legal: Aline Crivelari (OAB/SP 230844), Erika Cristina Frageti Santoro (OAB/SP 128776) e outros
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2487/2015 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Pedido de Reexame em processo de Relatório de Auditoria, de interesse de Zorba Baependi da Rocha Igreja e Antônio Carlos de Sousa Costa;

Considerando que o Tribunal, por meio do Acórdão 1018/2015-TCU-Plenário (peça 109), ao apreciar Relatório de Auditoria, aplicou aos interessados a multa do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92 (item 9.5); e fixou-lhes prazo para comprovação do recolhimento da dívida (item 9.6);

Considerando que, nos termos do art. 179, inciso II, do Regimento Interno do TCU, os recorrentes foram regularmente notificados do Acórdão 1018/2015-TCU-Plenário em 26/5/2015 (peça 135) e 07/5/2015 (peça 153), respectivamente;

Considerando que os interessados interpuseram Pedido de Reexame contra o Acórdão 1018/2015-TCU-Plenário em 12/6/2015 (R002), os quais extrapolam o prazo quinzenal estipulado pelo art. 286, parágrafo único, c/c o art. 285, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que os recorrentes não apresentaram fatos novos supervenientes que permitiriam relevar a eiva da intempestividade, nos termos do art. 286, parágrafo único, c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o que impede o conhecimento do recurso;

Considerando, ainda, os pareceres uniformes da unidade técnica (peças 170 e 171);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenário, com fundamento no art. 286 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame interposto pelos Srs. Zorbba Baependi da Rocha Igreja e Antônio Carlos de Sousa Costa, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 285, caput e § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU; e em dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

1. Processo TC-006.791/2011-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 038.057/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Alexandre de Castro Nogueira (839.130.413-20); Antonio Carlos de Sousa Costa (089.120.253-68); Arlindo Dias Carneiro Neto (003.904.053-45); Francisco Pinheiro Lima Júnior (066.188.123-72); Francisco de Assis Carvalho Gonçalves (156.709.613-15); Luzinete Lima Silva Muniz Barros (372.591.803-15); Maria Regina Sousa (053.547.733-34); Telmo Gomes Mesquita (133.182.334-04); Tibério da Rocha Ribeiro (811.527.363-53); Yonice Maria de Carvalho Pimentel (066.597.643-72); Zorbba Baependi da Rocha Igreja (849.836.803-06)
1.3. Recorrentes: Zorbba Baependi da Rocha Igreja (849.836.803-06); Antonio Carlos de Sousa Costa (089.120.253-68)
1.4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Piauí
1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 290, de 8/10/2015.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou
1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Vital do Rêgo
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
1.9. Representação legal: Germano Tavares Pedrosa e Silva (5609/PI-OAB) e outros, representando Alexandre de Castro Nogueira; Germano Tavares Pedrosa e Silva (5952/PI-OAB) e outros, representando Antonio Carlos de Sousa Costa; Rafael Orsano de Sousa (6968/PI-OAB) e outros, representando Francisco de Assis Carvalho Gonçalves; Aline Nogueira Barroso (8225/PI-OAB) e outros, representando Maria Regina Sousa; Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (2953/PI-OAB) e outros, representando Telmo Gomes Mesquita; Semíramis Antão de Alencar (6168/PI-OAB) e outros, representando Zorbba Baependi da Rocha Igreja.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2488/2015 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que trata de irregularidades detectadas no levantamento de auditoria realizado no âmbito do Fiscobras 2010, destinado a fiscalizar os projetos, obras e serviços do sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário do Município de Porto Velho/RO.

Considerando que os responsáveis interpuseram Pedido de Reexame contra o Acórdão 610/2015 Plenário, por meio do qual o Plenário aplicou-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, na forma discriminada: João Carlos Gonçalves Ribeiro 775.238.578-68 R$ 30.000,00 (trinta mil reais), Vagner Marcolino Zacarini 595.849.719-72 R$ 30.000,00 (trinta mil reais), Luciano dos Santos Guimarães 519.405.585-49 R$ 15.000,00 (quinze mil reais), devido a ocorrência de falhas e irregularidades que não foram sanadas nas razões de justificativa;

Considerando que o responsável Luciano dos Santos Guimarães interpôs embargos em 30/04/2015 (peça 225), data de notificação dos embargos: 16/07/2015 (peça 243), data de protocolização do recurso: 03/08/2015 (peça 246), expirado, portanto, o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/92;

Considerando que o responsável João Carlos Gonçalves Ribeiro interpôs embargos em 30/04/2015 (peça 226), data de notificação dos embargos: 13/08/2015 (peça 250), data de protocolização do recurso: 28/08/2015 (peça 251, p. 1).), expirado, portanto, o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/92;

Considerando que o responsável Vagner Marcolino Zacarini interpôs embargos em 30/04/2015 (peça 224), data de notificação dos embargos: 12/08/2015 (peça 249) e data de protocolização do recurso: 01/09/2015 (peça 252, p. 1) expirado, portanto, o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/92;

Considerando que os elementos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos que admitam a exceção de intempestividade prevista no parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/92, mas apenas expedientes que poderiam ter sido apresentados em sua audiência;

Considerando os pareceres uniformes no âmbito da Secretaria de Recursos, no sentido da intempestividade e, por consequência, do não conhecimento do recurso;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/92, em não conhecer do Pedido de Reexame e dar ciência ao recorrente do teor deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.360/2010-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 017.688/2011-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 027.998/2013-4 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); 008.202/2015-0 (SOLICITAÇÃO); 025.559/2009-9 (MONITORAMENTO); 004.377/2015-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Albanisa Pereira Pedraça (497.864.582-49); América Maria Ruiz de Lima Verde Ferreir (192.078.832-87); Aparecida Ferreira de Almeida Soares (523.175.101-44); Camila Guedes da Silva (276.550.338-97); Carlos Eduardo Curi Gallego (022.373.029-79); Consórcio Cowan-triunfo (10.803.934/0001-15); Débora Maria de Corte Real e Medina Reis (479.112.121-04); Edson Victor de Souza (174.816.048-60); Elenice Marques Carraro (515.103.326-34); Eralda Etra Maria Lessa (161.821.702-04); Everson Cezar Nascimento (577.809.199-00); Everton Jose dos Santos Filho (113.422.932-15); Genny Trivério Denny (409.823.272-34); Ivo Narciso Cassol (304.766.409-97); Jose Eduardo Figueiredo Leite (008.371.338-74); João Carlos Gonçalves Ribeiro (775.238.578-68); Larissa Nogueira Corbacho Martins (253.585.428-76); Leodegar da Cunha Tiscoski (169.196.619-34); Luciano dos Santos Guimarães (519.405.585-49); Maria Angélica Foes da Rocha (017.361.019-60); Mayara Gomes Freire da Silva (061.216.989-85); Márcia Cristina Luna (288.491.914-72); Naiara Jovania Braga da Silva (531.236.462-20); Osamu Sato (040.779.378-09); Patricia Oliveira de Holanda Rocha (024.985.847-90); Rodrigo Pinheiro Pacheco (018.976.339-63); Rogerio de Paula Tavares (331.852.987-72); Rosely Aparecida de Jesus (754.477.626-34); Rossini Ewerton Pereira da Silva (040.658.912-72); Sérgio Augusto Portocarrero Ramos (441.734.234-20); Tarcisio Batista Rego (080.549.754-49); Vagner Marcolino Zacarini (595.849.719-72); Wanderly Lessa Mariaca (317.013.372-15); Zuleide Azevedo de Almeida Leal (141.161.624-34)

1.3. Recorrentes: Luciano dos Santos Guimarães (519.405.585-49); João Carlos Gonçalves Ribeiro (775.238.578-68); Vagner Marcolino Zacarini (595.849.719-72)

1.4. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.5. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Entidades/órgãos do Governo do Estado de Rondônia; Ministério das Cidades (vinculador)

1.6. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 290, de 8/10/2015.

1.7. Representante do Ministério Público: não atuou

1.8. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Bruno Dantas

1.9. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraTel).

1.10. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/DF-OAB) e outros, representando Consórcio Cowan-triunfo; Guilherme Lopes Mair (32261/DF-OAB) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Rodrigo Otavio Veiga de Vargas (2.829/RO-OAB) e outros, representando João Carlos Gonçalves Ribeiro.

1.11. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2489/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e considerando o pedido de parcelamento de multa formulado pelo Senhor Cássio Murilo Trovo Hidalgo, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da multa imposta ao responsável, por intermédio do Acórdão 2890/2014 - TCU - Plenário, Sessão de 29/10/2014 (peça 159), em 36 (trinta e seis) parcelas atualizadas monetariamente de acordo com a deliberação original, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando aos responsáveis que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU):

1. Processo TC-011.717/2011-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Arildo Antonio de Campos (498.793.169-91); C. R. Martinez & Cia Ltda (04.375.328/0001-43); Cássio Murilo Trovo Hidalgo (453.839.959-00); Edinaldo da Silva (663.188.829-87); Gilberto Marciak (349.349.529-34); Jamilson Bispo de Oliveira (762.109.879-15); Luiz dos Santos (016.560.109-41); Nelson Oliveira Belini (370.295.099-00); Raul Henrique Ribas Macedo (456.462.109-25); Raulino Vilvert da Silva (046.270.799-74)

1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Iporã - PR; Superintendência Estadual da Funasa No Paraná

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 290, de 8/10/2015.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.7. Representação legal: Lourival Raimundo dos Santos (13538/PR-OAB) e outros, representando C. R. Martinez & Cia Ltda; Vicente Souza Moura Filho e outros, representando Cássio Murilo Trovo Hidalgo; Gisela Alves dos Santos Trovo (25201/PR-OAB) e outros, representando Edinaldo da Silva; Gisela Alves dos Santos Trovo (25201/PR-OAB) e outros, representando Gilberto Marciak; Gisela Alves dos Santos Trovo (25201/PR-OAB) e outros, representando Jamilson Bispo de Oliveira; Gisela Alves dos Santos Trovo (25201/PR-OAB) e outros, representando Luiz dos Santos; Gisela Alves dos Santos Trovo (25201/PR-OAB) e outros, representando Nelson Oliveira Belini; Gisela Alves dos Santos Trovo (25201/PR-OAB) e outros, representando Raulino Vilvert da Silva.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2490/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em autorizar a prorrogação do prazo fixado no item 1.6.1.1. do Acórdão 647/2015-Plenário - TCU, por mais noventa dias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.226/2014-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jataí - GO

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 290, de 8/10/2015.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.5. Representação legal: Heloisa Brandão de Melo (24042/GO-OAB), representando Prefeitura Municipal de Jataí - GO.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2491/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 43, inciso I, 53 e 55 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em atenção ao item 9.2 do Acórdão 1981/2012-TCU-Plenário, considerar a perda de objeto da determinação, pois não há mais previsão de repasse de recursos federais para o empreendimento, em atenção aos itens 9.3 e 9.5 do Acórdão 1981/2012-TCU-Plenário, considerar cumprida a determinação expedida e determinar o arquivamento, dando-se ciência ao interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.742/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 000.557/2012-9 (REPRESENTAÇÃO); 000.836/2014-1 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Construtora Andrade Gutierrez S/a (17.262.213/0001-94); Ministério das Cidades (vinculador) (); Procuradoria da República/pa - Mpf/mpu (26.989.715/0019-31)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PA

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 290, de 8/10/2015.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.7. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (241.701/SP-OAB) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Jose Mauricio Balbi Sollero (30851/MG-OAB) e outros, representando Construtora Andrade Gutierrez S/a.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2492/2015 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de Representação apresentada, com fulcro no inc. II do art. 86 da Lei 8.443/1992 e no inc. VI do art. 237 do Regimento Interno, pela Secex/ES, em função da identificação de indícios de irregularidades na promoção, pelo Município de Vitória/ES, da Concorrência 4/2015, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de saneamento integrado na Poligonal 1, compreendendo os bairros São Benedito, Consolação, Bonfim, Penha, Itarará e Gurigica, cujo custeio é previsto para correr integralmente à conta de recursos federais, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, por intermédio do Termo de compromisso 042443624/2014/MCidades/CEF (Siafi 681068),

Considerando o aspecto de a documentação em tela preencher os requisitos legais e regulamentares, em especial o disposto no inc. II do art. 86 da Lei 8.443/1992 e no inc. VI do art. 237 do Regimento Interno, para ser conhecida como Representação, passando-se ao exame de seu mérito;

Considerando que a Representante apontou que o Edital de Concorrência 4/2015 comportaria indicativos de irregularidades em relação aos seguintes aspectos: (a) embora a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro evidenciem objeto significativamente variado, o instrumento convocatório, além de não promover o seu parcelamento, ainda veda a participação de consórcios; (b) previsão de inabilitação sumária de licitantes que não demonstrarem valores mínimos estipulados para os índices contáveis, embora o edital já até preveja outros meios de comprovação da capacidade econômico-financeira, tais como o capital social ou patrimônio líquido ou garantia de participação; (c) exigência cumulativa, para fins de qualificação econômico-financeira, da apresentação de capital social ou patrimônio líquido juntamente com a prestação de garantia de participação no certame; (d) exigência de que a garantia de participação seja apresentada 6 dias úteis antes do prazo mínimo estabelecido em lei para a apresentação de propostas, bem como de que a comprovação da entrega de tal elemento se faça mediante protocolo de entrega no endereço da Comissão Especial de Licitação, situação em que o documento passaria a fazer parte do processo licitatório e, assim, possibilitaria a identificação dos possíveis licitantes, facilitando eventuais conluios; (e) exigência, ainda na fase de habilitação, de aposição de visto do Crea/ES em certidões de registro e quitação junto àquele Conselho Profissional emitidas para licitantes sediadas em outras unidades da federação; (f) exigência de apresentação, como requisito de habilitação, de licenças ambientais de operação, de transporte e das instalações para destinação final de resíduos sólidos e líquidos provenientes da construção civil, ou termo de compromisso de empresa licenciada; (g) orçamentação de itens de serviço de maior representatividade financeira no custo global estimado do empreendimento valendo-se de referenciais que não o Sinapi, sem que se haja identificado justificativa técnica devidamente fundamentada para tanto;

Considerando que, além desses indícios de irregularidades, a Secex/ES ainda identificou a necessidade de realização de diligência com vistas a averiguar o eventual beneficiamento em duplicidade de trecho abrangido tanto pelo instrumento em tela quanto pelo Contrato de Repasse 770978/2012/MCidades/CEF (Siafi 770978);

Considerando que, quando da instrução inicial deste feito, ainda que considerando que as contrariedades a dispositivos legais e as sinalizações de que delas poderiam advir o comprometimento da competitividade do certame e uma possível contratação desvantajosa para o Erário sinalizariam para a presença da fumaça do bom direito, requisito para a adoção de eventual medida acautelatória, a Secex/ES ponderou que haveria tempo hábil para realizar-se a oitiva prévia do Município de Vitória/ES, entendimento a que me alinhei, autorizando a promoção da referida medida saneadora, bem como a de diligência então também sugerida;

Considerando as notícias, aportadas por nova instrução da Secex/ES (peça nº 87), a respeito da anulação do certame em tela (fls. 8/10, peça nº 28) e do lançamento de novo edital (fls. 11/50, peça nº 28, e fls. 1/12, peça nº 29), bem como os acréscimos, da parte daquela unidade técnica, quanto a não haver identificado questionamentos de licitantes que apontem outras restrições à competitividade e de que pelo menos seis empresas prestaram a garantia de participação, sinalizando que, a princípio, a disputa no certame não estava comprometida;

Considerando que a nova instrução (peça nº 87), embora reconhecendo não mais ser o caso de adoção de medida cautelar em relação à Concorrência 4/2015, tendo em vista a sua anulação, ainda que reconhecendo o saneamento, no novo instrumento convocatório, de várias das falhas apontadas no anterior, posicionou-se pela necessidade de promoção de nova oitiva, desta feita com vistas a que se comprovasse, no orçamento do novo edital lançado, que os preços de alguns serviços estariam compatíveis com o mercado ou que as soluções empregadas tenham obedecido ao princípio da economicidade, dado não haverem sido observadas, em tais itens, as medianas constantes do Sinapi;

Considerando, contudo, a ponderação do Diretor da Área de que a não utilização do referencial do Sinapi, em relação aos itens relacionados pela instrução, decorreu do fato de eles não constarem daquela base, havendo a Prefeitura Municipal de Vitória/ES, então, se valido de diversas fontes de preços para o balizamento dos custos unitários, sendo a sua conclusão, portanto, de não identificar, em princípio, indício de irregularidade que justifique uma oitiva nos moldes pretendidos (peça nº 88), posicionamento esse que foi endossado pelo Secretário de Controle Externo da Secex/ES (peça nº 89);

VERSÃO PARA IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando, então, as conclusões do as conclusões dos escalões superiores da Secex/ES e o encaminhamento por eles proposto (peças nº 88 a 89);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) com fundamento no inc. II do art. 86 da Lei 8.443/1992 e no inc. VI do art. 237 do Regimento Interno desta Casa, conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência à Prefeitura Municipal de Vitória/ES e à Secretaria Municipal de Obras daquela localidade acerca das falhas a seguir, identificadas no Edital da Concorrência 4/2015 (processo 1230215/2015), anulada após a autuação do presente processo, de modo a evitar a repetição de tais práticas em licitações cujo objeto seja custeado, ainda que parcialmente, com recursos federais:

b.1) previsão de inabilitação sumária de licitantes que não demonstrassem os valores mínimos estipulados para os índices contábeis (item 3.6.1.3 do edital), em desacordo com o subitem 7.2 da Instrução Normativa Mare-GM nº 5/1995 e com o deliberado, por exemplo, nos Acórdãos 1291/2007 e 3197/2010 - TCU - Plenário, procedimento inadequado este também verificado no subitem 3.6.1.3."d" do Edital 8/2015, que substituiu a licitação anulada;

b.2) exigência cumulativa de comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo e garantia de participação (itens 3.6.1.3, "d", e "e", e 9.1.1 do Edital da Concorrência 4/2015), contrariando o § 2º do art. 31 da Lei de Licitações e a iterativa jurisprudência desta Corte, consubstanciada no Enunciado de Súmula nº 275;

b.3) adoção de procedimento contraindicado para comprovação, pelos interessados, da prestação de garantia de participação (itens 9.1.1 a 9.1.3 do edital), que ao mesmo tempo reduz indevidamente o prazo legal para preparação da documentação de habilitação (alínea "a" do inc. II do § 2º do art. 21 da Lei 8.666/93) e dá margem à formação de conluios;

b.4) exigência, como requisito de habilitação, de que as proponentes sediadas em outras unidades da federação fossem obrigadas a obter visto do Crea/ES em suas certidões (item 3.6.1.4, "a", do edital), o que contraria o entendimento predominante no Tribunal (Decisões 279/1998 e 348/1999 e Acórdãos 512/2002, 1224/2002, 979/2005, 1728/2008, 1768/2008, 1328/2010 e 2239/2012, todos do Plenário, 992/2007 - 1ª Câmara e 4606/2010 - 2ª Câmara, entre outros);

b.5) exigência de apresentação pelas licitantes, como requisito de habilitação, de licenças ambientais de operação, de transporte e das instalações para destinação final de resíduos sólidos e líquidos provenientes da construção civil ou de termo de compromisso emitido por empresa licenciada (item 3.6.1.4, "d", do edital), impondo ônus antecipado à licitante interessada e que deveria ser demandada apenas da vencedora do certame, na esteira do decidido nos Acórdãos 125/2011 e 2872/2014 - TCU - Plenário e, ainda, no Acórdão 5900/2010 - TCU - 2ª Câmara.

c) determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão, bem como da instrução constante da peça nº 87 e do parecer constante da peça nº 88, à Prefeitura Municipal de Vitória/ES;

d) autorizar o arquivamento destes autos, com fulcro no inc. V do art. 169 do RITCU, sem prejuízo de o Tribunal vir a apreciar, em processo distinto, fatos relativos ao novo certame instaurado, caso presentes elementos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-008.298/2015-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secex/ES.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vitória/ES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secex/ES.
1.6. Representação Legal: Teresa Cristina Pasolini, OAB/ES 6.688.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2493/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 43, inciso I, 53 e 55 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos interesse público previsto no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014 e determinar o arquivamento, dando-se ciência ao interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.765/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 290, de 8/10/2015.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.5. Representação legal: Clarissa Pacheco Ramos (32.502/DF-OAB), representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2494/2015 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados estes autos de representação formulada pela empresa Planinvesti Administração e Serviços Ltda. a respeito de supostas irregularidades no Pregão Presencial Sesi/Senai-PR, cujo objeto se referiu à contratação de empresa para fornecimento de vale alimentação e vale refeição para os funcionários do sistema,

Considerando que a representante se insurgiu contra a exigência de cartão com chip de segurança, que em sua visão implicaria em restrição indevida do universo de licitantes,

Considerando que em face dessa suposta irregularidade pleiteou a suspensão cautelar do pregão,

Considerando que o resultado da licitação evidenciou taxa de administração negativa, indicando vantagem econômica na contratação,

Considerando que o Tribunal decidiu outras representações de teor semelhante formuladas pela representante mediante os Acórdãos 1.228/2014 - Plenário e 1.586/20014 - Plenário, nos quais firmou-se entendimento de que a exigência de cartões com chip não é, por si só, restritiva,

Considerando que em face desses elementos a Secex/PR propõe conhecer da representação e no mérito considerá-la improcedente, conforme instrução de peça 37 e demais pronunciamentos de peças 39/39,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da representação, com fundamento nos art. 237, inciso VII, e parágrafo único do RI/TCU;

b) indeferir o pedido de cautelar formulado pela representante, em face da ausência de seus pressupostos, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*;

c) considerar a representação, no mérito, improcedente;

d) arquivar os autos após ciência à representante e às entidades Sesi/PR e Senai/PR.

1. Processo TC-009.985/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Planinvesti Administração e Serviços Ltda. (02.959.392/0001-46)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná; Departamento Regional do Sesi No Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).
1.6. Representação legal: Marco Antônio Guimarães (22427/PR-OAB) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná; Marco Antônio Guimarães (22427/PR-OAB) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná; Marilene Aparecida Bonaldi (42862/SP-OAB) e outros, representando Planinvesti Administração e Serviços Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2495/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2299/2015-TCU- Plenário, como a seguir:

Onde se lê:

" ... expedir certificado de quitação à Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina, ante o recolhimento o recolhimento integral da dívida, no valor de R$ 4.679,34, recolhido em 04/08/2015, e R$ 29,02, recolhido em 12/08/2015, que lhe foi cominada mediante o item 9.2.1 do Acórdão 57/2012 - Plenário, de 18/1/2012, com parcelamento autorizado conforme o Acórdão 2052/2012 - Plenário, de 8/8/2012, de acordo com os comprovantes acostados às peças 93, arquivando-se em seguida os presentes autos."

Leia-se:

" ... expedir certificado de quitação à Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina, ante o recolhimento integral do valor de R$ 85.115,16, em 24 parcelas, monetariamente corrigidas, conforme Demonstrativo de Débito de peça 93, referente à dívida que lhe foi cominada mediante o item 9.2.1 do Acórdão 57/2012 - Plenário, de 18/1/2012, e parcelamento autorizado mediante o Acórdão 2052/2012 - Plenário, de 8/8/2012, arquivando-se em seguida os presentes autos. "

1. Processo TC-025.203/2009-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Jose dos Santos (244.719.339-49); João Paulo Lajus Strapazzon (295.408.289-53); Marcelo Antonio Kehl (049.700.379-14); Marcelos João Alves (776.855.559-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2496/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela Casa e Bar Brasil Comércio de Utilidades do Lar Ltda., em adotar a seguinte medida, e em encaminhar cópia desta deliberação à representante e, por intermédio do CCIMAR, ao Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-025.270/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro - MM
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 290, de 8/10/2015.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Medida: dar ciência ao Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro, por intermédio do Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMar), nos termos do art. 1º da Portaria TCU 488/1998, sobre a seguinte impropriedade: não realização de republicação de edital de licitação, em que foram feitas modificações que possam afetar a formulação das propostas, nos mesmos moldes das publicações originais, identificada nos pregões eletrônicos 39/2015 e 40/2015, em que, apesar de seus editais terem sido republicados no Diário Oficial da União, a republicação não foi efetuada no Aviso de Licitações do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), o que afronta o disposto no art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 2497/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em acatar o pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para disponibilização, no sistema e-Contas, das peças complementares de responsabilidade da CGU, referentes ao Processo de Contas Anuais da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativas ao exercício de 2014.

1. Processo TC-026.366/2015-0 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Valdir Moysés Simão (021.728.738-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.6. Representação legal: não há.

Ata n° 41/2015 - Plenário
Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 35/2015 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2498/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 2.046/2015 - Plenário, prolatado na Sessão de 19/8/2015, Ata n. 33/2015, relativamente ao seu subitem 1.7, onde se lê: "Advogado constituído nos autos: não há", leia-se: "Representação legal: Marison de Araujo Rocha (OAB/TO n. 1336-B) e outros, representando Aurélio Bonfim Teixeira Sousa e Bernardo Siqueira Filho; Renan Albernaz de Souza (OAB/TO n. 5365) e outros, representando Marcelo Gomes de Sousa", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.962/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: TC-037.712/2011-0 (Representação); TC-029.481/2013-9 (Solicitação); TC-028.987/2014-4 (Solicitação); TC-007.169/2013-2 (Solicitação); TC-037.132/2012-1 (Solicitação).
1.2. Responsáveis: Aurélio Bonfim Teixeira Sousa (388.863.161-00); Bernardo Siqueira Filho (364.676.851-72); Marcelo Gomes de Sousa (341.672.691-04); Marison de Araujo Rocha (388.918.591-68); Tabocão Terraplenagem & Pavim. Ltda. Me (06.064.333/0001-60).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Silvanópolis/TO.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.7. Representação legal: Marison de Araujo Rocha (OAB/TO n. 1336-B) e outros, representando Aurélio Bonfim Teixeira Sousa e Bernardo Siqueira Filho; Renan Albernaz de Souza (OAB/TO n. 5365) e outros, representando Marcelo Gomes de Sousa.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2499/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento da determinação constante do Acórdão n. 3.059/2013 - Plenário, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e à Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, de acordo com o parecer da SeinfraUrb:

1. Processo TC-021.356/2013-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal - Caixa; Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2500/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do término do prazo inicialmente concedido, para que a Prefeitura Municipal de Buíque/PE cumpra a determinação constante do Acórdão n. 1.521/2015 - Plenário:

1. Processo TC-022.494/2015-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Buíque/PE; Prefeitura Municipal de Caetés/PE; Prefeitura Municipal de Jurema/PE; Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro/PE.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2501/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU n. 259/2014, e considerando o cumprimento das determinações constantes do Acórdão n. 2.968/2013 - Plenário, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-024.361/2010-0 (Relatório de Auditoria), de acordo com o parecer emitido pela SeinfraUrb:

1. Processo TC-033.100/2013-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - Caixa; Ministério das Cidades - MCidades.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2502/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, e tendo em vista o cumprimento das determinações constantes nos Acórdãos ns. 1.545/2010 - Plenário e 1.630/2013 - Plenário, em arquivar o presente processo, de acordo com o parecer da SeinfraUrb, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal, à Empresa Baiana de Águas e Saneamento, e ao Consórcio Queiroz Galvão/GMEC:

1. Processo TC-000.333/2010-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apenso: TC-017.472/2015-6 (Solicitação).
1.3. Interessados: Congresso Nacional.
1.4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - Embasa; Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.
1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.8. Advogado constituído nos autos: Isaac Newton Carneiro, OAB/BA n. 11.334 e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2503/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando que o objeto da fiscalização, BRT de Fortaleza - Anel Expresso, encontra-se em etapa embrionária, anterior ao procedimento licitatório, bem assim que ainda não há formalização de termo de compromisso ou contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de ação futura de controle por este Tribunal, de acordo com o parecer da SeinfraUrb:

1. Processo TC-010.202/2015-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades; Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2504/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o pedido de parcelamento formulado pelo Sr. Fernando Rocha Silveira, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea b, e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da multa a que se refere o Acórdão n. 677/2015 - Plenário, em 15 (quinze) parcelas, atualizadas monetariamente de acordo com a deliberação original, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU):

1. Processo TC-005.427/2009-2 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Apensos: TC-029.412/2009-5 (Solicitação de Certidão); TC-033.289/2010-7 (Relatório de Levantamento).
1.2. Responsável: Fernando Rocha Silveira, CPF 107.545.124-87, Superintendente Regional.
1.3. Interessado: Congresso Nacional.
1.4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte - Dnit/RN.
1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).
1.8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles, OAB/DF 28.108; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes, OAB/DF 27.154; Patrícia Guércio Teixeira Delage, OAB/MG 90.459; Marina Hermeto Corrêa, OAB/MG 75.173; Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira, OAB/MG 89.353; Renata Aparecida Ribeiro Felipe, OAB/MG 97.826; Flávia da Cunha Gama, OAB/MG 101.817; Nayron Sousa Russo, OAB/MG 106.011; Fernando Antônio dos Santos Filho, OAB/MG 116.302; Ademir Antônio de Carvalho, OAB/MG 121.890; Lara Maria de Araújo Barreira, OAB/MG 126.039; Ângela Tomazia Rosa, OAB/MG 126.413; Cristiano Nascimento e Figueiredo, OAB/MG 101.334; Mariana Barbosa Miraglia, OAB/MG 107.162; André Naves Laureano Santos, OAB/MG 112.694; Clara Sol da Costa, OAB/MG 115.937; Gabriel Machado Sampaio, OAB/MG 126.357; Luciana Cristina de Jesus Silva, OAB/MG 126.357; Vitor Magno de oliveira Pires, OAB/MG 108.997; Richard Paul Martins Garrell, OAB/MG 127.318; Flávia Mendes Ribeiro Moreira, OAB/MG 87.893; Renata Arnaut Araújo Lepsch, OAB/MG 18.641; Luiz Henrique Baeta Funghi, OAB/DF 32.250.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2505/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 1.803/2015 - Plenário, prolatado na Sessão de 22/7/2015, Ata n. 29/2015, relativamente aos seus itens 3, onde se lê: "Ruberaval Gomes da Silva", leia-se: "Ruberval Gomes da Silva" e 8, onde se lê: "Emanuela Lima Mesquita", leia-se: "Emanuela Lima Mesquita Evangelista", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.500/2012-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Ruberval Gomes da Silva, Superintendente Regional do Incra/TO.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins/TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Thiago Ribeiro Amorim, OAB/TO n. 5027; Valdinez Ferreira de Miranda, OAB/TO n. 500; Emanuela Lima Mesquita Evangelista, OAB/TO n. 4.280; Adriano Freitas Camapum Vasconcelos, OAB/SP n. 265.202.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2506/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e tendo em vista o cumprimento da determinação constante do Acórdão n. 3.489/2014 - Plenário, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Meio Ambiente, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-022.610/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Associação Brasileira das Agências de Comunicação - Abracom (05.211.047/0001-18).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Renata Antony de Souza Lima Nina (OAB/DF n. 23.600) e outros, representando Associação Brasileira das Agências de Comunicação - Abracom; Francisco Lopes de Aguiar e outros, representando Liderança Limpeza e Conservação Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 41/2015 - Plenário
Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 34/2015 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2507/2015 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de relatório de levantamento autuado como apartado do TC 010.546/2009-4, no qual se apreciam, exclusivamente, as evidências de sobrepreço apuradas no Contrato nº 0800.0035013.07.2 (CT 101), que foi celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para a execução das obras referentes às Unidades UHDTI (U-2313), UGH (U-22311), UDEA (U-32323) e unidade que compõe a carteira de gasolina da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

Considerando que o Acórdão 2.165/2015-TCU-Plenário (Peça nº 134), prolatado em 26/8/2015, dentre outras medidas, determinou à Petrobras, em seu item 9.2, que, no prazo de 15 (quinze) dias, enviasse documentação relativa ao Contrato nº 0800.0035013.07.2 (CT 101);

Considerando que o Sr. Antonio Augusto Almeida Faria, Chefe de Gabinete da Presidência da Petrobras, solicitou, à Peça nº 156, prorrogação, por 15 (quinze) dias, do prazo para atendimento à determinação exarada à empresa por meio do Acórdão 2.165/2015-TCU-Plenário;

Considerando a manifestação da SeinfraPetróleo pelo deferimento do pleito (Peça nº 161);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Antonio Augusto Almeida Faria, Chefe de Gabinete da Presidência da Petróleo Brasileiro S.A., e conceder à Petrobras novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para atendimento ao item 9.2 do Acórdão 2.165/2015-TCU-Plenário, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele inicialmente concedido independente de nova comunicação à parte, conforme proposto pela Unidade Técnica:

1. Processo TC-021.479/2009-8 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Responsáveis: Cid Mello Maciel (CPF 316.744.299-91); Consórcio Conpar (CNPJ 08.968.718/0001-88); Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00); José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Marco Tullio Jennings (CPF 069.177.677-60); Mário Márcio Castrillon de Aquino (CPF 370.752.177-04); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Petróleo Brasileiro S.A. (CNPJ 33.000.167/0001-01); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Rogério Ferreira de Araújo (CPF 019.816.374-60); Rosa Akie Stankewitz (232.208.569-34); Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34); Sérgio de Araújo Costa (CPF 174.345.217-91) e Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04).
1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetróleo).
1.6. Representação legal: Jean Guilherme Arnoud Deon (44764/DF-OAB) e outros, representando Consórcio Conpar; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Cid Mello Maciel; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Fernando Almeida Biato; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando José Paulo Assis; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Marco Tullio Jennings; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Mário Márcio Castrillon de Aquino; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Pedro José Barusco Filho; Taísa Oliveira Maciel (118.488/RJ-OAB) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a.; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, re-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

presentando Renato de Souza Duque; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Rogério Ferreira de Araújo; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Rosa Akie Stankewitz; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sandoval Dias Aragão; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sérgio de Araújo Costa; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sérgio dos Santos Arantes.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2508/2015 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de levantamento autuado como apartado do TC 010.546/2009-4, no qual se apreciam, exclusivamente, as evidências de sobrepreço apuradas no Contrato nº 0800.0043363.08.2 (CT 111), celebrado pela Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) para execução das unidades e sistemas Off-Sites das carteiras de gasolina da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

Considerando que se encontram em exame dois pedidos, sendo o primeiro referente à solicitação da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. para ingressar como interessada no presente processo (Peça nº 99) e o segundo relacionado à demanda da Petrobras de dilação de prazo para atendimento à diligência inserta no item 9.2 do Acórdão 2.166/2015-TCU-Plenário (Peça nº 101);

Considerando que o contrato analisado nestes autos foi celebrado entre a Petrobras e o Consórcio Interpar, que é integrado pelas sociedades SOG - Óleo e Gás S.A., Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. e MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.;

Considerando que, mediante pronunciamento à Peça nº 105, a unidade técnica reconheceu que há interesse da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. no tocante ao deslinde processual, tendo em vista que as deliberações deste Tribunal poderão afetar a referida organização empresarial, mesmo que de forma indireta;

Considerando, portanto, que o pleito de ingresso como terceira interessada no presente feito deve ser autorizado nos termos do art. 146 do RITCU;

Considerando, ainda, que, nos termos do Acórdão 2.166/2015-Plenário, esta Corte determinou, entre outras medidas, a conversão dos presentes autos em tomada de contas especial, fato que culminou na autuação do processo TC 023.301/2015-5 (TCE);

Considerando, nesse contexto, que se faz necessária a habilitação da empresa ora requerente como interessada também nos autos do referido TC 023.301/2015-5, levando-se em consideração que os atos processuais subsequentes serão realizados no âmbito desse novo processo, nos termos do art. 41 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

Considerando, em relação ao segundo pleito em exame, que o Acórdão 2.166/2015-TCU-Plenário determinou à Petrobras que, no prazo de quinze dias, enviasse documentação relativa ao contrato analisado;

Considerando que a Petrobras apresentou pedido de dilação de prazo, em 30/9/2015, solicitando mais quinze dias para o cumprimento dessa determinação;

Considerando que, a despeito de o pedido ser intempestivo, uma vez que protocolizado fora do prazo de resposta permitido, é possível relevar tal fato, em razão dos princípios do formalismo moderado e da busca da verdade material, visto que os documentos requeridos são indispensáveis ao correto exame da matéria;

Considerando, portanto, que, na linha proposta pela unidade técnica, deve ser autorizada a prorrogação de prazo na forma solicitada pela Petrobras, concedendo-lhe mais quinze dias para atendimento da determinação constante do item 9.2 do Acórdão 2.166/2015-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) deferir o pedido de ingresso como terceira interessada da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A nos presentes autos, com fulcro no art. 146 do RITCU;

b) habilitar a empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. como terceira interessada no processo de tomada de contas especial autuado sob o TC 023.301/2015-5, tendo em vista que os atos processuais subsequentes serão realizados no âmbito da referida TCE, nos termos do art. 41 da Resolução TCU nº 259/2014;

c) autorizar a concessão de cópia integral deste processo à empresa Mendes Júnior, na forma do art. 163 do RITCU, inclusive das peças sigilosas cujo acesso seja permitido ao Consórcio Interpar, observando-se os limites impostos pela peça de restrição de acesso à informação (Peça nº 59 destes autos);

d) deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Antonio Augusto Almeida Faria, Chefe de Gabinete da Presidência da Petróleo Brasileiro S.A., e conceder à Petrobras novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para atendimento ao item 9.2 do Acórdão 2.166/2015-TCU-Plenário, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele inicialmente concedido independente de nova comunicação à parte, nos termos do art. 183, parágrafo único, do RITCU:

1. Processo TC-021.481/2009-6 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Responsáveis: Consórcio Interpar (CNPJ 10.217.884/0001-94); Emerson de Souza Telles (CPF 016.628.189-12); Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00); James Hahnemann (CPF 316.368.029-15); José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Marco Tullio Jennings (CPF 069.177.677-60); Nayef Jamil El Borni Zeina (CPF 636.489.707-04); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Petróleo Brasileiro S.A. (CNPJ 33.000.167/0001-01); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Rosa Akie Stankewitz (CPF 232.208.569-34); Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34); Sérgio de Araújo Costa (CPF 174.345.217-91); Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04) e Waldemir Correa Terra Júnior (CPF 081.645.407-81).

1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetróleo).

1.7. Representação legal: Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Emerson de Souza Telles; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Fernando Almeida Biato; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando James Hahnemann; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando José Paulo Assis; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Marco Tullio Jennings; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Nayef Jamil El Borni Zeina; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Pedro José Barusco Filho; Ésio Costa Júnior (59.121/RJ-OAB) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a.; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Renato de Souza Duque; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Rosa Akie Stankewitz; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sandoval Dias Aragão; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sérgio de Araújo Costa; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sérgio dos Santos Arantes; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Waldemir Correa Terra Júnior.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2509/2015 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de relatório de levantamento autuado como apartado do TC 010.546/2009-4, no qual se apreciam, exclusivamente, as evidências de sobrepreço apuradas no Contrato nº 0800.0043403.08-02 (CT 112), celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para a execução das obras da unidade de coque e das unidades auxiliares da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

Considerando que o Acórdão 2.167/2015-TCU-Plenário (Peça nº 129), prolatado em 26/8/2015, dentre outras medidas determinou à Petrobras, no item 9.2, que enviasse ao TCU, no prazo de 15 (quinze dias), documentação relativa ao Contrato nº 0800.0043403.08-02 (CT 112);

Considerando que o Sr. Antonio Augusto Almeida Faria, Chefe de Gabinete da Presidência da Petrobras, solicitou, à Peça nº 151, prorrogação, por 15 (quinze) dias, do prazo para atendimento à determinação exarada à empresa por meio do Acórdão 2.167/2015-TCU-Plenário;

Considerando a manifestação da SeinfraPetróleo pelo deferimento do pleito (Peça nº 156);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Antonio Augusto Almeida Faria, Chefe de Gabinete da Presidência da Petróleo Brasileiro S.A., e conceder à Petrobras novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para atendimento ao item 9.2 do Acórdão 2.167/2015-TCU-Plenário, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele inicialmente concedido independente de nova comunicação à parte, conforme proposto pela Unidade Técnica:

1. Processo TC-021.482/2009-3 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Responsáveis: Ademar Kiyoshi Itakussu (CPF 327.068.049-04); Construções e Comércio Camargo Correa S.A. (CNPJ 61.522.512/0001-02); David Eduardo Bastos de Sousa (CPF 695.495.163-34); Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00); José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Júlio Hedilberto Ludwig Júnior (CPF 321.095.559-04); Luiz Antônio Scavazza (CPF 275.502.739-87); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Rosa Akie Stankewitz (CPF 232.208.569-34); Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34); Siqueira Castro Advogados (CNPJ 02.259.613/0001-73); Sérgio de Araújo Costa (CPF 174.345.217-91) e Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04).

1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetróleo).

1.6. Representação legal: Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Ademar Kiyoshi Itakussu; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/DF-OAB) e outros, representando Consorcio Ccpr - Repar; Patricia Guercio Teixeira Delage (90459/MG-OAB) e outros, representando Construções e Comércio Camargo Correa S/a; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando David Eduardo Bastos de Sousa; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Fernando Almeida Biato; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando José Paulo Assis; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Júlio Hedilberto Ludwig Júnior; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Luiz Antônio Scavazza; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Pedro José Barusco Filho; Carlos Roberto de Siqueira Castro (20.015/DF-OAB) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a. -; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Renato de Souza Duque; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Rosa Akie Stankewitz; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sandoval Dias Aragão; Carlos Roberto de Siqueira Castro (20015/DF-OAB) e outros, representando Siqueira Castro Advogados; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sérgio de Araújo Costa; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sérgio dos Santos Arantes.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2510/2015 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de relatório de levantamento autuado como apartado do TC 010.546/2009-4, no qual se apreciam, exclusivamente, as evidências de sobrepreço apuradas no Contrato nº 0800.0045604.08.2 (CT 149), que foi celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para o fornecimento de equipamentos, materiais e serviços e a montagem eletrônica das unidades de tratamento de águas e condensado da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

Considerando que o Acórdão 2.168/2015-TCU-Plenário (Peça nº 74), prolatado em 26/8/2015, dentre outras medidas determinou à Petrobras, no item 9.2, que enviasse ao TCU, no prazo de 15 (quinze dias), documentação relativa ao Contrato nº 0800.0045604.08.2 (CT 149);

Considerando que o Sr. Antonio Augusto Almeida Faria, Chefe de Gabinete da Presidência da Petrobras, solicitou, à Peça nº 102, prorrogação, por 15 (quinze) dias, do prazo para atendimento à determinação exarada à empresa por meio do Acórdão 2.168/2015-TCU-Plenário;

Considerando a manifestação da SeinfraPetróleo pelo deferimento do pleito (Peça nº 107);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Antonio Augusto Almeida Faria, Chefe de Gabinete da Presidência da Petróleo Brasileiro S.A., e conceder à Petrobras novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para atendimento ao item 9.2 do Acórdão 2.168/2015-TCU-Plenário, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele inicialmente concedido independente de nova comunicação à parte, conforme proposto pela Unidade Técnica:

1. Processo TC-023.597/2009-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Apenso: TC-009.831/2010-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.2. Responsáveis: Agnello A. Simões de Almeida (CPF 211.185.409-30); Consórcio VWSB/Enfil (CNPJ 10.342.712/0001-42); Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00); George Wilson Melco (CPF 058.933.139-68); Guilherme Saber de Assis (CPF 052.582.666-13); José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Marcelo Joecil da Rosa (CPF 809.526.239-00); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Petróleo Brasileiro S/A (CNPJ 33.000.167/0001-01); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34); Sérgio de Araújo Costa (CPF 174.345.217-91); Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04) e Willians Marlon de Jesus (CPF 296.110.588-96).

1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetróleo).

1.7. Representação legal: Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Agnello A. Simões de Almeida; Isabela Braga Pompilio (14234/DF-OAB) e outros, representando Consórcio Vwsb/enfil; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Fernando Almeida Biato; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando George Wilson Melco; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Guilherme Saber de Assis; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando José Paulo Assis; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Marcelo Joecil da Rosa; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Pedro José Barusco Filho; Taísa Oliveira Maciel (118.488/RJ-OAB) e outros,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

representando Petróleo Brasileiro S.a.; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Renato de Souza Duque; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sandoval Dias Aragão; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sérgio de Araújo Costa; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Sérgio dos Santos Arantes; Nilton Antônio de Almeida Maia (67.460/RJ-OAB) e outros, representando Willians Marlon de Jesus.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 41/2015 - Plenário
Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2511 a 2548, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2511/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.222/2007-5.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Adelmo Vendramini Campos (CPF 162.965.321-72); Adeuvaldo Pereira Jorge (CPF 095.367.871-72); Ataíde de Oliveira (CPF 258.528.506-59); Carlos Henrique Carrato (CPF 005.489.879-04); Dirceu Cesar Façanha (CPF 178.409.617-20); Egesa Engenharia S.A (CNPJ 17.186.461/0001-01); Italo Mazzoni da Silva (CPF 290.214.217-04); Jesus de Brito Pinheiro (CPF 003.449.313-15); Jose Edmar Brito Miranda (CPF 011.030.161-72); Jose Gilvan Pires de Sá (CPF 215.560.598-68); Jose Roberto Paixão (CPF 211.829.657-68); José Francisco dos Santos (CPF 040.700.386-04); José Henrique Coelho Sadok de Sá (CPF 160.199.387-00); Maciste Granha de Mello Filho (CPF 337.065.577-20); Manoel das Graças Barbosa da Costa (CPF 019.511.732-87); Maurício Hasenclever Borges (CPF 006.996.756-34); Romulo Fontenelle Morbach (CPF 000.110.882-49); Romulo do Carmo Ferreira Neto (CPF 288.906.631-20); Wolney Wagner de Siqueira (CPF 020.432.201-44).

4. Unidades Jurisdicionadas: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Tocantins - Dertins; Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins; Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades: Secex/TO e Secob-2.

8. Advogado constituído nos autos: Fabrício de Castro Oliveira, OAB/BA 15.055; Regis Antonio Caetano, OAB/TO 1.863; Décio Freire, OAB/MG 56.543; José Carvalho de Oliveira, OAB/RJ 1.574; e Luiz Jorge Macedo OAB/MG 100.077.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial convertida a partir de processo de auditoria, por força do subitem 9.1 do Acórdão 2.127/2006-TCU-Plenário, exarado nos autos do TC 003.453/2005-0, cujo objeto consistia na verificação da conformidade do Contrato nº 200/96, celebrado entre o Departamento de Estrada de Rodagens do Tocantins e a empresa Egesa Engenharia S.A., com vistas à execução de obras rodoviárias na BR-230/TO, trecho Aguiarnópolis - Luzinópolis.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Rômulo Fontenelle Morbach, Procurador-Geral do DNER, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos seguintes membros do Conselho Administrativo do DNER: Srs. Maurício Hasenclever Borges (ex-diretor-geral), Dirceu Cezar Façanha, (chefe de assessoria técnica), Jesus de Brito Pinheiro (diretor de operações rodoviárias), José Gilvan Pires de Sá, (diretor de administração e finanças), Wolney Wagner de Siqueira (diretor de engenharia rodoviária), José Henrique Coelho Sadok de Sá (chefe de assessoria de planejamento), e empresa Egesa Engenharia S.A, em face do superfaturamento apurado no Contrato nº 200/96, celebrado entre a Secretaria de Infra Estrutura do Estado de Tocantins e a empresa Egesa Engenharia S.A.;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, art. 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 202, § 6º, do Regimento Interno do TCU, as contas dos Srs. Maurício Hasenclever Borges, Dirceu Cezar Façanha, Jesus de Brito Pinheiro, José Gilvan Pires de Sá, Wolney Wagner de Siqueira, José Henrique Coelho Sadok de Sá e Rômulo Fontenelle Morbach, para condená-los, solidariamente com a empresa Egesa Engenharia S.A., ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, desde as datas indicadas até a data da efetiva quitação dos débitos, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a" da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de referência	Débito
20/1/1997	R$ 320.620,63
31/1/1997	R$ 183.002,64
17/3/1997	R$ 156.516,06
2/4/1997	R$ 451.567,22
16/5/1997	R$ 350.033,65
23/9/1997	R$ 681.575,22
26/12/1997	R$ 129.280,87
13/1/1998	R$ 362.746,35
15/7/1998	R$ 40.305,15
30/7/1998	R$ 871.328,06
31/7/1998	R$ 96.814,23
18/9/1998	R$ 236.979,79
25/9/1998	R$ 26.331,09
25/11/1998	R$ 349.075,93
7/12/1998	R$ 29.909,50
8/12/1998	R$ 108.884,61
16/12/1998	R$ 113.836,65
9/11/1999	R$ 1.001.432,64
17/12/1999	R$ 608.809,39
28/1/2000	R$ 348.462,73
23/3/2000	R$ 298.626,86
25/4/2000	R$ 330.040,70
6/11/2000	R$ 79.745,22
6/11/2000	R$ 417.557,88

9.4. aplicar aos responsáveis, Srs. Maurício Hasenclever Borges, Dirceu Cezar Façanha, Jesus de Brito Pinheiro, José Gilvan Pires de Sá, Wolney Wagner de Siqueira, José Henrique Coelho Sadok de Sá e Rômulo Fontenelle Morbach, bem como à empresa Egesa Engenharia S.A., individualmente, com base no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, multa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Ataíde de Oliveira (ex-diretor-geral do Dertins); Adeuvaldo Pereira Jorge (ex-diretor de Construção e Fiscalização do Dertins); e da empresa Egesa Engenharia S.A., na pessoa de seu representante legal, em relação ao desvio de finalidade ocorrido no âmbito do Contrato nº 200/96, caracterizado pela implantação de uma cerca de vedação dentro de propriedade privada na pedreira do Mosquito;

9.6. julgar irregulares as contas dos Srs. Ataíde de Oliveira e Adeuvaldo Pereira Jorge, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19 caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-los, solidariamente com a empresa Egesa Engenharia S.A., ao pagamento da importância de R$ 48.358,69 (quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 17/12/1999 até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento dos referidos valores aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU;

9.7. aplicar aos responsáveis, Srs. Ataíde de Oliveira e Adeuvaldo Pereira Jorge, bem como à empresa Egesa Engenharia S.A., individualmente, com base no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.8. acolher as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. José Francisco dos Santos (ex-secretário dos transportes e obras do Estado do Tocantins) e Maurício Hasenclever Borges (ex-diretor-geral do DNER), quanto à construção de ponte sobre o rio Mumbuca e de 3,28 km de rodovia, em área de expansão de reserva indígena, uma vez que restou comprovada a utilidade dos serviços executados à comunidade interessada;

9.9. acolher as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. José Francisco dos Santos (ex-secretário dos transportes e obras do Estado do Tocantins) e José Edmar Brito Miranda (ex-secretário de infraestrutura do Estado do Tocantins) em relação ao suposto excedente de serviços de estabilização granulométrica sem mistura e de imprimação;

9.10. considerar afastada a responsabilidade do Sr. José Edmar Brito Miranda (ex-secretário de infraestrutura do Estado do Tocantins) no que diz respeito ao desvio de finalidade no Contrato nº 200/1996, consubstanciado em face da construção de cerca de vedação dentro de propriedade privada - Pedreira do Mosquito;

9.11. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis identificados no item 3 deste Acórdão, dando-lhes quitação plena;

9.12. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.13. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.14. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2511-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que votou na sessão do dia 1/6/2011: Walton Alencar Rodrigues.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2512/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.141/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Maria Aparecida Machado (459.544.617-91)

3.2. Recorrente: Maria Aparecida Machado (459.544.617-91).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: Luisa Ayumi Komoda Paes de Figueiredo, representando Maria Aparecida Macha.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto por Maria Aparecida Machado (459.544.617-91) contra o Acórdão nº 3263/2014 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de forma a tornar insubsistente os itens 9.4 e 9.6 do Acórdão nº 3263/2014 - Plenário;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2512-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2513/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.441/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Etenge - Empresa de Engenharia em Eletricidade e Com. Ltda. (04.593.893/0001-87); Joselito José da Nóbrega (439.495.334-00); José Rafael da Silva (110.107.894-49); Luiz Antônio Pagot (435.102.567-00); Ricardo Augusto Mello de Araújo (743.946.737-04); Ricardo Luís Carius Nogueira (774.697.717-00); Rogério Wagner Fernandes de Arruda (205.121.634-72); Sérgio Yoshio Nakamura (004.641.628-58).

3.3. Recorrentes: Sérgio Yoshio Nakamura (004.641.628-58); Joselito José da Nóbrega (439.495.334-00); José Rafael da Silva (110.107.894-49); Ricardo Augusto Mello de Araújo (743.946.737-04); Ricardo Luís Carius Nogueira (774.697.717-00); Rogério Wagner Fernandes de Arruda (205.121.634-72).

4. Órgãos/Entidades: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).

8. Representação legal: Felipe Adjuto de Melo (19.752/DF-OAB); Fernando Daniel Faria da Conceição (2535/AC-OAB) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Sérgio Yoshio Nakamura, Joselito José da Nóbrega, José Rafael da Silva, Ricardo Augusto Mello de Araújo, Ricardo Luís Carius Nogueira e Rogério Wagner Fernandes de Arruda em desfavor do Acórdão 1.327/2014-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Sérgio Yoshio Nakamura, Joselito José da Nóbrega, José Rafael da Silva, Ricardo Augusto Mello de Araújo, Ricardo Luís Carius Nogueira e Rogério Wagner Fernandes de Arruda, para, no mérito, negar a eles provimento;

9.2. autorizar o pagamento das multas imputadas aos responsáveis pelo acórdão recorrido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, aos recorrentes, ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2513-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2514/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.702/2005-8.

1.1. Apenso: 032.101/2010-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento

3. Responsáveis: Jader Torres (CPF: 123.478.504-82); Hugo Sternick (CPF: 296.677.716-87); Fernando Cesar de Oliveira Furtado - (CPF: 230.713.034-91); Delevan Gutemberg Queiroz de Melo (CPF: 130.479.904-25); EIT - Empresa Industrial Técnica S.A - (CNPJ: 08.402.620/0001-69).

4. Órgãos/Entidades: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Norte; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizada nas obras de execução da BR-226/RN,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.aceitar as razões de justificativa apresentadas pelos Senhores Hugo Sternick, Jader Torres, Delevan Gutemberg Queiroz de Melo e Fernando Cesar de Oliveira;

9.2.determinar a autuação de processo específico do tipo monitoramento para verificar o cumprimento das determinações constantes do Acórdão 2.991/2014-Plenário;

9.3.dar ciência aos responsáveis do teor deste acórdão;

9.4.arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2514-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2515/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.093/2011-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em revisão de ofício de aposentadoria)

3. Embargante: Geraldo Victor Cotta (327.213.586-34).

4. Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Eduardo Muniz Machado Cavalcanti (OAB/DF 27.463) e outros, representando Geraldo Victor Cotta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos contra o Acórdão 2.057/2015-TCU-Plenário, alusivo à aposentadoria do Sr. Geraldo Victor Cotta,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração apresentados por Geraldo Victor Cotta para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante, por meio de seus advogados, e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2515-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2516/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 025.954/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria de Natureza Operacional.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Hélio Franco de Macedo Júnior (CPF nº 043.665.812-72), Secretário de Estado da Saúde do Pará, de 1/1/2011 a 31/12/2014; Heloísa Maria Melo e Silva Guimarães (CPF nº 283.529.202-00), Secretária de Estado da Saúde Pública do Pará, desde 1/1/2015, e Sérgio de Amorim Figueiredo (CPF nº 243.372.262-49), Secretário Municipal de Saúde de Belém, desde agosto de 2014.

4. Órgãos: Secretaria de Estado da Saúde Pública do Pará - Sespa e Secretaria Municipal de Saúde de Belém (PA) - Sesma.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Auditoria de Natureza Operacional realizada com o objetivo de aferir a gestão da assistência farmacêutica básica na cidade de Belém (PA) e avaliar se os recursos utilizados são geridos com eficiência, de modo a evitar o desperdício e assegurar a oferta tempestiva e suficiente de medicamentos nas unidades básicas de saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 43, I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará para que, no prazo de 90 (noventa) dias, integralize a contrapartida estadual relativa ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, em favor do Fundo Municipal de Saúde de Belém (PA), referente aos meses de setembro a dezembro de 2013 e de julho a setembro de 2014, inclusive em relação aos recursos destinados à aquisição de insumos para os usuários insulinodependentes, esses últimos no que concerne aos meses de dezembro de 2013 e de julho a setembro de 2014, em cumprimento ao disposto no art. 3º, inciso II, da Portaria GM/MS nº 1.555, de 30/7/2013, e no art. 3º, parágrafo único, da Resolução CIB/PA nº 182, de 11/10/2013;

9.2. com fundamento no art. 43, I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Belém (PA) que:

9.2.1. no prazo de 90 (noventa) dias, adote providências para integralizar a contrapartida de sua responsabilidade quanto à assistência farmacêutica básica, mediante depósito efetuado diretamente na conta corrente específica desse componente, em cumprimento ao disposto no art. 5º, § 2º, da Portaria GM/MS nº 204, de 29/1/2007, e no art. 3º, inciso III, da Portaria GM/MS nº 1.555, de 30/7/2013;

9.2.2. no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente o projeto arquitetônico, o memorial descritivo, a aprovação final do Corpo de Bombeiros e o *"Habite-se"* referentes ao Departamento de Recursos Materiais - DRM e às unidades municipais de saúde, em cumprimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 5.991/1973, no art. 78 da Lei nº 5.088/1966 e nos arts. 1º da Resolução nº 50/2002 e 1º da Resolução nº 189/2003, ambas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

9.2.3. no prazo de 90 (noventa) dias, implante um sistema de endereçamento de estoques no Departamento de Recursos Materiais;

9.2.4. no prazo de 90 (noventa) dias, habilite junto ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Pará todos os farmacêuticos responsáveis pelas farmácias das Unidades Municipais de Saúde, visando à obtenção dos respectivos Certificados de Regularidade Técnica, os quais deverão ser expostos em local de fácil acesso para o público, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Resolução CFF nº 578/2013 e no art. 2º, inciso IV, da RDC Anvisa nº 44/2009;

9.3. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS) que envide esforços no sentido de minimizar a lentidão observada no uso do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria Municipal de Saúde de Belém (PA) que:

9.4.1. envide esforços no sentido de aprimorar o abastecimento de medicamentos e insumos da assistência farmacêutica básica das suas diversas unidades;

9.4.2. promova as reformas e manutenções prediais que se fizerem necessárias em suas Unidades de Saúde, visando adequá-las às disposições do item 2 do Manual de Boas Práticas para a Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS, em especial no que concerne:

a) na UMS Paraíso dos Pássaros: à reforma geral;

b) na UMS Jurunas: à eliminação da infiltração no telhado da farmácia;

c) na UMS Terra Firme: à colocação de grades, nas portas e janelas, e de telas nos beirais para proteger contra a entrada de pombos;

d) na Casa do Idoso: à reforma predial visando expandir a área destinada à farmácia e à dispensação, além de corrigir a sobrecarga do sistema elétrico;

e) na UMS Marambaia: à manutenção geral do sistema elétrico;

f) na UMS de Icoaraci: à colocação de grades nas portas e janelas e de telas nos beirais para proteger contra a entrada de pombos e de outros animais; à aquisição de móveis para armazenar os medicamentos, tais como prateleiras e armários, e à construção de uma janela para possibilitar o acesso seguro aos pacientes que solicitam material de glicemia;

9.4.3. destine outro imóvel mais amplo para o Departamento de Recursos Materiais da Sesma - DRM, de forma a suprir as necessidades daquele departamento relativas ao armazenamento e à distribuição de medicamentos, insumos e materiais. Alternativamente, podem ser realizadas as reformas prediais suficientes para permitir o correto desempenho das atividades para as quais o DRM foi criado, em consonância com as disposições do item 2 do Manual de Boas Práticas para a Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS;

9.4.4. nomeie uma equipe de servidores encarregada de confrontar periodicamente os estoques de medicamentos e insumos existentes no Hórus com os saldos físicos presentes no DRM e nas farmácias das unidades municipais de saúde, de tal modo que se consiga um índice de acuracidade próximo de 100% e de divergência próximo de 0%, em observância ao disposto no item 13.3 do Manual de Boas Práticas de Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS;

9.4.5. forneça às suas unidades de saúde termômetros e higrômetros suficientes para medir as temperaturas ambiente e das geladeiras existentes em suas farmácias, de acordo com o disposto no item 14.2 do Manual de Boas Práticas de Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS e no art. 11, inciso V, da Portaria SVS/MS nº 802/1998;

9.5. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará que monitore as determinações acima relacionadas;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, ao Ministério da Saúde, ao Departamento de Informática do SUS - DATASUS, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, ao Observatório Social de Belém (PA), à Associação dos Renais Crônicos do Estado do Pará, à Secretaria de Estado da Saúde Pública do Pará e à Secretaria Municipal de Saúde de Belém (PA).

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2516-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2517/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 025.956/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria de Natureza Operacional.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Jardel Adailton Souza Nunes (CPF nº 289.545.643-72), Secretário de Estado da Saúde do Amapá, de 17/2 a 31/12/2014; Pedro Rodrigues Gonçalves Leite (CPF nº 244.341.751-49), Secretário de Estado da Saúde do Amapá, desde 1/1/2015, e Silvana Vedovelli (CPF nº 094.600.788-85), Secretária Municipal de Saúde de Macapá, desde 4/4/2014.

4. Órgãos: Secretaria de Estado da Saúde do Amapá e Secretaria Municipal de Saúde de Macapá (AP).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Auditoria de Natureza Operacional realizada com o objetivo de aferir a gestão da assistência farmacêutica básica na cidade de Macapá (AP) e avaliar se os recursos utilizados são geridos com eficiência, de modo a evitar o desperdício e assegurar a oferta tempestiva e suficiente de medicamentos nas unidades básicas de saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 43, I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Secretaria de Estado da Saúde do Amapá que, no prazo de 90 (noventa) dias, integralize a contrapartida estadual relativa ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, em favor do Fundo Municipal de Saúde de Macapá (AP), referente aos meses de fevereiro a dezembro de 2013 e de fevereiro a abril e de junho a setembro de 2014, inclusive no que concerne aos recursos destinados à aquisição de insumos para os usuários insulino-dependentes, nesse caso, quanto ao mês de dezembro de 2013 e de julho a setembro de 2014, em cumprimento ao disposto no art. 3º, II, da Portaria GM/MS nº 1.555/2013 e na Resolução CIB/AP nº 58, de 13/7/2012;

9.2. com fundamento no art. 43, I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Macapá (AP) que:

9.2.1. integralize a contrapartida municipal referente à assistência farmacêutica básica, relativa aos exercícios de 2013 e 2014, depositando os recursos respectivos diretamente na conta corrente específica desse componente, em cumprimento ao disposto nos arts. 5º, § 2º, da Portaria GM/MS nº 204/2007 e 3º, III, da Portaria GM/MS nº 1.555/2013;

9.2.2. apresente o projeto arquitetônico, o memorial descritivo, a aprovação final do Corpo de Bombeiros e o "Habite-se" referentes ao Departamento de Assistência Farmacêutica e a todas as Unidades Municipais de Saúde sob sua responsabilidade, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 21 da Lei nº 5.991/1973, 1º da Resolução nº 50/2002 e 1º da Resolução nº 189/2003, ambas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

9.2.3. adote as providências necessárias, junto ao Conselho Regional de Farmácia do Amapá, para que todos os farmacêuticos responsáveis pelas farmácias de suas Unidades Básicas de Saúde e pelo Departamento de Assistência Farmacêutica obtenham os respectivos Certificados de Regularidade Técnica, os quais deverão ser expostos em local visível e de livre acesso ao público, em obediência ao disposto na Lei nº 13.021/2014, nas Resoluções nº 577/2013 e nº 578/2013, ambas do Conselho Federal de Farmácia, e no art. 2º, IV, da RDC Anvisa nº 44/2009;

9.2.4. implante um sistema de informação para gerenciar todo o processo de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação dos medicamentos e insumos constantes do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, compreendendo a aquisição de computadores, o desenvolvimento ou a aquisição de programas e o treinamento adequado de seus operadores, em consonância com o disposto no art. 13 da Portaria GM/MS nº 1.555/2013;

9.2.5. garanta a presença permanente de um farmacêutico nas farmácias das Unidades Básicas de Saúde e no Departamento de Assistência Farmacêutica, durante o período de funcionamento desses estabelecimentos, em cumprimento às prescrições da Lei nº 13.021/2013 e das Resoluções CFF nº 577/2013 e nº 578/2013;

9.2.6. disponibilize, em todas as Unidades Básicas de Saúde, geladeiras para o acondicionamento de insulinas, bem como dispense este medicamento a todos os pacientes que dele necessitarem, de acordo com o disposto no art. 6º da Portaria GM/MS nº 1.555/2013;

9.2.7. disponibilize, em todas as Unidades Básicas de Saúde - UBS, os medicamentos de uso controlado, relacionados nos Anexos I e IV da RENAME e disciplinados pela Portaria SVS nº 344/1998, bem como forneça para as UBS armários próprios para armazená-los e livros ou sistemas informatizados para viabilizar seu devido controle;

9.3. determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Macapá (AP) que remeta ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação contendo o cronograma para a adoção das medidas necessárias à implementação das providências relacionadas nos subitens 9.2.1 a 9.2.7 deste Acórdão, com a indicação dos responsáveis pela sua execução;

9.4. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria Municipal de Saúde de Macapá (AP) que:

9.4.1. adote providências para qualificar as etapas de seleção e programação do ciclo da Assistência Farmacêutica Básica, mediante a:

a) estruturação da Comissão de Farmácia Terapêutica;

b) elaboração e divulgação da Relação Municipal de Medicamentos, a ser aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde;

c) adoção de protocolos clínicos para atenção básica;

9.4.2. elabore um cronograma para a programação e aquisição de medicamentos do componente básico, de forma a permitir o regular suprimento da rede de farmácia das Unidades Básicas de Saúde e a entrega tempestiva desses produtos aos usuários do SUS;

9.4.3. elabore de forma tempestiva os instrumentos de planejamento do SUS (Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão), contemplando adequadamente as ações, os serviços e os recursos financeiros da Assistência Farmacêutica Básica - AFB, assim como os respectivos mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, em cumprimento ao disposto nos arts. 15 e 16 da Portaria GM/MS nº 1.555/2013;

9.4.4. implante um sistema de gerenciamento de estoques no Departamento de Assistência Farmacêutica, preferencialmente informatizado, em observância ao disposto no item 13.3 do Manual de Boas Práticas para a Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS;

9.4.5. em observância ao disposto no item 13.3 do Manual de Boas Práticas para a Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS, nomeie uma equipe de servidores para, com periodicidade predeterminada, confrontar os estoques de medicamentos e insumos existentes no sistema de gerenciamento de estoque implantado com os saldos físicos presentes no Departamento de Assistência Farmacêutica e nas Unidades Básicas de Saúde, de modo a conseguir um índice de acuidade de estoques próximo de 100% e um índice de divergência próximo de 0%;

9.4.6. em observância aos itens 2.1 e 13.3 do Manual de Boas Práticas para Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS, promova as reformas e a manutenção predial que se fizerem necessárias em suas Unidades de Saúde, principalmente no que se refere a:

a) infiltrações no telhado verificadas nas UBS Marabaixo, Perpétuo Socorro, Lélio Silva, Congós e Álvaro Pereira;

b) muros de proteção que não oferecem segurança, cuja existência foi confirmada nas UBS Rubim Aronovith, Rosa Moita e Álvaro Pereira;

c) janelas sem grade de proteção, existentes nas UBS Perpétuo Socorro, Lélio Silva, Rubim Aronovith, Congós, Fazendinha, Álvaro Pereira e Coração;

d) portas sem grades de proteção, existentes nas UBS Perpétuo Socorro, Lélio Silva, Rubim Aronovith, Congós, Fazendinha, Rosa Moita, Álvaro Pereira e Coração;

e) falta de proteção contra a entrada de animais nocivos, constatada nas UBS Marcelo Candia, Perpétuo Socorro, Lélio Silva, Rubim Aronovith, Congós, Fazendinha e Rosa Moita;

f) pane no ar condicionado da farmácia localizada na UBS Rubim Aronovith;

g) infestações e criadouros de animais nocivos, verificados nas UBS Perpétuo Socorro, Lélio Silva, Rubin Aronovith, Congós, Álvaro Pereira, Fazendinha e Rosa Moita;

h) espaço físico desproporcional à quantidade de medicamentos armazenados/dispensados, o que acarreta a necessidade de ampliação das UBS Marabaixo e Coração;

9.4.7. implante um sistema de gerenciamento de estoques em todas as UBS do município, preferencialmente informatizado, em observância ao item 13.3 do Manual de Boas Práticas para Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS;

9.4.8. promova a aquisição planejada e programada de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, constante dos Anexos I e IV da RENAME, que estejam em falta no depósito do Departamento de Assistência Farmacêutica, em cumprimento ao disposto no art. 10 da Portaria GM/MS nº 1.555/2013;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4.9. tão logo seja normalizada a situação de falta de medicamentos mencionada no parágrafo anterior, oriente suas UBS no sentido de que toda e qualquer permuta de medicamentos com outros órgãos e entidades públicos seja feita por intermédio única e exclusivamente do Departamento de Assistência Farmacêutica;

9.4.10. forneça a todas as unidades de saúde termômetros e higrômetros, em quantidade suficiente para medir as temperaturas ambiente e das geladeiras presentes em suas farmácias, em consonância com o disposto no item 14.2 do Manual de Boas Práticas para Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS e no art. 11, V, da Portaria SVS/MS nº 802/1998;

9.4.11. proporcione os meios para que todas as unidades de saúde contem com serviços de vigilância eletrônica e orgânica 24 horas, de acordo com a orientação contida no item 11.1 do Manual de Boas Práticas para Estocagem de Medicamentos - Central de Medicamentos/CEME/MS;

9.5. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará que monitore o cumprimento das determinações acima expedidas;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, ao Ministério da Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá, à Secretaria de Estado da Saúde do Amapá e à Secretaria Municipal de Saúde de Macapá (AP).

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2517-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2518/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.431/2013-7

2. Grupo II - Classe V - Monitoramento (em Acompanhamento)

3. Responsável: Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite (CPF 010.947.750-29, Prefeito)

3.1. Interessados: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pelotas/RS

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

8. Advogado constituído nos autos: Rafael Klautau Borba Costa (OAB/DF nº 38.871)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de monitoramento acerca do cumprimento da determinação para que a Prefeitura Municipal de Pelotas/RS encaminhasse a esta Corte de Contas cópia da republicação do edital da Concorrência Pública nº 1/2013 (ETA São Gonçalo)-UGP/PAC, com retificação das cláusulas restritivas à competitividade do certame, conforme o Acórdão nº 1.100/2013-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 237, inciso VII, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar cumprida a determinação constante do Acórdão nº 1.100/2013-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência desta decisão à Prefeitura Municipal de Pelotas/RS, que deverá adotar as medidas cabíveis para retificar a referência ao inciso II do art. 33 da Lei nº 8.666/1993 no item 6.5 do edital da Concorrência Pública nº 1/2013, já que se trata da situação regulada pelo inciso III (apresentação dos documentos de habilitação pelos integrantes do consórcio);

9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2518-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2519/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.025/2015-2

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Levantamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidades: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia; e Operador Nacional do Sistema Elétrico

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica (SeinfraElétrica)

8. Representação legal: Cristina Maria Vasconcelos Falcão (OAB/RJ 97846)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento, realizado com o objetivo de examinar medidas emergenciais e estruturantes que podem ser adotadas no âmbito do setor elétrico, com a finalidade de identificar áreas ou processos de trabalho relevantes para fins de planejamento de futuras fiscalizações.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 230, 238 e 250 do Regimento Interno do TCU, e art. 4º, § 1º, c/c art. 5º da Resolução 254/2013, em:

9.1. recomendar ao Ministério de Minas e Energia - MME que elabore plano de ação, acompanhado de cronograma de execução, para instituição de Plano de Contingência para Situações de Elevado Risco de Insuficiência Energética, contemplando as seguintes diretrizes mínimas:

9.1.1. participação de agentes públicos e privados ligados ao setor elétrico e da sociedade no processo de elaboração;

9.1.2. apresentar definição clara de critérios objetivos para disparar gradativamente medidas com o objetivo de aumentar a oferta de energia e diminuir o consumo;

9.1.3. apresentar a definição dessas medidas com a explicitação dos custos e dos benefícios de cada ação preventiva, tanto para o setor elétrico, quanto para a sociedade; e

9.1.4. apresentar os critérios e mecanismos anuais de revisão do plano de contingência;

9.2. recomendar ao Ministério de Minas e Energia - MME a realização de:

9.2.1. estudos relacionados à implantação de usinas hidrelétricas reversíveis próximas aos centros de carga, no sentido de mapear o potencial de tais projetos no Brasil, bem como de atestar a sua viabilidade, estimando a vantagem de sua inserção na matriz frente às demais possíveis soluções;

9.2.2. estudos no sentido de quantificar os custos e os ganhos para a geração de energia elétrica advindos da adoção de medidas de incentivo à ampliação da geração distribuída;

9.2.3. estudos no sentido de quantificar os custos e os ganhos para a geração de energia elétrica advindos da adoção de medidas de incentivo ao desenvolvimento do setor sucroenergético, de forma a avaliar a viabilidade e a conveniência de se conceder tais incentivos ao setor;

9.2.4. estudos no sentido de quantificar os custos e os ganhos para a geração de energia elétrica advindos da adoção de medidas de incentivo à ampliação da geração própria por meio de investimentos em tecnologia local;

9.3. determinar ao Ministério de Minas e Energia - MME que apresente ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, informações a respeito do cumprimento das medidas constantes dos itens 9.1 e 9.2 do presente acórdão;

9.4. manter o sigilo do Anexo V - Possíveis ações de controle (peça 56);

9.5. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério de Minas e Energia (MME), à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e

9.6. arquivar os autos.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2519-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2520/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.379/2015-9

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em Monitoramento)

3. Embargante: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

4. Unidades: Ministério de Minas e Energia (MME) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SeinfraElétrica

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração opostos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com o aval do Ministério de Minas e Energia (MME), em face dos itens 9.7.2 e 9.8 do Acórdão 2.253/2015-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, acolhê-los parcialmente, para:

9.1.1 esclarecer à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao Ministério de Minas e Energia (MME) que a determinação exarada no item 9.7.2 do Acórdão 2.253/2015-Plenário obriga a Agência e o MME a estabelecerem critérios objetivos que mensurem a eficiência com relação à qualidade do serviço prestado e à gestão econômico-financeira, que, caso infringidos, ensejarão o início automático da caducidade da concessão; nesse sentido, devem ser definidos pelo regulador, antes do início de períodos preferencialmente quinquenais, os indicadores, os critérios, as metodologias de cálculo e os valores limites, bem como as metas anuais e as regras que irão acionar o processo de caducidade antes e ao final do referido ciclo;

9.1.2 alterar o item 9.8 do Acórdão 2.253/2015-Plenário, para que, onde se lê "determinar", leia-se "recomendar", transformando em recomendação a determinação ali endereçada à Aneel;

9.2. dar ciência desta deliberação à Aneel e ao MME.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2520-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2521/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.256/2010-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria

3. Responsável: Lenilson Queiroz de Araujo (503.599.914-91).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal:

8.1. Elisa Maria Corrêa Silva (04907217/MG-OAB); e Leonardo Silva Lima Fernandes (OAB/DF 4173787)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada nas obras do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS (PEX), abrangendo parte das 720 novas agências do INSS a serem implantadas em diversas regiões do país.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 28, inciso II; 43, inciso I; 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa de Lenilson Queiroz de Araújo e aplica-lhe multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2 autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3 recomendar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que formule roteiro de fiscalização a ser seguido por todos os profissionais que atuam nas obras do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), com o objetivo de uniformizar os procedimentos de fiscalização.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2521-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2522/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.230/2015-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria Operacional

3. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU)

4. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Adesa)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/AM

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB/AM 6.142) e outros

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a auditoria operacional realizada na Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Adesa) com o objetivo de avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos controles internos da empresa, em particular a atuação da auditoria interna na identificação, controle, gestão e monitoramento de riscos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 recomendar à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Adesa) que:

9.1.1. promova e difunda a cultura do controle e de gerenciamento de riscos corporativos nos diversos níveis da organização, não apenas sob o aspecto financeiro, contemplando o levantamento e compartilhamento periódico pela Auditoria Interna (CAD), Gerência de Riscos Corporativos, Seguros e Controles Internos (PRRC), Gerência de Planejamento e Acompanhamento dos Indicadores (PRPI), Departamento de Contabilidade e Gestão de Ativos (DFC) e demais setores de informações sobre eventos relevantes, que impactem negativamente os seus objetivos;

9.1.2. realize o planejamento de atividades de sua auditoria interna orientado por uma matriz de riscos corporativos abrangentes;

9.1.3. institua mecanismos que induzam a participação de todas as instâncias diretivas da empresa no estabelecimento de um ambiente propício ao atendimento tempestivo dos apontamentos feitos pela auditoria interna;

9.1.4. capacite seus empregados na elaboração de planos de ação consistentes;

9.1.5. inclua, entre as metas dos diversos setores da empresa, indicadores de atendimento às recomendação e pontos de auditoria, expressos em porcentagem de cumprimento e que tenham impacto em sua avaliação;

9.1.6. aprimore os mecanismos de monitoramento da utilização de procedimentos permanentes de controle, a exemplo dos checklists;

9.2. determinar à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Adesa) que, no prazo de 90 (noventa) dias, elabore e encaminhe ao Tribunal plano de ação com as medidas, prazos e responsáveis para atendimento às recomendações do item anterior;

9.3. dar ciência à Adesa, por meio de sua presidência e conselhos administrativo e fiscal, de que os gestores, inclusive os respectivos diretores aos quais as unidades estejam vinculadas, não vêm recebendo nenhum tipo de sanção pelo descumprimento dos apontamentos da auditoria interno, o que contraria o item 5.7.6 da Norma de Auditoria Interna, aprovada pela RES 220/2014, de 15/12/2014;

9.4. autorizar a Secex/AM a, oportunamente, realizar o monitoramento da determinação contida no item 9.2 acima em processo específico; e

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2522-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2523/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.152/2015-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante: Copy Line Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 01.551.920/0001-60)
4. Unidade: Ministério de Minas e Energia
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Selog
8. Advogado constituído nos autos: Felipe Alves Pacheco (108771/MG-OAB)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 14/2015, do Ministério de Minas e Energia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 250 e 276 do Regimento Interno, em:

9.1 determinar, cautelarmente, ao Ministério de Minas e Energia que não autorize a adesão de órgãos/entidades à ata de registro de preços decorrente do Pregão Eletrônico 14/2015 até que o TCU decida o mérito deste processo;

9.2 determinar a oitiva do Ministério de Minas e Energia e, de forma facultativa, dos órgãos participantes (Ministério do Esporte, Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Portos) e da CTIS Tecnologia S.A., alertando-os quanto à possibilidade de o Tribunal vir a proibir a prorrogação do Contrato 17/2015 e dos demais contratos decorrentes do Pregão Eletrônico 14/2015, para que, no prazo de quinze dias, se manifestem acerca das seguintes questões:

9.2.1 realização de pesquisa de preços limitada à coleta de preços de três empresas fornecedoras quando o Guia de Boas Práticas em Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e a jurisprudência do TCU (Acórdãos 1.805/2014, 1.179/2014, 819/2009 e 2.170/2007, todos do Plenário) são no sentido de que se deve buscar o maior número de preços possível, obtidos por meio de diferentes fontes; e

9.2.2 demonstração de que os equipamentos informados ao Tribunal em sede de oitiva prévia (peça 27, p. 14) se encontram na mesma faixa de preços, uma vez que as impressoras que atendem às características técnicas do edital, segundo informado pelo Ministério, consistem em equipamentos de categorias diferentes, quais sejam, multifuncionais monocromáticas A3 (Canon e Xerox) e A4 (Lexmark), para o item 1, e multifuncionais coloridas A3 (Canon e Xerox) e A4 (Lexmark), para o item 3, não sendo, em uma análise preliminar, comparáveis, o que caracterizaria, em tese, direcionamento indevido do certame para a marca Lexmark para os itens 1 e 3 do certame;

9.3 dar ciência deste acórdão à representante, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Integração Nacional, à Secretaria de Portos e à CTIS Tecnologia S.A., com o encaminhamento de cópia da deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, e do documento à peça 27.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2523-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2524/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.372/2014-0
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria Operacional
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo - Semec
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a auditoria operacional, inserida em Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), realizada na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, com o objetivo de avaliar a gestão de riscos na empresa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 recomendar à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que:

9.1.1 aprove e implemente uma política de gestão de risco integrada para todas as áreas de atuação da empresa, abordando os conteúdos preconizados na ISO 31000, feitas as adaptações julgadas necessárias ao contexto específico da Embrapa;

9.1.2 adote estratégias para assegurar a compreensão uniforme, na empresa, da terminologia e dos conceitos utilizados em gestão de riscos, para implementar a capacitação e o treinamento dos empregados quanto ao tema e para atribuir responsabilidades para gerenciar riscos;

9.1.3 proceda à estruturação, sistematização e implementação de processo de gestão de riscos por meio da utilização de métodos, técnicas e ferramentas de apoio para identificação, avaliação e implementação de respostas a riscos;

9.1.4 aprove e divulgue orientações que detalhem os procedimentos de identificação, avaliação e implementação de resposta a riscos dos projetos a serem inseridos no Ideare;

9.1.5 elabore plano de tratamento de riscos contendo ações selecionadas após uma avaliação do custo-benefício das alternativas de resposta a riscos;

9.1.6 estabeleça disposições de como será realizada a gestão de riscos em parcerias, de maneira que seja possível estabelecer, nas parcerias a serem firmadas, entendimentos entre as partes acerca da terminologia de riscos a ser adotada, dos padrões comuns para avaliação de riscos, dos registros de identificação de riscos conjunto a serem utilizados e das cláusulas que estabeleçam em quais condições e para quem cada responsável deve fornecer informações relativas a riscos existentes nas parcerias;

9.2 encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, e do inteiro teor do relatório de levantamento à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

9.3 arquivar os autos.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2524-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2525/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.106/2015-8
2. Grupo I - Classe VII - Desestatização
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SeinfraPetróleo
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de desestatização, referente à segunda etapa da 13ª rodada de licitações para outorga de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural, realizada pela ANP;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 18 da Lei 8.987/1995; art. 258, inciso II, do Regimento Interno do TCU; e arts. 7º, inciso I, e 8º, inciso I, da Instrução Normativa TCU 27/1998, em:

9.1. aprovar o primeiro estágio de acompanhamento de outorga de concessão de exploração de petróleo e gás natural, referente à segunda etapa da 13ª rodada de licitações;

9.2. encaminhar cópia desta decisão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ao Conselho Nacional de Política Energética e ao Ministério de Minas e Energia; e

9.3. restituir os autos à unidade técnica, para que dê prosseguimento aos demais estágios deste acompanhamento.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2525-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2526/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.134/2015-1
2. Grupo I - Classe VII - Desestatização
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidades: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Ministério de Minas e Energia (MME)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica - SeinfraElétrica
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de desestatização, que trata do primeiro estágio do Leilão Aneel 12/2015, referente à licitação para a outorga de 29 usinas hidroelétricas em operação no país;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 18 da Lei 8.987/1995; 250, incisos II e III, e 258, inciso II, do Regimento Interno do TCU; 7º, inciso I, e 8º, inciso I, da Instrução Normativa TCU 27/1998, em:

9.1. aprovar o primeiro estágio do Leilão Aneel 12/2015, referente à licitação para a outorga de usinas hidroelétricas em operação no país;

9.2. determinar à Agência Nacional de Energia Elétrica que se abstenha de encaminhar a este Tribunal os estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental de que trata o art. 7º, inciso I, da IN TCU 27/1998 antes de que sejam definidas todas as questões que lhes são afetas, necessárias à feição final dos EVTEA da concessão;

9.3. recomendar ao Ministério de Minas e Energia a adoção de providências no sentido de que, nos casos das usinas em que a receita estimada com a venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ao preço de referência de R$ 126,50/MWh for inferior à estimativa de seus custos, toda a garantia física dessas usinas seja destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR);

9.4. determinar à SeinfraElétrica que, na próxima fase da análise da concessão em tela, verifique em definitivo a aderência do Edital do Leilão Aneel 12/2015, publicado em 07/10/2015, às recomendações e cientificações de que tratam os item 2 e 3 da sua proposta de encaminhamento, feita na instrução da peça 38;

9.5. encaminhar cópia desta decisão, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Agência Nacional de Energia Elétrica, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério da Fazenda, à Casa Civil da Presidência da República, às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos do Senado Federal e às Comissões de Minas e Energia e de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.6. restituir os autos à unidade técnica, para que dê prosseguimento ao acompanhamento dos demais estágios da concessão.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2526-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2527/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.507/2015-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto II: Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraAeroTelecom).
8. Representação legal :
8.1. Daniel Andrade Fonseca e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional encaminhada pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal, na qual se requer a realização de auditoria com o objetivo de verificar a qualidade dos serviços de telefonia móvel prestado no Brasil.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:
9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, I e II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 232, III, do Regimento Interno TCU (RI/TCU;
9.2. informar à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal que o Requerimento 2/2015/CMA será atendido por intermédio da auditoria operacional em andamento TC 023.133/2015-5 e que, tão logo esta auditoria seja concluída e apreciada pelo Plenário do TCU, será encaminhada cópia do Acórdão com os respectivos Relatório e Voto à Comissão solicitante;
9.3. estender, com fundamento no art. 14, inciso III, da Resolução TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução ao processo TC 023.133/2015-5, uma vez reconhecida conexão parcial do respectivo objeto com o da presente solicitação
9.4. prorrogar o prazo de atendimento da presente solicitação até 11/3/2016, excepcionalmente, tendo em vista a complexidade e a abrangência da auditoria em andamento, com fundamento no art. 12 c/c art. 15, inciso II e § 2º, da Resolução TCU 215/2008
9.5. juntar cópia desta deliberação ao processo conexo TC 023.133/2015-5, conforme determina o art. 14, inciso V, da Resolução TCU 215/2008;
9.6. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e à Agência Nacional de Telecomunicações;
9.7. sobrestar a apreciação do presente processo até que sejam encaminhadas as informações relativas ao processo conexo, necessárias ao integral cumprimento do solicitado, com fundamento no art. 47 da Resolução TCU 259/2014.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2527-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2528/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.444/2015-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados
3.1. Responsável: Ministério da Saúde (vinculador).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, referente à Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) n. 174/2014, aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), por meio da qual é solicitado ao TCU a realização de fiscalização para examinar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pelo Ministério da Saúde no que tange à aquisição e utilização de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) para uso em pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no §2º do art. 15 da Resolução TCU nº 215/2008, determinar a prorrogação, por 90 (noventa) dias, a contar do término do prazo anterior, para cumprimento do item 9.2 do Acórdão 1.434/2015-TCU-Plenário (peça 7);
9.2. determinar à SecexSaúde que encaminhe ao Gabinete do Ministro Relator destes autos, até 3/12/2015, pronunciamento conclusivo sobre a matéria;
9.3. dar ciência desta deliberação à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2528-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2529/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.488/2015-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional
3.2. Responsável: Carlos Afonso Nobre (738.128.978-49).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação legal:
8.1. Maurício Almeida Prado (Siape 1842058) e outros, representando Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (peça 24).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2015, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), com o objetivo de fiscalizar o edital de concorrência das obras de implantação do complexo do Cemaden.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) que, antes da publicação do edital de concorrência para contratação de empresa para execução das obras/serviços de engenharia para construção do complexo técnico/administrativo do Cemaden, no parque tecnológico de São José dos Campos/SP, promovam as correções das seguintes impropriedades:
9.1.1. insuficiência de justificativas técnicas para o parcelamento do objeto por especialidades, em dissonância com o art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 (item 3.1 do relatório);
9.1.2. existência de diversas inconsistências na planilha orçamentária, em afronta à Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX, alínea "f" (item 3.2 do relatório):
9.1.2.1. presença de 217 itens com preços diferentes para serviços idênticos, conforme tabela constante à peça 19 destes autos;
9.1.2.2. presença de itens com código de referência diferente da descrição, a exemplo do item concreto usinado bombeado fck = 30MPa, cujo código sinapi é 74138/4, que aparece, em algumas das planilhas orçamentárias, com o código 74138/3, que corresponde a um concreto de menor resistência (fck=25MPa);
9.1.2.3. ausência de pesquisa de mercado adequada para definição dos custos de todos os serviços não referenciados em sistemas oficiais, a exemplo dos *no-breaks* e dos quadros elétricos;
9.1.3. retirada completa do item "administração local" do orçamento da obra, em afronta ao disposto no Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário (item 3.2 do relatório);
9.1.4. retirada dos itens "edifício do supercomputador" e "sistema de segurança" do orçamento da obra sem garantias de manutenção da funcionalidade e adequação do interesse público do empreendimento, em afronta ao art. 12, inciso II da Lei 8.666/1993 (item 3.2 do relatório);
9.1.5. adoção de critérios inadequados de habilitação (item 3.3 do relatório):
9.1.5.1. exigência de comprovação de itens pouco relevantes financeiramente, inferiores a 1% do valor global da obra, para fins de demonstração de capacidade técnico-operacional, em afronta ao art. 30 da Lei 8.666/1993 e à Súmula 263/2011 do TCU, a exemplo dos itens "impermeabilização com manta asfáltica", "estrutura metálica para cobertura", "pele de vidros" e "esquadrias";
9.1.5.2. exigência de comprovação de execução de serviço (cobertura com telhas metálicas) que, apesar de constar em projeto, não integra a planilha orçamentária, além de não se mostrar técnica e financeiramente relevante, em afronta ao art. 30 da Lei 8.666/1993 e à Súmula 263/2011 do TCU;
9.1.5.3. exigência de quantitativo superior a 50% do volume a ser executado (esquadrias), para fins de demonstração de capacidade técnico-operacional, em afronta aos art. 3º, § 1º, inciso I, e 30, inciso II, da Lei 8.666/1993, e à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.171/2013 e 2.666/2013, do Plenário;
9.2. encaminhar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, bem como da peça 19 destes autos;
9.3. determinar à SeinfraUrbana que monitore o cumprimento das medidas constantes no item 9.1 acima, nos termos do art. 4º, inciso I, da Portaria-Segecex 27/2009 (Padrões de Monitoramento);
9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2529-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2530/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.312/2015-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Artec Ar-Condicionado Ltda. (18.465.901/0001-14).
4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Diretoria Regional - Minas Gerais (ECT/DR/MG).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
8. Representação legal:
8.1. José Geraldo de Moura Mata (OAB/MG 102.575) e outros, representando Artec Ar-Condicionado Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela empresa Artec Ar-Condicionado Ltda. em face do Acórdão 1.835/2015-TCU-Plenário (Relação 34/2015-TCU-Plenário), tratando de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no pregão eletrônico 14000276/2014-ECT/DR/MG, cujo objeto é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de climatização,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão 1.835/2015-TCU-Plenário;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à ECT/DR/MG.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2530-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2531/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.850/2015-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto II: Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação de Informações do Congresso Nacional (STI 11/2015), de autoria da Deputado Federal Jarbas Vasconcelos, encaminhada pelo Presidente da Câmara de Deputados, Deputado Eduardo Cunha, na qual se requer o envio de informações sobre a situação do processo de produção de medicamentos hemoderivados pela Empresa Brasileira de Hemoderivados - Hemobrás, em especial, do processo de transferência de tecnologia e do processo de licitação relativo à construção do Bloco de Câmara Fria em Goiana/PE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso II, da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 232, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.2. informar ao solicitante que:

9.2.1. o fornecimento, pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), de medicamentos hemoderivados ou produzidos por biotecnologia aos pacientes do SUS, mediante a produção interna a partir do fracionamento de plasma, assim com o processo de transferência de tecnologia para fracionamento industrial de plasma no Brasil, voltada à produção de hemoderivados, estão relacionados diretamente com a conclusão das obras de construção do parque fabril da Hemobrás, no município de Goiana/PE, cujo cronograma encontra-se em atraso. Atualmente, a Hemobrás trabalha com a previsão de produzir no segundo semestre de 2017 o primeiro hemoderivado na fábrica de Goiana/PE, com estimativa de que, nesse prazo, estará sendo extraída a albumina, em território nacional, mediante o fracionamento do plasma. No entanto, não há informações sobre a previsão de início da produção dos demais hemoderivados;

9.2.2.as primeiras licitações para construção do Bloco B01, que inclui a Câmara Fria, (Concorrências 1/2009 e 5/2009) foram anuladas em decorrência de irregularidades detectadas pelo TCU no TC 015.521/2010-9. Posteriormente, a Hemobrás lançou a Concorrência 1/2010, que originou o Contrato 25/2010, o qual foi executado com êxito. O Bloco B01 da fábrica de hemoderivados da Hemobrás foi concluído e encontra-se em operação desde 27/9/2012. Nesse bloco (prédio de 2,7 mil metros quadrados), vêm sendo realizadas a recepção, a triagem e a estocagem do plasma humano brasileiro, procedente de todas as regiões do País, matéria-prima para produção dos medicamentos derivados do sangue, numa Câmara Fria a -35ºC totalmente automatizada, com capacidade de armazenar um milhão de bolsas de plasma;

9.2.3 o TCU continuará a realizar acompanhamento, por meio do TC 008.749/2011-6, com o objetivo de verificar o cumprimento do processo de transferência de tecnologia de hemoderivados na Hemobrás, incluindo a etapa do serviço de fracionamento de plasma;

9.3 encaminhar ao solicitante cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o acompanham, além de cópia digitalizada dos seguintes acórdãos (em mídia CD-Rom), acompanhados dos respectivos relatórios e votos:

9.3.1.Acórdão1.444/2014-TCU-Plenário TC 008.749/2011-6) - Relatório do primeiro Acompanhamento relativo à transferência de tecnologia para a produção de hemoderivados;

9.3.2.Acórdão448/2011-TCU-Plenário(TC 011.298/2010-3)- Representação formulada por unidade técnica do Tribunal, acerca de possíveis irregularidades no âmbito do aditamento promovido ao Contrato 22/2007, mediante o Termo Aditivo 01/2010, firmado entre a Hemobrás e o *Laboratoire Français du Fractionnement et des Biotechnologies* (LFB);

9.4. considerar integralmente atendida a presente Solicitação de Informação ao TCU, nos termos do art. 17, inciso I, da Resolução TCU 215/2008, arquivando-se o processo com fulcro no art. 169, II, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2531-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2532/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.865/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação Congresso Nacional.

3. Interessado: Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste (Coinfra).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, dirigida a este Tribunal por meio do ofício 2.144/2015-SGM/P, assinado pelo Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando a Solicitação de Informação ao TCU (SIT) 15/2015, por meio do qual a Mesa Diretora daquela Casa Parlamentar demanda "*cópias de documentos já levantados e respectivos relatórios já produzidos acerca de todas as investigações empreendidas por esta Corte sobre participações societárias de empresas públicas em empresas privadas consumadas sem fiscalização dos órgãos de controle*",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, com fulcro no art. 71, inciso VII, da CF/1988, c/c art. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 232, inciso II, do RI/TCU, c/c art. 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução-TCU 215/2008;

9.2. nos termos do art. 13 da Resolução-TCU 215/2008, informar aos Relatores dos processos abaixo listados que o objeto desta solicitação envolve processos em tramitação no Tribunal de suas responsabilidades e requisitar cópia das peças necessárias ao atendimento do pedido:

9.2.1. TC's 006.232/2008-8, 011.461/2014-4, 014.720/2014-0, 021.932/2014-0, 023.736/2014-3, sob a relatoria do Ministro Vital do Rêgo;

9.2.2. TC's 005.617/2011-1, 008.837/2013-9, 003.942/2015-5 e 017.053/2015-3, sob a relatoria do Ministro José Múcio;

9.2.3. TC's 017.417/2015-5 e 025.655/2015-9, sob a relatoria do Ministro Raimundo Carreiro;

9.2.4. TC 033.438/2013-7, sob a relatoria da Ministra Ana Arraes;

9.2.5. TC 007.527/2014-4, sob a relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman;

9.3. enviar ao Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, signatário do ofício 2.144/2015-SGM/P, bem como ao Deputado Rubens Bueno, autor da Solicitação de Informações ao TCU 15/2015, os julgados proferidos nos processos encerrados listados nas tabelas constantes das peças 9 e 12, bem como o inteiro teor das deliberações exaradas e demais peças contidas nos TC's 006.232/2008-8, 005.617/2011-1, 029.884/2012-8, 033.668/2012-4, 008.837/2013-9, 033.438/2013-7, 007.527/2014-4, 011.461/2014-4, 014.720/2014-0, 021.932/2014-0, 023.736/2014-3, 001.577/2015-8, 003.330/2015-0, 003.942/2015-5, 017.053/2015-3, 017.417/2015-5 e 025.655/2015-9, necessárias ao atendimento do pedido;

9.4. determinar à unidade instrutiva que, por ocasião do envio das informações solicitadas, observe o tratamento que deve ser dado de acordo com a confidencialidade de cada processo, à luz do art. 27 da Resolução-TCU 249/2012;

9.5. declarar integralmente atendida a solicitação e arquivar o processo, nos termos do art. 14, inciso IV, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2532-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2533/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.537/2013-8.

1.1. Apenso: 018.691/2014-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em Denúncia)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade Preservada (999.999.999-99)

3.2. Recorrente: Ministério da Pesca e Aquicultura (05.482.692/0001-75).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Pesca e Aquicultura.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal:

8.1. Thiago Affonso Diel (15.558-E/MT-OAB); Fábio Luis de Mello Oliveira (6848/MT); e Rafael Costa Bernardelli (13.411-A/MT).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em face do Acórdão 1.050/2015-TCU-Plenário, proferido nos autos de denúncia sobre possíveis irregularidades cometidas na condução das Concorrências Públicas 29/2013-MPA e 30/2013-MPA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para promover as seguintes alterações no acórdão recorrido:

9.1.1. tornar sem efeito os subitens 9.2 e 9.3;

9.1.2. incluir o seguinte subitem:

"9.9. dar ciência ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) de que foi constatada restrição à competitividade das concorrências, em razão de falhas observadas na publicidade dos certames, contrariando os ditames e princípios insculpidos na Lei 8.666/1993, em seus arts. 3º e 21, e da adoção de critérios favoráveis a uma parcela de interessados apenas, o que, no caso específico da Concorrência Pública 30/2013-MPA, de caráter predominantemente social, afronta o artigo 3º da Lei 8.666/1993;"

9.1.3. atribuir ao subitem 9.4 a seguinte redação:

"9.4. com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Ministério da Pesca e Aquicultura que, em procedimentos concorrenciais com objetos semelhantes aos das Concorrências 29 e 30/2013-MPA:

9.4.1. a definição das espécies a serem utilizadas para o projeto seja precedida de estudos ou pareceres técnicos a respeito, elaborados preferencialmente em conjunto pela Embrapa, pelo Ibama e pelo órgão ambiental estadual responsável pelo licenciamento, com possível participação da academia, se for o caso, observando as diretrizes da Resolução Conama 413/2009, alterada pela Resolução-Conama 459/2013;

9.4.2. se possível, o início das atividades de cada piscicultor selecionado (colocação dos peixes nos tanques-rede) seja condicionado à prévia fiscalização e aprovação das instalações implantadas e do plano de cultivo, considerando, nesse contexto, as medidas necessárias de mitigação dos impactos potenciais do empreendimento;

9.4.3. previamente à implantação do empreendimento, incentive, em conjunto com a respectiva secretaria estadual de meio ambiente e outras entidades (Embrapa, universidades, Ibama etc.), os possíveis interessados em participar de procedimentos licitatórios a seguirem as recomendações técnicas e práticas sugeridas pelos órgãos competentes, quanto à formação de bancos genéticos mantidos com finalidade de cultivar espécies nativas ou híbridas;

9.4.4. avaliar a pertinência da adoção imediata, nas Concorrências 29 e 30/2013-MPA, de algumas das medidas previstas nos subitens anteriores;"

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2533-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2534/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-002.204/2015-0.

2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Vera Lúcia Ferreira Costa (CPF 144.635.358-32) e Sebastião Aparecido Moreira (CPF 037.428.508-06).

4. Entidade: Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campinas/SP;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Sebastião Aparecido Moreira;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "d", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Vera Lúcia Ferreira Costa, condenando-a, em consequência, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas originais dos débitos a seguir indicadas até a sua efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU;

Valores históricos e datas de ocorrência:

DATA DA DESPESA	VALOR (R$)
16/11/2000	1.848,51
13/12/2000	1.650,46
12/1/2001	1.320,37
13/2/2001	1.320,37
13/3/2001	1.320,37
12/4/2001	1.320,37
14/5/2001	1.320,37
13/6/2001	1.320,37
12/7/2001	1.381,10
13/8/2001	1.381,10
14/9/2001	1.381,10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

11/10/2001	1.381,10
14/11/2001	1.381,10
13/12/2001	2.762,20
14/1/2002	1.381,10
15/2/2002	1.381,10
13/3/2002	1.381,10
11/4/2002	1.381,10
14/5/2002	1.381,10
13/6/2002	1.381,10
11/7/2002	1.508,16
13/8/2002	1.508,16
12/9/2002	1.508,16
11/10/2002	1.508,16
13/11/2002	1.508,16
12/12/2002	3.016,32
14/1/2003	1.508,16
13/2/2003	1.508,16
14/3/2003	1.508,16
11/4/2003	1.508,16
14/5/2003	1.508,16
12/6/2003	1.508,16
11/7/2003	1.805,41
13/8/2003	1.805,41
11/9/2003	1.805,41
13/10/2003	1.805,41
13/11/2003	1.805,41
11/12/2003	3.610,82
14/1/2004	1.805,41
12/2/2004	1.805,41
11/3/2004	1.805,41
6/4/2004	1.805,41
6/5/2004	1.805,41
4/6/2004	1.887,19

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar a responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2534-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2535/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.681/2015-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Vitor de Andrade (801.763.808-68); José Augusto Lourenço (783.904.518-91); Marcos Delfin Ferreira (053.054.248-01); Milena Sola (011.916.658-52).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santos/SP, em desfavor de Marcos Delfin Ferreira, CPF 053.054.248-01, técnico do seguro social aposentado, e dos segurados aposentados Antonio Vitor de Andrade, CPF 801.763.808-68, José Augusto Lourenço Batista, CPF 783.904.518-91, e Milena Sola, CPF 011.916.658-52, por prática de atos irregulares que geraram a concessão indevida de benefícios de aposentadoria vinculados ao Regime Geral de Previdência Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos art. 71, inciso II, da Constituição Federal, em:

9.1. excluir da relação processual os segurados beneficiados Antonio Vitor de Andrade, CPF 801.763.808-68, José Augusto Lourenço Batista, CPF 783.904.518-91, e Milena Sola, CPF 011.916.658-52;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "d", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Marcos Delfin Ferreira, CPF 053.054.248-01, ex-servidor aposentado da Agência da Previdência Social de Santos - SP, pela concessão irregular dos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição 42/126.040.152-6, 42/126.535.901-3 e 42/129.702.884-5, respectivamente, aos segurados Antonio Vitor de Andrade, José Augusto Lourenço Batista e Milena Sola, inobservando as normas legais e regulamentares da Previdência Social, e condená-lo ao pagamento das importâncias especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da data original do débito até a sua efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU;

Valores históricos e datas de ocorrência:

Em relação aos benefícios irregularmente concedidos a Antonio Vitor de Andrade, CPF 801.763.808-68.	
12/11/2002	1.011,26
20/11/2002	919,33
13/12/2002	1.225,77
15/1/2003	919,33
14/2/2003	919,33
18/3/2003	919,33
14/4/2003	919,33
16/5/2003	919,33
13/6/2003	919,33
14/7/2003	1.081,40
14/8/2003	1.081,40
12/9/2003	1.081,40
14/10/2003	1.081,40
14/11/2003	1.081,40
12/12/2003	2.162,80
15/1/2004	1.081,40
13/2/2004	1.081,40
12/3/2004	1.081,40
7/4/2004	1.081,40
7/5/2004	1.081,40
7/6/2004	1.130,38
7/7/2004	1.130,38
6/8/2004	1.130,38
9/9/2004	1.130,38
7/10/2004	1.130,38
8/11/2004	1.130,38
7/12/2004	2.260,76
7/1/2005	1.130,38
9/2/2005	1.130,38
7/3/2005	1.130,38
7/4/2005	1.130,38

Em relação aos benefícios irregularmente concedidos a José Augusto Lourenço Batista, CPF 783.904.518-91.	
7/1/2003	2.661,10
3/2/2003	1.228,20
5/3/2003	1.228,20
1/4/2003	1.228,20
2/5/2003	1.228,20
2/6/2003	1.228,20
1/7/2003	1.398,67
1/8/2003	1.398,67
1/9/2003	1.398,67
1/10/2003	1.398,67
3/11/2003	1.398,67
1/12/2003	2.797,34
2/1/2004	1.398,67
2/2/2004	1.398,67
1/3/2004	1.398,67
1/4/2004	1.398,67
3/5/2004	1.398,67
1/6/2004	1.462,02
1/7/2004	1.462,02
2/8/2004	1.462,02
1/9/2004	1.462,02
1/10/2004	1.462,02
1/11/2004	1.462,02
1/12/2004	2.924,04
3/1/2005	1.462,02
1/2/2005	1.462,02

Em relação aos benefícios irregularmente concedidos a Milena Sola, CPF 011.916.658-52.	
5/8/2003	2.617,06
4/9/2003	1.308,53
6/10/2003	1.308,53
6/11/2003	1.308,53
4/12/2003	2.071,83
7/1/2004	1.308,53
5/2/2004	1.308,53
4/3/2004	1.308,53
6/4/2004	1.308,53
6/5/2004	1.308,53
4/6/2004	1.373,68
6/7/2004	1.373,68
5/8/2004	1.373,68
6/9/2004	1.373,68
6/10/2004	1.373,68
5/11/2004	1.373,68
6/12/2004	2.747,36
6/1/2005	1.373,68

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o §7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2535-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2536/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.702/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessado/Representante.

3.1. Interessado: Petrobras - Regional Norte-Nordeste dos Serviços Compartilhados (RNNE).

3.2. Representante: ASA Rent a Car Locação de Veículos Ltda.

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460); Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121); Alexander Calazans Macedo (OAB/RJ 123.041); Mariana Macedo Pessanha Fernandes (OAB/RJ 158.482); Antonio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278); Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB/DF 19.273) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação encaminhada a esta Corte pela empresa ASA Rent a Car Locação de Veículos Ltda. (ASA), que trata de possíveis irregularidades relacionadas à execução do contrato firmado entre a representante e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e à contratação sem licitação da empresa Fiori Locadora, sem amparo legal e com preços significativamente superiores aos praticados no mercado para a locação de veículos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. dar ciência à Petrobras de que a verificação prévia de preços para a contratação direta em situações emergenciais, deixou de ser observada nos seus estritos termos quando da contratação emergencial da empresa Fiori Locadora, por meio do Contrato 0300.0081596.13.2 e seus aditivos;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à representante, à Petróleo Brasileiro S.A. e à Petrobras - Regional Norte-Nordeste dos Serviços Compartilhados;

9.4. autorizar o arquivamento deste processo, após as comunicações acima mencionadas.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2536-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2537/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.441/2015-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessada: Onyx Solution Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 19.450.011/0001-00).

4. Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Nadja Maria Mehmeri Lordêlo (CPF 068.225.091-00) e Maria do Perpétuo Socorro Lobato de Farias (CPF 126.420.451-53), representando Instituto Brasileiro de Turismo;

8.2. André Puppin Macedo (OAB/DF 12004), representando Tecnolta Equipamentos Eletrônicos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada pela empresa Onyx Solution Comércio e Representação Ltda., acerca de possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Eletrônico 5/2015, no âmbito do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer, com fulcro nos art. 237, inciso VII, do RITCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, da representação formulada pela empresa Onyx Solution Comércio e Representação Ltda. para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 indeferir a medida cautelar requerida pela empresa Onyx Solution Comércio e Representação Ltda;

9.3 dar ciência ao Instituto Brasileiro de Turismo de que:

9.3.1 nas licitações de outsourcing de impressão, os limites referentes à gramatura de papel devem ser devidamente justificados com estudos técnicos;

9.3.2 a exigência, para fins de habilitação, de declaração dos fabricantes de que os equipamentos a serem locados sejam novos e estejam em linha de produção, a exemplo do que aconteceu no Pregão 5/2015, é inadequada, por ter potencial restritivo à competitividade;

9.3.3 deve ser estabelecida, nos editais de licitação, quando da exigência de profissional de nível superior ou outro, a área de formação requerida, com a especificação, quanto à experiência profissional, dos atestados e certidões a serem apresentados; e

9.4 dar ciência desta deliberação ao Embratur e à empresa representante.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2537-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2538/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº 024.933/2014-7.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Interessada: Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

4: Entidade: Fundação Nacional do Índio (Funai).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Procuradoria da República no Estado do Maranhão, noticiando possíveis irregularidades na aplicação de recursos oriundos de acordo de cooperação celebrado, em 10/2/2007, entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Vale S.A. (antiga Companhia Vale do Rio Doce - CVRD), tendo por objeto o repasse de recursos financeiros pela Vale à Funai para aplicação em projetos produtivos que auxiliem a busca pelo autodesenvolvimento de comunidades indígenas localizadas nas proximidades da Estrada de Ferro Carajás, no estado do Maranhão;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez que atende aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU;

9.2. determinar à Auditoria Interna da Fundação Nacional do Índio, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, que apure as supostas irregularidades apontadas na presente representação, atinentes à aplicação de recursos oriundos de acordo de cooperação com a Vale S/A, no âmbito da antiga Administração Executiva Regional da Funai em São Luís/MA e da Coordenação Regional da Funai em Imperatriz/MA, e encaminhe, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os resultados da apuração à Controladoria-Geral da União;

9.3. determinar à Controladoria-Geral da União que, em vista das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, caput, inciso IV, e § 1º, da Constituição Federal, manifeste-se, no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento das informações de que trata a alínea precedente, sobre as conclusões da Auditoria Interna da Fundação Nacional do Índio e adote, se for o caso, as medidas que entender cabíveis, informando ao Tribunal as providências efetivamente implementadas;

9.4. encaminhar à Auditoria Interna da Fundação Nacional do Índio, à Controladoria-Geral da União e ao representante, cópia da presente deliberação, assim como do relatório e do voto que a fundamentam;

9.5. encaminhar cópia integral dos presentes autos à Auditoria Interna da Fundação Nacional do Índio e à Controladoria-Geral da União, preferencialmente por meio magnético, com vistas a subsidiar o exame dos fatos no âmbito dos referidos órgãos;

9.6. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão que, nos termos do art. 243 do Regimento Interno/TCU, constitua processo de monitoramento para verificação do cumprimento das determinações constantes dos itens "9.2" e "9.3", acima;

9.7. arquivar este processo, com fundamento no art. 169, caput, inciso V, do Regimento Interno do TCU, depois de efetivadas as comunicações processuais ora propostas.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2538-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2539/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.134/2012-2.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (Representação)

3. Recorrente: Marcelo Simon Manzatti, ex-Coordenador-Geral de Fomento à Identidade e à Diversidade (CPF 067.412.738-24)

4. Órgãos/Entidades: Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Paula Renata Bitencourt de Toledo (OAB/DF 47.215), representando Marcelo Simon Manzatti.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Marcelo Simon Manzatti, ex-Coordenador-Geral de Fomento à Identidade e à Diversidade da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC), contra o Acórdão 2075/2015-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Marcelo Simon Manzatti, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2539-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2540/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.652/2015-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria de Conformidade (Fiscobras 2015).

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

3.2. Responsável: Sergio de Oliveira Silva, CPF 648.234.315-53.

4. Unidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal - Caixa e Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: SeinfraUrbana.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do relatório de auditoria de conformidade realizada, no âmbito do Fiscobras 2015, nas obras de canalização dos rios Jaguaribe e Mangabeira, em Salvador/BA, havendo os trabalhos de auditoria objetivado, quanto ao empreendimento em questão, fiscalizar, em especial, os atos do procedimento licitatório de contratação integrada RDC Presencial 1/2015,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar, com fundamento no inc. II do art. 43 da Lei 8.443/1992 c/c o inc. IV do art. 250 do Regimento Interno/TCU, a audiência do Sr. Sergio de Oliveira Silva, então Diretor da Diretoria de Obras Estruturantes da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de justificativa quanto a haver, no âmbito do procedimento licitatório de contratação integrada RDC Presencial 1/2015:

9.1.1. aprovado o anteprojeto, inclusive o orçamento referencial, sem os elementos que demonstrem adequadamente a aderência dos preços paradigmas ao objeto pretendido, fazendo com que tais parâmetros não tivessem precisão adequada para que se pudesse avaliar a vantajosidade da contratação pela administração pública, contrariando o disposto no art. 9º, *caput* e § 2º, inc. II, c/c art. 8º, §§ 3º e 4º, e art. 1º, § 1º, inc. IV, todos da Lei 12.462/2011, assim como o art. 75 do Decreto 7.581/2011, considerando-se agravada a conduta do responsável ao ter-se em conta o aspecto de a Conder possuir ampla experiência na área de saneamento básico, inclusive em urbanizações e canalizações de rios e de não haverem sido constatadas precauções que viabilizassem o aprimoramento e o incremento da precisão do orçamento referencial do certame;

9.1.2. permitido a continuidade do procedimento licitatório cujo orçamento valorou os serviços de instalação e manutenção do canteiro de obra em um único item, sem distinguir a parcela correspondente a cada um, ao mesmo tempo em que o Edital do certame previu critérios diferentes para o pagamento das parcelas de instalação e de manutenção;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1.3. permitido a continuidade do procedimento licitatório que continha, em sua minuta de contrato, a previsão da possibilidade de reajustamento do contrato mesmo nos casos de atrasos causados pela empresa contratada, contrariando o previsto na alínea "d" do inc. XIV do art. 40, na alínea "d" do inc. II do art. 65 da Lei 8.666/1993 c/c o art. 39 da Lei 12.462/2011, assim como o previsto na jurisprudência desta Corte (Acórdão 3443/2012 - TCU - Plenário);

9.1.4. proposto a utilização do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), no regime de Contratação Integrada, sem apresentar os necessários pressupostos técnicos e econômicos para tanto, contrariando o disposto no art. 9º da Lei 12.462/2011, bem como a jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão 1510/2013 - TCU - Plenário);

9.1.5. permitido a continuidade do procedimento licitatório com critérios inadequados de julgamento das propostas técnicas, notadamente pela ausência de clareza, objetividade e motivação dos parâmetros fixados pelo Edital, contrariando o disposto nos inc. IV do § 1º do art. 1º, art. 3º, § 2º do art. 18 e art. 20 da Lei 12.462/2011, além de, ao julgar improcedente pedido de impugnação versando sobre o tema, deixar de explicitar o embasamento necessário que esclarecesse o caráter objetivo das notas classificatórias para o julgamento das propostas técnicas, bem como por elaborar parecer técnico de julgamento sem termo circunstanciado quanto à nota classificatória das empresas licitantes no que se refere à definição exata dos termos "muito satisfatório", "satisfatório", "pouco satisfatório" ou "insatisfatório";

9.2. determinar, considerando a possibilidade de este Tribunal vir a determinar a adoção de providências em relação ao procedimento licitatório realizado (aí incluída a eventual abertura de processo administrativo com vistas à aplicação de sanções à empresa responsável pela elaboração do orçamento) ou ao contrato firmado em decorrência dele (aí compreendida a eventual alteração de preços unitários ou de cláusulas contratuais), a realização, com fulcro no inc. V do art. 250 do Regimento Interno desta Casa, das seguintes oitivas:

9.2.1. da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre os seguintes aspectos atinentes ao procedimento licitatório de contratação integrada RDC Presencial 1/2015:

9.2.1.1. a falta de precisão no orçamento do certame, tendo em vista a ausência de elementos que demonstrem adequadamente a aderência dos preços paradigmas ao objeto pretendido, fazendo com que tais parâmetros não tivessem precisão adequada para que se pudesse avaliar a vantajosidade da contratação pela administração pública, contrariando o disposto no art. 9º, *caput* e § 2º, inc. II, c/c art. 8º, §§ 3º e 4º, e art. 1º, § 1º, inc. IV, todos da Lei 12.462/2011, assim como o art. 75 do Decreto 7.581/2011, devendo, ainda, ter-se em conta o aspecto de a Conder possuir ampla experiência na área de saneamento básico, inclusive em urbanizações e canalizações de rios;

9.2.1.2. o fato de o orçamento valorar os serviços de instalação e manutenção do canteiro de obra em um único item, sem distinguir a parcela correspondente a cada um, ao mesmo tempo em que o Edital do certame previu critérios diferentes para o pagamento das parcelas de instalação e de manutenção;

9.2.1.3. a previsão, na minuta de contrato, da possibilidade de reajustamento do contrato mesmo nos casos de atrasos causados pela empresa contratada, contrariando o previsto na alínea "d" do inc. XIV do art. 40, na alínea "d" do inc. II do art. 65 da Lei 8.666/1993 c/c o art. 39 da Lei 12.462/2011, assim como a jurisprudência desta Corte (Acórdão 3443/2012 - TCU - Plenário);

9.2.1.4. a deficiência de motivação para a adoção do regime de contratação integrada no processo licitatório RDC 1/2015, sem os necessários pressupostos técnicos e econômicos para tanto, em afronta o art. 9º da Lei 12.462/2011, além da jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 1510/2013 - TCU - Plenário);

9.2.1.5. a inadequação dos critérios de julgamento das propostas técnicas, notadamente pela ausência de clareza, objetividade e motivação dos parâmetros fixados pelo Edital, contrariando o disposto nos inc. IV do § 1º do art. 1º, art. 3º, § 2º do art. 18 e art. 20 da Lei 12.462/2011, bem como o julgamento de pedido de impugnação sem a explicitação do embasamento necessário que esclarecesse o caráter objetivo das notas classificatórias para o julgamento das propostas técnicas e, finalmente, o julgamento das propostas sem termo circunstanciado quanto à nota classificatória das empresas licitantes no que se refere à definição exata dos termos "muito satisfatório", "satisfatório", "pouco satisfatório" ou "insatisfatório";

9.2.2. da Caixa Econômica Federal - Caixa, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre os seguintes aspectos atinentes ao procedimento licitatório de contratação integrada RDC Presencial 1/2015:

9.2.2.1. a falta de precisão no orçamento do certame, tendo em vista a ausência de elementos que demonstrem adequadamente a aderência dos preços paradigmas ao objeto pretendido, fazendo com que tais parâmetros não tivessem precisão adequada para que se pudesse avaliar a vantajosidade da contratação pela administração pública, contrariando o disposto no art. 9º, *caput* e § 2º, inc. II, c/c art. 8º, §§ 3º e 4º, e art. 1º, § 1º, inc. IV, todos da Lei 12.462/2011, assim como o art. 75 do Decreto 7.581/2011;

9.2.2.2. o fato de o orçamento valorar os serviços de instalação e manutenção do canteiro de obra em um único item, sem distinguir a parcela correspondente a cada um, ao mesmo tempo em que o Edital do certame previu critérios diferentes para o pagamento das parcelas de instalação e de manutenção;

9.2.2.3. a previsão, na minuta de contrato, da possibilidade de reajustamento do contrato mesmo nos casos de atrasos causados pela empresa contratada, contrariando o previsto na alínea "d" do inc. XIV do art. 40, na alínea "d" do inc. II do art. 65 da Lei 8.666/1993 c/c o art. 39 da Lei 12.462/2011, assim como a jurisprudência desta Corte (Acórdão 3443/2012 - TCU - Plenário);

9.2.3. da UFC Engenharia Ltda. - empresa responsável pela elaboração do orçamento referencial, para que, caso o deseje, se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da falta de precisão no orçamento do procedimento licitatório de contratação integrada RDC Presencial 1/2015, tendo em vista a ausência de elementos que demonstrem adequadamente a aderência dos preços paradigmas ao objeto pretendido, fazendo com que tais parâmetros não tivessem precisão adequada para que se pudesse avaliar a vantajosidade da contratação pela administração pública, contrariando o disposto no art. 9º, *caput* e § 2º, inc. II, c/c art. 8º, §§ 3º e 4º, e art. 1º, § 1º, inc. IV, todos da Lei 12.462/2011, assim como o art. 75 do Decreto 7.581/2011;

9.2.4. do Consórcio Desenvolvimento Urbano de Jaguaribe (EIT / DP Barros / FBS) - Consórcio vencedor da licitação RDC 1/2015, para que, caso o deseje, se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os seguintes aspectos atinentes ao procedimento licitatório de contratação integrada RDC Presencial 1/2015:

9.2.4.1. a falta de precisão no orçamento do certame, tendo em vista a ausência de elementos que demonstrem adequadamente a aderência dos preços paradigmas ao objeto pretendido, fazendo com que tais parâmetros não tivessem precisão adequada para que se pudesse avaliar a vantajosidade da contratação pela administração pública, contrariando o disposto no art. 9º, *caput* e § 2º, inc. II, c/c art. 8º, §§ 3º e 4º, e art. 1º, § 1º, inc. IV, todos da Lei 12.462/2011, assim como o art. 75 do Decreto 7.581/2011;

9.2.4.2. o fato de o orçamento valorar os serviços de instalação e manutenção do canteiro de obra em um único item, sem distinguir a parcela correspondente a cada um, ao mesmo tempo em que o Edital do certame previu critérios diferentes para o pagamento das parcelas de instalação e de manutenção;

9.2.4.3. a previsão, na minuta de contrato, da possibilidade de reajustamento do contrato mesmo nos casos de atrasos causados pela empresa contratada, contrariando o previsto na alínea "d" do inc. XIV do art. 40, na alínea "d" do inc. II do art. 65 da Lei 8.666/1993 c/c o art. 39 da Lei 12.462/2011, assim como a jurisprudência desta Corte (Acórdão 3443/2012 - TCU - Plenário);

9.3. determinar à SeinfraUrbana que:

9.3.1. tendo em vista a urgência da matéria, adote as devidas providências com vistas à imediata promoção das medidas indicadas nos itens precedentes, ficando aquela unidade instrutiva autorizada a, em subsídio a tais manifestações, encaminhar cópia deste Acórdão e do Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam;

9.3.2. tão logo realizadas tais medidas saneadoras, promova nova instrução do feito, encaminhando-a a este Gabinete.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2540-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2541/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC-013.141/2012-0

2. Grupo: II - Classe: IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Felisberto Clementino Ferreira (CPF 041.170.693-49), Átila Martins de Medeiros (CPF 773.491.303-25), Francisco Elício Cavalcante Abreu (CPF 098.344.783-72), Factorial Construção e Serviços Ltda. (CNPJ 07.684.127/0001-16).

4. Unidade: Município de Itapiúna/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secex/CE.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão 983/2012 - Plenário, em decorrência de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Itapiúna/CE, cujo objetivo foi verificar a regularidade da aplicação de recursos federais repassados, nos exercícios de 2009 e 2010, por intermédio dos programas Pnae, Pnate, PSF, Bolsa Família e de transferências voluntárias,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", §2º c/c o art. 19, parágrafo único, todos da Lei 8.443/1992, as contas dos Srs. Felisberto Clementino Ferreira (CPF 041.170.693-49), Átila Martins de Medeiros (CPF 773.491.303-25), Francisco Elício Cavalcante Abreu (CPF 098.344.783-72) e da empresa Factorial Construção e Serviços Ltda. (CNPJ 07.684.127/0001-16);

9.2. aplicar aos Srs. Felisberto Clementino Ferreira (CPF 041.170.693-49), Átila Martins de Medeiros (CPF 773.491.303-25) e Francisco Elício Cavalcante Abreu (CPF 098.344.783-72), individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada das peças que a fundamentam, à Prefeitura Municipal de Itapiúna/CE; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para conhecimento e adoção de providências de sua alçada; às Secretarias de Educação e Cidades do Governo do Estado do Ceará, para conhecimento e prestação de apoio aos municípios cearenses; e à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2541-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2542/2015 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-035.297/2012-3.

1.1 Apenso: TC-019.159/2012-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Entidade: Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará - CRA/CE.

4. Interessado: Conselho Federal de Administração - CFA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pelo Conselho Federal de Administração - CFA acerca de ilícitos ocorridos no Conselho Regional de Administração no Estado do Ceará - CRA/CE, relativamente aos exercícios de 2008, 2009 e parte de 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da presente Representação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, para considerá-la parcialmente procedente;

9.2 aplicar a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei n. 8.443/1992 aos responsáveis a seguir indicados, pelos valores especificados, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.2.1 Sr. Reginaldo Silva de Oliveira: R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

9.2.2 Sr. Eudes Costa de Holanda Júnior: R$ 8.000,00 (oito mil reais);

9.3 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, o parcelamento das dívidas acima mencionadas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4 autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos da Lei 8.443/1992, art. 28, inciso II;

9.5 determinar ao Conselho Federal de Administração - CFA que instaure, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência deste Acórdão, as correspondentes tomadas de contas especiais, a partir da análise das prestações de contas do Conselho Regional de Administração do Ceará nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, em especial os Relatórios da Via Consult - Comunicados de Visita ns. 01/08 (exercício de 2008, peça 1, p. 95-110), 03/09 (exercício de 2009, peça 1, p. 80-94) e 06/10 (referente a janeiro a abril de 2010, peça 1, p. 119-125), além do Comunicado de Visita n. 05/09, atinente às Prestações de Contas do Programa de Apoio aos Conselhos Regionais - PROAR - 2009 e Convênio de Parceria Institucional e Financeira para realização do XI Fórum Internacional de Administração - FIA 2009 (peça 1, p. 111-118), informando o TCU, ao final do mesmo prazo, a respeito das providências adotadas;

9.6 dar ciência desta Deliberação ao Conselho Federal de Administração - CFA e ao Conselho Regional de Administração no Estado do Ceará - CRA/CE.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2542-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2543/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.546/2009-4.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.
3. Recorrentes: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72) e José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S/A.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetróleo).
8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Thiago Senna Leônidas Gomes (OAB/DF 34.269), Maria Angela Hebisz Catani (OAB/SP 131.763), Vitor Nunes Lima (OAB/SP 328.041), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (OAB/RJ 140.563), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15345), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Wiliam Simoes Cerqueira (OAB/SP 243.780), Rodrigo Centeno Suzano (OAB/SP 202.286), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Anapaula Catani Brodella Nichols (OAB/SP 87.362), Adriano Daleffe (OAB/PR 20.619), Natasha Pereira Wiedmann (OAB/DF 38.544), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB/DF 19.273), Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Ésio Costa Júnior (59.121), Antonio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278), Jean Guilherme Arnoud Deon (OAB/DF 44.764) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelos Srs. José Sérgio Gabrielli de Azevedo e José Paulo de Assis em face do Acórdão 2.163/2015-Plenário, por meio do qual o TCU apreciou levantamento realizado pela Secex/PR, no âmbito do Fiscobras/2009, sobre as obras relativas ao projeto de modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, localizada no Município de Araucária/PR;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, aos embargantes;

9.3. determinar à SeinfraPetróleo, em vista do item 9.6 do Acórdão 2.163/2015-Plenário e da proposta oferecida pelo MPTCU à Peça nº 206, que:

9.3.1. constitua processo apartado destes autos, com a natureza de fiscalização, a fim de que seja avaliada, à luz dos novos elementos obtidos a partir da "Operação Lava Jato", a possível ocorrência de dano ao erário nos seguintes contratos: 0800.0025639.06.2 (CT-075), 0800.0030313.07.2 (CT 088), 0800.0033538.07.2 (CT 090), 0800.0034045.07.2 (CT 093), 0800.0039060.08-2 (CT 152), 0800.0041315.08.2 (CT 118), 0800.0030725.07.2 (CT 097), 0800.0048397.08.2 (CT 121), 0800.0042847.08.2 (CT 134); 0800.0048529.09.2 (CT 114) e 0800.0041321.08.2 (CT 123);

9.3.2. apense ao processo apartado de fiscalização, autuado segundo o item 9.3.1 deste Acórdão, os seguintes processos: TC 021.470/2009-2, TC 021.471/2009-0, TC 021.472/2009-7, TC 021.474/2009-1, TC 023.598/2009-8, TC 023.586/2009-7, TC 021.475/2009-9, TC 023.587/2009-4, TC 023.596/2009-3, TC 021.483/2009-0 e TC 023.588/2009-1, que se encontravam arquivados; e

9.3.3. apresente ao TCU a devida proposta para a conversão do processo de fiscalização, indicado no item 9.3.1 deste Acórdão, em processo de tomada de contas especial para cada um dos contratos em que venha a ser apurado dano ao erário, à luz dos novos elementos obtidos a partir da "Operação Lava Jato".

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2543-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2544/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.795/2015-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento realizado pelo TCU sobre o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), relativo ao exercício de 2015, que tem por objetivo selecionar e descrever as florestas públicas federais (FPF) a serem submetidas a processo de concessão florestal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) que, após a análise empreendida no âmbito destes autos, ficou constatado que o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) relativo ao exercício de 2015 apresenta o conteúdo mínimo determinado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, contemplando as informações exigidas pela legislação correlata, não tendo sido identificados, até o presente momento processual, indícios de irregularidades;

9.2. determinar que a Segecex promova os estudos técnicos e, se for o caso, adote os procedimentos cabíveis para a revogação da Instrução Normativa TCU nº 50, de 1º de novembro de 2006, que trata do controle exercido pelo TCU sobre as atividades de gestão de florestas públicas para a produção sustentável, atentando, ainda, para a necessidade de, em conjunto com a aludida revogação, se promover a edição de nova norma específica sobre a forma de divulgação das informações de cada Plano Anual de Outorga Florestal no âmbito das contas anuais do Ministério do Meio Ambiente;

9.3. determinar à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental) que continue promovendo o acompanhamento do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), com observância das regras contidas na Instrução Normativa TCU nº 50, de 2006, até que o Tribunal delibere sobre a adequação de se promover a revogação suscitada no item 9.2 deste Acórdão;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB), ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), ao Ministério do Meio Ambiente, à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal; e

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2544-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2545/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.183/2015-3.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.
3. Embargante: Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. (CNPJ 33.000.167/0236-67).
4. Entidades: Transportadora Gasene S.A., CNPJ: 07.295.604/0001-51, e Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ: 33.000.167/0236-67 - MME.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetroleo).
8. Advogados constituídos nos autos: Taisa Oliveira Maciel (OAB/RJ nº 118.488) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que ora tratam de embargos de declaração opostos pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em face do Acórdão 2.014/2015-TCU-Plenário, prolatado na Sessão Pública do dia 12/8/2015, que, por sua vez, tratou de embargos de declaração opostos pela mesma empresa estatal em face do Acórdão 1.344/2015, prolatado pelo Plenário do TCU ao apreciar levantamento nas obras do Projeto Gasene - Implantação do Gasoduto Cacimbas-Catu;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração opostos em face do Acórdão 2.014/2015-TCU-Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à embargante; e

9.3. determinar o apensamento do presente processo aos autos do TC 006.232/2008-8.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2545-41/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2546/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.870/2014-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Fundação Biblioteca Nacional (FBN).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
8. Representação legal:

8.1. Ricardo Xavier de Araújo Feio (59.083/RJ-OAB) e outros, representando Angel´s Serviços Tecnicos Ltda;

8.2. Evilásio Alves de Souza (144.924/RJ-OAB), representando a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e Trabalhador - Abradecont).

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e do Trabalhador - Abradecont sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 17/2014, promovido pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) para a contratação de serviços terceirizados de natureza continuada, de apoio operacional e de atividades auxiliares e complementares, com vistas a atender às unidades administrativas da entidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, ACORDAM em:

9.1. conhecer da presente representação, com fundamento nos arts. 237, VII, do Regimento Interno do TCU e no art. 113, § 1º, da Lei 8.666, de 1993, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 251, caput, do Regimento Interno do TCU (RITCU), que adote, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei com vistas a resultar na anulação do Pregão Eletrônico nº 17/2014 e do contrato dele decorrente, ao final do prazo assinalado no item 9.3 deste Acórdão, tendo em vista os procedimentos irregulares constatados na condução do certame, com ofensa aos princípios da supremacia do interesse público, da competitividade, da economicidade, da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a administração;

9.3. admitir, em caráter excepcional e em face da natureza contínua do seu objeto, que a referida anulação do Contrato nº 30/2014, firmado com a Ângel's Serviços Técnicos Ltda. em decorrência do indigitado Pregão Eletrônico nº 17/2014, possa ocorrer após o tempo estritamente necessário à realização de novo certame licitatório, fixando, desde já, o prazo máximo de 90 (noventa) dias, para que a FBN encaminhe a este Tribunal as informações detalhadas sobre o resultado das providências adotadas, já com a efetiva anulação do ajuste, desde que, para tanto a FBN promova a repactuação dos preços considerados majorados junto à empresa ora contratada;

9.4. determinar a conversão destes autos de representação em processo de tomada de contas especial, promovendo, desde já, no âmbito da aludida TCE, a identificação dos responsáveis com a correspondente citação, ante as suas respectivas condutas, atentando, inclusive, para a necessidade de citação da Sra. Myriam Lewin, em face da não anulação do referido certame em contrariedade com a informação encaminhada oficial e anteriormente a este Tribunal, dando ensejo à confusão processual no TCU e, ainda, à indevida contratação da Angel's com preço acima do valor de mercado, no âmbito do indigitado Pregão Eletrônico 7/2014;

9.5. encaminhar cópia da peça de representação e deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Ministério da Cultura e à Fundação Biblioteca Nacional, para conhecimento e adoção das providências devidas ante os indícios de inobservância ao art. 117, X, da Lei nº 8.112, de 1990, pela Sra. Myriam Lewin, como ocupante de cargo na Fundação Biblioteca Nacional concomitantemente com o exercício da função de sócio-administrador em empresa privada;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, do Relatório e do Voto que o fundamenta à representante; e

9.7. determinar que a unidade técnica dê prosseguimento ao feito, com a urgência que o caso requer.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2546-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2547/2015 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 005.917/2015-8
2. Grupo I, Classe de Assunto Embargos de Declaração (Representação)
3. Embargante: Caixa Econômica Federal (Caixa)
4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal (Caixa)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Selog
8. Representação Legal: Murilo Fracari Roberto (OAB/DF 22.934), Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em Representação opostos pela Caixa Econômica Federal contra os termos do 872/2015-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 34, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.2. acolher parcialmente os Embargos de Declaração, dando-lhes efeitos infringentes, em observância ao princípio da verdade material, para que seja:

9.2.1. excluída a determinação constante no subitem a.1.2;

9.2.2. reformada a redação do subitem a.1.1 do Acórdão 872/2015-TCU-Plenário, nos seguintes termos:

a.1.1. envie, no prazo de trinta dias, plano de trabalho com vistas a prever, como regra, nos futuros editais da Caixa, orçamento detalhado e critérios de aceitabilidade de preço unitário e global, em consonância com a legislação vigente (art. 6º, inciso IX, alínea "f", o art. 7º, § 2°, inciso II e o art. 40, inciso X e § 2º, inciso II, da Lei 8.666/93) e a jurisprudência do TCU (Acórdãos 46/2012, 662/2011 e 1762/2010, 378/2011, 1.427/2010, 417/2002, 1.564/2003, 2.354/2006, 1.090/2007 e 87/2008, todos do Plenário), definindo as medidas, os responsáveis por tais ações e cronograma estimado, observando que a referida exigência poderá ser dispensada nas situações motivadas, para objetos complexos, com alto grau de incerteza em sua definição e/ou características muito peculiares de mercado que justifiquem a medida, considerando os riscos e benefícios esperados para a Administração no caso concreto;

9.3. determinar à Selog que verifique o cumprimento do item acima;

9.4. encaminhar deste Acórdão, bem como o Relatório e Voto que o fundamentam, Caixa Econômica Federal e à representante, Grenit Serviços e Desenvolvimento de Softwares Ltda;

9.5.arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2547-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2548/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.831/2004-4
1.1. Apenso: 026.970/2012-0
2. Grupo II - Classe de Assunto - I: Recursos de Reconsideração (em Recurso de Revisão de Prestação de Contas Simplificada)
3. Interessados: Aly da Silva (CPF 086.531.517-53), Edenyr Dantas da Silva (CPF 786.402.967-15), Adriana Dantas da Silva Siviero (CPF 794.115.927-91), Paulo Régis Vescovi (CPF 421.443.107-34), Lenora Dantas da Silva Vescovi (CPF 719.866.777-53), Edson Franco Immaginário (CPF 290.822.007-59), Rosivaldo Bispo dos Santos (CPF 108.479.525-68) e Vitoriagas - Gases Industriais Ltda. (CNPJ 00.702.637/0001-20)
4. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional/ES (Senai/ES)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Serur
8. Advogado constituído nos autos: Rodrigo Loureiro Martins (OAB/ES 1322) e Marilda de Paula Silveira (OAB/DF 33954)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nessa etapa processual, tratam de recursos de reconsideração interpostos em relação ao Acórdão nº 2854/2010-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer do recurso de reconsideração interposto pela empresa Vitoriagas - Gases Industriais Ltda., posto que intempestivo e desprovido de fatos novos, nos termos do art. 32, parágrafo único e inciso I da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno;

9.2. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelos Srs. Aly da Silva, Edenyr Dantas da Silva, Paulo Régis Vescovi, Edson Franco Immaginário, Rosivaldo Bispo dos Santos, Adriana Dantas da Silva Siviero e Lenora Dantas da Silva Vescovi para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;

9.3. excluir da relação processual as Sras. Leonora Dantas da Silva Vescovi e Adriana Dantas da Silva Siviero;

9.4. dar a seguinte redação aos itens 9.8, 9.9 e 9.11 do Acórdão nº 2854/2010-TCU-Plenário:

"9.8. rejeitar as contrarrazões recursais apresentadas pelos responsáveis Aly da Silva, Edenyr Dantas da Silva, Paulo Régis Vescovi, Edson Franco Imaginario e Rosivaldo Bispo dos Santos (membros do Conselho de Curadores da FUPES/VV) e Vitoriagas - Gases Industriais Ltda. ME;

9.9. condenar o responsável Francisco Lordes, solidariamente com Aly da Silva, Edenyr Dantas da Silva, Paulo Régis Vescovi, Edson Franco Imaginario, Rosivaldo Bispo dos Santos, Fernando Antônio Dal Piero e Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais - Fupes/VV, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do SENAI/ES, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DÉBITO	
Data	*Valor (R$)*
31/1/2003	*26.889,42*
28/2/2003	*34.886,89*
31/3/2003	*60.049,53*
30/4/2003	*43.924,57*
31/5/2003	*42.684,33*
30/6/2003	*47.798,51*
31/7/2003	*47.455,85*
31/8/2003	*122.538,38*
30/9/2003	*55.754,34*
31/10/2003	*19.131,77*
30/11/2003	*25.685,53*
31/12/2003	*5.678,44*

(...)

9.11. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, aos responsáveis Francisco Lordes, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), Sebastião da Cunha Sena, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), Aly da Silva, Edenyr Dantas da Silva, Paulo Régis Vescovi, Edson Franco Imaginario, Rosivaldo Bispo dos Santos, Fernando Antônio Dal Piero e Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais - FUPES/VV, individualmente, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), e Vitoriagas - Gases Industriais Ltda. ME, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;"

9.5 manter inalterados os demais dispositivos do acórdão recorrido;

9.6. dar ciência desta decisão aos interessados, bem como à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, à Controladoria-Geral da União e ao Senai/ES.

10. Ata n° 41/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 14/10/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2548-41/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 50 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 21 de outubro de 2015.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

Defensoria Pública da União

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 115, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I do art. 10 da Lei Complementar 80/1994;

Considerando que a Constituição Federal dispõe no art. 216, §2º, caber à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem;

Considerando as Emendas Constitucionais n° 74/2013 e 80/2014, as quais positivaram a autonomia administrativa, financeira e orçamentária da Defensoria Pública da União;

Considerando que a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, estabelece a política nacional de arquivos públicos e privados, determina ser dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação; resolve:

Art. 1º. Estabelecer as normas e procedimentos para a avaliação e destinação de documentos e processos da Defensoria Pública da União - DPU.

Art. 2º. Para os fins desta Resolução consideram-se:

I - Avaliação documental: Processo de análise de documentos de arquivo que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhe são atribuídos. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2004, p. 32).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - Destinação: decisão, com base na avaliação, quanto ao encaminhamento dos documentos para guarda permanente, descarte ou eliminação. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2004, p. 61).

III - Documento de arquivo: é aquele criado em decorrência de atividades específicas desenvolvidas por instituições ou pessoas, mantendo por isso uma relação funcional com a fonte geradora.

IV - Tabela de Temporalidade: é um instrumento arquivístico resultante de avaliação, que tem por objetivo definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação a todos que dela necessitem.

V - Eliminação de documentos: destruição de documentos que durante o processo de avaliação foram considerados sem valor permanente.

VI - Comissão Permanente de Avaliação (CPADOC): instituída com a finalidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção com vistas a estabelecer prazos de guarda e destinação final do acervo de documentos da Defensoria Pública da União.

VII - Subcomissão de Avaliação de Documentos: coordenar e realizar o processo de análise e seleção na Defensoria Pública-Geral da União e nos Órgãos de Atuação da DPU.

VIII - Prazos de guarda: período definido na Tabela de Temporalidade de Documentos, em que os documentos e processos deverão ser mantidos no arquivo corrente ou intermediário, ao fim do qual a destinação é efetivada.

Art. 3º. À CPADOC, que contará com pelo menos um Defensor Público Federal, compete:

I - Conduzir o procedimento de avaliação e destinação de documentos arquivísticos, no âmbito da DPU, coordenando a identificação e a seleção da documentação destinada à eliminação ou recolhimento.

II - orientar e assistir as Subcomissões de Avaliação de Documento, bem como homologar o processo de eliminação dos documentos destituídos de valor primário.

Art. 4º. Os acervos arquivísticos dos órgãos da DPU deverão ser classificados no momento da produção pelos setores produtores/acumuladores de documentos e processos, com a orientação e supervisão da CPADOC e da Subcomissão, conforme os Planos de Classificação em anexo desta Resolução.

Parágrafo único. Os Processos de Assistência Jurídica (PAJ), quando da sua abertura, deverão ser classificados de acordo com o Plano de Classificação do Anexo I, enquanto os Documentos da Administração da Defensoria Pública da União (atividade meio) deverão ser classificados quando de sua produção de acordo com o Código de Classificação de Documentos e Processos para a Administração Pública: Atividades - meio, desenvolvido pelo Arquivo Nacional, pela Secretaria da Administração Federal e pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e posteriormente aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (link http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/resolucao_14.pdf), até a elaboração do plano específico da DPU sobre as atividades meio.

Art. 5º. A eliminação de documentos e processos dar-se-á após concluído o processo de avaliação conduzida pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da DPU e pelas Subcomissões de Avaliação de Documentos e será efetivada quando cumpridos os procedimentos estabelecidos nesta Resolução, mediante processo administrativo autuado para esse fim e de acordo com a Tabela de Temporalidade.

§1º. Os processos e documentos em meio físico poderão ser descartados conforme a Tabela de Temporalidade de Documentos e Processos de Assistência Jurídica (Anexo I) no caso de atividade fim, e Tabela de Documentos e Processos da Administração Pública nos casos de atividade meio, até a edição das tabelas específicas da DPU (art. 4º, parágrafo único).

§2º. Os processos e documentos de assistência jurídica (atividade fim) em meio digital terão prazo mínimo de guarda intermediária de 10 anos, ressalvados os de guarda permanente.

§3º. Os processos e documentos de assistência jurídica (atividade fim) em meio físico poderão ser descartados após um ano do arquivamento definitivo, desde que previamente digitalizados, aplicando-se ao representante digital o previsto no § 2º e ressalvados os de guarda permanente.

§4º. Não se considera arquivamento definitivo aquele pelo motivo de "Processo remetido ao órgão recursal".

Art.6º. O registro dos documentos e processos a serem eliminados deverá ser efetuado por meio da Listagem de Eliminação de Documentos (Anexo II) e do Termo de Eliminação de Documentos (Anexo III).

§ 1º A Listagem de Eliminação de Documentos tem por objetivo registrar as informações pertinentes aos documentos a serem eliminados. Esta deverá ser elaborada pela Subcomissão em seu âmbito de atuação e deverá ser assinada: pelo Presidente da CPADOC, o responsável pela seleção e a autoridade indicada no art. 8º desta resolução.

§ 2º O Termo de Eliminação de Documentos tem por objetivo registrar as informações relativas ao ato de eliminação. Este deverá ser elaborado pela Subcomissão e assinado por seu Presidente.

Art. 7º. Após a elaboração da Listagem de Eliminação de Documentos pelas unidades responsáveis pelo acervo da DPU, sob a supervisão da Subcomissão de Avaliação de Documentos, o processo administrativo deverá ser encaminhado à CPADOC, para que seja avaliado tecnicamente para homologação.

§ 1º Homologado o processo administrativo, o Presidente da CPADOC deverá assinar a Listagem de Eliminação de Documentos e providenciará a publicação do Edital de Ciência de Eliminação de Documentos (Anexo IV).

§ 2º A documentação identificada para eliminação deverá permanecer em ordem, e arquivada no local de origem, até que seja concluído o procedimento de avaliação e destinação.

Art. 8º. O descarte de documentos será realizado mediante autorização das seguintes autoridades: Defensor Público-Geral Federal, Corregedor-Geral, Subdefensor Público-Geral Federal, Presidente do Conselho Superior e Defensor Público Chefe, cada um em sua especifica esfera de competência.

Art. 9º. O Edital de Ciência e o Termo de Eliminação de Documentos deverão ser publicados no Diário Oficial da União e no Boletim Eletrônico Interno da Defensoria, com vistas a dar publicidade à sociedade sobre o ato de descarte da documentação.

§1º O Edital de Ciência de Eliminação de Documentos estabelecerá o prazo de 45 dias para possíveis manifestações, ou, quando for o caso, possibilitar às partes interessadas requererem, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos, por meio de petição formalizada à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

§2º Considera-se como parte interessada, no caso de PAJs, somente o assistido.

§3º Quando se tratar de processos e documentos sigilosos a autorização deve ser dada pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 10. O processo administrativo para avaliação e destinação de documentos arquivísticos, deverá seguir a seguinte formação processual:

I - cópia da portaria de constituição da respectiva Subcomissão; atas de reuniões realizadas pelas Subcomissões de Avaliação de Documentos; Listagem de Eliminação de Documentos; despacho de autorização da autoridade a que se refere o Art.8º.

II - Após a homologação pela CPADOC: Edital de Ciência de Eliminação de Documentos; Termo de Eliminação de Documentos; expediente de encaminhamento do material a ser eliminado para área responsável pela eliminação.

Parágrafo único. O processo administrativo de avaliação e destinação de documentos será autuado pelas unidades da DPU e destinado à guarda permanente, devido o valor probatório e informativo.

Art. 11. A eliminação de documentos da DPU será realizada por meio de fragmentação mecânica ou por outro meio adequado, com supervisão e acompanhamento de servidor designado pelo presidente da Subcomissão.

§1º Os documentos mencionados no caput, após a devida fragmentação, poderão ser doados a entidades sem fins lucrativos, conforme Convênio a ser firmado. Nesse caso deverá ser lavrado "Termo de Trituração e Declaração de Recebimento de Doação" de que constará a destinação dos resíduos para programas sociais ou entidades sem fins lucrativos.

§2º Os documentos e processos sigilosos não poderão ser doados.

Art. 12. As dúvidas e sugestões relacionadas ao procedimento de avaliação deverão ser encaminhadas ao presidente da CPADOC.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

FABIANO CAETANO PRESTES
p/ Conselho

ANEXO I

Plano de Classificação de Documentos e Processos de Assistência Jurídica (PAJ) - Área Fim

Para elaboração deste plano, as atividades finalísticas da DPU foram agrupadas em duas grandes funções:

Classe 100 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Classe 200 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

100 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A Defensoria Pública da União tem a função de prestar assistência jurídica judicial e extrajudicial a todos que comprovem insuficiência de recursos, bem como nos casos de curadoria especial.

Para cumprir com essa função, cabe ao Defensor Público exercer a orientação, postulação e defesa dos direitos individuais e coletivos e interesses dos necessitados. Essa atividade é feita através do Processo de Assistência Jurídica (PAJ) e deu origem à subclasse 101 Orientação e Defesa.

200 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Compreende as atividades desenvolvidas pela DPU referentes à difusão e promoção dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico com a finalidade de levar o cidadão a conhecer os seus direitos.

Incluem documentos e processos referentes a programas e projetos de iniciativas estratégicas institucionais que não dão ensejo a abertura de PAJs como os Projetos da DPU nas Escolas, DPU Cultural, etc.

ESTRUTURA DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

100 ASSISTÊNCIA JURÍDICA

101. Orientação e Defesa

101.1 Matéria cível

101.2 Matéria trabalhista

101.3 Matéria administrativa

101.4 Matéria criminal

101.5 Matéria criminal militar

101.6 Matéria previdenciária

110.7 Matéria de direitos humanos e tutela coletiva

110.8 Matéria eleitoral

200. PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

201 Programas e Projetos Estratégicos

Tabela de Temporalidade de Documentos e Processos de Assistência Jurídica da DPU - Área fim (meio físico)

ASSUNTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL		OBSERVAÇÃO/JUSTIFICATIVA
	Corrente	Intermediário	Guarda Permanente	Eliminação	
100. ASSISTÊNCIA JURÍDICA					
101. Orientação e Defesa					Passível de Avaliação Histórica. Ações não patrocinadas terão prazo total de guarda de 5 anos. Decreto 20.910/32 Em cada grupamento, deverá ser selecionado, pela SUBCPADOC, 1% dos documentos e processos passíveis de eliminação para recolhimento ao Arquivo Permanente.
101.1 Matéria Cível	Arquivamento definitivo	5 anos		X	
101.2 Matéria trabalhista	Arquivamento definitivo	5 anos		X	
101.3 Matéria administrativa	Arquivamento definitivo	5 anos		X	
101.4 Matéria criminal	Arquivamento definitivo	10 anos		X	
101.5 Matéria criminal militar	Arquivamento definitivo	10 anos		X	
101.6 Matéria previdenciária	Arquivamento definitivo	5 anos		X	
101.7 Matéria de direitos humanos e tutela coletiva	Arquivamento definitivo	5 anos	X		
101.8 Matéria eleitoral	Arquivamento definitivo	5 anos		X	
200. PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS					
201 Programas e Projetos Estratégicos	Enquanto vigora	5 anos	X		São passíveis de eliminação após guarda intermediária de 05 anos os documentos e processos de levantamentos, tais como formulários, cujas informações encontram-se recapituladas em relatórios ou outros documentos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

Modelo de Listagem de Eliminação de Documentos

LISTAGEM Nº FOLHA Nº					
CÓDIGO	ASSUNTO	ESPÉCIE/TIPO DOCUMENTAL	DATA-LIMITE	QUANTIDADE/ ESPECIFICAÇÃO	OBSERVAÇÕES / JUSTIFICATIVA
TOTAL					
Obrigatória a assinatura do Responsável Seleção, Presidente da CPADOC e da CPADOC e da autoridade indicada no art. 8º.					

(Instruções de preenchimento)

CÓDIGO - atribuir ao conjunto documental o código correspondente ao assunto informado no campo anterior, de acordo com o Código de Classificação de Documentos.

1.ASSUNTO - informar o assunto específico do conjunto documental, de acordo com o Código de Classificação de Documentos. (Descritor)

2.ESPÉCIE/TIPO DOCUMENTAL - registrar neste campo o nome correspondente à tipologia documental ou à Espécie. Ex: Processo de Assistência Jurídica (PAJ), Processo SEI.

3.DATA-LIMITE - identificar a data em que são indicados o início e o término do período do conjunto documental descrito.

4.QUANTIDADE/ESPECIFICAÇÃO - indicar o número e a descrição da unidade em que se deu a medida de cada conjunto documental. Exemplo. 20 caixas, 30 pastas. No caso de processo deve ser informado seu número. Ex. 1 processo nº 2015/039-12345

5.OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS - este campo deve ser preenchido caso haja dados importantes sobre o conjunto documental que não tenham sido informados nos campos anteriores. No caso de PAJ, deve-se ser informado neste campo o nome do assistido.

6.TOTAL - este campo deve ser preenchido com a quantidade total dos documentos a serem eliminados (metros lineares/caixa).

ANEXO III

Modelo de Termo de Eliminação de Documentos

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
Aos _____dias do mês de _____ do ano de _____, de acordo com o que consta do processo administrativo de avaliação e destinação de documentos (indicar o número) e do Edital
de Ciência de Eliminação de Documentos (indicar o número), publicado no Diário Oficial da União, de (indicar a data de publicação do edital), procedeu-se à eliminação de (indicar a quantificação/mensuração) documentos) relativos a (referência aos conjuntos documentais eliminados), integrantes do acervo da (indicar
a unidade da DPU), do período (indicar as datas-limites dos documentos eliminados). (Nome e Assinatura do Presidente da Subcomissão de Avaliação de Documentos).

ANEXO IV

Modelo de Edital de Ciência de Eliminação de Documentos

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº
O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação, designado pela Portaria nº_____, de _____/_____/_____, publicada no Diário Oficial da União, de _____/_____/_____, de
acordo com (indicar a listagem de Eliminação de Documentos), aprovada pelo (Titular) do (a), por intermédio do (indicar o documento de aprovação), faz saber a quem possa interessar que a partir do (45º) (escrever por extenso, entre parêntese, o número ordinal correspondente) dia subsequente a data de publicação deste
Edital no (indicar o período oficial), se não houver oposição, o (a) (indicar a unidade orgânica responsável pela eliminação) eliminará os documentos relativos a (indicar os conjuntos documentais a serem eliminados), do período (indicar as datas-limite), do(a) (indicar o nome do órgão ou entidade produtora dos documentos a serem
eliminados). Os interessados, no prazo citado, poderão requerer as suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida a Comissão
Permanente de Avaliação da Defensoria Pública da União. (Local e data) (Nome e assinatura do Presidente da Comissão Permanente de Avaliação)

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 213, DE 16 DE JUNHO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 14, VIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, Considerando o preenchimento dos requisitos fixados no art. 7º da Resolução TSE nº 22.581, de 30.08.2007; Considerando os termos do Processo Administrativo nº 50.678/2014, e Considerando as redistribuições de cargos dispostas na Resolução TRE/PB nº 04/2015, resolve:

Art. 1º. Alterar a especialidade do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Digitação, atualmente vago, para o cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Programação de Sistemas, visando a sua posterior redistribuição para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Art. 2º. A transformrmação de que trata esta Portaria não importa aumento de custos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOÃO ALVES DA SILVA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

24.511. Processo Administrativo nº 834/2015. Nº Originário: s/nº. Requerente: VICE-PRESIDÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Requerido: PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Relator: Conselheiro Federal VALMIR DE SANTI. Ementa: Proposta de implementação do Sistema FARMASIS ERP (enterprise resource planning) de gestão empresarial com uso via navegador web, através de acesso restrito seguro e exclusivo para ser utilizado pelos Conselhos Regionais de Farmácia e o Conselho Federal de Farmácia. Convênio a ser celebrado entre o CFF e o CRF/MG, CRF/SP, CRF/RS e CRF/MT. Custo total: R$ 2.144.773,90 (dois milhões, cento e quarenta e quatro mil setecentos e setenta e três reais e noventa centavos), conforme os seguintes repasses: CRF/RS - R$ 899.578,78 (oitocentos e noventa e nove mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos); CRF/SP - R$ 401.935,83 (quatrocentos e um mil novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos); CRF/MG - R$ 639.292,29 (seiscentos e trinta e nove mil duzentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) e CRF/MT - R$ 203.967,00 (duzentos e três mil novecentos e sessenta e sete reais). Cronograma de repasses: 2015 - R$ 357.462,33 (trezentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos); 2016 - R$ 1.429.849,32 (um milhão quatrocentos e vinte e nove mil oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos) e 2017 - R$ 357.462,25 (trezentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos). Vigência: 18 (dezoito) meses, compreendendo o período entre outubro de 2015 a abril de 2017, prorrogáveis, desde que justificado, por até 90 (noventa) dias, sem quaisquer ônus ao Conselho Federal de Farmácia. Pela aprovação do orçamento e da realização do projeto. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em APROVAR O ORÇAMENTO TOTAL NO IMPORTE DE R$ 2.144.773,90 (dois milhões, cento e quarenta e quatro mil setecentos e setenta e três reais e noventa centavos) E DO PROJETO FARMASIS, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão e que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 387, DE 17 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento analítico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para o exercício de 2015.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução CFC nº 1161/09 de 13 de fevereiro de 2009 e a Lei nº 4320/64,

CONSIDERANDO a análise da execução orçamentária, onde foi verificada a ausência de previsão orçamentária em rubrica específica para a realização de despesas,

CONSIDERANDO o parecer favorável da Câmara de Controle Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Especial ao orçamento do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2015, no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

Parágrafo Único - Para a abertura do presente Crédito Adicional Especial serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior no montante de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) e recursos de Excesso de Arrecadação na rubrica 6.2.1.4.01.01.001 - SUBVENÇÕES relativos ao repasse do Apoio Financeiro ao Projeto de Veículos 2015 do Conselho Federal de Contabilidade conforme Ofício nº 1.169/2015 CFC Direx, no montante de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

CÓDIGO	RUBRICAS	SUPLEMENTA	PROJETO
6.3.2.1.03.01.005	VEÍCULOS	180.000,00	5011
TOTAL		180.000,00	

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

ADILSON CORDEIRO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ

DECISÃO Nº 3, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Criação da Controladoria Geral, do cargo de Controlador Geral e do Comitê de Controle Interno do Coren/PR.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, juntamente com a Primeira Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 5.905/1973 e Regimento Interno do Coren/PR;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen n 373/2011;

CONSIDERANDO a deliberação da 543ª Reunião Ordinária de Plenário do Coren/PR;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Coren/PR constitui-se em órgão de assessoramento técnico da Diretoria e do Plenário, conforme artigos 25 e 65 do Regimento Interno desta Autarquia;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar procedimentos administrativos, patrimoniais, contábeis, orçamentários e financeiros corretos e garantir a tramitação dos processos com eficiência e transparência no âmbito do Coren/PR;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, publicidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia nas ações do Coren/PR e em suas unidades administrativas;

CONSIDERANDO a demanda crescente de operações no Coren/PR, com a necessidade de atenção por parte da Autarquia no controle destas operações;

CONSIDERANDO a importância do estabelecimento de parâmetros de qualidade, medição e avaliação dos procedimentos realizados na administração pública;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral pode e deve atuar antes, durante e depois dos atos administrativos, com a finalidade de acompanhar o planejamento realizado, garantir a legitimidade frente aos princípios constitucionais, verificar a adequação às melhores práticas de gestão e garantir que os dados contábeis sejam fidedignos;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral deve implementar programas e ações que visem assegurar um canal eficaz de comunicação com a sociedade, garantindo maior transparência das ações do Coren/PR;

CONSIDERANDO , ainda, a Lei Federal 5.905/73, em seu artigo 8, inciso IX, e artigo 15, inciso XII, e outras normais legais, será precedida a análise e emissão de parecer técnico da Controladoria Geral antes da submissão de matéria relacionadas as áreas físico-financeira, administrativa, patrimonial, orçamentária e contábil à deliberação do Plenário do Coren/PR, decide:

Art. 1° Criar a Controladoria Geral e o Cargo de Controlador Geral, vinculado à Diretoria do Coren/PR;

Art. 2° Constituir o Comitê de Controle Interno do Coren/PR com composição de 3 (três) integrantes;

Art. 3° Determinar o trâmite do competente processo junto aos setores responsáveis para averiguação de disponibilidade e previsão orçamentaria;

Art. 4° Encaminhar esta Decisão para homologação pelo Cofen;

Art. 5° Esta decisão entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

SIMONE APARECIDA PERUZZO
Presidente do Conselho

JANYNE DAYANE RIBAS
Secretária

DECISÃO Nº 67, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

O Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, respeitando as normas do Conselho Federal de Enfermagem e o Regimento Interno da Autarquia, e

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 0460/2014;

CONSIDERANDO os requerimentos de inscritos no Coren/PR para emissão de Carteira de Identidade Profissional (CIP) distinguida com o grau de pós-graduação;

CONSIDERANDO Memo 042/2015 DRC, de 19 de fevereiro de 2015, referente à necessidade de adoção de procedimento padrão para emissão de Carteira de Especialidade;

CONSIDERANDO a deliberação da 555ª Reunião Ordinária de Plenário; decide:

Art. 1º - Estabelecer o valor de R$ 39,43 (trinta e nove reais e quarenta e três centavos) a ser cobrado do inscrito para a emissão de Carteira de Especialista pelo Coren/PR.

Art. 2°- Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3°- Dê ciência e cumpra-se.

SIMONE APARECIDA PERUZZO
Presidente do Conselho

JANYNE DAYANE RIBAS
Secretária

DECISÃO Nº 71, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Homologação de Comissão de Ética de Enfermagem

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, juntamente com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 5.905/1973, e Regimento Interno do Coren/PR;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN 172/1994;

CONSIDERANDO a Decisão COREN-PR-DIR 007/2011;

CONSIDERANDO a deliberação da 555º Reunião Ordinária Plenário, ocorrida em 01/09/2015;

CONSIDERANDO a eleição realizada para escolha dos membros da Comissão de Ética de Enfermagem do HOSPITAL DAS NAÇÕES do Município de Curitiba-PR; decide:

Art. 1º - Homologar o resultado da eleição da Comissão de Ética de Enfermagem do HOSPITAL DAS NAÇÕES realizada entre os dias 22 e 23/04/2015, que fica assim composta:

MEMBROS EFETIVOS		
João Vanderlei Machado Pedroso	*COREN-PR 227926*	*Enfermeiro*
Josiel Chaves Guedes	*COREN-PR 227928*	*Enfermeiro*
Angela Beatriz Bichibichi	*COREN-PR 347260*	*Enfermeira*
Leandro da Silva	*COREN-PR 420648*	*Téc. de Enfermagem*
Juliana Timer Farias	*COREN-PR 747804*	*Aux. de Enfermagem*
MEMBROS SUPLENTES		
Elaine Pegorini	*COREN-PR 21704*	*Enfermeira*
Tatiana Ferreira Cabral Brock	*COREN-PR 130811*	*Enfermeira*
Tatiana Araldi França	*COREN-PR 436064*	*Enfermeira*
Silvana Rodrigues Leal Nogueira	*COREN-PR 849164*	*Aux. de Enfermagem*
Celine da Silva Krutsch	*COREN-PR 935124*	*Téc. de Enfermagem*

Art. 2º - Esta decisão entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

SIMONE APARECIDA PERUZZO
Presidente do Conselho

JANYNE DAYANE RIBAS
Secretária

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
CONSELHO PLENO

ACÓRDÃOS

REQUERIMENTO N. 49.0000.2014.006839-1/COP. Origem: Conselho Seccional da OAB/Ceará - Processo n. 115402013-0 de 01/10/2013. Primeira Câmara do Conselho Federal da OAB - Processo n. 49.0000.2014.006839-1/PCA. Assunto: Requerimento de Desagravo Público. Reqte: Francisco Roberval Lima de Almeida OAB/CE 21107. Adv: Francisco Roberval Lima de Almeida OAB/CE 21107. Reqdos: André Clark Nunes Cavalcante e Igor Pereira Pinheiro - Promotores de Justiça do Estado do Ceará. Relator: Conselheiro Federal Manoel Caetano Ferreira Filho (PR). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Hélio Gomes Coelho Junior (PR). EMENTA N. 039/2015/COP. Pedido de desagravo. Graves ofensas a prerrogativas profissionais. Repercussão Nacional. Programa televisivo com alto potencial de expectadores. Ampla divulgação dos fatos pela mídia nacional. Desagravo requerido na Seccional, aprovado por unanimidade pela Comissão de Defesa das Prerrogativas do Advogado, pendente de julgamento pelo Conselho Estadual. Competência do Conselho Pleno para julgar o pedido de desagravo. Deferimento. Evidenciada a repercussão nacional de relevante ofensa a advogado e grave violação às prerrogativas profissionais, deve ser concedido pelo Conselho Pleno do Conselho Federal o desagravo previsto no art. 19, do RGEAOB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, decidem os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 19 de outubro de 2015. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente. Hélio Gomes Coelho Junior, Relator ad hoc. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2015.002693-6/COP. Origem: Gerência de Órgãos Colegiados. Memorando n. 021/2015-GOC. Assunto: Colégio de Presidentes dos Conselhos Seccionais. Florianópolis. Recomendações. Campanha de Combate à Corrupção. Proporção entre cargos comissionados e cargos efetivos na administração pública. Ação Direta de Inconstitucionalidade. STF. Pedido de Vista. Edição de norma. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Cesar Dantas Soccorro (RR). EMENTA N. 040/2015/COP. RECOMENDAÇÕES - COLÉGIO DE PRESIDENTES DE FLORIANÓPOLIS - REGULAMENTAÇÃO DE PRAZO - VISTA - PROCESSOS EM JULGAMENTO - PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL - CARÁTER IMPERATIVO - ALTERAÇÃO REGIMENTAL - ADEQUAÇÃO NECESSÁRIA - SUGESTÃO ACATADA - PARADIGMA DA EMENDA REGIMENTAL Nº 17 DO STJ. 1) O Supremo Tribunal Federal é o guardião da Carta da República e, assim, nos moldes do art. 5º, LXXVIII da CF88 deve velar pela celeridade processual. 2) Regulamentação de pedidos de vista de processos em julgamento, medida indispensável para a duração razoável do processo e entrega efetiva da prestação jurisdicional, adequação à quadra constitucional vigente, imperiosidade. 3) De se sugerir, pois, nos moldes da Emenda Regimental nº 17/2014 do STJ, alteração no Regimento Interno do Supremo para que conste expressamente prazo máximo que os Ministros poderão permanecer com os feitos em vista, com julgamento independentemente da apresentação do voto-vista decorrido o interstício imposto pela norma. 4) Sugestão acatada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 19 de outubro de 2015. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente. Alexandre Cesar Dantas Soccorro, Relator. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2015.008971-0/COP. Origem: Presidente da Comissão Nacional de Acesso à Justiça, Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). Assunto: Taxas, Custas e Despesas Judiciais. Procedimento n. 0000788-24.012.2.00.0000/CNJ - Anteprojeto de "Lei Geral das Custas Judiciais". Regime de cobrança de custas no Poder Judiciário. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). Relator ad hoc: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). EMENTA N. 041/2015/COP. Taxas, Custas e Despesas Judiciais. Procedimento n. 0000788-24.012.2.00.0000/CNJ - Anteprojeto de "Lei Geral das Custas Judiciais". Regime de cobrança de custas no Poder Judiciário. Apresentação de projeto de lei para a efetivação concreta de direitos. Princípios constitucionais da igualdade e do amplo acesso à Justiça. Encaminhamento ao Relator. Conselho Nacional de Justiça. Celeridade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, com os acréscimos recebidos em Plenário pelo Conselheiro ad hoc, parte integrante deste. Brasília, 19 de outubro de 2015. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente. André Luis Guimarães Godinho, Relator ad hoc. PROCESSO N. 49.0000.2015.009424-9/COP. Origem: Ministro Gilmar Mendes. Tribunal Superior Eleitoral. Ofício n. 3250 SEPROC 1/CPRO/GAB-SJD. Assunto: Resolução TSE n. 21.009/2002. Alteração. AJUFE. Exercício concomitante ou alternado da jurisdição eleitoral de 1ª instância pelos juízes federais e estaduais. Manifestação do Conselho Federal da OAB. Relator: Conselheiro Federal Luciano José Trindade (AC). EMENTA N. 042/2015/COP. 1- A natureza da Justiça Eleitoral é federal, pois integra o Poder Judiciário da União, seu orçamento advém de verbas federais, sua fiscalização é feita pelo Tribunal de Contas da União, se submete à legislação da União e seus servidores constituem pessoal da União, remunerados com recursos federais. 2- O Juiz Eleitoral é órgão do Poder Judiciário, não se confundindo com nenhum dos outros órgãos, nem mesmo com o Juiz Federal ou com o Juiz Estadual. 3- A expressão juiz de direito engloba o juiz federal, o juiz do trabalho, o juiz eleitoral, o juiz militar e o juiz dos Estados e do Distrito Federal, distinguindo o juiz togado ou letrado, provido de formação jurídica e vitalício, de outras figuras públicas também denominadas de juízes, porém sem formação jurídica e não vitalícios, escolhidos por uma categoria ou pela sociedade em caráter temporário, tais como "juiz de paz", o "juiz classista" e o "juiz leigo". 4- Enquanto os cargos de juiz eleitoral não forem formalmente criados e estruturados em carreira própria, o exercício da jurisdição eleitoral de primeiro grau deve ser desempenhado por juízes de direito que integram as carreiras da justiça comum estadual e federal, em caráter cumulativo e provisório. 5- A expressão juiz de direito contida no art. 121, da Constituição Federal, e nos arts. 32 e 36, do Código Eleitoral, engloba tanto os juízes estaduais quanto os juízes federais. 6- É provável que a afinidade das matérias julgadas pelos juízes federais com o direito eleitoral e a integração com órgãos federais beneficiarão o funcionamento e a celeridade da justiça eleitoral. 7- A composição da Justiça Eleitoral observa os princípios da pluralidade e da diversidade de origem de seus membros, corolários dos princípios republicano, federativo, democrático, da impessoalidade e da imparcialidade, devendo ser observado, também, na jurisdição eleitoral de 1º grau. 8- A atual estrutura e capilaridade da Justiça Federal indica a viabilidade de se integrar, progressivamente, os juízes federais na Justiça Eleitoral de 1º grau, se mostrando razoável que, no presente momento, essa integração ocorra em todas as zonas eleitorais onde haja seção ou subseção da Justiça Federal, bem como nos municípios com mais de 200.000 eleitores, ainda que não sediem vara da Justiça Federal. 9- O exercício da jurisdição de 1º grau da Justiça Eleitoral por juízes estaduais e federais não só se compatibiliza com os sistemas político-eleitoral e de organização e competência da Justiça Eleitoral traçados pela Constituição Federal, como também reforça e aperfeiçoa tanto a democracia quanto a cidadania, no que se coaduna com o histórico posicionamento da OAB em defesa do Estado Democrático de Direito. 10- Aprovação de manifestação favorável do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil na Petição 359-19.2015.6.00.0000/TSE, requerendo seja reconhecida a validade constitucional de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que altere a Resolução TSE N. 21.009, de 5 de março de 2002, para determinar que a jurisdição eleitoral de primeiro grau seja exercida tanto por juízes federais quanto por juízes estaduais, preferencialmente por mandatos alternados de 2 anos, ficando em caráter subsidiário o exercício concomitante dos 2 juízes federal e estadual. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, decidem os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por maioria, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília-DF, 19 de outubro de 2015. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente. Luciano José Trindade, Relator.

Brasília, 20 de outubro de 2015
MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO CONVOCAÇÃO

A TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dez de novembro de dois mil e quinze, a partir das quatorze horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando será julgado o processo abaixo especificado, incluído em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2011.004475-0/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Paraíba. Exercício: 2010. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Paraíba. (Gestão 2013/2015. Presidente: Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho OAB/PB 5481; Vice-Presidente: Vital Bezerra Lopes OAB/PB 7246; Secretário-Geral: Valberto Alves de Azevedo Filho OAB/PB 11477; Secretário-Geral Adjunto: Nildo Moreira Nunes OAB/PB 10762 e Diretor Tesoureiro: Marcus Túlio Macêdo de Lima Campos OAB/PB 12246. Exercício 2010: Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho OAB/PB 5481; Luiz Bruno Veloso Lucena OAB/PB 9821; Marcos Augusto Lyra Ferreira Caju OAB/PB 2993; Ivan Maria Fernandes Kurisu OAB/PB 5942 e Leopoldo Viana Batista Júnior OAB/PB 4942). Relator: Conselheiro Federal Afeife Mohamad Hajj (MS). 02- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2013.008496-3/TCA. Assunto: Prestação de Constas do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Exercício: 2012. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. (Gestão 2013/2015. Presidente: Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky OAB/RJ 95573; Vice-Presidente: Ronaldo Eduardo Cramer Veiga OAB/RJ 94401; Secretário-Geral: Marcus Vinicius Cordeiro OAB/RJ 58042; Secretária-Geral Adjunta: Fernanda Lara Tortima OAB/RJ 119972 e Diretor Tesoureiro: Luciano Bandeira Arantes OAB/RJ 85276. Exercício 2012: Wadih Nemer Damous Filho OAB/RJ 768-B; Sergio Eduardo Fisher OAB/RJ 17119; Marcos Luiz Oliveira de Souza OAB/RJ 61160; Wanderley Rebello de Oliveira Filho OAB/RJ 37470 e Marcello Augusto Lima de Oliveira OAB/RJ 99720). Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). 03- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2015.000320-8/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Alagoas. Exercício: 2013. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Alagoas. (Gestão 2013/2015. Presidente: Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim OAB/AL 6352; Vice-Presidente: Ednaldo Maiorano de Lima OAB/AL 5081; Secretário-Geral: Fabio Henrique Cavalcante GOMES OAB/AL 4801; Secretário-Geral Adjunto: Davi Antônio Lima Rocha OAB/AL 6640 e Diretora Tesoureira: Karoline Mafra Sarmento Beserra OAB/AL 7072). Relator: Conselheiro Federal José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (CE). 04- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 01.0000.2015.000669-7/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Acre. Exercício: 2014. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Acre. (Gestão 2013/2015. Presidente: Marcos Vinicius Jardim Rodrigues OAB/AC 2299; Vice-Presidente: Luiz Saraiva Correia OAB/AC 202; Secretário-Geral: João Paulo Setti Aguiar OAB/AC 3080; Secretário-Geral Adjunto: Cássio de Holanda Tavares OAB/AC 2519 e Diretora Tesoureira: Waneska Salvatico OAB/AC 2428). Relator: Conselheiro Federal Sérgio Eduardo Fisher (RJ). 05- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2015.008001-0/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Alagoas. Exercício: 2014. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Alagoas. (Gestão 2013/2015. Presidente: Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim OAB/AL 6352; Vice-Presidente: Ednaldo Maiorano de Lima OAB/AL 5081; Secretário-Geral: Fabio Henrique Cavalcante GOMES OAB/AL 4801; Secretário-Geral Adjunto: Davi Antônio Lima Rocha OAB/AL 6640 e Diretora Tesoureira: Karoline Mafra Sarmento Beserra OAB/AL 7072). Relator: Conselheiro Federal José Cândido Bittencourt de Albuquerque (CE). 06- RECURSO N. 49.0000.2015.010437-1/TCA. Assunto: Recurso. Auxílio Mensal. Recte: Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP. (Advs: Andre Aranha Rossignoli OAB/SP 125739 e Eliane Yara Zaniboni OAB/SP 262222). Recdo: José Francisco Centeno Roxo OAB/SP 232469. (Adv: José Francisco Centeno Roxo OAB/SP 232469). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Jose Assis (RO). OBS.: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das Sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2015
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da Turma

CONSELHO SECCIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 3, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Com. Eleitoral OAB/AP

O Senhor Presidente da Comissão Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Amapá, Dr. EIDE JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA FIGUEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da OAB - Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 e por seu Regulamento; Provimento nº 146/2011, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Resolução 001/2015-Dir. OAB/AP e EDITAL DE ELEIÇÃO OAB/AP - TRIÊNIO 2016/2018, resolve: Art. 1º - Tornar público, para os fins do disposto no item IV, do art. 6º, c/c art. 8º, todos do Provimento nº 146/2011, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que requereu, perante esta Comissão Eleitoral, na data de 14 de outubro de 2015, pedido de registro de chapa, denominada "OAB DA GENTE", para as eleições 2015 da OAB/AMAPÁ, o Advogado-Candidato ULISSES TRÄSEL, com os seguintes integrantes:

DIRETORIA:

1. Presidente: ULISSES TRÄSEL, OAB/AP nº 696-B, Av. Iracema Carvão Nunes, 635, Bairro Centro, Macapá-AP;

2. Vice-Presidente: ROGÉRIO BAIA DE SOUSA, OAB/AP nº 1547, Rua D-14, nº 166, Vila Amazonas, Santana-AP;

3. Secretário-Geral: LUCIANO DEL CASTILO SILVA, OAB/AP nº 1586, Rua São José, nº 796, Bairro Julião Ramos, Macapá-AP;

4. Secretária-Geral Adjunta: SÔNIA MARIA DA SILVA FERREIRA LIMA, OAB/AP nº 1326, Avenida Desidério Antônio Coelho, nº 701, Bairro do Trem, Macapá-AP;

5. Tesoureiro: RAIMUNDO EVANDRO DE ALMEIDA SALVADOR JUNIOR, inscrito na OAB/AP nº 839, Av. Iracema Carvão Nunes, nº 584, Bairro Central, Macapá-AP.

CONSELHEIROS SECCIONAIS:

6. Conselheiro: ADIVAN VITOR BARROS PINTO DE OLIVEIRA, OAB/AP nº 1358, Rua Manoel Eudoxio Pereira, nº 1235, Bairro Centro, Macapá-AP;

7. Conselheiro: ANA KARINA GUERRA MATOS, OAB/AP 842, Avenida Raimundo Alvares da Costa, nº 1426, Bairro Central, Macapá-AP;

8. Conselheiro: BENEDITA DO ESPÍRITO SANTO MORAES LEÃO, OAB/AP nº 870, Avenida Ambrósio Lúcio da Silva, nº 124, Bairro São Lázaro, Macapá-AP;

9. Conselheiro: CÉSAR QUÉOPS MONTEIRO DA SILVA, OAB/AP nº 645, Av. Mendonça Furtado, nº 992, Bairro Central, Macapá-AP;

10. Conselheiro: DOUGLAS LUZZATTO, OAB/AP nº 1771, Avenida. Jovino Dinoá, nº 3092, Bairro Trem, Macapá-AP;

11. Conselheiro: EDUARDO EDSON GUIMARÃES LOPES, OAB/AP nº 392-B, Avenida Raimundo Alvares da Costa, nº 968-B;

12. Conselheiro: FABRÍCIO BORGES OLIVEIRA, OAB/AP nº 1790, Avenida 1º de Maio, nº 896, Bairro Trem, Macapá-AP;

13. Conselheiro: FÁBIO CARVALHO VERZOLA, OAB/AP nº 1270, Avenida Mateus de Azevedo Coutinho, nº 39, Bairro Julião Ramos, Macapá-AP;

14. Conselheiro: GIRLENE TEIXEIRA GOMES, OAB/AP nº 778, Avenida Cora de Carvalho, nº 1388, Bairro Centro, Macapá-AP;

15. Conselheiro: HELISIA COSTA GÓES, OAB/AP nº 800, Avenida Raimundo Alvares da Costa, nº 338, Bairro Centro, Macapá-AP;

16. Conselheiro: LUCIDEA PORTAL MELO DE CARVALHO, OAB/AP nº 1196, Avenida FAB, nº 2000, Bairro Centro, Macapá-AP;

17. Conselheiro: MARCIONILIA NUNES FREIRE, OAB/AP nº 1300-B, Avenida. Mendonça Furtado, nº 684, sala B, Bairro Centro, Macapá-AP;

18. Conselheiro: MAX MARQUES STUDIER, OAB/AP nº 1366-A, Avenida Pedro Baião, nº 855, Bairro Centro, Macapá-AP;

19. Conselheiro: MICHEL CORRÊA WAN-MEYL, OAB/AP nº 906-B, Avenida Henrique Galúcio, nº 1224, Bairro Trem, Macapá-AP;

20. Conselheiro: NILDO JOSUÉ PONTES LEITE, OAB/AP nº 118, Rua São José, nº 1698, Bairro Centro, Macapá-AP;

21. Conselheiro: NILSON MONTORIL DE ARAÚJO JÚNIOR, OAB/AP nº 530, Avenida Iracema Carvão Nunes, nº 584, Bairro Centro, Macapá-AP;

22. Conselheiro: OLAVO DOS SANTOS ALMEIDA, OAB/AP nº 637, Rua Ubaldo Figueira, nº 1333, Bairro Nova Brasília, Santana-AP;

23. Conselheiro: ROBERTO ARMOND FERREIRA DA SILVA, OAB/AP nº 1275-A, Avenida Manoel Eudoxio Pereira, nº 1346, Bairro Santa Rita, Macapá-AP;

24. Conselheiro: ROGÉRIO DE CASTRO TEXEIRA, OAB/AP nº 596, Avenida Duque de Caxias, nº 1129, sala 604, Bairro Santa Rita, Macapá-AP;

25. Conselheiro: RAMON BATISTA DO REGO, inscrito na OAB/AP nº 1453, Rodovia JK, nº 4440, Residencial Portal do Sol, R 03, casa 305, Bairro Universidade, Macapá-AP;

26. Conselheiro: SANDRA NAZARÉ FERNANDES DE ALMEIDA, OAB/AP nº 1197, Avenida Raimundo Alvares da Costa, nº 385, Bairro Central, Macapá-AP;

27. Conselheiro: SIMONE SOUZA DOS SANTOS CONTENTE, OAB/AP nº 1233, Rua Tiradentes, nº 501, Bairro Centro, Macapá-AP;

28. Conselheiro: WALDEIR GRACIA RIBEIRO, OAB/AP nº 1480, Rua Eliezer Levy, nº 2734, Bairro Trem, Macapá-AP;

29. Conselheiro: WILKER DE JESUS LIRA, OAB/AP nº 1711, Avenida FAB, nº 2061, 2º andar, sala A, Bairro Centro;

30. Conselheiro: WONNAS HENRIQUE FERREIRA DA ROCHA, OAB/AP Nº 1227, Rua São José, nº 2442, Bairro Centro, Macapá-AP.

CONSELHEIROS SECCIONAIS SUPLENTES:

31. Conselheiro Suplente: ÂNGELO RONAN DOS ANJOS FERREIRA, OAB/AP nº 1506, Avenida Henrique Galúcio, nº 1637, Bairro Santa Rita, Macapá-AP;

33. Conselheiro Suplente: CAMILA QUINTO FERREIRA, OAB/AP nº 1685, Avenida Iracema Carvão Nunes, nº 207-C, Bairro Centro, Macapá-AP;

34. Conselheiro Suplente: DELCIO FERREIRA DE MAGALHÃES, OAB/AP nº 611-B, Avenida Diogenes Silva, nº 2015, Bairro Buritizal, Macapá-AP;

35. Conselheiro Suplente: ELONEIDE DA COSTA LOBATO, OAB/AP nº 958, Avenida Feliciano Coelho, nº 1030, Bairro Trem, Macapá-AP;

36. Conselheiro Suplente: FERNANDO ANTONIO HORA MENEZES JÚNIOR, OAB/AP nº 1223, Avenida Pedro Américo, nº 180-A, Bairro Laguinho, Macapá-AP;

37. Conselheiro Suplente: JUSELMA NEGRY E SILVA, OAB/AP nº 890, Rua Claudomiro de Moura, nº 1520, Bairro Novo Buritizal, Macapá-AP;

38. Conselheiro Suplente: LUIZ ANTONIO PIVOTO FORNARI, OAB/AP nº 1884-B, Rua Hamilton Silva, nº 235;

39. Conselheiro Suplente: MARIA DO SOCORRO DA CUNHA LIMA, OAB/AP 1369-B, Rua Eurico dos Santos Barbosa, nº 1328, Bairro Universidade, Macapá-AP;

40. Conselheiro Suplente: MARINETE CAMBRAIA BENÍCIO DIAS, OAB/AP nº 874, Avenida FAB, nº 1995, Bairro Centro, Macapá-AP.

CONSELHEIROS FEDERAIS TITULARES:

1. Conselheiro Federal: JOSÉ LUIS WAGNER, OAB/AP 1235-A, Avenida Cônego Domingos Maltêz, nº 990, Bairro Trem, Macapá-AP;

2. Conselheiro Federal: RICARDO SOUZA OLIVEIRA, OAB/AP nº 261, Av. Euclides da Cunha, nº 111, Bairro Centro, Macapá-AP;

3. Conselheiro Federal: TIAGO STAUDT WAGNER, OAB/AP nº 1234-A, Avenida Cônego Domingos Maltêz, nº 990, Bairro Trem, Macapá-AP.

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES:

1. Conselheiro Federal Suplente: ALEX SAMPAIO DO NASCIMENTO, OAB/AP nº 770, Av. 13 de setembro, nº 1738-A. Bairro Buritizal. Macapá-AP;

2. Conselheiro Federal Suplente: GILSON PEREIRA DA SILVA, OAB/AP nº 904-A, Av. FAB, nº 1070, Bairro Centro. Macapá-AP;

3. Conselheiro Federal Suplente: IVANCI MAGNO DE OLIVEIRA, OAB/AP nº 1004, Rua Salvador Diniz, nº 1075-B, Bairro Centro, Santana-AP.

DIRETORIA DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA:

1. Presidente: RODIVAL ISACKSSON ALMEIDA, OAB/AP nº 1014, Rua Procópio Rola, nº 623-B, Bairro Central, Macapá-AP;

2. Vice-Presidente: RONISE SILVA DA SILVA, OAB/AP nº 829, Rua Cláudio Lúcio Monteiro, nº 1380, Bairro Novo Horizonte, Santana-AP;

3. Secretário-Geral: RAFAEL TEIXEIRA BEZERRA, OAB/AP nº 2322-A, Avenida General Gurjão, nº 414, Bairro Centro, Macapá-AP;

4. Secretário-Geral da Adjunto: JOSÉ AMAURI AGUIAR LOBO, OAB/AP nº 944, Avenida Mendonça Furtado, nº 620, Bairro Centro, Macapá-AP;

5. Tesouraria: ANDRÉ LUIZ MEDEIROS DE OLIVEIRA, OAB/AP nº 1280, Avenida Procópio Rola, nº 623-B, Macapá-AP.

SUPLENTES DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA:

1. Suplente: TANISE PARMEGGIANI DA SILVA, OAB/AP 2633-A, Avenida Cônego Domingos Maltez, nº 990, Bairro Trem, Macapá-AP;

2. Suplente: TATIANA NASCIMENTO AMANAJÁS, OAB/AP nº 1200, Avenida FAB, nº 1070, Bairro Centro, Macapá-AP;

3. Suplente: RAFAELLA ARAÚJO CARVALHO, OAB/AP nº 1714, Avenida Duque de Caxias, nº 1129, sala 604, Bairro Centro, Macapá-AP.

Art. 2º - Publique-se nos quadros de avisos da Secretaria do Conselho Seccional da OAB AMAPÁ e da Subseção de Santana, na Imprensa Oficial e sítio eletrônico desta Seccional.

EIDE JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA FIGUEIRA

PORTARIA Nº 4, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Com. Eleitoral OAB/AP

O Senhor Presidente da Comissão Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Amapá, Dr. EIDE JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA FIGUEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da OAB - Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 e por seu Regulamento; Provimento nº 146/2011, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Resolução 001/2015-Dir. OAB/AP e EDITAL DE ELEIÇÃO OAB/AP - TRIÊNIO 2016/2018, resolve:

Art. 1º - Tornar público, para os fins do disposto no item IV, do art. 6º, c/c art. 8º, todos do Provimento nº 146/2011, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que requereu, perante esta Comissão Eleitoral, na data de 15 de outubro de 2015, pedido de registro de chapa, denominada "OAB DA GENTE", para as eleições 2015 da OAB Subseção de Santana, o Advogado-Candidato LEIVO RODRIGUES DOS SANTOS, com os seguintes integrantes:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DA SUBSECÇÃO DE SANTANA:

1. Presidente: LEIVO RODRIGUES DOS SANTOS, OAB/AP nº 1621, Alameda Tambaú, casa A4, Bairro Fonte Nova, Santana-AP;

2. Vice-Presidente: GINA GRACY SIMAS DE SOUZA, OAB/AP nº 855, Avenida Rui Barbosa, nº 1603, Bairro Centro, Santana-AP;

3. Secretário-Geral: KLEBER NASCIMENTO ASSIS, inscrito na OAB/AP nº 1111-B, com endereço profissional localizado na Rua Salvador Diniz, nº 951-A, Bairro Centro, em Santana-AP;

4. Secretário-Geral Adjunto: ROBERVAL CARLOS VIANA HOLANDA, OAB/AP nº 1297, Rua D 02, nº 82, Vila Amazonas, Santana-AP;

5. Tesoureira: MEIRYLENE PONTES PRADO BARRIGA, OAB/AP nº 344, Rua D 07, nº 174, Vila Amazonas, Santana-AP.

Art. 2º - Publique-se nos quadros de avisos da Secretaria do Conselho Seccional da OAB AMAPÁ e da Subseção de Santana, na Imprensa Oficial e sítio eletrônico desta Seccional.

EIDE JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA FIGUEIRA

PORTARIA Nº 5, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Com. Eleitoral OAB/AP

O Senhor Presidente da Comissão Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Amapá, Dr. EIDE JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA FIGUEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da OAB - Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 e por seu Regulamento; Provimento nº 146/2011, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Resolução 001/2015-Dir. OAB/AP e EDITAL DE ELEIÇÃO OAB/AP - TRIÊNIO 2016/2018, resolve: Art. 1º - Tornar público, para os fins do disposto no item IV, do art. 6º, c/c art. 8º, todos do Provimento nº 146/2011, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que requereu, perante esta Comissão Eleitoral, na data de 16 de outubro de 2015, pedido de registro de chapa, denominada "UNIDOS PELA ORDEM", para as eleições 2015 da OAB/AMAPÁ, o Advogado-Candidato PAULO HENRIQUE CAMPELO BARBOSA, com os seguintes integrantes:

DIRETORIA:

1. Presidente: PAULO HENRIQUE CAMPELO BARBOSA, OAB/AP nº 630-A, Rua Jovino Dinoá, 3570, Bairro Beirol, Macapá-AP; 2. Vice-Presidente: AURINEY UCHÔA DE BRITO, OAB/AP nº 1348-A, Avenida Duque de Caxias, nº 1129, Santa Rita, Macapá-AP;

3. Secretário-Geral: RIVALDO VALENTE FREIRE, OAB/AP nº 992-A, Avenida Ruy Branco, nº 671, Bairro Hospitalidade, Santana-AP; 4. Secretária-Geral Adjunta: ROÂNE DE SOUSA GOES, OAB/AP nº 1400, Rua D 7, nº 173, Bairro Vila Amazonas, Santana-AP; 5. Tesoureiro: JORGE JOSÉ ANAICE DA SILVA, inscrito na OAB/AP nº 540, Avenida Piauí, nº 875, Bairro Pacoval, Macapá-AP.

CONSELHEIROS SECCIONAIS:

1. Conselheiro: RUBENS BOULHOSA PINA, OAB/AP nº 2173-A, Avenida Piauí, nº 10, Bairro Pacoval, Macapá-AP; 2. Conselheiro: SANDRA REGINA MARTINS MACIEL ALCÂNTARA, OAB/AP nº 599, Avenida Ernestino Borges, nº 16, Bairro Central, Macapá-AP;

3. Conselheiro: DEWSON FERREIRA DA SILVA, OAB/AP nº 467, Avenida Acelino de Leão, nº 1747, Bairro Buritizal, Macapá-AP; 4. Conselheiro: JOÃO AMÉRICO NUNES DINIZ, OAB/AP nº 194, Rua Cândido Mendes, nº 374-E, Bairro Central, Macapá-AP; 5. Conselheiro: ELITON SOARES DO NASCIMENTO, OAB/AP nº 1502, Avenida Piauí, nº 538-A, Bairro Pacoval, Macapá-AP; 6. Conselheiro: ADOLPHO EUGENIO DE OLIVEIRA NERY FILHO, OAB/AP nº 1189, Rua General Rondon, nº 1189, Bairro Central, Macapá-AP; 7. Conselheiro: MARIA GABRIELA SOUSA VILLELA DA SILVEIRA, OAB/AP nº 2816-B, Rua Leonor Rodrigues, nº 02, casa 02, Bairro Cabralzinho, Macapá-AP; 8. Conselheiro: ROSIMARY ARAÚJO DE OLIVEIRA, OAB/AP nº 1756, Avenida Caramuru, nº 328, Bairro Beirol, Macapá-AP; 9. Conselheiro: WLADIMIR RIBEIRO FONSECA VALES, OAB/AP nº 1539, Avenida Duque de Caxias, nº 144, Bairro Santa Rita, Macapá-AP; 10. Conselheiro: REGINALDO BARROS DE ANDRADE, OAB/AP nº 527-B, Rua Manoel Eudóxio Pereira, nº 667-A, Bairro Jesus de Nazaré, Macapá-AP; 11. Conselheiro: EDEN PAULO SOUZA DE ALMEIDA, OAB/AP nº 602, Rua Eliezer Levy, nº 46-A, Bairro Laguinho, Macapá-AP; 12. Conselheiro: JOSÉ ENOILTON CARNEIRO LEITE, OAB/AP nº 1255, Avenida Mendonça Furtado, nº 1526, Bairro Central, Macapá-AP; 13. Conselheiro: THAIANA ARAUJO PEREIRA GOES, OAB/AP nº 2412-B, Rua José Domingos, nº 124, Bairro Jardim Equatorial, Macapá-AP; 14. Conselheiro: PAULO ANDRE ALMEIDA CAMPBELL, OAB/AP nº 908-A, Avenida Tancredo Neves, nº 1862, Bairro Agreste, Laranjal do Jari-AP; 15. Conselheiro: ROBSÔNIA DO NASCIMENTO NUNES PICANÇO, OAB/AP nº 1191-B, Avenida Ana Nery, nº 1348, Bairro Jesus de Nazaré, Macapá-AP; 16. Conselheiro: NICOLAU TORK RODRIGUES, OAB/AP nº 632, Avenida Cora de Carvalho, nº 1615, Bairro Central, Macapá-AP; 17. Conselheiro: SANDRA DO SOCORRO DO CARMO OLIVEIRA MARTINS, OAB/AP nº 364, Avenida Domingos Amorim, nº 2525, Bairro Novo Buritizal, Macapá-AP; 18. Conselheiro: MORENO DE OLIVEIRA TAVORA, OAB/AP nº 1742-B, Avenida Duque de Caxias, nº 530, Bairro Central, Macapá-AP; 19. Conselheiro: MAX GONÇALVES ALVES JUNIOR, OAB/AP nº 1185, Avenida Mendonça Junior, nº 1200-A, Bairro Central, Macapá-AP; 20. Conselheiro: CELSO DA SILVA MARQUES JÚNIOR, OAB/AP nº 494-A, Avenida Violeta Mont'Alverne Moreira, nº 1200-A, Bairro Novo Buritizal, Macapá-AP; 21. Conselheiro: RIANO VALENTE FREIRE, OAB/AP nº 1405-A, Avenida Brasil (Resd. Jard. America), nº 32, Bairro São José, Macapá-AP; 22. Conselheiro: MARA SILVA GÓES, OAB/AP nº 927, Rua Leopoldo Machado, s/n, Bairro Beirol, Macapá-AP; 23. Conselheiro: RONILSON BARRIGA MARQUES, OAB/AP nº 1322, Travessa L 13, nº 068, Bairro Provedor I, Santana-AP; 24. Conselheiro: ROSELY LIENNE MALCHER RAMOS, OAB/AP nº 918, Avenida Almirante Barroso, nº 620, Bairro Central, Macapá-AP;

25. Conselheiro: FÁBIO LOBATO GARCIA, OAB/AP nº 1406-B, Avenida FAB, nº 3047, Bairro Santa Rita, Macapá-AP;

CONSELHEIROS SECCIONAIS SUPLENTES:

1. Conselheiro Suplente: FRANCISCO JANUÁRIO DE SOUZA NETO, OAB/AP nº 378, Avenida 24 de Julho, nº 980, Bairro Buritizal, Macapá-AP; 2. Conselheiro Suplente: SÉRGIO AUGUSTO DE SOUZA LELIS, OAB/AP nº 1166-A, Rua Tiradentes, nº 1172, Bairro Agreste, Laranjal do Jari-AP; 3. Conselheiro Suplente: LUCI MEIRE SILVA DO NASCIMENTO MIRANDA, OAB/AP nº 102, Rua Eliezer, nº 2416, Bairro Central, Macapá-AP; 4. Conselheiro Suplente: CAMILA RORIGUES ILÁRIO, OAB/AP nº 1675, Rua Samuel Trajano de Souza, nº 2416, Bairro Jardim Marco Zero, Macapá-AP; 5. Conselheiro Suplente: CHRISTOPHER CAMARÃO MOTA, OAB/AP nº 1250, Avenida Duque de Caxias, nº 1129, Bairro Central, Macapá-AP; 6. Conselheiro Suplente: ASTOR NUNES BARROS, OAB/AP nº 1559-A, Avenida Egito, nº 2848, Bairro Renascer II, Macapá-AP; 7. Conselheiro Suplente: MÁRCIO VALÉRIO PICANÇO REGO, OAB/AP nº 386, Avenida FAB, nº 1070, sala 210, Bairro Central, Macapá-AP.

CONSELHEIROS FEDERAIS TITULARES:

1. Conselheiro Federal: CHARLLES SALES BORDALO, OAB/AP 438, Ramal do Alemão, nº 1030, Fazendinha, Macapá-AP; 2. Conselheiro Federal: HELDER JOSÉ FREITAS DE LIMA FERREIRA, OAB/AP 163, Avenida Mendonça Junior, nº 1363, Bairro Central, Macapá-AP; 3. Conselheiro Federal: ALESSANDRO DE JESUS UCHÔA DE BRITO, OAB/AP 1045, Avenida Duque de Caxias, nº 1129, Bairro Santa Rita, Macapá-AP.

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES:

1. Conselheiro Federal Suplente: LUCIVALDO DA SILVA COSTA, OAB/AP nº 735, Avenida Mendonça Furtado, nº 113, Bairro Central, Macapá-AP; 2. Conselheiro Federal Suplente: MAURÍCIO SILVA PEREIRA, OAB/AP nº 979, Rua Manoel Eudóxio Pereira, nº 1278, Bairro Central, Macapá-AP; 3. Conselheiro Federal Suplente: ADRIANNA SOCORRO AVILA RAMOS, OAB/AP nº 1151, Rua José Tupinambá, nº 1342, Bairro Jesus de Nazare, Macapá-AP.

DIRETORIA DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA:

1. Presidente: KENNYA ABRAÃO MONASSA DE ALMEIDA, OAB/AP nº 580-A, Rua General Rondon, nº 96, Bairro Pacoval, Macapá-AP; 2. Vice-Presidente: ELIAS SALVIANO FARIAS, OAB/AP nº 400, Avenida Euclides da Cunha, nº 346-C, Bairro Central, Santana-AP; 3. Secretário-Geral: WILTON AGUINELO VIEIRA, OAB/AP nº 679-B, Avenida 13 de Setembro, nº 3460, Bairro Novo Buritizal, Macapá-AP; 4. Secretário-Geral Adjunto: JEAN PATRICK FARIAS DA SILVA, OAB/AP nº 1412, Avenida Almirante Barroso, nº 1242, Bairro Santa Rita, Macapá-AP; 5. Tesouraria: VERA DE JESUS PINHEIRO, OAB/AP nº 65, Rod. JK, nº 3200, Bloco H, Apto. 1202, Macapá-AP.

CONSELHO FISCAL DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA:

1. Conselho Fiscal: JAKELINE MORATO PEREIRA DE SOUSA, OAB/AP 1381, Rua Santos Dumont, nº 2848, Bairro Buritizal, Macapá-AP; 2. Conselho Fiscal: KENNIA PINHEIRO DA SILVA, OAB/AP 1012, Avenida Professora Cora de Carvalho, nº 3020, Bairro Santa Rita, Macapá-AP.Art. 2º - Publique-se nos quadros de avisos da Secretaria do Conselho Seccional da OAB AMAPÁ e da Subseção de Santana, na Imprensa Oficial e sítio eletrônico desta Seccional.

EIDE JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA FIGUEIRA

PORTARIA Nº 6, DE 17 DE OUTUBRO DE 2015

Com. Eleitoral OAB/AP

O Senhor Presidente da Comissão Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Amapá, Dr. EIDE JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA FIGUEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da OAB - Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 e por seu Regulamento; Provimento nº 146/2011, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Resolução 001/2015-Dir. OAB/AP e EDITAL DE ELEIÇÃO OAB/AP - TRIÊNIO 2016/2018,resolve: Art. 1º - Tornar público, para os fins do disposto no item IV, do art. 6º, c/c art. 8º, todos do Provimento nº 146/2011, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que requereu, perante esta Comissão Eleitoral, na data de 16 de outubro de 2015, pedido de registro de chapa, denominada "UNIDOS PELA ORDEM", para as eleições 2015 daOAB Subseção de Santana, o Advogado-Candidato GERÔNIMO ACÁCIO DA SILVA, com os seguintes integrantes:

DIRETORIA DA SUBSECÇÃO DE SANTANA:

1. Presidente: GERÔNIMO ACÁCIO DA SILVA, OAB/AP nº 524, Rua Ubaldo Figueira, nº 666, Bairro Centro, Santana-AP; 2. Vice-Presidente: RONEIDO RICHENE OEIRAS, OAB/AP nº 1448, Avenida FAB, nº 2569-D, Bairro Santa Rita, Macapá-AP; 3. Secretário-Geral: VLADIMIR BELMINO DE ALMEIDA, inscrito na OAB/AP nº 1404-B, Rua D 8, nº 69, Casa 02, Bairro Vila Amazonas, Santana-AP; 4. Secretário-Geral Adjunto: MARLENE ALMEIDA DOS SANTOS, OAB/AP nº 671, Rua D 1, nº 36, Vila Amazonas, Santana-AP; 5. Tesoureira: JOSIETE DO SOCORRO BOTELHO DIAS, OAB/AP nº 2896-B, Avenida Santana, nº 350, Bairro Comercial, Santana-AP. Art. 2º - Publique-se nos quadros de avisos da Secretaria do Conselho Seccional da OAB AMAPÁ e da Subseção de Santana, na Imprensa Oficial e sítio eletrônico desta Seccional.

EIDE JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA FIGUEIRA

EXEMPLAR ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Há 207 anos, nascia o jornalismo brasileiro.
Nascia a Gazeta do Rio de Janeiro,
dos prelos da Impressão Régia
(hoje, Imprensa Nacional).
10 de setembro merece muita comemoração!
Uma data singular para os brasileiros:
10 de setembro de 1808,
primeiro jornal do Brasil!



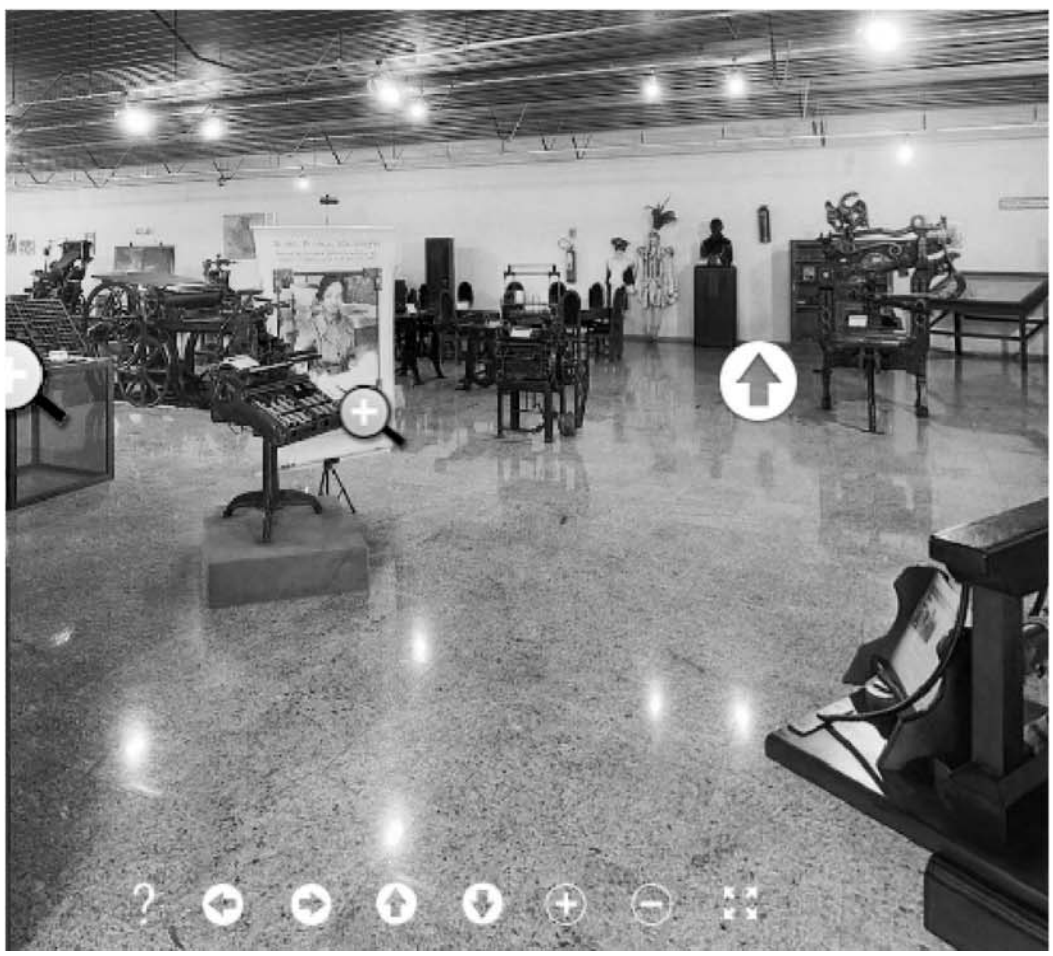
MUSEU DA IMPRENSA PERTENCE AGORA AO MUNDO



Ficou mais fácil conhecer o acervo de imprensa mais importante do Brasil e oitavo do mundo. A Imprensa Nacional lançou na internet a Visita Virtual ao Museu da Imprensa.

Agora, a distância, é possível conferir a riqueza de peças como o prelo em que trabalhou Machado de Assis, a réplica da primeira impressora manual que chegou ao Brasil em 1808, a bela história dos 300 anos da máquina de escrever, entre outras relíquias.

Com recursos visuais avançados, o internauta vai poder entrar no museu e ver cerca de quatrocentas peças e documentos, que registram a evolução da imprensa no Brasil, com descrições detalhadas sobre algumas delas. Essa acessibilidade estará brevemente também disponível aos portadores de necessidades especiais.



Tudo isso, a um clique do visitante no portal www.in.gov.br.

IMPRENSA NACIONAL 1808

CUIDADOS SIMPLES PODEM EVITAR DEVOLUÇÕES DE MATÉRIAS

A Imprensa Nacional alerta aos responsáveis pelo encaminhamento de matérias que os arquivos para publicação no Diário Oficial da União, além de devidamente identificados segundo a natureza do ato (tipo do ato), devem conter codificação própria dos formatos, com caracteres de controle, conforme determina o art. 46 da Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009, sob pena de devolução da matéria.

Veja como inserir a codificação dos formatos no texto:

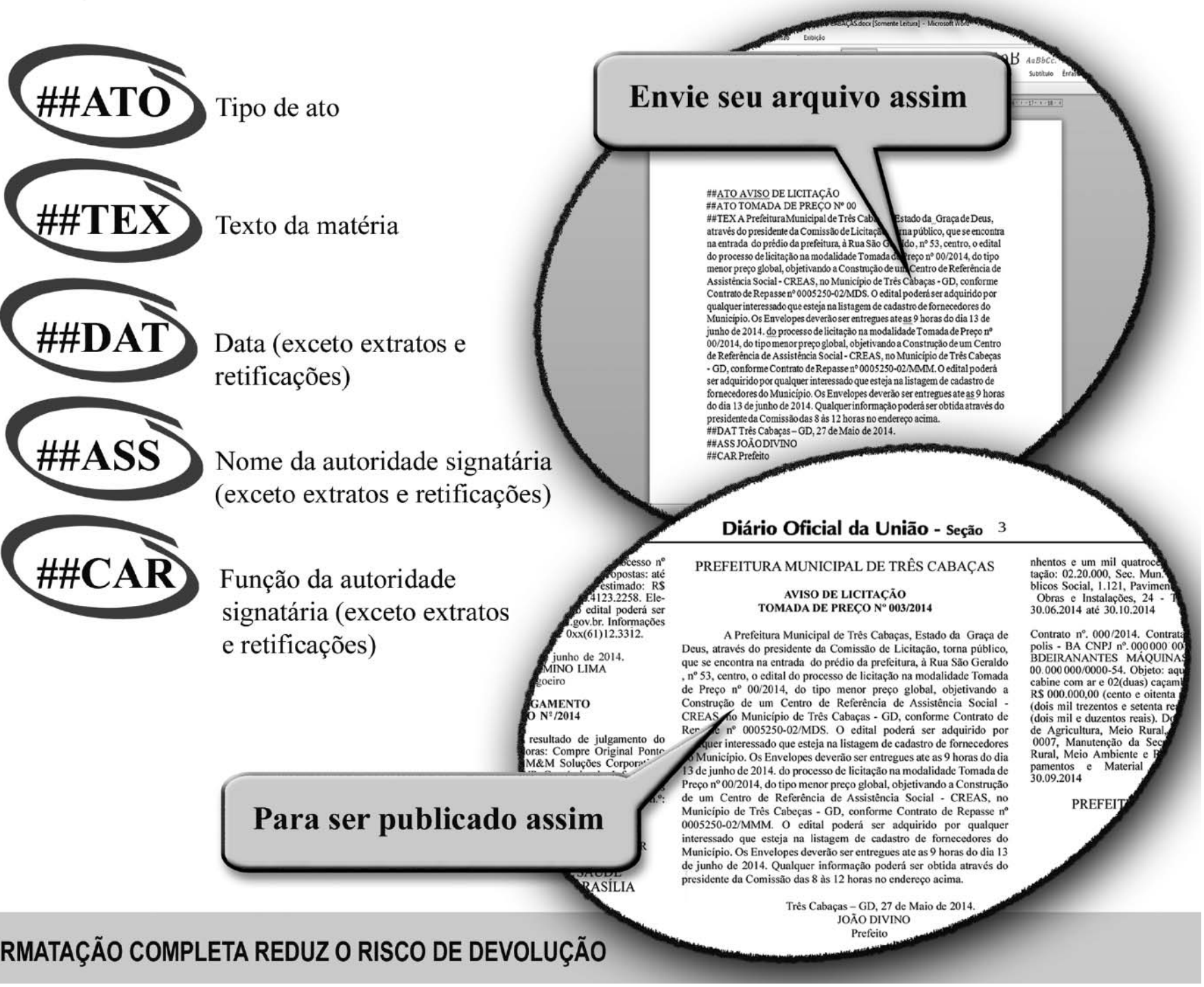
##ATO Tipo de ato

##TEX Texto da matéria

##DAT Data (exceto extratos e retificações)

##ASS Nome da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)

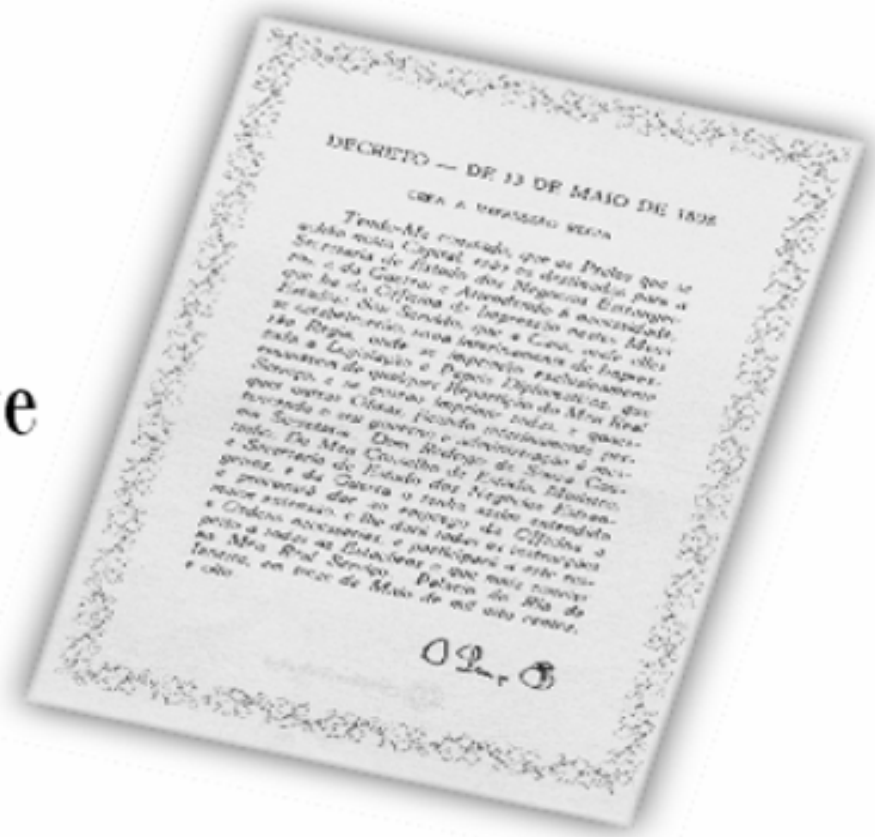
##CAR Função da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)



FORMATAÇÃO COMPLETA REDUZ O RISCO DE DEVOLUÇÃO

VOCÊ SABIA QUE...

...a Imprensa Nacional foi criada através do Decreto de 13 de maio de 1808, assinado pelo Príncipe Regente D. João, com o nome de Impressão Régia e seu objetivo era o de imprimir, com exclusividade, todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo?


DECRETO — DE 13 DE MAIO DE 1808

Réplica do Decreto de 13 de maio de 1808.

SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

IMPRENSA NACIONAL 1808



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.*
Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015102200167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015102200168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.